



ESTADO DO ACRE Diário Oficial

Quarta-feira, 26 de Janeiro de 2025

www.diario.ac.gov.br

Ano LVIII - nº 13.972

181 Páginas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE

POLÍTICAS PÚBLICAS EM DESTAQUE

PRECAUÇÃO



Foto: Adriene Carvalho/Sesacre

Estado alerta para cuidados com a saúde em locais atingidos por enxurradas e transbordamentos

SALÁRIO NA CONTA



Foto: Arquivo/Secom.

Governo do Acre anuncia pagamento de fevereiro e moderniza sistema de folha salarial

MEIO AMBIENTE



Foto: divulgação

Governo se antecipa ao período de estiagem e lança Operação Contenção Verde, de combate a queimadas e desmatamento

PARCERIA FIRMADA



Foto: Diego Gurgel/Secom

Governador renova contrato com o Banco do Brasil e instituição mantém pagamento da folha salarial dos servidores públicos por mais 5 anos

Governo e Ministério Público avançam na implantação de hortas comunitárias em Rio Branco

Por Jairo Carioca

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), e o Ministério Público Estadual (MPAC), por meio da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente da Bacia Hidrográfica do Baixo Acre, estão avançando na proposta de implantação de hortas comunitárias no município de Rio Branco.



Vice-governadora Mailza comanda o grupo de trabalho que visa a segurança alimentar com geração de emprego e renda. Foto: Neto Lucena/SEASDH

Durante uma reunião de trabalho na tarde desta segunda-feira, 24, as entidades discutiram estratégias para a implementação do projeto que visa promover a segurança alimentar, incentivar a agricultura sustentável e fortalecer a interação social nas comunidades com a geração de emprego e renda.

“As hortas comunitárias são uma iniciativa importante para fomentar a produção local de alimentos, além de contribuir com a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da agricultura urbana”, destacou a vice-governadora e titular da SEASDH, Mailza Assis.

Ainda de acordo com Mailza, a ação visa a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade em programas de qualificação, emprego e renda, e terá como parceiros o Instituto Socioeducativo do Acre (ISE), o Instituto de Administração Penitenciária (Iapen) e outras instituições como o Sistema Nacional de Emprego e o Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica (Ieptec). “As hortas proporcionarão não apenas o cultivo de alimentos, mas também a capacitação dos participantes em técnicas agrícolas e gestão de negócios, preparando-os para o mercado de trabalho”, acrescentou.



Promotor do MPAC, Alekine Lopes dos Santos, destacou a bandeira de sustentabilidade inserida na proposta do projeto. Foto: Neto Lucena/SEASDH

Para o promotor Alekine Lopes dos Santos, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente da Bacia Hidrográfica do Baixo Acre, meio ambiente e produção econômica andam juntos. Ele citou dados do município que apontam mais de 10.000 hectares de terras abandonadas na capital.

“A ocupação e utilização desses espaços vazios, que servem para causar danos no verão e no inverno, podem ser utilizados de modo sustentável com ações de ocupação para a dignidade das pessoas”, analisou Santos.

As hortas são planejadas para serem espaços de convivência, onde os moradores poderão cultivar seus próprios alimentos, promovendo hábitos saudáveis e o fortalecimento da comunidade. A parceria entre o Estado e o MPAC tem como objetivo garantir que esses espaços sejam criados com responsabilidade, respeitando as normas ambientais e urbanísticas.

Os próximos passos envolvem o projeto do primeiro viveiro de hortaliças no estado – com capacidade de produzir um milhão de mudas por mês –, a definição de locais adequados para a instalação das hortas, as parcerias com demais órgãos públicos e privados, além do engajamento da comunidade para garantir a participação ativa dos moradores nas fases de implantação do projeto.



Grupo de Trabalho vai definir locais adequados para a instalação das hortas, bem como as parcerias com demais órgãos públicos e privados. Foto: Neto Lucena/SEASDH

A expectativa é que as hortas comunitárias não apenas melhorem o acesso a alimentos frescos e saudáveis, mas também promovam um senso de pertencimento e colaboração entre os cidadãos.

Participaram, ainda, da reunião pela SEASDH a secretária adjunta Amanda Vasconcelos; a chefe do Departamento de Segurança Alimentar, Nilciany de Oliveira Maia; a chefe de gabinete Sandra Maria Amorim da Rocha e a engenheira agrônoma Camila Maia. Pelo MPAC, participou o engenheiro Quesnay Souza de Lima.



ESTADO DO ACRE

Diário Oficial

ASSINATURA DIGITAL

Quarta-feira, 26 de Fevereiro de 2025

www.diario.ac.gov.br

Ano LVIII - nº 13.972

181 Páginas

SUMÁRIO

GOVERNADORIA DO ESTADO	3
ÓRGÃOS MILITARES	11
SECRETARIAS DE ESTADO	11
AUTARQUIAS	54
FUNDAÇÕES PÚBLICAS	73
EMPRESAS PÚBLICAS	75
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	76
MUNICIPALIDADE	78
DIVERSOS	178

GOVERNADORIA DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.774-P, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista os arts. 4º e 10, da Lei nº 533, de 19 de junho de 1974, e a Lei Complementar nº 182 de 31 de março de 2008,

CONSIDERANDO a decisão judicial proferida nos autos nº 603412-06.2019.8.01.0070,

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) registrada em Ata nº 02, de 19 de fevereiro de 2025, e os documentos que instruem o Processo SEI nº 0056.012385.00021/2025-21,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar os efeitos das promoções concedidas, pelo critério de antiguidade, ao SUB TEN PM RG 1967 IRANDY MARIM NOGUEIRA, na forma abaixo:

I - Nomeação ao posto inicial de 2º Tenente do Quadro de Oficiais de Administração da Polícia Militar - QOAPM, a contar de 21 de agosto de 2015.

II - Promoção ao posto de 1º Tenente do Quadro de Oficiais de Administração da Polícia Militar - QOAPM, a contar de 21 de agosto de 2017.

II - Promoção ao posto de Capitão do Quadro de Oficiais de Administração da Polícia Militar - QOAPM, a contar de 21 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.775-P, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista os arts. 4º e 10, da Lei nº 533, de 19 de junho de 1974, e a Lei Complementar nº 182, de 31 de março de 2008,

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO), registrada em Ata nº 02, de 19 de fevereiro de 2025, e os documentos que instruem o Processo SEI nº 0056.012385.00021/2025-21,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, pelo critério de antiguidade, ao posto de Major do Quadro de Oficiais de Administração da Polícia Militar - QOAPM, o CAP PM RG 1967 IRANDY MARIM NOGUEIRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21 de abril de 2023.

Rio Branco - Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.779-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FLORA DE BARROS BRAGA do cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-6, nomeada através do Decreto nº 7.496-P, de 22 de julho de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.780-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIEL LOPES COMAPA CAVALCANTE para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-6, na Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB.

Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pelo servidor nomeado na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.781-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Secretário Adjunto, MARCIO LUIZ PAIVA DE LIMA, para responder pela Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, durante o período de 25 de fevereiro a 4 de março de 2025, em razão da ausência do titular da pasta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.782-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JESSICA PEREIRA DE SOUZA para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-2, na Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo - SEHURB.

Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.783-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GERVANIA SAYRA DE SOUZA GUNDIM para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-1, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE.

Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.784-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JORDELEI BATISTA do cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-3, nomeado através do Decreto nº 3.453-P, de 28 de abril de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.785-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KALIL RAHUAM DE FIGUEIREDO BITTENCOURT para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-3, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pelo servidor nomeado na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.786-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MILAYD CARIOCA DA SILVA do cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-1, nomeada através do Decreto nº 3.454-P, de 28 de abril de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.787-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MÔNICA ALVES FREIRE SILVA para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-1, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.791-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação da servidora MARIA DE NAZARÉ ALVES DE FREITAS, ocupante de cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-1, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH para o Gabinete da Vice-Governadora – GABVICE.

Art. 2º Caberá à titular da pasta de destino designar a função a ser exercida pela servidora na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 3 de março de 2025.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.792-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CAIO CESAR PEREIRA PINHEIRO do cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-7, nomeado através do Decreto nº 2.305-P, de 7 de março de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.793-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ERIK MAURICIO LEITE DA COSTA do cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-6, nomeado

através do Decreto nº 7.049-P, de 11 de junho de 2024.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.794-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar DEBORAH FIGUEIREDO SILVA do cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-8, nomeada através do Decreto nº 311-P, de 6 de janeiro de 2023.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.795-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA VANDA AQUINO DA SILVA para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-7, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE.
Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.796-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELINE BATISTA FERNANDES para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-6, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE.
Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.797-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERIK MAURICIO LEITE DA COSTA para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-8, na Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE.
Art. 2º Caberá ao titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pelo servidor nomeado na unidade administrativa correspondente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.798-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição do Estado do Acre, RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação da servidora SARAH PEREIRA DA SILVA RIBEIRO, ocupante de cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-7, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH para o Gabinete da Vice-Governadora - GABVICE.
Art. 2º Caberá à titular da pasta de destino designar a função a ser exercida pela servidora na unidade administrativa correspondente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 3 de março de 2025.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.800-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso VI, da Constituição do Estado do Acre, RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor JASIEL LIMA ARAÚJO, ocupante de cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-2, da Secretaria de Estado de Administração - SEAD para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP.
Art. 2º Caberá ao titular da pasta de destino designar a função a ser exercida pelo servidor na unidade administrativa correspondente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 3 de março de 2025.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.801-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WALDIANE ARAÚJO DE ALMEIDA do cargo de Gerente Administrativa do Hospital Sansão Gomes, tipificação IV, da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, nomeado através do Decreto nº 1.585-P, de 6 de fevereiro de 2023.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.802-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 1.912, de 31 de julho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Nomear WALDIENE ARAÚJO DE ALMEIDA para exercer cargo de Gerente Administrativa da Maternidade Ethel Muriel Geddis, tipificação IV, da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.803-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOSÉ DANIEL SOUZA INÁCIO do cargo de Gerente de Assistência à Saúde da Unidade Mista de Saúde de Marechal Thaumaturgo, tipificação I, da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, nomeado através do Decreto nº 6.030-P, de 25 de janeiro de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.805-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre,

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público para o provimento de cargos da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, homologado pelo Edital nº 018 SEAD/SESACRE, de 13 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.454, de 16 de janeiro de 2023,

CONSIDERANDO as solicitações de nomeação constante do Ofício nº 2700/2025/SESACRE, objeto do processo SEI nº 0019.004711.01291/2024-38.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em caráter efetivo, nos cargos e localidades abaixo discriminados, os seguintes candidatos, no padrão e classe inicial das respectivas carreiras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE:

I – AGENTE ADMINISTRATIVO – ASSIS BRASIL: FRANCISCO ERISBERTO SILVA DE SOUSA. BRASILÉIA: ALEX MARINHO DE CASTRO. CRUZEIRO DO SUL: LOUISE FIGUEIREDO GOMES e MAICON SILVA DE SOUZA (PCD). FEIJÓ: DEIVID BEZERRA FERREIRA e JAKSON SOUSA DOS SANTOS. JORDÃO: ANTONIA LORENA DA SILVA NASCIMENTO. MÂNCIO LIMA: CHAIANE AMARAL MACIEL NASCIMENTO. MANOEL URBANO: ALINE DE MATOS SILVA. MARECHAL THAUMATURGO: ANTONIO ROMILDO CRUZ DE MENEZES. PLÁCIDO DE CASTRO: FRANCICLEY DE MELO MARQUES e LEIDIOMARIA GOMES MACHADO. PORTO WALTER: LUCIANO COSTA DE MATOS. RIO BRANCO: ANDRESSA CRISTINA PERES RANGEL, MARNIELE GOMES FERREIRA, MARCELO DOS SANTOS SARAIVA JUNIOR, JESSICA TAYRINE BARBOSA DE LIMA, AMANDA GREICE DE SOUZA REIS MACHADO, WILLYANE MELO UCHÔA, NATHALIA MONIZ MARRUCH, JOÃO VICTOR TOLEDO BONFIM, SUZANE CARVALHO DE SOUZA, JAIRLA PASSOS DE SOUZA e MARIA GORETI MARCELINO DE ALMEIDA (PCD). RODRIGUES ALVES: MIGUEL LIMA DA SILVA. SANTA ROSA DO PURUS: RODICLEY BRAZ DA CRUZ. SENA MADUREIRA: JANDSON DE LIMA PAIVA. SENADOR GUIOMARD: JEFFERSON HÁLAKEX DO NSACIMENTO ALENCAR. TARAUAÇÁ: DIANA MARIA DE SA OLIVEIRA. XAPURI: ROSIANE DE SOUZA.

II – ASSISTENTE SOCIAL – RIO BRANCO: LAYLA GOMES MARINHO.

III – CIRURGIÃO DENTISTA – RIO BRANCO: LEONARDO HENRIQUE XAVIER DE OLIVEIRA e CAROLINE PINHEIRO BEIRUTH. SENADOR GUIOMARD: JOÃO BATISTA BARBOSA LEITE SOBRINHO.

IV – CONDUTOR DE AMBULÂNCIA – XAPURI: GILMAR MACHADO DA SILVA. V – ENFERMEIRO – CRUZEIRO DO SUL: MARLITON VINÍCIUS PEDROSA EVANGELISTA (RECLASSIFICADO). MÂNCIO LIMA: KEMILLY MATIAS DE LIMA (RECLASSIFICADA). MARECHAL THAUMATURGO: SABRINA OLIVEIRA DA SILVA. RIO BRANCO: MICHEL RIBEIRO PAES (RECLASSIFICA-

DO), EVELINE PENEDO DA SILVA (RECLASSIFICADA) e BRUNA BARBOSA FERREIRA (PCD - RECLASSIFICADA). SENADOR GUIOMARD: PÉRICLES MENDONÇA ALEXANDRINO.

VI – FARMACÊUTICO – BRASILÉIA: MÁRIO MAURICIO DA SILVA PARO. CRUZEIRO DO SUL: ANTONIO ATAIDE BORBA. RIO BRANCO: NICOLAS GRANZA BARBOSA (RECLASSIFICADO).

VII – FISIOTERAPEUTA – CRUZEIRO DO SUL: JULIANA DE ALMEIDA SILVA.

VIII – MÉDICO – CRUZEIRO DO SUL: GLAUCO MARTINS DA SILVA (RECLASSIFICADO). RIO BRANCO: LUCAS SAMUEL ARAÚJO DA COSTA (RECLASSIFICADO), DÂMARYS NERI DIAS BIAZI (RECLASSIFICADA), JÉSSICA MOREIRA DINIZ (RECLASSIFICADA), DARCIELE SILVA DE ALMEIDA (RECLASSIFICADA), RENER LUCIANA DE OLIVEIRA MAIA (RECLASSIFICADA), PABLO RUAN ANDRADE DE SOUZA (RECLASSIFICADO), HIGNES SENA CORDEIRO FILGUEIRAS (RECLASSIFICADA), ANDRÉ SMAYLLE MOTA DOS REIS (RECLASSIFICADO) e JOÃO VICTOR DA SILVA BARBOSA (RECLASSIFICADO). SENA MADUREIRA: FLÁVIO RENATO MARQUES (RECLASSIFICADO).

IX - MÉDICO CARDIOLOGISTA - RIO BRANCO: GUSTAVO DUARTE ALVES, RODRIGO GONCALVES DE AZEVEDO e AUGUSTO FERREIRA CORREIA (RECLASSIFICADO).

X - MÉDICO CIRURGIÃO GERAL - RIO BRANCO: MARCUS CANAL BRAGA, FLÁVIA LIMA GUIMARÃES, EVERSON DE FREITAS DA SILVA e JEFFERSON SCHMOOR SALES.

XI - MÉDICO NEFROLOGISTA - RIO BRANCO: SAULO ROBERTO MARTINS BEIRUTH.

XII - MÉDICO OBSTETRA E GINECOLOGISTA - RIO BRANCO: THÁIS JARDIM TEODORO BRANCO, JESSICA RAI RA DAMASCENO DE LIMA, EDUARDO DE ALENCAR VIANA E SILVA, ALVARO FELIX POZO VARGAS, GRACE MONICA ALVIM COELHO (RECLASSIFICADA).

XIII - MÉDICO PATOLOGISTA - RIO BRANCO: LARYSSA COSTA DE QUEIROZ (RECLASSIFICADA).

XIV - MÉDICO PEDIATRA - RIO BRANCO: SOFIA GOERSCH ANDRADE ARAGÃO (RECLASSIFICADA).

XV - MÉDICO PSIQUIATRA - RIO BRANCO: PEDRO HENRIQUE VASCONCELOS BRASILEIRO (RECLASSIFICADO).

XVI - MÉDICO RADIOLOGISTA - RIO BRANCO: FERNANDO GILDER GUTIERREZ REVOLLO e GIOVANA ORTIZ DAVILA.

XVII - NUTRICIONISTA – CRUZEIRO DO SUL: UILLIAN GALVÃO LIMA. RIO BRANCO: GIOVANNA LIMA MIGUEIS.

XVIII – PSICÓLOGO – RIO BRANCO: ANDRESSA DE LIMA PEREIRA.

XIX – TÉCNICO DE LABORATÓRIO EM ANÁLISE CLÍNICA – RIO BRANCO: FRANCISCA ADRIANE OLIVEIRA DA SILVA e LUDMILA ALVES MORAIS.

XX – TÉCNICO DE RADIOLOGIA – FEIJÓ: NAYELLE PEREIRA PESSOA. RIO BRANCO: MARIA MARCELA PAIVA DA SILVA, VANUSA DE ARAUJO ALENCAR e JULIANA MARTINI. SENADOR GUIOMARD: LUCAS DA SILVA SIMAO. XAPURI: WUILITON LUIZ DA ROCHA JUNIOR.

XXI – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – RIO BRANCO: NADIELE DOS SANTOS MENDONÇA e EDSON SOARES NOGUEIRA JUNIOR.

XXII - TÉCNICO EM ÓRTESE E PRÓTESE ORTOPÉDICA – RIO BRANCO: MARIA STEFANIE DE SOUZA PEQUENO.

Art. 2º Os candidatos nomeados terão o prazo de até trinta dias para a apresentação dos documentos pertinentes ao cargo e a efetiva assinatura do Termo de Posse.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.806-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XXII, da Constituição do Estado do Acre,

CONSIDERANDO a documentação que instrui o processo SEI nº 0044.015702.00011/2025-82,

RESOLVE:

Art. 1º Reformar, Ex-Ofício (0401), por invalidez, o SD PM PM R4 RG 1119 MANOEL NOGUEIRA DE ALENCAR, em face do Laudo Médico expedido pela Junta Médica da Polícia Militar do Estado do Acre, que verificou sua in-

capacidade definitiva para a função Policial Militar, fazendo jus aos proventos integrais calculados sobre a graduação que já percebe.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 4 de fevereiro de 2025.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.807-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AMANDA DE SOUZA BARBOSA para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-3, na Procuradoria-Geral do Estado – PGE.

Art. 2º Caberá à titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

DECRETO Nº 9.808-P, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso XX, da Constituição do Estado do Acre, e tendo em vista o art. 52 da Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCIANA PEREIRA DE SOUZA para exercer cargo em comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento, referência CAS-8, na Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE.

Art. 2º Caberá à titular da pasta de que trata o caput designar a função a ser exercida pela servidora nomeada na unidade administrativa correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**PORTARIA CGE Nº 38, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025**

A CONTROLADORA - GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 3.685-P, de 28 de abril de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.527 de 05 de maio de 2023, CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 9.217 de 18 de junho de 2021; CONSIDERANDO o processo SEI nº 0056.000974.00225/2021-28; RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a designação do suplente para compor o Grupo de Trabalho para implementação da Nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos em favor de Marcus Venicius Nunes da Silva, chefe da Consultoria Jurídica - CONJUR da Controladoria-Geral do Estado.

Art. 2º - Revogar a Portaria CGE nº 62, de 11 de setembro de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MAYARA CRISTINE BANDEIRA DE LIMA

Controladora-Geral do Estado

Decreto nº 3.685-P/2023

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO**ESTADO DO ACRE****POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****Portaria PCAC Nº 142, DE 24 DE fevereiro DE 2025**

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado- Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 167, de 17 de março de 2021, que lotou PRISCILA RICARTE MOTA para exercer suas funções no Departamento de Polícia da Capital e do Interior - DPCI

II – Lotar a servidora acima mencionada para exercer suas funções na Polícia Interestadual – POLINTER

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****Portaria PCAC Nº 147, DE 25 DE fevereiro DE 2025**

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado- Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a admi-

nistração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a nomeação deste signatário para o exercício do cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil, através do Decreto nº 44-P, de 02 de janeiro de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023; Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 130, de 11 de Fevereiro de 2022 que lotou a Agente de Polícia Civil Vangela Francalim Lima na Delegacia Central de Flagrantes - DEFLA.

II – Lotar a referida servidora para exercer suas funções na Delegacia de Polícia da 2ª Regional.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****Portaria PCAC Nº 148, DE 25 DE fevereiro DE 2025**

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado- Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a nomeação deste signatário para o exercício do cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil, através do Decreto nº 44-P, de 02 de janeiro de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023; Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº, de 07 de dezembro de 2020 que lotou o Agente de Polícia Civil Genilson da Silva Albuquerque na Delegacia Central de Flagrantes - DEFLA.

II – Lotar o referido servidor para exercer suas funções na Delegacia de Polícia da 2ª Regional.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****Portaria PCAC Nº 149, DE 25 DE fevereiro DE 2025**

José Henrique Maciel Ferreira, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 8º, incisos I, III e IV; e da LOPC, etc.

RESOLVE:

I- Designar os Delegados de Polícia Civil Thiago Braga Parente e Rivânia Franklin Feitosa para responderem cumulativamente pela Delegacia Geral do Município de Manoel Urbano-Acre e Santa Rosa do Purus-Acre, até ulterior deliberação

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira
Delegado Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****PORTARIA REGULAMENTAR Nº 01 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025**

José Henrique Maciel Ferreira, Delegado Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

CONSIDERANDO que a Polícia Civil, órgão do Poder Executivo estadual, organizada de acordo com os princípios da unidade, indivisibilidade, unidade de doutrina e de procedimento, hierarquia e disciplina, incumbe, ressalvada a competência da União e da justiça militar, a função de apuração de infrações penais em todo o território do estado do Acre, conforme os artigos 144, § 4º, da Constituição Federal e 133 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO que são atribuições do Delegado-Geral da Polícia Civil, dentre outras: a) dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; b)gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo; c) expedir instruções normativas de caráter administrativo e policial, nos termos do art. 8º, inc. I, IV e VI, da Lei Complementar Estadual nº. 129, de 22 de janeiro de 2004 – LOPC;

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.959, de 30 de dezembro de 2010, que “Institui as Unidades da Polícia Civil do Estado do Acre”, alterado pelo Decreto nº 11.303, de 08 de agosto de 2023, que definiu a nova composição da Divisão Estadual de Investigações Criminais – DEIC, a qual passou a ser integrada pela Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais – CORE e pela Coordenadoria de Investigações Criminais - CIC;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da DEIC, bem como das unidades que a integram;

CONSIDERANDO o art. 5º do referido Decreto define que “As atribuições, a composição, o território de atuação, o funcionamento, o horário de expediente, as relações de subordinação e/ou vinculação entre as unidades policiais e entre estas e os órgãos da Direção Geral da Polícia Civil, e os demais processos de caráter administrativo ou operacional serão definidos por ato do Delegado Geral”; CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetivação dos princípios norteadores da Administração Pública contidos no art. 37 da Constituição Federal, em especial o princípio da eficiência;

CONSIDERANDO os princípios e normas constitucionais que norteiam o exercício das atividades administrativas,

RESOLVE:

REGULAMENTAR as atribuições, a composição, o território de atuação e o funcionamento Divisão Estadual de Investigações Criminais – DEIC e das unidades que a compõem.

CAPÍTULO I**DO OBJETIVO E DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 1º. A Divisão Especializada de Investigações Criminais (DEIC) é órgão da Polícia Civil do Estado do Acre que tem por objetivo promover repressão qualificada às infrações penais de maior gravidade, por meio da coordenação, organização e otimização do fluxo de informações e ações entre as unidades que a integram.

Art. 2º. A DEIC será coordenada por um Delegado de Polícia, denominado “Delegado-Coordenador”, ao qual caberá:

I-exercer a coordenação administrativa e técnico-operacional da divisão, bem como das unidades que a integram, respeitadas as atribuições legais de cada uma delas, bem como a independência de seus Delegados Titulares na condução das respectivas investigações, nos termos da Lei nº 12.830/2013;

II-coordenar, organizar e otimizar o fluxo de informações e ações entre as unidades que integram a DEIC;

III-viabilizar as demandas administrativas e operacionais das unidades que integram a DEIC, perante a Direção-Geral e seus órgãos;

IV- promover reuniões periódicas de nivelamento de informações e ações no interesse do trabalho investigativo e operacional da unidade;

V-cooperar com os Delegados Titulares das unidades da DEIC no que for necessário para a execução de suas atividades;

VI-fomentar a integração entre as delegacias que compõem a DEIC;

VII-coordenar a elaboração dos dados de estatística policial-criminal, para remessa à unidade competente;

VIII-orientar os policiais civis atuantes na DEIC acerca de:

a)boas práticas;

b)posturas de prevenção à prática de infrações penais ou administrativas;

c)normativas expedidas pela instituição;

IX-propor à Acadepol ou órgão congênere capacitações em áreas de aperfei-

çoamento do serviço policial, em especial no aprimoramento de técnicas de investigação criminal;

X-participar da elaboração de projetos de interesse da DEIC, bem como acompanhar a respectiva execução; e

XI-propor ao Delegado-Geral da Polícia Civil:

a)medidas que visem à melhoria da estrutura, das condições de funcionamento e dos serviços da DEIC e das unidades que a integram;

b)a adesão, à DEIC, de outras unidades policiais especializadas;

c)a criação de núcleos da DEIC em unidades policiais do interior do Estado;

d)medidas para a melhoria dos serviços afetos à DEIC.

e)outras funções correlatas.

CAPÍTULO II**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º A DEIC será composta pelas seguintes unidades operacionais:

I-Coordenadoria de Investigações Criminais – CIC; e

II-Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais – CORE.

Seção I

Da Coordenadoria de Investigações Criminais - CIC

Art. 4º A CIC tem por objetivo a coordenação e articulação das ações operacionais das seguintes unidades que a integram, sendo as seguintes:

I-Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP;

II-Delegacia de Repressão ao Narcotráfico – DENARC;

III-Delegacia de Combate a Roubos e Extorsões – DCORE;

IV-Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas – DRACO;

V-Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos – DRCC;

VI-Delegacia de Combate a Crimes Ambientais – DECAMB e,

VII-Núcleos Especializados de Investigações Criminais – NEICs.

Seção I

Da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais – CORE

Art. 5º A Coordenadoria de Recursos Especiais – CORE, tem por objetivo apoiar as ações e operações que envolvam técnicas e recursos especiais não utilizados pelas Delegacias de Polícia e órgãos especializados da Polícia Civil do Estado do Acre.

Art. 6º Compete à Coordenadoria de Recursos Especiais – CORE:

I – dirigir, coordenar e supervisionar as ações e operações dos órgãos integrantes de sua estrutura organizativa e operacional, isoladas ou conjuntas com outros órgãos da Polícia Civil do Estado do Acre e outras instituições públicas, além daquelas que, por sua natureza, não possam ser realizadas pelas delegacias com atribuições gerais ou especializadas;

II – manter intercâmbio de informações e operações com os órgãos de segurança da União, Estados e Municípios brasileiros, bem como de outros países;

III – executar atividades de apoio policial em locais de risco, bem como de antiterrorismo às Delegacias Gerais, Regionais e Especializadas.

IV- empreender ações táticas de intervenção, nos casos de sequestro em que o cativo estiver situado em local desconhecido, nos termos do art. 13, inciso I, do Decreto nº 2.287, de 20 de abril de 2015.

Parágrafo único. O Delegado de Polícia Civil de unidade policial que necessitar de apoio da CORE deverá solicitar ao Delegado-Geral ou, na impossibilidade deste, ao seu substituto legal.

Art. 7º Somente poderá ser lotado na CORE servidor policial que:

I – for voluntário;

II – houver concluído pelo menos um dos seguintes cursos/estágios:

a)Estágio Técnico Policial (ETP) ministrado pelo Grupo de Treinamento Policial (GTP) ou ;

b) Curso de Operações Policiais (COP), ministrado por qualquer instituição policial;

c)Curso de Operações Táticas Especiais (COTE) ou similar, ministrado por qualquer instituição Policial;

III – tiver sido considerado apto nos seguintes exames:

a)psicológico, realizado pelo Centro Integrado de Apoio Biopsicosocial;

b)médico, efetuado pelo Instituto Médico Legal (IML); e

c)físico, executado pelo Grupo de Treinamento Policial (GTP) ou outro grupo ou equipe da espécie, assim destacado pela instituição;

IV – não houver sido condenado definitivamente na esfera penal ou ter, contra si, sanção administrativa regularmente aplicada em procedimento administrativo disciplinar por transgressão de terceiro ou quarto grupos, previstas, respectivamente, nos artigos 103 e 104 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, ou por aquelas previstas na Lei Complementar 39/93, sujeitas a pena de demissão.

Parágrafo Único: O requisito estipulado no inciso II poderá ser suprido pelo servidor no prazo de um ano após sua lotação na Coordenadoria de Recursos Especiais – CORE.

CAPÍTULO III**DO FUNCIONAMENTO**

Art. 8º O horário de funcionamento da DEIC e das unidades da CIC seguirão as regras atinentes à jornada definida pela instituição.

§ 1º. O horário da CORE será definido em ato conjunto do Departamento de Polícia da Capital e do Interior e do Coordenador da DEIC, observando-se a natureza e as peculiaridades afetas à respectiva demanda.

§ 2º. Os demais detalhes acerca da forma de atuação e interação operacional entre as unidades da DEIC serão definidos em ato normativo deste.

CAPÍTULO IV

DAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO

Art. 9º A DEIC será subordinada, diretamente, ao Gabinete do Delegado-Geral da Polícia Civil, e terá a estrutura organizacional definida na forma do anexo desta portaria. Parágrafo único. A CIC e a CORE serão dirigidas pelo Delegado Coordenador da DEIC, podendo, a critério do Delegado-Geral da Polícia Civil e havendo disponibilidade, haver designação de delegados de polícia para a coordenação dessas unidades, em apoio ao Coordenador da DEIC.

CAPÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Delegado Geral da Polícia Civil.

Art. 12. Fica revogada a Portaria Regulamentar nº 10, de 10 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado 12.861, de 18/08/2020.

Art. 13. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça; ao Procurador Geral de Justiça; à Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial; ao órgão encarregado de atualização da estrutura organizacional da Polícia Civil, inclusive no sistema SEI; ao Corregedor-Geral da Polícia Civil; aos Diretores dos Departamentos da Direção Geral da Polícia Civil; e a todas as unidades administrativas e operacionais da Polícia Civil.

José Henrique Maciel Ferreira
Delegado-Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL**

Portaria PCAC Nº 140, DE 24 DE fevereiro DE 2025

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade; **RESOLVE:**

I – Revogar a Portaria nº 1006, de 11 de novembro de 2022 que lotou a EPC SUELEN ESTEFANE CRUZ DE OLIVEIRA para exercer suas funções na Polícia Interestadual – POLINTER

II – Lotar a servidora acima mencionado para exercer suas funções no Departamento de Polícia da Capital e do Interior- DPCI

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira
Delegado-Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL**

Portaria PCAC Nº 145, DE 24 DE fevereiro DE 2025

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes,

observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade; **RESOLVE:**

I – Revogar a Portaria nº 414, DE 24 DE MARÇO DE 2022 que lotou a EPC Bruna Karla Dantas de Souza para exercer suas funções na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher- DEAM;

II – Lotar a referida servidora para exercer suas funções na DELEGACIA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA-DECAV.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL**

Portaria PCAC Nº 146, DE 24 DE fevereiro DE 2025

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc.

Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras;

Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público;

Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão;

Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade;

Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige;

Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade; **RESOLVE:**

I – Revogar a Portaria nº 974, de 10 de dezembro de 2020 que lotou o EPC Matheus José Pinto de Lima para exercer suas funções no Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente- NUCRIA ;

II – Lotar o referido servidor para exercer suas funções na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher- DEAM

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira
Delegado-Geral da Polícia Civil

Portaria PCAC Nº 150, DE 25 DE fevereiro DE 2025

O Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º da LOPC etc.

Considerando o disposto no art. 132 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº. 39, de 29 de dezembro.

Considerando que a Coordenadoria de Recursos Humanos da Polícia Civil do Estado do Acre prestou a informação de que o servidor completou o período aquisitivo necessário à concessão do benefício,

RESOLVE: Conceder com fundamento no art. 132 e segs. da Lei Complementar nº. 39 de 29.12.93, 30 (trinta) dias de licença-prêmio a servidora ANGELA MARIA DE SOUZA BARROSO, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2017, a serem gozados a partir de 10/03/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira
Delegado-Geral da Polícia Civil

ÓRGÃOS MILITARES**CORPO DE BOMBEIROS****ESTADO DO ACRE**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ACRE – CBMAC
DIRETORIA DE LOGÍSTICA, PATRIMÔNIO E FINANÇAS - DLPF

Portaria CBMAC Nº 36, DE 05 DE fevereiro DE 2025

Nomeação de Gestor e Fiscal de Ata

O Comandante-Geral do CBMAC, CEL CHARLES DA SILVA SANTOS, RG nº 120351-9/CBMAC e inscrito no CPF sob o n.º 461.583.822-20, residente e domiciliado nesta capital, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Estadual Nº 2.712-P, DE 27/03/2023, publicado no D.O.E nº 13.503, Lei de Organização Básica do CBMAC.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, para atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO Nº 061/2024 (SEI nº 0013641925) e CONTRATO Nº 062/2024 (SEI nº 0013642023), celebrado entre o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC, e as empresa FOTO 3 LTDA e NASCIMENTO & GUIMARÃES LTDA, Processo SEI nº 0609.003366.00279/2024-99, assinados no dia 13/12/2024, O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura deste contrato, podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, objeto do presente instrumento é a aquisição de ARTIGOS DE MALHARIA, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Acre, nas condições estabelecidas no Termo de Referência., parte integrante deste instrumento, a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I - Gestor Titular: CAP FELIPE SANTIAGO ROSAS DA COSTA - Matrícula: 3224074-1;

II - Gestor Substituto: CAP FRANCISCO CARLOS SANTOS DE FREITAS FILHO - Matrícula: 9163085-4;

III - Fiscal Titular: 1º TEN RUIRO GUIWEL DE MELO SILVA - Matrícula: 9236945-1;

IV - Fiscal Substituto: ST FILIPE ALEXANDRE CAVALCANTE - Matrícula: 9237267-1;

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público. Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Compete aos gestores e fiscais a participação do Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, ofertado na Plataforma da Escola Nacional de Administração Pública, gratuitamente e em formato on-line.

Art. 5º Fica revogada a Portaria CBMAC Nº 541, DE 27 DE dezembro DE 2024 (SEI nº 0013798433), publicada no DOE nº Nº 13.935, de 02/01/2025.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do contrato.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

CHARLES DA SILVA SANTOS CEL QOBM

COMANDANTE-GERAL DO CBMAC

Decreto 2.712-P, de 27/03/2023

(Assinatura eletrônica)

POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DA PORTARIA PMAC Nº 332, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

PROCESSO Nº 0044.003496.00006/2025-37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 108/2024

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90027/2024

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO

A DIRETORA DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO DA PMAC, no uso das suas atribuições legais, com base na Portaria nº 1298/CG/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância ao disposto nos arts. 58, III e 67 da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO nº 008/2025 celebrado entre a POLÍCIA MILITAR DO ACRE - PMAC e a empresa GP TRAED COMPANY ELETRONICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, oriundos do Pregão Eletrônico para Registro de preços SRP nº 90027/2024 Id contratação PNCP: 00394494000136-1-001096/2024 e demais documentos correlatos, cujo objeto é registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Nobreaks 1500 VA, para atender as necessidades da Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, nas condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência:

I - Gestor Titular: Gilcélio Rufino de Melo - 1º TEN PM - Mat. 9021027-2;

II - Gestor Substituto: Alisson Silva de Melo - SD PM – Matrícula: 9538593-1;

III - Fiscal Titular: Thiago Luan Bonfim de Souza - 3º SGT PM –

Matrícula: 9404694-1;

IV - Fiscal Substituto: Hedelvan Barbosa da Costa - 3º SGT PM –

Matrícula: 9307591-3.

Art. 2º Os Gestores e Fiscais deverão observar e cumprir a Cláusula 14ª – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO - nº 008/2025 na sua totalidade.

Art. 3º A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia com a publicação desta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do contrato, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§1º Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências dos Gestores e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou impedimento legal com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

§2º Os Gestores e Fiscais que não observarem as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderão pelos danos que causar.

Art. 4º No exercício das funções cumpre aos servidores designados observar as orientações, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos aprovado pela Portaria CGE/AC nº016, de 31/03/2014, disponível no endereço eletrônico <http://cge.ac.gov.-br/cont/index-.php/manuais/category/22-manual-de-gestao-e-fiscalizacao-decontra-tos-administrativos>.

Art. 5º Os Gestores e Fiscais de contrato devem informar aos contratados sobre as alterações trazidas pelo Decreto Nº 11.107, de 19 de agosto de 2022 - Diário Oficial do Estado do Acre Nº 13.355, tendo por base o artigo 157, inciso I e o artigo 158, inciso I, ambos da Constituição Federal de 1988, e solicitar que o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF conste no documento fiscal, caso contrário, deverá ser devolvido para retificação.

Art. 6º De ordem do Comandante Geral, por meio do Despacho 1368 (0011381508), incluir certificado ou histórico de formação militar que conste a disciplina Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24 de fevereiro de 2024.

Registre, Publique e Cumpra-se.

Rio Branco - Acre, 24 de fevereiro de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Ellen Pontes Silva de Freitas - CEL QOMEC PM

Diretora de Logística e Patrimônio/PMAC

Portaria 69/CG/2021

SECRETARIAS DE ESTADO**SEAD**

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD

EXTRATO DE EMPENHO: EMPENHO Nº 71406240031/2025

PROCESSO SEI: 0006.016590.00141/2024-11

EMPRESA: EDUCAGOV CURSOS E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO a Contratação de empresa especializada para ministrar o Curso da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, em prol dos servidores públicos, presencial, para um público de até 60 pessoas.

VALOR: 53.900,00, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO DE DESENV. DE RECURSOS HUMAMOS DO ESTADO DO ACRE, PROGRAMA DE TRABALHO: 714.624.04128143322760000, ELEMENTO DE DESPESA: 3 3 90 39 00 00, FONTE RECURSOS : 15010700

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

095/2025 – COMPRASGOV Nº 90095/2025 - FEM

SEI Nº 0050.017759.00003/2025-91

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de estruturas metálicas, tendas piramidais, acessórios, stands, portais, gradis, grids, palcos, equipamentos e outros, visando criar uma base de apoio e infraestrutura e logística, no tocante à realização de eventos culturais e institucionais voltados às atividades da Fundação de Cultura Elias Mansour, visando manter os trabalhos operacionais rotineiros da FEM.

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26/02/2025, por meio dos sites www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996.

Propostas: Serão recebidas até às 09h15min (horário de Brasília) do dia 17/03/2025, quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Francisco Inácio CAR Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

CONCURSO PÚBLICO N 01 2024 – SELEÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL – PESSOA FÍSICA

Objeto: Contratação de Consultoria Individual em Aquisições e Contratos.

Edital e Informações: O edital está à disposição dos interessados por meio do site www.licitacao.ac.gov.br.

A Comissão Especial de Contratação – CEC 01, informa que a nova data de recebimento das propostas e da abertura da licitação acontecerá dia 24/03/2025 às 10h30min (Horário de Brasília), 08h30min (Horário Local).

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS João Ricardo Oliveira da Costa CAR Presidente da Comissão Especial de Contratação – CEC 01

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025 - COMPRASGOV nº 90019/2025 - CBMAC

SEI Nº 0609.012096.00319/2024-11

Objeto: Aquisição de Auto Bomba Tanque Florestal - ABTF e Auto Tanque, caracterizados e adaptados para as ações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre - CBMAC.

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26/02/2025, por meio dos sites www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996.

O Prazo foi reaberto e marcado para o dia 19/03/2025 às 09h15min (horário de Brasília) quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br, em razão do questionamento ter sido respondido pelo órgão demandante.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Janda Feitosa de Araújo CAR Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025 - COMPRASGOV nº 90023/2025 - SEJUSP

SEI Nº 0819.012805.00098/2024-15

Objeto: Contratação de serviços de empresa seguradora, com registro válido e atualizado na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para a cobertura de seguro aeronáutico nas modalidades: CASCO (integral); de Responsabilidade do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) e Limite Único Combinado (LUC), para os helicópteros do Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER.

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26/02/2025, por meio dos sites www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996.

O Prazo foi reaberto e marcado para o dia 20/03/2025 às 09h15min (horário de Brasília) quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br, em razão de Retificação no Edital e seus anexo.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Joelson Queiroz Souza Amorim CAR Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

072/2025 - COMPRASGOV nº 90072/2025 - SEE

SEI Nº 0014.013909.00086/2024-98

Objeto: Contratação de pessoa jurídica de empresa especializada para o fornecimento de baterias automotivas, para atender as necessidades dos veículos oficiais pertencente à frota da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC).

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26/02/2025, por meio dos sites www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996.

O Prazo foi reaberto e marcado para o dia 18/03/2025 às 09h15min (horário de Brasília) quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br, em razão de Retificação do Termo de Referência.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Carolynne Renata Maia de Santana CAR Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2024 - COMPRASGOV nº 90159/2024 - SEJUSP

SEI Nº 0064.008381.00013/2024-11

Objeto: Aquisição de Aeronave Remotamente Pilotada (RPA/drone), incluindo acessórios, treinamento e capacitação, para auxiliar na investigação de procedimentos relacionados a crimes contra a vida, desaparecimento, tráfico de drogas, enfrentamento ao crime organizado e outras atividades afins desenvolvidos pela Polícia Civil do Estado Acre, com recursos oriundos do PLANO DE APLICAÇÃO do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP 2023, Eixo: REDUÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS - RMVI, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP.

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26/02/2025, por meio dos sites www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996.

O Prazo foi reaberto e marcado para o dia 18/03/2025 às 09h15min (horário de Brasília) quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br, em razão de Retificação do Termo de Referência.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Joelson Queiroz Souza Amorim CAR Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2025 – COMPRASGOV Nº 90064/2025 – SEPLAN

SEI Nº 0088.016761.00077/2024-34

Objeto: Aquisição estações de trabalho com 2 (dois) monitores, estações de trabalho avançadas com 2 (dois) monitores, notebooks e nobreaks, para atender necessidades da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

A DIVISÃO DE PREGÃO torna público que fica suspenso o Processo Licitatório acima mencionado, previamente marcado para o dia 26/02/2025 às 09h15min (horário de Brasília), publicado no Diário Oficial do Estado, no Diário Oficial da União Seção 3, no Jornal Opinião e nos sites, www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996, em razão de haver pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações, pendentes de resposta do órgão demandante.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Jose Alberto Lima Castro CAR Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD SECRETARIA AD-
JUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2025 – COMPRASGOV Nº 90065/2025 – SESACRE

SEI Nº 0019.015359.00110/2024-20

Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar CONSUMO GERAL X, para atender as necessidades das unidades de saúde no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE.

A DIVISÃO DE PREGÃO torna público que fica suspenso o Processo Licitatório acima mencionado, previamente marcado para o dia 26/02/2025 às 09h15min (horário de Brasília), publicado no Diário Oficial do Estado, no Diário Oficial da União Seção 3, no Jornal Opinião e nos sites, www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996, em razão de haver pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações, pendentes de resposta do órgão demandante.

Rio Branco-AC, 25 de Fevereiro de 2025.

ASS Joelson Queiroz Souza Amorim CAR Pregoeiro

AVISO Nº 63/2025/SEAD – DIRAF

ANEXO I – SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 1.621-P/2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.471, de 08 de fevereiro de 2023, em observância aos princípios basilares que regem o processo licitatório consignado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública o interesse em realizar a pesquisa de preços, referente a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de instalação e desinstalação de equipamentos de climatização (ares-condicionados), incluindo limpeza e fornecimentos de peças novas e genuínas, para as necessidades da SEAD e suas unidades localizadas no município de Rio Branco.

Art. 2º Os interessados em participar do processo deverão apresentar proposta, preenchida conforme modelo descrito no Anexo I, e encaminhar ao e-mail: contratos.sead.ac@gmail.com, no prazo máximo de até 3 (três) dias corridos a contar da data desta publicação.

Art. 3º Os interessados poderão solicitar o formulário de coleta pelo e-mail contratos.sead.ac@gmail.com com o assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade/UF: _____

Telefones: _____

E-mail: _____

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE ÚNICO – SEAD e UNIDADES					
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES					
Item	Descrição serviços/Aparelhos	Unidade	Qtde. para contratação	Valor Unitário	Valor Total pra contratação
1	Instalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL – 9.000 a 12.000 BTU'S	Serviço	30		
2	Instalação de ar condicionadomodelo SPLIT HI WALL – 18.000 a24.000 BTU'S	Serviço	30		
3	Instalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL – 30.000 a 36.000 BTU'S	Serviço	30		
4	Instalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL – 48.000 a60.000 BTU'S	Serviço	30		
5	Instalação de ar condicionado modelo SPLIT CASSETE de 9.000 a 12.000 BTUS	Serviço	30		
6	Instalação de ar condicionado modelo SPLIT CASSETE de 18.000 BTUS a 24.000 BTUS	Serviço	30		
7	Instalação de ar condicionado modelo SPLIT CASSETE de 28.000 BTUS a 48.000 BTUS	Serviço	30		
8	Instalação de aparelho de ar condicionado modelo SPLITÃO – 20.000TR	Serviço	30		
9	Instalação de aparelho de ar condicionado modelo SPLITÃO – 25.000TR	Serviço	30		
10	Instalação de aparelho de ar condicionado modelo SPLITÃO – 40.000TR	Serviço	30		
11	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL – 9.000 a 12.000 BTU'S	Serviço	30		
12	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL de 18.000 BTUS a 24.000 BTUS	Serviço	30		
13	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL de 30.000 BTUS a 36.000 BTUS	Serviço	30		
14	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT HI WALL de 48.000 BTUS a 60.000 BTUS	Serviço	30		
15	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT CASSETE de 9.000 a 12.000 BTUS	Serviço	30		
16	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT CASSETE de 18.000 BTUS a 24.000 BTUS	Serviço	30		
17	Desinstalação de ar condicionado modelo SPLIT CASSETE de 28.000 BTUS a 48.000 BTUS	Serviço	30		
18	Desinstalação de aparelho de ar condicionado modelo SPLITÃO – 20.000TR	Serviço	30		
19	Desinstalação de aparelho de ar condicionado modelo SPLITÃO – 25.000TR	Serviço	30		
20	Desinstalação de aparelho de ar condicionado modelo SPLITÃO – 40.000TR	Serviço	30		
VALOR TOTAL R\$					
PERCENTUAL DE DESCONTO (%) SOBRE O VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DURANTE 12 MESES				Percentual mínimo de desconto %	
VALOR TOTAL PROPOSTO R\$					

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Prazo de validade da cotação: _____

Local e data _____ - ____ / ____ / ____

Keuly Tavares Queiroz Costa

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa

Decreto nº 1.621-P/2023

AVISO Nº 64/2025/SEAD – DIRAF

ANEXO I – SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 1.621-P/2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.471, de 08 de fevereiro de 2023, em observância aos princípios basilares que regem o processo licitatório consignado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública o interesse em realizar a pesquisa de preço para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização (Condicionadores de ar), incluindo limpeza e fornecimentos de peças novas e genuínas, além de elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, para atendimento aos equipamentos pertencentes a OCA Brasília.

Art. 2º Os interessados em participar do processo deverão apresentar proposta, preenchida conforme modelo descrito no Anexo I, e encaminhar ao e-mail: contratos.sead.ac@gmail.com, no prazo máximo de até 3 (três) dias corridos a contar da data desta publicação.

Art. 3º Os interessados poderão solicitar o formulário de coleta pelo e-mail contratos.sead.ac@gmail.com com o assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade/UF: _____

Telefones: _____

E-mail: _____

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE I – SEAD e UNIDADES

SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES					
Item	Descrição serviços/Aparelhos	Unidade	Qtde. para contratação	Valor Unitário	Valor Total pra contratação
1	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 9.000 BTUs	Serviço	27		
2	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 12.000 BTUs	Serviço	6		
3	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 18.000 BTUs	Serviço	12		
4	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 24.000 BTUs	Serviço	27		
5	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 36.000 BTUs	Serviço	24		
6	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 60.000 BTUs	Serviço	18		
7	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 9.000 BTUs	Serviço	27		
8	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 12.000 BTUs	Serviço	6		
9	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 18.000 BTUs	Serviço	12		
10	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 24.000 BTUs	Serviço	27		
11	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 36.000 BTUs	Serviço	24		
12	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 60.000 BTUs	Serviço	18		
13	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 9.000 BTUs	Serviço	9		
14	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –12.000 BTUs	Serviço	2		
15	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –18.000 BTUs	Serviço	4		
16	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –24.000 BTUs	Serviço	9		
17	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 36.000 BTUs	Serviço	8		
18	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –60.000 BTUs	Serviço	6		
19	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 9.000 BTUs	Serviço	9		
20	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –12.000 BTUs	Serviço	2		
21	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –18.000 BTUs	Serviço	4		
22	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –24.000 BTUs	Serviço	9		
33	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –36.000 BTUs	Serviço	8		
24	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –60.000 BTUs	Serviço	6		
PERCENTUAL DE DESCONTO (%) SOBRE O VALOR ESTIMADO PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DURANTE 12 MESES		Valor Total Estimado Para o Fornecimento de Peças			Percentual mínimo de desconto %
		R\$ 33.600,00			
VALOR TOTAL DO LOTE I R\$					
LOTE II					
25	Serviço de Elaboração e Implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle PMOC, para o sistema de climatização da OCA BRASILÉIA. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento, a descrição das atividades a serem executadas, Conforme NBR 13.971/97, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Portaria 3523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde e Resolução 176/2000, atualizado pela Resolução 09/2003 da Anvisa.	Serviço	1		
VALOR TOTAL DO LOTE II R\$					
VALOR TOTAL PROPOSTO I e II R\$					

Declaro a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Prazo de validade da cotação: _____

Local e data _____ - ____ / ____ / ____

KEULY TAVARES QUEIROZ COSTA
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa
Decreto nº 1.621-p, de 6 de fevereiro de 2023

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

EXTRATO DE EMPENHO.
EMPENHO Nº 7146240035/2025
PROCESSO SEI: 0006.016590.00142/2024-58
EMPRESA: CONSULTE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DO PROFISSIONAL DE SECRETARIADO E ASSESSORIA DE GABINETE, EM PROL DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DE FORMA PRESENCIAL, PARA UM PÚBLICO DE ATÉ 50 PESSOAS. VALOR: 47.000,00, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO DE DESENV. DE RECURSOS HUMAMOS DO ESTADO DO ACRE, PROGRAMA DE TRABALHO: 2276.0000, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00000
FONTE RECURSO: 700.

SEASDH

PORTARIA SEASDH Nº 48, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, MAILZA ASSIS DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do Decreto Estadual n.º 7.101-P, de 14 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 13.797, de 17 de junho de 2024, em consonância com o Artigo 86 da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989, e o disposto no Inciso IX e no Art. 35, da Lei n.º 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo; RESOLVE:

Art. 1º Lotar a servidora CAMILA CELUTA MAIA Pedroza, matrícula 9175016-4, no Programa Juntos pelo Acre - PROJA, desta Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH.

Art. 2º Revogar, em partes, a PORTARIA SEASDH Nº 284, DE 14 DE OUTUBRO DE 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MAILZA ASSIS DA SILVA
Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH
DECRETO Nº 7.100-P, DE 14 DE JUNHO DE 2024
DECRETO Nº 7.321-P, DE 04 DE JULHO DE 2024

PORTARIA SEASDH Nº 49, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, MAILZA ASSIS DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do Decreto Estadual n.º 7.101-P, de 14 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 13.797, de 17 de junho de 2024, em consonância com o Artigo 86 da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989, e o disposto no Inciso IX e no Art. 35, da Lei n.º 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1º Lotar a servidora LIDIANE ALVES MORENO DA SILVA, matrícula 9331280-1, no Programa Juntos pelo Acre - PROJA, desta Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MAILZA ASSIS DA SILVA

Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH

DECRETO Nº 7.100-P, DE 14 DE JUNHO DE 2024

DECRETO Nº 7.321-P, DE 04 DE JULHO DE 2024

SEE**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE****SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****PORTARIA SEE Nº 545, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EM EXERCÍCIO, nomeado por meio do Decreto Nº 9.648-P, de 17 DE FEVEREIRO DE 2025, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 13.966, página 01, de 18 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO/SEE Nº 027/2025 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES e a empresa PRB SERVIÇOS, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME, que tem por objeto a contratação de empresa para a aquisição de materiais de consumo tais como: fornecimento de carimbos, serviços de plotagem, serviços de chaveiro e cópia de chave, em atendimento às necessidades dos diversos setores desta Secretaria de Estado de Educação e Cultura, conforme o disposto no anexo I – Termo de referência do edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 563/2023 (SEI nº 0014.013896.00025/2024-62), a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I – Gestora Titular e Fiscal Titular: ÍTALA BEZERRA ROSAS –

Matrícula: 9667881;

II – Gestora Substituta e Fiscal Substituta: CLEINA MARIA CASTRO DE LIMA – Matrícula 222313-2

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP, necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC, cujo trecho colaciona-se a seguir:

I - Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II - Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único: O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos servidores designados como gestores do contrato de que trata esta Portaria, gerenciar o aludido contrato até o término de sua vigência. Os gestores acima designados respondem pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

I - zelar pela observância dos termos constantes do instrumento convocatório, bem como do contrato e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade do objeto contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II - coordenar as atividades dos fiscais do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que atender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

III - manter registro de todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;

IV - encaminhar para pagamentos as faturas ou notas fiscais dos produtos recebidos;

V - comunicar e/ou justificar formalmente à Secretaria de Estado de Educa-

ção, Cultura e Esportes quando da necessidade de:

a) rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e

b) abertura de novos procedimentos licitatórios assim que for detectada a necessidade em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual contrato para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inabilitação da empresa que impeça de contratar com Administração;

VI - comunicar à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes a necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;

VII - submeter à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referente aos reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro;

VIII - exigir que o contratado repare, corrija, renova, reconstrua e/ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX - encaminhar para conhecimento e providência da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes questões relevantes que não puder solucionar;

X - observar a execução do contrato, dentro dos limites orçamentários e prazos para eles determinados;

XI - formalizar todo e qualquer entendimento com a contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com a mesma;

XII - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de controle, o que não impede de ser auxiliado pelos fiscais de contrato inerentes à área de atuação;

XIII - demandar, agendar e acompanhar as necessidades de informações e reuniões pleiteadas pela empresa contratada.

Art. 4º Compete ao servidor designado como fiscal do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo exercício das atribuições a ela confiadas, até o término da vigência do contrato.

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao Gestor de Contrato sobre tais eventos;

III - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto;

IV - requerer ao Gestor do Contrato a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente constatar irregularidades que precisem ser sanadas;

V - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

VI - auxiliar o Gestor de Contrato, quando solicitado, em resposta a eventuais diligências dos órgãos;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos produtos;

VIII - acompanhar e fiscalizar a execução e entrega pela empresa dos serviços e produtos esperados pela SEE.

Art. 5º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SEE nº 296 de fevereiro de 2025.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Reginaldo Luís Pereira Prates

Secretário de Estado de Educação e Cultura, em exercício

Decreto nº 9.648-P /2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****PORTARIA SEE Nº 557, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EM EXERCÍCIO, nomeado por meio do Decreto Nº 9.648-P, de 17 DE FEVEREIRO DE 2025, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 13.966, página 01, de 18 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO/SEE Nº 016/2025 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA e a empresa S. L. DE CASTRO LTDA –ME, que tem por objeto a contratação de empresa para a aquisição de materiais de consumo tais como: fornecimento de carimbos, serviços de plotagem, serviços de chaveiro e cópia de chave, em atendimento às necessidades dos diversos setores

desta Secretaria de Estado de Educação e Cultura, conforme o disposto no anexo I – Termo de referência do edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 563/2023 (SEI nº 0014.013896.00026/2024-15), a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I – Gestora Titular e Fiscal Titular: ÍTALABEZERRA ROSAS – Matrícula: 9667881;
II – Gestora Substituta e Fiscal Substituta: CLEINA MARIA CASTRO DE LIMA – Matrícula 222313-2

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP, necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC, cujo trecho colaciona-se a seguir:

I - Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II - Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público. Parágrafo único: O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos servidores designados como gestores do contrato de que trata esta Portaria, gerenciar o aludido contrato até o término de sua vigência. Os gestores acima designados respondem pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

I - zelar pela observância dos termos constantes do instrumento convocatório, bem como do contrato e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade do objeto contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II - coordenar as atividades dos fiscais do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que atender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

III - manter registro de todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;

IV - encaminhar para pagamentos as faturas ou notas fiscais dos produtos recebidos;

V - comunicar e/ou justificar formalmente à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes quando da necessidade de:

a) rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e

b) abertura de novos procedimentos licitatórios assim que for detectada a necessidade em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual contrato para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inabilitação da empresa que impeça de contratar com Administração;

VI - comunicar à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes a necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;

VII - submeter à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referente aos reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro;

VIII - exigir que o contratado repare, corrija, renova, reconstrua e/ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX - encaminhar para conhecimento e providência da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes questões relevantes que não puder solucionar;

X - observar a execução do contrato, dentro dos limites orçamentários e prazos para eles determinados;

XI - formalizar todo e qualquer entendimento com a contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com a mesma;

XII - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de controle, o que não impede de ser auxiliado pelos fiscais de contrato inerentes à área de atuação;

XIII - demandar, agendar e acompanhar as necessidades de informações e reuniões pleiteadas pela empresa contratada.

Art. 4º Compete ao servidor designado como fiscal do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo exercício das atribuições a ela confiadas, até o término da vigência do contrato.

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao Gestor de Contrato sobre tais eventos;

III - rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto;

IV - requerer ao Gestor do Contrato a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente constatar irregularidades que precisem ser sanadas;

V - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

VI - auxiliar o Gestor de Contrato, quando solicitado, em resposta a eventuais diligências dos órgãos;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos produtos;

VIII - acompanhar e fiscalizar a execução e entrega pela empresa dos serviços e produtos esperados pela SEE.

Art. 5º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SEE nº 193 de 27 de janeiro de 2025.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Reginaldo Luís Pereira Prates

Secretário de Estado de Educação e Cultura, em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria SEE Nº 582, DE 25 DE fevereiro DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Em exercício, nomeado por meio do Decreto Nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 13.966, página 05, de 18 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares. RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO/SEE Nº 095/2025 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA e a empresa R4 TRANSPORT IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, que tem por objeto a contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviço de locação de CAMINHONETES ADAPTADAS, traçadas, motor a diesel, com condutor e monitor, para suprir a demanda de Transporte Escolar TERRESTRE dos alunos devidamente matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino, no município de Senador Guimard/AC, conforme o disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 514/2023 (SEI Nº 0014.013896.00401/2024-19), a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I – Gestor Titular: PEDRINHO NASCIMENTO DA SILVA – Matrícula: 9227865-4/5;

II – Gestor Substituto: JULIANA OJOPI PACIFICO – Matrícula: 9483063-1;

III – Fiscal Titular: HELENILSON PEREIRA DA COSTA – Matrícula: 9144765-12;

IV – Fiscal Substituto: ADAILTON SOUZA DA SILVA – Matrícula: 327905-2.

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP, necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC, cujo trecho colaciona-se a seguir:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público. Parágrafo único: O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos servidores designados como gestores do contrato de que trata esta Portaria, gerenciar o aludido contrato até o término de sua vigência. Os gestores acima designados respondem pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

I – zelar pela observância dos termos constantes do instrumento convocatório, bem como do contrato e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade do objeto contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II – coordenar as atividades dos fiscais do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que atender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

III – manter registro de todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;

IV – encaminhar para pagamentos as faturas ou notas fiscais dos produtos recebidos;

V – comunicar e/ou justificar formalmente à Secretaria de Estado de Educação e Cultura quando da necessidade de:

a) rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e

b) abertura de novos procedimentos licitatórios assim que for detectada a necessidade em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual contrato para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inabilitação da empresa que impeça de contratar com Administração;

VI – comunicar à Secretaria de Estado de Educação e Cultura a necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;

VII – submeter à Secretaria de Estado de Educação e Cultura para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referente aos reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro;

VIII – exigir que o contratado repare, corrija renova, reconstrua e/ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – encaminhar para conhecimento e providência da Secretaria de Estado de Educação e Cultura questões relevantes que não puder solucionar;

X – observar a execução do contrato, dentro dos limites orçamentários e prazos para eles determinados;

XI – formalizar todo e qualquer entendimento com a contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com a mesma;

XII – responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de controle, o que não impede de ser auxiliado pelos fiscais de contrato inerentes à área de atuação;

XIII – demandar, agendar e acompanhar as necessidades de informações e reuniões pleiteadas pela empresa contratada.

Art. 4º Compete ao servidor designado como fiscal do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo exercício das atribuições a ela confiadas, até o término da vigência do contrato.

I – acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II – anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao Gestor de Contrato sobre tais eventos;

III – rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto;

IV – requerer ao Gestor do Contrato a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente constatar irregularidades que precisem ser sanadas;

V – relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

VI – auxiliar o Gestor de Contrato, quando solicitado, em resposta a eventuais diligências dos órgãos;

VII – atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos produtos;

VIII – acompanhar e fiscalizar a execução e entrega pela empresa dos serviços e produtos esperados pela SEE.

Art. 5º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – Em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 572, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.966, de 18 de fevereiro de 2025, RESOLVE:

Art.1º Determinar nos termos do art. 183, § 7º, da Lei Complementar Estadual nº 39/1993, conforme redação em vigor mediante LC nº 319, de 13 de junho de 2016, a prorrogação por mais 15 (quinze) dias do prazo para conclusão dos trabalhos inerentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 0014.005654.00032/2025-04, submetido ao Rito Sumário, instaurado a partir da Portaria nº 159, de 21 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado “on-line” nº 13.950, de 27 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 26 de fevereiro de 2025.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 573, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.966, de 18 de fevereiro de 2025, tendo em vista as razões apresentadas no Memorando nº 76/2025/SEE – DESPAD,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir a servidora Liones Maria Brito da Silva, Professor P2, matrícula nº 245100-1, na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 0014.005654.00074/2025-37, constituída através da Portaria nº 447, de 14 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado “on-line” nº 13.970, de 24 de fevereiro de 2025, pela servidora Marilene Lima Verde, Professor P2 30h, matrícula nº 335819-2, exercendo a função de Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24 de fevereiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SEE Nº 579, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.966, de 18 de fevereiro de 2025, e tendo em vista as razões apresentadas mediante o Memorando Nº 78/2025/SEE-DESPAD,

RESOLVE:

Art.1º Determinar nos termos do art. 207 da Lei Complementar Estadual nº 39/1993, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pela Portaria nº 2547, de 03 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado “on-line” nº 13.892, de 29 de outubro de 2024, inerente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 0014.005654.00576/2024-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 26 de fevereiro de 2025.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 580, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.966, de 18 de fevereiro de 2025, tendo em vista as razões apresentadas no Memorando nº 80/2025/SEE – DESPAD,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir a servidora Marilene Lima Verde, Professor P2 30h, matrícula nº 335819-2, na Comissão de Processo de Sindicância nº 0014.005654.00012/2025-25, constituída através da Portaria nº 55, de 09 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado “on-line” nº 13.942, de 13 de janeiro de 2025, pela servidora Liones Maria Brito da Silva, Professor P2 30h, matrícula nº 245100-1, exercendo a função de Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício
Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 583, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.966, de 18 de fevereiro de 2025, tendo em vista as razões apresentadas no Memorando nº 81/2025/SEE – DESPAD, RESOLVE:

Art. 1º Substituir a servidora Maria de Jesus Christiane Machado de Souza, Professor P2, matrícula nº 9062041-1, na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 0014.005654.00025/2025-02, constituída através da Portaria nº 157, de 21 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado "on-line" nº 13.948, de 22 de janeiro de 2025, pela servidora Marilene Lima Verde, Professor P2 30h, matrícula nº 335819-2, exercendo a função de Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de fevereiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício
Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria SEE Nº 581, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Em exercício, nomeado por meio do Decreto Nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 13.966, página 05, de 18 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO/SEE Nº 094/2025 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA e a empresa R4 TRANSPORT IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA – EPP que tem por objeto a contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviço de locação de CAMINHONETES ADAPTADAS, traçadas, motor a diesel, com condutor e monitor, para suprir a demanda de Transporte Escolar TERRESTRE dos alunos devidamente matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino, no município de Plácido de Castro/AC, conforme o disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 514/2023 (SEI Nº 0014.013896.00406/2024-41), a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I – Gestor Titular: PEDRINHO NASCIMENTO DA SILVA – Matrícula: 9227865-4/5;
II – Gestor Substituto: JULIANA OJOPI PACIFICO – Matrícula: 9483063-1;
III – Fiscal Titular: ELIENE PEREIRA DE PAIVA – Matrícula: 248258-1;
IV – Fiscal Substituto: ABIMAEI ABREU DOS SANTOS – Matrícula: 143693-1.

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP, necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/ AC, cujo trecho colaciona-se a seguir:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público. Parágrafo único: O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos servidores designados como gestores do contrato de que trata esta Portaria, gerenciar o aludido contrato até o término de sua vigência. Os gestores acima designados respondem pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

I – zelar pela observância dos termos constantes do instrumento convocatório, bem como do contrato e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade do objeto contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II – coordenar a atividades dos fiscais do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que atender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

III – manter registro de todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;

IV – encaminhar para pagamentos as faturas ou notas fiscais dos produtos recebidos;

V – comunicar e/ou justificar formalmente à Secretaria de Estado de Educação e Cultura quando da necessidade de:

a) rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e

b) abertura de novos procedimentos licitatórios assim que for detectada a necessidade em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual contrato para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inabilitação da empresa que impeça de contratar com Administração;

VI – comunicar à Secretaria de Estado de Educação e Cultura a necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;

VII – submeter à Secretaria de Estado de Educação e Cultura para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referente aos reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro;

VIII – exigir que o contratado repare, corrija, renova, reconstrua e/ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreção resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – encaminhar para conhecimento e providência da Secretaria de Estado de Educação e Cultura questões relevantes que não puder solucionar;

X – observar a execução do contrato, dentro dos limites orçamentários e prazos para eles determinados;

XI – formalizar todo e qualquer entendimento com a contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com a mesma;

XII – responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de controle, o que não impede de ser auxiliado pelos fiscais de contrato inerentes à área de atuação;

XIII – demandar, agendar e acompanhar as necessidades de informações e reuniões pleiteadas pela empresa contratada.

Art. 4º Compete ao servidor designado como fiscal do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo exercício das atribuições a ela confiadas, até o término da vigência do contrato.

I – acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II – anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao Gestor de Contrato sobre tais eventos;

III – rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto;

IV – requerer ao Gestor do Contrato a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente constatar irregularidades que precisem ser sanadas;

V – relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

VI – auxiliar o Gestor de Contrato, quando solicitado, em resposta a eventuais diligências dos órgãos;

VII – atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos produtos;

VIII – acompanhar e fiscalizar a execução e entrega pela empresa dos serviços e produtos esperados pela SEE.

Art. 5º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – Em exercício
Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO/SEE Nº 107/2023
A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o número 04.033.254/0001-67, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 1.907, Bairro Volta Seca, neste

ato representado por seu Secretário de Estado de Educação e Cultura ABERSON CARVALHO DE SOUSA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade (RG) nº 353911 SSP/AC, inscrita no CPF/MF sob o nº. 753.451.292-15, residente e domiciliado na Cidade de Rio Branco/AC, conforme autorização expressa no Decreto Nº 11-P, de 1º de Janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 13.444, página 01, de 03 de Janeiro de 2023. Considerando a AUTORIZAÇÃO nº 28/2024/SEE – DELIC constante nos presentes autos; Considerando o RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO nº 4/2025/SEE – DIOB constante nos presentes autos; Considerando o PARECER Nº 29/2025/SEE – DILIC/SEE – DEAJ, da lavra do Assessor Jurídico da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE constante nos presentes autos; RESOLVE: Art. 1º. Rescindir unilateralmente o CONTRATO/SEE Nº 107/2023, datado de 06 de março de 2023, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº 015/2022 (PROCESSO SEI Nº 0014.015386.00058/2022-90), firmado com a empresa P C MAIA OLIVEIRA CONSTRUÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 08.693.601/0001-39, Inscrição Estadual nº 01.018.954/001-75, localizada na Trav. Icó, nº 214, Bairro Estação Experimental, CEP: 69.918-204, município de Rio Branco/AC, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para construção de 11 (onze) escolas indígenas, no município de Feijó – Acre. Art. 2º. Este procedimento tem como base legal os artigos art. 78, I, combinado com art. 79, I, da Lei nº 8.666/93. Art. 3º. O presente Termo de Rescisão será publicado na forma resumida, através de Extrato no DOE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93. Rio Branco (AC), 15 de janeiro de 2025.

Aberson Carvalho de Sousa
Secretário de Estado de Educação e Cultura
Decreto nº 11-P/2023

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATO/SEE Nº 094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 514/2023
SEI Nº 0014.013896.00406/2024-41
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2024
DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto Registro de Preço para contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviço de locação de CAMINHONETES ADAPTADAS, traçadas, motor a diesel, com condutor e monitor, para suprir a demanda de Transporte Escolar TERRESTRE dos alunos devidamente matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino, no município de Plácido de Castro/AC, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
DO PREÇO: O valor total do presente Contrato é de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). NOTA DE EMPENHO Nº 7170011395/2025.
DA DESPESA: A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Programa de Trabalho: 717.001.2090.0000 – Manutenção do Transporte Escolar; Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – outros serviços de terceiros (PJ); Fonte de Recurso: 1.500.1001;
DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO E DAS DEMAIS INFORMAÇÕES: O contrato terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura; LOCAL E DATA: Rio Branco/AC, 24 de fevereiro de 2025

ASSINAM: Reginaldo Luís Pereira Prates – Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício – Pela Contratante Ajaniele Lopes da Silva – R4 TRANSPORT IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA – EPP – Pela Contratada

GOVERNO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO/SEE Nº 7/2023.
DAS PARTES: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O MUNICÍPIO SENADOR GUIOMARD
DO OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Termo de CONVÊNIO Nº 7/2023/SEE, pelo período de 16 de março de 2025 a 15 de outubro de 2025, para execução do objeto do convênio. DATA DE ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2025

ASSINAM: ABERSON CARVALHO DE SOUSA – Secretário de Estado de Educação e Cultura e ROSANA PEREIRA DA SILVA – Prefeita do Município de Senador Guiomard.

GOVERNO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

QUARTO TERMO ADITIVO DE OFÍCIO AO TERMO DE CONVÊNIO/SEE Nº 06/2023. DAS PARTES: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E A PREFEITURA DE SENADOR GUIOMARD. DO OBJE-

TO: Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Termo de CONVÊNIO Nº 06/2023/SEE, pelo período de 16 de março de 2025 a 15 de outubro de 2025, para execução do objeto do convênio. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Convênio/SEE-DICON/SEE Nº 06/2023.
DATA DE ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2025.

ASSINA: REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES – Secretário de Estado de Educação e Cultura e ROSANA PEREIRA DA SILVA – Prefeita do Município de Senador Guiomard.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DO CONTRATO/SEE Nº 095/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 514/2023
SEI Nº 0014.013896.00401/2024-19
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2024
DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto Registro de Preço para contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviço de locação de CAMINHONETES ADAPTADAS, traçadas, motor a diesel, com condutor e monitor, para suprir a demanda de Transporte Escolar TERRESTRE dos alunos devidamente matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino, no município de Senador Guiomard/AC, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
DO PREÇO: O valor total do presente Contrato é de R\$ 1.439.800,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e nove mil e oitocentos reais). NOTA DE EMPENHO Nº 7170010769/2025.
DA DESPESA: A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Programa de Trabalho: 717.001.2090.0000 – Manutenção do Transporte Escolar; Elemento de Despesa: 33.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção; Fonte de Recurso: 1.500.1001; da VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura; LOCAL E DATA: Rio Branco (AC), 24 de fevereiro de 2025.

ASSINAM: Reginaldo Luís Pereira Prates Secretário de Estado de Educação e Cultura em exercício Pela Contratante Ajaniele Lopes da Silva R4 TRANSPORT IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA – EPP – Pela Contratada

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE RETIFICAÇÃO
O Secretário de Estado de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições regulamentares, RETIFICA, por este termo, o CONTRATO/SEE Nº 404/2024, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 106/2024 – COMPRASGOV nº 90106/2024 (SEI Nº 0014.013896.00329/2024-20), firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA e a empresa REJUVI ATACADISTA LTDA – ME, cujo objeto é a Aquisição de material de copa/cozinha, com intuito de atender a Secretaria de Estado da Educação e Cultura e suas unidades escolares.
ONDE SE LÊ:
CONTRATO/SEE Nº 404/2024
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 106/2024 – COMPRASGOV nº 90106/2024
PROCESSO 0014.013896.00329/2024-20
ATA SRP Nº 70/2024
LEIA-SE:
CONTRATO/SEE Nº 404/2024
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 106/2024 – COMPRASGOV nº 90106/2024
PROCESSO 0014.013896.00329/2024-20
ATA SRP Nº 98/2024
LOCAL E DATA: Rio Branco-AC, 25 de fevereiro de 2025.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES
Secretário de Estado de Educação e Cultura – Em exercício
Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/SEE Nº 103/2023
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 077/2022
SEI Nº 0014.013909.00248/2022-26
DO OBJETO: Constituem objetos do presente instrumento o reajuste de aproximadamente 4,32% e a prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO/SEE Nº 103/2023, referente à locação de veículo (tipo caminhão carroceria aberta) com condutor, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes – SEE, no âmbito do estado do Acre, nos termos do Art. 57, II e § 2º combinado com o Art. 40,

XI e Art 55, III, da Lei n.º 8.666/93, tudo em conformidade com o PARECER Nº 66/2025/SEE – DILIC/SEE – DEAJ e demais normas constantes no Processo SEI nº 0014.013909.00248/2022-26. DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência mencionado na cláusula anterior fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 03 de março de 2025 com término em 02 de março de 2026. DO VALOR: O valor unitário foi reajustado para R\$ 8.649,10 (oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dez centavos), perfazendo o valor total de R\$ 207.578,30 (duzentos e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta do orçamento específico – Programas de Trabalho: 717.001.2089.0000 – Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais; Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ); Fonte de Recurso: 1.500.1001 E 717.001.2095.0000 – Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Educação; Elemento de Despesas: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros (PJ); Fonte de Recurso: 1.573.0100. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato principal, que não sejam conflitantes com as ora ajustadas. LOCAL E DATA: Rio Branco – AC, 24 de Fevereiro de 2025.

ASSINAM: Reginaldo Luís Pereira Prates – Secretário de Estado de Educação e Cultura – em exercício – Pela Contratante Wendson de Lima Israel – W. L. Israel, Serviços & Comércio Ltda – ME – Pela Contratada

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ERRATA
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 2501.
O Secretário de Estado de Educação, Cultura – Em Exercício, no uso de suas atribuições regulamentares, RETIFICA, por este termo, o PORTARIA SEE Nº 2501, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024, referente a CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023 (Processo SEI nº 0014.004807.00380/2024-20), firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA e a empresa LIDERA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA – ME, cujo objeto é a Contratação de Agentes de Intermediação/Integração de Estágio, público ou privado – entidades sem fins lucrativos, para prestação de serviços de recrutamento e seleção de estudantes, bem como acompanhamento de estágios junto a esta Secretária de Estado de Educação e Cultura – SEE.
ONDE SE LÊ:
[...]
I – Gestor Titular: MAINE AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA – Matrícula: 323039-1/2;
II – Gestor Titular: CHRISTIAN MORAIS DE OLIVEIRA REGO – Matrícula: 9403850-2;
III – Fiscal Titular: MAURICÉIA CHAVES LINO – Matrícula: 9483233-2;
IV – Fiscal Substituto: CARMEN SILVIA NOGUEIRA BRAGA DE SOUSA – Matrícula: 43540-1.
LEIA-SE:
[...]
I – Gestor Titular: MAINE AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA – Matrícula: 323039-1/2;
II – Gestor Substituto: CHRISTIAN MORAIS DE OLIVEIRA REGO – Matrícula: 9403850-2;
III – Fiscal Titular: MAURICÉIA CHAVES LINO – Matrícula: 9483233-2;
IV – Fiscal Substituto: CARMEN SILVIA NOGUEIRA BRAGA DE SOUSA – Matrícula: 43540-1. LOCAL E DATA: Rio Branco-AC, 24 de fevereiro de 2025.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES
Secretário de Estado de Educação e Cultura – Em exercício
Decreto nº 9.648-P/2025

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GABINETE DO SECRETARIO

AVISO DE CONVOCAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 048/2025 – COMPRASGOV Nº 90048/2025
ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DE PROVA DE CONCEITO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE AVALIAÇ~EOS DIAGNÓSTICAS E SOMATIVAS PARA OS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS) E ENSINO MÉDIO.
A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, por meio de sua Diretoria de Ensino, vem tornar público para conhecimento dos interessados, a convocação da empresa PALMER SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ nº XXX, para se fazer presente no Centro de Referência em Educação Especial, no dia 26 de fevereiro de 2025, das 07:30 as 12:00hs, para apresentação da Prova de Conceito referente ao referido processo, PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 048/2025 – COMPRASGOV Nº 90048/2025, conforme estabelecido no item 5.9 do Termo de Referência – Anexo I, do referido certame.
A Prova de Conceito será realizada em conformidade com as especificações e exigências estabelecidas no Edital do certame, visando garantir a isonomia e a transparência do processo licitatório. E conforme comissão avaliadora, conforme item 5.9.2, abaixo relacionado:

Item	Nome	Setor	Matrícula
01	HEMILA SUELEM SOUZA DE OLIVEIRA	DIV. DE ENFRENTAMENTO À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE	9364900-2
02	DILMARA RODRIGUES DA SILVA	DIV. DE ENFRENTAMENTO À DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE	9234543-9
03	CINTIA ALMEIDA DA SILVA E SILVA	DIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL	291404-10/12
04	CRISTIANE BARBOSA DE SOUZA	DIV. DE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL	9240799-5
05	ANTÔNIO DA SILVA LIMA	DIV. DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	9066683-12/13
06	MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA RODRIGUES	DIV. DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	2357640-1 SEME: 54345601-1
07	STEFÂNIA FERREIRA DA COSTA	DIV. DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	269174-1
08	MARIA DAS DORES MELO DE SOUZA	DIV. DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	9062378-2
09	NEIVA LOPES DA SILVA GALVÃO	DIV. DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	9095918-8/9
10	VIRGÍNIA GONSALVES DE SOUZA	DIV. DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	9130780-4
11	VANDA GOMES DE BRITO	DIV. DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	9184880-9
12	KATIUCIA CRISPIM DE OLIVEIRA PIOVESAN	DIV. DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	9115633-5 E 7
13	RODRIGO DE SOUZA GOMES	DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO	9486496-3

A fim de assegurar a lisura e a transparência do procedimento, os interessados que desejarem acompanhar a Prova de Conceito deverão comparecer no local, data e horário acima informados.

Reginaldo Luis Pereira Prates
Secretário de Estado de Educação e Cultura em Exercício

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SEE Nº 492, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO que o aprimoramento da gestão de pessoas é um dos macrodesafios do Poder Executivo Estadual, o que compreende a melhoria do ambiente organizacional e da qualidade de vida dos seus integrantes;

CONSIDERANDO o princípio da dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, a proibição de todas as formas de discriminação e o direito à saúde e à segurança no trabalho (artigos 1º, inciso III e IV; 3º, IV; 6º; 7º, inciso XXII; 37 e 39, §3º; 170, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Convenção n.º 190 da Organização Internacional do Trabalho/OIT reconheceu que a violência e o assédio no mundo do trabalho consistem em violação de direitos humanos e são ameaça à igualdade de oportunidades e, por isso, incompatíveis com o trabalho decente, reconhecendo a importância de uma cultura do trabalho baseada no respeito mútuo e na dignidade humana como forma de prevenção da violência e do assédio;

CONSIDERANDO que as práticas de assédio e discriminação são formas de violência psicológica que afetam a vida do trabalhador, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, podendo ocasionar graves danos à saúde física e mental, inclusive a morte, constituindo risco psicossocial concreto e relevante na organização do trabalho;

CONSIDERANDO que a prática de assédio moral no ambiente de trabalho, assim entendida todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a autoestima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução profissional ou à estabilidade física, emocional e funcional do servidor é uma das proibições listados no art. 167 da Lei Complementar nº 39/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituídas e mantidas pelo Poder Público,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores da Secretaria de Estado de Educação e Cultura abaixo relacionados para comporem a Comissão de Combate ao Assédio Moral, no âmbito desta Secretaria, visando a atuação permanente na coordenação das atividades inerentes à matéria:

Nº	Nome	Matrícula	Setor	Função na Comissão
01	Reginaldo Luís Pereira Prates	9301747-4	Secretaria Adjunta de Administração	Presidente
02	Milla Almeida de Oliveira	2366460-1	Secretaria Adjunta de Administração	Vice-Presidente
03	Marcelo Augusto de Oliveira da Silva	9548661-1	Consultoria Jurídica	Membro
04	Márcia Aurélia dos Santos Pinto	304743-2	Divisão de qualidade de vida e bem-estar	Membra
05	Erica Fernanda da Silva Mendonça Torres	9085980-4	Assessoria de Comunicação	Membra
06	Stalin Che Guevara Souza de Melo	346612-2/3	Assessoria de Comunicação	Membro
07	Maria José Freitas de Souza Nascimento	237949-1	Ouvidoria	Membra
08	Raquel Luena Costa Vieira	9474501-1	Departamento de Gestão de Pessoas	Membra
09	Adriana Carlos Alencar Marreiro	9217720-2	Diretoria de Logística	Membra
10	José Augusto Leandro Rodrigues	350559-4/5	Diretoria de Gestão Operacional	Membro
11	Maria da Conceição Ferreira	7749-1	Departamento de Gestão de Redes	Membra
12	Margareth Cristine Lopes Lamas	2385201-1	Departamento de Gestão de Redes	Membra
13	Ocimar Leitão Mendes	914209-3	Departamento de Formação e Assistência Educacional	Membro
14	Karina Pereira Silvestre	9443495-2	Departamento de Terceirização	Membra
15	Maria Delaide de Oliveira Ferreira	9483390-2	Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação	Membra
16	Josiney de Oliveira Pinheiro	9440313-1	Departamento de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	Membro
17	Irizane Clementino de Lima Vieira	2384116-1	Secretaria Adjunta de Ensino	Membra

Art. 2º Revogar a PORTARIA SEE Nº 1320, DE 03 DE MAIO DE 2023, publicada no Diário Oficial de 04 de Maio de 2023.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Reginaldo Luis Pereira Prates
Secretário de Estado de Educação e Cultura, em exercício
Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria SEE Nº 571, DE 24 DE fevereiro DE 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Em exercício, nomeado por meio do Decreto Nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 13.966, página 05, de 18 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria SEE Nº 2936, DE 25 DE novembro DE 2024.

Art. 2º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do CONTRATO/SEE Nº 218/2023 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA e a empresa J S FERREIRA LTDA – ME, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de roçagem, capina, rastelamento e limpeza com roçadeira costal nos terrenos das escolas, prédios e anexos, para atender à Secretaria de Estado e Cultura – SEE, visando atender às necessidades das unidades escolares urbanas, do campo, indígenas e prédios Administrativos desta Secretaria de Estado e Cultura– SEE, nos municípios do Estado do Acre (REGIONAL BAIXO ACRE – EXCETO RIO BRANCO, e REGIONAL ALTO ACRE), conforme o disposto no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 247/2022, (SEI nº 0014.013896.00101/2023-59), a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

GESTOR/FISCAL	NOME	MATRÍCULA	MUNICÍPIO
GESTOR TITULAR:	GUSTAVO MANOEL MATOS DE ABREU	9211004-1	ACRELÂNDIA
GESTOR SUBSTITUTO:	GECIELI BELMONT DE BARROS BELINI	9075100-9	
FISCAL TITULAR:	JEFFERSON RIBEIRO MODESTO	9484124-1	
FISCAL SUBSTITUTO:	LIZIANE NASCIMENTO REZENDE	9075135-8/9	

GESTOR TITULAR:	ROZANGELA DE MELO M. DA COSTA	9100334/22	BUJARI
GESTOR SUBSTITUTO:	MARIA ZILMAR DA ROCHA	135763-2	
FISCAL TITULAR:	ANTONIO MARCOS DA SILVA	235903-1	
FISCAL SUBSTITUTO:	JOSÉ ELIEZIO ALVES DA CRUZ	2356074-1/2	SENADOR GUIOMARD
GESTOR TITULAR:	HELENILSON PEREIRA DA COSTA	9144765-12	
GESTOR SUBSTITUTO:	ELIZANGELA CONCEIÇÃO DA SILVA	9110631	
FISCAL TITULAR:	NILCILEIDE MARCIEL DE AGUIAR	9069704	PLÁCIDO DE CASTRO
FISCAL SUBSTITUTO:	CELIA REGINA CODOGNO CARQUEJEIRO	2352435	
GESTOR TITULAR:	DAGMAR DE SOUZA NERI	106127	
GESTOR SUBSTITUTO:	JAIR FRANCISCO CARVALHO MASTUB	213551-1	CAPIXABA
FISCAL TITULAR:	ELIENE PEREIRA DE PAIVA	248258-1	
FISCAL SUBSTITUTO:	ABIMAEI ABREU DOS SANTOS	143693-1	
GESTOR TITULAR:	OCIMAR PEREIRA XAVIER	21091-1	PORTO ACRE
GESTOR SUBSTITUTO:	GIL VITORIANO DE ALMEIDA	227994-1	
FISCAL TITULAR:	TAINA DÁVILA NASCIMENTO	9461230-2	
FISCAL SUBSTITUTO:	DENIZIA CUNHA DO NASCIMENTO	9278079-4	BRASILÉIA
GESTOR TITULAR:	ANTONIA DEUSENIR PINHEIRO	198510-1	
GESTOR SUBSTITUTO:	ELI GOMES PEREIRA	2384302-1	
FISCAL TITULAR:	LILIANE DE ARAUJO DANTAS	9319271-2	XAPURI
FISCAL SUBSTITUTO:	SANDRA CRSÁRIO SANTOS	9421610-2	
GESTOR TITULAR:	MARIA CECILIA CARVALHO DE OLIVEIRA	165891-1	
GESTOR SUBSTITUTO:	BENEDITA DA SILVA FRANÇA LIMA	248827-1	EPITACIOLÂNDIA
FISCAL TITULAR:	ROBERTO NASCIMENTO DA SILVA	2544060-1	
FISCAL SUBSTITUTO:	ANTÔNIO ROSA CARNEIRO FERREIRA	9118160-3	
GESTOR TITULAR:	WAGNER SOARES DE MENEZES	2367874-1	ASSIS BRASIL
GESTOR SUBSTITUTO:	ANTONIO MÁRCIO BARROS VIDAL	9178350-2	
FISCAL TITULAR:	SONIA MARIA PEREIRA DA SILVA	9483870-1	
FISCAL SUBSTITUTO:	RAIMUNDO NONATO MOREIRA DE OLIVEIRA	228079	
GESTOR TITULAR:	CLEOMAR PORTELA EDUINO	455	
GESTOR SUBSTITUTO:	MARTHÂNIA NASCIMENTO BRAZ	948417-1	
FISCAL TITULAR:	JOÃO ADJOFRE BASTOS SALES	350648-3	
FISCAL SUBSTITUTO:	ROSANGELA SOUZA DE ARAÚJO	9091998-1	
GESTOR TITULAR:	GLEICIANY AMORIM GOMES	90285793	
GESTOR SUBSTITUTO:	JOVEULINA FERREIRA DA SILVA E SILVA	2493861	
FISCAL TITULAR:	ANTONIA ALVES PEREIRA CAVALCANTE	249335	
FISCAL SUBSTITUTO:	JURANDIR PEREIRA DA SILVA	268798-1	

Art. 3º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP, necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/ AC, cujo trecho colaciona-se a seguir:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único: O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Compete aos servidores designados como gestores do contrato de que trata esta Portaria, gerenciar o aludido contrato até o término de sua vigência. Os gestores acima designados respondem pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

I – zelar pela observância dos termos constantes do instrumento convocatório, bem como do contrato e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade do objeto contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

II – coordenar a atividades dos fiscais do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que atender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;

III – manter registro de todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;

IV – encaminhar para pagamentos as faturas ou notas fiscais dos produtos recebidos;

V – comunicar e/ou justificar formalmente à Secretaria de Estado de Educação e Cultura quando da necessidade de:

a) rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e

b) abertura de novos procedimentos licitatórios assim que for detectada a necessidade em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual contrato para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inabilitação da empresa que impeça de contratar com Administração;

VI – comunicar à Secretaria de Estado de Educação e Cultura a necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;

VII – submeter à Secretaria de Estado de Educação e Cultura para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referente aos reajustes, repactuações e reequilíbrio econômico-financeiro;

VIII – exigir que o contratado repare, corrija renova, reconstrua e/ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – encaminhar para conhecimento e providência da Secretaria de Estado de Educação e Cultura questões relevantes que não puder solucionar;

X – observar a execução do contrato, dentro dos limites orçamentários e prazos para eles determinados;

XI – formalizar todo e qualquer entendimento com a contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com a mesma;

XII – responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de controle, o que não impede de ser auxiliado pelos fiscais de contrato inerentes à área de atuação;

XIII – demandar, agendar e acompanhar as necessidades de informações e reuniões pleiteadas pela empresa contratada.

Art. 5º Compete ao servidor designado como fiscal do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo exercício das atribuições a ela confiadas, até o término da vigência do contrato.

I – acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II – anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao Gestor de Contrato sobre tais eventos;

III – rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto;

IV – requerer ao Gestor do Contrato a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente constatar irregularidades que precisem ser sanadas;

V – relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

VI – auxiliar o Gestor de Contrato, quando solicitado, em resposta a eventuais diligências dos órgãos;

VII – atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos produtos;

VIII – acompanhar e fiscalizar a execução e entrega pela empresa dos serviços e produtos esperados pela SEE.

Art. 6º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

REGINALDO LUIS PEREIRA PRATES

Secretário de Estado de Educação e Cultura – Em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AUTORIZAÇÃO Nº 13/2025/SEE - DELIC

PROCESSO Nº: 0014.015403.00144/2025-07

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em exercício nomeado por meio do Decreto nº 9.648-P, de 17 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.966, de 18 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, AUTORIZA a abertura de Processo Administrativo com vistas a apurar a conduta praticada pela empresa NEW TIMES NEGÓCIOS LTDA, CNPJ nº 17.571.096/0001-40, representada pelo Sra. ELISSANDRA SILVA ALMEIDA no âmbito do Contrato nº 106/2023, Pregão Eletrônico SRP nº 184/2022, cujo objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviço terceirizado e continuado de apoio operacional e administrativo, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a serem executados no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 184/2022 (Adesão/Sesacre), seus anexos e demais documentação constante do processo em epígrafe.

Rio Branco-AC, 24 de fevereiro de 2025.

Reginaldo Luís Pereira Prates

Secretário de Estado de Educação e Cultura, em exercício

Decreto nº 9.648-P/2025

SEFAZ

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

SECRETARIO DE ESTADO DA FAZENZA

PORTARIA SEFAZ Nº 88, DE 21 FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere o Decreto nº 4.059, de 05 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial nº 13.550, de 07 de junho de 2023; CONSIDERANDO o Despacho Final de Promoção (SEI 0014394224) exarado pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD; e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0715.004342.00008/2025-93.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR a promoção do servidor MÁRCIO DA SILVA, matrícula: 9315411-1, para a Classe Especial, Referência 1, da carreira de Especialista Executivo - Analista de Sistemas, com efeitos financeiros a contar de 22 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 21 de fevereiro de 2025.

José Amarisio Freitas de Souza

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DO ACRE

SECRETARIO DE ESTADO DA FAZENZA

PORTARIA SEFAZ Nº 91, DE 24 FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere o Decreto nº 4.059-P, de 05 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial nº 13.550, de 07 de junho de 2023; e CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 36/2025/SEFAZ - OUVID (SEI 0014445055) exarado pela Ouvidoria - OUVID CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0715.012456.00021/2025-39.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Luiz Ariel do Vale Gomes, matrícula nº 9591389-2, para responder interinamente pela Ouvidoria, no período de 06 a 14 de março de 2025, devido à ausência do titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco - Acre, 24 de fevereiro de 2025.

José Amarisio Freitas de Souza

Secretário de Estado da Fazenda

Republicado por sair na seção errada do Diário Oficial nº 13.971, página 48.

ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2025

PROCESSO SEI Nº 0715.012448.00892/2024-80 / Dispensa de Licitação

DAS PARTES: O ESTADO DO ACRE E A EMPRESA BANCO DO BRASIL S.A.

DO OBJETO: CENTRALIZAÇÃO, PELO ESTADO NO BANCO, DE 100% (CEM POR CENTO) DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO GERADA PELO ESTADO, LANÇADOS EM CONTAS CORRENTES DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NO BANCO, ABRANGENDO SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E ESTAGIÁRIOS, OU SEJA, QUALQUER PESSOA QUE MANTENHA VÍNCULO DE REMUNERAÇÃO COM O ESTADO, SEJA RECEBENDO VENCIMENTO, SALÁRIO, SUBSÍDIO OU PROVENTOS E PENSÕES, DENOMINADOS, DORAVANTE, PARA EFEITO DESTE INSTRUMENTO, CREDITADOS, SENDO VEDADO, PARA FINS DO PRESENTE CONTRATO, QUE OS RESPECTIVOS PAGAMENTOS SEJAM EFETUADOS NAS MODALIDADES DOC E TED ELETRÔNICOS E CRÉDITO EM POUPANÇA, COM EXCEÇÃO PARA CASOS COM DETERMINAÇÃO JUDICIAL, EM CONTRA-

PARTIDA DA EFETIVAÇÃO DE DÉBITO NA CONTA CORRENTE DO ESTADO, NA FORMA DO ANEXO I.
DO VALOR: R\$ 5.400.000,00 (CINCO MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS)
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. Órgão/ Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado
715/199	2884.622882.2225.00.00	3.3.90.39.81	1.500.0100	R\$5.400.000,00
Total (R\$)				R\$5.400.000,00

DA VIGÊNCIA: O PRESENTE CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 5 (CINCO) ANOS A CONTAR DA DATA DA SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, MEDIANTE TERMO ADITIVO, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA DECENAL, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 107 DA LEI 14.133/21.
DA DATA DA ASSINATURA: 24 DE FEVREIRO DE 2025.

DOS SIGNATÁRIOS: PELO ESTADO O SENHOR GLADSON DE LIMA CAMELI , GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, E PELO BANCO DO BRASIL, O SENHOR JORCINEI WIDSON PEREIRA, GERENTE GERAL ESCRITÓRIO SETOR PÚBLICO ACRE.

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAUTA DE JULGAMENTOS PARA O MÊS DE MARÇO 2025
O Presidente do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais, no uso de suas atribuições legais e na forma dos artigos 6º, VI e 47, ambos do Decreto Estadual nº 11.502/2024, torna pública a Pauta de Julgamentos das Sessões Ordinárias, presencial e por videoconferência, a serem realizadas no mês de março de 2025, às 14h30, na sala de reuniões da Secretaria Adjunta da Receita Estadual, situada na Av. Getúlio Vargas 1.215, Bosque, Rio Branco – Acre (dependências da Secretaria de Estado da Fazenda). Para a sustentação oral por videoconferência, o sujeito passivo deverá requerer a sua participação até as dezessete horas do dia útil imediatamente anterior ao da realização da sessão, através do e-mail: tribunal.sefazac@gmail.com.

Sessão dia 06/03/25
1 Processo: 2017/18/37398
Recorrente: AUTO POSTO XIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – EIRELI
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador André Luiz Caruta Pinho
2 Processo: 2017/18/37481
Recorrente: AUTO POSTO BEX LTDA
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador André Luiz Caruta Pinho
3 Processo: 2018/10/01381
Recorrente: DISDEPEL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador André Luiz Caruta Pinho
4 Processo: 2017/10/33467
Recorrente: MUSTANG AUTO POSTO COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA
Advogado: Marcelo Feitosa Zamora OAB/AC nº 4.711, Thales R. Bordignon OAB/AC 2.160, João Lucas de Mesquita Lopes OAB/AC 5.213
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador André Luiz Caruta Pinho

Sessão dia 13/03/25
1 Processo: 2020/145/08056
Recorrente: E M DE SOUZA
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Marcos Antônio Maciel Rufino
2 Processo: 2020/145/27693
Recorrente: AEROLUB COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI
Advogado: Sisifo Monteiro Filho OAB/AM nº 10.722
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Marcos Antônio Maciel Rufino
3 Processo: 2014/10/02461
Recorrente: A C D A IMP E EXP LTDA
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Carlos Holberque Uchoa Sena
4 Processo: 2020/145/40918
Recorrente: A C D A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Advogados: Emmily Teixeira de Araújo OAB/AC nº 3.507 e OAB/RO nº 7.376, Gilliard Nobre Rocha OAB/ AC nº 2.833 OAB/RO nº 4.864 e Felipe Ferreira Nery OAB/AC nº 3.540 e OAB/RO nº 8.048
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Carlos Holberque Uchoa Sena
Sessão dia 20/03/25
1 Processo: 2015/10/05266
Recorrente: BRAGA E BRAGA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Advogado: Não consta

Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador João Tadeu de Moura
2 Processo: 2015/10/34090
Recorrente: BRAGA E BRAGA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador João Tadeu de Moura
3 Processo: 2017/10/10970
Recorrente: BRAGA E BRAGA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador João Tadeu de Moura
4 Processo: 2016/10/17403
Recorrente: GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Hilton de Araújo Santos
5 Processo: 2015/10/39165
Recorrente: GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Hilton de Araújo Santos
6 Processo: 2016/10/00371
Recorrente: GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Hilton de Araújo Santos
Sessão dia 27/03/25
1 Processo: 2017/97/36664
Recorrente: CURTUME KOROBRAS LTDA.
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Carlos Holberque Uchoa Sena
2 Processo: 2016/10/00521
Recorrente: MAKRO ATACADISTA LTDA.
Advogados: Fabíola Cobiánchi Nunes OAB/SP nº 149.834 e Mário Comparato OAB/SP nº 162.670
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Carlos Holberque Uchoa Sena
3 Processo: 2017/81/42844
Recorrente: B. C. SANTANA COM. DE BOLOS LTDA
Advogado: Não consta
Recorrido: Diretor de Administração Tributária
Recurso: Recurso Voluntário
Relator: Julgador Hilton de Araújo Santos
Rio Branco, 25 de fevereiro de 2025.

Willian da Silva Brasil
Presidente do TATE

ESTADO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2025
PROCESSO: 0715.007435.00008/2024-16- PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 378/2024. DO ÓRGÃO GERENCIADOR: ESTADO DO ACRE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ/AC. DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO: EMPRESAS ATA NOBREAKS SISTEMAS DE ENERGIA LTD, CNPJ: 36.314.871/0001-27; GHF TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ: 28.956.477/0001-64; FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA, CNPJ: 55.935.697/0001-84; MAX QUALITY COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 42.810.782/0001-74; POLICOMP INFORMÁTICA E CONTABILIDADE. CNPJ: 00.355.053/0001-25; DATEN TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 04.602.789/0001-01. DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: NOBREAKS, BATERIAS PARA UPS, RACK DE REDE E OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ACRE – SEFAZ/AC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTAS APRESENTADAS. DO PREÇO: O VALOR GLOBAL TOTALIZA R\$ 982.134,46 (NOVECIENTOS E OITENTA E DOIS MIL, CENTO E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) DA VIGÊNCIA: A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 1 (UM) ANO, CONTADO A PARTIR DO

PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADA POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE AANUÊNCIA DO FORNECEDOR, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO. DA DATA DA ASSINATURA: 18 DE FEVEREIRO DE 2025.

DOS SIGNATÁRIOS: PELO ÓRGÃO GERENCIADOR O SENHOR JOSÉ AMARÍSIO FREITAS DE SOUZA, SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, PELOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS.

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
(ART. 71, INCISO IV, § 4º, da LEI Nº 14.133/2021)
PROCESSO SEFAZ/SEI Nº: 0715.012497.00069/2024-25
Objeto: Contratação de empresa para ministrar cursos e treinamentos visando a capacitação de servidores fazendários, em diversas áreas de conhecimento, para atender às necessidades de treinamento em diversas áreas da Sefaz. Considerando que o presente procedimento se encontra em conformidade com a legislação pertinente (art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 e art. 260, do Decreto Estadual nº 11.363./2023) e, com amparo nos pareceres nº 265/2024/SEFAZ – CONJUR (0012926072) e nº 2025.02.000042 – PGE/PGE – (0014045088), AUTORIZO a contratação direta, através de inexigibilidade de licitação, nos termos das razões lançadas no Processo SEI Nº : 0715.012497.00069/2024-25 da empresa INSTITUTO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.486.290/0001-49, no valor de R\$ 375.600,00 (trezentos e setenta e cinco mil e seiscentos reais).
Em cumprimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 14.133/1993 DETERMINO a divulgação da presente AUTORIZAÇÃO no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como no LICON e no DOE para que produza os efeitos legais.

José Amarísio Freitas de Souza
Secretário de Estado da Fazenda
Decreto nº 4.059-P/2023

SEICT

J. S. DE ARAÚJO
CNPJ: 37.099.484/0001-88

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA – LAU, para a atividade de INDÚSTRIA MADEIREIRA DE DESDOBRIO E BENEFICIAMENTO DE BLOCOS, PRANCHAS E TÁBUAS PARA FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E ESQUADRIAS EM GERAL, localizado na BR 317, km 06, Galpão 01, Parque Industrial de Epitaciolândia, no município de Epitaciolândia – AC.

SEJUSP

PORTARIA SEJUSP Nº 82 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, JOSÉ AMÉRICO DE SOUZA GAIA no uso das atribuições que lhe são conferidas, por meio do Decreto nº 10-p, de 01 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, em consonância com o Artigo 86, Inciso I e IV, da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989; Instituir Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Estado do Acre – 2025 CONSIDERANDO o que preceitua a Lei nº 3.384, de 17 de dezembro de 2021, que estabelece normas gerais e fundamentos referentes à política de gestão patrimonial dos bens móveis do Poder Executivo; CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 11.066 de 1º de junho de 2002, que regulamentou o leilão na forma eletrônica no âmbito do Estado do Acre, e dá outras providências, bem como nos procedimentos administrativos expressos na matéria de direito; CONSIDERANDO as orientações contidas no Ofício Circular nº 49/2025/SEAD, de 12 de fevereiro de 2025 (Evento SEI nº. 0014199204);
RESOLVE:

Art. 1º – Instituir a Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Estado do Acre – 2025, no âmbito desta Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP (CNPJ nº 63.608.947/0001-08) e do Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNDESEG (CNPJ nº 27.531.200/0001-27).

Art. 2º – A Comissão será composta pelos seguintes servidores, presidida pelo primeiro, o qual é substituído pelo segundo nas ausências e nos impedimentos:

- I – Edney Matos de Lima, matrícula nº 9118624 – 7 (Presidente);
- II – Vânia da Silva Pinto Pinheiro, matrícula nº 9275797 – 3 (Vice-Presidente);
- III – Lucas Vinicius Lima de Souza, matrícula nº 9610006 (Membro);
- IV – Kevin Albuquerque de Oliveira, matrícula nº 9521399-3 (Membro);
- V – Lucas Onofre da Silva, matrícula nº 9181571 – 8 (Membro);
- VI – Reginaldo Rocha de Souza, matrícula nº 9006141-1 (Membro);
- VII – Neutel Antônio da Silva Neto, matrícula nº 303461 – 1 (Membro);

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ AMÉRICO DE SOUZA GAIA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 03/2025 Processo nº 0819.012838.00046/2024-16 O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP/AC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, resolve RECONHECER e RATIFICAR o procedimento de Dispensa de Licitação Eletrônica, tratado no Processo SEI nº 0819.012838.00046/2024-16 e Parecer nº 64/2025/SEJUSP – CONJUR/SEJUSP, autorizando a contratação das empresas ES SOLUÇÕES INTEGRADAS, inscrita no CNPJ: 43.127.104/0001-74 e POLI-COMP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 00.355.053/0001-25, cujo objeto é a contratação de Empresa Especializada para a aquisição de material permanente (câmera fotográfica e filmadora compacta) para atender as demandas relacionadas a Assessoria de Comunicação e Social e Eventos – ASSCOSE/SEJUSP/AC, unidade desta Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, com recursos oriundos do PLANO DE APLICAÇÃO: REDUÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS – RMVI – 2023. AÇÃO 2: O valor total da contratação é de R\$ 22.168,87 (vinte e dois mil cento e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos). Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 0618314311 1120000, Elemento de Despesa: 44.90.52.00. e Fonte de Recursos: 17130700.
Rio Branco-Acre, 24 de fevereiro de 2025

José Américo de Souza Gaia
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

SEMULHER

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
GABINETE DA SECRETÁRIA

Portaria SEMULHER Nº 48, DE 20 DE Fevereiro DE 2025

O Diretor Administrativo e Financeiro – DIRAF, KLEYBER SOUZA GUIMARÃES, nomeado de acordo com o Decreto Estadual nº 2.380-P, de 08 de março de 2023, assim como por meio das competências delegadas pela Portaria SEMULHER nº 46, de 22 de maio de 2023, e em conformidade com o artigo 86, II, da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, em observância ao disposto nos Art.s 74, III, e 117 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, para acompanhar e fiscalizar o Contrato Administrativo nº 022/2025, Processo Administrativo Eletrônico SEI nº 0762.017060.00123/2024-48, celebrado entre a Secretaria de Estado da Mulher – SEMULHER e a empresa FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA, tendo como objeto a Contratação de empresa prestadora de Serviço de Telecomunicações, com autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para este fim, para prover solução de conexão IP (Internet Protocol) que suporte aplicações TCP (Transmission Control Protocol) com IP Dedicado, Roteador para atender a Secretaria de Estado da Mulher e suas unidades em Rio Branco e nos municípios de Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Sena Madureira, conforme condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência, sendo:

I – Gestor do Contrato:

- a) Titular: Nayra Gadelha Gonçalves Santos, Matrícula nº 9129839.
- b) Substituto: Sávio Matos Barbosa, Matrícula nº 9639209-2.

II – Fiscal do Contrato:

- a) Titular: Thiago Nascimento Barros, Matrícula nº 9564250-2.
- b) Substituto: Kleiver do Nascimento Chaim, Matrícula nº 9617540-1.

Art. 2º A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia com a publicação desta Portaria de designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§1º Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscal designado serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

§2º Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal do fiscal, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-lo de continuar exercendo suas atribuições.

§3º Em havendo a necessidade de substituição formal do Gestor de Contrato, a responsabilidade de solicitação para substituição recairá ao Chefe da Unidade Administrativa a que o objeto se destina.

Art. 3º Compete ao servidor designado como Fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para tomar as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e situações que apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.

Art. 4º No exercício da atividade delegada de gestão e fiscalização contratual, poderão os servidores designados solicitar auxílio técnico dos setoriais de assessoramento jurídico e de controle interno da Secretaria de Estado da Mulher – SEMULHER, assim como da Procuradoria Geral do Estado do Acre – PGE/AC e da Controladoria Geral do Estado do Acre – CGE/AC, observadas as rotinas normativas orientativas quanto ao fluxo de formalização da solicitação, nos termos do Art. 22 e 23 do Decreto Estadual nº 11.363, de 22/11/2023.

Art. 5º Cumpre aos servidores designados observar as orientações, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas nos Arts. 15 a 20 do Decreto Estadual nº 11.363, de 22/11/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre, disponível no endereço eletrônico <https://legis.ac.gov.br/detalhar/5898>, na Instrução Normativa CGE/AC nº 001, de 16/05/2016, que dispõe sobre as funções de Gestor e de fiscal de contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos aprovado pela Portaria CGE/AC nº 016, de 31/03/2014, ambas disponíveis nos endereços eletrônicos <http://cge.ac.gov.br/cont/index.php/instrucoes-normativas/in-2016> e <http://cge.ac.gov.br/cont/index.php/manuais/category/22-manual-de-gestao-e-fiscalizacao-de-contratos-administrativos>, respectivamente.

Art. 6º Caberá aos servidores designados para a atividade de gestão e fiscalização contratual apor ciência eletrônica na respectiva portaria de designação constituída em Processo Administrativo Eletrônico, devendo a Unidade Administrativa de Gestão Contratual Sistêmica e de Controle Interno desta SEMULHER identificar e fiscalizar seu regular cumprimento.

Art. 7º Ficam os gestores e fiscais de contratos obrigados a participar dos cursos de operacionalização do Sistema de Gestão Administrativa e de Gestão e Fiscalização Contratual, quando ofertados na Plataforma de Capacitação no Portal da Secretaria de Estado de Administração – SEAD, no sítio eletrônico <https://>

servicos.seplag.ac.gov.br/capacitacao/, ou na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP Virtual, no sítio eletrônico <https://www.escolavirtual.gov.br/>, mediante a realização de acesso e inscrição via login e senha.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato.

Kleyber Souza Guimarães

Diretor Administrativo e Financeiro – DIRAF

Secretaria de Estado da Mulher

SEOP

ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS – SEOP

Ata de Registro de Preços nº 185/2024

Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços SRP nº 217/2024

Processo nº: 4016.013764.00035/2024-15

Validade da Ata: 25 de fevereiro de 2026

O Estado do Acre, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 63.606.479/0001-24, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.123.324/0001-05, sediada na Via. Chico Mendes, 805 - Bairro Vila Dener, Rio Branco - AC, 69901-365, neste ato por seu Secretário de Estado de Obras Públicas, o Sr. ÍTALO ALMEIDA LOPES, Engenheiro Civil, Brasileiro, residente e domiciliado em Rio Branco-Acre, portador do RG nº 1040855-0 SSP/AC e o CPF nº 013.778.862-20, de acordo com a delegação de competência contida pelo Decreto Nº 4.057-P, de 05 de junho de 2023, publicado no D.O.E. nº 13.550 de 07 de junho de 2023, pagina 15, no dia 30 de maio de 2023, denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE/ADERENTE, e do outro lado a empresa G. S. SILVEIRA LTDA – EPP Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.313.923/0001-93, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 3440, Bairro Vila Ivonete, CEP: 69.918-578, município de Rio Branco/AC, neste ato representado pelo Senhor GILBERLINO DA SILVA SILVEIRA, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 155106 SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o nº 216.867.182-68, domiciliado e residente na Rua Hélio Melo, nº 36, Q.27, Bairro Xavier Maia, CEP: 69.903-066, município de Rio Branco/AC, doravante denominado simplesmente como CONTRATADA/FORNECEDORA, celebram o presente TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2024, decorrente do Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços SRP nº 217/2024 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, devidamente autorizado pelo gestor da ata, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem tudo de acordo com o processo licitatório realizado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação sob demanda de pessoa jurídica especializada em comunicação visual, compreendendo a confecção, fornecimento e montagem de elementos de identificação e comunicação visual, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Obras Públicas, em todo o Estado do Acre, tudo em conformidade com as especificações e condições constantes do Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	Placa em aço inox adesivada identificando acesso a áreas restritas, sala de imprensa, vestiários e gramado medindo 2,0 x 0,80 m, conforme manual de identificação.	UNID.	6	R\$ 626,00	R\$ 3.756,00
7	Placa adesiva colada sobre base acrílica identificando acesso a áreas restritas, administração e vestiários medindo 0,15 x 0,40 m (diagonal), conforme manual de identificação.	UNID.	22	R\$ 47,88	R\$ 1.053,36
8	Placa em acrílico com a indicação para porta medindo 0,40 x 0,15 m, conforme manual de identificação.	UNID.	55	R\$ 47,88	R\$ 2.633,40
12	Placa adesiva dupla face colada sobre base acrílica suspensa por nylon medindo 1,00x 0,50 m, conforme manual de identificação.	UNID.	6	R\$ 263,00	R\$ 1.578,00
13	Placa em acrílico medindo 0,40 x 0,15 m, conforme manual de identificação.	UNID.	25	R\$ 47,88	R\$ 1.197,00
23	Placa de identificação em acrílico transparente, acabamento de corte de meia lua na parte superior, espessura de 2mm, medindo 0,60 x 0,14 m, fixada com fita dupla face de alta aderência, impressão apenas na parte da frente, conforme manual de identificação.	UNID.	80	R\$ 63,00	R\$ 5.040,00
24	Placa de identificação em acrílico transparente, espessura de 3mm, medindo 0,31 x 0,14 m, adesivada com adesivo vinil em impressão digital, fixada com fita dupla face de alta aderência, conforme manual de identificação.	UNID.	80	R\$ 27,60	R\$ 2.208,00
25	Placa indicativa aérea em PVC, com espessura da chapa de 2mm, medindo 0,40 x 0,14 m, em cor branca, com adesivo vinílico branco, com impressão em cores, fixada com fita dupla face de alta aderência, conforme manual de identificação.	UNID.	10	R\$ 16,08	R\$ 160,80
26	Pictogramas suais, placa de caráter informativo (sanitário feminino; sanitário masculino; sanitário especial; copa; depósito; silêncio) em PVC, com espessura da chapa de 2mm, medindo 0,15 x 0,15 m, conforme manual de identificação.	UNID.	20	R\$ 6,48	R\$ 129,60
27	Letreiro de identificação (letras montadas, tipo caixa), espessura da chapa de 1mm em aço inoxidável 304, escovado industrial, com letras medindo 10 cm, chumbadas em alvenaria, devendo ser fornecida com os chumbadores em tamanho e quantidade proporcionais às dimensões das mesmas, conforme manual de identificação.	UNID.	50	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
31	Letra de identificação em PVC, espessura da chapa de 6mm, com letras em tamanho de 20 cm, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	100	R\$ 39,90	R\$ 3.990,00
32	Letra de identificação em PVC, espessura da chapa de 6mm, com letras em tamanho de 10 cm, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	100	R\$ 29,90	R\$ 2.990,00
33	Letra de identificação em acrílico cristal, espessura da chapa de 10mm, com letras medindo 10 cm devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	30	R\$ 134,40	R\$ 4.032,00
34	Letra de identificação em acrílico cristal, espessura da chapa de 10mm, com letras medindo 30 cm devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	30	R\$ 430,00	R\$ 12.900,00
35	Totem dupla face (adesivado), totem em PVC ACM adesivado colorido 4x4, conforme manual de identificação.	UNID.	6	R\$ 1.467,00	R\$ 8.802,00
36	Brasão do estado do acre em aço inox adesivado 50 cm, chumbado, conforme manual de identificação.	UNID.	7	R\$ 448,50	R\$ 3.139,50
37	Impressão colorida em lona vinílica branca, medindo 9 m de altura por 3m de comprimento, podendo variar em até 20% para mais ou para menos, com fixação por lacre, com formato e tamanho das letras variáveis, conforme manual de identificação.	UNID.	30	R\$ 2.215,00	R\$ 66.450,00
38	Cartaz A3, medindo 29,7 cm de largura x 42 cm altura, em papel couchê brilho 150 g, colorido 4x4 cores, conforme manual de identificação.	UNID.	131	R\$ 5,30	R\$ 694,30
25	Placa indicativa aérea em PVC, com espessura da chapa de 2mm, medindo 0,40 x 0,14 m, em cor branca, com adesivo vinílico branco, com impressão em cores, fixada com fita dupla face de alta aderência, conforme manual de identificação.	UNID.	10	R\$ 16,08	R\$ 160,80

26	Pictogramas suais, placa de caráter informativo (sanitário feminino; sanitário masculino; sanitário especial; copa; depósito; silêncio) em PVC, com espessura da chapa de 2mm, medindo 0,15 x 0,15 m, conforme manual de identificação.	UNID.	20	R\$ 6,48	R\$ 129,60
27	Letreiro de identificação (letras montadas, tipo caixa), espessura da de chapa de 1mm em aço inoxidável 304, escovado industrial, com letras medindo 10 cm, chumbadas em alvenaria, devendo ser fornecida com os chumbadores em tamanho e quantidade proporcionais às dimensões das mesmas, conforme manual de identificação.	UNID.	50	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
31	Letra de identificação em PVC, espessura da chapa de 6mm, com letras em tamanho de 20 cm, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	100	R\$ 39,90	R\$ 3.990,00
32	Letra de identificação em PVC, espessura da chapa de 6mm, com letras em tamanho de 10 cm, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	100	R\$ 29,90	R\$ 2.990,00
33	Letra de identificação em acrílico cristal, espessura da chapa de 10mm, com letras medindo 10 cm devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	30	R\$ 134,40	R\$ 4.032,00
34	Letra de identificação em acrílico cristal, espessura da chapa de 10mm, com letras medindo 30 cm devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	30	R\$ 430,00	R\$ 12.900,00
35	Totem dupla face (adesivado), totem em PVC ACM adesivado colorido 4x4, conforme manual de identificação.	UNID.	6	R\$ 1.467,00	R\$ 8.802,00
36	Brasão do estado do acre em aço inox adesivado 50 cm, chumbado, conforme manual de identificação.	UNID.	7	R\$ 448,50	R\$ 3.139,50
37	Impressão colorida em lona vinílica branca, medindo 9 m de altura por 3m de comprimento, podendo variar em até 20% para mais ou para menos, com fixação por lacre, com formato e tamanho das letras variáveis, conforme manual de identificação.	UNID.	30	R\$ 2.215,00	R\$ 66.450,00
38	Cartaz A3, medindo 29,7 cm de largura x 42 cm altura, em papel couchê brilho 150 g, colorido 4x4 cores, conforme manual de identificação.	UNID.	131	R\$ 5,30	R\$ 694,30
40	BANNER, medindo 90 cm de largura x 120 cm de altura, com acabamento em rodo, colorido 4x4 cores, conforme manual de identificação.	UNID.	50	R\$ 84,50	R\$ 4.225,00
42	Porta Banner simples, com garra, pedestal em alumínio anodizado, com tripé regulável na altura e pés articulados.	UNID.	10	R\$ 240,00	R\$ 2.400,00
43	BACKDROP, painel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm, medindo 4m x 2m, colorido 4x4 cores, em estrutura metálica com acabamento zincado, conforme manual de identificação.	UNID.	15	R\$ 684,20	R\$ 10.263,00
44	BACKDROP, painel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm, medindo 3m x 2m, colorido 4x4 cores, em estrutura metálica com acabamento zincado, conforme manual de identificação.	UNID.	15	R\$ 583,20	R\$ 8.748,00
45	Tapete vinílico vulcanizado personalizado, com 12 mm de espessura, tamanho de 0,80 cm de comprimento por 0,60 cm de largura, colorido 4x4 cores, conforme manual de identificação.	UNID.	10	R\$ 235,00	R\$ 2.350,00
46	Tapete vinílico vulcanizado personalizado, com 12 mm de espessura, tamanho de 1,20 cm de comprimento por 0,70 cm de largura, colorido 4x4 cores, conforme manual de identificação.	UNID.	10	R\$ 336,50	R\$ 3.365,00
48	Agenda institucional permanente, com formato 125 x 200 mm 1, sequência de intercalação de 02 folhas (04 páginas) de início, em papel off-set FSC 120g/m², impressas 1 x 1 cor. 12 folhas (24 páginas) de abertura mensal, em papel off-set FSC 120g/m², impressão 4x4 cores, com 156 folhas (312 páginas) de miolo agenda, em papel off-set FSC 63g/m², impressas 1 x 1 cor, com acabamento em furação redonda, contendo 15 perfurações em cada folha, contendo acessório do miolo: acabamento através de corte com facas especiais para encaixe no wire-o, com encadernação de sistema de encadernação wire-o duplo anel prata, contendo acessório da capa com elástico: "tipo fita" com espessura máxima de 0,5 mm, largura de 11 mm e comprimento de 285 mm. Sem ponteira metálica ou ilhós, embutido entre o papelão e a guarda na capa, com cola Hot Melt, proporcionando melhor aparência e durabilidade, conforme manual de identificação.	UNID.	250	R\$ 71,25	R\$ 17.812,50
49	Outdoor, medindo 9 x 3 m, em papel, por período de 15 dias, posicionados em diferentes locais da cidade de Rio Branco/Acre, com arte e layout fornecidos pela SEOP, devendo ser o prazo máximo de entrega e instalação de 10 (dez) dias consecutivos.	UNID.	10	R\$ 615,00	R\$ 6.150,00
50	Faixa adesiva vinílica auto colante de identificação em portas de vidro, em material película vinílica com impressão digital (Min. 1440 dpi), colorida em 4x4 cores, sem limitações de cores, medindo 2m de comprimento x 15 centímetros de altura, podendo variar em até 20% para mais ou para menos, após a impressão do vinil adesivo o mesmo deverá ser aplicado nas portas de vidro pelo fornecedor, conforme manual de identificação.	UNID.	33	R\$ 32,00	R\$ 1.056,00
58	Letra de identificação em pvc, espessura da chapa de 6mm, com letras em tamanho de 1.80 m, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	10	R\$ 920,00	R\$ 9.200,00
59	Brasão do estado do acre em em pvc, espessura da chapa de 6mm, com diâmetro em tamanho de 1.80 m, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	2	R\$ 1.428,06	R\$ 2.856,12
60	Letra de identificação em pvc, espessura da chapa de 6mm, com letras em tamanho de 0.50 m, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	5	R\$ 144,80	R\$ 724,00
61	Brasão do estado do acre em em pvc, espessura da chapa de 6mm, com diâmetro em tamanho de 0.50 m, devendo o fornecedor responsabilizar pela instalação das letras na parede, com todos os acessórios que se fizerem necessários, conforme manual de identificação.	UNID.	1	R\$ 198,50	R\$ 198,50
VALOR TOTAL					R\$ 192.552,08

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para custeio dessas despesas estão consignados no Programa de Trabalho: 1512222862 1410000 2141 0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS - SEOP; Elemento de Despesa: 33.90.39.0000; Fonte de Recursos: 15000100.

Rio Branco – Acre, 25 de fevereiro de 2025.

ASSINAM: Ítalo Almeida Lopes, pela Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP (Contratante) e Gilberlinho da Silva Silveira, pela empresa G.S.Silveira Ltda (Contratada).

SEPLAN

ESTADO DO ACRE

Portaria SEPLAN Nº 35, DE 19 DE fevereiro DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 54 da Lei Complementar Estadual nº 419, de 15/12/2022, e o Decreto nº 07-P, de 01 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, e Considerando o Decreto nº 11.254, de 05 de junho 2023, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, em observância à Portaria nº 281 de 28 de novembro de 2024, que Altera a Estrutura Organizacional e o Regimento Interno desta Secretaria, e conforme processo SEI nº 0088.016723.00003/2025-17; RESOLVE:

Art. 1º - Designar, a servidora Déborah Vasconcelos de Araújo, matrícula nº 9512594-2, para responder cumulativamente pela Chefia do Departamento de Aquisições e Contrato - DEPAAC, desta Secretaria, no período de 09/02/2025 a 04/08/2025, durante a ausência da titular por motivo de licença maternidade.
Art. 2º - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento - SEPLAN

ESTADO DO ACRE

Portaria SEPLAN Nº 36, DE 20 DE fevereiro DE 2025

Cria o Grupo Técnico de Trabalho com objetivo de elaborar a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), referente ao exercício de 2024. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 54 da Lei Complementar Estadual nº 419, de 15/12/2022, e do Decreto Estadual nº 07-P de 01 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, e Considerando o disposto no art. 2º, §2º, II da Resolução nº 87, de 28 de novembro de 2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC), que versa sobre a entrega, envio e disponibilização dos dados e informações em meio informatizado, obrigando os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, a prestarem contas ao Tribunal de Contas, e estabelece outras providências; Considerando o disposto na Portaria TCE/AC nº 417, de 25 de outubro de 2024, a qual publica a 11ª edição do Manual de Referência da Resolução nº 87, de 28 de novembro de 2013. RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Grupo Técnico de Trabalho com o objetivo de elaborar a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), referente ao exercício de 2024, em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 2º da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O Grupo Técnico de Trabalho será composto pelos seguintes membros:
I - Divisão de Contabilidade (DIVCN), Responsável Contábil da SEPLAN e Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho:

- a) Tonismar José de Oliveira, matrícula nº 9210555-1 - Titular;
- b) Juliana Zolinger, matrícula nº 9625747-1 - Suplente.

II - Controle Interno (COINT):

- a) José Luciano Sousa de Araújo, matrícula nº 9082255-2 - Titular;
- b) Francisco Chagas Costa da Silva, matrícula nº 9082921-2 - Suplente.

III - Diretoria de Captação e Monitoramento de Recursos (DIRCAM):

- a) Alexandre de Souza Tostes, matrícula nº 9168559-9 - Titular;
- b) Leandro André Knorts, matrícula nº 9210911-1 - Suplente.

IV - Departamento Financeiro (DEFIN):

- a) Elizângela Alves da Rocha, matrícula nº 9512527-2 - Titular;
- b) Tatiana do Carmo Ferreira Brasil Gallo, matrícula nº 1490-02 - Suplente.

V - Departamento de Administração e Gestão de Pessoas (DEAGP):

- a) Marcelo Nogueira Rufino, matrícula nº 9118373-5 - Titular;
- b) Iolanda de Oliveira Santos, matrícula nº 45349-1 - Suplente.

VI - Departamento Setorial de Planejamento e Orçamento (DESPO):

- a) Maria Jeigiane Portela da Silva, matrícula nº 9211217-1 - Titular;
- b) Nadir de Souza Dantas, matrícula nº 9177167-5 - Suplente;

VII - Departamento de Aquisições e Contratos (DEPAC):

- a) Déborah Vasconcelos de Araújo, matrícula nº 9512594-2 - Titular;
- b) Elizabete de Abreu Pinheiro, matrícula nº 9625771-1 - Suplente.

CAPÍTULO II

das atribuições

Art. 3º Os membros devem entregar ao Coordenador, até o dia 14 de março de 2025, os documentos e dados relacionados aos processos exigidos pelo Manual de Referência 11ª Edição, Anexo II, para a consolidação em processo específico a ser protocolado junto ao TCE/AC. As obrigações incluem:

I - Ao(s) membro(s) da Divisão de Contabilidade (DIVCN), a entrega do Rela-

tório da Gestão Financeira, Patrimonial e Orçamentária da SEPLAN, conforme estabelecido no item XII (a);

II - Ao(s) membro(s) pelo Departamento Financeiro (DEFIN), a entrega dos itens II, III, IV, V, VII, VIII e XIV;

III - Ao(s) membro(s) pela Diretoria de Captação e Monitoramento de Recursos (DIRCAM), a entrega dos itens II, III e VI;

IV - Ao(s) membro(s) pelo Departamento de Administração e Gestão de Pessoas (DEAGP), a entrega dos itens I, IX, X e XII;

V - Ao(s) membro(s) pelo Departamento de Planejamento Estratégico e Setorial (DESPO), a entrega do item XV;

VI - Ao(s) membro(s) pelo Departamento de Aquisições e Contratos (DEPAC), a entrega do item XI;

VII - Comum a todos os membros, a entrega dos itens XVI e XVII.

Parágrafo único - Para a consolidação dos dados e elaboração dos documentos que integrarão a Prestação de Contas Anual, cabe aos membros observar as diretrizes estabelecidas no Manual de Referência 11ª Edição.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 4º Em qualquer momento, visando ao cumprimento do disposto nesta Portaria, o Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho, juntamente com seus membros, pode buscar auxílio e orientação junto à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO do TCE/AC.

Parágrafo único - Ao Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho cabe definir os procedimentos a serem executados pelos servidores integrantes do Grupo Técnico de Trabalho quanto à consolidação dos dados ou informações técnicas necessárias ao atendimento da demanda, assim como, dirimir dúvidas em relação ao teor dos dispositivos normativos complementares emitidos pelos órgãos de controle externo, interno ou da gestão do Executivo Acreano correlatos ao tema.

Art. 5º Observado o prazo estabelecido no inciso II do §2º do art. 2º da Resolução TCE/AC nº 87/2013, compete ao Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho proceder à disponibilização da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2024:

- a) ao Controle Interno até o dia 01 de abril de 2025, para análise de conformidade e inserção do exigido no item XIII do Manual de Referência 11ª Edição;
- b) ao Gabinete do Secretário de Estado de Planejamento até o dia 08 de abril de 2025, para ciência e aprovação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento - SEPLAN

ESTADO DO ACRE

Portaria SEPLAN Nº 37, DE 24 DE fevereiro DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 54 da Lei Complementar Estadual nº 419, de 15/12/2022, e o Decreto nº 07-P, de 01 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, e Considerando o Decreto nº 11.254, de 05 de junho 2023, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, em observância à Portaria nº 281 de 28 de novembro de 2024, que Altera a Estrutura Organizacional e o Regimento Interno desta Secretaria, e conforme processo SEI nº 0088.016753.00005/2025-86; RESOLVE:

Art. 1º - Designar, o servidor Marcos Rannieri Mendes Cruz, matrícula nº 9209085-4, para responder cumulativamente pela Chefia do Departamento de Gestão de Convênios Federais - DECONF, desta Secretaria, no período de 24/02/2025 a 28/02/2025, durante a ausência do titular.

Art. 2º - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento - SEPLAN

ESTADO DO ACRE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 190/2024

Processo nº 0088.016748.00006/2024-55

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, em exercício, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Art. 21, inciso IV do Decreto Estadual nº 11.363/2023, considerando o que consta dos autos, ADJUDICA todos os atos praticados pelo Senhor Pregoeiro e demais membros da Secretaria Adjunta de Compras e Licitações - SELIC, com referência ao Pregão Eletrônico Por Registro de Preços nº 190/2024 - COMPRASGOV nº 90190/2024, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisições de equipamentos periféricos de informática, elétricos e serviços gerais. Visando a manutenção com vistas a

atender demandas da Secretaria de Estado de Planejamento. - SEPLAN, em conformidade com as condições do Edital (0012146449) e seus Anexos, Planilha Comparativa de Preços (0013930073), em favor das empresas: DF MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA EPP, CNPJ 21.793.208/0001-85, vencedora do certame para o item 2, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais); BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA, CNPJ 45.329.312/0001-81, vencedora do certame para o item 33, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 1.592,00 (um mil quinhentos e noventa e dois reais); EASYTECH SECURITY COMERCIO DE ELETRONICA LTDA, CNPJ 48.924.825/0001-29, vencedora do certame para os itens 4, 9, 14, 38 e 39, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 63.025,45 (sessenta e três mil vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos); ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA, CNPJ 05.854.663/0001-97, vencedora do certame para o item 17 com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 949,00 (novecentos e quarenta e nove reais); FORTALEZA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 55.261.686/0001-66, vencedora do certame para o item 6, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 18.122,00 (dezoito mil cento e vinte e dois reais); GWC INDUSTRIA IMPORTACAO E DISTRIBUICAO, CNPJ 49.329.140/0001-05, vencedora do certame para o item 3, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 3.099,96 (três mil noventa e nove reais e noventa e seis centavos); INOVABRAS PRODUTOS INTELIGENTES LTDA, CNPJ 18.467.445/0001-41, vencedora do certame para o item 13, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); K. K. D. BATISTA LTDA, CNPJ 44.816.310/0001-54, vencedora do certame para o item 36, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 700,00 (setecentos reais); M&M IMPORTACAO E ECOMMERCE DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 27.414.128/0001-58, vencedora do certame para o item 1, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); MAX QUALITY COMERCIO LTDA, CNPJ 42.810.782/0001-74, vencedora do certame para os itens 11, 12, 20, 21, 22, 30, 35, 37, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 3.037,56 (três mil trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Após o registro em Ata, fica autorizada a contratação dos serviços destinados a atender as demandas desta Secretaria, conforme a conveniência e necessidade, mediante procedimentos posteriores, observada a utilização racional e as formas de controle dos recursos financeiros disponíveis.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento - SEPLAN
Decreto nº 07-P, de 1º de janeiro de 2023

ESTADO DO ACRE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 375/2024
Processo nº 0088.016748.00006/2024-55

Para que produza os efeitos legais em sua plenitude, HOMOLOGO o PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2024 - COMPRASGOV Nº 90190/2024, cujo objeto é a contratação de empresa, mediante registro de preços, para fornecimento de materiais de higiene e limpeza para atender necessidades desta Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, adjudicado em favor das empresas: DF MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA EPP, CNPJ 21.793.208/0001-85, vencedora do certame para o item 2, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais); BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA, CNPJ 45.329.312/0001-81, vencedora do certame para o item 33, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 1.592,00 (um mil quinhentos e noventa e dois reais); EASYTECH SECURITY COMERCIO DE ELETRONICA LTDA, CNPJ 48.924.825/0001-29, vencedora do certame para o item 4, 9, 14, 38 e 39, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 63.025,45 (sessenta e três mil vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos); ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA, CNPJ 05.854.663/0001-97, vencedora do certame para o item 17 com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 949,00 (novecentos e quarenta e nove reais); FORTALEZA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 55.261.686/0001-66, vencedora do certame para o item 6, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 18.122,00 (dezoito mil cento e vinte e dois reais); GWC INDUSTRIA IMPORTACAO E DISTRIBUICAO, CNPJ 49.329.140/0001-05, vencedora do certame para o item 3, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 3.099,96 (três mil noventa e nove reais e noventa e seis centavos); INOVABRAS PRODUTOS INTELIGENTES LTDA, CNPJ 18.467.445/0001-41, vencedora do certame para o item 13, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); K. K. D. BATISTA LTDA, CNPJ 44.816.310/0001-54, vencedora do certame para o item 36, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 700,00 (setecentos reais); M&M IMPORTACAO E ECOMMERCE DE INFORMATICA

LTDA, CNPJ 27.414.128/0001-58, vencedora do certame para o item 1, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e MAX QUALITY COMERCIO LTDA, CNPJ 42.810.782/0001-74, vencedora do certame para o item 11, 12, 20, 21, 22, 30, 35, 37, com o valor total estimado para Registro de Preços de R\$ 3.037,56 (três mil trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento - SEPLAN
Decreto nº 07-P, de 1º de janeiro de 2023

ESTADO DO ACRE

AVISO Nº 53/2025/SEPLAN – DIVCO
PROCESSO SEI nº 0088.016783.00024/2025-82
CONVITE PARA COTAÇÃO DE PREÇOS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO inscrita no CNPJ (MF) sob o número 04.034.518/0001-05, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 232, Centro, 4º andar, CEP: 699900-060, no município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, neste ato representado por seu Secretário de Estado de Planejamento, o Sr. Ricardo Brandão dos Santos, em observância aos princípios basilares que regem o processo licitatório consignado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;
RESOLVE:
Art. 1º Tornar pública que a Secretaria de Estado e Planejamento - SEPLAN, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, com fulcro no art. 75, inciso II, combinado com o inciso III, alínea “b”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Data da sessão: 28/02/2024.
Horário da fase de lances: de 08:00 às 14:00. [Horário Local]
UASG: 931934
CNPJ: 04.034.518/0001-05
E-mail: depac.seplan@gmail.com
Objeto: prestação de serviços sob demanda de espaço físico para eventos.
Critério de julgamento: menor preço por item.
Modo de disputa: aberto.
Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: sim.
Link: Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>)

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de prestação de serviços sob demanda de espaço físico para eventos, conforme condições, quantidades, unidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.2. A contratação será realizada em único item, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço de Locação de espaço físico – auditório com capacidade de até 150 pessoas.	diária	30	R\$ XX.XXX,XX	R\$ XX.XXX,XX
Valor Total					R\$ XX.XXX,XX

1.3. As especificações técnicas do item constam no item 3, da Minuta de Termo de Referência (0014123009), anexo a este Aviso de Contratação Direta.
1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

SESACRE

Portaria SESACRE Nº 510, DE 20 DE fevereiro DE 2025
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, Sr. PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 09-P, de 01 de Janeiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.
RESOLVE:
Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto nos Arts. 58, III e 67 da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 229/2025, e/ou seus substitutos, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 267/2023, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a empresa, MULTIMEDIK DISTRIBUIÇÃO LTDA, cujo objeto e a Aquisição Constitui objeto da presente Ata a aquisição de material médico hospitalar PERFUROCORTANTE para atender as demandas das unidades do âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE.
I- Gestor do Contrato e/ou seus substitutos: a) Titular: Marcos Alan Ximenes Lima.- Matrícula /CPF:3228711-3

b) Substituto: Rossana Santos Freitas Spiguel -Matricula /CPF:9110801-2
II - Fiscal do Contrato e/ou seus substitutos: a) Titular: Edison de Lima e Silva Fernandes - Matricula/CPF:9562494-1

b) Substituto: Tício Rodrigues de Almeida - - Matricula/CPF:

Art. 2º A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia com a publicação desta Portaria de designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§1º Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

§2º Os substitutos atuarão nas ausências eventuais e impedimentos legais dos titulares.

§3º Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.

Art. 3º Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes. Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.

Art. 4º No exercício das funções cumpre aos servidores designados observar as orientações, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos aprovado pela Portaria CGE/AC nº 016, de 31/03/2014, disponível no endereço eletrônico <http://cge.ac.gov.-br/cont/index-.php/manuais/category/22-manual-de-gestao-e-fiscalizacao-decontra-tos-administrativos>.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de fevereiro de 2025.

Registre, Publique e Cumpra-se.

PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON
SECRETARIO DE ESTADO DE SAÚDE..

Portaria SESACRE Nº 522, DE 24 DE fevereiro DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, Sr. PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 09-P, de 01 de Janeiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art.1º Revogar portaria 317 de 04 de fevereiro de 2024

Art.2º Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto nos Arts. 58, III e 67 da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº755/2022, e/ou seus substitutos, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº289/2022, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a empresa, KYFRIO AR CONDICIONADOS IMP. E EXP. LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar (janela, split hi-wall, split casete, split piso-teto) e instalação (equipamentos novos) e desinstalação de condicionador de ar e elaboração do pmoc – plano de manutenção e controle de operações (portaria nº 3.523, de 28/08/1998), para atender às necessidades da secretaria de estado de saúde do estado do acre em suas unidades vinculadas nas regional do baixo acre (rio branco), incluindo materiais de limpeza e reposição de peças,

I – Gestor do Contrato e/ou seus substitutos:

a) Titular: Marcelo Nery Vitorino – Matricula/CPF:9238727

b) Substituto: Lafaelen de Sousa Oliveira – Matricula/CPF:9609822

II – Fiscal do Contrato e/ou seus substitutos:

a) Titular: (es)

John Lenon Batista Lima – Matricula/CPF: 9490477-3 (UNACON) Oterval de Almeida Cavalcante – – Matricula/CPF:310700-1 (HUEB) José Rogério de Vargas – Matricula/CPF:701129-02 (CEME) José Rogério de Vargas – Matricula/CPF:701129-02 (DEP. DE ASSISTÊNCIA FAR. E INSUMOS ESTRÉGI-COS – DAFI) Hélio do Nascimento Bezerra Junior – Matricula/CPF: 92113082-5 (DIVISÃO DE INSUMOS LAB. E MAT. DE RADIOLOGIA). Ana Sheyla dos Santos Lopes – Matricula/CPF:597061 (CENTRAL DE TRANSPLANTE) Izana França de Lima – Matricula/CPF:9628819-1 (CEREST) Maria Josely de Oliveira Pereira Ferraz – Matricula/CPF:772.966.302-30 (CREME) Davi Jinklis de Almeida – Matricula/CPF: 2751607-1 (DIVISÃO DE DERMATOLOGIA SANI-TARIA) Wanderleia Barbosa de Sousa – Matricula/CPF:3222926-1(OFCINA ORTOPÉDICA) Domingos Avelino da Silva Filho – Matricula /CPF:336556-1 (MATERNIDADE BARBARA HELIADORA –SASMC) Domingos Avelino da Silva Filho – Matricula /CPF:336556-1 (HOSPITAL DA CRIANÇA – SASMC) Marcos Alan Ximenes Lima – Matricula/CPF: 3228711-2 (MMH) Luis Felipe Lindoso Fonseca – Matricula/CPF:9414541 (ARQUIVO GERAL) Thereza Cristina Picado Pinheiro – Matricula /CPF:9321543-3 (HEMOACRE) James Félix de Santana – Matricula/CPF: 305364 (CAPS/AD III). Alex Bezerra Lustosa – Matricula/CPF: 9523065 (POLICLINICA DO TUCUMÃ) Necila Fernandes de Souza – Matricula/CPF: 360767-6 (SAMU-RBR) Cláudia Maria Lima de

Mesquita – Matricula/CPF:317993-1 (LACEN) Carlos Cardoso Modesto – Matricula/CPF: 207101-1 (HOSMAC) Veronica Rodrigues Chupinagua da Costa – Matricula/CPF:753.197.132-15 (CECON) Mendel da Silva Trindade – Matricula/CPF: 9462139-1 (SERVIÇO DE ASSISTENCIA ESPECIALIZADO – SAE). Kaline Costa da Silva – Matricula/CPF:526780-1 (UPA DA SOBRAL – F.S) Noemi Porto Rodrigues – Matricula /CPF:401.291.440-53 (UPA DA CIDADE DO POVO) Iralison Nascimento de Souza – Matricula/CPF:9461965-1 (UPA 24 HORAS DO 2º DISTRITO) José Mariano dos Santos – Matricula/CPF:9640860 (SEDE ADMINISTRATIVA) Thais Blaya Leite Gregolis – Matricula/CPF:9623361-1 (INTO/ACRE) Renata Aparecida Rossato Quiles – Matricula/CPF:127668-2 (CRIE/PNI) Gabriel Neo da Silveira – Matricula/CPF:9447010-4 (CER III) Aline Kelen Acioli Souza – Matricula/CPF: 9609983-0 (COMPLEXO LOGÍSTICO)

b) Substituto: (s)

Kelcinéia Araújo de Souza – Matricula/CPF:276510-1(UNACON) Tatiana Almeida Benvindo Bastos – Matricula/CPF:749 495 352-34 (HUEB) Wisgley Antônio de Lima Braga – Matricula/CPF: 329916-1 (CEME) Wisgley Antônio de Lima Braga – Matricula/CPF: 329916-1 (DEP. DE ASSIST. FAR. E INSUMOS ESTRÉGI-COS – DAFI) Thais Bestene Lins – Matricula/CPF: 92113082-5 (DIVISÃO DE INSUMOS LAB. E MATERIAIS DE RADIOLOGIA). Suilany Meiry de Souza – Matricula/CPF: 92498005 (C. DE TRANSPLANTE) Fernando de Abreu Sampaio – Matricula/CPF:9099395-2 (CEREST) Antônio de Albuquerque Ferraz – Matricula/CPF: 308.087312-20 (CREME) Francieli Gomes Gonçalves – Matricula/CPF:319139-6 (DIVISÃO DE DERMATOLOGIA SANITARIA). Tânia Maria Martins Evangelista – Matricula/CPF:222810-1 (OFCINA ORTOPÉDICA) Nelson Roberto de Araújo Guedes – Matricula/CPF: 0322568-2 (MATERNIDADE BÁRBARA HELIODORA – SASMC) Rossana Freitas Spiguel – Matricula/CPF: 9110801-2(MMH) Pedro Lima de Melo Sobrinho – Matricula/CPF:959660-1 (ARQUIVO GERAL) Gabriela Curty Said – Matricula/CPF:1126636 – 95 (HEMOACRE) Ana Paula Verçosa de Santana – Matricula/CPF: 9672575 (CAPS/AD III). Gildéia Maria Melo de Oliveira – Matricula/CPF:9523065 (POLIC. DO TUCUMÃ). Pricila de Oliveira Lopes – Matricula/CPF: 9199373-8 (SAMU – RBR). Isaias Santos de Mesquita – Matricula/CPF: 256951 (LACEN) Andreia de Oliveira Lima – Matricula/CPF: 9431446-1(HOS-MAC) Muana da Costa Araújo – Matricula/CPF: 9556303 (CECON) Walterli Alves Lopes – Matricula /CPF: 214418 (SERVIÇO DE ASSIST. ESPECIALIZADO – SAE). Simone da Silva Prado – Matricula/CPF:359.635.572-91 (UPA DA SOBRAL) Marcelo Ermesson Alves – Matricula/CPF:009.587.774-62 (UPA DA CIDADE DO POVO). Edy Carlos Tamborini Araújo – Matricula/CPF:2757958-01 (UPA 24 HORAS DO 2º DISTRITO) Claudio Roberto Freitas Lopes – Matricula/CPF:95206-1 (INTO/ACRE) Margareth Pereira Frota – Matricula/CPF:223980-6 (CRIE/PNI) Cinthia de Melo Assis Brasil – Matricula/CPF:924410-7 (CER III) Adriano Feitosa da Silva – Matricula/CPF:275631-1 (SEDE ADMINISTRATIVA)

Art. 3º A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia com a publicação desta Portaria de designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§1º Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

§2º Os substitutos atuarão nas ausências eventuais e impedimentos legais dos titulares.

§3º Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.

Art.4º Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes. Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.

Art. 5º No exercício das funções cumpre aos servidores designados observar as orientações, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos aprovado pela Portaria CGE/AC nº 016, de 31/03/2014, disponível no endereço eletrônico <http://cge.ac.gov.-br/cont/index-.php/manuais/category/22-manual-de-gestao-e-fiscalizacao-decontra-tos-administrativos>.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

Registre, Publique e Cumpra-se.

PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON
SECRETARIO DE ESTADO DE SAÚDE

Portaria SESACRE Nº 529, DE 25 DE fevereiro DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, Sr. PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 09-P, de 01 de Janeiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao

disposto nos Arts. 58, III e 67 da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 307/2025, e/ou seus substitutos, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº050/2024, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a empresa, M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., cujo objeto e a Aquisição de Insumos Hospitalares – (CONSUMO GERAL V) para atender as demandas das unidades do âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE

I – Gestor do Contrato e/ou seus substitutos: a) Titular: Marcos Alan Ximenes Lima – Matrícula /CPF:3228711-3

b) Substituto: Rossana Santos Fritas Spiguel – Matrícula /CPF: 9110801-2

II – Fiscal do Contrato e/ou seus substitutos: a) Titular: Edison de Lima e Silva Fernandes – Matrícula/CPF:9562494-1

b) Substituto: Tício Rodrigues de Almeida- – Matrícula/CPF:9563903

Art. 2º A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia com a publicação desta Portaria de designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§1º Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscal.

§2º Os substitutos atuarão nas ausências eventuais e impedimentos legais dos titulares.

§3º Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições

Art. 3º Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes. Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.

Art. 4º No exercício das funções cumpre aos servidores designados observar as orientações, competências, atribuições e responsabilidades estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos aprovado pela Portaria CGE/AC nº 016, de 31/03/2014, disponível no endereço eletrônico <http://cge.ac.gov.-br/cont/index-.php/manuais/category/22-manual-de-gestao-e-fiscalizacao-decontra-tos-administrativos>.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de fevereiro de 2025.

Registre, Publique e Cumpra-se.

PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON
SECRETARIO DE ESTADO DE SAÚDE.

1º TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO SESACRE Nº 290/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 417/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 156/2024

SEI Nº 0019.015357.00151/2023-37

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE

CONTRATADA: LABNORTE CIRÚRGICA E DIAGNOSTICA IMP. E EXP. LTDA
DA RETIFICAÇÃO

Justifica-se a retificação, para sanar erro técnico de elaboração.

RETIFICAR, a cláusula DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, nos seguintes termos:

LEIA – SE

(...)

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do Contrato, contar-se a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, até 31/12/2025, com fulcro no art.57, caput, da lei 866/93.

(...)

DA RATIFICAÇÃO

As demais informações permanecem inalteradas.

Rio Branco, Acre, 24 de fevereiro de 2025.

PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELA CONTRATANTE.

1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE RECURSOS AO TERMO DE FOMENTO Nº 14/2024

0019.015122.00051/2024-541º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE RECURSOS QUE FAZEM ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE AMOR A QUATRO PATAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE AMOR A QUATRO PATAS

DO OBJETO O presente Termo Aditivo visa ampliar o valor total do instrumento em R\$ 20.000,00 (vinte mil, Reais) ao Termo de Fomento/SESACRE-DMRCR/SESACRE nº 14/2024 , processo nº 0019.015122.00051/2024-54 proveniente de Emenda Parlamentar nº 10.2140/2024, GND 3 (Custeio), cujo objeto é ofertar é “Custeio de despesas clínicas, compra de medicação e alimentação e contratação de apoio administrativo, para o atendimento de animais em situação de rua e dando assistência a população de baixa renda e seus animais”, da ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE AMOR A QUATRO PATAS”, e correspondentes alterações no Plano de Trabalho, conforme permite o art. 57 da Lei nº 13.019, de 2014, e o art. 43, inciso I, alínea “a”, do Decreto nº 8.726, de 2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Este aditivo possui fundamento na CLÁUSULA SEGUNDA –Subcláusula única os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no art. 43, caput, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de fomento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria

DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo Aditivo de Acréscimo de Recursos ao Termo de Fomento nº 14/2024, poderá ser modificado em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes de seu término, observado o disposto nos artigos 57 da Lei nº 13.019 de 2014, e 43 do Decreto nº 8.726 de 2016.

Subcláusula única – Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Subcláusula Primeira – Para consecução do objeto do presente Termo Aditivo de valor , será realizado o repasse de recursos a ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE AMOR A QUATRO PATAS, que será destinado, exclusivamente, para o financiamento de ações previstas no projeto de “Custeio de despesas clínicas, compra de medicação e alimentação e contratação de apoio administrativo, para o atendimento de animais em situação de rua e dando assistência a ASSOCIAÇÃO

SOCIEDADE AMOR A QUATRO PATAS, conforme cronograma de execução constante no Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda – Será desembolsado montante no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem repassados em I (uma) ÚNICA parcela que seguirá o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, cujo o valor de repasse será depositado na Agência: 2358-2, Conta – Corrente: 71801-7-Banco do Brasil S/4. Subcláusula Terceira – A despesa decorrente deste Termo de Fomento correrá à conta: Elemento de Despesa 33.50.41.00.00, Fonte de Recurso: 15000100, Funções Programáticas: 10604146580285262

DATA DE ASSINATURA: 29/01/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário de Estado de Saúde CONCEDENTE, E AMANDA LETÍCIA DA SILVA AMORIM, Presidente da Associação Sociedade Amor a Quatro Patas, CONVENENTE.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 366/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

SEI Nº 0019.004687.00076/2020-40LOCATÁRIO: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE LOCADOR: CONSÓRCIO ALBUQUERQUE ÔMEGA DO OBJETIVO/OBJETO O presente termo tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato em epígrafe, cujo objeto contempla a LOCAÇÃO de 01 (um) IMÓVEL urbano (galpão de alvenaria medindo 810 m2), de propriedade do locador, localizado na Rua Major Jenor, nº 245, Bairro Distrito Industrial, Rio Branco/AC, o qual se destinará ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos — DAFI, no que diz respeito ao estoque de medicamentos da Rede Hospitalar do Estado do Acre. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL A vigência do presente instrumento contratual, bem como sua execução ficam prorrogadas de 11/03/2025 a 11/03/2026. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas realizadas por força deste Instrumento correrão, por conta da dotação orçamentária, Programa de Trabalho: 10.302.1465.22070000; Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 e Fonte de Recurso: 16000400 e 15001002. DA RATIFICAÇÃO O presente termo perfaz a quantia de R\$ 185.410,80 (cento e oitenta e cinco mil quatrocentos e dez reais e oitenta centavos) As demais Cláusulas permanecem inalteradas. DATA DE ASSINATURA: 25/02/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário de Estado de Saúde PELA CONTRATANTE, E LEONEL SONCIN JUNIOR, REPRESENTANTE LEGAL PELA CONTRATADA.

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 627/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 169/2021 – CPL 01

SEI Nº 0019.014770.00002/2021-44

SEI Nº 0019.015266.00013/2025-20CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE CONTRATADO: CEDIMP – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DRS. MÁIRA E MARCOS PARENTE LTDA DO OBJETIVO/OBJETO Este termo aditivo tem por objetivo a alteração qualitativa do contrato em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica especializada, visando à futura e eventual contratação para prestação de serviços continuados, de imagem diagnóstica e procedimentos terapêuticos correlatos com fornecimento de insumos, equipamentos e pessoal, no âmbito da rede estadual de saúde. DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA O presente termo prevê a alteração qualitativa na CLÁUSULA SEGUNDA — DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E EQUIPAMENTOS para a inclusão das unidades abaixo, conforme solicitação do departamento de Regulação, Controle e Avaliação

MUNICIPIOS PARA INCLUIR	DEMANDA	QUANTITATIVO DIÁRIO
Xapuri	Programada	10
Assis Brasil	Programada	10
Epitaciolândia	Programada	10
Brasiléia	Programada	10
5. Unidades Próprias	Espontânea (urgência e emergência)	20

DA RATIFICAÇÃO As demais Cláusulas permanecem inalteradas.DATA DE ASSINATURA: 25/02/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELA CONTRATANTE E MÁIRA SANTIAGO PIRES PARENTE, REPRESENTANTES LEGAL PELA CONTRATADA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 80/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023

PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11

ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE

FORNECEDOR: 52.072.364 ISAQUE HENRIK RIBEIRO DA SILVA MELO

DO OBJETO Constitui objeto do presente instrumento a Aquisição de mobiliários para escritório, a fim de atender as necessidades das Unidades Hospitalares da Secretária de Estado de Saúde – SESACRE.DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO O preço da Ata em epígrafe é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).DO PRAZO DE VIGÊNCIA DAATA DE REGISTRO DE PREÇOS O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.DATA DA ASSINATURA: 10/02/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E ISAQUE HENRIK RIBEIRO DA SILVA MELO, REPRESENTANTE LEGAL PELO FORNECEDOR.

ENCARTE I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 80/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023 PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11 DO DETENTOR DAATA REGISTRADA, DO PREÇO E DO ITEM DE FORNECIMENTO, POR OCASIÃO DO PREGÃOELETRÔNICO SRP Nº 517/2023. EMPRESA FORNECEDORA: 52.072.364 ISAQUE HENRIK RIBEIRO DA SILVA MELO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 52.072.364/0001-80, situada na Avenida Francisca Viana, nº 1112, Bairro: Santo Antônio Carpina, Pernambuco – PE, CEP: 55816-270, Telefone: (81)99846-6542 / Celular: (81)99846-6542, e-mail: marialaurivania0522@gmail.com / isaquehenrik74@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023						
EMPRESA FORNECEDORA: 52.072.364 ISAQUE HENRIK RIBEIRO DA SILVA MELO/CNPJ Nº 52.072.364/0001-80						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA/ MODELO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
21	<p>LONGARINA, COM 03 LUGARES, SEM BRAÇOS Assento: Estrutura do assento em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 12 mm. Utilizando lâminas de florestas renováveis e projeto rodízios sustentáveis, com alto grau de dureza e espessura máxima de 2 mm, intercaladas sempre em número ímpar, com coca coscamite a base de uréia formol baixa emissão; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa flamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 55 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Largura de 465 mm e profundidade da superfície do assento de 440 mm, no mínimo; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos. Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Encosto: Espalдар Médio, com largura de 420 mm e extensão vertical do encosto de 500 mm Estrutura do encosto injetado/moldada anatomicamente, em polipropileno copolímero natural, com espessura mínima de 12 mm; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa flamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 45 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos; Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Estrutura: Lâmina para suporte do encosto com vinco externo confeccionada em chapa de aço ABNT 1010 espessura mínima de 6,35mm, dobrada, com ângulo interno de 95°. Possui em sua parte superior chapa de fixação confeccionada em chapa de aço ABNT 1008/1012 com quatro furos para fixar na estrutura do encosto. A fixação à estrutura do assento será por meio de 04 furos oblongos. Faz também a união entre o assento e o encosto, fixado a estes por meio de porcas garras de 1/4" cravadas em suas estruturas internas, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de 1/4", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Possui capa de proteção injetada em polipropileno natural texturizado; Estrutura composta por duas longarinas e dois pés laterais; Longarinas confeccionadas em tubo de aço 18, seção retangular medindo 50x30mm no mínimo, com extremidades fechadas por ponteiros plásticos. Soldadas pelo processo MIG em flange estampada em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm e dimensões de 195x210mm; Pés laterais compostos por duas colunas distanciadas entre si 95 mm, confeccionadas em tubo de aço 16 com seção retangular de 30x30mm no mínimo, fechada por tampas, interna e externa, confeccionadas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,75 mm. A base é confeccionada em tubo de aço 16 com seção oblonga medindo 29x58mm no mínimo, com extremidades fechadas por ponteiros plásticos; Cada pé possui duas sapatas niveladoras sextavadas 1.1/4"x5/16", fixadas à base dos pés por rosca rebite 5/16"; Os assentos são acoplados à estrutura por meio de porcas garras de 1/4" cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de 1/4", parafusados em flange por parafusos tipo Philips e arruelas de pressão. Acabamento e pintura: Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco.</p>	UND	LENOVOMR Shop Cadeiras/ ISO LONGARINA	200	R\$1.000,00	R\$200.000,00
22	<p>LONGARINA, COM 02 LUGARES, SEM BRAÇOS Assento: Estrutura do assento em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 12 mm. Utilizando lâminas de florestas renováveis e projeto rodízios sustentáveis, com alto grau de dureza e espessura máxima de 2 mm, intercaladas sempre em número ímpar, com coca coscamite a base de uréia formol baixa emissão; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa flamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 55 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Largura de 465 mm e profundidade da superfície do assento de 440 mm, no mínimo; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos. Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Encosto: Espalдар Médio, com largura de 420 mm e extensão vertical do encosto de 500 mm Estrutura do encosto injetado/moldada anatomicamente, em polipropileno copolímero natural, com espessura mínima de 12 mm; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa flamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 45 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos; Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Estrutura: Lâmina para suporte do encosto com vinco externo confeccionada em chapa de aço ABNT 1010 espessura mínima de 6,35mm, dobrada, com ângulo interno de 95°.</p>	UND	Mak Decor/ ISO RP	100	R\$500,00	R\$50.000,00

Possui em sua parte superior chapa de fixação confeccionada em chapa de aço ABNT 1008/1012 com quatro furos para fixar na estrutura do encosto. A fixação à estrutura do assento será por meio de 04 furos oblongos. Faz também a união entre o assento e o encosto, fixado a estes por meio de porcas garras de ¼" cravadas em suas estruturas internas, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Possui capa de proteção injetada em polipropileno natural texturizado; Estrutura composta por duas longarinas e dois pés laterais; Longarinas confeccionadas em tubo de aço 18 , secção retangular medindo 50x30mm no mínimo, com extremidades fechadas por ponteiras plásticas. Soldadas pelo processo MIG em flange estampada em chapa de aço com espessura mínima de 3 mm e dimensões de 195x210mm; Pés laterais compostos por duas colunas distanciadas entre si 95 mm, confeccionadas em tubo de aço 16 com secção retangular de 30x30mm no mínimo, fechada por tampas, interna e externa, confeccionadas em chapa de aço dobrada com espessura mínima de 0,75 mm. A base é confeccionada em tubo de aço 16 com secção oblonga medindo 29x58mm no mínimo, com extremidades fechadas por ponteiras plásticas; Cada pé possui duas sapatas niveladoras sextavadas 1.1/4"x5/16", fixadas à base dos pés por rosca rebite 5/16"; Os assentos são acoplados à estrutura por meio de porcas garras de ¼" cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", parafusados em flange por parafusos tipo Philips e arruelas de pressão. Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco.					
VALOR TOTAL					R\$250.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 81/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023
PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE FORNECEDOR: AC EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA DO OBJETO Constitui objeto do presente instrumento a Aquisição de mobiliários para escritório, a fim de atender as necessidades das Unidades Hospitalares da Secretária de Estado de Saúde – SESACRE.DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO O preço da Ata em epígrafe é de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.DATA DA ASSINATURA: 10/02/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E ATHOS RIOS DOS SANTOS, REPRESENTANTE LEGAL PELO FORNECEDOR.

ENCARTE I
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 81/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023 PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11 DO DETENTOR DA ATA REGISTRADA, DO PREÇO E DO ITEM DE FORNECIMENTO, POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023. EMPRESA FORNECEDORA: AC EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.173.882/0001-20, situada na Rua Doutor Adalberto Costa e Silva, nº 185 – Conjunto Guimard Santos – Telefone (68) 3224-6276/(68) 99978-6503 – Rio Branco/Acre, e-mail: ac.licitacaoacre@gmail.com,

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023						
EMPRESA FORNECEDORA: AC EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA/CNPJ Nº 22.173.882/0001-20						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA/ MODELO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	POLTRONA PRESIDENTE, BASE GIRATÓRIA E CROMADA, BRAÇOS EM ALUMÍNIO Assento e encosto: Poltrona com espaldar alto, assento e encosto constituído em concha única. Estrutura do em madeira multilaminada moldada anatomicamente, com apoio lombar, a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 15 mm; Contracapa em peça única para encosto e assento confeccionada em madeira compensada com espessura mínima de 6 mm, revestida em couro natural; O estofamento deverá ser em espuma laminada com alta densidade, com 50 mm de espessura no mínimo, revestido em couro natural; Largura do encosto de 500 mm e profundidade da superfície do assento de 475 mm, no mínimo; Largura do encosto de 500 mm e extensão vertical do encosto de 750 mm, no mínimo. Mecanismo que permite a regulagem de altura e reclinção do assento, estampado em chapa de aço SAE 1009/1010 FQDO com espessura mínima de 3 mm e placa do cone Morse injetada em alumínio. Acabamento superficial fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi com camada de no mínimo 80µm e acoplamento à furação do assento medindo 200x195mm. Possui sistema de regulagem de tensão de inclinação por meio de um manípulo exclusivo localizado na parte frontal do mecanismo, o intervalo de reclinção do assento é mínim de – 3° e máxima de 20°, com bloqueio em 5 posições, acionada por alavanca exclusiva localizada no lado esquerdo, a regulagem de altura do assento é acionada por alavanca exclusiva localizada ao lado direito do mecanismo. As alavancas são confeccionadas em aço SAE 1010 com diâmetro de 8 mm e acabamento em polipropileno copolímero. O mecanismo possui ponto de giro avançado em 165 mm em relação ao eixo de giro horizontal, com sistema anti-shock, proporcionando excelente conforto ao usuário da cadeira; Coluna e regulagem da altura do assento por acionamento a gás, com curso de regulagem milimétrica de 130 mm no mínimo. Confeccionada em aço tubular NBR6591 SAE 1008/1010 – BFDQ – 50,80x1,5mm, montada com pistão a gás classe 3 e Ø 28mm, d com conificação 1° 26'16" inferior e superior. Possui bucha guia para o sistema giratório e de regulagem com altura de 100mm, injetada resina de engenharia Poliacetal de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade	UND	DUOFFICE/ DU500A	20	R\$1.100,00	R\$22.000,00

<p>na regulagem da altura e suavidade no movimento giratório, calibrada com precisão de ajuste H7 (0,02mm). Fosfatizada e pintada em tinta pó epóxi com camada de tinta entre 80 a 120µm; Capa telescópica de 03 estágios, injetada em polipropileno copolímero com Ø 57 mm na parte superior e Ø 71 mm na parte inferior e altura de 317 mm. Proporciona acabamento e proteção à coluna de regulagem, sendo também um elemento estético entre a base e o mecanismo da cadeira. Possui eficiente sistema de fixação na parte superior e inferior, evitando que se desprenda durante o uso da cadeira, deixando aparecer o pistão e perdendo, consequentemente, tanto a função de proteção como a estética; Base cromada composta por 05 patas confeccionadas em aço tubular 1008/1010 com secção elíptica. As patas são soldadas em luva de aço SAE 1045. Possui buchas para encaixe de rodízios confeccionado em aço e acabamento na união das patas à luva confeccionada em polipropileno. Diâmetro total de 685mm e altura sem rodízios de 174mm; Rodízio duplo, com capas e rodas injetadas em resina de engenharia Poliamida 6. A haste é confeccionada em aço SAE 1006/1008 com tratamento superficial zincado e diâmetro de 11 mm. Eixo em aço 1010/1020, rodas com diâmetro de 50mm. Possui lubrificação interna permanente e capa de acabamento que envolve o eixo; A fixação da concha única a estrutura da cadeira será por meio de porcas garras de ¼" cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Braços confeccionados em chapa de alumínio de ¼", fixado por buchas de alumínio montada com solda de alumínio polido; Possui apoia-braços injetado em poliuretano semirígido, na parte superior da estrutura do braço. Acabamento e pintura: Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas, que não são cromadas, deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas, exceto as cromadas, deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco; As peças metálicas que serão cromadas deverão utilizar o processo por imersão pelo tempo mínimo de 20 minutos. – Apresentar certificado de ensaio do produto emitido por laboratório de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13962: 2006</p>				
VALOR TOTAL				R\$22.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 83/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023

PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE FORNECEDOR: MM PERMANENTES E BENS DE CONSUMO LTDA DO OBJETO Constitui objeto do presente instrumento a Aquisição de mobiliários para escritório, a fim de atender as necessidades das Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE.DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO O preço da Ata em epígrafe é de R\$ 344.128,00 (trezentos e quarenta e quatro mil cento e vinte e oito reais).DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.DATA DA ASSINATURA: 10/02/2025 ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E EDSON AZEVEDO DE MACEDO, REPRESENTANTE LEGAL PELO FORNECEDOR. ENCARTE I ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 83/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023 PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11 DO DETENTOR DA ATA REGISTRADA, DO PREÇO E DO ITEM DE FORNECIMENTO, POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023. EMPRESA FORNECEDORA: MM PERMANENTES E BENS DE CONSUMO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.924.474/0001-79, situada na Rua da Alegria, 337 – Rio Branco – Acre Fone: 068-99963-3857 – E-mail: mm.acre.2007@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023						
EMPRESA FORNECEDORA: MM PERMANENTES E BENS DE CONSUMO LTDA/CNPJ Nº 07.924.474/0001-79						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA/ MODELO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	CADEIRA FIXA EM POLIPROPILENO, BASE 04 PÉS EMPILHAVEL Assento: Moldado anatômica-mente em polipropileno copolímero estruturado, com pigmento e aditivo ANTI-UV (solidez 8); Os acabamentos das bordas não apresentam saliências que podem o acumular sujeira ou determinar a postura incorreta e impedir o fluxo sanguíneo normal do usuário; Possui furações com formato retangular com extremidades arredondadas, no mínimo 10 furos, 05 em cada lateral do assento, que possibilitam melhor areação para o usuário; A fixação do assento na estrutura será por meio de 06 parafusos autoatarraxantes, com o auxílio de oito garras centralizadoras; Largura de 470 mm e profundidade da superfície do assento de 378 mm, no mínimo, na cor a definir. Encosto: Moldado anatômica-mente em polipropileno copolímero estruturado, com pigmento e aditivo ANTI-UV (solidez 8); Os acabamentos das bordas não apresentam saliências que podem acumular sujeira; Possui furações com formato retangular com extremidades arredondadas, no mínimo 10 furos, 05 em cada lateral do assento, que possibilitam melhor areação para o usuário; A fixação do encosto na estrutura será por meio de encaixe moldado no próprio encosto, com auxílio de dois plugs injetados, um em cada lado da estrutura; Plug de fixação injetado em polipropileno copolímero, com corpo de 8mm de diâmetro e cabeça oval, na mesma cor do encosto; Largura de 462 mm e extensão vertical do encosto de 283 mm, na cor a definir. Composta por 04 pés, confeccionada em tubo de aço carbono 1020, com formato oblongo medindo 16x30 mm, espessura da parede de 1,20 mm, utilizado na fabricação dos pés e estrutura do encosto; A ligação e estruturação das peças em tubo oblongo serão confeccionadas em tubo de aço carbono ¾, espessura da parede de 1,50mm; A estrutura de união do assento ao encosto possui na parte sob o assento seis furos com diâmetro de 7mm, três em cada lado. O primeiro furo distanciado 35 mm da parte frontal do tubo e os outros distanciados, respectivamente, 98mm e 88mm considerando o primeiro furo. Possui também dois furos com diâmetro de 8mm, um de cada lado, na parte superior da estrutura a 63mm da extremidade, para fixar o encosto; Acabamento e pintura: Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber prétratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de se-cagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966/2008	UND	FK	2.000	R\$109,99	R\$219.980,00

26	ESCADA DOBRÁVEL – em alumínio anodizado natural, com 7 degraus, com revestimento antiderrapante e ponteiros em polipropileno. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 14122-3	UND	BOTAFOGO/BTF ESC0066	50	R\$275,00	R\$13.750,00
29	Estante de aço com 04 planos com reforço nas prateleiras chapa 14 nas cantoneiras 20 nas prateleiras, medindo 1,98 x 0,42 x 0,925m. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13961/2010	UND	PANDIN	200	R\$551,99	R\$110.398,00
VALOR TOTAL						R\$344.128,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 84/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023

PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11

ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE FORNECEDOR: MS SERVICOS, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA DO OBJETO Constitui objeto do presente instrumento a Aquisição de mobiliários para escritório, a fim de atender as necessidades das Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE.DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO O preço da Ata em epígrafe é de R\$ 167.500,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos reais).DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.DATA DA ASSINATURA: 10/02/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E MICHEL MESSIAS DINIZ, REPRESENTANTE LEGAL PELO FORNECEDOR.

ENCARTE I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 84/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023 PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11 DO DETENTOR DAATA REGISTRADA, DO PREÇO E DO ITEM DE FORNECIMENTO, POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023. EMPRESA FORNECEDORA: MS SERVICOS, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.172.177/0001-08, situada na Rua Minas Gerais, 900 – Preventorio, Tel/Fax: (68) 99976-4039 CEP: 69.900-129 Cidade: Rio Branco UF: Acre E-mail: m.s.servico@hotmail.com,

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023						
EMPRESA FORNECEDORA: MS SERVICOS, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA/CNPJ Nº 22.172.177/0001-08						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA/ MODELO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
27	MESA PLÁSTICA QUADRADA C/ 04 CADEIRAS Mesa quadrada produzida em polipropileno, carbonato e aditivo com Anti UV, resistente aos raios solares e fácil limpeza. Matéria-prima 100% virgem, tendo dessa forma garantia de qualidade do material. Acompanha 04 cadeiras. Garantia mínima de 12 meses – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 14776/2021.	UND	MOR/ MESA PLÁSTICA EPOLTRONA BELA VISTA	500	R\$335,00	R\$167.500,00
VALOR TOTAL						R\$167.500,00

TERMO DE CONTRATO SESACRE Nº 319/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90134/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2025

SEI Nº 25000.113400/2024-91

SEI Nº 0019.004704.00027/2025-75

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE

CONTRATADA: SOLAB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA DO OBJETO Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Acre – SESACRE.DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS O valor global do presente Contrato corresponde a R\$ 122.370,00 (cento e vinte e dois mil trezentos e setenta reais). Seu preço é fixo e irrevogável. A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

SOLAB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.232.743/0001-03, com sede na Rua Jose Zagueti, 401, Piracicaba SP, Parque Conceição, CEP: 13.412-401, e-mail: roberto@rmpregoes.com.br, roberto@rmpregoes.com.br, acompanhamentos@solabcientifica.com.br,

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA/ MODELO	QTDE. A CONTRATAR	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CENTRÍFUGA, PARA TUBOS E MICROPLACAS, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, ATÉ 1000 ML, ATÉ 15.000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 12 H, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO	UN	SOLAB/SL-706	3	R\$ 24.890,00	R\$ 74.670,00
4	CENTRÍFUGA, PARA TUBOS E MICROTUBOS, AJUSTE DIGITAL, C/ PAINEL DE CONTROLE, PROGRAMÁVEL, ATÉ 500 ML, ATÉ 20.000 RPM, CONTROLE TEMPERATURA ATÉ 40°C, TEMPORIZADOR ATÉ 10H, SEGURANÇA TAMPA ABERTA, ALARME DESBALANCEAMENTO		SOLAB/SL-703	3	R\$ 15.900,00	R\$ 47.700,00
VALOR TOTAL						R\$ 122.370,00

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA
1	<p>CENTRÍFUGA MISTA/MICRO-TUBOS REFRIGERADA ATÉ 15.000 RPM, MODELO:SL-706 MARCA: SOLAB REGISTRO DA ANVISA 82287740001 EQUIPAMENTO DE BANCADA PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, PESQUISA E QUALIDADE QUE DEMANDA PEQUENOS/GRANDES VOLUMES DE TUBOS PARA CENTRIFUGAÇÃO E TUBO COM GRANDE VOLUME, POSSIBILITANDO TRABALHAR COM ROTORES HORIZONTAL, MICROPLACAS, ÂNGULO FIXO ATÉ 600 ML (VELOCIDADE MÁXIMA 15.000 RPM SOMENTE PARA MICROTUBO EPPEFORF DE 1,5 A 2,0 ML). GABINETE EM AÇO CARBONO 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA; CUBA INTERNA EM ALUMÍNIO COM PINTURA ESMALTADA COR BRANCA E Ø 450 X ALTURA 220 MM; TAMPA EM AÇO 1020 COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR AZUL, COM SAÍDA DE AR CENTRAL PARA NÃO AQUECER AS AMOSTRAS; MOTOR DE INDUÇÃO SEM ESCOVA, PROPORCIONANDO BAIXA MANUTENÇÃO E RUÍDO; ACIONAMENTO POR INVERSOR DE FREQUENCIA QUE PROPORCIONA MAIOR PRECISAO DE VELOCIDADE. ARMAZENA 30 PROGRAMAS SENDO 4 OPÇÕES EM CADA PROGRAMA, TOTALIZANDO 120 PROCESSOS. CAPACIDADE DE SELEÇÃO DE ROTORES COMERCIAIS E ESPECIAIS; TEMPO DE PROCESSO PROGRAMÁVEL DE ATÉ 99 HORAS E 99 MINUTOS; RAMPAS DINÂMICAS DE ACELERAÇÃO E FRENAGEM: 1 MINUTO PARA VELOCIDADE MÁXIMA DO ROTOR E PARA VELOCIDADES INFERIORES OS TEMPOS DE RAMPAS SÃO MENORES; CONTROLE DE VELOCIDADE MICROPROCESSADO DIGITAL COM LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS BASEADOS NO ROTOR SELECIONADO; CONTROLE DE TEMPERATURA MÁXIMA E MÍNIMA DE SEGURANÇA (PARA CENTRIFUGAS REFRIGERADAS E AQUECIDAS); AFERIÇÃO DE TEMPERATURA FEITA POR PT100; INDICAÇÃO DE VELOCIDADE ATUAL (RPM), TEMPO DE PROCESSO, FORÇA CENTRIFUGA (XG); ALARME DE TAMPA ABERTA (INTERROMPE O PROCESSO CASO A TAMPA ESTEJA ABERTA); ALARME DE ROTOR DESBALANCEADO (INTERROMPE O PROCESSO CASO O ROTOR ESTEJA DESBALANCEADO); INDICAÇÃO DE CONTROLE DE TEMPERATURA (INDICA QUE O CONTROLE DE TEMPERATURA ESTÁ EM FUNCIONAMENTO); ABERTURA AUTOMÁTICA DA TAMPA AO FIM DO PROCESSO; FRENAGEM FEITA POR CONTROLE DE FREQUÊNCIA; SISTEMA DE ALARME ÁUDIO VISUAL INDICANDO O FIM DO PROCESSO; DISPLAY TOUCH SCREEN; VOLTAGEM: 110 OU 220V; TEMPERATURA – 10 A 50°C COM AJUSTE DE 1°C EM 1° C; CENTRIFUGA COM REFRIGERAÇÃO. SISTEMA DE TRAVA ELETROMECÂNICA (SUA ABERTURA É ABERTA E AUTOMÁTICA AO LIGAR O EQUIPAMENTO E AO FIM DO PROCESSO); SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO LIVRE DE CFC COM ISOLAÇÃO TÉRMICA ASSEGURANDO POUCA PERDA DE TEMPERATURA; GÁS REFRIGERANTE R134 ECOLÓGICO; POSSIBILIDADE DE ABERTURA MANUAL NA LATERAL ESQUERDA NA FALTA DE ENERGIA; PAINEL ADESIVO EM POLICARBONATO TEXTURIZADO A PROVA D'ÁGUA; CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA COM LED VERMELHO; PÉS DE BORRACHA PARA AMORTECIMENTO DE PEQUENAS VIBRAÇÕES COM REGULAGEM DE ALTURA E NÍVEL; CABO DE FORÇA COM DUPLA ISOLAÇÃO E PLUG COM TRÊS PINOS, DUAS FASES E UM TERRA, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 14136; POTÊNCIA: 50/60 HZ; CAPACIDADE DE ROTORES/ADPATADORES (ACOMPANHA CONF. NECESSIDADE DO CLIENTE): PARA TUBOS DE 5 A 600 ML – ROTAÇÃO MÁXIMA DE 4.000 RPM ROTOR HORIZONTAL MODELO RH4C3500 FORÇA MÁXIMA DE 2.607 XG. ROTOR PARA MICROPLACAS MODELO SM4-96 ROTAÇÃO MÁXIMA DE 2800 RPM PARA 4 MICROPLACAS – FORÇA MACIMA 1.575 XG ROTORES FIXOS ROTAÇÃO MÁXIMA 6.000 RPM MODELOS: RAF20-5A, RAF12-15, RAF8-50, COM FORÇA MÁXIMA 4.856 XG. ROTOR FIXO MODELO RAF30 ROTAÇÃO MÁXIMA DE 15.000 RPM COM FORÇA MÁXIMA 20.124 XG PARA MICRO TUBOS EPPENFORFF DE 1,5 A 2,0 ML E MICRO TUBOS PCR 0,2 – 0,4 – 0,5 – 0,6 ML DIMENSÕES EXTERNAS: L=935 X P= 705 X A=367 MM. PROCEDÊNCIA: NACIONAL. ACOMPANHA: ROTOR DE CRUZETA EM ALUMÍNIO LAMINADO ANODIZADO COM 4 CAÇAPAS E CAPACIDADE MÁXIMA PARA TUBOS ATÉ 600 ML, MODELO: RH4C3500. SUPORTE PARA 4 MICROPLACAS DE 96 WELLS (ROTAÇÃO MÁXIMA ATÉ 2.800 RPM), MODELO SM4-96. 4 ADAPTADORES EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE PARA 60 TUBOS DE 5 ML (ORIFÍCIO Ø 13 MM X ALTURA: 60 MM CADA), MODELO ADP60 – 5. 4 ADAPTADORES EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE PARA 40 TUBOS DE 10 M (ORIFÍCIO Ø 15 MM X ALTURA: 60 MM CADA), MODELO ADP40 – 10. 4 ADAPTADORES EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE PARA 40 TUBOS DE 15 ML, MODELO ADP40-15. 4 ADAPTADORES EM POLIPROPILENO COM CAPACIDADE PARA 16 TUBOS DE 50 ML, MODELO ADP16-50. MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA.</p>
4	<p>CENTRIFUGA REFRIGERADA PARA MICROTUBOS 15.000 RPM, MODELO: SL-703, MARCA: SOLAB. REGISTRO DA ANVISA 82287740001 EQUIPAMENTO DE BANCADA PARA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, PESQUISA E QUALIDADE QUE DEMANDA PEQUENOS VOLUMES DE MICROTUBOS EPPENDORF PARA CENTRIFUGAÇÃO. 1 ROTOR ÂNGULO FIXO COM VELOCIDADE MÁXIMA ATÉ 15.000 RPM. GABINETE EM AÇO CARBONO 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA; CUBA INTERNA EM ALUMÍNIO COM PINTURA ESMALTADA COR BRANCA E Ø 450 X ALTURA 220 MM; TAMPA EM AÇO CARBONO 1020 COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR AZUL; MOTOR DE INDUÇÃO SEM ESCOVA, PROPORCIONANDO BAIXA MANUTENÇÃO E RUÍDO; NÍVEL DE RUÍDO 70 DBA. ACIONAMENTO POR INVERSOR DE FREQUÊNCIA QUE PROPORCIONA MAIOR PRECISÃO DE VELOCIDADE. ARMAZENA 30 PROGRAMAS SENDO 4 OPÇÕES EM CADA PROGRAMA, TOTALIZANDO 120 PROCESSOS. CAPACIDADE DE SELEÇÃO DE ROTORES COMERCIAIS E ESPECIAIS; TEMPO DE PROCESSO PROGRAMÁVEL DE ATÉ 99 HORAS E 99 MINUTOS; RAMPAS DINÂMICAS DE ACELERAÇÃO E FRENAGEM: 1 MINUTO PARA VELOCIDADE MÁXIMA DO ROTOR E PARA VELOCIDADES INFERIORES OS TEMPOS DE RAMPAS SÃO MENORES; CONTROLE DE VELOCIDADE MICROPROCESSADO DIGITAL COM LIMITES MÁXIMOS E MÍNIMOS BASEADOS NO ROTOR SELECIONADO; CONTROLE DE TEMPERATURA MÁXIMA E MÍNIMA DE SEGURANÇA; AFERIÇÃO DE TEMPERATURA FEITA POR PT100; INDICAÇÃO DE VELOCIDADE ATUAL (RPM), TEMPO DE PROCESSO, FORÇA CENTRIFUGA (XG); ALARME DE TAMPA ABERTA (INTERROMPE O PROCESSO CASO A TAMPA ESTEJA ABERTA); ALARME DE ROTOR DESBALANCEADO (INTERROMPE O PROCESSO CASO O ROTOR ESTEJA DESBALANCEADO); INDICAÇÃO DE CONTROLE DE TEMPERATURA (INDICA QUE O CONTROLE DE TEMPERATURA ESTÁ EM FUNCIONAMENTO); ABERTURA AUTOMÁTICA DA TAMPA AO FIM DO PROCESSO; FRENAGEM FEITA POR CONTROLE DE FREQUÊNCIA; SISTEMA DE ALARME ÁUDIO VISUAL INDICANDO O FIM DO PROCESSO; DISPLAY TOUCH SCREEN; VOLTAGEM: 110 OU 220V; TEMPERATURA – 10 A 50°C COM AJUSTE DE 1°C EM 1° C; SISTEMA DE TRAVA ELETROMECÂNICA (SUA ABERTURA É ABERTA E AUTOMÁTICA AO LIGAR O EQUIPAMENTO E AO FIM DO PROCESSO); POSSUI ABERTURA MANUAL NA LATERAL ESQUERDA NA FALTA DE ENERGIA; PAINEL ADESIVO EM POLICARBONATO TEXTURIZADO A PROVA D'ÁGUA; CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA; PÉS DE BORRACHA PARA AMORTECIMENTO DE PEQUENAS VIBRAÇÕES COM REGULAGEM DE ALTURA E NÍVEL; CABO DE FORÇA COM DUPLA ISOLAÇÃO E PLUG COM TRÊS PINOS, DUAS FASES E UM TERRA, DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 14136; FREQUÊNCIA: 50/60 HZ; DIMENSÕES EXTERNAS: L=660X P= 535 X A=310 MM. PESO:60 KG. ROTORES: ROTOR FIXO – ROTAÇÃO MÁXIMA DE 15.000 RPM. PARA MICRO TUBOS: 1,5 A 2, ML. PARA MICRO TUBOS PCR: 0,2 A 0,6 ML. MODELOS: RAF30 COM FORÇA MÁXIMA 20.124 XG PROCEDÊNCIA: NACIONAL. ACOMPANHA: ROTOR FIXO DE ALUMÍNIO LAMINADO ANODIZADO COM CAPACIDADE PARA 30 MICROS TUBOS DE 1,5 A 2,0 ML. MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA.</p>

5.3. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da SESACRE, Programa de Trabalho: 10.302.1465.22070000, 10.302.1465.22080000 – Elementos de Despesas: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso: 26010400 – Portaria nº 2237/2023.

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

Data de Assinatura: 21/02/2025.

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELA CONTRATANTE E LUIZ ROBERTO MANACERO, REPRESENTANTE LEGAL PELA CONTRATADA.

TERMO DE CONTRATO SESACRE Nº 307/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 050/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 405/2024
PROCESSO SEI Nº 0019.015359.00020/2024-39CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE
CONTRATADA: M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DO OBJETO Aquisição de Insumos Hospitalares – (CONSUMO GERAL V) para atender as demandas das unidades do âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE. PRAZO DO CONTRATO DA VIGÊNCIA O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência. DA EFICÁCIA A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação; DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS O valor global do presente contrato é de R\$ 91.422,00 (noventa e um mil quatrocentos e vinte e dois reais) A CONTRATADA deverá entregar os materiais, com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.387.424/0001-70, com sede na Rua 09, S/N, Quadra 55 A, Lote 09, Vila Brasília, CEP: 74.911-080, na Cidade de Aparecida de Goiânia/GO, telefone: (62) 3981-1300, e-mail: licitacao02@mmedicamentos.com.br,

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT. P/ CONTRATADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	200050928 – CABO PARA BISTURI ELETRICO; MEDINDO APROXIMADAMENTE 3 METROS; COMPATIVEL COM APARELHO WEM; MODELO HS-120 MICRO; EMBALAGEM INDIVIDUAL; COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO; PROCEDENCIA; ATENDER A LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	UND	MEDPEX/BLUEPAD	500	R\$91,26	R\$45.630,00
11	200001157 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 5.0, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	500	R\$2,86	R\$1.430,00
12	200002960 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 5.5, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	500	R\$2,81	R\$1.405,00
13	200001572 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6.0, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	500	R\$2,85	R\$1.425,00
14	200001996 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 6.5, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	1.000	R\$2,86	R\$2.860,00
15	200000707 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7.0, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	1.000	R\$2,86	R\$2.860,00
16	200002556 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 7.5, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	1.000	R\$2,86	R\$2.860,00
17	200003070 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8.0, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	1.000	R\$2,90	R\$2.900,00
18	200002732 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 8.5, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	1.000	R\$2,86	R\$2.860,00
19	200003758 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 9.0, COM CUFF	UND	SEVEN CARE	1.000	R\$2,86	R\$2.860,00
24	200087424 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 2.5, SEM CUFF.	UND	SEVEN CARE	500	R\$2,99	R\$1.495,00
25	200087423 – TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 2.5, COM CUFF.	UND	SEVEN CARE	500	R\$3,13	R\$1.565,00
33	200046221 – SONDA; PARA ASPIRACAO TRAQUEAL; DESCARTAVEL; Nº 20; ESTERIL; COM VALVULA DIGITAL; CONFECCIONADA EM MATERIAL ATOXICO; MALEAVEL; TRANSPARENTE; ATRAUMATICO; SILICONIZADO; SEM REBARBAS OU DEFEITOS QUE PREJUDIQUEM SUA UTILIZACAO; EXTREMIDADE PROXIMAL COM PONTA ARREDONDADA; COM ORIFICIOS CENTRAL E LATERAIS; COM BORDAS BEM ACABADAS E DIAMETROS PROPORCIONAIS AO CALIBRE; EXTREMIDADE DISTAL COM RANHURAS E CALIBRE ADEQUADO; QUE PERMITA ENCAIXE PERFEITO A EXTENSOES (CONECTOR UNIVERSAL); EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO; COM SELAGEM EFICIENTE; QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE ATE O MOMENTO DE UTILIZACAO; PERMITA A ABERTURA E TRANSFERENCIA; COM TECNICA ASSEPTICA; COMPATIVEL COM O PROCESSO DE ESTERILIZACAO; CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO; MARCA DO FABRICANTE; DATA; TIPO E VALIDADE DE ESTERILIZACAO; PRAZO DE VALIDADE; NUMERO DE LOTE E REGISTRO NO MS; O PRAZO DE VALIDADE MINIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	FOYOMED	4.000	R\$0,83	R\$3.320,00
35	200045577 – SONDA; DE ASPIRACAO TRAQUEAL Nº 20 FR; EM PVC SILICONIZADA; CENTIMETRADA; MARCACAO PRECISA; NUMEROS VISIVEIS; CONTENDO NA PONTA DISTAL UM ORIFICIO CENTRAL E DOIS LATERAIS; PONTA ROMBA SILICONIZADO. SEM REBARBAS OU DEFEITOS; QUE PREJUDIQUEM SUA UTILIZACAO; EXTREMIDADE PROXIMAL COM PONTA ARREDONDADA; COM ORIFICIOS CENTRAL E LATERAIS; COM BORDAS BEM ACABADAS E DIAMETROS PROPORCIONAIS AO CALIBRE; EXTREMIDADE DISTAL COM RANHURAS E CALIBRE ADEQUADO; QUE PERMITA ENCAIXE PERFEITO A EXTENSOES (CONECTOR UNIVERSAL); EM EMBALAGEM INDIVIDUAL; EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO; COM SELAGEM EFICIENTE; QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE ATE O MOMENTO DE UTILIZACAO; PERMITA A ABERTURA E TRANSFERENCIA COM TECNICA ASSEPTICA; COMPATIVEL COM O PROCESSO DE ESTERILIZACAO; CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICACAO; MARCA DO FABRICANTE; DATA; TIPO E VALIDADE DE ESTERILIZACAO.	UND	FOYOMED	7.000	R\$0,83	R\$5.810,00
39	200081259 – TUBO ENDOTRAQUEAL CALIBRE 3,0MM; COM CUFF; DESCARTAVEL; ESTERIL; EM PVC; SILICONIZADO; TRANSPARENTE; ATOXICO; FLEXIVEL; COM BALAO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSAO; CONECTOR SEMI-MONTADO; CUFF OPACO; PONTA ATRAUMATICA RETRAIDA; LINHA RADIOPACA CONTINUA;.. CURVA DE MAGILL; COM BALAO PILOTOE VALVULA DE SEGURANCA; MARCAS GRADUADAS INDICATIVAS DE PROFUNDIDADE PELO CORPO DA CANULA E CALIBRE MARCADO EM LOCAL VISIVEL; EMBALAGEM INDIVIDUAL ADEQUADA; SEGURA; COMPATIVEL COM O PROCESSO DE ESTERILIZACAO E QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERENCIA COM TECNICA ASSEPTICA; CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO; PROCEDENCIA; DATA E TIPO DE ESTERILIZACAO; PRAZO DE VALIDADE; Nº DO LOTE E REGISTRO NO MS; DEVE ATENDER A LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO; O PRAZO DE VALIDADE MINIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UND	SEVEN CARE	500	R\$2,80	R\$1.400,00
40	200081268 – TUBO ENDOTRAQUEAL CALIBRE 4,0MM; 22; COM CUFF; DESCARTAVEL; ESTERIL; EM PVC; SILICONIZADO; TRANSPARENTE; ATOXICO; FLEXIVEL; CONECTOR SEMI-MONTADO; PONTA ATRAUMATICA RETRAIDA; LINHA RADIOPACA CONTINUA; CURVA DE MAGILL; COM BALAO PILOTO E VALVULA DE SEGURANCA; MARCAS GRADUADAS INDICATIVAS DE PROFUNDIDADE PELO CORPO DA CANULA E CALIBRE MARCADO EM LOCAL VISIVEL; EMBALAGEM INDIVIDUAL ADEQUADA; SEGURA; COMPATIVEL COM O PROCESSO DE ESTERILIZACAO E QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERENCIA COM TECNICA ASSEPTICA; CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO; PROCEDENCIA; DATA E TIPO DE ESTERILIZACAO; PRAZO DE VALIDADE; Nº DO LOTE E REGISTRO NO MS; DEVE ATENDER A LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO; O PRAZO DE VALIDADE MINIMO DEVE SER DE 12 MESES A PARTIR DA D	UND	SEVEN CARE	500	R\$2,80	R\$1.400,00
55	200002398 – FIO GUIA; (MANDRIL) PARA ENTUBACAO ENDOTRAQUEAL ADULTO 30CM – FABRICADO DE MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO, TAMANHO ADULTO (30 CM), COM BOTÃO DE REGULAGEM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE REGISTRO NA ANVISA, ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO E APROVADO PELO INMETRO.	UND	WELL LEAD	200	R\$10,24	R\$2.048,00

56	200002701 – FIO GUIA; (MANDRIL) PARA ENTUBACAO ENDOTRAQUEAL NEO NATAL 20CM – FABRICADO DE MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO, TAMANHO NEONATAL, COM BOTÃO DE REGULAGEM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE REGISTRO NA ANVISA, ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO E APROVADO PELO INMETRO.	UND	WELL LEAD	200	R\$10,24	R\$2.048,00
57	200000514 – FIO GUIA; (MANDRIL) PARA ENTUBACAO ENDOTRAQUEAL INFANTIL 25CM – FABRICADO EM MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO, TAMANHO INFANTIL (25 CM), COM BOTÃO DE REGULAGEM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, Nº DE REGISTRO NA ANVISA, ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO E APROVADO PELO INMETRO.	UND	WELL LEAD	200	R\$26,23	R\$5.246,00
VALOR TOTAL						R\$91.422,00

As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da SESACRE, Programa de Trabalho: 10.302.1465.22070000 – Elementos de Despesas: 3.3.90.30, Fonte de Recurso 16000400 15001002.

Data de Assinatura: 14/02/2025.

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELA CONTRATANTE E RUBENS BATISTA MENDANHA, REPRESENTANTE LEGAL PELA CONTRATADA.

TERMO DE CONTRATO SESACRE Nº 229/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 267/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SESACRE Nº 416/2024

SEI Nº 0019.015359.00089/2023-81 CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE CONTRATADA: MULTIMEDIK DISTRIBUIÇÃO LTDA DO OBJETO Constitui objeto da presente Ata a aquisição de material médico hospitalar PERFUROCORTANTE para atender as demandas das unidades do âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE.DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS O valor total do presente contrato é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) A CONTRATADA deverá fornecer, com as especificações e as quantidades dispostas na planilha a seguir:

MULTIMEDIK DISTRIBUIÇÃO LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.282.739/0001-71, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana. nº 1420, Sala 01, Bosque, CEP: 69.900-526, Rio Branco/AC, telefone: (68) 3229-3570, e-mail: comercial@multimedik.com.br						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	MARCA	QUANT. A CONT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	200025620 - AGULHA PARA MIELOGRAMA; PARA EXAME DE MIELOGRAMA ASP 15 G X 05CM. - SEM DISPARO AUTOMÁTICO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	UN	UNIT	150	R\$ 80,00	R\$ 12.000,00
2	200025621 - AGULHA PARA MIELOGRAMA; PARA EXAME DE MIELOGRAMA ASP. 16 G X 4,5 A 6CM - SEM DISPARO AUTOMÁTICO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	UN	UNIT	150	R\$ 80,00	R\$ 12.000,00
3	200045786 - AGULHA PARA MIELOGRAMA; ASPIRATIVA; PARA EXAME DE MIELOGRAMA; CALIBRE 16G X 70MM; EMBALAGEM INDIVIDUAL; ADEQUADA; SEGURA; COMPATÍVEL COM PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO; E QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSEPTICA; CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO; PROCEDÊNCIA; DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO; PRAZO DE VALIDADE; Nº DE LOTE; REGISTRO NA ANVISA/MS E ATENDER DEMAIS NORMAS VIGENTES E PERTINENTES AO PRODUTO.	UN	UNIT	100	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
9	200033327 - AGULHA PARA BIOPSIA; PARA LESOES MAMARIAS NAO PALPAVEIS; CALIBRE 20G; MEDINDO 10MM DE COMPRIMENTO ? EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE, REGISTRO NO MS E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	UN	UNIT	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 35.000,00

As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da SESACRE, Programa de Trabalho: 10.302.1465.22070000; Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00, Fontes de Recurso: 16000400 e 1500100.

DA VIGÊNCIA A vigência do Contrato, contar-se a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, 31/12/2025

Data de Assinatura: 04/02/2025.

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELA CONTRATANTE E MILANIA CRISTINA DA SILVA, REPRESENTANTE LEGAL PELA CONTRATADA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 82/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023 PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11 ORGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESACRE FORNECEDOR: COMFORT MOVEIS LTDA DO OBJETO Constitui objeto do presente instrumento a Aquisição de mobiliários para escritório, a fim de atender as necessidades das Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE.DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO O preço da Ata em epígrafe é de R\$ 1.345.049,90 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil quarenta e nove reais e noventa centavos).DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.DATA DA ASSINATURA: 10/02/2025

ASSINAM: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON, Secretário(a) de Estado de Saúde, PELO ÓRGÃO GERENCIADOR E MARIA DAS GRAÇAS DE MENEZES CARVALHO, REPRESENTANTE LEGAL PELO FORNECEDOR.

ENCARTE I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SESACRE Nº 82/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023 PROCESSO SEI Nº 0019.004661.00189/2023-11 DO DETENTOR DA ATA REGISTRADA, DO PREÇO E DO ITEM DE FORNECIMENTO, POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023. EMPRESA FORNECEDORA: COMFORT MOVEIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 31.974.770/0001-69, situada na Rua Rui Barbosa, 662, Térreo, Centro, Cruzeiro do Sul, CEP: 69.980-000, Telefone (68) 3322-2212, e-mail: comfortmoveis.ac@gmail.com,

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 517/2023

EMPRESA FORNECEDORA: COMFORT MOVEIS LTDA/CNPJ Nº 31.974.770/0001-69

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA/ MO-DELO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<p>ARMÁRIO ALTO FECHADO: 800X500X1600mm Tampo em partículas de média densidade, em chapa única com no mínimo 25mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado, com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior do tampo, na cor a definir Possui bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 3 mm, na mesma cor do tampo, com bordas arredondadas em todo seu perímetro com raio mínimo de 2,5mm, coladas a quente por meio do processo HOLT MELT; Possui recorte na parte posterior lado inferior, com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância de 15mm e da parte posterior há uma distância de 6mm, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças; Possui fixado em seu lado inferior uma chapa de aço dobrada para apoio das portas e um pino de aço inoxidável para o travamento da fechadura. Duas portas de abrir em partículas de média densidade, em chapa única com no mínimo de 18mm de espessura;Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado, com no mínimo 0,3mm de espessura em ambas as faces das peças, na mesma cor do tampo; Possui bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm, na mesma cor do tampo, coladas a quente pelo processo HOLT MELT; Cada porta possui, no mínimo, três dobradiças em ZAMAK, adonisado, que permita abertura de no mínimo 270º, fixadas por parafusos anodizados, auto atarraxantes, de cabeça chata medindo 20x4mm; Apresenta sistema de pressão acionado ao ser fechada, por meio de molas de alta resistência em aço zincado e lubrificado, evitando corrosão, e peça em plástico de engenharia poliamida para travamento, mantendo a porta pressionada para dentro sem folgas depois de fechada; Tem eixo em aço inoxidável em sua articulação com buchas de POLIACETAL, evitando o atrito e eliminando a necessidade de lubrificação; Numa das portas contém uma chapa de aço para travamento, sem arestas cortantes e arredondada com raio de 10mm; Possui um puxador em cada porta, em alumínio extrudado e arqueado com formato convexo, com diâmetro mínimo de 10mm e largura de no mínimo 100mm. Fechadura com mecanismo em aço cromado, medindo cerca de 74x30x14mm e cilindro em aço cromado com diâmetro de 19mm e altura de 22mm; Dotado de molas e pinos em latão ou aço, lubrificados com graxa naval de auto desempenho em todo mecanismo interno, reduzindo atritos e evitando possíveis travamentos; Cada fechadura tem um segredo individual, não permitindo que a chave de outra fechadura a abra; Possui lingueta de aço com mecanismo que permite o giro de duas hastes em alumínio no eixo vertical, sendo uma na parte superior e outra na inferior, fixado por meio de parafusos auto atarraxantes de cabeça chata medindo 11x3,5mm; As chaves possuem acabamento em poliuretano injetado, com sistema de segurança que permite a dobra sem que a mesma se quebre dentro do cilindro; Possui hastes em alumínio extrudado com formato plano convexo com diâmetro de 6mm. Numa das extremidades de cada haste contém um acessório de travamento com formato de gancho em sentido perpendicular à haste, com buchas em plástico de engenharia poliamida, descartando a necessidade de lubrificação e reduzindo o atrito dos componentes, fixados por meio de parafusos auto atarraxantes de cabeça chata medindo 30x3,5mm; Nas hastes com comprimento maior que 500mm tem um suporte com uma bucha em plástico de engenharia poliamida, descartando a necessidade de lubrificação e reduzindo o atrito dos componentes, fixado por meio de parafusos auto atarraxantes de cabeça chata medindo 30x3,5mm; Na ponta do cilindro tem um acabamento em aço repuxado com espessura mínima de 0,4mm, com revestimento cromado. Três prateleiras reguláveis, em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em sua superfície superior e inferior, na mesma cor do tampo; Possui bordas transversais protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo; Nas bordas longitudinais de contato com o usuário tem fita com espessura mínima de 3mm, arredondadas com raio de 2,5mm no mínimo, colados a quente por meio do processo HOT MELT; Cada prateleira contém quatro suportes em poliuretano rígido com sistema de engate para os pinos de regulagem; o travamento das prateleiras reguláveis é feito por meio de pinos em aço inoxidável fixos nas laterais por meio de furos para engate. Base em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em sua superfície superior e inferior, na mesma cor do tampo; Tem bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo, colados a quente por meio do processo HOT MELT; Possui recorte com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância com cerca de 15mm e 6mm da parte posterior da peça, que propicia acabamento perfeito na união das peças Possui reguladores de nível em polipropileno injetado, com forma telescópica cilíndrica, diâmetro de 55mm e altura de 35mm, e ajuste de no mínimo 20mm, por meio de parafuso de aço zincado com rosca padrão 5/16" engatado a porca sextavada 5/16". Permite a regulagem de altura pelo lado interno do armário. Laterais em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura, medindo 480x1522mm (PxH); Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces das peças, na mesma cor do tampo; Tem bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo, colada a quente por meio do processo HOT MELT; Possui recorte com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância com cerca de 15mm e 6mm da parte posterior da peça, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças; No sentido longitudinal, das laterais, contém duas fileiras de furos com diâmetro de 5mm, distanciados entre si 32mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável a cada 32mm; Fundo em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura, medindo 770x1528mm (LxH); Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces da peça, na mesma cor do tampo; É embutido nas laterais, tampo superior e inferior, com perfeita junção, sem frestas e mantendo travamento e estabilidade do corpo do móvel. Sapatas niveladoras em polipropileno injetado, com formato telescópico cilíndrico, com diâmetro de 55mm e altura de 35mm, possibilitando ajuste de no mínimo 20mm, por meio de parafuso de aço zincado e rosca padrão 5/16", engatado em uma porca sextavada 5/16", fixada a um suporte de poliuretano injetado; Contém três furos para fixação, por meio de parafusos auto atarraxantes, zincados. O travamento das laterais ao tampo superior e inferior é feito por meio de cavilhas em madeira estriada e pinos de aço inoxidável com rosca padrão M6, com rebaixo na extremidade oposta à rosca para o travamento, por meio de tambor em ZAMAK e recorte para engate do pino de aço, o qual é fixado ao tampo superior e inferior por meio de pino em ZAMAK, rosca padrão M6 na parte interna e rosca auto atarraxante na externa, com recortes no fio da rosca para que a mesma trave e não solte da peça, são no mínimo duas cavilhas e dois pinos de aço por junção. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13961: 2010</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD024	100	R\$671,99	R\$67.199,00

2	<p>ARMÁRIO BAIXO FECHADO: 800X500X740mm Tampo em partículas de média densidade, em chapa única com no mínimo 25mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado, com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior do tampo, na cor a definir; Possui bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 3mm, na mesma cor do tampo, com bordas arredondadas em todo seu perímetro com raio mínimo de 2,5mm, coladas a quente por meio do processo HOLT MELT; Possui recorte na parte posterior lado inferior, com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância de 15mm e da parte posterior há uma distância de 6mm, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças; Possui fixado em seu lado inferior uma chapa de aço dobrada para apoio das portas e um pino de aço inoxidável para o travamento da fechadura. Duas portas de abrir em partículas de média densidade, em chapa única com no mínimo de 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado, com no mínimo 0,3mm de espessura em ambas as faces das peças, na mesma cor do tampo; Possui bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm, na mesma cor do tampo, coladas a quente pelo processo HOLT MELT; Cada porta possui, no mínimo, duas dobradiças em ZAMAK, anodizado, que permita abertura de no mínimo 270°, fixadas por parafusos anodizados, de cabeça chata medindo 20x4mm; Apresenta sistema de pressão acionado ao ser fechada, por meio de molas de alta resistência em aço zincado e lubrificado, evitando corrosão, e peça em plástico de engenharia poliamida para travamento, mantendo a porta pressionada para dentro sem folgas depois de fechada; Tem eixo em aço inoxidável em sua articulação com buchas de POLIACETAL, evitando o atrito e eliminando a necessidade de lubrificação; Numa das portas contém uma chapa de aço para travamento, sem arestas cortantes e arredondada com raio de 10mm; Possui um puxador em cada porta, em alumínio extrudado e arqueado com formato convexo, com diâmetro mínimo de 10mm e largura de no mínimo 100mm. Fechadura com mecanismo em aço cromado, medindo cerca de 74x30x14mm e cilindro em aço cromado com diâmetro de 19mm e altura de 22mm; Dotado de molas e pinos em latão ou aço, lubrificados com graxa naval de autodesempenho em todo mecanismo interno, reduzindo atritos e evitando possíveis travamentos; Cada fechadura tem um segredo individual, não permitindo que a chave de outra fechadura a abra; Possui lingueta de aço com mecanismo que permite o giro de duas hastes em alumínio no eixo vertical, sendo uma na parte superior e outra na inferior, fixado por meio de parafusos autoatarraxantes de cabeça chata medindo 11x3,5mm; As chaves possuem acabamento em poliuretano injetado, com sistema de segurança que permite a dobra sem que a mesma se quebre dentro do cilindro; Possui hastes em alumínio extrudado com formato plano convexo com diâmetro de 6mm. Numa das extremidades de cada haste contém um acessório de travamento com formato de gancho em sentido perpendicular à haste, com buchas em plástico de engenharia poliamida, descartando a necessidade de lubrificação e reduzindo o atrito dos componentes, fixados por meio de parafusos autoatarraxantes de cabeça chata medindo 30x3,5mm; Nas hastes com comprimento maior que 500mm tem um suporte com uma bucha em plástico de engenharia poliamida, descartando a necessidade de lubrificação e reduzindo o atrito dos componentes, fixado por meio de parafusos autoatarraxantes de cabeça chata medindo 30x3,5mm; Na ponta do cilindro tem um acabamento em aço repuxado com espessura mínima de 0,4mm, com revestimento cromado. Uma prateleira regulável, em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em sua superfície superior e inferior, na mesma cor do tampo; Possui bordas transversais protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo; Nas bordas longitudinais de contato com o usuário tem fita com espessura mínima de 3mm, arredondadas com raio de 2,5mm no mínimo, colados a quente por meio do processo HOT MELT; Cada prateleira contém quatro suportes em poliuretano rígido com sistema de engate para os pinos de regulagem; o travamento das prateleiras reguláveis é feito por meio de pinos em aço inoxidável fixos nas laterais por meio de furos para engate. Base em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em sua superfície superior e inferior, na mesma cor do tampo; Tem bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo, colados a quente por meio do processo HOT MELT; Possui recorte com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância com cerca de 15mm e 6mm da parte posterior da peça, que propicia acabamento perfeito na união das peças; Possui reguladores de nível em polipropileno injetado, com forma telescópica cilíndrica, diâmetro de 55mm e altura de 35mm, e ajuste de no mínimo 20mm, por meio de parafuso de aço zincado com rosca padrão 5/16" engatado a porca sextavada 5/16". Permite a regulagem de altura pelo lado interno do armário. Laterais em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura, medindo 480x662mm (PxH); Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces das peças, na mesma cor do tampo; Tem bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo, colada a quente por meio do processo HOT MELT; Possui recorte com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância com cerca de 15mm e 6mm da parte posterior da peça, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças; No sentido longitudinal, das laterais, contém duas fileiras de furos com diâmetro de 5mm, distanciados entre si 32mm, possibilitando o ajuste da prateleira regulável a cada 32mm; Fundo em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura, medindo 770x668mm (LxH); Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces da peça, na mesma cor do tampo; É embutido nas laterais, tampo superior e inferior, com perfeita junção, sem frestas e mantendo travamento e estabilidade do corpo do móvel. Sapatas niveladoras em polipropileno injetado, com formato telescópico cilíndrico, com diâmetro de 55mm e altura de 35mm, possibilitando ajuste de no mínimo 20mm, por meio de parafuso de aço zincado e rosca padrão 5/16", engatado em uma porca sextavada 5/16", fixada a um suporte de poliuretano injetado; Contém três furos para fixação, por meio de parafusos autoatarraxantes, zincados. O travamento das laterais ao tampo superior e inferior é feito por meio de cavilhas em madeira estriada e pinos de aço inoxidável com rosca padrão M6, com rebaba na extremidade oposta à rosca para o travamento, por meio de tambor em ZAMAK e recorte para engate do pino de aço, o qual é fixado ao tampo superior e inferior por meio de pino em ZAMAK, rosca padrão M6 na parte interna e rosca autoatarraxantes na externa, com recortes no fio da rosca para que a mesma trave e não solte da peça, são no mínimo duas cavilhas e dois pinos de aço por junção. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13961: 2010</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD022	100	R\$382,47	R\$38.247,00
3	<p>GAVETEIRO VOLANTE COM 03 GAVETAS 402x500x600mm Tampo em partículas de média densidade, em chapa única com no mínimo 25mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado, com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior do tampo, na cor a definir; Possui bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 3mm, na mesma cor do tampo, com bordas arredondadas em todo seu perímetro com raio mínimo de 2,5mm, coladas a quente por meio do processo HOLT MELT; Possui recorte na parte posterior lado inferior, com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância de 15mm e da parte posterior há uma distância de 6mm, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças. Base em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em sua superfície superior e inferior, na mesma cor do tampo; Tem bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo, colados a quente por meio do processo HOT MELT; Possui recorte com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância com cerca de 15mm e 6mm da parte posterior da peça, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças. Laterais em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura, medindo 480x525mm (PxH); Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces das peças, na mesma cor do tampo; Tem bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 1mm no mesmo padrão do revestimento do tampo, colada a quente por meio do processo HOT MELT; Possui recorte com profundidade de 3mm e largura de 19mm no sentido longitudinal, chegando próximo às extremidades há uma distância com cerca de 15mm e 6mm da parte posterior da peça, que propicia acabamento perfeito na montagem das peças; Na parte frontal interna, paralelo ao recorte posterior, outro recorte para embutir a vareta de alumínio do mecanismo de travamento simultâneo das gavetas. Fundo em partículas de média densidade, chapa única com no mínimo 18mm de espessura; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces da peça, na mesma cor do tampo; É embutido nas laterais, tampo superior e inferior, com perfeita junção, a 3mm de profundidade com recuo de 6mm do limite posterior do gaveteiro, sem frestas e mantendo travamento e estabilidade do corpo do móvel. Três gavetas com frente em partículas de média densidade, em chapa única com no mínimo 18mm de espessura, medindo 390x165mm (LxH); Revestimento em laminado melamínico de alta resistência em ambas as faces das peças, na mesma cor do tampo; Possui bordas protegidas por fita de poliestireno semirrígido com espessura mínima de 3mm, na mesma cor do tampo, com bordas arredondadas em todo seu perímetro com raio mínimo de 2,5mm, coladas a quente por meio do processo HOLT MELT; Corpo da gaveta em chapa de aço com espessura mínima de 0,9mm, com profundidade interna mínima de 345mm e largura mínima de 335mm; Revestimento do corpo da gaveta em pintura epóxi pó na cor preta, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, pré-tratamento em 9 banhos, sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem, desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última lavagem com água deionizada seguida de secagem; As guias metálicas são em chapa de aço com espessura mínima de 1,2mm, soldada na parte inferior lateral do corpo da gaveta, com sistema de deslizamento por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, tem um eixo inoxidável fixado a uma guia metálica que é fixada na lateral do gaveteiro por meio de parafusos cabeça chata tipo CHIPBOARD zincado; As guias deveriam ter um sistema de trava no final do curso ao seu fechamento evitando que a mesma se abra ao inclinar o gaveteiro. Travamento simultâneo das gavetas por meio de barra de alumínio com pinos e travas reguláveis, fechadura cilíndrica com pino de aço com movimento orbital ao eixo; Possui duas cópias de chave com capa plástica de proteção e sistema escamoteável, evitando que a mesma se quebre; Cada fechadura possui segredo único evitando que a chave de um gaveteiro possa abrir o outro. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13961: 2010</p>	UND	AVANTTI / IURIS MD033	100	R\$403,99	R\$40.399,00

4	<p>MESA DE TRABALHO EM L 1200X1200X600X600X740mm Superfície de trabalho com formato em “L”, em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, formando uma peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fiação com acabamento em PVC rígido texturizado na mesma cor do tampo, com diâmetro de 60mm; A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo à estrutura metálica da mesa; Deverá permitir a inscrição de um quadrado com medidas de profundidade e larguras mínimas, conforme Figura 3 da NBR 13966. 02 Painéis frontais em madeira MPD (painéis de partículas de média densidade) com 18,0mm de espessura no mínimo; Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces, na mesma cor da superfície de trabalho; As bordas deverão ser retas e recebem proteção de fita de poliestireno semirrígido com 1,0mm de espessura, no mínimo, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo HOLT-MELT. A fixação do painel frontal na estrutura deverá ser por meio de quatro pinos de aço com rosca padrão M6 e tambor de travamento em ZAMAK. A sustentação do tampo deverá ser através de suas estruturas: laterais e central, interligada por calhas horizontais, que deverão propiciar a estruturação do conjunto. A estrutura central deverá ser em chapa #18 no mínimo, dobrada com formato retangular, sendo dois lados de 120mm e os outros dois com 40mm, ficando um abertura frontal de 110mm, formando um canal para passagem da fiação. Os lados de 40mm possuem 03 abas de 10mm cada, formando dobras ortogonais, a última aba de cada lado possui dois recortes medido 50x10mm para apoio da tampa removível; Possui, próximo às extremidades superior e inferior, elementos de ligação medindo 96X20mm, confeccionado em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, para travamento evitando a abertura da estrutura; O fechamento interno da estrutura central deverá ser feito através de uma tampa removível medindo 90x635mm (LxH), em chapa de aço # 22 (e=0,75mm), fixada na estrutura por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes; Na parte superior da estrutura central deverá conter um elemento soldado na estrutura (não deverá apresentar soldas aparentes), confeccionado em chapa #14 no mínimo, com largura mínima de 40mm e furo com diâmetro de 8mm, para fixar ao tampo por meio de parafuso de aço zincado padrão M6, soldado pelo processo MIG; Na parte inferior da estrutura central deverá conter um elemento soldado na estrutura (não deverá apresentar soldas aparentes), confeccionado em chapa #14 no mínimo, com largura mínima de 40mm e furo com diâmetro de 12mm para alocação de rebite de repuxo padrão 5/16” onde será fixado a sapata niveladora; Sapata niveladora em poliuretano injetado de alta resistência e curso de regulagem de no mínimo 15mm, soldada pelo processo MIG. As estruturas laterais em forma de um “L”, com medidas totais de 44x520x700 (LxPxH); A estrutura vertical de ligação, da base inferior com a superior, deverá ser por meio de duas colunas paralelas confeccionadas em tubos de aço com Ø44mm e espaçamento mínimo entre elas de 100mm, formando um pórtico. Uma coluna deverá conter 04 furos para fixação do painel frontal e calha estrutural por meio de rebites repuxo; As colunas deverão possuir sistema de travamento inferior por meio de barra de aço, medindo 3/16”x3/8”, com dimensão longitudinal de 100mm, soldado por meio de processo MIG; Entre as colunas tem duas alças, equidistantes do centro 200mm, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, para fixação das tampas removíveis; Tampas laterais removíveis, tanto do interno como do lado externo, dobradas em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, medindo 95mm de largura e com 04 abas de 10mm dobradas (duas de cada lado). Altura de 670mm a tampa externa e 610 a interna. Sistema de engate por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes, com recorte arqueado na parte inferior para remoção e passagem de fiação; Base superior do pórtico em chapa de aço #14 (no mínimo), dobrada, medindo 448x44mm e com abas de 10mm. Os cantos das dobras deverão ser arredondados com raio mínimo de 5mm e as extremidades das abas arredondadas com raio mínimo de 10mm, evitando arestas cortantes, sem uso de ponteiras plásticas; A base superior deverá conter dois furos com formato oblongo, medindo 20mm, distanciados entre si 448mm ou múltiplo de 32mm; Na base inferior, parte frontal do pórtico, perpendicular às colunas, contém um apoio em chapa de aço com espessura mínima de 1,5m, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatas niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2.1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm. Calhas metálicas: Calha estrutural confeccionada em chapa de aço #18 (no mínimo), dobrada, com formato “J” medindo 102x60mm; Possui dobras na parte superior, de 20mm perpendicular ao lado de 102mm e de 10mm perpendicular a dobra de 20mm. Na parte inferior possui dobra de 20mm perpendicular ao lado de 60mm; As extremidades das calhas possuem fechamentos em chapa de aço medindo 99x17mm com espessura mínima de 1,5mm, com dois furos para ligação desta às estruturas laterais, não sendo permitido o uso de solda para essa função. Possui também as extremidades um recorte em diagonal na face inferior, com ângulo de 45°, não permitindo o contato da calha com a tampa interna do pé e facilitando o acesso a fiação; Na calha deverá conter 02 (dois) suportes, no mínimo, para tomadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, medindo 99x17mm, e furos para instalação de tomadas, fixados na calha através de parafusos. A fixação da estrutura aos tampos é feita através de buchas metálicas, cravadas abaixo dos tampos e parafusos com rosca milimétrica e arruelas de pressão; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir; Após a montagem da mesa e todos seus componentes e acessórios, deverá apresentar um espaço livre, destinado à acomodação e movimentação dos membros inferiores dos usuários, conforme figuras 4 e 5 da NBR 13966. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IU-RIS / MD006	100	R\$708,99	R\$70.899,00
---	---	-----	--------------------------	-----	-----------	--------------

5	<p>MESA DE TRABALHO EM L TIPO PENÍNSULA 1600X1800X600X800X740mm Superfície de trabalho com formato de uma península, em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, formando uma peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fiação com acabamento em PVC rígido texturizado na mesma cor do tampo, com diâmetro de 60mm; A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo à estrutura metálica da mesa; Deverá permitir a inscrição de um quadrado com medidas de profundidade e larguras mínimas, conforme Figura 3 da NBR 13966. 02 Painéis frontais em madeira MPD (painéis de partículas de média densidade) com 18,0mm de espessura no mínimo; Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces, na mesma cor da superfície de trabalho; As bordas deverão ser retas e recebem proteção de fita de poliestireno semirrígido com 1,0mm de espessura, no mínimo, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo HOLT-MELT. A fixação do painel frontal na estrutura deverá ser por meio de quatro pinos de aço com rosca padrão M6 e tambor de travamento em ZAMAK. A sustentação do tampo deverá ser através de suas estruturas: laterais e central, interligada por calhas horizontais, que deverão propiciar a estruturação do conjunto. A estrutura central deverá ser em chapa #18 no mínimo, dobrada com formato retangular, sendo dois lados de 120mm e os outros dois com 40mm, ficando um abertura frontal de 110mm, formando um canal para passagem da fiação. Os lados de 40mm possuem 03 abas de 10mm cada, formando dobras ortogonais, a última aba de cada lado possui dois recortes medido 50x10mm para apoio da tampa removível; Possui, próximo às extremidades superior e inferior, elementos de ligação medindo 96X20mm, confeccionado em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, para travamento evitando a abertura da estrutura; O fechamento interno da estrutura central deverá ser feito através de uma tampa removível medindo 90x635mm (LxH), em chapa de aço # 22 (e=0,75mm), fixada na estrutura por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes; Na parte superior da estrutura central deverá conter um elemento soldado na estrutura (não deverá apresentar soldas aparentes), confeccionado em chapa #14 no mínimo, com largura mínima de 40mm e furo com diâmetro de 8mm, para fixar ao tampo por meio de parafuso de aço zincado padrão M6, soldado pelo processo MIG; Na parte inferior da estrutura central deverá conter um elemento soldado na estrutura (não deverá apresentar soldas aparentes), confeccionado em chapa #14 no mínimo, com largura mínima de 40mm e furo com diâmetro de 12mm para alocação de rebite de repuxo padrão 5/16" onde será fixado a sapata niveladora; Sapata niveladora em poliuretano injetado de alta resistência e curso de regulagem de no mínimo 15mm, soldada pelo processo MIG. As estruturas laterais em forma de um "L", com medidas totais de 44x520x700 (LxPxH); A estrutura vertical de ligação, da base inferior com a superior, deverá ser por meio de duas colunas paralelas confeccionadas em tubos de aço com Ø44mm e espaçamento mínimo entre elas de 100mm, formando um pórtico. Uma coluna deverá conter 04 furos para fixação do painel frontal e calha estrutural por meio de rebites repuxo; As colunas deverão possuir sistema de travamento inferior por meio de barra de aço, medindo 3/16" x3/8", com dimensão longitudinal de 100mm, soldado por meio de processo MIG; Entre as colunas tem duas alças, equidistantes do centro 200mm, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, para fixação das tampas removíveis; Tampas laterais removíveis, tanto do interno como do lado externo, dobradas em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, medindo 95mm de largura e com 04 abas de 10mm dobradas (duas de cada lado). Altura de 670mm a tampa externa e 610 a interna. Sistema de engate por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes, com recorte arqueado na parte inferior para remoção e passagem de fiação; Base superior do pórtico em chapa de aço #14 (no mínimo), dobrada, medindo 448x44mm e com abas de 10mm. Os cantos das dobras deverão ser arredondados com raio mínimo de 5mm e as extremidades das abas arredondadas com raio mínimo de 10mm, evitando arestas cortantes, sem uso de ponteiros plásticos; A base superior deverá conter dois furos com formato oblongo, medindo 20mm, distanciados entre si 448mm ou múltiplo de 32mm; Na base inferior, parte frontal do pórtico, perpendicular às colunas, contém um apoio em chapa de aço com espessura mínima de 1,5m, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatas niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2. 1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm. Calha estrutural confeccionada em chapa de aço #18 (no mínimo), dobrada, com formato "J" medindo 102x60mm; Possui dobras na parte superior, de 20mm perpendicular ao lado de 102mm e de 10mm perpendicular a dobra de 20mm. Na parte inferior possui dobra de 20mm perpendicular ao lado de 60mm; As extremidades das calhas possuem fechamentos em chapa de aço medindo 99x17mm com espessura mínima de 1,5mm, com dois furos para ligação desta às estruturas laterais, não sendo permitido o uso de solda para essa função. Possui também as extremidades um recorte em diagonal na face inferior, com ângulo de 45°, não permitindo o contato da calha com a tampa interna do pé e facilitando o acesso a fiação; Na calha deverá conter 02 (dois) suportes, no mínimo, para tomadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, medindo 99x17mm, e furos para instalação de tomadas, fixados na calha através de parafusos. Acabamento e montagem: A fixação da estrutura aos tampos é feita através de buchas metálicas, cravadas abaixo dos tampos e parafusos com rosca milimétrica e arruelas de pressão; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir; Após a montagem da mesa e todos seus componentes e acessórios, deverá apresentar um espaço livre, destinado à acomodação e movimentação dos membros inferiores dos usuários, conforme figuras 4 e 5 da NBR 13966. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD008	80	R\$1.498,99	R\$119.919,20
---	---	-----	-------------------------	----	-------------	---------------

6	<p>MESA DE TRABALHO RETANGULAR 1200X600X740mm Superfície de trabalho com formato retangular, em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, formando uma peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fiação com acabamento em PVC rígido texturizado na mesma cor do tampo, com diâmetro de 60mm; A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo à estrutura metálica da mesa. Paineis frontais em madeira MPD (painéis de partículas de média densidade) com 18,0mm de espessura no mínimo; Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces, na mesma cor da superfície de trabalho; As bordas deverão ser retas e recebem proteção de fita de poliestireno semirrígido com 1,0mm de espessura, no mínimo, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo HOLT-MELT. A fixação do painel frontal na estrutura deverá ser por meio de quatro pinos de aço com rosca padrão M6 e tambor de travamento em ZAMAK. A sustentação do tampo deverá ser através de suas estruturas laterais, interligadas por calha horizontal, que deverão propiciar a estruturação do conjunto. As estruturas laterais em forma de um “L”, com medidas totais de 44x520x700 (LxPxH); A estrutura vertical de ligação, da base inferior com a superior, deverá ser por meio de duas colunas paralelas confeccionadas em tubos de aço com Ø44mm e espaçamento mínimo entre elas de 100mm, formando um pórtico. Uma coluna deverá conter 04 furos para fixação do painel frontal e calha estrutural por meio de rebites repuxo; As colunas deverão possuir sistema de travamento inferior por meio de barra de aço, medindo 3/16”x3/8”, com dimensão longitudinal de 100mm, soldado por meio de processo MIG; Entre as colunas tem duas alças, equidistantes do centro 200mm, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, para fixação das grapas das tampas removíveis; Tampas laterais removíveis, tanto do interno como do lado externo, dobradas em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, medindo 95mm de largura e com 04 abas de 10mm dobradas (duas de cada lado). Altura de 670mm a tampa externa e 610 a interna. Sistema de engate por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes, com recorte arqueado na parte inferior para remoção e passagem de fiação; Base superior do pórtico em chapa de aço #14 (no mínimo), dobrada, medindo 448x44mm e com abas de 10mm. Os cantos das dobras deverão ser arredondados com raio mínimo de 5mm e as extremidades das abas arredondadas com raio mínimo de 10mm, evitando arestas cortantes, sem uso de ponteiros plásticos; A base superior deverá conter dois furos com formato oblongo, medindo 20mm, distanciados entre si 448mm ou múltiplo de 32mm; Na base inferior, parte frontal do pórtico, perpendicular às colunas, contém um apoio em chapa de aço com espessura mínima de 1,5m, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatas niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2.1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm. Calha estrutural confeccionada em chapa de aço #18 (no mínimo), dobrada, com formato “J” medindo 102x60mm; Possui dobras na parte superior, de 20mm perpendicular ao lado de 102mm e de 10mm perpendicular a dobra de 20mm. Na parte inferior possui dobra de 20mm perpendicular ao lado de 60mm; As extremidades das calhas possuem fechamentos em chapa de aço medindo 99x17mm com espessura mínima de 1,5mm, com dois furos para ligação desta às estruturas laterais, não sendo permitido o uso de solda para essa função. Possui também as extremidades um recorte em diagonal na face inferior, com ângulo de 45°, não permitindo o contato da calha com a tampa interna do pé e facilitando o acesso a fiação; Na calha deverá conter 02 (dois) suportes, no mínimo, para tomadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, medindo 99x17mm, e furos para instalação de tomadas, fixados na calha através de parafusos. A fixação da estrutura aos tampos é feita através de buchas metálicas, cravadas abaixo dos tampos e parafusos com rosca milimétrica e arruelas de pressão; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir; Após a montagem da mesa e todos seus componentes e acessórios, deverá apresentar um espaço livre, destinado à acomodação e movimentação dos membros inferiores dos usuários, conforme figuras 4 e 5 da NBR 13966. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD002	100	R\$360,99	R\$36.099,00
7	<p>MESA REUNIÃO CIRCULAR 1200X740mm Tampo com formato circular, em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, formando uma peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado, com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior do tampo, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor do tampo), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo à estrutura metálica da mesa. Estrutura central composta por tudo de aço eslitado, com seção circular e diâmetro de 4”, espessura da parede de 1,5mm, no mínimo; Possui quatro apoios na parte superior, perpendicular a estrutura central, em tubo de aço eslitado de seção quadrada de 30x30mm, com espessura da parede de 1,2mm no mínimo; Na base inferior, parte frontal do pórtico, perpendicular às colunas, contém um apoio em chapa de aço com espessura mínima de 1,5m, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatas niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2.1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm; Os apoios superiores têm em suas extremidades ponteiros plásticos em poliuretano texturizado fosco, nos formatos dos tubos; Cada apoio será ortogonal em relação ao outro, tanto os superiores quanto os inferiores. A fixação da estrutura aos tampos é feita através de buchas metálicas, cravadas abaixo dos tampos e parafusos com rosca milimétrica e arruelas de pressão; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD016	50	R\$523,99	R\$26.199,50

8	<p>MESA REUNIÃO OVAL – 2700X1100X740mm Tampo com formato oval, raio de 550mm nas extremidades, em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, formando uma peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior do tampo, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor do tampo), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fiação com acabamento em PVC rígido texturizado na mesma cor do tampo, com diâmetro de 60mm; A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo à estrutura metálica da mesa. Painel central em madeira MPD (painéis de partículas de média densidade) com 18,0mm de espessura no mínimo; Revestimento em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces, na mesma cor do tampo; As bordas deverão ser retas e recebem proteção de fita de poliestireno semirrígido com 1,0mm de espessura, no mínimo, na mesma cor do laminado, coladas pelo processo HOLT-MELT. A fixação do painel na estrutura deverá ser por meio de quatro pinos de aço com rosca padrão M6 e tambor de travamento em ZAMAK. A sustentação do tampo deverá ser através de suas estruturas laterais, interligada por calhas horizontais e o painel central, que deverão propiciar a estruturação do conjunto. As estruturas laterais em forma de um “I”, com medidas totais de 44x750x700 (LxPxH); A estrutura vertical de ligação, da base inferior com a superior, deverá ser por meio de duas colunas paralelas confeccionadas em tubos de aço com Ø44mm e espaçamento mínimo entre elas de 100mm, formando um pórtico. Uma coluna deverá conter 04 furos para fixação do painel frontal e calha estrutural por meio de rebites repuxo; As colunas deverão possuir sistema de travamento inferior por meio de barra de aço, medindo 3/16”x3/8”, com dimensão longitudinal de 100mm, soldado por meio de processo MIG; Entre as colunas tem duas alças, equidistantes do centro 200mm, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, para fixação das grapas das tampas removíveis; Tampas laterais removíveis, tanto do interno como do lado externo, dobradas em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, medindo 95mm de largura e com 04 abas de 10mm dobradas (duas de cada lado). Altura de 670mm a tampa externa e 610 a interna. Sistema de engate por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes, com recorte arqueado na parte inferior para remoção e passagem de fiação; Base superior do pórtico em chapa de aço #14 (no mínimo), dobrada, medindo 448x44mm e com abas de 10mm. Os cantos das dobras deverão ser arredondados com raio mínimo de 5mm e as extremidades das abas arredondadas com raio mínimo de 10mm, evitando arestas cortantes, sem uso de ponteiras plásticas; Na base inferior, perpendiculares às colunas, contém dois apoios confeccionados em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatras niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2.1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm. Calha estrutural confeccionada em chapa de aço #18 (no mínimo), dobrada, com formato “J” medindo 102x60mm; Possui dobras na parte superior, de 20mm perpendicular ao lado de 102mm e de 10mm perpendicular a dobra de 20mm. Na parte inferior possui dobra de 20mm perpendicular ao lado de 60mm; As extremidades das calhas possuem fechamentos em chapa de aço medindo 99x17mm com espessura mínima de 1,5mm, com dois furos para ligação desta às estruturas laterais, não sendo permitido o uso de solda para essa função. Possui também as extremidades um recorte em diagonal na face inferior, com ângulo de 45°, não permitindo o contato da calha com a tampa interna do pé e facilitando o acesso a fiação; Na calha deverá conter 02 (dois) suportes, no mínimo, para tomadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, medindo 99x17mm, e furos para instalação de tomadas, fixados na calha através de parafusos. A fixação da estrutura aos tampos é feita através de buchas metálicas, cravadas abaixo dos tampos e parafusos com rosca milimétrica e arruelas de pressão; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / MD014	40	R\$1.392,99	R\$55.719,60
---	--	-----	-----------------	----	-------------	--------------

9	<p>ESTAÇÃO COM 01 POSTOS DE TRABALHO EM FORMA DE "L" Estação de Trabalho composta por 01 posto de trabalho, constituído por superfície com formato em "L", fixadas em painéis divisórios médios integráveis, moduláveis, sistêmicos e dotados de sistemas para fiação. São uma superfície por estação, sendo cada constituída por uma peça única; Com dimensões de 1400(L1) x 1400(L2) x 600(P) x 740(h) mm, com tolerância dimensional de + / - 5%; Confeccionada em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25 mm; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de PVC, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fiação com acabamento em PVC rígido texturizado na cor compatível com a do tampo, com diâmetro de 60 mm; A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo às mãos francesas; A fixação de cada superfície às divisórias será por meio de cinco mãos francesas, duas em cada largura e uma no centro, confeccionada em chapa de aço # 16 (e=1,5 mm), no mínimo, dobrada, encaixada nos montantes do painel divisório. As estruturas laterais em forma de um "L", com medidas totais de 44x520x700 (LxPxH); A estrutura vertical de ligação, da base inferior com a superior, deverá ser por meio de duas colunas paralelas confeccionadas em tubos de aço com Ø44mm e espaçamento mínimo entre elas de 100mm, formando um pórtico. Uma coluna deverá conter 04 furos para fixação do painel frontal e calha estrutural por meio de rebites repuxo; As colunas deverão possuir sistema de travamento inferior por meio de barra de aço, medindo 3/16"x3/8", com dimensão longitudinal de 100mm, soldado por meio de processo MIG; Entre as colunas tem duas alças, equidistantes do centro 200mm, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, para fixação das tampas removíveis; Possui grapas, para fixar na cremalheira do painel divisório, confeccionadas em chapa de aço # 16, soldadas na parte frontal das colunas em toda sua extensão; Tampas laterais removíveis, tanto do interno como do lado externo, dobradas em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, medindo 95mm de largura e com 04 abas de 10mm dobradas (duas de cada lado). Altura de 670mm a tampa externa e 610 a interna. Sistema de engate por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes, com recorte arqueado na parte inferior para remoção e passagem de fiação; Base superior do pórtico em chapa de aço #14 (no mínimo), dobrada, medindo 448x44mm e com abas de 10mm. Os cantos das dobras deverão ser arredondados com raio mínimo de 5mm e as extremidades das abas arredondadas com raio mínimo de 10mm, evitando arestas cortantes, sem uso de ponteiros plásticos; A base superior deverá conter dois furos com formato oblongo, medindo 20mm, distanciados entre si 448mm ou múltiplo de 32mm; Na base inferior, parte frontal do pórtico, perpendicular às colunas, contém um apoio em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatatas niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2.1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm. Cada estação será sustentada por dois painéis divisórios e um montante; Dois painéis com dimensões de 1400(L1 e L2) mm x 90(e) mm x 1100(h) mm e um montante de 90(e) x 90(e) mm, as dimensões L1 e L2 podem ser obtidas com um único quadro estrutural ou por meio da composição de quadros conectados, a tolerância dimensional será de + / - 5%; Cada quadro estrutural será constituído por duas colunas com cremalheiras e quatro travessas horizontais para travamento; As colunas com cremalheiras são confeccionadas em chapa de aço # 18 dobrada com forma de um "C", as cremalheiras são duplas, em ambas as faces, para receber as placas de fechamento; A parte inferior da coluna deverá conter um furo para passagem de fiação na altura do rodapé; A travessa superior e a inferior são confeccionadas em tubo retangular com dimensões de 50x30mm e espessura da parede de 1,5 mm, a travessa inferior possui dois furos para fixar os niveladores; As travessas internas são confeccionadas em chapa de aço # 16 (e=1,5mm), dobrada em forma de "U", com a parte aberta virada para baixo. Uma das travessas deverá ser fixada a no máximo 150 mm do piso formando um leito onde correrá a rede elétrica e a lógica, devendo conter também dois furos para passagem de fiação; A tampa do rodapé é confeccionada em chapa de aço # 20, dobrada, com furos para montagem das tomadas e uma espécie de gancho para encaixe na cremalheira; O fechamento do quadro estrutural será com placa confeccionada em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 15 mm, revestida com laminado melamínico, texturizado em ambas as faces, na cor a definir. Bordas retas encabeçadas com fita de PVC com espessura mínima de 1 mm, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); As placas de fechamento são fixadas nas colunas com cremalheira por meio de grapas, confeccionadas em chapa de aço # 18, estampada e dobrada e fixadas por meio de rebites, num total de seis grapas para cada placa no mínimo; As vistas de acabamento, superior e frontal, são confeccionadas em alumínio pintado, fixado à divisória por meio de cliques. Nas uniões das vistas deverá conter um acabamento injetado em polipropileno, para proteção e efeito estético; O montante é constituído por duas peças formando um quadrado, confeccionado em chapa de aço # 16, dobrada. Possui em uma parte inferior uma chapa de aço # 11 com furo de 12 mm para fixar nivelador de nível e fechamento superior em chapa de aço # 18. Com furos em três faces para passagem da fiação; Sapatatas niveladoras em poliuretano injetado de alta resistência e curso de regulagem de no mínimo 15 mm; A montagem será com a utilização de parafusos tipo Philips tipo panela de ¼" e rebite de ¼"; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguida de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD040	50	R\$1.703,00	R\$85.150,00
---	--	-----	-------------------------	----	-------------	--------------

10	<p>ESTAÇÃO COM 02 POSTOS DE TRABALHO EM FORMA DE "T" Estação de Trabalho composta por 02 postos de trabalho, constituídos por superfícies com formato em "L", fixadas em painéis divisórios médios integráveis, moduláveis, sistêmicos e dotados de sistemas para fiação. Superfície de trabalho: São duas superfícies por estação, sendo cada constituída por uma peça única; Com dimensões de 1400(L1) x 1400(L2) x 600(P) x 740(h) mm, com tolerância dimensional de + / - 5%; Confeccionada em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25 mm; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de PVC, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fiação com acabamento em PVC rígido texturizado na cor compatível com a do tampo, com diâmetro de 60 mm; A parte inferior do tampo deverá conter buchas metálicas embutidas para receber os parafusos de fixação do tampo às mãos francesas; A fixação de cada superfície às divisórias será por meio de cinco mãos francesas, duas em cada largura e uma no centro, confeccionada em chapa de aço # 16 (e=1,5 mm), no mínimo, dobrada, encaixada nos montantes do painel divisório. As estruturas laterais em forma de um "L", com medidas totais de 44x520x700 (LxPxH); A estrutura vertical de ligação, da base inferior com a superior, deverá ser por meio de duas colunas paralelas confeccionadas em tubos de aço com Ø44mm e espaçamento mínimo entre elas de 100mm, formando um pórtico. Uma coluna deverá conter 04 furos para fixação do painel frontal e calha estrutural por meio de rebites repuxo; As colunas deverão possuir sistema de travamento inferior por meio de barra de aço, medindo 3/16"x3/8", com dimensão longitudinal de 100mm, soldado por meio de processo MIG; Entre as colunas tem duas alças, equidistantes do centro 200mm, confeccionadas em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, para fixação das tampas removíveis; Possui grapas, para fixar na cremalheira do painel divisório, confeccionadas em chapa de aço # 16, soldadas na parte frontal das colunas em toda sua extensão; Tampas laterais removíveis, tanto do interno como do lado externo, dobradas em chapa de aço com espessura mínima de 1,25mm, medindo 95mm de largura e com 04 abas de 10mm dobradas (duas de cada lado). Altura de 670mm a tampa externa e 610 a interna. Sistema de engate por meio de grapas metálicas sem arestas cortantes, com recorte arqueado na parte inferior para remoção e passagem de fiação; Base superior do pórtico em chapa de aço #14 (no mínimo), dobrada, medindo 448x44mm e com abas de 10mm. Os cantos das dobras deverão ser arredondados com raio mínimo de 5mm e as extremidades das abas arredondadas com raio mínimo de 10mm, evitando arestas cortantes, sem uso de ponteiras plásticas; A base superior deverá conter dois furos com formato oblongo, medindo 20mm, distanciados entre si 448mm ou múltiplo de 32mm; Na base inferior, parte frontal do pórtico, perpendicular às colunas, contém um apoio em chapa de aço com espessura mínima de 1,5m, dobrada a 180°, formando um arco com laterais retas, formado um trapézio irregular com a base retangular. A extremidade anterior será soldada na coluna e extremidade posterior receberá uma peça com formato semiesférico moldado em peça única, sem emendas, diâmetro de 50mm e altura de 45mm, com suporte interno em aço para fixação da sapata niveladora Sapatatas niveladoras em poliuretano com fibra de vidro de 2.1/2, com diâmetro mínimo de 60mm, possui formato cônico na parte superior e reto na inferior. Regulagem mínima de 15mm. Cada estação será sustentada por três painéis divisórios e um montante; Três painéis com dimensões de 1400(L1 e L2) mm x 90(e) mm x 1100(h) mm e um montante de 90(e) x 90(e) mm, as dimensões L1 e L2 podem sem obtidas com um único quadro estrutural ou por meio da composição de quadros conectados, a tolerância dimensional será de + / - 5%; Cada quadro estrutural será constituído por duas colunas com cremalheiras e quatro travessas horizontais para travamento; As colunas com cremalheiras são confeccionadas em capa de aço # 18 dobrada com forma de um "C", as cremalheiras são duplas, em ambas as faces, para receber as placas de fechamento; A parte inferior da coluna deverá conter um furo para passagem de fiação na altura do rodapé; A travessa superior e a inferior são confeccionadas em tubo retangular com dimensões de 50x30mm e espessura da parede de 1,5 mm, a travessa inferior possui dois furos para fixar os niveladores; As travessas internas são confeccionadas em chapa de aço # 16 (e=1,5mm), dobrada em forma de "U", com a parte aberta virada para baixo. Uma das travessas deverá ser fixada a no máximo 150 mm do piso formando um leito onde correrá a rede elétrica e a lógica, devendo conter também dois furos para passagem de fiação; A tampa do rodapé é confeccionada em chapa de aço # 20, dobrada, com furos para montagem das tomadas e uma espécie de gancho para encaixe na cremalheira; O fechamento do quadro estrutural será com placa confeccionada em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 15 mm, revestida com laminado melamínico, texturizado em ambas as faces, na cor a definir. Bordas retas encabeçadas co fita de PVC com espessura mínima de 1 mm, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); As placas de fechamento são fixadas nas colunas com cremalheira por meio de grapas, confeccionadas em chapa de aço # 18, estampada e dobrada e fixadas por meio de rebites, num total de seis grapas para cada placa no mínimo; As vistas de acabamento, superior e frontal, são confeccionadas em alumínio pintado, fixado à divisória por meio de cliques. Nas uniões das vistas deverá conter um acabamento injetado em polipropileno, para proteção e efeito estético; O montante é constituído por duas peças formando um quadrado, confeccionado em chapa de aço # 16, dobrada. Possui em uma parte inferior uma chapa de aço # 11 com furo de 12 mm para fixar nivelador de nível e fechamento superior em chapa de aço # 18. Com furos em três faces para passagem da fiação; Sapatatas niveladoras em poliuretano injetado de alta resistência e curso de regulagem de no mínimo 15 mm; A montagem será com a utilização de parafusos tipo Philips tipo panela de ¼" e rebite de ¼"; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / 2 X MD040	50	R\$2.052,34	R\$102.617,00
----	--	-----	-----------------------------	----	-------------	---------------

11	<p>ESTAÇÃO LINEARE TIPO PLATAFORMA COM 04 LUGARES E MESA AUXILIAR Sistema linear composto por quatro módulos componíveis, cada um medindo 1400x600x740mm. Possui calha para passagem da fiação correndo no centro e atendendo aos tampos, simultaneamente, a cada dois módulos. Cada módulo de tampo é confeccionado em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25 mm, com formato retangular, em peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); A parte inferior do tampo deverá conter buchas americanas embutidas para receber os parafusos de fixação dos tampos à estrutura metálica da mesa. Nicho divisor confeccionado em madeira MDF (Painéis de Fibras de Média Densidade) com espessura mínima de 18 mm, acabamento em pintura gofrato; A cada dois módulos deverá conter um nicho situado acima da calha central medindo 1300x250x134mm. A sustentação dos tampos deverá ser através pés metálicos interligados por travessas metálicas e chapa de ligação para os tampos, que deverão propiciar a estruturação do conjunto. Os pés são confeccionados em tubo eslitado com secção oblonga medindo 40x77mm, as paredes com espessura mínima de 1,50mm. Possuem inclinação formando um ângulo aproximado de 82° em relação ao piso, na direção central da mesa; Os pés centrais são recuados para o centro da mesa propiciando maior mobilidade para os usuários; A ligação dos pés será por meio de travessas confeccionadas em tubo com secção retangular medindo 50x30mm, com espessura mínima de 1,50mm, soldada aos pés pelo processo MIG; Deverá conter chapa metálica, medindo 90x50mm, com espessura mínima de 3mm, que promovem a ligação entre os tampos; Cada pé em sua base inferior dos sapata niveladora com formato circular com 2" e rosca de 5/16". A parte central da mesa possui calha correndo em toda sua extensão, fechada na parte superior em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, com formato retangular medindo 1200x160mm, em peças compondo cada dois módulos do sistema linear. Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em ABS com 3,0mm de espessura no mínimo, colada pelo processo HOLT-MELT (a quente); Para cada módulo do sistema linear possui 02 furos para encaixe de caixas, medindo 175x100mm, onde serão instaladas as tomadas elétricas e dados, confeccionadas em polipropileno rígido; Calha confeccionada em chapa de aço #18 (no mínimo) espessura de 1,20mm, dobrada, com formato "U", com largura de 120mm e altura de 20mm. A fixação da estrutura aos tampos será por meio de buchas americana M6, cravadas abaixo dos tampos e parafusos M6x12; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir. Medida total da mesa sem a mesa auxiliar: 2800x1360x740mm MESA AUXILIAR TERMINAL 1360x600x740mm Tampo é confeccionado em madeira MDP (Painéis de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25 mm, com formato retangular, em peça única; Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superfície, na cor a definir; Bordas retas, em todo seu perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor da superfície), contendo raio da borda de contato com o usuário com no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13966 – Tabela 1, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); A parte inferior do tampo deverá conter buchas americanas embutidas para receber os parafusos de fixação dos tampos à estrutura metálica da mesa. Os pés são confeccionados em tubo eslitado com secção oblonga medindo 40x77mm, as paredes com espessura mínima de 1,50mm. Possuem inclinação formando um ângulo aproximado de 82° em relação ao piso, na direção central da mesa; A ligação dos pés será por meio de travessas confeccionadas em tubo com secção retangular medindo 50x30mm, com espessura mínima de 1,50mm, soldada aos pés pelo processo MIG; Deverá conter chapa metálica, medindo 90x50mm, com espessura mínima de 3mm, que promovem a ligação entre os tampos; Cada pé em sua base inferior dos sapata niveladora com formato circular com 2" e rosca de 5/16". A fixação da estrutura aos tampos será por meio de buchas americana M6, cravadas abaixo dos tampos e parafusos M6x12; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor a definir. Medida total da mesa principal com mesa auxiliar: 3400x1360x740mm – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD083	30	R\$3.095,00	R\$92.850,00
13	<p>BALCAO PARA ATENDIMENTO RETO 1400X800X1100mm Em madeira MDP (painéis de particular de média densidade) com 28,0mm de espessura no mínimo; Revestimento na parte superior e inferior em laminado melamínico de baixa pressão com 0,3mm de espessura no mínimo, texturizado, na cor marrom claro (imitando madeira); Bordas retas (frontal e posterior) com perfil de acabamento de fita de PVC com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor do tampo), contendo raio de borda que define a concordância entre a superfície superior e inferior do tampo com a borda de contato com o usuário de no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13965 – Tabela 1 e NBR 13966 – Tabela 6; Bordas laterais retas com perfil de acabamento de fita de PVC com 1,5mm de espessura no mínimo, na mesma cor do tampo; As fitas de PVC das bordas deverão ser coladas pelo processo HOT-MELT (coladas a quente); O tampo superior deverá ter largura mínima de 300,0mm e altura máxima de 110cm. Em madeira MDP (painéis de partículas de média densidade) com 28,0mm de espessura no mínimo; Revestimento na parte superior e inferior em laminado melamínico de baixa pressão com 0,3mm de espessura no mínimo, texturizado, na cor marrom claro (imitando madeira); Bordas retas (frontal e posterior) com perfil de acabamento de fita de PVC com 3,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor do tampo), contendo raio de borda que define a concordância entre a superfície superior e inferior do tampo com a borda de contato com o usuário de no mínimo 2,5mm, conforme NBR 13965 – Tabela 1 e NBR 13966 – Tabela 6; Bordas laterais retas com perfil de acabamento de fita de PVC com 1,5mm de espessura no mínimo, na mesma cor do tampo; As fitas de PVC das bordas deverão ser coladas pelo processo HOT – MELT (coladas a quente); O tampo superior deverá ter largura de 800,0mm, o painel frontal superior deverá alinhar com a projeção de um raio mínimo de 1300,0mm, ficando 200,0mm para parte externa (para público) e a parte interna com 600,0mm do tampo. Localizado entre o tampo superior e inferior com altura aproximada de 330,0mm; Em chapa de aço # 16 (e=1,5mm) no mínimo, acompanhando o formato de ¼ de círculo e reto dos módulos de balcão; O painel deverá ser perfurado com furos quadrados, sucessivos e simétricos, com dimensões aproximadas 10,0 x 10,0mm. Em chapa de aço # 16 (e=1,5mm) no mínimo, acompanhando o formato de ¼ de círculo e reto dos módulos de balcão, localizado abaixo do tampo inferior; O painel deverá ser perfurado com furos quadrados, sucessivos e simétricos, com dimensões aproximadas de 10,0 x 10,0mm; Localizado logo abaixo do tampo inferior e com distância mínima do piso de 220,0mm. A estrutura será composta por 04 (quatro) tubos de aço # 16 (e=1,5mm), com seção oblonga 77,0 x 40,0mm para cada módulo (reto e curvo); Sendo 02 tubos com altura aproximada de 1100,0mm para receber o tampo superior e 02 com altura aproximada de 740,0mm para receber o tampo inferior, para cada módulo (reto e curvo); Os tubos deverão ser ligados entre si nas extremidades dos módulos através de travessas horizontais confeccionadas em tubo de aço espessura de no mínimo 1,5mm e seção retangular; Na parte superior dos tubos deverá conter uma chapa de aço fixado ao tubo para apoio e fixação dos tampos através de parafusos e porcas cilíndricas cravadas na madeira; Os pés dos módulos de balcão deverão receber niveladores, com base em Poliamida, fixada através de uma porca metálica soldada na parte interna dos pés. Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber tratamento de desengraxe, a quente, por meio de imersão em desengraxante alcalino biodegradável, na temperatura de 90°C e pré-tratamento decapagem e fosfatização preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura eletrostática epóxi-pó texturizada, com polimerização em estufa, na temperatura de aproximada de 210°C, na cor alumínio. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966: 2008</p>	UND	AVANTTI / IURIS / MD017	10	R\$675,99	R\$6.759,90

14	<p>CADEIRA GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO COM REGULAGENS E BRAÇOS Assento: Estrutura do assento em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 Kg/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 12 mm. Utilizando lâminas de florestas renováveis e projeto rodízios sustentáveis, com alto grau de dureza e espessura máxima de 2 mm, intercaladas sempre em número ímpar, com coca coscamite a base de uréia formol baixa emissão; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa flama- bilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 60 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Largura de 495 mm e profundidade da superfície do assento de 480 mm, no mínimo; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredonda- das, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos. Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a preta. Encosto: Espalдар Alto, com largura de 480 mm e extensão vertical do encosto de 565 mm Estrutura do encosto injetado/moldada anatomicamente, em polipropileno copolímero natural, com espessura mínima de 12 mm; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa flama- bilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 45 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos; Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Suporte para encosto com regulagem de altura confeccionado em tubo de aço ABNT 1008/1010 perfilado, secção oval medindo 18x43mm e espessura da parede de 1,5 mm, conforme NBR6591, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi com camada de no mínimo 80µm. Possui em sua parte superior chapa de fixação confeccionada em chapa de aço com furos para fixar na estrutura do encosto Permite a regulagem vertical do encosto em relação ao assento num curso mínimo de 63 mm, por meio de sistema “UP AND DOWN” com top de fim de curso sem a necessidade do uso de botões ou manipuladores, a mola do sistema é confeccionada em aço para molas classe C. Possui capa de proteção injetada em polipropileno natural texturizado; Mecanismo que permite a regulagem de altura/inclinação do encosto e altura do assento, estampado em chapa de aço NBR11888 SAE 1006/1010 BQ com espessura mínima de 3 mm, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi com camada de no mínimo 80µm. O mecanismo é dotado de “contato permanente” que permite regulagem de ângulos e altura do encosto, possui a parte traseira protegida por capa injetada em polipropileno copolímero. O ângulo de inclinação do encosto é mínimo de – 8° e máximo de 25°, acionado por uma única alavanca localizada na parte traseira direita do mecanismo, o sistema de articulação do encosto é comanda- do por meio de molas confeccionadas em aço classe B com 5 mm de diâmetro e lâminas de aço com 1,20mm de espessura NBR11888 SAE 1006/1010 BF. O acionamento da regu- lagem de altura do assento será por meio de alavanca independente localizada na parte posterior à direita do mecanismo na posição sentado. As alavancas são confeccionadas em aço SAE 1010 com diâmetro de 8 mm e acabamento em polipropileno copolímero. O mecanismo permite também a regulagem de altura do encosto com passo de 8 em 8 mm, curso total mínimo de 72 mm, através de um sistema automático de regulagem confeccionado em bucha de nylon 6 com 30% de fibra de vidro. O mecanismo possui furos de 6,5 mm de diâmetro e 40 mm de distância entre furos nas abas laterais para acoplamento de apóia-braços; Coluna de regulagem da altura do assento por acionamento a gás, com curso de regulagem milimétrica de 130 mm no mínimo. Confeccionada em aço tubular NBR6591 SAE 1008/1010 – BFDQ – 50,80x1,5mm, montada com pistão a gás classe 3 e Ø 28mm, com conificação 1° 26’16” inferior e superior. Possui bucha guia para o sistema giratório e de regulagem com altura de 100mm, injetada resina de engenharia Poliacetal de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade na regulagem da altura e suavidade no movimento giratório, calibrada com precisão de ajuste H7 (0,02mm). Fos- fatizada e pintada em tinta pó epóxi com camada de tinta entre 80 a 120µm; Capa telescópica de 03 estágios, injetada em polipropileno copolímero com Ø 57 mm na parte superior e Ø 71 mm na parte inferior e altura de 317 mm. Proporciona acabamento e proteção à coluna de regulagem, sendo também um elemento estético entre a base e o mecanismo da cadeira. Possui eficiente sistema de fixação na parte superior e inferior, evitando que se desprenda durante o uso da cadeira, deixando aparecer o pistão e perdendo, consequente- mente, tanto a função de proteção como a estética; Base composta por 05 patas confeccionada em aço tubular NBR 6591 SAE 1008/1010 – BF/BQ, com secção quadrada medindo 25x25 mm e espessura da parede de 1,5 mm no mínimo. As patas são soldadas em flange Morse estampada em chapa de aço NBR 8269 SAE 1006/1010 BQ e protegidas por capa de polipropileno copolímero. Possui junção para encaixe de rodízios ou sapatas com Ø de 11 mm, injetada em polipropileno copolímero. Diâmetro total de 690mm e altura sem os rodízios de 101mm; Rodízio duplo, com capas e rodas injetadas em resina de engenharia Poliamida 6. A haste é confeccionada em aço SAE 1006/1008 com tratamento superficial zincado e diâmetro de 11 mm. Eixo em aço 1010/1020, rodas com diâmetro de 50mm. Possui lubrificação interna permanente e capa de acabamento que envolve o eixo; A fixação do assento a estrutura da cadeira será por meio de porcas garras de ¼” cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼”, por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco. Braços reguláveis em forma de “T”, medindo 250x70x35mm aproxi- madamente; Apóia-braços em espuma de poliuretano injetado com formato anatômico, 60mm da parte frontal com inclinação de 15°, proporcionando conforto ao usuário conforme exigências da NR17, alma em chapa de aço com 2mm de espessura no mínimo; União entre o assento e apóia-braços em chapa de aço com espessura mínima de 6mm, com dois furos para fixar e regular a distância lateral entre o assento e o braço. Possui repuxo estrutural nas dobras, com resistência ao esforço de até 100 Kg e recorte na parte lateral para alocação do trilho e mecanismo de travamento. Revestido com capa em polipropileno injetado micro texturizado em uma peça única sem emendas; Dotado de mecanismo interno que permita o ajuste de altura em seis níveis de regulagem num curso mínimo de 60 mm, por meio de trilho em polipropileno injetado, acionado por meio de botão lateral do mesmo material. O mecanismo é composto de mola em aço zincado, evitando a ação corrosiva decorrente do tempo e umidade, e de pino de travamento em aço inoxidável de ¼” lubrificado com graxa naval que reduz o atrito gerado pelo acionamento por pressão; O apóia-braços é fixado ao assento por meio de três parafusos de ¼”, com tratamento antiferrugem. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13962/2018</p>	UND	FLEXFORM / ERME ALTA	200	R\$700,00	R\$140.000,00
----	---	-----	-------------------------	-----	-----------	---------------

15	<p>CADEIRA FIXA ESPALDAR BAIXO BASE TRAPEZOIDAL SEM BRAÇOS Assento: Estrutura do assento em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 12 mm. Utilizando lâminas de florestas renováveis e projeto rodízios sustentáveis, com alto grau de dureza e espessura máxima de 2 mm, intercaladas sempre em número ímpar, com coca coscamite a base de uréia formol baixa emissão; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarboneto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa inflamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 55 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Largura de 465 mm e profundidade do assento de 440 mm, no mínimo; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos. Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Encosto: Espaldar Baixo, com largura de 420 mm e extensão vertical do encosto de 390 mm Estrutura do encosto injetado/moldada anatomicamente, em polipropileno copolímero natural, com espessura mínima de 12 mm; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarboneto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa inflamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 45 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos; Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Lâmina para suporte do encosto com vinco externo confeccionada em chapa de aço ABNT 1010 espessura mínima de 6,35mm, dobrada, com ângulo interno de 95°. Possui em sua parte superior chapa de fixação confeccionada em chapa de aço ABNT 1008/1012 com quatro furos para fixar na estrutura do encosto. A fixação à estrutura do assento será por meio de 04 furos oblongos. Faz também a união entre o assento e o encosto, fixado a estes por meio de porcas garras de ¼" cravadas em suas estruturas internas, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Possui capa de proteção injetada em polipropileno natural texturizado; Base fixa constituída por duas estruturas contínuas com formato trapezoidal, confeccionada em tubo de aço #18, no mínimo, com seção oval de 16x30mm, unidas por meio de solda MIG. As estruturas são unidas na parte superior por duas travessas que proporcionam o travamento preservando sua integridade; As travessas são confeccionadas em tubo de aço #18, no mínimo, com seção oval de 16x30mm, soldadas às estruturas trapezoidais por meio de solda MIG; O assento é fixado às travessas por meio de porcas garras de ¼", cravadas na estrutura interna do assento, e por parafusos PHILIPS tipo panela e arruelas de pressão; Na parte inferior das estruturas trapezoidais possuem sapatas, injetadas em polipropileno, para tubo oval, fixadas por rebite 4x19 em alumínio, sendo duas para cada estrutura. Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco. Apóia-braços formato de polígono irregular com lados paralelos e cantos arredondados com raio de 50mm, medindo 350x240mm, com largura de 50mm na parte superior com redução gradual até chegar a largura de 30mm em sua parte inferior; Braços revestidos em espuma injetada integral de poliuretano semirrígido, texturizado, com baixa maleabilidade e deformabilidade, alta resistência a impacto e a produtos de teor abrasivo; Estrutura interna em tubo de aço trefilado com diâmetro de 7mm no mínimo, sem partes metálicas aparentes ao usuário; Fixado ao assento por duas chapas de aço com formato retangular, medindo no mínimo 25x110mm, com espessura mínima de 6mm (cada) em aço trefilado, com dois furos oblongos para fixação e regulagem, por meio de buchas com garras e rosca de ¼", parafusos com arruelas de pressão. As peças metálicas revestida com pintura epóxi pó na cor preta fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, pré tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem; desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem. Sendo a última lavagem com água deionizada seguido da secagem. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13962/2018</p>	UND	FLEXFORM / ERME FIXA	150	R\$289,99	R\$43.498,50
16	<p>CADEIRA GIRATÓRIA ESPALDAR BAIXO COM REGULAGENS E BRAÇOS Assento: Estrutura do assento em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 12 mm. Utilizando lâminas de florestas renováveis e projeto rodízios sustentáveis, com alto grau de dureza e espessura máxima de 2 mm, intercaladas sempre em número ímpar, com coca coscamite a base de uréia formol baixa emissão; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarboneto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa inflamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 55 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Largura de 465 mm e profundidade do assento de 440 mm, no mínimo; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos. Revestimento em tecido 100% poliéster, na cor a definir. Encosto: Espaldar Baixo, com largura de 420 mm e extensão vertical do encosto de 390 mm Estrutura do encosto injetado/moldada anatomicamente, em polipropileno copolímero natural, com espessura mínima de 12 mm; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarboneto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa inflamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 45 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos; Revestimento em tecido 100% poliéster, na cor a definir. Suporte para encosto com regulagem de altura confeccionado em tubo de aço ABNT 1008/1010 perfilado, seção oval medindo 18x43mm e espessura da parede de 1,5 mm, conforme NBR 6591, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi com camada de no mínimo 80µm. Permite a regulagem vertical do encosto em relação ao assento num curso mínimo de 63 mm, por meio de sistema "UP AND DOWN" com top de fim de curso sem a necessidade do uso de botões ou manipuladores, a mola do sistema é confeccionada em aço para molas classe C. Possui capa de proteção injetada em polipropileno natural texturizado; Mecanismo que permite a regulagem de altura/inclinação do encosto e altura do assento, estampado em chapa de aço NBR11888 SAE 1006/1010 BQ com espessura mínima de 3 mm, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi com camada de no mínimo 80µm. O mecanismo é dotado de "contato permanente" que permite regulagem de ângulos e altura do encosto, possui a parte traseira protegida por capa injetada em polipropileno copolímero. O ângulo de inclinação do encosto é mínimo de – 8° e máximo de 25°, acionado por uma única alavanca localizada na parte traseira direita do mecanismo, o sistema de articulação do encosto é comandado por meio de molas confeccionadas em aço classe B com 5 mm de diâmetro e lâminas de aço com 1,20mm de espessura NBR11888 SAE 1006/1010 BF. O acionamento da regulagem de altura do assento será por meio de alavanca independente localizada na parte posterior à direita do mecanismo na posição sentado. As alavancas são confeccionadas em aço SAE 1010 com diâmetro de 8 mm e acabamento em polipropileno copolímero. O mecanismo permite também a regulagem de altura do encosto com passo de 8 em 8 mm, curso total mínimo de 72 mm, através de um sistema automático de regulagem confeccionado em bucha de nylon 6 com 30% de fibra de vidro. O mecanismo possui furos de 6,5 mm de diâmetro e 40 mm de distância entre furos nas abas laterais para acoplamento de apoia-braços; Coluna de regulagem da altura do assento por acionamento a gás, com curso de regulagem milimétrica de 130 mm no mínimo. Confeccionada em aço tubular NBR6591 SAE 1008/1010 – BFDQ – 50,80x1,5mm, montada com pistão a gás classe 3 e Ø 28mm, com configuração 1° 26'16" inferior e superior. Possui bucha guia para o sistema giratório e de regulagem com altura de 100mm, injetada resina de engenharia Poliacetal de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade na regulagem da altura e suavidade no movimento giratório, calibrada com precisão de ajuste H7 (0,02mm). Fosfatizada e pintada em tinta pó epóxi com camada de tinta entre 80 a 120µm; Capa telescópica de 03 estágios, injetada em polipropileno copolímero com Ø 57 mm na parte superior e Ø 71 mm na parte inferior e altura de 317 mm. Proporciona acabamento e proteção à coluna de regulagem, sendo também um elemento estético entre a base e o mecanismo da cadeira. Possui eficiente sistema de fixação na parte superior e inferior, evitando que se desprenda durante o uso da cadeira, deixando aparecer o pistão e perdendo, consequentemente, tanto a função de proteção como a estética; Base composta por 05 patas confeccionada em aço tubular NBR 6591 SAE 1008/1010 – BF/BQ, com seção quadrada medindo 25x25 mm e espessura da parede de 1,5 mm no mínimo. As patas são soldadas em flange Morse estampada em chapa de aço NBR 8269 SAE 1006/1010 BQ e protegidas por capa de polipropileno copolímero. Possui junção para encaixe de rodízios ou sapatas com Ø de 11 mm, injetada em polipropileno copolímero. Diâmetro total de 690mm e altura sem os rodízios de 101mm; Rodízio duplo, com capas e rodas injetadas em resina de engenharia Poliamida 6. A haste é confeccionada em aço SAE 1006/1008 com tratamento superficial zincado e diâmetro de 11 mm. Eixo em aço 1010/1020, rodas com diâmetro de 50mm. Possui lubrificação interna permanente e capa de acabamento que envolve o eixo; A fixação do assento a estrutura da cadeira será por meio de porcas garras de ¼" cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco. Braços reguláveis em forma de "T", medindo 250x70x35mm aproximadamente; Apóia-braços em espuma de poliuretano injetado com formato anatômico, 60mm da parte frontal com inclinação de 15°, proporcionando conforto ao usuário conforme exigências da NR17, alma em chapa de aço com 2mm de espessura no mínimo; União entre o assento e apoia-braços em chapa de aço com espessura mínima de 6mm, com dois furos para fixar e regular a distância lateral entre o assento e o braço. Possui repuxo estrutural nas dobras, com resistência ao esforço de até 100 Kg e recorte na parte lateral para alocação do trilho e mecanismo de travamento. Revestido com capa em polipropileno injetado micro texturizado em uma peça única sem emendas; Dotado de mecanismo interno que permita o ajuste de altura em seis níveis de regulagem num curso mínimo de 60 mm, por meio de trilho em polipropileno injetado, acionado por meio de botão lateral do mesmo material. O mecanismo é composto de mola em aço zincado, evitando a ação corrosiva decorrente do tempo e umidade, e de pino de travamento em aço inoxidável de ¼" lubrificado com graxa naval que reduz o atrito gerado pelo acionamento por pressão; O apoia-braços é fixado ao assento por meio de três parafusos de ¼", com tratamento antiferrugem. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13962/2018</p>	UND	FLEXFORM / ERME BAIXA	100	R\$659,99	R\$65.999,00

17	<p>CADEIRA GIRATÓRIA ESPALDAR MEDIO COM BRAÇOS Assento: Estrutura do assento em madeira multilaminada moldada anatomicamente a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 12 mm. Utilizando lâminas de florestas renováveis e projeto rodízios sustentáveis com alto grau de dureza e espessura máxima de 2 mm, intercaladas sempre em número ímpar, com cola coscamite a base de uréia formol baixa emissão; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa inflamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 55 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Largura de 465 mm e profundidade da superfície do assento de 440 mm, no mínimo; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos. Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Encosto: Espaldar Médio, com largura de 420 mm e extensão vertical do encosto de 500 mm Estrutura do encosto injetado/moldada anatomicamente, em polipropileno copolímero natural, com espessura mínima de 12 mm; O estofamento deverá ser em espuma injetada, com alta pressão, de poliuretano flexível, isento de CFC (clorofluorcarbureto), isocianato 100% MDI – Agente expensor de água, alta resiliência, baixa inflamabilidade, densidade de 50 Kg/m³ +/- 2, espessura mínima de 45 mm. Possui as propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT; Capa de proteção e acabamento injetada/moldada em polipropileno texturizado, com bordas arredondadas, sem uso do perfil de PVC, proporcionando fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impacto e resistência a produtos químicos; Revestimento em tecido 100% poliéster ou couro ecológico, na cor a definir. Lâmina para suporte do encosto com vinco externo confeccionada em chapa de aço ABNT 1010 espessura mínima de 6,35mm, dobrada, com ângulo interno de 95°. Possui em sua parte superior chapa de fixação confeccionada em chapa de aço ABNT 1008/1012 com quatro furos para fixar na estrutura do encosto. A fixação à estrutura do assento será por meio de 04 furos oblongos. Faz também a união entre o assento e o encosto, fixado a estes por meio de porcas garras de ¼" cravadas em suas estruturas internas, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Possui capa de proteção injetada em polipropileno natural texturizado; Mecanismo estampado em chapa de aço NBR11888 SAE 1006/1010 BQ com espessura mínima de 3 mm, fosfatizado e pintado com tinta pó epóxi com camada de no mínimo 80µm. O mecanismo possibilita a reclinção do assento no intervalo de no mínimo 0° e no máximo 15°. Possui sistema de regulagem de tensão e inclinação em função do peso através de manípulo localizado na parte frontal com acabamento em polipropileno copolímero injetado e componente interno produzido em mola de aço classe B com diâmetro de 7mm. O acionamento da regulagem de altura e bloqueio é confeccionada em aço redondo SAE1010 com 8 mm de diâmetro e acabamento em polipropileno copolímero; Coluna de regulagem da altura do assento por acionamento a gás, com curso de regulagem milimétrica de 130 mm no mínimo. Confeccionada em aço tubular NBR6591 SAE 1008/1010 – BFDQ – 50,80x1,5mm, montada com pistão a gás classe 3 e Ø 28mm, com conificação 1° 26'16" inferior e superior. Possui bucha guia para o sistema giratório e de regulagem com altura de 100mm, injetada resina de engenharia Poliacetal de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade na regulagem da altura e suavidade no movimento giratório, calibrada com precisão de ajuste H7 (0,02mm). Fosfatizada e pintada em tinta pó epóxi com camada de tinta entre 80 a 120µm; Capa telescópica de 03 estágios, injetada em polipropileno copolímero com Ø 57 mm na parte superior e Ø 71 mm na parte inferior e altura de 317 mm. Proporciona acabamento e proteção à coluna de regulagem, sendo também um elemento estético entre a base e o mecanismo da cadeira. Possui eficiente sistema de fixação na parte superior e inferior, evitando que se desprenda durante o uso da cadeira, deixando aparecer o pistão e perdendo, consequentemente, tanto a função de proteção como a estética; Base composta por 05 patas confeccionada em aço tubular NBR 6591 SAE 1008/1010 – BF/BQ, com secção quadrada medindo 25x25 mm e espessura da parede de 1,5 mm no mínimo. As patas são soldadas em flange Morse estampada em chapa de aço NBR 8269 SAE 1006/1010 BQ e protegidas por capa de polipropileno copolímero. Possui junção para encaixe de rodízios ou sapatas com Ø de 11 mm, injetada em polipropileno copolímero. Diâmetro total de 690mm e altura sem os rodízios de 101mm; Rodízio duplo, com capas e rodas injetadas em resina de engenharia Poliamida 6. A haste é confeccionada em aço SAE 1006/1008 com tratamento superficial zincado e diâmetro de 11 mm. Eixo em aço 1010/1020, rodas com diâmetro de 50mm. Possui lubrificação interna permanente e capa de acabamento que envolve o eixo; A fixação do assento a estrutura da cadeira será por meio de porcas garras de ¼" cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco. Braços reguláveis em forma de "T", medindo 250x70x35mm aproximadamente; Apoia-braços em espuma de poliuretano injetado com formato anatômico, 60mm da parte frontal com inclinação de 15°, proporcionando conforto ao usuário conforme exigências da NR17, alma em chapa de aço com 2mm de espessura no mínimo; União entre o assento e apoia-braços em chapa de aço com espessura mínima de 6mm, com dois furos para fixar e regular a distância lateral entre o assento e o braço. Possui repuxo estrutural nas dobras, com resistência ao esforço de até 100 Kg e recorte na parte lateral para alocação do trilho e mecanismo de travamento. Revestido com capa em polipropileno injetado micro texturizado em uma peça única sem emendas; Dotado de mecanismo interno que permita o ajuste de altura em seis níveis de regulagem num curso mínimo de 60 mm, por meio de trilho em polipropileno injetado, acionado por meio de botão lateral do mesmo material. O mecanismo é composto de mola em aço zincado, evitando a ação corrosiva decorrente do tempo e umidade, e de pino de travamento em aço inoxidável de ¼" lubrificado com graxa naval que reduz o atrito gerado pelo acionamento por pressão; O apoia-braços é fixado ao assento por meio de três parafusos de ¼", com tratamento antiferrugem. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13962/2018</p>	UND	FLEXFORM / ERME MEDIA	150	R\$739,99	R\$110.998,50
18	<p>POLTRONA DIRETOR, BASE FIXA CROMADA E BRAÇOS EM ALUMÍNIO Assento e encosto: Poltrona com espaldar médio, assento e encosto constituído em concha única. Estrutura do em madeira multilaminada moldada anatomicamente, com apoio lombar, a quente com pressão de 10 Kgf/cm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura mínima de 15 mm; Contracapa em peça única para encosto e assento confeccionada em madeira compensada com espessura mínima de 6 mm, revestida em couro natural; O estofamento deverá ser em espuma laminada com alta densidade, com 50 mm de espessura no mínimo, revestido em couro natural; Largura do encosto de 500 mm e profundidade da superfície do assento de 475 mm, no mínimo; Largura do encosto de 490 mm e extensão vertical do encosto de 650 mm, no mínimo. Base fixa, cromada, constituída por uma estrutura contínua em balanço, confeccionada em tubo de aço com secção elíptica medindo 45x20mm e espessura da parede de 2,65mm, no mínimo, travada com o mesmo tubo na parte superior, onde são soldadas duas chapas de alumínio com espessura de 5mm, no mínimo e medindo 220x30mm cada, para fixar na estrutura do assento. Travada em sua extremidade inferior pó tubo de alumínio com diâmetro de 15mm, no mínimo; A fixação da concha única a estrutura da cadeira será por meio de porcas garras de ¼" cravadas na estrutura interna do assento, produzidas em aço 1020 estampado com rosca laminada de ¼", por parafusos Philips tipo panela e arruelas de pressão. Braços confeccionados em chapa de alumínio de ¼", fixado por buchas de alumínio montada com solda de alumínio polido; Possui apoia-braços injetado em poliuretano semirrígido, na parte superior da estrutura do braço. Acabamento e pintura: Deve ser usada solda eletrônica MIG em todos os locais onde houver solda; Todas as peças metálicas utilizadas, que não são cromadas, deverão receber pré-tratamento em 9 banhos sendo 5 por imersão e 4 por meio de lavagem: desengraxe alcalino, decapagem ácida, refinador de sais de titânio, fosfatização, passivação e secagem, sendo a última com água deionizada seguido de secagem, preparando a superfície para receber a pintura; Todas as peças metálicas, exceto as cromadas, deverão receber pintura epóxi-pó, fixada por meio de carga elétrica oposta, curada em estufa de alta temperatura, na cor preta acabamento fosco; As peças metálicas que serão cromadas deverão utilizar o processo por imersão pelo tempo mínimo de 20 minutos. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966/2008</p>	UND	FLEXFORM / ERME FIXA	30	R\$980,00	R\$29.400,00

20	<p>POLTRONA TIPO CAIXA, ESPALDAR MEDIO, GIRATÓRIAA GÁS, SEM BRAÇOS Assento Compensado multilaminado com 13 mm de espessura; Espuma injetada anatomicamente com 50 mm de espessura média e densidade de 50 a 57 kg/m3; Carenagem do assento injetada em Polipropileno Copolímero ; Revestimento em tecido Poliéster. Encosto: Estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência. Espuma injetada anatomicamente com 40 mm de espessura média e densidade de 50 a 57 kg/m3; Carenagem do encosto injetada em Polipropileno Copolímero ; Revestimento em tecido Poliéster. Base: Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos flangeados, evitando que se soltem, coberta por polaina injetada em Polipropileno Copolímero na cor preta, apoiada sobre 5 sapatas injetadas em Polipropileno Copolímero de alta resistência; Aro de apoio de pés e reforço interno confeccionado em tubo de aço industrial redondo SAE 1020 com 19,05 mm de diâmetro (3/4"), parede 1,20mm. Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás, regulagem feita por alavanca; Telescópico injetado em Polipropileno Copolímero texturizado, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna; Mecanismo: Mecanismo com sistema reclinador do encosto (SRE), de estrutura monobloco, soldado por processo MIG em célula robotizada, com assento fixo tendo 3° de inclinação. Suporte do encosto com regulagem de altura automática através de catraca com 12 posições, totalizando 80 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropileno copolímero. Inclinação do encosto com 20° de curso semi-circular acionado por alavanca, obtendo-se infinitas posições, com molas para o retorno automático do encosto, e ajuste automático na frenagem do reclinador. Acabamento: Componentes metálicos internos do mecanismo preparados através de processo de zincagem. Acabamento em pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa à 200 °C, na cor preto liso semi-brilho W-Eco, com superfícies metálicas preparadas previamente através de tratamento com fosfato de zinco, propiciando maior aderência e acabamento da pintura. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13966/2008</p>	UND	FLEXFORM / ERME CAIXA	50	R\$609,99	R\$30.499,50
25	<p>Arquivo 04 gavetões para pasta suspensa medindo 460.500.1600 mm Tampo: Confeccionado em madeira MDP de 25 mm de espessura, com acabamento em fita de borda PVC de 2 mm de espessura e raio 2 mm em todas as extremidades. Corpo: Costa, bases e laterais confeccionado em madeira MDP de 18 mm de espessura, com acabamento em fita de borda PVC de 1 mm de espessura em todas as extremidades. Todas as peças do corpo do gaveteiro são unidas por sistema de fixação tipo fix em nylon injetado. Frentes de gaveta: Confeccionado em madeira MDP de 18 mm de espessura, com acabamento em fita de borda PVC de 1 mm de espessura em todas as extremidades. Fechadura escamoteável fixada na parte frontal com trava simultânea das gavetas pelo sistema de tranca interna em aço que é estampada conforme o número de gavetas. Puxador meia lua em alumínio de 128 mm anodizado em cada gaveta. Gavetão Pasta suspensa: Gavetas internas confeccionadas em material tipo PVC injetado, sem emendas, com abas reforçadas, com correções telescópicas suportando 30 kg no mínimo. Rodapé de aço confeccionado em tubo de aço de 25 x 25 x 1,50mm de espessura estampados a 45° e soldados com solda MIG ou similar para maior sustentação e acabamento, peças de aço curvas na parte interna do rodapé para a fixação do mesmo entre o rodapé e a base inferior do móvel, 4 sapatas niveladoras de diâmetro 30 mm em PVC. Todas as peças metálicas do conjunto com acabamento em pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima de 50/60 micra de espessura. Todo sistema de fixação feita através de buchas metálicas/nylon ou similar, não serão aceitos sistema de fixação de outra forma e que causem o atrito direto as partes em MDP/MDF que deverão estar totalmente acabadas nas bordas. Possibilitando a montagem e desmontagem por inúmeras vezes sem causar dano ao mesmo. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13961/2010</p>	UND	AVANTTI / INDEX / 392523	80	R\$819,99	R\$65.599,20
28	<p>ESTANTE DE AÇO COM PRATELEIRAS REGULAVEIS. Características: Estante desmontável de aço, 06 prateleiras com 40 regulagens de altura, dobras duplas nas laterais e triplas nas partes frontais e posteriores, 04 colunas em perfil L de 30x30 mm, com furação para receber divisores opcionais, dobras duplas nas laterais e triplas nas partes frontal e posterior. 48 parafusos com porcas sextavadas zincados de ¼ x ½ e 4 sapatas plásticas. Acabamento: Tratado pelo processo anti-corrosivo à base de fosfato de zinco e pintura eletrostática a pó com camada de 30 a 40 microns com secagem em estufa a 240 °C (na cor azul). Estrutura: Bandejas confeccionadas em chapa de aço nº 22 com reforço central Omega. Colunas confeccionado em chapa de aço nº 14 com apoio de polipropileno. Capacidade:Peso recomendado por prateleira 80 kg distribuídos de forma uniforme. Dimensões: Altura: 2000mm. Largura: 920mm. Profundidade: 300mm. – Apresentar certificado de conformidade do produto emitido de acordo com as normas da ABNT conforme NBR 13961/2010</p>	UND	PANDIM / EP6AR1950 VU	300	R\$389,99	R\$116.997,00
VALOR TOTAL						R\$1.345.049,90

Processo nº 0019.015246.00106/2024-93
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Para que se produzam os efeitos legais em sua plenitude, ADJUDICO e HOMOLOGO todos os atos praticados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 402/2024, Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para reestruturar as unidades dos serviços de atendimento da Unidade Mista Ana Nery contempladas através de Portarias/ Emendas Parlamentares, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Acre - SESACRE, em favor da empresa:
1) RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, CNPJ nº 22.654.814/0001-82, referente aos itens (01,02,03,04,05,07,09,10,12,14,15,16,17,18,19): com o valor total de R\$ 23.860,36 (vinte e três mil oitocentos e sessenta reais e trinta e seis centavos).
Registro, por fim, que sejam seguidas as orientações constantes no Parecer nº 144/2025/SESACRE - DIVLCON/SESACRE-DEPPADM/SESACRE-DIJU (0014451900), emitido pela Consultoria Jurídica desta secretaria.
DATA DE ASSINATURA:25/02/2025

PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON
Secretário de Estado de Saúde
Decreto nº 09-P, de 1º de janeiro de 2023.

AUTARQUIAS

ACREPREVIDÊNCIA

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

PORTARIA ACREPREVIDENCIA Nº 137, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE – ACREPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.688, de 8 de dezembro de 2005, e tendo em vista que o Processo nº 0066.006420.00186/2025-06 encontra-se regularmente instruído, e CONSIDERANDO o Acórdão nº 5.438/2024, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC; CONSIDERANDO o Despacho nº 71, ACREPREVIDÊNCIA – DEPA/P/GABIN, de 12 de fevereiro de 2025;
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da portaria nº 400, de 20 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre nº 12.556, de 22 de maio de 2019, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária integral especial por tempo de contribuição, à servidora EMILIANE DE SOUZA CARUTA, matrícula 183768-1, CPF 322.059.882-04, no cargo de Professora de Nível Superior – 30 horas, Classe II, Referência J, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes, nos termos do art. 6º, incisos I, II, III, IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 e art. 95, da Lei Complementar Estadual nº 154, de 08 de dezembro de 2005.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do ACREPREVIDÊNCIA
Decreto nº 45-P/2023

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

PORTARIA ACREPREVIDENCIA Nº 138, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE – ACREPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1.688, de 8 de dezembro de 2005, e tendo em vista que o Processo nº 0066.006420.00180/2025-21 encontra-se regularmente instruído, e CONSIDERANDO o Acórdão nº 4.981/2024, da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC; CONSIDERANDO o Despacho nº 70, ACREPREVIDÊNCIA – DEPA/P/GABIN, de 11 de fevereiro de 2025;
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da portaria nº 755, de 13 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre nº 11.848, de 15 de julho de 2016, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária integral por tempo de contribuição, à servidora MARIA ANUNCIAÇÃO DE OLIVEIRA, matrícula 179612-1, CPF 217.023.142-00, no cargo de Apoio Administrativo Nível I, Classe II, Referência H, do Quadro de Pessoal do Estado da Secretaria de Educação e Esporte, nos termos do Art. 6º, incisos I, II, III, IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com Art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 e Art. 95, da Lei Complementar Estadual nº 154, de 08 de dezembro de 2005.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do ACREPREVIDÊNCIA
Decreto nº 45-P/2023

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: 02/2025.

PROCESSO Nº: 0066.012714.00005/2025-68.

PARTES: O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE – ACREPREVIDÊNCIA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.756.076.0001-90, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CELIO PEREIRA LTDA – EIRELI – inscrita no CNPJ sob o nº 14.362.842/0001-06, doravante denominado simplesmente CONTRATADA.

OBJETO: Fornecimento sob demanda dos serviços de coffee break para atender às necessidades do Instituto de Previdência do Estado do Acre – Acreprevidência.

DA VIGENCIA: A vigência contratual dar-se-á de sua assinatura com término concomitante com o encerramento do exercício financeiro de 2025;

DO VALOR: o valor total do contrato é de R\$ 23.480,00 (vinte e tres mil, quatrocentos e oitenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa com a aquisição de que trata o objeto correrá à conta de créditos orçamentários consignados ao Contratante, para o exercício de 2025, sob a seguinte classificação: Programa de Trabalho 71421120190000; elemento de despesa 33 90 39 00 00; Fonte de Recursos nº 18020801 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Estadual nº 11.363/23, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Federal nº 14.133/2021, Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078, de 1990, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD nº 13.709/2018, Código de Ética do Instituto de Previdência do Estado do Acre – Acreprevidência – Decreto nº 11.590/2024, suas alterações e demais normas correlatas.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Rio Branco – Acre, 21 de fevereiro de 2025.
ASSINAM: senhor Francisco Alves de Assis Filho pelo contratante; senhor Celio Pereira pela contratada.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do Acreprevidência
Decreto nº 45-P/2023

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO Nº: 9912569666/2022

PROCESSO SEI Nº: 0066.012714.00009/2022-01.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses. DAS PARTES: O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO ACRE – ACREPREVIDENCIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.756.076.0001-90, doravante denominada CONTRATANTE E a empresa brasileira de correios e telégrafos ac, inscrita no CNPJ sob nº 34.028.316/7709-95, doravante denominada CONTRATADA. DA VIGENCIA: as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 14/03/2025 à 14/03/2026. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A classificação destas despesas se dará da seguinte forma: Elemento de Despesa: 3390390000, Programa de Trabalho: 714.211.20190000. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato. LOCAL E DATA DA ASSINATURA: RIO BRANCO/ac, 25 DE fevereiro DE 2025.

ASSINAM: SR. FRANCISCO ALVES DE ASSIS FILHO, PELO CONTRATANTE; Luiz Gustavo Barbosa Belai e pedro moacyr barcelos neto, PELA CONTRATADA.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do Acreprevidência
Decreto nº 45-P/2023

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O PRESIDENTE DO ACREPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 45-P/2023, de 02 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023, e para que se produzam os efeitos legais necessários em sua plenitude,

RESOLVE:

CONSIDERANDO a realização de despesa pública cujo objeto é a capacitação aos servidores e conselheiros desta autarquia através da participação dos servidores e membros do Comitê de Investimentos no 7º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, que permitirá a capacitação aos servidores e conselheiros desta Instituição, para garantir conhecimentos fundamentais e proporcionar uma atuação responsável e em conformidade com as melhores práticas do mercado, impactando diretamente a sustentabilidade e a eficiência do regime previdenciário desta Autarquia Previdenciária, conforme especificações e condições constantes no Processo SEI em apreço;

CONSIDERANDO o disposto no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que trata da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização para realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, a proposta de preço (0014397020), a qualificação profissional, habilitação, atestado de capacidade técnica, declaração de exclusividade e comprovação de preços de mercado (NF e NE outras Instituições) (0014397122, 0014398248, 0014398420 e 0014398283), justificativa de preços e razão da escolha do fornecedor (0014402778), apresentadas, o PARECER 136/2025/ACREPREVIDENCIA – PROJUR/ACREPREVIDENCIA – GABIN/ACREPREVIDENCIA – ORCO (0014430107) – favoráveis a este Processo, não sendo demonstrado nenhum óbice à continuidade do mesmo, além de todos os demais documentos constantes no referido processo;

HOMOLOGAR todos os atos praticados no PROCESSO SEI Nº 0066.005033.00004/2025-81 até o presente momento, conforme descrito no

mencionado Processo, referente à supracitada INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, AUTORIZAR a contratação da ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS-ABIPEM, inscrita no CNPJ 29.184.280/0001-17, no valor total estimado de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), e demais documentos acostados nos autos.

Rio Branco – Acre, 21 de Fevereiro de 2025.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do Acreprevidencia
Decreto nº 45-P/2023

ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2025/ACREPREVIDENCIA

O PRESIDENTE DO ACREPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 45-P/2023, de 02 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023, e para que se produzam os efeitos legais necessários em sua plenitude, considerando a documentação carreada nos autos do processo SEI nº 0066.005033.00004/2025-81, Justificativa (0014402778), PARECER Nº 136/2025/ACREPREVIDENCIA – PROJUR/ACREPREVIDENCIA – GABIN/ACREPREVIDENCIA (0014430107), datados entre 19/02 à 21/02/2025,

RESOLVE:

RATIFICAR, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, a Inexigibilidade de Licitação, alvo do processo em epígrafe, para a Contratação de Pessoa Jurídica para viabilizar a participação no 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, de capacitação para os servidores e conselheiros desta autarquia, para garantir conhecimentos fundamentais e proporcionar uma atuação responsável e em conformidade com as melhores práticas do mercado, impactando diretamente a sustentabilidade e a eficiência do nosso regime previdenciário, visando a contratação da:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM – CNPJ 29.184.280/0001-17, situada na Q SCLRN 711 BLOCO G, S/N, ASA NORTE, CEP: 70.750-557, BRASILIA – DF, neste ato representada pelo Senhor João Carlos Figueiredo, portador do RG nº 7614102 SSP/SP e CPF nº 057.546.578-62, no valor total estimado de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

A despesa decorrente deste Termo correrá à conta do Programa de Trabalho: 714.211.09122143322880000; Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 e Fonte de Recurso: 18020801 (Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração).

Publique-se.

Rio Branco – AC, 21 de Fevereiro de 2025.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do Acreprevidencia
Decreto nº 45-P/2023

ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ACRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO Nº: 04/2022.

PROCESSO SEI Nº: 0066.012715.00004/2022-70.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

DAS PARTES: O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO ACRE – ACREPREVIDENCIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.756.076.0001-90, doravante denominada CONTRATANTE E O instituto euvaldo lodi – iel/nr – ac, inscrita no CNPJ sob nº 02.373.341/0001-38, doravante denominada CONTRATADA.

DA VIGENCIA: as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 08/03/2025 à 08/03/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A classificação destas despesas se dará da seguinte forma: Elemento de Despesa: 33 90 39 00 00, Programa de Trabalho: 714.211.0912227843060000.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA: RIO BRANCO/AC, 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

ASSINAM: SR. FRANCISCO ALVES DE ASSIS FILHO, PELO CONTRATANTE; JORGE LUIZ ARAÚJO VILA NOVA, PELA CONTRATADA.

Francisco Alves de Assis Filho
Presidente do Acreprevidencia
Decreto nº 45-P/2023

AGEAC

CONVITE PARA COTAÇÃO DE PREÇOS

A AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC, inscrita no CNPJ (MF) sob o número 05.567.708/0001-42, com sede na Rua Alexandre Farhat, nº 299, Bairro José Augusto, CEP 69.900-779, no município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, neste ato representado por seu Presidente Sr. Luis Almir Brandão Francisco Soares, nomeado pelo Decreto nº 4.118-P, em observância aos princípios basilares que regem o processo licitatório consignado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública o interesse em realizar a pesquisa de preços, para celebrar Dispensa de Licitação, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, de manutenção preventiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e aparelhos de ar condicionado, geladeira, frigobar e demais equipamentos, com fornecimento de mão de obra, gás refrigerante e serviços afins e com fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios por outros novos e originais/similares para, atender as necessidades da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC.

Art. 2º Os interessados em participar do processo deverão apresentar proposta, preenchida conforme modelo abaixo, e encaminhar ao e-mail: ageac.deaf@gmail.com, no prazo máximo de até 3 (três) dias corridos a contar da data desta publicação.

Art. 3º Os interessados poderão solicitar o Formulário de Coleta e Termo de Referência pelo e-mail ageac.deaf@gmail.com com o assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS (Manutenção preventiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e aparelhos de ar condicionado).

Luis Almir Brandão Francisco Soares
Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC
Decreto nº 4.118-P

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade/UF: _____

Telefones: _____

E-mail: _____

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Limpeza do aparelho de ar condicionado	7.500 BTU'S(JANELA)	Serviço	03		
02	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	06		
03	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	02		
04	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	04		
05	Limpeza do aparelho de ar condicionado	9.000 BTU'S(SPLIT)	Serviço	04		
06	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	08		
07	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	01		
08	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	04		
09	Limpeza do aparelho de ar condicionado	10.000 BTU'S(JANELA)	Serviço	06		
10	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	08		
11	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	06		
12	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	06		
13	Limpeza do aparelho de ar condicionado	12.000 BTU'S(SPLIT)	Serviço	06		
14	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
15	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	06		
16	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	06		
17	Limpeza do aparelho de ar condicionado	12.000 BTU'S(INVERTER)	Serviço	04		
18	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
19	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
20	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	04		
21	Limpeza do aparelho de ar condicionado	18.000 BTU'S(SPLIT)	Serviço	10		
22	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	08		
23	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
24	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	06		
25	Limpeza do aparelho de ar condicionado	24.000 BTU'S(SPLIT)	Serviço	08		
26	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
27	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
28	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	10		
29	Limpeza do aparelho de ar condicionado	30.000 BTU'S(SPLIT)	Serviço	10		
30	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
31	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	04		
32	Reposição de gás refrigerante.		Serviço	10		
33	Limpeza do aparelho de ar condicionado	60.000 BTU'S(SPLIT)	Serviço	10		
34	Manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
35	Instalação e desinstalação com fornecimento de peças novas e genuínas.		Serviço	10		
36	Reposição de gás Geladeira		Serviço	01		
37	Reposição de gás Frigobar		Serviço	03		
VALOR TOTAL						R\$

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Prazo de validade da cotação: ____/____/____.

Prazo de entrega: até _____ dias.

Local e data _____ – _____. ____/____/____

Responsável pela cotação _____

DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 123, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o Despacho nº 900/2025/DERACRE – DIRAF o qual solicita a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) no CONTRATO/DERACRE nº 019/2025, constante nos autos do Processo SEI nº 0038.013324.00069/2023-18.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais no CONTRATO/DERACRE nº 019/2025, celebrado entre o DERACRE e as empresa A A M CAMILI LTDA, assinado no dia 03 fevereiro de 2025, cujo objeto Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não perecíveis (cereais, enlatados, verduras e carne bovina), para atender as demandas do DERACRE, Macro Gerência – Envira, Tarauacá e Juruá.

I – Gestor Titular: Jose Mauri da Silva Barboza – Matrícula: 9522794

II – Gestor Substituto: Adson Deime Dutra da Silva – Matrícula: 9211225

III – Fiscal Titular: Denilce Maria Figueiredo Gomes – Matrícula: 62995

IV – Fiscal Substituto: Glaucio Taumaturgo de Abreu – Matrícula: 9660240
Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ
Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 124, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o Despacho nº 900/2025/DERACRE – DIRAF o qual solicita a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) na CONTRATO/DERACRE nº 020/2025, constante nos autos do Processo SEI nº 0038.013324.00069/2023-18.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 020/2025, celebrado entre o DERACRE e a empresa F. S. FEITOSA DE SOUZA, assinado no dia 06 de fevereiro de 2025, cujo objeto Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não perecíveis (cereais, enlatados, verduras e carne bovina), para atender as demandas do DERACRE, Macro Gerência – Envira, Tarauacá e Juruá.

I – Gestor Titular: Jose Mauri da Silva Barboza – Matrícula: 9522794

II – Gestor Substituto: Adson Deime Dutra da Silva – Matrícula: 9211225

III – Fiscal Titular: Denilce Maria Figueiredo Gomes – Matrícula: 62995

IV – Fiscal Substituto: Glaucio Taumaturgo de Abreu – Matrícula: 9660240

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria

e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ
Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 125, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o Despacho nº 900/2025/DERACRE – DIRAF o qual solicita a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) no CONTRATO/DERACRE nº 021/2025, constante nos autos do Processo SEI nº 00038.013324.00069/2023-18.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 021/2025, celebrado entre o DERACRE e a empresa J DANTAS SILVA LTDA, assinado no dia 06 de fevereiro de 2025, cujo objeto Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não perecíveis (cereais, enlatados, verduras e carne bovina), para atender as demandas do DERACRE, Macro Gerência – Envira, Tarauacá e Juruá.

I – Gestor Titular: Jose Mauri da Silva Barboza – Matrícula: 9522794

II – Gestor Substituto: Adson Deime Dutra da Silva – Matrícula: 9211225

III – Fiscal Titular: Denilce Maria Figueiredo Gomes – Matrícula: 62995

IV – Fiscal Substituto: Glaucio Taumaturgo de Abreu – Matrícula: 9660240

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ
Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 126, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o Despacho nº 900/2025/DERACRE – DIRAF o qual solicita a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) no CONTRATO/DERACRE nº 022/2024, constante nos autos do Processo SEI nº

0038.013324.00069/2023-18.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 022/2025, celebrado entre o DERACRE e a empresa 47.429.529 MARCOS AFONSO FONSECA DE MELO, assinado no dia 07 de fevereiro de 2025, cujo objeto Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não perecíveis (cereais, enlatados, verduras e carne bovina), para atender as demandas do DERACRE, Macro Gerência – Envira, Tarauacá e Juruá.

I – Gestor Titular: Jose Mauri da Silva Barboza – Matrícula: 9522794

II – Gestor Substituto: Adson Deime Dutra da Silva – Matrícula: 9211225

III – Fiscal Titular: Denilce Maria Figueiredo Gomes – Matrícula: 62995

IV – Fiscal Substituto: Glaucio Taumaturgo de Abreu – Matrícula: 9660240

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ

Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 127, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o Despacho nº 900/2025/DERACRE – DIRAF o qual solicita a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) no CONTRATO/DERACRE nº 023/2025, constante nos autos do Processo SEI nº 0038.013324.00069/2023-18.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 023/2025, celebrado entre o DERACRE e a empresa VILSON DA SILVA OLIVEIRA LTDA, assinado no dia 06 de fevereiro de 2025, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não perecíveis (cereais, enlatados, verduras e carne bovina), para atender as demandas do DERACRE, Macro Gerência – Envira, Tarauacá e Juruá.

I – Gestor Titular: Jose Mauri da Silva Barboza – Matrícula: 9522794

II – Gestor Substituto: Adson Deime Dutra da Silva – Matrícula: 9211225

III – Fiscal Titular: Denilce Maria Figueiredo Gomes – Matrícula: 62995

IV – Fiscal Substituto: Glaucio Taumaturgo de Abreu – Matrícula: 9660240

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáti-

cos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ

Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 128, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o Despacho nº 900/2025/DERACRE – DIRAF o qual solicita a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) no CONTRATO/DERACRE nº 024/2025, constante nos autos do Processo SEI nº 0038.013324.00069/2023-18.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 024/2024, celebrado entre o DERACRE e a empresa AMS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, assinado no dia 06 de fevereiro de 2024, cujo objeto Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios Perecíveis e Não perecíveis (cereais, enlatados, verduras e carne bovina), para atender as demandas do DERACRE, Macro Gerência – Envira, Tarauacá e Juruá.

I – Gestor Titular: Jose Mauri da Silva Barboza – Matrícula: 9522794

II – Gestor Substituto: Adson Deime Dutra da Silva – Matrícula: 9211225

III – Fiscal Titular: Denilce Maria Figueiredo Gomes – Matrícula: 62995

IV – Fiscal Substituto: Glaucio Taumaturgo de Abreu – Matrícula: 9660240

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do

ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ
Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 131, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art. 58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o MEMORANDO Nº 16/2025/DERACRE – DIPROJ e o Despacho nº 925/2025/DERACRE – DIRAF o qual faz a indicação dos servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) na CONTRATO/DERACRE nº 027/2025, constante nos autos do Processo SEI nº 0038.006889.00018/2025-61.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 027/2025, celebrado entre o DERACRE e a empresa E. A. DE CARVALHO E CIA LTDA, assinado no dia 21 de fevereiro de 2025, cujo objeto a contratação de empresa para fornecimento de produtos gráficos, em conformidade com o Edital EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2023 e termo de referência, decorrente do Credenciamento nº 007/2023.

I – Gestor Titular: Milena Cassiana da Silva – Matrícula: 9662758

II – Gestor Substituto: Terezinha Soares dos Santos – Matrícula: 9081011

III – Fiscal Titular: Andriel Luy Cabal Santos – Matrícula: 9573933

IV – Fiscal Substituto: Francisco Lopes Félix – Matrícula: 9414738

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ
Presidente do DERACRE

PORTARIA DERACRE Nº 132, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 4º, I, “a”, da Lei Complementar nº 170, de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.728, do dia 07 de março 2024.

CONSIDERANDO o ordenamento jurídico brasileiro, prevê a Lei nº 8.666/93 que os contratos celebrados pelos órgãos públicos serão submetidos por fiscalização e gestão de servidores especialmente designados, bem como o art.

58, não sendo somente um poder da Administração, mas, também um dever na execução de seus contratos;

CONSIDERANDO o TERMO DE CIÊNCIA Nº 8/2025/DERACRE – DIROV o qual solicita a supressão e inclusão de servidores que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) no CONTRATO/DERACRE nº 026/2021, constante nos autos do Processo SEI nº 0038.004231.00009/2021-54.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO/DERACRE nº 026/2021, celebrado entre o DERACRE e a empresa L K F BARBOSA IMPORTAÇÕES & EXPORTAÇÃO – EPP, assinado no dia 2 de fevereiro de 2021, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar serviço de Capina, com roçadeira costal, nas laterais das rodovias estaduais, com largura de 3m, incluindo rastelamento e limpeza de dispositivo de drenagem superficial, para atender as necessidades nas Rodovias Estaduais no Estado do Acre.

I – Gestor Titular: Francisco Rodrigues Antrobos – Matrícula: 9235434

II – Gestor Substituto: Camila Brito Cruz Braga – Matrícula: 9632050

III – Fiscal Titular: Eduardo Sian da Silva Jaccoud – Matrícula: 9678034

IV – Fiscal Titular: Gregório Canizio da Silva – Matrícula: 9680322

V – Fiscal Titular: Roberto Froes Camarão – Matrícula: 210188

VI – Fiscal Titular: Tadeu Ferreira Castelo – Matrícula 9058931

VII – Fiscal Titular: Ronan Fonseca Lemos Neto – Matrícula: 9543570

VIII – Fiscal Titular: Laércio Miranda da Cunha Júnior – Matrícula: 9133976

IX – Fiscal Substituto: Bob Dylan Rocha da Silva – Matrícula: 9103996

Art. 2º – Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP e LICON;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 3º – Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causarem.

Art. 4º – Fica revogada a portaria nº 276, de 17 de maio de 2024.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

ORLANILDA XIMENES MUNIZ
Presidente do DERACRE

Portaria DERACRE Nº 120, DE 21 DE fevereiro DE 2025

A Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o art. 4º, inciso I, alínea a, da Lei Complementar nº 170, de 2007 de 31 de julho de 2007 e pelo Decreto Estadual nº 6.369-P, de 6 de março de 2024, publicado no DOE nº 13.728 de 7 de março de 2024, considerando o constante dos autos do processo nº 0038.013324.00014/2025-70.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Processo de Aplicação de Penalidade em face do CONSÓRCIO NEGREIROS VIDA & IMPERIAL, detentor do Contrato/DERACRE nº 094/2023, em razão do descumprimento contratual constatado pela fiscalização do DERACRE.

Art. 2º O referido processo terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para sua conclusão, salvo imposição de circunstâncias excepcionais, as quais deverão ser justificadas em até cinco dias da expiração do prazo.

Art. 3º Notificar o CONSÓRCIO NEGREIROS VIDA & IMPERIAL, por meio de comunicação escrita acerca da instauração do Processo de Apuração de Responsabilidade, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação

de defesa escrita e juntada de documentos que entender necessários.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, Acre, de 21 de fevereiro de 2025.

Orlanilda Ximenes Muniz
Presidente do DERACRE

DETRAN

PORTARIA DETRAN Nº 252, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências,

CONSIDERANDO o que consta no § 1º, do art. 2º e § 2º do art. 4º da Resolução nº 425, de 27 de novembro de 2012, do CONTRAN, CONSIDERANDO o que consta na Lei nº 8.989, de 1995, com as alterações da Lei nº 10.182, de 2001, dos Arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 10.690, de 2003, e pela Lei 10.757, de 2003, para a fruição da isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI), na aquisição de automóvel de passageiros ou veículos de uso misto, de fabricação nacional, classificado na posição 87.03 da tabela de incidência do ICMS/IPI (TIPI) e o art. 12, VII, da Lei Complementar nº 114/02, que dispõe sobre a isenção de IPVA convênio nº 38/12.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os peritos examinadores de trânsito abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para compor Junta Médica, com objetivo de avaliar os candidatos encaminhados pelo DETRAN/AC, conforme Anexo I desta Portaria:

I – VIVANE RODRIGUES DA COSTA – CRM 2587/AC;

II – CARLOS PEREDO CALDERON – CRM 082/AC;

III – THEOBALDO REBOUÇAS DANTAS – CRM 923/AC.

Art. 2º A Junta Médica deverá ser realizada na CLINICA DETRAN com endereço na Estrada Dias Martins, nº. 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, às 10h00min (dez horas) no dia 24.02.2025 (segunda-feira).

Art. 3º Esta portaria tem efeito imediato.

Certifica-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 21 de Fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

Anexo I Portaria DETRAN Nº 252, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

Antônio José dos A. Perdigão

O.G.L. representado por Kelly Honorato da S. Leite

Maria de Jesus S. Pinheiro

Sirlea Tristão P. Romero

Francisco de A. Ferreira

Ilcleomar Luiz L. da Luz

Charle Santana da Costa

Sharle Silva Almada

PORTARIA DETRAN Nº 254, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências,

CONSIDERANDO o que consta no § 1º, do art. 2º e § 2º do art. 4º da Resolução nº 425, de 27 de novembro de 2012, do CONTRAN;

CONSIDERANDO solicitação através do MEMORANDO Nº 130/2025/DETRAN – DEPT (0014426393);

CONSIDERANDO teor do E-mail CETRAN/AC (0014436384).

RESOLVE:

Art. 1º Designar os examinadores deste Órgão Executivo de Trânsito, Degeane Soares da Silva, Dário Nascimento dos Santos, Erbeson Maia de Souza, Jonas de Souza Silva, a representante do Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/AC, Rebeka Sombra da Costa, bem como, o médico especialista em medicina do trânsito, Dr. Paulo Crisogono C. de V. Vianna, CRM – 050/AC,

para comporem a Banca de Direção Veicular Especial, com objetivo de submeter a exame de direção veicular, Renovação, categoria B, o(a) candidato(a) João Paulo Andrade da Silva, CPF nº 015.353.242-44, no veículo de placa Q LX8903 para categoria (B).

Art. 2ª Banca de Direção Veicular Especial deverá ser realizada no dia 24/02/2025 (segunda-feira), às 11h00min (onze horas), no Centro de Avaliação Educação de Condutores – CEAC, em Rio Branco/AC.

Art. 3º Esta portaria tem efeito imediato.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 21 de Fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

PORTARIA DETRAN Nº 258, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 22 e seus incisos, da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e

CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA DETRAN Nº 058/2022, que regulamenta o registro e o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores (CFC's) e estabelece os procedimentos necessários para o processo de habilitação, normas relativas à aprendizagem e exames de habilitação;

CONSIDERANDO que o processo administrativo de credenciamento SEI nº 0068.013482.00109/2025-22, encontra-se de acordo com as exigências, conforme Memorando nº 203/2025 da Divisão de Controle de Credenciados desta Autarquia, setor responsável pela análise dos processos de credenciados; CONSIDERANDO ainda, Memorando nº 203/2025/DETRAN – CONCRED, que solicita emissão do ato administrativo autorizador,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o Credenciamento do Centro de Formação de Condutores com nome fantasia AUTO MOTO ESCOLA SENA e razão social I C MARREIROS DE MELO & CIA LTDA, com CNPJ: 18.200.283/0001-80, pelo período de 12 (doze) meses, para desenvolver suas respectivas atividades no município de Sena Madureira/AC.

Art. 2º Esta Portaria tem efeitos retroativos a contar de 23 de fevereiro de 2025.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 24 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

PORTARIA DETRAN Nº 255, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Raionery Gonçalves da Silva, matrícula nº 9312641, para responder pela 8ª Circunscrição Regional de Trânsito – CIRETRAN, no município de Plácido de Castro/AC.

Art. 2º Esta Portaria tem efeitos a contar de 24 de fevereiro de 2025.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 24 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

PORTARIA INTERNA DETRAN – CETRAN Nº 9, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025
A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE, nomeada através do Decreto nº 7.420-P, de 09 de Julho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.814 de 10 de Julho de 2024, usando da atribuição conferida pelo art. 14, inciso XI da Lei nº 9.503 de 23 de setem-

bro de 1997 e do art. 2º, inciso X do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Resolução nº 927, de 28 de março de 2022, do CONTRAN; Considerando o deferimento de recurso contra resultado de Junta Médica Especial, para fins de renovação de exames, bem como o que consta no Processos SEI nº 0068.009618.00254/2025-16.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Junta Especial de Saúde, composta pelos médicos peritos examinadores de trânsito abaixo indicados, sob a presidência do primeiro nomeado, para proceder à reavaliação dos exames dos recorrentes relacionados no Anexo I desta Portaria, em razão do deferimento dos recursos interpostos perante o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/AC.

I – MÁRYSON DA SILVA RIBEIRO – CRM 881/AC;

II – JANE MARY FERRAZ DA COSTA – CRM 360/AC;

III – CARLOS PEREDO CALDERON – CRM 82/AC.

Art. 2º A Junta Especial de Saúde deverá ser realizada na CLINICA DETRAN, com endereço na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, às 10h00min (dez horas), do dia 10/03/2025 (segunda-feira).

Art. 3º O não comparecimento no dia e hora agendados, inviabilizará a realização da Junta e ensejará a preclusão do procedimento ao faltoso, cabendo ao presidente a comunicação de toda e qualquer ocorrência relativa ao referido procedimento.

Art. 4ª Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco/AC, 19 de Fevereiro de 2025.

Vanessa de Jesus Albuquerque
Presidente do CETRAN/AC
Decreto nº 7.420-P, de 09/07/2024

Anexo I
Relação dos Candidatos para a Junta Especial de Saúde

PORTARIA INTERNA DETRAN – CETRAN Nº 10, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025
A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE, nomeada através do Decreto nº 7.420-P, de 09 de Julho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.814 de 10 de Julho de 2024, usando da atribuição conferida pelo art. 14, inciso XI da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 e do art. 2º, inciso X do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Resolução nº 927, de 28 de março de 2022, do CONTRAN; Considerando o deferimento de recurso contra resultado de Junta Médica Especial, para fins de primeira habilitação, bem como o que consta no Processos SEI nº 0068.009618.00208/2025-17.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Junta Especial de Saúde, composta pelos psicólogos peritos examinadores de trânsito abaixo indicados, sob a presidência do primeiro nomeado, para proceder à reavaliação dos exames dos recorrentes relacionados no Anexo I desta Portaria, em razão do deferimento dos recursos interpostos perante o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/AC.

I – ANA PAULA DO VALE CAMPOS – CRP 24/02224/AC;

II – ANANDA KATRINNY DE OLIVEIRA COSTA – CRP 24/01798/AC;

III – ANDREZA ANAXANDRA DIAS CAMPELO – CRP 24/00959/AC.

Art. 2º A Junta Especial de Saúde deverá ser realizada na CLINICA DETRAN, com endereço na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, às 15h (quinze horas), do dia 12/03/2025 (quarta-feira).

Art. 3º O não comparecimento no dia e hora agendados, inviabilizará a realização da Junta e ensejará a preclusão do procedimento ao faltoso, cabendo ao presidente a comunicação de toda e qualquer ocorrência relativa ao referido procedimento.

Art. 4ª Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 20 de Fevereiro de 2025.

Vanessa de Jesus Albuquerque
Presidente do CETRAN/AC
Decreto nº 7.420-P, de 09/07/2024

Portaria Interna DETRAN – CETRAN Nº 11, DE 20 DE fevereiro DE 2025
A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE, nomeada através do Decreto nº 7.420-P, de 09 de Julho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.814 de 10 de Julho de 2024, usando da atribuição conferida pelo art. 14, inciso XI da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 e do art. 2º, inciso X do Regimento Interno, e tendo em vista o dis-

posto no art. 15 da Resolução nº 927, de 28 de março de 2022, do CONTRAN; Considerando o deferimento do recurso contra resultado de Junta Médica Especial, para fins de isenção de IPI/ICMS e IPVA, bem como o que consta no Processo nº 0068.009618.00255/2025-52.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Junta Especial de Saúde, composta pelos médicos peritos examinadores de trânsito abaixo indicados, sob a presidência do primeiro nomeado, para proceder à reavaliação dos exames do recorrente relacionado no Anexo I desta Portaria, em razão do deferimento do recurso interposto perante o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/AC.

I – SOFIA TROVÃO DE CARVALHO – CRM 873/AC;

II – ROGÉRIO HENRIQUES NETTO – CRM 964/AC;

III – EDUARDO OVÍDIO BORGES DE VELLOSO VIANNA – CRM 970/AC.

Art. 2º A Junta Especial de Saúde deverá ser realizada na CLINICA DETRAN, com endereço na Estrada Dias Martins, nº 894, Bairro Jardim Primavera, Rio Branco/AC, às 10h (dez horas), do dia 31/03/2025 (segunda-feira).

Art. 3º O não comparecimento no dia e hora agendados, inviabilizará a realização da Junta e ensejará a preclusão do procedimento ao faltoso, cabendo ao presidente a comunicação de toda e qualquer ocorrência relativa ao referido procedimento.

Art. 4ª Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 20 de Fevereiro de 2025.

Vanessa de Jesus Albuquerque
Presidente do CETRAN/AC
Decreto nº 7.420-P, de 09/07/2024

Anexo I
Relação dos Candidatos para a Junta Especial de Saúde

Portaria DETRAN Nº 262, DE 25 DE fevereiro DE 2025
A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências, CONSIDERANDO que o Policiamento de Trânsito se dará de forma regionalizada, proporcionando uma proximidade e envolvimento maior de cada grupo com sua região de atuação; CONSIDERANDO o que consta no art. 21, V, no art. 22, I, IV e V, no art. 24, VI, e no art. 25, caput, todos do CTB – Código de Trânsito Brasileiro; CONSIDERANDO o que consta no Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 001/2023, celebrado entre este Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC e a Polícia Militar do Estado do Acre – PMAC; CONSIDERANDO o teor do OFÍCIO Nº 5734/2025/PMAC (0014404072), RESOLVE:

Art. 1º CREDENCIAR o Policial Militar abaixo relacionado, como Agente da Autoridade de Trânsito para atuação no Estado do Acre:

GRAD	NOME	MATRÍCULA	RG
SD PM	Wemerson de Souza Andrade	9581839-1	122105301-8

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

Portaria DETRAN Nº 263, DE 25 DE fevereiro DE 2025
A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências, Considerando o constante dos autos do Processo SEI nº 0068.013479.00006/2025-76; Considerando teor do Despacho nº 95/2025/SEAD – DEGCD (0014425816),

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR a promoção do servidor deste Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, ocupante do cargo Examinador de Trânsito do Município de Rio Branco/AC, a seguir:

Nome	Matrícula	Classe e referência para promoção	Data da Promoção
Francisco Rodrigues de Melo Júnior	9310630	Classe Especial, Referência 1	08/01/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de janeiro de 2025.

Publique-se;
Registre-se;
Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

PORTARIA DETRAN Nº 260, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências,

CONSIDERANDO solicitação presente no MEMORANDO Nº 32/2025/DETRAN – CPSPAD (0014464413);

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria Detran nº 549, de 22 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.784, de 28 de maio de 2024, com fins de apuração dos fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar nº 0068.001044.00030/2021-76.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua publicação, com efeitos a contar de 27 de julho de 2024.

Publique-se;
Registre-se;
Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

PORTARIA DETRAN Nº 261, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 22 e seus incisos, da Lei n.º 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e

CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA DETRAN Nº 058/2022, que regulamenta o registro e o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores (CFC's) e estabelece os procedimentos necessários para o processo de habilitação, normas relativas à aprendizagem e exames de habilitação;

CONSIDERANDO que o processo administrativo de credenciamento SEI nº 0068.013482.00104/2025-08, encontra-se de acordo com as exigências, conforme Memorando nº 268/2025 da Divisão de Controle de Credenciados desta Autarquia, setor responsável pela análise dos processos de credenciados;

CONSIDERANDO ainda, Memorando nº 268/2025/DETRAN – CONCRED, que solicita emissão do ato administrativo autorizador,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o Credenciamento do Centro de Formação de Condutores com Nome Fantasia CFC ÁGUIA e Razão Social AUTO ESCOLAAGUIA LTDA, CNP nº 11.490.981/0002-08, pelo período de 12 (doze) meses, para desenvolver suas respectivas atividades no município de Cruzeiro do Sul/AC.

Art. 2º Esta Portaria tem efeitos a contar de 25 de fevereiro de 2025.

Publique-se;
Registre-se;
Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

PORTARIA DETRAN Nº 264, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, nomeada através do Decreto nº 49-P, de 2 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.444 de 03 de janeiro de 2023, usando de suas atribuições legais que o cargo lhe confere (art. 18, inciso I, da Lei nº 1.169, de 13 de Dezembro de 1995), que transformou o Departamento Estadual de Trânsito em Autarquia e dá outras providências,

Considerando solicitação presente no Memorando nº 31/2025/DETRAN – CPSPAD (0014457230);

Considerando manifestação presente no Memorando nº 84/2025/DETRAN – ASSEJU (0014465981),

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela pela Portaria Detran nº 1121, de 23 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE/AC nº 13.890, de 24 de outubro de 2024, com fins de apuração dos fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar nº 0068.001062.00244/2024-77, bem como, os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria tem efeitos retroativos a contar de 21 de fevereiro de 2025.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Rio Branco/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ACRE – DETRAN/AC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR Nº 07/2025.

A Presidente do Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/AC, usando das atribuições que lhe confere o Código de Trânsito Brasileiro CTB, nos termos dos artigos 14, 15 e 23 da Res. CONTRAN N.º 723/2018, diante do insucesso na tentativa de ciência por meio de notificação postal, notifica da imposição

da penalidade de Suspensão e Cassação do Direito de Dirigir em desfavor das partes acionadas abaixo listadas, firmada no art. 256, III, CTB, em razão de decurso de prazo ou indeferimento de defesa. A cópia do inteiro teor da decisão pode ser obtida junto à Divisão de Suspensão e Cassação de CNH – DSC, localizada na Av. Estrada Dias Martins nº 894, Bairro Jardim Primavera, CEP: 69919-600. Fica estabelecido o dia 27/03/2024 como data limite para entrega da CNH física na Divisão de Suspensão e Cassação – DSC pelas partes acionadas, ou caso queiram, para apresentarem recurso contra a decisão junto à JARI do DETRAN-AC, localizada na Sede deste órgão. O recurso também pode ser interposto nas CIRETRANS, observados seus respectivos horários e datas de atendimento. A não entrega da CNH física ou não apresentação de recurso até a data limite acima estabelecida implicará na execução da penalidade de Suspensão do Direito de Dirigir mediante bloqueio da CNH no RENACH a partir de 11/04/2024

Nº PROCESSO, NOME, Nº REGISTRO

0140009512023, ABDALA FARHAT, 02530288301 / 0140003102023, ADAILTON JOSE SANTOS DOS SANTOS, 04540554024 / 0140008962023, ADALBERTO PEREIRA MATHIAS, 03993042300 / 0140005392023, ADAO CARVALHO DE OLIVEIRA, 04409312470 / 0140059422023, ADRIANO LUSIEL BARROS CORDEIRO, 01529154728 / 0140029922023, ALBANIR SENA DE SOUSA, 04277171294 / 0140011322023, ALCIDINEI PEREIRA FRANCA, 03453798475 / 0140050742023, ALDEMI CORDEIRO BREGENCE, 01273672952 / 0140013692023, ALEXANDRE GUTIERRES DE LIMA, 03687262470 / 0140063632023, ALEXANDRE GUTIERRES DE LIMA, 03687262470 / 0140005662023, ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA, 03789778557 / 0140007832023, ALISSON SILVA CHAVES, 06756562908 / 0140006692023, ALYSSON LOPES DA COSTA, 06556514100 / 0140009002023, AMAURI SILVA DA COSTA, 05206136650 / 0140015652023, ANACLETO LOPES DA SILVA, 05469475970 / 0140005652023, ANDERSON SILVA DE SOUZA, 03797348266 / 0140014982023, ANDRE LUCAS BEZERRA DE SOUZA, 06918436403 / 0140005912023, ANDRE SANTOS DA SILVA, 05600064200 / 0140057072023, ANDREW MASCARENHAS DO NASCIMENTO, 07078427423 / 0140056832023, ANTONIO DJAN DAMASCENO MELO, 01969421887 / 0140001032023, ANTONIO ELSON CARDOSO DA SILVA, 06179432831 / 0140008202023, ANTONIO JOSIMAR MELO DA SILVA, 06185187053 / 0140005162023, ANTONIO LOPES COELHO, 04700156352 / 0140002822023, ANTONIO MAICON DO NASCIMENTO GALVAO, 03214989982 / 0140014382023, ANTONIO MARCOS MONTEIRO DA SILVA, 04684261931 / 0140019942023, ANTONIO RAILAN CHAPARRO DA SILVA, 07163649586 / 0140006432023, ANTONIO RAIMUNDO FERREIRA MUNIZ, 05996979750 / 0140016702023, CAIO CESAR SOARES DE LIMA, 05347932604 / 0140060552023, CARLOS FERNANDO LEITE DE MELO JUNIOR, 02005518912 / 0140018162023, CARLOS FRANCISCO ACOSTA GARCIA, 03355562103 / 0140017022023, CARLOS GABRIEL NASCIMENTO DA SILVA, 06891659551 / 0140004842023, CHARLES BRAGA DE SOUZA, 05944307084 / 0140045362023, CICERO DA SILVA BRAZ, 03728434706 / 0140057372023, CLEYTON MACIEL ROCHA, 06728657590 / 0140009622023, CLODOALDO TEIXEIRA LIMA FILHO, 00533717918 / 0140019462023, COSMO DA SILVA NASCIMENTO, 04695168041 / 0140008872023, DAMIAO DA SILVA DE SA, 03180519548 / 0140007822023, DARCI LOPES DA SILVA, 05552117151 / 0140055962023, DARIO DIAS DA SILVA, 04361944625 / 0140020832023, DAYANE DE ARAUJO GALVAO, 05226328538 / 0140008532023, DEBORA ARAUJO DE ALMEIDA, 06809391035 / 0140060182023, DEBORA LOPES MOURAO, 05619110190 / 0140005402023, DELMO VIDAL CAMPOS NETO, 05024030260 / 0140009162023, DELVIS SANTOS DA SILVA, 07230668698 / 0140024652024, DENILSON DE SOUZA CHAGAS, 04437966140 / 0140005522023, DENISIO NERIS DE MELO, 00383680556 / 0140005542023, DENISIO NERIS DE MELO, 00383680556 / 0140034822024, DEUSEMIR VERISSIMO DAS CHAGAS, 06273000645 / 0140029602023, DIEGO CANIZIO LOPES, 03132676060 / 0140056652023, DIEGO MENEZES PORTELA DE OLIVEIRA, 07065889605 / 0140007752023, DIEMERSON MOTA NASCIMENTO, 07023715919 / 0140011572023, DIONATAN DE OLIVEIRA MACIEL, 06389839126 / 0140014962023, EDEILTON DA SILVA LACERDA, 05916356794 / 0140009412023, EDILENE FURTADO DE ARAUJO, 04392115134 / 014002222024, EDINELSON DA S OLIVEIRA, 02035550408 / 0140002112023, EDSON BANDEIRA DE LIMA, 04159590731 / 0140004532023, EDUARDO LANES FERREIRA, 06723943136 / 0140056052023, EDUARDO VEIGA JORDAO, 06545387836 / 0140012712023, ELENILSON NASCIMENTO DE LIMA, 02453626547 / 0140013532023, ELIONEY MARIANO DA SILVA, 04537846331 / 0140015092023, ELISSANDRA CHALUB DE ARAUJO, 04766042102 / 0140009772023, ELISSANDRA FERREIRA DA COSTA, 05331352164 / 0140021052023, ELITON MOURA FERREIRA, 04214444108 / 0140063682023, ELOISA SECOTI LEAL, 05503295474 / 0140024592024, ERIVALDO NOGUEIRA SABOIA, 02090682907 / 0140017762023, ESTACIO PARENTE DOS SANTOS, 03569327072 / 0140024572023, ESTOLANO DA SILVA RAMALHO SOBRINHO, 07647972427 / 0140024962023, FABIO DA SILVA GHAZAL, 04645780109 / 0140006542023, FABIO DOS SANTOS MENDES, 06393537937 / 0140017562023, FABIO PINHEIRO DA SILVA,

05865614389 / 0140024102024, FERNANDO DOS SANTOS GIRAO, 07267593401 / 0140007812023, FLORENTINO PRUDENCIO DE ALMEIDA, 06562923010 / 0140055162023, FRANCA CORDOVEZ DO VALE, 01130968817 / 0140009972023, FRANCISCA CILENE GOMES MOREIRA, 02756824405 / 0140011142023, FRANCISCA ELIANA MAIA BRAGA NERI, 04792025951 / 0140002372023, FRANCISCO ADRIANO DA SILVA SOUSA, 04595780557 / 0140056762023, FRANCISCO ALEANDRO GOMES, 04833593640 / 0140009802023, FRANCISCO ANTONIO DA SILVA LIMA, 03294551726 / 0140064832023, FRANCISCO CHAGAS LEITE, 05201623077 / 0140009382023, FRANCISCO CRISTIANO R DE OLIVEIRA, 04830069761 / 0140045222023, FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO MESQUITA, 02720358656 / 0140017822023, FRANCISCO FERRONI SILVA DA CRUZ, 04045606180 / 0140018712023, FRANCISCO MARCELO TAVARES DE SOUZA, 03905665325 / 0140058682023, FRANCISCO RODRIGO CONCEICAO DO SACRAMENTO, 05445138257 / 0140018972023, FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, 04467051494 / 0140017802023, FREDERICK DAMASCENO DE SOUZA, 01400065104 / 0140051622023, GEFERSON FRANCISCO XAVIER, 05125531930 / 0140012672023, GELCIMAR DA SILVA E SILVA, 05710690583 / 0140029452023, GERCIGLEY SILVA MARTINS DE OLIVEIRA, 04430761502 / 0140086572023, GETULIO DOS SANTOS MONTEIRO, 02652479983 / 0140020362023, GEVANDRO RAMALHO IZIDIO, 04953919103 / 0140057342023, GIELSON DE SOUSA CALINSKI, 05007064802 / 0140014632023, GIGLIOLA MARIA RODRIGUES LOPES, 04214457070 / 0140009122023, GILVAN ONOFRE TESSINARI, 03764874708 / 0140009592023, GIOVANI ABREU LIMA, 06982824943 / 0140013262023, HAROLD CORREA HOY, 07913371001 / 0140005642023, HERNESTINO BISPO DOS SANTOS, 01912186178 / 0140026512023, HIANA CARIA TELES DE ANDRADE, 07183737892 / 0140013132023, HIANN AUGUSTO SENA DE OLIVEIRA, 06494888800 / 0140016772023, HIGOR LIMA BARBOSA, 07282570590 / 0140064402023, HUGO MENDES DE FARIAS, 06069124150 / 0140050262023, IAN AMORIM GARCIA SALDANHA, 07257474379 / 0140054462023, IARA BOMFIM CORREA, 06936358483 / 0140016242023, IASMINE FERNANDES MESSIAS, 05026064208 / 0140008192023, IDECAZIO AMORIM ANIBAL, 04980431492 / 0140052102023, IGOR MENEZES DE OLIVEIRA, 06706973476 / 0140012022023, ILAILDO NASCIMENTO DA SILVA, 03967990896 / 0140011072023, INES VALENTIM SERPA, 06120888074 / 0140054602023, ITALO AUGUSTO DA SILVA, 05532970283 / 0140012002023, ITALO HERBERT ARAUJO LOPES DE MELO, 01613767436 / 0140004702023, IZAIAS VICENTE DOS ANJOS, 02590951922 / 0140057262023, JAIR KAWA CORDEIRO DOS SANTOS, 07480039715 / 0140056272023, JAIRO DA COSTA MATTOS, 04521180797 / 0140006942023, JAIRO OLIVEIRA ALMEIDA, 05372113930 / 0140059032023, JAMES DE SOUZA XAVIER, 04200977300 / 0140058772023, JANDERLEI BORGES DE MATOS, 04416048692 / 0140026272023, JANILSON DE SOUZA ROCHA, 06644857960 / 0140007862023, JANISON DE OLIVEIRA SILVA, 05605095898 / 0140046772023, JANIVALDO CAVALCANTE DE OLIVEIRA, 02247313660 / 0140002102023, JARBES PEREIRA DE OLIVEIRA, 05237802449 / 0140005242023, JARDENE MARTINS DE AZEVEDO, 05560575416 / 0140005032023, JARDISSON MARTINS LIMA, 06379680394 / 0140026222023, JEAN DOS SANTOS GIRAO, 07379755084 / 0140004972023, JEFERSON SANTANA SOARES, 06543658124 / 0140059942023, JEFFERSON SANTOS DE ABREU, 06425130165 / 0140007172023, JERONIAS DE ARAUJO RODRIGUES, 01570497100 / 0140009112023, JERRY WHEBBER PINTO CAVALCANTE, 02933572148 / 0140060002023, JHONATAS DA SILVA MORAIS, 05067158580 / 0140011882023, JOAO DOUGLAS PASCOA FERNANDES, 07309442447 / 0140006452023, JOAO MARCOS CAVALCANTE MONTEIRO, 05987449785 / 0140026862023, JOAO PEDRO ARAUJO DE FREITAS, 07244460827 / 0140020162023, JOAO VICTOR OLIVEIRA LIMA, 05290432602 / 0140007802023, JOAQUIM SABINO DA COSTA NETO, 00792782929 / 0140001332023, JOEL DOS SANTOS FERREIRA, 04704842618 / 0140001652023, JOELSON DA SILVA SANTOS, 06318683810 / 0140016222023, JOSE ADENILSON FERNANDES DA SILVA, 04705886647 / 0140060172023, JOSE AUGUSTO DE ARRUDA SILVA, 04366462580 / 0140013092023, JOSE BRENO DE SOUZA COSTA, 07705275480 / 0140065742023, JOSE CARLOS FERREIRA LACERDA, 01863082772 / 0140006372023, JOSE CEZARIO CORREIA DE SALES, 06568465384 / 0140006842023, JOSE DANTAS DE LIMA, 03706356002 / 0140057632023, JOSE ERICO ESTEVAN FERREIRA, 05674054798 / 0140059472023, JOSE ERICO ESTEVAN FERREIRA, 05674054798 / 0140050582023, JOSE FERNANDO SILVA DE SOUZA, 03326968369 / 0140013822023, JOSE FRANCISCO BARRETO DE LIMA, 06451038818 / 0140009782023, JOSE FRANCISCO DE SOUZA MOREIRA, 06634929230 / 0140033722023, JOSE FRANCISCO VIANA SILVA, 05803934760 / 0140012872023, JOSE LUCAS SILVA DE ALBUQUERQUE, 07231161408 / 0140056352023, JOSE MARCILIO DE OLIVEIRA, 04839250978 / 0140004482023, JOSE MARIA DE BARROS, 01656984807 / 0140052302023, JOSE MAURO DE MACEDO SILVA, 05283259703 / 0140006422023, JOSE MAURO DE SOUZA FREITAS, 04908744304 / 0140003542023, JOSE RONIGLEISON COSTA MOURA, 05986510064 / 0140025832024, JOSE SANSO MUNIZ DE ALBUQUER-

QUE, 05743897912 / 0140005352023, JOSE VIRIATO DA SILVA, 03348890695 / 0140005632023, JOSE VIRIATO DA SILVA, 03348890695 / 0140020072023, JOSEAN BEZERRA DE OLIVEIRA, 01423823307 / 0140007632023, JUCELINO PALMA DE SOUZA, 04243597588 / 0140009472023, JULIANA ARAUJO DE SOUZA, 04873461505 / 0140033842023, KAIO AUGUSTO DA ROCHA FARIAS, 06763471550 / 0140012782023, KENNEDY MARINHO NEVES, 07031870774 / 0140006972023, LAURA ARAUJO MELO, 06761236139 / 0140019202023, LAURISNEIA DE FREITAS COSTA, 03660937073 / 0140052172023, LEANDRO CANDIDO DOS SANTOS, 05922341412 / 0140005342023, LEANDRO INACIO DE OLIVEIRA BARBOSA, 04200933100 / 0140031802023, LEANDRO OLIVEIRA ROCHA, 04939265510 / 0140059432023, LEILSON BEZERRA DE CASTRO, 07004450085 / 0140001072023, LEONARDO ESTEVAO DE CARVALHO, 05764540789 / 0140031572023, LIANE DA SILVA BARRETO, 06647786920 / 0140009742023, LUCIANO DE JESUS BORGES, 06826826420 / 0140005742023, LUCIANO SANTOS DA SILVA, 06337933190 / 0140030942023, LUIZ FERNANDO ALVES PESSOA, 06889747755 / 0140059392023, LUIZ HENRIQUE BALDUINO BARBARO, 05833827502 / 0140004962023, LUIZ PEDRO DA COSTA NETO, 04036738011 / 0140013802023, MAICON CUNHA DE SOUZA, 03485695320 / 0140031482023, MANOEL DE LIMAAPRIJO, 04884997467 / 0140008812023, MARCELO PENTEADO DUARTE, 00401532774 / 0140006402023, MARCIA PEREIRA FREITAS, 06833640527 / 0140025992023, MARCILIO MACIEL SEVERO, 05429990231 / 0140030172023, MARCILIO MACIEL SEVERO, 05429990231 / 0140033552023, MARCILIO MACIEL SEVERO, 05429990231 / 0140059082023, MARCIO ARRAES DA CRUZ, 03013421700 / 0140026912023, MARCIO PEREIRA DE AGUIAR, 07039140701 / 0140026722023, MARIA VANEIDA MENDES OLIVEIRA, 03905972965 / 0140029472023, MARIANE RODRIGUES DA SILVA, 06405302292 / 0140005022023, MARIJELSON DA SILVA BRILHANTE, 02035837376 / 0140005222023, MATHEUS LOPES DA SILVA BRAZ, 05676348079 / 0140021832023, MAURICELIO DA SILVA FURTADO, 05539869207 / 0140012032023, MAX MAIA DE OLIVEIRA MORAIS, 06546978678 / 0140001482023, MICHELSON FROTA BARBOSA, 03847814404 / 0140065792023, ODAIR SOUZA DA SILVA CARRARA, 03172560009 / 0140058192023, ODAMI DE SOUZA SILVA, 05081835671 / 0140006032023, OEDER MAGNER MOREIRA DOS SANTOS, 03377029699 / 0140060942023, OSAMILDO DA SILVA ALMEIDA, 02182006491 / 0140068972023, OSMAR MARLON DA COSTA GIRARDI, 05694251930 / 0140073582023, PAOLA DE BARROS BOTELHO, 02634308250 / 0140052202023, PAULO HENRIQUE DA COSTA MUNIZ, 04499954109 / 0140034132023, PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA, 05770245626 / 0140003612023, PAULO JAIME FERREIRA DE PAULA, 04177920815 / 0140014172023, PAULO MILTON BRAGA DE ARAUJO, 07629444701 / 0140018382023, PEDRO DE ALMEIDA, 01730482314 / 0140053602023, PEDRO HENRIQUE ROCHA NASCIMENTO, 06564461435 / 0140009302023, PEDRO VITAL DA CONCEICAO COSTA JUNIOR, 04440381900 / 0140004882023, RAFAEL COSTA DO NASCIMENTO, 05963920091 / 0140069152023, RAIMUNDA PRUDENCIO DAMASCENO, 03969966369 / 0140053422023, RAIMUNDO DE ARAUJO BARBOSA, 00293014392 / 0140026552023, RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA FILHO, 04651309844 / 0140018372023, RAIMUNDO NONATO DA SILVA DE AQUINO, 03303383588 / 0140024742023, RAIMUNDO NONATO GOMES DE LIMA, 03376349270 / 0140009752023, RAIMUNDO SOARES DA SILVA, 04777258003 / 0140033952023, RENAN FARIAS VASCONCELOS, 06623020799 / 0140056782023, RENAN KLEYSON ZAIRE IBANEZ, 00507522237 / 0140060072023, RICHARD DA SILVA SOARES, 03768844582 / 0140000732023, RICHARDSON LEAL FERNANDES, 03807454770 / 0140009522023, RIKYEL GEISON CAMPOS DE VASCONCELOS, 04479571142 / 0140000752023, ROBSON DA ROCHA NEGREIROS, 06840169037 / 0140001242023, ROBSON SILVA DE SOUZA, 06566202302 / 0140034632024, RODRIGO DE HOLANDA SANTIAGO, 04430763098 / 0140059282023, ROGERIO GOMES DINIZ, 04931566253 / 0140026052024, RONALEUDO NASCIMENTO DE ALMEIDA, 07008343053 / 0140083642023, SAMUEL SILVA DE SOUZA, 03706332299 / 0140029942023, SANDRELE FREIRE DA SILVA, 06923331070 / 0140001262023, SAUL STUART ALMEIDA MAIA, 04462762355 / 0140027612023, SEBASTIANA LUCAS DE LIMA, 06386800580 / 0140012482023, SEBASTIAO BRUNO PEREIRA DE ASSIS, 05883563500 / 0140004912023, TAISSON RODRIGO PINHEIRO DE OLIVEIRA, 06410079006 / 0140032302023, TARCISIO GOMES DO NASCIMENTO, 04318428932 / 0140028472023, TEODORO GOMES DE SOUZA, 03838864970 / 0140005552023, THEOBALDO COELHO DANTAS, 00346466880 / 0140064472023, THIAGO LUCENA DE PAULA AFONSO, 01640914224 / 0140055852023, TIAGO ALMEIDA BENVINDO, 03147551837 / 0140033582023, TIAGO OLIVEIRA GOMES, 07369168970 / 0140079002023, UDSON JONAS DE MOURA MIRANDA, 06874981309 / 0140017892023,

UERLEN COSTA DE OLIVEIRA, 07218553256 / 0140026712023, UILTON LIMA DOS SANTOS, 05053823963 / 0140008982023, VALDEMAR CORREIA DE QUEIROZ NETO, 02902225470 / 0140053692023, VALDER BEZERRA BESSA, 02774452742 / 0140020782023, VANDEILTON DA SILVA OLIVEIRA, 05806145429 / 0140058752023, VERONICA RODRIGUES CHUPINAGUA DA COSTA, 03653369711 / 0140009462023, VILSON RIBEIRO DA SILVA, 06190400481 / 0140005292023, VITOR LIMA DA SILVA, 07100615454 / 0140004632023, WANDERSON SOUZA DE PAULA, 05481038807 / 0140018952023, WELISON APARECIDO BERTOLDO DE LIMA, 07085565784.

Rio Branco/AC, 26 de fevereiro de 2025.

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC
Decreto nº 49 – P de 02/01/2023
DOE nº 13.444

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE – DETRAN/AC

NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 007/2025. O Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC, em conformidade com as competências estabelecidas na lei 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de Multa referente à infração de trânsito os proprietários dos veículos ou infratores dos veículos relacionados no edital correspondente, constante no sítio eletrônico www.detrac.ac.gov.br, na área de Consulta de Editais de Notificações constantes. O pagamento da multa poderá ser efetuado com desconto até o vencimento da multa, por oitenta por cento de seu valor. Poderá ser interposto RECURSO perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações, em até 30 dias a contar desta publicação, devendo apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou da notificação de atuação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador; c) procuração nos caso de representação, e se pessoa jurídica documento que comprove a representação; d) comprovante de endereço. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto. Rio Branco/AC, 26 de fevereiro de 2025

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ACRE – DETRAN/AC

NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 007/2025 – O Departamento Estadual de Trânsito do Acre – DETRAN/AC, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no edital correspondente, constante no sítio eletrônico www.detrac.ac.gov.br, na área de Consulta de Editais de Notificações, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 30 dias contados desta publicação para interpor Defesa Prévia junto ao DETRAN – AC, devendo apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou da notificação de atuação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador; c) procuração nos caso de representação, e se pessoa jurídica documento que comprove a representação. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto.

Rio Branco/AC, 26 de fevereiro de 2025

Taynara Martins Barbosa
Presidente do DETRAN/AC

IAPEN

Portaria IAPEN Nº 186, DE 24 DE fevereiro DE 2025

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 4, inciso XIX, da Lei 1.903 de 03 de agosto de 2007, e Decreto nº 7.561-P, de 05 de agosto de 2024,

CONSIDERANDO a importância da valorização e do reconhecimento profissional dos servidores do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre – IAPENAC;

CONSIDERANDO que elogio e agradecimento são expressões de aprovação e admiração e, em se tratando de gestão de pessoas, é um importante instrumento de incentivo à excelência profissional;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de se definir critérios para diferenciação entre elogios por bravura no cumprimento do dever, por ação altamente meritória e individual, visando nortear os agentes públicos com competência legal para elogiar e, ainda, com vistas a coibir a banalização do instituto do elogio em suas diferentes modalidades;

CONSIDERANDO a importância de reconhecer e valorizar os esforços e conquistas dos servidores públicos;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Menção Honrosa à Policial Penal Maria Willianete Josias da Silva, em reconhecimento ao seu desempenho excepcional na 7ª edição do Bopeano Blindado, promovida pelo Batalhão de Operações Especiais do Estado do Acre.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Materializar o reconhecimento e agradecimento a esses qualificados e competentes profissionais, elogio em questão;

Art. 4º – Determinar que o elogio e agradecimento, objeto deste ato, constem no assentamento funcional do referido profissional;

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;

DPC MARCOS FRANK COSTA E SILVA

Presidente – Iapen

Decreto nº 7.561-P, de 05 de agosto de 2024

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Portaria IAPEN Nº 188, DE 25 DE fevereiro DE 2025

Portaria IAPEN Nº 179, DE 21 DE fevereiro DE 2025

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das suas atribuições legais, e Decreto nº 7.561-P, de 05 de agosto de 2024, CONSIDERANDO objetivo de estabelecer diretrizes para a efetiva administração do acervo patrimonial de bens móveis do Estado do Acre, formular políticas públicas de gestão, normatizar e orientar os demais órgãos e entidades do poder executivo estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das normas de controle patrimonial e condução da gestão patrimonial no exercício financeiro de 2025; CONSIDERANDO a solicitação da Diretoria de Gestão Patrimonial, Logística, Documental e Arquivística – DIRPAP e Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Administração Pública;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0006.016660.00024/2025-31,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Anual Inventariante de Bens Móveis deste instituto, referente ao exercício de 2025, com o objetivo de realizar avaliação, reavaliação, baixa, registro, controle, carga e supervisão dos bens patrimoniais e almoxarifado no âmbito do IAPEN e Fundo Penitenciário do Estado do Acre, conforme abaixo relacionado:

I – Presidente da Comissão:

– Sergio Cardoso de Lima – matrícula 9583050-2

II – Membros da Comissão:

– Fredson Freire da Silva, matrícula 92637721 (Sede Administrativa do Iapen)

– Marcos Vinícius Lima de Souza, matrícula 9625534 (Sede Administrativa do Iapen)

– Jair de Paula Lira, matrícula 9268502-01 (Divisão de Estabelecimentos Penais Feminino RB)

– Manoel Freitas dos Santos Junior, matrícula 9161740-04 (Divisão de Estabelecimento Penais de Regime Fechado)

– Gleison Vidal Barros, matrícula 9275851-01 (Divisão de Estabelecimentos Penais de Recolhimento Provisório e Semiaberto)

– Johnnie da Rocha Araújo, matrícula 9291561-01 (divisão de estabelecimento penais de segurança máxima e de regime disciplinar diferenciado)

– Arthur de Jesus Nascimento da Silva, matrícula nº: 9268081-01 (Divisão de Estabelecimentos Penais de Senador Guiomard)

– Ronaldo Silva da Conceição, matrícula 9281592-02 (Divisão de Estabelecimentos Penais de Cruzeiro do Sul)

– José Souza da Costa, matrícula 9115927 (Divisão de Estabelecimentos Penais de Tarauacá)

– Rudson de Araújo Nogueira, matrícula nº: 9113886-6 (Divisão de Estabelecimentos Penais de Sena Madureira)

– Silvio Lima da Silva, matrícula: 9117229-03 (Divisão Penitenciária de Operações Especiais);

– Leandro Evangelista Simões, matrícula: 9336923-01 (Divisão do Serviço de Operações e Escoltas);

– Armando Lima Moraes, matrícula: 9187987-03 (Divisão de Monitoramento Eletrônico)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria IAPEN Nº 1285, de 07 de novembro de 2024.

DPC MARCOS FRANK COSTA E SILVA

Presidente – Iapen

Decreto nº 7.561-P, de 05 de agosto de 2024

Portaria IAPEN Nº 190, DE 25 DE fevereiro DE 2025

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 6º da Lei nº 1.908, de 31 de julho de 2007, em seus incisos I, VI, XIX e pelo Decreto nº 7.561-P, de 05 de agosto de 2024, publicado no DOE nº 13.834, de 07 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor Alexandre Nascimento de Souza, Matrícula 9331859-01, para responder pelo Departamento de Modernização, Tecnologia da Informação e Comunicação, no período de 06/03/2025 a 20/03/2025, durante as férias do titular da pasta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, com efeitos a contar do dia 06 de março de 2025.

Registre-se, e

Publique-se, e

Cumpra-se.

Marcos Frank Costa e Silva

Presidente do Iapen/AC

Decreto nº. 7.561-P, de 05/08/2024

TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2025/IAPEN
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 7.561-P, de 5 de agosto de 2024:

RESOLVE:

Reconhecer e Ratificar, nos termos do art. 74, inciso III da Lei n. 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 11.363/2023, amparado pelo Parecer – ASSJUR (0014148923), Declaração de Conformidade (0014168796), por inexigibilidade, para contratação de empresa para realizar curso de Gestão Patrimonial Pública Efetiva: Procedimentos para o Gerenciamento do Patrimônio, Material e Almoxarifado, para o Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, conforme as especificações constantes no estudo técnico preliminar e termo de referência, em favor da empresa: Esafi – Escola de Administração e Treinamento Ltda, CNPJ: 335.963.479/0001-46, com o valor de R\$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais).

A despesa decorrente deste termo correrá à conta do Programa de Trabalho: 06.122.2286.2130.0000 e Elemento de Despesa: 33 90 39 00. Fonte de Recurso: 1.500.0100. A referida despesa está adequada à Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e ao Orçamento – Programa do Exercício de 2025, está incluída no Plano Plurianual 2024/2027, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do corrente ano.

Publique-se.

DPC Marcos Frank Costa e Silva

Presidente do IAPEN/AC

Decreto nº 7.561-P, de 5 de agosto de 2024

IDAF

Portaria IDAF Nº 129, DE 25 DE fevereiro DE 2025

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ACRE – IDAF, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 48-P de 2 de janeiro de 2023, publicado no D. O. E. Nº 13.444 de 3 de janeiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e regulamentares.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais dos contratos nº 04/2025 celebrado entre O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL – IDAF, e a Empresa AZ COMÉRCIO, SERV. E REP. IMP. EXP. LTDA, assinado no dia 25/02/2025, tendo como objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de manutenção predial e reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização em prédio e logradouros públicos, conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, sem desoneração, ou outras

tabelas oficiais, que possuam natureza padronizável e pouco complexa, conforme processo SEI nº 0052.013538.00005/2024-50.

I – Gestor Titular: Andressa Souza da Silva – Matrícula: 9584587

II – Gestor Substituto: Ana Carolina Ferreira de Holanda – Matrícula: 9573844

III – Fiscal Titular: Antônio Joaquim Neto – Matrícula: 334855

IV – Fiscal Substituto: Francisco Emerson Araújo da Silva – Matrícula: 9631810

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP; e

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais à verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Dê-se ciência e cumpra-se.

José Francisco Thum
Presidente – IDAF
Decreto nº 48-P – DOE nº 13.444/2023

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 04/2025
PROCESSO Nº: 0052.013538.00005/2024-50
PARTES: TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL – IDAF E A EMPRESA AZ CO-MÉRCIO, SERV. E REP. IMP. EXP. LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de manutenção predial e reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização em prédio e logradouros públicos, conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, sem desoneração, ou outras tabelas oficiais, que possuam natureza padronizável e pouco complexa, como dispostos nos itens a seguir:

1.2. Objeto da contratação

item	Municípios	Unid.	SINAPI Referênci	Valor para os Serviços R\$	Percentual de Desconto ofertado ao IDAF sobre a tabela SINAPI
1	Rio Branco, Bujari, Porto Acre e Senador Guiomard, Plácido de Castro e Acrelândia, Capixaba e Xapuri, Epitaciolândia, Assis Brasil e Brasília, Manoel Urbano, Santa Rosa e Sena Madureira, Feijó, Jordão e Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	UN	ACRE	R\$ 2.043.192,10	25,00%
VALOR TOTAL R\$ 2.043.192,10					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência;

1.5. O Edital da Licitação;

1.6. A Proposta do contratado;

1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 2.043.192,10 (Dois Milhões Quarenta e Três Mil Cento e Noventa e Dois Reais e Dez Centavos)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. I. Gestão/Unidade:753/207

13.1.2. II. Fonte de Recursos:15010700

13.1.3. III. Programa de Trabalho: 1073 0000

13.1.4. IV. Elemento de Despesa: 33.90.39.00

13.1.5. VI. Nota de Empenho: 7532070098/2025

LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Rio Branco/Acre, 25 de Fevereiro de 2025.

ASSINAM: JOSÉ FRANCISCO THUM, CONTRATANTE
SÓSTENIS DA SILVA TAUMATURGO, CONTRATADA

AVISO Nº 6/2025/IDAF – DICC

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO SEI Nº 0052.007848.00004/2025-53

PREÂMBULO

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.509.035/0001-74, com sede na Rodovia AC 040, 1054, – Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, na cidade de Rio Branco – AC, torna público a intenção de realizar licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a Aquisição de material de expediente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Para atender as necessidades deste Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ALFINETE PARA MAPA E MURAL, COMPRIMENTO DE 1,8 CM, COM CABEÇA ESFÉRICA DE 5 MM, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	30	39	R\$	R\$
02	ALFINETE DE SEGURANÇA, NA COR DOURADA, COMPOSIÇÃO DE METAL. CX. COM 100 UNIDADES.	CX	50	65	R\$	R\$
03	ALMOFADA PARA CARIMBO, TAMANHO Nº 3 N, NA COR AZUL	PCT	60	78	R\$	R\$
04	ANOTE E COLE, BLOCO DE NOTAS ADESIVAS, "POST-IT", TAMANHO 76MM X 76MM, 450 FOLHAS. BLOCO COLORIDO DIVIDIDO 100 FOLHAS DE CADA COR. CORES VARIADAS NEON.	BLC	70	91	R\$	R\$
05	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, COM DEPÓSITO PARA 2 MARCADORES, APROXIMADAMENTE 15CM X 6CM X 5CM (COMP X LARG X ALTURA), COM VARIAÇÃO DE 5CM.	UND	20	26	R\$	R\$
06	APONTADOR DE LÁPIS EM METAL, COM LÂMINAS DE AÇO PEQUENO SEM COLETOR.	UN	100	130	R\$	R\$
07	BLOCO PARA FLIP CHART, SERRILHADO, 64 X 88CM, 50 FOLHAS, 630X800.	BLC	10	13	R\$	R\$
08	BORRACHA BRANCA, PLÁSTICA, FABRICADA À BASE DE PVC, APROVADA PELO INMETRO, MEDINDO 42X21X11 MM COM CAPA PROTETORA ERGOMÉTRICA DE 28 MM. CAIXA COM 40 UNIDADES.	CX	06	8	R\$	R\$
09	BLOCO DE ANOTAÇÕES, 38X51MM, 50 FOLHAS – PCT. COM 4 BLOCOS. CORES VARIADAS .	BLC	150	195	R\$	R\$
10	BLOCO DE ANOTAÇÃO PAUTADO, 50 FOLHAS, CAPA FLEXÍVEL, 140MM X 200MM (COM VARIAÇÃO DE 0,10MM).	BLC	150	195	R\$	R\$
11	CALCULADORA DE MESA GRANDE, 12 DÍGITOS, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, TAMANHO 18X15CM, VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO, CORREÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	UN	50	65	R\$	R\$
12	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA (POLIPROPILENO CORRUGADO), NAS CORES AZUL, AMARELA, VERMELHA, VERDE, CINZA E PRETA. DIMENSÕES APROXIMADAS 360X245X133MM (COM VARIAÇÃO DE + – 10MM).	UN	200	260	R\$	R\$
13	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, CORPO CRISTAL HEXAGONAL, PONTA MÉDIA 1,0MM, TAMPÃO E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPÃO VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	70	91	R\$	R\$
14	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR VERMELHA, CORPO CRISTAL HEXAGONAL, PONTA MÉDIA 1,0MM, TAMPÃO E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPÃO VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	03	04	R\$	R\$
15	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR PRETA, CORPO CRISTAL HEXAGONAL, PONTA MÉDIA 1,0MM, TAMPÃO E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPÃO VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	03	04	R\$	R\$
16	CLIPS PARA PAPEL 4/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E EMBALADO COM SACHÊ PLÁSTICO INVOLÁVEL, ANTI FERRUGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	100	130	R\$	R\$
17	CLIPS PARA PAPEL 8/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E EMBALADO COM SACHÊ PLÁSTICO INVOLÁVEL, ANTI FERRUGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	100	130	R\$	R\$
18	CLIPS PARA PAPEL 2/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E EMBALADO COM SACHÊ PLÁSTICO INVOLÁVEL, ANTI FERRUGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	100	130	R\$	R\$
19	COLA EM BASTÃO BRANCA 40G, BASE OBRIGATÓRIA, NÃO TÓXICA, PARA COLAR PAPEL, CARTOLINA, FOTO, SELO, TECIDO, TUBO COM 40G, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. CX. C/ 10 UNIDADES.	CX	06	08	R\$	R\$
20	COLA BRANCA LÍQUIDA, EMBALAGEM DE PLÁSTICO, APROVADA PELO INMETRO. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 40G CADA.	CX	05	07	R\$	R\$
21	COLCHETE FIXAÇÃO, AÇO LATONADO, Nº 10, CX COM 72 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
22	COLCHETE FIXAÇÃO, AÇO, LATONADO, Nº 14, CX COM 72 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
23	COLCHETE FIXAÇÃO, AÇO, LATONADO, Nº 15, CX COM 72 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
24	CARTOLINA DE PAPELARIA; NA COR BRANCA, PESANDO 140G/M, MEDINDO 50 X 66CM.	UN	50	65	R\$	R\$
25	CORRETIVO LÍQUIDO – (VEÍCULO AQUOSO, COM DISPERSANTES E DIÓXIDO DE TITÂNIO), ATÓXICO, A BASE DE ÁGUA, 18 MM, FABRICAÇÃO NACIONAL E APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 6 UNIDADES	CX	05	07	R\$	R\$
26	ESTILETE PROFISSIONAL LARGO, CORPO PLÁSTICO, COM TRAVA GIRATÓRIA, LÂMINA DE 18MM.	UN	70	91	R\$	R\$
27	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA, GALVANIZADO.	UN	50	65	R\$	R\$
28	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS PARA IMPRESSORA INK-JET E LAZER; FORMATO A4 E CARTAS ; TAMANHO 99, 1MMX38,1MM; PACOTES CONTENDO 25 FOLHAS; CADA UMA COM 14 ETIQUETAS.	PCT	50	65	R\$	R\$
29	ENVELOPE DE PAPELARIA; SACO GRANDE; TAMANHO 310X410MM, COR AMARELO, CAIXA COM 250 UNIDADES	CX	06	08	R\$	R\$
30	ENVELOPE DE PAPELARIA; SACO MÉDIO, TAMANHO 260X360MM, NA COR AMARELO, CAIXA COM 250 UNIDADES	CX	08	11	R\$	R\$
31	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 45MM X 50M. PCT. C/ 4 UNIDADES.	PCT	70	91	R\$	R\$
32	FITA ADESIVA DUPLA FACE TRANSPARENTE, 12MM X 30M, PCT. COM 10 UNIDADES.	PCT	03	4	R\$	R\$
33	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO, 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES.	CX	70	91	R\$	R\$

34	GRAMPEADOR GRANDE COM CAPACIDADE PARA ATÉ 50 FOLHAS, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA. TIPOS DE GRAMPO 26/6	UN	70	91	R\$	R\$
35	LAPIS DE COR, CAIXA COM 12 CORES, TAMANHO PEQUENO	CX	20	26	R\$	R\$
36	LÁPIS PRETO, Nº. 2, CAIXA COM 144 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
37	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVA, MODELO 05 FLAGS, FORMATO SETA, CORES VARIADAS, MEDIDA 44X12MM. PCT. C/ 125 UNIDADES	PCT	100	130	R\$	R\$
38	ORGANIZADOR PARA MESA, COM 3 PRATILEIRAS, NA COR FUMÊ OU TRANSPARENTE.	UN	60	39	R\$	R\$
39	ORGANIZADOR DE MESA, 3 COMPARTIMENTOS (CANETA, LEMBRETE, CLIPS) DESIGNER MODERNO, EM ACRÍLICO, NA COR PRETA, FUMÊ OU TRANSPARENTE	UN	50	65	R\$	R\$
40	PAPEL CASCA DE OVO, 180G, A4, NA COR BRANCA. PCT. 50 FOLHAS.	PCT	50	65	R\$	R\$
41	PAPEL LINHO, 180G, A4, NA COR SALMÃO, PCT. 50 FOLHAS.	PCT	20	26	R\$	R\$
42	PASTA SUSPensa EM POLIPROPILENO, COM ESPESSURA 0,55MM; TAMANHO OFÍCIO 23,5 X 36 CM; ARTES EM PLÁSTICO; POSTURA DE METAL; PRENDEDORES INTERNOS DE PLÁSTICO; VISOR EM ACETATO E ETIQUETAS BANCA; CORES VARIADAS. ABA ELÁSTICO.	UN	1.000	1.300	R\$	R\$
43	PASTA A – Z, LOMBO LARGO, – CAPA DURA PLASTIFICADA COM FERRAGEM ANTI FERRUGEM (INOXIDÁVEL), COR PRETA.	UN	200	260	R\$	R\$
44	PASTA PARA DOCUMENTO COM GRAMPO TRILHO, EM POLIPROPILENO; MEDINDO 0 X 231 X 335MM.COM ELÁSTICO TAMANHO OFÍCIO. CORES VARIADAS.PCT COM 10 UNIDADES.	PCT	200	260	R\$	R\$
45	PASTA EM L PLÁSTICA, A4, TRANSPARENTE OU FUMÊ, PCT. C/ 10 UNIDADES.	PCT	50	65	R\$	R\$
46	PASTAS PARA DOCUMENTO COM ABA E ELÁSTICO, EM POLIPROPILENO; TAMANHO OFÍCIO, COR VARIADAS.	UND	1.000	1.300	R\$	R\$
47	PASTA COM ABA E ELÁSTICO; CORES VARIADAS; TAM. APROX. 235 X 325MM.	UND	500	650	R\$	R\$
48	PRANCHETA OFÍCIO, COM PRENDEDOR METÁLICO, MATERIAL INJETADO EM POLIESTIRENO. COR PRETA, FUMÊ OU TRANSPARENTE.	UN	100	130	R\$	R\$
49	PERFURADOR MÉDIO PARA PAPEL, METÁLICO, 2 FUROS, CAPACIDADE PARA PERFURAR 25 FOLHAS, PAPEL 75G/M.	UN	70	91	R\$	R\$
50	RÉGUA EM PLÁSTICO 50 CM, – 50 CM DE POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, COM IMPRESSÃO. DE GRADUAÇÃO, LEGÍVEL SEM FALHAS EM MILÍMETROS, SEM DEFORMIDADE OU REBARBAS A FIM DE PROPORCIONAR UM TRAÇADO RETILÍNEO PERFEITO.	UN	50	65	R\$	R\$
51	RÉGUA-30 CENTÍMETROS DE POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, COM IMPRESSÃO, DE GRADUAÇÃO, LEGÍVEL SEM FALHA EM MILÍMETROS E CENTÍMETROS, SEM DEFORMIDADES OU REBARBAS A FIM DE PROPORCIONAR UM TRAÇADO RETILÍNEO PERFEITO.	UN	100	130	R\$	R\$
52	TINTA PARA CARIMBO, TINTA A BASE DE RESINAS, ÁGUA, GLICÓIS E CORANTES. COR PRETO 40ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	05	07	R\$	R\$
53	TESOURA GRANDE 21 CM, TESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL, SUPERFÍCIE DE PEGA EM PLÁSTICO RÍGIDO.	UN	06	08	R\$	R\$
54	TINTA PARA CARIMBO, TINTA A BASE DE RESINAS, ÁGUA, GLICÓIS E CORANTES. COR AZUL 40ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	30	39	R\$	R\$
55	PILHAS AA; PACOTE CONTENDO 2 UNIDADES	PCT	80	104	R\$	R\$
56	PILHAS AAA; PACOTE CONTENDO 2 UNIDADES	PCT	80	104	R\$	R\$
57	GRAMPEADOR GRANDE COM CAPACIDADE PARA ATÉ 30 FOLHAS, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA. TIPOS DE GRAMPO 26/6	UN	90	117	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$						

DA MANIFESTAÇÃO O Prazo para manifestar interesse será de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital. Os interessados deverão encaminhar os documentos descritos no item 4 deste Edital por meio de processo administrativo, via Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Em observância aos princípios da celeridade, eficácia e eficiência, não serão aceitas as inclusões de novos itens que não os previstos pelo gerenciador. DOS DOCUMENTOS Os órgãos interessados em participar do Registro de Preço deverão enviar conforme o item 3 do presente Edital os seguintes documentos: Solicitação de Despesa com a especificação do objeto, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar, com justificativas da sua necessidade; Estimativa de consumo; Local de entrega; Cronograma de contratação, quando couber. DISPOSIÇÕES GERAIS Em observância ao art. 306, § 5º, do Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, as empresas públicas e as sociedades de economia mista do Estado de Acre, bem como suas respectivas subsidiárias, poderão ser admitidas como participantes das atas de registro de preços, desde que manifestem interesse em IRP, e renunciem expressamente ao regime jurídico contratual de direito privado.

José Francisco Thum
Presidente – IDAF
Decreto nº 48-P – DOE nº 13.444/2023

AVISO Nº 12/2025/IDAF – DICC-IDAF
O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE – IDAF, inscrita no CNPJ (MF): 05.509.035/0001-74, sediada na Rodovia AC-40 Nº 1054 KM 05 – Loteamento Santa Helena, Rio Branco – AC, 69908-640, nesse ato representada pelo seu presidente, Sr. JOSÉ FRANCISCO THUM, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto Estadual nº 48 – P, de 1º de janeiro de 2023, publicado no DOE nº 13.444, de 02/01/2023, no uso de suas atribuições legais, em observância aos princípios basilares que regem o processo licitatório consignado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade;
RESOLVE:
Art. 1º Tornar público o interesse em realizar o convite para a apresentação de propostas de preços através do Pregão Eletrônico para Registro de Preço, referente ao objeto deste anexo.
Art. 2º Os interessados em participar do processo deverão apresentar suas propostas, preenchida conforme modelo abaixo, ao e-mail: divlic.idaf@gmail.com no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.
Art. 3º Os interessados poderão solicitar o formulário de coleta, relação de documentos para habilitação ou cópia do Termo de Referência Nº 11/2025/IDAF por meio do e-mail acima citado com o assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS referente ao SEI Nº 0052.007848.00004/2025-53.

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	
Endereço:	CEP:
Cidade/UF:	
Telefones:	
E-mail:	

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a Aquisição de material de expediente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. para atender as necessidades deste Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALFINETE PARA MAPA E MURAL, COMPRIMENTO DE 1,8 CM, COM CABEÇA ESFÉRICA DE 5 MM, CORES DIVERSAS, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	30	39	R\$	R\$
2	ALFINETE DE SEGURANÇA, NA COR DOURADA, COMPOSIÇÃO DE METAL. CX. COM 100 UNIDADES.	CX	50	65	R\$	R\$
3	ALMOFADA PARA CARIMBO, TAMANHO Nº 3 N, NA COR AZUL	PCT	60	78	R\$	R\$
4	ANOTE E COLE, BLOCO DE NOTAS ADESIVAS, "POST-IT", TAMANHO 76MM X 76MM, 450 FOLHAS. BLOCO COLORIDO DIVIDIDO 100 FOLHAS DE CADA COR. CORES VARIADAS NEON.	BLC	70	91	R\$	R\$
5	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, COM DEPÓSITO PARA 2 MARCADORES, APROXIMADAMENTE 15CM X 6CM X 5CM (COMP X LARG X ALTURA), COM VARIAÇÃO DE 5CM.	UND	20	26	R\$	R\$
6	APONTADOR DE LÁPIS EM METAL, COM LÂMINAS DE AÇO PEQUENO SEM COLETOR.	UN	100	130	R\$	R\$
7	BLOCO PARA FLIP CHART, SERRILHADO, 64 X 88CM, 50 FOLHAS, 630X800.	BLC	10	13	R\$	R\$
8	BORRACHA BRANCA, PLÁSTICA, FABRICADA À BASE DE PVC, APROVADA PELO INMETRO, MEDINDO 42X21X11 MM COM CAPA PROTETORA ERGOMÉTRICA DE 28 MM. CAIXA COM 40 UNIDADES.	CX	6	8	R\$	R\$
9	BLOCO DE ANOTAÇÕES, 38X51MM, 50 FOLHAS – PCT. COM 4 BLOCOS. CORES VARIADAS.	BLC	150	195	R\$	R\$
10	BLOCO DE ANOTAÇÃO PAUTADO, 50 FOLHAS, CAPA FLEXÍVEL, 140MM X 200MM (COM VARIAÇÃO DE 0,10MM).	BLC	150	195	R\$	R\$
11	CALCULADORA DE MESA GRANDE, 12 DÍGITOS, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, TAMANHO 18X15CM, VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO, CORREÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	UN	50	65	R\$	R\$
12	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM POLIONDA (POLIPROPILENO CORRUGADO), NAS CORES AZUL, AMARELA, VERMELHA, VERDE, CINZA E PRETA. DIMENSÕES APROXIMADAS 360X245X133MM (COM VARIAÇÃO DE + – 10MM).	UN	200	260	R\$	R\$
13	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, CORPO CRISTAL HEXAGONAL, PONTA MÉDIA 1,0MM, TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	70	91	R\$	R\$
14	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR VERMELHA, CORPO CRISTAL HEXAGONAL, PONTA MÉDIA 1,0MM, TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	3	4	R\$	R\$
15	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR PRETA, CORPO CRISTAL HEXAGONAL, PONTA MÉDIA 1,0MM, TAMP A E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMP A VENTILADA EM CONFORMIDADE COM PADRÃO ISO, BOLA DE TUNGSTÊNIO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	3	4	R\$	R\$
16	CLIPS PARA PAPEL 4/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E EMBALADO COM SACHÊ PLÁSTICO INVOLÁVEL, ANTI FERRUGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	100	130	R\$	R\$
17	CLIPS PARA PAPEL 8/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E EMBALADO COM SACHÊ PLÁSTICO INVOLÁVEL, ANTI FERRUGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	100	130	R\$	R\$
18	CLIPS PARA PAPEL 2/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E EMBALADO COM SACHÊ PLÁSTICO INVOLÁVEL, ANTI FERRUGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	100	130	R\$	R\$
19	COLA EM BASTÃO BRANCA 40G, BASE OBRIGATÓRIA, NÃO TÓXICA, PARA COLAR PAPEL, CARTOLINA, FOTO, SELO, TECIDO, TUBO COM 40G, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. CX. C/ 10 UNIDADES.	CX	6	8	R\$	R\$
20	COLA BRANCA LÍQUIDA, EMBALAGEM DE PLÁSTICO, APROVADA PELO INMETRO. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 40G CADA.	CX	5	7	R\$	R\$
21	COLCHETE FIXAÇÃO, AÇO LATONADO, Nº 10, CX COM 72 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
22	COLCHETE FIXAÇÃO, AÇO, LATONADO, Nº 14, CX COM 72 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
23	COLCHETE FIXAÇÃO, AÇO, LATONADO, Nº 15, CX COM 72 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
24	CARTOLINA DE PAPELARIA; NA COR BRANCA, PESANDO 140G/M, MEDINDO 50 X 66,CM.	UN	50	65	R\$	R\$
25	CORRETIVO LÍQUIDO – (VEÍCULO AQUOSO, COM DISPERSANTES E DÍÓXIDO DE TITÂNIO), ATÓXICO, A BASE DE ÁGUA, 18 MM, FABRICAÇÃO NACIONAL E APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 6 UNIDADES	CX	5	7	R\$	R\$
26	ESTILETE PROFISSIONAL LARGO, CORPO PLÁSTICO, COM TRAVA GIRATÓRIA, LÂMINA DE 18MM.	UN	70	91	R\$	R\$
27	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA, GALVANIZADO.	UN	50	65	R\$	R\$
28	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS PARA IMPRESSORA INK-JET E LAZER; FORMATO A4 E CARTAS ; TAMANHO 99, 1MMX38,1MM; PACOTES CONTENDO 25 FOLHAS; CADA UMA COM 14 ETIQUETAS.	PCT	50	65	R\$	R\$
29	ENVELOPE DE PAPELARIA; SACO GRANDE; TAMANHO 310X410MM, COR AMARELO, CAIXA COM 250 UNIDADES	CX	6	8	R\$	R\$
30	ENVELOPE DE PAPELARIA; SACO MÉDIO, TAMANHO 260X360MM, NA COR AMARELO, CAIXA COM 250 UNIDADES	CX	8	11	R\$	R\$
31	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 45MM X 50M. PCT. C/ 4 UNIDADES.	PCT	70	91	R\$	R\$
32	FITA ADESIVA DUPLA FACE TRANSPARENTE, 12MM X 30M, PCT. COM 10 UNIDADES.	PCT	3	4	R\$	R\$
33	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO, 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES.	CX	70	91	R\$	R\$
34	GRAMPEADOR GRANDE COM CAPACIDADE PARA ATÉ 50 FOLHAS, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA. TIPOS DE GRAMPO 26/6	UN	70	91	R\$	R\$
35	LÁPIS DE COR, CAIXA COM 12 CORES, TAMANHO PEQUENO	CX	20	26	R\$	R\$
36	LÁPIS PRETO, Nº. 2, CAIXA COM 144 UNIDADES.	CX	15	20	R\$	R\$
37	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVA, MODELO 05 FLAGS, FORMATO SETA, CORES VARIADAS, MEDIDA 44X12MM. PCT. C/ 125 UNIDADES	PCT	100	130	R\$	R\$
38	ORGANIZADOR PARA MESA, COM 3 PRATILEIRAS, NA COR FUMÊ OU TRANSPARENTE.	UN	60	39	R\$	R\$
39	ORGANIZADOR DE MESA, 3 COMPARTIMENTOS (CANETA, LEMBRETE, CLIPS) DESIGNER MODERNO, EM ACRÍLICO, NA COR PRETA, FUMÊ OU TRANSPARENTE	UN	50	65	R\$	R\$
40	PAPEL CASCA DE OVO, 180G, A4, NA COR BRANCA. PCT. 50 FOLHAS.	PCT	50	65	R\$	R\$

41	PAPEL LINHO, 180G, A4, NA COR SALMÃO, PCT. 50 FOLHAS.	PCT	20	26	R\$	R\$
42	PASTA SUSPENSA EM POLIPROPILENO, COM ESPESSURA 0,55MM; TAMANHO OFÍCIO 23,5 X 36 CM; ARTES EM PLÁSTICO; POSTURA DE METAL; PRENEDORES INTERNOS DE PLÁSTICO; VISOR EM ACETATO E ETIQUETAS BANCA; CORES VARIADAS. ABA ELÁSTICO.	UN	1.000	1.300	R\$	R\$
43	PASTA A – Z, LOMBO LARGO, – CAPA DURA PLASTIFICADA COM FERRAGEM ANTI FERRUGEM (INOXIDÁVEL), COR PRETA.	UN	200	260	R\$	R\$
44	PASTA PARA DOCUMENTO COM GRAMPO TRILHO, EM POLIPROPILENO; MEDINDO 0 X 231 X 335MM.COM ELÁSTICO TAMANHO OFÍCIO. CORES VARIADAS.PCT COM 10 UNIDADES.	PCT	200	260	R\$	R\$
45	PASTA EM L PLÁSTICA, A4, TRANSPARENTE OU FUMÊ, PCT. C/ 10 UNIDADES.	PCT	50	65	R\$	R\$
46	PASTAS PARA DOCUMENTO COM ABA E ELÁSTICO, EM POLIPROPILENO; TAMANHO OFÍCIO, COR VARIADAS.	UND	1.000	1.300	R\$	R\$
47	PASTA COM ABA E ELASTICO; CORES VARIADAS; TAM. APROX. 235 X 325MM.	UND	500	650	R\$	R\$
48	PRANCHETA OFÍCIO, COM PRENDEDOR METÁLICO, MATERIAL INJETADO EM POLIESTIRENO. COR PRETA, FUMÊ OU TRANSPARENTE.	UN	100	130	R\$	R\$
49	PERFURADOR MÉDIO PARA PAPEL, METÁLICO, 2 FUROS, CAPACIDADE PARA PERFURAR 25 FOLHAS, PAPEL 75G/M.	UN	70	91	R\$	R\$
50	RÉGUA EM PLÁSTICO 50 CM, – 50 CM DE POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, COM IMPRESSÃO. DE GRADUAÇÃO, LEGÍVEL SEM FALHAS EM MILÍMETROS, SEM DEFORMIDADE OU REBARBAS A FIM DE PROPORCIONAR UM TRAÇADO RETILÍNEO PERFEITO.	UN	50	65	R\$	R\$
51	RÉGUA-30 CENTÍMETROS DE POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, COM IMPRESSÃO, DE GRADUAÇÃO, LEGÍVEL SEM FALHA EM MILÍMETROS E CENTÍMETROS, SEM DEFORMIDADES OU REBARBAS A FIM DE PROPORCIONAR UM TRAÇADO RETILÍNEO PERFEITO.	UN	100	130	R\$	R\$
52	TINTA PARA CARIMBO, TINTA A BASE DE RESINAS, ÁGUA, GLICÓIS E CORANTES. COR PRETO 40ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	5	7	R\$	R\$
53	TESOURA GRANDE 21 CM, TESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL, SUPERFÍCIE DE PEGA EM PLÁSTICO RÍGIDO.	UN	6	8	R\$	R\$
54	TINTA PARA CARIMBO, TINTA A BASE DE RESINAS, ÁGUA, GLICÓIS E CORANTES. COR AZUL 40ML, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CX	30	39	R\$	R\$
55	PILHAS AA; PACOTE CONTENDO 2 UNIDADES	PCT	80	104	R\$	R\$
56	PILHAS AAA; PACOTE CONTENDO 2 UNIDADES	PCT	80	104	R\$	R\$
57	GRAMPEADOR GRANDE COM CAPACIDADE PARA ATÉ 30 FOLHAS, ESTRUTURA METÁLICA, BASE DE BORRACHA. TIPOS DE GRAMPO 26/6	UN	90	117	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$						

Condições Especiais: Conforme condições e exigências estabelecidas no TDR e seus anexos; No valor global da proposta apresentada, deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS pertinentes à execução do objeto. Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço Tipo de licitação: Menor Preço por Item. Validade da Proposta: 90 (noventa) dias. Assinatura do responsável pela contratação com carimbo.

José Francisco Thum
Presidente – IDAF
Decreto nº 48-P – DOE nº 13.444/2023

IEPTEC

ESTADO DO ACRE
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC
GABINETE DO PRESIDENTE

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO
CONTRATO IEPTEC Nº 19/2023
PROCESSO SEI Nº 2817.013001.00057/2023-01
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2022
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 359/2022.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº 19/2023, que tem por objeto a contratação da empresa para fornecimento de refeições e alimentação, destinados a atender as necessidades do Instituto de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC, conforme o disposto no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº. 359/2022.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de nutrição e alimentação; refeição preparada servida com composição mínima de 700 gramas, pratos variados de 1ª qualidade, tipo self-service, acompanhada de 01 (um) refrigerante (variado) copo com capacidade de 300 ml.	UND	8.000	55,00	440.000,00
2	Refeição pronta almoço; marmitex; com o cardápio mínimo e peso de: 800g e 900g; com pratos/ cardápio variados, acompanhada de água mineral, suco ou refrigerante.	UND	8.000	25,00	200.000,00
3	Refeição pronta jantar; marmitex; com o cardápio mínimo e peso de: com o cardápio mínimo e peso de: 800g e 900g; com pratos/cardápio variados, acompanhada de água mineral, suco ou refrigerante.	UND	8.000	25,00	200.000,00
VALOR TOTAL (R\$)					840.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
O prazo contratual fica prorrogado em 12 (doze) meses, a contar de 17/05/2025 a 16/05/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes da contratação objeto da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados nas seguintes Dotações Orçamentárias:
Programa de Trabalho: 717.212.1024.0000/717.212.1026.0000/717.212. 2082.0000
Natureza da Despesa: 33.90.39.00
Fonte de Recursos: 1.500.0100/1.570.0200/1.501.0700/2.501.0700.
As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato correrão por conta do Orçamento Geral do Estado, para o exercício do ano de 2025.
CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor anual (12 meses) do presente contrato é de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais).

Rio Branco – AC, 20 de fevereiro de 2025.

Assinam Atnilson Lima dos Santos, Presidente em exercício do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC e Ivanilde Rodrigues Lima de Oliveira, pela empresa Ivanilde Rodrigues Lima de Oliveira (Hotel Loureiro).

IMC

PORTARIA IMC Nº 18, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n.º 8.164-P/2024, de 18 de outubro de 2024; CONSIDERANDO o Decreto n.º 11.324, de 06 de setembro de 2023, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC; CONSIDERANDO a Lei Estadual n.º 3.884, de 17 de dezembro de 2021, que estabelece normas gerais e fundamentos referentes à política de gestão patrimonial dos bens móveis do Poder Executivo; CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 11.265, de 22 de junho de 2023, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na realização do inventário anual e regularização dos bens móveis pertencentes ao Poder Executivo do Estado do Acre; CONSIDERANDO o Ofício-Circular n.º 49/2025/SEAD (0014199204) que solicita que seja constituída a Comissão de Inventário e Avaliação no âmbito do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC. CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo SEI nº 0006.016660.00024/2025-31;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Estado do Acre – 2025, no âmbito do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, para fins de prestação de contas e realização do inventário anual, que deverão comprovar a exatidão dos registros de controle patrimonial.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos servidores designados abaixo:

I. Presidente: Edmar de Azevedo Monteiro Neto (matrícula n.º 9661581-1);

II. Membro: Cleide de Souza Rufino (matrícula n.º 9680314-1);

III. Membro: Maria Jennyfer Ferreira de Meneses (matrícula n.º 9622209-2).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JAKSILANDE ARAÚJO DE LIMA

Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC

Decreto nº 8.164-P/2024

PORTARIA IMC Nº 19, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n.º 8.164-P, de 18 de outubro de 2024, CONSIDERANDO o Decreto n.º 11.324, de 06 de setembro de 2023, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC; CONSIDERANDO a Portaria IMC n.º 111, de 03 de outubro de 2023, que Aprova o Regimento Interno do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC; CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo SEI n.º 0820.013384.00001/2025-60,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor PATRÍCIO DA SILVA DE ALBUQUERQUE – Matrícula 9100865, para responder, cumulativamente, pela Divisão de Compras, Contratos e Convênios do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC, durante o período de 25 de fevereiro à 06 de março de 2025, em virtude da ausência do titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de fevereiro de 2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JAKSILANDE ARAÚJO DE LIMA

Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC

Decreto nº 8.164-P/2024

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 013/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 013/2024 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, QUE CELEBRAM ENTRE SI O INSTITUTO DE MU-

DANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS – IMC E O SENHOR LEANDRO DOMINGOS TEIXEIRA PINTO COMO LOCADOR DO OBJETO:

Primeiro Termo Aditivo de quantidade e valor ao Contrato n.º 013/2024, celebrado entre o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e Senhor Leandro Domingos Teixeira Pinto, cujo objeto é a locação de mais 04 (quatro) salas comerciais no imóvel urbano, localizado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 1.323, bairro Bosque, Rio Branco/AC, com área construída de 758,75 m², matriculado na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco, AC, sob o nº 26810 do livro 2, destinado a instalação e funcionamento da sede do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente alteração contratual tem como fundamento jurídico está amparado no art. 125, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

DO VALOR DO CONTRATO:

O valor do global do presente aditivo será de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), a ser pago em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), correspondentes ao aluguel.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas das contratações decorrentes da adesão, correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2025 do Programa de Trabalho: 1812.22286.2171.0000 (Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais); Elemento de Despesa 33.90.36.00 (Serviços de Terceiros Pessoa Física) e, Fonte de Recursos: 15000100 (Recursos Próprios do Tesouro).

LOCAL E DATA DE ASSINATURA:

Rio Branco/AC, XX de novembro de 2025.

ASSINAM: Jaksilande Araújo de Lima – Presidente, do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e Leandro Domingos Teixeira Pinto – Locador

IPEM

PORTARIA IPEM Nº 019, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ACRE – IPEM/AC, no uso de suas funções legais e, de conformidade com os dispositivos Estatutários e Regimentais, que lhe confere o Decreto nº. 4.696-P, de 15 de março de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 13.596, de 16 de agosto de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Designar, o servidor Izaias Ferreira da Silva, matrícula nº 9072179-6, para responder pelo Controle Interno – CI, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre – IPEM/AC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20 de fevereiro 2025.

Registre-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de fevereiro de 2025.

Herica Macedo Granzotto Alves

Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre – IPEM/AC

Decreto nº 4696-P, de 15 de março de 2023

ISE

PORTARIA Nº 030 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O Presidente do Instituto Socioeducativo – ISE/AC, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Decreto nº 51-P de 02 de Janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Designar, a servidora Ana Beatriz Alencar de Carvalho, para o controle Interno Interina do Instituto Socioeducativo do Estado do Acre no período de 24 à 28 de Fevereiro, em virtude da ausência da titular.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24 de fevereiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Mário Cesar Souza de Freitas

Presidente do Instituto Socioeducativo – ISE/AC

ITERACRE

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE

ERRATA

Assunto: Errata de Extrato de Contrato 22 (0013986964) do processo nº

0053.005519.00127/2024-91.

Onde lê-se:

DO VALOR: R\$ 82.220.532,60 (oitenta e dois milhões, duzentos e vinte mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Leia-se:

DO VALOR: R\$ 41.110.266,30 (Quarenta e um milhões, cento e dez mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos).

Gabriela Ramos Câmara

Presidente do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

Decreto nº 8.128-P/2024

ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE

ERRATA

Assunto: Errata do Termo de Adesão 6 (0012442519) do processo nº 0053.010443.00038/2024-32.

Onde lê-se:

O valor total deste termo é de R\$ 82.220.532,60 (oitenta e dois milhões, duzentos e vinte mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Leia-se:

O valor total deste termo é de R\$ 41.110.266,30 (Quarenta e um milhões, cento e dez mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos).

Gabriela Ramos Câmara

Presidente do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE

Decreto nº 8.128-P/2024

JUCEAC

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE

PORTARIA/JUCEAC/Nº 10 DE 25 DE FVEREIRO DE 2025

A Presidente da Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto nº 544-P, de 10 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.449-A, de 10 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

ART. 1º REVOGAR a PORTARIA/JUCEAC/Nº78, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024., PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ACRE, Nº 13.912, DE 27/11/2024.

Art. 2º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal do CONTRATO JUCEAC Nº. 009/2024, celebrado entre a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ACRE e a Empresa CONFORT MÓVEIS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ Nº 31.974.770/0001-69, assinado no dia 18/11/2024, que tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de mobiliário, para atender as demandas da Junta Comercial do Estado do Acre.

Gestor Titular: Francisco Carlos Martins da Rocha – matrícula nº 9210954-1

Gestor Substituto: Anderson Santos Fernandes – matrícula nº 9181695-5

Fiscal Titular: Victor Domingos Machado – matrícula nº 9336567-3

Fiscal Substituto: Golbery Paiva de Lima – matrícula nº 9210792-1

Art.32º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública – PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratado, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar

danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Ac, 25 de fevereiro de 2025

Nayara Maria Honorato de Souza do Nascimento

Presidente da Junta Comercial do Estado do Acre

Decreto nº 544-P/2023

SANEACRE

PORTARIA Nº 46, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PRESIDENTE DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – SANEACRE, nomeado por meio do Decreto nº 1.451-P, publicado no DOE nº 13.466, de 01 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei Estadual nº 1.248 de 04 de dezembro de 1997 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º – REVOGAR a Portaria nº 355, de 19 de junho de 2023, que designou o senhor DUCILIO SOUZA GOMES, matrícula nº 9438254, para responder pela Gerência de Unidade deste Serviço de Água Esgoto do Estado do Acre, no município de Jordão.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ RAIMUNDO BARROSO BESTENE

Presidente do Saneacre

Decreto nº 1.451-P/2023

PORTARIA Nº 47, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PRESIDENTE DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – SANEACRE, nomeado por meio do Decreto nº 1.451-P, de 31 de janeiro de 2023 e publicado no DOE nº 13.466, de 01 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei Estadual nº 1.248 de 04 de dezembro de 1997 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR o servidor JOSE EVANDRO DA ROCHA SOUZA, matrícula nº 9681647, para responder pela Gerência de Unidade deste Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre, no município de Jordão.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ RAIMUNDO BARROSO BESTENE

Presidente do Saneacre

Decreto nº 1.451-P/2023

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATO: Nº. 021/2021

PROCESSO: 0040.012771.00135/2024-14

PARTES: SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO ACRE – SANEACRE E A EMPRESA NORTE – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo de Aditamento tem por objeto, conforme a justificativa, parte integrante do processo SEI 0040.012771.00135/2024-14, a seguinte disposição: a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, bem como do montante de R\$ 3.895.754,76 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos), correspondente ao valor atualizado do contrato, conforme justificativa Técnica parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este Termo de Aditamento tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, bem como na Cláusula oitava do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRO – DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

ASSINATURA: 19/02/2025.

REPRESENTANTES: José Raimundo Barroso Bestene e Geovani da Silva Soares, pelo CONTRATANTE e, Rodrigo Augusto de Castro Santana pela CONTRATADA.

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

FAPAC

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ACRE - FAPAC

PORTARIA Nº 013/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025 CELEBRADO ENTRE A FAPAC E O SAPIEN - INSTITUTO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ACRE - FAPAC, no uso de suas atribuições legais conferidas Decreto nº 946-P de 13 de janeiro de 2023, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, no Decreto Federal nº 8.726/2016, na Portaria nº 016 de 31 de março de 2014, que institui e regulamenta a fiscalização de contratos e parcerias, e demais normativas aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestores e Fiscais do TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025, celebrado entre a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ACRE - FAPAC e o SAPIEN - Instituto de Gestão, Avaliação e Pesquisa Aplicada em Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem por objetivo a realização da Mostra Cultural de Bioeconomia Acreana, conforme o disposto no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024:

I - Gestor Titular: Michel do Carmo da Silva Batista, matrícula nº 921844.

II - Gestor Substituto: Antônia Souza da Conceição Oliveira, matrícula nº 241482.

III - Fiscal Titular: Arisandro Nunes de Lima, matrícula nº 9435280.

IV - Fiscal Substituto: Lui Silva Aragão, matrícula nº 9417109.

Art. 2º São atribuições do Gestor do Termo de Fomento:

I - Acompanhar e supervisionar a execução do objeto pactuado no Termo de Fomento;

II - Zelar pelo cumprimento das metas e resultados previstos no plano de trabalho;

III - Propor eventuais adequações ou ajustes necessários para o cumprimento adequado da parceria;

IV - Manter comunicação permanente com a OSC para orientação e esclarecimento de dúvidas;

V - Emitir relatórios de acompanhamento e desempenho da parceria;

VI - Informar aos órgãos competentes qualquer irregularidade identificada na execução do Termo de Fomento; VII - Solicitar relatórios parciais e finais de execução financeira e de resultados da OSC.

Art. 3º São atribuições do Fiscal do Termo de Fomento:

I - Acompanhar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos transferidos;

II - Conferir a conformidade dos documentos apresentados pela OSC, garantindo que os mesmos atendam às exigências legais;

III - Realizar vistorias e verificações in loco quando necessário, emitindo relatórios técnicos;

IV - Identificar eventuais inconformidades na execução do objeto do Termo de Fomento e comunicar ao Gestor para providências cabíveis;

V - Verificar a regularidade da prestação de contas e atestar a execução dos serviços conforme o plano de trabalho aprovado;

VI - Cumprir com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle interno e externo, observando as normas e regulamentos aplicáveis;

VII - Relatar ao Gestor e às instâncias superiores qualquer irregularidade detectada.

Art. 4º Os servidores designados deverão atuar em estrita observância à legislação vigente, aos princípios da administração pública e às diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado do Acre (CGE/AC), bem como atender às recomendações dos órgãos de controle e auditoria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMpra-SE.

Rio Branco - AC, 24 de fevereiro de 2025.

MOISÉS DINIZ DE LIMA

Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre – FAPAC

Decreto nº 946-P de 13 de janeiro de 2023

FEM

FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR

Portaria nº 869 de 25 de fevereiro de 2025.

O Presidente da Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 54-P de 02/01/2023. Dispõe sobre a designação de gestores para o CONTRATO Nº 038/2024/FEM/SEOP.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR - FEM, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de indicação de Gestores do CONTRATO Nº 038/2024/FEM/SEOP, firmado entre a FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR - FEM e a empresa FIDELIS ENGENHARIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para Revitalização/Adequação dos espaços públicos culturais, Memorial José Augusto e Teatro José de Alencar, no município de Cruzeiro do Sul, Acre,

conforme Processo SEI nº 0050.014049.00007/2023-25.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Gestores do CONTRATO Nº 038/2024/FEM/SEOP, em observância à legislação vigente:

I – Gestor Titular: Sr. Francisco Ari da Silveira Junior, Matrícula nº 9002650.

II – Gestor Substituto: Sr. Italo Bruno do Nascimento Facundes, Matrícula nº 9291253-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MINORU MARTINS KINPARA

Presidente da Fundação de Cultura Elias Mansour

Decreto nº 54-P/2023

FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR

PORTARIA Nº 870 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Presidente da Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 54-P, de 02 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação - EPC referente aos processos demandados/oriundos da Diretoria Executiva, referente a contratação de empresa especializada para atender a demanda do mobiliário geral dos espaços da Fundação Elias Mansour – FEM.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao quadro desta Fundação de Cultura, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Equipe especificada no artigo precedente:

1º Presidente – Raul Vargas Torrico, Matrícula: 9065059.

2º Membro – Luana Oliveira da Silva - Matrícula nº 9517421.

3º Membro – Francisco Ari da Silveira Junior, Matrícula 9002650.

Art. 3º A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis.

Parágrafo único. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Art. 4º Compete à Equipe de Planejamento da Contratação:

I - Elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP;

II - Realizar o estudo de mercado e a pesquisa de preços;

III - Elaborar o Termo de Referência - TR / Projeto Básico - PB;

IV - Elaborar a Análise de Riscos;

V - Acompanhar as demais fases da contratação, atuando na pronta resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações;

VI - Realizar análises técnicas, no caso de contratação que envolva apresentação de amostras, provas de conceito ou complexidades técnicas nas exigências de habilitação; e

VII - Outras atividades necessárias à completa execução da etapa de planejamento da contratação e apoio técnico à seleção do fornecedor.

Parágrafo único. A responsabilidade pelas atividades acima elencadas é de todos os integrantes da EPC, que deverão contribuir com sua elaboração e conferência, formalizadas pela assinatura dos documentos.

Art. 5º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos desta Equipe de Planejamento da Contratação a contar do início de cada demanda.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e tem vigência até a celebração da Ata de Registro de Preços de cada procedimento licitatório, revogando-se as disposições anteriores.

Registre-se.

Publique-se

Cumpra-se

MINORU MARTINS KINPARA

Presidente da Fundação de Cultura Elias Mansour

Decreto nº 54-P/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 10/2024

Processo nº 0050.003760.00151/2024-62

Concedente: FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR.

Conveniente: DIOCESE DE CRUZEIRO DO SUL, CNPJ nº 04.021.218/0001-83

Valor Total: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

Programa de Trabalho: 1339 2143 2802 8539 9 80285399

Elemento de Despesa: 33 50 41 00 00

Fonte de Recurso: 15000100

Vigência: até 30/09/2025

Ofício/DCZS/CZS/AC nº: 03/2025

Assinam: Presidente da FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR: MINORU MARTINS KINPARA - CPF nº 217.220.992-91

Coordenador da DIOCESE DE CRUZEIRO DO SUL: FLÁVIO GIOVENALE - CPF nº 019.100.148-18

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 09/2024
Processo nº 0050.003760.00232/2024-62
Concedente: FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR.
Conveniente: ESTÚDIO CINEMA ARTE DE JOVENS ACREANOS - ECAJA FILMES, CNPJ nº 04.091146/0001-40
Valor Total: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
Programa de Trabalho: 1339 214328 028500 5 8028 5005
Elemento de Despesa: 3.3. 50 41 00 00
Fonte de Recurso: 15000100
Vigência: até 30/04/2025
Ofício nº 05/ECAJA FILMES/2025

Assinam: Presidente da FUNDAÇÃO DE CULTURA ELIAS MANSOUR: MINORU MARTINS KINPARA - CPF nº 217.220.992-91
Presidente do ESTUDO CINEMA ARTE DE JOVENS ACREANOS – ECAJA: ANTONIO JOSÉ RODRIGUES DE MACEDO - CPF nº 215.836.412-20

FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR - DIVISÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONVITE PARA COTAÇÃO DE PREÇOS
AVISO Nº 02/2025/FEM - DICLIC
PROCESSO SEI Nº 0050.003766.00141/2024-21.
A FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR-FEM, por meio da Divisão de Compras, Licitações e Contratos, considerando os princípios basilares que regem o processo licitatório consignados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, e para atender as necessidades da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour.

RESOLVE:
Art. 1º Tornar pública o interesse em realizar pesquisa de preços, objetivando a aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. (4490520000).
Art. 2º Os interessados em participar do processo deverão apresentar proposta, preenchida conforme modelo descrito abaixo, e encaminhar ao e-mail: com-prasfem.licitacao@gmail.com, no prazo máximo de até 3 (três) dias corridos a contar da data desta publicação.

ITEM	QUANT.	UND	DISCRIMINAÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO	VALORES EM R\$	
				UNITÁRIO	TOTAL
01	01	UND	Projeto Multimídia de 2700 a 6000 lúmens Laser - Linha Pro cinema LS12000 - Modelo alfanumérico. Sistema de projeção: LCD - Modo de projeção: Frontal / Teto - Número de pixels: 2.304.000 pontos (1920 x 1200) x 3 Brilho em cores – Saída de luz colorida: de 2700 a 6000 lúmens - Brilho em branco – Saída de luz branca: de 2700 a 6000 lúmens - Razão de aspecto: Suporta 4:3, 16:9, 16:10. Resolução nativa:1920 x 1200 (WUXGA) Redimensionar: 1280 x 1024, 1400 x 1050 - Organização de pixel: Cross stripe. Distância de projeção/ tamanho da tela: 30" – 300" (mínimo). Razão de contraste:2.500.000:1 - Duração da fonte da luz: >20.000 horas Voltagem: 100 – 240 V ±10%, 50/60 Hz AC - Conectividade avançada - 3G-SDI, HDBaseT, HDMI®, DVI-D, VGA, 5-BNC e Stereo Mini - Sinal de entrada: NTSC/ NTSC4.43/PAL/M-PAL/N-AL/PAL60/ SECAM/480i/576i/ 480p/576p/720p/1080i/1080p/UHD/4K - Inter-faces: 3G-SDI; DVI-D; HDMI; HDBaseT; 5-BNC; VGA Entrada de Áudio: Mini Stereo - Saída Variável de Áudio: Mini Stereo - Conector USB Tipo B: Apenas para serviço - Conector USB Tipo A: Apenas para wireless - Saída de Monitor: Mini D-sub 15 pin - Serial: RS-232 - Garantia de 12 meses – Produto entregue no Museu dos Povos Acreanos 2º piso - Endereço: Av. Epaminondas Jácome Centro, 2700-2792 - Centro, Rio Branco - AC, 69901-010.. Marca modelo sugestivo: Projetor Epson Pro Cinema Ls12000 4k Uhd Laser 2700 Lumens.		
02	01	UND	Telão Inflável Tamanho - 10x8m * Pano removível; * Proporção de Aspecto - 16:9 * Tamanho: customizável * Inflador Elétrico: mínimo de 280W ou superior, 110v ou 220v, 50hz ou 60hz * Materiais Aceitos na Confeção: Tecido de seda, 210d plútonio, Tecido Oxford, nylon emborrachado de alta resistência. * Acessórios: Kit de fixação, cordas, sacos de areia, bolsa para transporte * processamento: * Usando costura dupla com quatro fios (Opcional) *Costura dupla e costura tripla ou mais com reforço em áreas de alto estresse. * Motor ventilador incluso		

QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE: ENDEREÇO COMERCIAL: CNPJ: CARIMBO C/ ASSINATURA
DA EMPRESA. REPRESENTANTE LEGAL QUALIFICADO: TELEFONE/FAX/E-MAIL: O prazo de validade da PROPOSTA (em algarismo e por extenso) não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias consecutivos contados a partir da data limite de entrega da proposta; Rio Branco - Acre, de 2025

FUNDHACRE

AVISO Nº 2/2025/FUNDHACRE – LICOM (SEI Nº 0014475407)
CONVITE PARA COTAÇÃO DE PREÇOS
A FUNDAÇÃO HOSPITAL ESTADUAL DO ACRE - FUNDHACRE, inscrita no CNPJ nº 63.602.940/0001-70, com sede BR 364, KM 02, - Bairro DISTRITO INDUSTRIAL, Rio Branco/AC, CEP 69914-220, em observância aos princípios basilares, consignados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, os da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, e os demais preceitos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021, bem como com fundamento no art. 268 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

RESOLVE:
Art. 1º Tornar público a realização de cotação de preços, referente à contratação direta, por Dispensa de Licitação do tipo EMERGENCIAL, com fulcro no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a aquisição de material para Nefrologia, especialmente dialisadores capilares para atender as necessidades da Fundação Hospital Estadual do Acre –FUNDHACRE.
Art. 2º Os interessados em participar do processo deverão solicitar o formulário de coleta de preços pelos e-mails licitacao.dispensafundhacre@gmail.com, com o assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 38/2025, com prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial do Estado, para envio das propostas de preços.
Rio Branco – Acre, 25 de fevereiro de 2025.
Atenciosamente,

Soron Angélica Steiner
Presidente da Fundação Hospital Estadual do Acre
FUNDHACRE
DECRETO Nº 8.281-P, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024
(Documento assinado eletronicamente)

FUNTAC

GOVERNO DO ESTADO
FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº: 50

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE - FUNTAC, no uso de suas funções legais e, de conformidade com os dispositivos Estatutários e Regimentais, que lhe confere o Decreto nº 9.416-P de 05 de fevereiro de 2025, publicado do Diário Oficial do Estado nº 13.957 de 05 de fevereiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Mário Júlio Cruz Moraes, matrícula nº 262579-1, para responder interinamente pela Diretoria Operacional no período de 26/02/2025 à 28/02/2025, em razão da ausência do titular no âmbito desta Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 26 de fevereiro de 2025.

Registre-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Rio Branco, 25 de fevereiro de 2025.

João Paulo Bittar
Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC
Decreto nº 9.416-P

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GOVERNO DO ESTADO
FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº:35

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE - FUNTAC, no uso de suas funções legais e, de conformidade com os dispositivos Estatutários e Regimentais, que lhe confere o Decreto nº 9.416 -P de 05 de fevereiro de 2025, publicado do Diário Oficial do Estado nº 13.957 de 05 de fevereiro de 2025.

Art. 1º Nomear Tatiana Camila da Silva Campos, para exercer o Cargo em Comissão do Grupo de Chefia, Assistência e Assessoramento Superior, referência CAS-5, na Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2025.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2025.

João Paulo Bittar
Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC
Decreto nº 9.416-P

EMPRESAS PÚBLICAS

ACREDATA

PORTARIA ACREDATA Nº 24, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

A Diretora Presidente da Empresa de Processamento de Dados do ACRE S/A – ACREDATA, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o que preceitua a Lei 3.384 de 17 de dezembro de 2021, que estabelece normas legais e fundamentos referentes à política de gestão patrimonial dos bens móveis do Poder Executivo;

Considerando o Decreto Estadual nº 11.066, de 01 de Junho de 2002, que regulamentou o Leilão de forma eletrônica no âmbito do Estado do Acre e de outras providências bem como nos procedimentos administrativos expressos na matéria de direito,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR a comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis do Poder Executivo do Estado Acre – Ano de 2025, no âmbito desta Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA:

João Alves de Pinheiro – Presidente, mat. 0035-1

José Marinho Campelo – Membro, mat. 1180-1

Angelo Pio Carneiro – Membro, mat. 0639-1

Art. 2º - Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se.

Ana Paula Lima Lopes
Diretora Presidente
ACREDATA

EMATER

GOVERNO DO ACRE
EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER-ACRE

PORTARIA EMATER Nº 9, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO ACRE – EMATER-ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 779-P/2023 de 12 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.451-A, de 12 de janeiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 28, de 08 de março de 2023, que concedeu ao empregado JOSÉ ORNY NOGUEIRA JUCA, Técnico Administrativo e Operacional, matrícula 264199-1, Função de Confiança do Poder Executivo - FCPE 6.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2025

Art. 3º - Registre-se, Publique e Cumpra-se.

Rynaldo Lucio dos Santos
Diretor Presidente
Decreto nº 779-P/2023

SEI Nº 0035.010277.00036/2025-57

PORTARIA EMATER Nº 10, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ACRE – EMA-TER-ACRE, no uso das atribuições legais que

lhe confere o Decreto nº 779-P/2023 de 12 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.451-A, de 12 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº (0035.010265.00058/2024-48), Art. 1º que designa a empregada pública Euricélia Alves de Oliveira, Assistente Técnico Administrativo, para responder pela Ouvi-dora, unidade administrativa da EMATER/ACRE

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria EMATER-ACRE nº 077/2024 (0010501511), que lotou a empregada pública Euricélia Alves de Oliveira, Assistente Técnico Administrativo na Divisão de Organização Rural.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publica-se. Cumpra-se.

RYNALDO LUCIO DOS SANTOS
Diretor Presidente
Decreto nº.779-P/2023

SEI Nº 0035.010277.00028/2025-19

PORTARIA EMATER Nº 12, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ACRE – EMA-TER-ACRE, no uso das atribuições legais que

lhe confere o Decreto nº 779-P/2023 de 12 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.451-A, de 12 de janeiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria EMATER Nº 28, de 08 de março de 2023 (6340980), que concedeu a Função de Confiança do Poder Executivo - FCPE 6, ao empregado JOSÉ ORNY NOGUEIRA JUCA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de Fevereiro de 2025.

Art. 3º - Registre-se, Publique e Cumpra-se.

RYNALDO LUCIO DOS SANTOS
Diretor Presidente
Decreto nº.779-P/2023

SEI Nº 0035.010277.00028/2025-19

PORTARIA EMATER Nº 13, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ACRE – EMA-TER-ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 779-P/2023 de 12 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.451-A, de 12 de janeiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a empregada Maria Lucia Vale de Magalhães, Auxiliar Administrativo e Operacional, matrícula 283258-1, Função de Confiança do Poder Executivo - FCPE 6, para responder pelo Núcleo de Escritório Local de Sena Madureira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Março de 2025.

Art. 3º - Registre-se, Publique e Cumpra-se.

RYNALDO LUCIO DOS SANTOS
Diretor Presidente
Decreto nº.779-P/2023

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ANAC

2º Termo Aditivo AO CONTRATO Nº 44/2022 CELEBRAM ENTRE SI A AGÊNCIA DE NEGÓCIOS DO ACRE E A EMPRESA status tecnologia e consultoria em sistema ltda.

A AGENCIA DE NEGOCIOS DO ACRE S.A. – ANAC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.899.982/0001-19, com endereço na Rua Rui Barbosa, nº 450, 2º andar, Centro, no município de Rio Branco/AC, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio de sua Presidente, a senhora Waleska Lima Bezerra, brasileira, DO N º 13.459/23, e, de outro lado a empresa STATUS TECNOLOGIA E CONSULTORIA EM SISTEMA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.393.826/0001-35, estabelecida à Rua Manoel Castor Araújo, nº. 124, Bairro Bosque - Rio Branco Acre, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Sócia Administradora a Senhora Mirlene Mota dos Anjos, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 44/2022, doravante denominado CONTRATO ORIGINAL, que será regido nos termos da Lei nº 13.303/2016, Decretos Estaduais nº 4.767/2019 e 5.967/2010, Decreto nº. 11.363/23 e Lei nº. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 44/2022, por mais um período de 12 (doze) meses, bem como do valor global do contrato para o novo período de 12 meses, em um montante de R\$ 15.311,52 (quinze mil, trezentos e onze reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está amparado nos arts. 40, inciso XI; art. 57; art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e Art. 71 da Lei. 13.303/16.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor anual estimado deste Contrato é de R\$ 15.311,52 (quinze mil, trezentos e onze reais e cinquenta e dois centavos).

O valor mensal estimado é de R\$ 1.275,96 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCEDIMENTO

Após o procedimento de prorrogação de vigência do contrato nº 44/2022, a vigência passará valer até o dia 20/12/2025, já o valor anual estimado do contrato passará para R\$ 15.311,52 (quinze mil, trezentos e onze reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente Termo Aditivo, no valor total estimado de R\$ 15.311,52 (quinze mil, trezentos e onze reais e cinquenta e dois centavos), correrão por conta dos recursos próprios, conforme declaração financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

Rio Branco-Acre, 20 de dezembro de 2024.

Assinam: Waleska Lima Bezerra – Contratante e Mirlene Mota dos Anjos - Contratada.

CDSA**ESTADO DO ACRE****COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS****PORTARIA CDSA Nº 7, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025**

O DIRETOR - PRESIDENTE DA COMPANHIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE S.A - CDSA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 13.685, de 04/01/2024.

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por esta Companhia; e Considerando, por fim, a necessidade de oferecer subsídios aos gestores para exercerem suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 1/2025, celebrado entre a COMPANHIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE - CDSA e AMAZÔNIA ECOLÓGIC SOLUÇÕES AMBIENTAIS, que tem por objeto a "Contratação de serviço especializado de consultoria para elaboração da proposta do Plano ABC+ ACRE (2020-2030) – Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, Clima, Comunidades e Biodiversidades do Estado do Acre."

I - Gestor Titular: Francisco Generôzo da Silva, CPF 202.056.193-04

II - Gestor Substituto: Rogério Santana da Silva, CPF nº 020.806.412-55

III - Fiscal Titular: Vanessa Fabiana Alves de Freitas - CPF nº 307.938.072-04

IV - Fiscal Substituto: Francisco Naldo Cardoso Leitão, CPF nº 477.831.842-00

Art. 2º - Compete ao gestor o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

1. Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

2. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

3. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único – O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º - Compete ao fiscal a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único – O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º - Tornar sem efeito, a contar de 1º de julho de 2024, a Portaria CDSA nº 8, de 29 de janeiro de 2024.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de julho de 2024.

Registre-se,

Publique-se,
Cumpra-se.

José Luiz Gondim dos Santos

Diretor - Presidente da Companhia Agência de Desenvolvimento e Serviços Ambientais do Estado do Acre S.A - CDSA

Ata do CONAD/CDSA, de 20/11/2023, DOE nº 13.685, de 04/01/2024.

ESTADO DO ACRE**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS****PORTARIA CDSA Nº 8, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025**

O DIRETOR - PRESIDENTE DA COMPANHIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE S.A - CDSA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 13.685, de 04/01/2024.

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por esta Companhia; e Considerando, por fim, a necessidade de oferecer subsídios aos gestores para exercerem suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal da execução do objeto contratado por meio da Nota de Empenho 7155120011/2025, celebrado entre a COMPANHIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS S/A DO ESTADO DO ACRE S.A - CDSA, CNPJ nº 16.864.341/0001-45, e a empresa ELEVA SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 47.766.718/0001-57, que tem por objeto "a prestação por parte da CONTRATADA a "Contratação alusiva à inscrição de 4 (quatro) inscrições para participação do Congresso de Contratações para Empresas Estatais de Alto Nível 2025, no período de 09, 10 e 11 de Abril do corrente ano, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/aulas, na modalidade Presencial", de acordo com as condições gerais e proposta comercial (Anexa), que, havendo divergência entre as condições aqui previstas e os termos da proposta, prevalecerão às condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2025/CDSA - DECOMP.

I - Gestor Titular: Francisco Generôzo da Silva, CPF 202.056.195-04

II - Fiscal Titular: Rogério Santana da Silva - CPF nº 020.806.412-55

Art. 2º - Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

1. Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

2. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

3. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único – O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º - Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único – O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

José Luiz Gondim dos Santos

Diretor-Presidente da Companhia Agência de Desenvolvimento e Serviços Ambientais do Acre S.A - CDSA

Ata do CONAD/CDSA, de 20/11/2023, DOE nº 13.685, de 04/01/2024

ESTADO DO ACRE
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS

Extrato de empenho
NOTA DE EMPENHO Nº: 7155120011/2025
PROCESSO Nº: 0068.010332.00001/2025-83
PARTES: COMPANHIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE S.A - CDSA, CNPJ Nº 04.088.258/0001-42 E A EMPRESA ELEVA SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA, CNPJ Nº 47.766.718/0001-57.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 4 (QUATRO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE CONTRATAÇÕES PARA EMPRESAS ESTATAIS DE ALTO NÍVEL 2025, NA MODALIDADE PRESENCIAL, A SER REALIZADO EM BRASÍLIA/DF, NOS DIAS 09, 10 E 11 DE ABRIL DE 2025, COM O VALOR TOTAL DE R\$ 17.068,12 (DEZESSETE MIL SESENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS), CONFORME QUADRO DESCRITIVO ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONSUMO
1	CONTRATAÇÃO DE 4 (QUATRO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO DE CONTRATAÇÕES PARA EMPRESAS ESTATAIS DE ALTO NÍVEL 2025.	4	R\$ 4.267,03	R\$ 17.068,12

DA VIGÊNCIA: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
DO VALOR: R\$ 17.068,12 (DEZESSETE MIL SESENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO – 2190.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS - CDSA. ELEMENTO DE DESPESA – 33903900. FONTE DE RECURSOS – 15000100. ÓRGÃO – 715. UNIDADE – 512.
da fundamentação legal: ART. 30, INCISO II, ALÍNEA “F”, DA Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Rio Branco/AC, 20 de fevereiro de 2025.

MUNICIPALIDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA

PORTARIA Nº 016/2025
O Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Senhor Vítor Lima Martineli, no uso das atribuições que lhes são facultadas pelo Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal...
R E S O L V E:
Art. 1º - De acordo com a Alínea “c”, do Inciso II, do Art. 19 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Conceder 0.5 (meia) diária ao Servidor Alex Gomes da Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Acrelândia, para custear despesas de viagem à cidade de Rio Branco - AC. Objetivo: Acompanhar o Diretor de Licitação Sr. Manoel Fabricio Dantas da Silva em visita em algumas empresas para colher cotações referentes a material gráfico e material de expediente.
Art. 2º - O evento ocorrerá na cidade de Rio Branco - AC, no dia 26 de fevereiro de 2025.
Art. 3º - Pelo deslocamento e indenização das despesas, o servidor fará jus a 0.5 (meia) diária conforme valores estabelecidos pela Resolução nº 08/2016. Ao retorno o Vereador deverá apresentar Relatório de Viagem.
Acrelândia - AC, 25 de fevereiro de 2025

Vítor Lima Martineli
Presidente da CMA

PORTARIA Nº 017/2025
O Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Senhor Vítor Lima Martineli, no uso das atribuições que lhes são facultadas pelo Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal...
R E S O L V E:
Art. 1º - De acordo com a Alínea “c”, do Inciso II, do Art. 19 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Conceder 0.5 (meia) diária ao Servidor Sr. Manoel Fabricio Dantas da Silva, Diretor de Licitação da Câmara Municipal de Acrelândia, para custear despesas de viagem à cidade de Rio Branco - AC. Objetivo: Acompanhar Alex Gomes da Silva, Diretor Administrativo em visita em algumas empresas para colher cotações referentes a material gráfico e material de expediente.
Art. 2º - O evento ocorrerá na cidade de Rio Branco - AC, no dia 26 de fevereiro de 2025.
Art. 3º - Pelo deslocamento e indenização das despesas, o servidor fará jus a 0.5 (meia) diária conforme valores estabelecidos pela Resolução nº 08/2016. Ao retorno o Vereador deverá apresentar Relatório de Viagem.
Acrelândia - AC, 25 de fevereiro de 2025

Vítor Lima Martineli
Presidente da CMA

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025 QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA, E AEMPRESA:
M.F. DISTRIBUIDORA LTDA - EPPCNPJ Nº 26.062.483/0001-42.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA-ACRE, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrição no CNPJ sob no 84.306.71 1/0001-89, sediada nesta cidade, neste Ato representado por seu Presidente, o Sr. Vítor Lima Martineli, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado a empresa Contratado: M.F. DISTRIBUIDORA LTDA – EPP CNPJ Nº 26.062.483/0001-42, situada na Rua Marechal Deodoro, Ipase - Rio Branco - Acre, representada neste ato pela senhora Lucilene Ramos de Souza, portadora do CPF nº 091.337.802-00 e RG nº 089433 SSP AC, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Fornecimento do serviço de passagem aéreas nacional, com o que consta do Processo Administrativo nº 02/2025, referente à Dispensa de Licitação nº 02/2025, com fundamento na Lei no 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações correlatas, mediante as Cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento do serviço de passagem aéreas nacional visando atender as demandas da Câmara Municipal de Acrelândia, conforme descrição e condições Constantes do Termo de Referência – Anexo, Dispensa de Licitação nº 02/2025.
2. Os serviços a serem prestados deverão ser de boa qualidade, obedecendo às exigências da administração, a fim de atender integralmente as necessidades da Câmara Municipal de Acrelândia.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Processo de Dispensa de Licitação no 02/2025, a Proposta da Contratada e demais elementos constantes do processo acima citado.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO
1. O valor do presente Contrato é de R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil reais), conforme os valores especificados na Proposta da licitante.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrerão da unidade orçamentária por conta do:

Programa de Trabalho: 01.031.0100.2001 — Manutenção da Câmara Municipal; Elemento de Despesa: 33.90.33.00.00 — Passagens e despesas com locomoção Fonte de Recurso: 501

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

O Foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato é o da Comarca de Acrelândia — Acre. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor.

Acrelândia/AC, 25 de fevereiro de 2025.

CONTRATANTE

Câmara Municipal de Acrelândia

Vitor Lima Martineli

CONTRATADA

M.F. DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

CNPJ Nº 26.062.483/0001-42

CÂMARA MUNICIPAL DE BUJARI**TERMO DE RATIFICAÇÃO****AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Processo Administrativo nº 004/2025

Inexigibilidade: nº 002/2025

Requerente: Assessoria de Administração e Finanças

Assunto: Contratação de pessoa Jurídica para Fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Informática, para Gestão Pública no Módulo Recursos Humanos (e-Social, Folha de Pagamento e Controle Interno), para o exercício financeiro de 2025 (até 31/12/2025) visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Bujari/AC. Considerando a REGULARIDADE do Processo Administrativo nº 004/2024, atestada pelo Parecer da Controladoria, nos termos exigidos pela Lei nº 14.133/21 e legislação correlata. Ratifico a presente Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025, tendo como melhor proposta, a apresentada pela prestadora de serviços a STATUS TECNOLOGIA E CONSULTORIA EM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 15.393.826/0001-35, no valor mensal de R\$ 1.819,64 (mil e oitocentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos), e no valor global de R\$ 20.016,04 (vinte mil, dezesseis reais e quatro centavos), para o exercício financeiro de 2025 (até 31/12/2025).

Câmara Municipal de Bujari — Acre, 03 de fevereiro de 2025.

Ramisson Batista de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Bujari

ESTADO DO ACRE**CÂMARA MUNICIPAL DE BUJARI/AC****EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2025**

Objeto: Contratação de pessoa Jurídica para Fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Informática, para Gestão Pública no Módulo Recursos Humanos (e-Social, Folha de Pagamento e Controle Interno), para o exercício financeiro de 2025 (até 31/12/2025) visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Bujari/AC, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE BUJARI/AC E A EMPRESA STATUS TECNOLOGIA E CONSULTORIA EM SISTEMAS LTDA, PESSOA JURÍDICA de direito privado, inscrita no CNPJ: 15.393.826/0001-35, representado neste ato pela Sra. Mirlene Mota dos Anjos.

Dotação Orçamentária: Exercício 2025 - Órgão 01.001 — Câmara Municipal de Bujari/AC. Unidade Orçamentária 1.000 — Manutenção das atividades legislativas

Elemento da Despesa — 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Fonte: 0001

Valor: R\$ 20.016,04 (vinte mil, dezesseis reais e quatro centavos)

Vigência: 11 (onze) meses

Data da assinatura: 04 de fevereiro de 2025.

Assinam: Ramisson Batista de Oliveira (presidente) Mirlene Mota dos Anjos (Contratada)

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL**ESTADO DO ACRE****CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL****TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA****DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 02/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Inciso II, do Art. 75 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, RATIFICAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2025,

nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Confecção de 28 fotografias emolduradas com paspatur, medindo 29x42cm, para exposição na galeria da Câmara de Cruzeiro do Sul EMPRESA VENCEDORA: EVERSON DE L. FARIAS LTDA CNPJ: 49.032.368/0001-20.

VALOR TOTAL: Será pago o valor global de R\$ 10.220,00 (dez mil duzentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 90 dias, a partir da assinatura deste contrato.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS:

Programa de Trabalho: 01.01.2.001

Fonte de Recurso: RP

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00. — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica

Cruzeiro do Sul - AC, 25 de fevereiro de 2025.

Elter de Queiroz Nobrega

Presidente

ESTADO DO ACRE**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL****EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2025****DISPENSA Nº 02/2025**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Confecção de 28 fotografias emolduradas com paspatur, medindo 29x42cm, para exposição na galeria da Câmara de Cruzeiro do Sul

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, CNPJ sob o nº 04.060.257/0001-90, com sede a Av. Cel. Mâncio Lima, 343 — Centro.

CONTRATADA: EVERSON DE L. FARIAS LTDA CNPJ: 49.032.368/0001-20.

VALOR TOTAL: Será pago o valor global de R\$ 10.220,00 (dez mil duzentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 90 dias, a partir da assinatura deste contrato.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS:

Programa de Trabalho: 01.01.2.001

Fonte de Recurso: RP

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00. — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica

Cruzeiro do Sul 25 de fevereiro de 2025

Assinam: Elter de Queiroz Nobrega Presidente e EVERSON DE LIMA FARIAS representante da empresa EVERSON DE L. FARIAS LTDA.

CÂMARA MUNICIPAL DE PLÁCIDO DE CASTRO**ESTADO DO ACRE****CÂMARA MUNICIPAL DE PLACIDO DE CASTRO****EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL (SRP) nº 001/2025**

Com base nas informações constante no processo licitatório Pregão presencial SRP nº 001/2025, e considerando que foram cumpridos todos os pressupostos previstos em lei, nos termos da lei 14.133/21 e demais alterações, HOMOLOGO, o resultado do Pregão Presencial SRP nº 001/2025, COM OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa fornecedora derivados de petróleo tipo (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Plácido de Castro, foi ADJUDICADO os seus objetos pelo Pregoeiro dessa Câmara Municipal, em favor do licitante: AUTO POSTO RIBEIRÃO LTDA CNPJ: 18.912.249/0001-39 sendo adjudicado com o percentual de desconto de 0,75% no valor global de R\$ 191.301,79 (cento e noventa e um mil, trezentos e um reais e setenta e nove centavos), conforme consta na Ata de julgamento do certame e relatório de lance, e o disposto na lei 14.133/21.

Plácido de Castro/Acre, 25 de fevereiro de 2025.

Rogério Ribeiro do Nascimento

Presidente CMPC

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO WALTER**ESTADO DO ACRE****CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO WALTER****PORTARIA Nº 020/2025, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025**

“Dispõe sobre concessão de diárias e dá outras Providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO WALTER-ACRE, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade do atendimento dos interesses dos serviços públicos, no tocante ao melhor desempenho das atividades desta Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o deslocamento do Vereador José Francisco Dias de Oliveira, para a cidade de Cruzeiro do Sul – Acre, realizar trabalhos administrativos junto ao Técnico de Assessoria Contábil da Câmara Municipal de Porto Walter – Acre, no período correspondente a 26 a 27 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Portaria correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, incluído nelas o pagamento de 02 (duas) diárias e 02 (duas) passagens.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Walter – AC, 25 de fevereiro de 2025.

José Beliarde Souza Correia
Presidente em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº ____/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.825/2025

RESOLVE:

Exonerar do cargo de Assessor de Liderança, a contar de 03 de fevereiro do ano em curso, o senhor Andeson Gomes do Nascimento, o qual prestava seus serviços ao Gabinete do Vereador Moacir Júnior.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 14 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 157/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.825/2025

RESOLVE:

Nomear para o cargo de Assessor Parlamentar, com efeitos a contar de 03 de Fevereiro do ano em curso, os servidores a seguir relacionados, os quais prestarão seus serviços ao Gabinete do Vereador Moacir Júnior.

1. David Richard Tavares Lima- AP X

2. Vítor Marques de Souza e Souza – AP XV

3. Ítalo Meireles Dantas de Oliveira– AP X

4. Edileudo Bandeira de Oliveira– AP VI

5. Kléber Souza Camargo– AP IX

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 19 de Fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº158/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.825/2025

RESOLVE:

Nomear para o cargo de Assessor de Liderança, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro do ano em curso, Marcos Felipe da Silva Viégas que prestará seus serviços ao gabinete do Vereador Moacir Júnior.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 19 de janeiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 159/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.825/2025

RESOLVE:

Remanejar, com efeitos a contar de 03 de Fevereiro do ano em curso, os Assessores Parlamentares a seguir, os quais continuarão prestando seus serviços ao Gabinete do Vereador Moacir Júnior.

1. Alessandro Geraldo da Silva de Brito, do AP-IX para AP-X

2. Cleisson Lima de Brito, do AP-XV para AP-X

3. Ênilla Thays Vasconcelos Hoios, do AP-XV para AP-IX

4. Gladson Wesley da Silva Lima, do AP-XIV para AP-X

5. Haran Júnior Braga de Souza, do AP-XIII para AP-X

6. Priscila Barbosa Gonzaga de Oliveira, do AP-XV para AP-IX

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 160/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 697/2025,

RESOLVE:

Com base no art. 98 da Lei 9.504/97, conceder à servidora Izabelle Souza Pereira Pontes, 05 (cinco) dias de dispensa do serviço, com efeitos retroativos a 13 de janeiro do ano em curso, em razão de serviço eleitoral prestado nas Eleições Municipais de 2024.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 161/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Designar, com efeitos retroativos a de 13 de janeiro do ano em curso, Ytamares Macedo de Brito para responder interinamente pela Diretoria Legislativa deste poder.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 162/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 116/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 163/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Art. 1º - Compor uma Comissão de Patrimônio do exercício de 2024, designando os servidores Lariessa de Barros Pereira (Presidente da Comissão), Gedhal Lincoln Ramos Bandeira, Francisco Paulo Ferreira, Sílvia Emília Cardoso de Freitas Cain e Sebastião Ângelo da Silva (membros da comissão), com a finalidade de realizar o inventário anual do patrimônio de bens e imóveis desta Câmara Municipal, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º - Os trabalhos referentes ao Inventário Anual do patrimônio de bens móveis e imóveis referentes ao exercício de 2024 deverão ser encerrados até o dia 10/03/2025, com o encaminhamento do relatório à Presidência para ciência, apreciação e tomada de decisões.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 164/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Alterar a programação de férias dos servidores desta Casa Legislativa, referente ao exercício de 2025, conforme as especificações descritas no Anexo I.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

ANEXO

I

FEVEREIRO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Elio Antonio Tomaz Rodrigues	02/01/1975	2024/2025	
MARÇO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Artemio Lima da Costa	01/03/1988	2024/2025	
Mauri Sergio Moura de Oliveira	01/02/1975	2024/2025	
ABRIL			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Edilene Oliveira de Souza	30/05/2019	2023/2024	
Maria de Jesus de S. M. Lucas	20/02/2017	2024/2025	
Maria Luiza Afonso Nepomuceno	02/01/1984	2024/2025	
MAIO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Alzenira Bezerra de M. Moreira	02/01/1987	2023/2024	
Antônio Agileu Vieira Coelho	01/03/1996	2024/2025	
Érika do Nascimento de S. Rocha	15/08/2019	2023/2024	20 dias
Marcondes de Souza Moraes	13/02/2017	2024/2025	
Raimundo Nonato de S. Oliveira	03/04/2017	2024/2025	
Winddson Machado Araújo	17/02/2017	2021/2022	20 dias
JUNHO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Maria Célia Augusto Da Cunha	20/05/1992	2024/2025	
Sebastião Ângelo da Silva	01/03/1976	2024/2025	
Silvia Emília C. de Freitas Cain	10/05/2019	2024/2025	
JULHO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Alécio Fischer	20/02/2017	2024/2025	
Erivelto Freitas da Silva	02/05/2019	2024/2025	
Fabrizio Torres de Lima	10/02/2017	2024/2025	
Francisco Paulo Ferreira	05/06/1986	2024/2025	
Gedhal Lincoln R. Bandeira	20/02/2017	2024/2025	
Izabelle Pereira Pontes	13/02/2017	2024/2025	
Renan Braga e Braga	31/03/2017	2024/2025	
Ruberval Braga Rola	15/06/1986	2024/2025	
Rufo de Albuquerque Ramalho	15/06/1986	2024/2025	
Samia Cristina F. de Carvalho	20/05/1992	2024/2025	
Tereza Maria L. de Lima	01/06/1986	2023/2024	
AGOSTO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Carlos Lacerda L. Saldanha	10/02/2017	2024/2025	
Edilene Oliveira de Souza	30/05/2019	2024/2025	
José Maria da Silva	02/05/1985	2024/2025	
Marcondes de Souza Moraes	13/02/2017	2024/2025	40 dias restantes
SETEMBRO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Cosmo Moreira dos Santos	01/08/2019	2024/2025	
Damião da Silva Figueiredo	01/09/1988	2024/2025	
Diana Aguiar da Silva	13/02/2017	2024/2025	
Erika do N. de S. Rocha	15/08/2019	2024/2025	
Luanda Maria B. de Siqueira	17/02/2017	2024/2025	
Marília Costa de Queiroz Marques	13/02/2017	2024/2025	
OUTUBRO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Alzenira Bezerra de M. Moreira	02/01/1987	2024/2025	
Dhonnatan Monteiro A. Coutinho	10/02/2017	2024/2025	
Josivaldo Josias de Souza	13/02/2017	2024/2025	
Lília Gomes da Silva	31/07/2017	2024/2025	
Luiz Augusto Silva de Oliveira	10/02/2017	2024/2025	
Thiago dos Santos Maciel	28/01/2020	2024/2025	
Thiago Lebre da Silva	20/02/2017	2024/2025	
NOVEMBRO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Raimundo Falcão M. Filho	02/01/1985	2024/2025	
Winddson Machado Araújo	17/02/2017	2024/2025	
DEZEMBRO			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Antonio Souza da Costa	01/08/2019	2024/2025	
Evelyn Andrade Ferreira	17/02/2017	2024/2025	
Leoneide Vieira C. do Amaral	01/03/1990	2024/2025	
Marquizete Neves de Lima	01/03/1976	2024/2025	
Willian Pollis Mantovani	03/03/2017	2024/2025	
Ytamares Macedo de Brito	04/01/2019	2024/2025	
JANEIRO/2026			
Nome	Admissão	Período	OBS.:
Tereza Maria L. de Lima	01/06/1986	2024/2025	

PORTARIA Nº 165/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 688/2025,

RESOLVE:

Conceder o gozo de 10 dias de férias a servidora Sâmia Cristina Franco de Carvalho, a partir de 20 de fevereiro do ano em curso, referente ao período 2023/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2024.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº166/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Com base na Lei n.º 1.794 de 30 de dezembro de 2009, alterada pela Lei Complementar n.º 233 de 18 de julho de 2023, pagar um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias aos servidores a seguir:

1. Alecio Fischer;
2. Carlos Lacerda Lima Saldanha;
3. Dhonnatan Monteiro Alves Colinho;
4. Diana Aguiar da Silva;
5. Evelyn Andrade Ferreira;
6. Fabricio Torres Lima;
7. Gedhal Lincoln Ramos Bandeira;
8. Izabelle Souza Pereira Pontes;
9. Josivaldo Josias de Sousa;
10. Luanda Maria Bezerra de Siqueira;
11. Luiz Augusto Silva de Oliveira;
12. Marcondes de Souza Moraes;
13. Maria de Jesus de Sousa Moraes Lucas;
14. Marília Costa de Queiroz Marques;
15. Thiago Lebre da Silva Oliveira.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 167/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Conceder ao servidor Mauri Sergio Moura de Oliveira, a partir de 01 de março do ano em curso, o gozo de 30 dias de férias referente ao período 2024/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rio Branco-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 168/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Conceder (1) um dia de licença-médica de acordo com atestado médico anexo, ao servidor Willian Pollis Montovani, a partir de 21/02/2025.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Rio Branco-Acre, 21 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente - CMRB

PORTARIA Nº169/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.921/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, com observância da legislação vigente, atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal da contratação celebrada entre a Câmara Municipal de Rio Branco e a entidade a seguir enunciada:

Processo Nº 20.921/2022

Pregão Presencial: 008/2022

Ata de Registro de Preços: 007/2022

CONTRATADA: Estação VIP Segurança Privada

CNPJ: 09.228.233/0001-10

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço terceirizado de monitoramento de circuito fechado.

GESTOR: Fabrício Torres Lima

MATRÍCULA Nº 11.134

FISCAL: Carlos Lacerda Lima Saldanha

MATRÍCULA Nº 11.132

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 084/2023.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Rio Branco-Acre, 17 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 170/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, NOS TERMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27.719/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, com observância da legislação vigente, atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal da contratação celebrada entre a Câmara Municipal de Rio Branco e a entidade a seguir enunciada:

Processo Nº 27.719/2023

Contrato Nº 019/2024

Pregão Presencial: SRP nº 007/2023

ARP-CMRB nº 01/2024

CONTRATADA: A & S DERIVADOS DO PETRÓLEO EIRELI
CNPJ: 15.112.947/001-61
OBJETO: Fornecimento de gasolina comum e diesel S10 para o abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Rio Branco.
GESTOR: Elio Antonio Tomaz Rodrigues
MATRÍCULA Nº 99
FISCAL: Francisco Paulo Ferreira
MATRÍCULA Nº 104
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos a contar de 01/01/2025.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Rio Branco-Acre, 18 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente

PORTARIA Nº 171/2025
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE, NO USO LEGAL DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, RESOLVE:

Art.1º Fica estabelecido o calendário de pagamento para o Exercício 2025 com as respectivas datas fixadas, bem como prazo para entrega dos documentos pertinentes, de acordo com o anexo único da presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2025.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Rio Branco-Acre, 21 de fevereiro de 2025.

Joabe Lira
Presidente
ANEXO ÚNICO
Calendário de pagamento - Exercício 2025

Mês	Último dia para entrega de documentos	Dia do pagamento
Janeiro	10	21
Fevereiro	10	21
Março	10	21
Abril	10	22
Maio	10	21
Junho	10	20
Julho	10	21
Agosto	10	21
Setembro	10	19
Outubro	10	21
Novembro	10	21
Dezembro	05	19
Décimo Terceiro	05	19

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
EXTRATO CONTRATO Nº 007/2024
Processo Administrativo nº 7903/2024
Termo de Adesão nº 002/2024
Partes: Câmara Municipal de Rio Branco e T. A. Soares, CNPJ nº 48.211.881/0001-16.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização (condicionadores de ar), incluindo limpeza e fornecimento de peças novas e genuínas, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Rio Branco.
VIGÊNCIA: 26/04/2024 a 26/04/2025.
VALOR: O valor estimado é de R\$ 132.630,10.
LOCAL E DATA DE ASSINATURA: Rio Branco-AC, 26/04/2024.

ASSINAM: Raimundo Nonato Ferreira da Silva - Presidente, Fábio de Araújo Freitas - 1º Secretário e Thiago Alves Soares.
Original assinado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –9.000 BTUs	Serviço	27	210,00	5.670,00
2	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –12.000 BTUs	Serviço	6	215,00	1.290,00
3	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –18.000 BTUs	Serviço	12	248,90	2.986,80
4	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –24.000 BTUs	Serviço	27	248,90	6.720,30
5	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –36.000 BTUs	Serviço	24	300,00	7.200,00
6	Manutenção preventiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –60.000 BTUs	Serviço	18	430,00	7.740,00
7	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –9.000 BTUs	Serviço	27	200,00	5.400,00
8	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –12.000 BTUs	Serviço	6	220,00	1.320,00
9	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –18.000 BTUs	Serviço	12	230,00	2.760,00
10	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –24.000 BTUs	Serviço	27	250,00	6.750,00
11	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –36.000 BTUs	Serviço	24	337,50	8.100,00
12	Manutenção corretiva em aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –60.000 BTUs	Serviço	18	440,00	7.920,00
13	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 9.000 BTUs	Serviço	9	400,00	3.600,00
14	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split – 12.000 BTUs	Serviço	2	450,00	900,00
15	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –18.000 BTUs	Serviço	4	500,00	2.000,00
16	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –24.000 BTUs	Serviço	9	550,00	4.950,00
17	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split -36.000 BTUs	Serviço	8	650,00	5.200,00
18	Instalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –60.000 BTUs	Serviço	6	1.000,00	6.000,00
19	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –9.000 BTUs	Serviço	9	150,00	1.350,00
20	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –12.000 BTUs	Serviço	2	160,00	320,00

21	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –18.000 BTUs	Serviço	4	170,00	680,00
22	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –24.000 BTUs	Serviço	9	200,00	1.800,00
23	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –36.000 BTUs	Serviço	8	230,00	1.840,00
24	Desinstalação de aparelhos condicionadores de ar Modelo Split –60.000 BTUs	Serviço	6	350,00	2.100,00

Item	Descrição	Unid	Valor estimado para o fornecimento de peças sem o desconto	Percentualmínimo de desconto	Valor total estimado para o fornecimento depeças
25	Fornecimento depeças durante 12 meses	Unidade	R\$ 40.000,00	16%	R\$ 33.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE I					R\$ 128.197,10

26	Serviço de Elaboração e Implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, para o sistema de climatização da CMRB. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento, a descrição das atividades a serem executadas, conforme NBR 13.971/97, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Portaria 3523 de 28/08/1998 do Ministério da Saúde e Resolução 176/2000, atualizado pela Resolução 09/2003 da Anvisa.	Serviço	1	R\$ 4.433,00	R\$ 4.433,00
Valor total do lote II					R\$ 4.433,00
Valor Total dos LOTES I e II					R\$ 132.630,10

CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES

PORTARIA Nº 023/2025, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

Regulamenta o art. 95, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 27, inciso II, do Regimento Interno, CONSIDERANDO a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - NLLC, que Estabelece Novas Normas Gerais de Licitação e Contratação para as Administrações Pública Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos da NLLC; CONSIDERANDO a necessidade de orientação aos servidores públicos da CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES para adaptação às normas inseridas na NLLC;

RESOLVE,

Art. 1º Fica regulamentado o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES.

Art. 2º Na aplicação desta Portaria serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da razoabilidade, do interesse público, da probidade administrativa e demais normas que regem o assunto.

Art. 3º As pequenas compras, no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES, são entendidas aquelas de valor não superior a 50% da importância prevista pelo Decreto Federal em vigor na data da compra e que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, em conformidade com o § 2º do artigo 95 daquela Lei.

Art. 4º As pequenas compras deverão ser operacionalizadas pelo setor de compras, e observar o procedimento definido no § 3º do art. 75, o qual, por expressa disposição legal, aplica-se às dispensas em razão do valor (art. 75, inc. I e II, da Lei nº14.133/2021).

Parágrafo único. Na operacionalização das pequenas compras deverá ser citada a presente Portaria e justificada a necessidade de pronto pagamento, além do atendimento aos arts. 5º e 6º e ao limite do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º Enquadram-se em pequenas compras e serviços de pronto pagamento, no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL DE RODRIGUES ALVES, as despesas referentes a relações econômicas muito simples, em caráter excepcional, como serviços urgentes e compras não passíveis de planejamento, das quais não resultem em obrigações futuras e devem atender a dois critérios:

I - baixo valor da contratação: até o limite de 50% do valor previsto pelo Decreto Federal em vigor na data da compra e que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021;

II - necessidade de pronto pagamento, ou seja, abarcar despesas que não possam, devido a urgência, se submeter ao processo habitual de aquisição e pagamento pela Administração Pública.

Art. 6º Não são permitidas despesas sem interesse legislativo (de privilégio e interesse particular).

Art. 7º As despesas passíveis de planejamento devem ser submetidas ao procedimento licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, dependendo da estimativa de valor dos bens ou serviços a serem adquiridos.

Art. 8º A pesquisa de preços é dispensável nas hipóteses de pequenas compras, podendo a contratação/compra ser feita com um único orçamento, indispensável às certidões negativas de débitos municipal, estadual e federal, devendo o agente requisitante apenas fazer uma verificação prévia se o preço é compatível com o preço de mercado, dispensada a formalização dessa verificação, respondendo o agente que requisitou a compra quando comprovada aquisição por preços excessivos.

Art. 9º As contratações de que tratam essa Portaria não exigem as formalidades da Lei nº 14.133/2021, tais como instauração e instrução de processo, prévia publicação, justificativa de escolha do contratado, exigência de documentos de habilitação, dentre outros, bastando ser operacionalizada via sistema de compras na opção “Compras Diretas”, atendendo à Lei nº 4.320/64 em relação a Empenho, Liquidação e Pagamento.

Art. 10. Cumprirá à Administração controlar as situações que efetivamente justificam “pequenas compras”, observância do limite de valor definido e razoabilidade dos gastos respectivos frente aos valores praticados no mercado, além de ser realizada apenas em casos excepcionais.

Art. 11. As compras com base nessa Portaria deverão cumprir os ditames legais em relação à Lei nº 12.527/2011, especialmente o seu art. 7º.

Art. 12. O ato de publicação da despesa será realizado através de extrato de contrato, a ser publicado no Sítio Eletrônico Oficial do Poder Legislativo de Rodrigues Alves, meio de publicação oficial da Câmara Municipal de Rodrigues Alves e também no jornal de grande circulação

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGUES ALVES, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

MARCELO BEZERRA DA SILVA
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PLÁCIDO DE CASTRO

ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ

PORTARIA Nº 03, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Presidente da Câmara Municipal de Tarauacá.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUCÁ, Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a seu favor, 05 (cinco) diárias, em ressarcimento as despesas decorrentes de alimentação e hospedagem geradas ao longo de seu

deslocamento e estadia na cidade de Rio Branco – AC, no período de 13 a 17/01/2025, em virtude de Agenda Administrativa realizada junto ao Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC e a Empresa STATUS TECNOLOGIA E CONSULTORIA EM SISTEMAS.

Art. 2º - A presente portaria entra vigor na data de publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Tarauacá – AC, 21 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO RANGELES DA SILVA VIANA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

PORTARIA Nº 04, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Presidente da Câmara Municipal de Tarauacá.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a seu favor, 05 (cinco) diárias, para custeio das despesas decorrentes de alimentação e hospedagem geradas ao longo de seu deslocamento e estadia na cidade de Rio Branco – AC, no período de 24 a 28/03/2025, para cumprimento de Agenda Administrativa junto a Secretaria Extraordinária de Esporte e Lazer – SEEL/AC e a Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º - A presente portaria entra vigor na data de publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Tarauacá – AC, 21 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO RANGELES DA SILVA VIANA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

PORTARIA Nº 05, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Servidor da Câmara Municipal de Tarauacá.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, 05 (cinco) diárias, ao Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Tarauacá, Senhor ROMERO MARTINS DE MESQUITA, para custeio das despesas decorrentes de alimentação e hospedagem geradas ao longo de seu deslocamento e estadia na cidade de Rio Branco – AC, no período de 24 a 28/03/2025, onde realizará o transporte do Presidente da Câmara Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - A presente portaria entra vigor na data de publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Tarauacá – AC, 21 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO RANGELES DA SILVA VIANA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ACRELÂNDIA

PORTARIA Nº01 DE 19 FEVEREIRO DE 2025

A Secretária Municipal de Saúde, Fernanda de Souza Menezes dos Santos, no uso de suas atribuições, resolve nomear os Membros para a Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.

COORDENAÇÃO GERAL

Art. 1º - A 3ª CMSTT será presidida pela Secretária Municipal de Saúde, Fernanda de Souza Menezes dos Santos, com Coordenação-Geral da Presidência do Conselho Municipal de Saúde, Raimunda Nonata Barbosa de Lima Rezende, secretariada pela Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, Maria Madalena Moreira de Souza.

DAS COMISSÕES E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º - A 3ª CMSTT será conduzida pelas seguintes comissões:

I - Comissão Organizadora e Executiva;

II - Comissão de Mobilização e Científica; e

III - Comissão de Relatoria;

§1º - Na composição das comissões deverá participar conselheiros municipais de saúde e pessoas indicadas pela gestão municipal.

§2º - Cada comissão terá um coordenador (a) preferencialmente Conselheiro Municipal de Saúde e um Coordenador (a) Adjunto membro da Comissão.

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

• 1º Maria da Silva Brito

• 2º Geiele Belmont de Barros Belini

• 3º Jonas Henrique Brito Chorobura

• 4º Valmir de Olinda Silva

Art. 3º - À Comissão Organizadora e Executiva da 3ª CMSTT compete:

I - Promover, coordenar e supervisionar a realização da 3ª CMSTT, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros, e apresentando as propostas para deliberação do Conselho Municipal de Saúde;

II - Acompanhar a disponibilidade da organização, da infraestrutura e do orçamento;

III - Estimular, monitorar e apoiar a realização das Etapas Preparatórias e da Conferência;

IV - Subsidiar e apoiar a realização das atividades das demais Comissões;

V - Propor as condições de acessibilidade e de infraestrutura necessárias para a realização da 3ª CMSTT, referentes ao local, ao credenciamento, equipamentos e instalações audiovisuais, de reprografia, comunicação (telefone, Internet, dentre outros), hospedagem, transporte, alimentação e outras; e

VI - Providenciar e acompanhar a celebração de contratos e convênios necessários à realização da 3ª CMSTT.

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E CIENTÍFICA

• 1º Francisco Jean Saldanha Figueiredo

• 2º Zilmara Passo da Silva

• 3º Cristian Waleson Araujo Rolim

• 4º Elizangela Caetano de Souza Silva

Art. 4º - À Comissão de Mobilização e Científica compete:

• I - Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da 3ª CMSTT, incluindo imprensa, Internet e outras mídias;

• II - Promover a divulgação do Regimento e do Regulamento da 3ª CMSTT;

• III - Orientar as atividades de comunicação social da 3ª CMSTT;

• IV - Auxiliar na divulgação da produção de materiais, da programação e o Relatório Final da 3ª CMSTT;

• V - Mobilizar e estimular a participação de todos os segmentos/setores pertinentes nas etapas das 3ª CMSTT; e

• VI - Sugerir a Comissão Organizadora e Executiva os palestrantes nas etapas das 3ª CMSTT; e

• VII - Análise das palestras e dos materiais expostos nas etapas das 3ª CMSTT.

COMISSÃO DE RELATORIA

• 1º Rosiane da Silva Barbosa Darub

• 2º Maria Madalena Moreira de Souza

• 3º Renê Pessoa Barrozo

• 4º Renízia Maria Azevedo Medeiros Costa

Art. 6º - À Comissão de Relatoria compete:

I - Elaborar e propor o método para consolidação dos Relatórios para a Etapa Municipal;

II - Consolidar o Relatório da Etapa Municipal;

III - Propor nomes para compor a equipe de relatores da Plenária Final;

IV - Elaborar o Relatório Final da 3ª CMSTT;

V - Propor metodologia para a etapa final da 3ª CMSTT; e

VI - Estimular e acompanhar o encaminhamento, em tempo hábil, do Relatório das Conferência Municipal à Comissão de Relatoria da 3ª CMSTT.

Fernanda de Souza Menezes dos Santos

Secretária Municipal de Saúde

Decreto 008/2025

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE ACRELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº 001 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de discipli-

nar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 a Servidora AMANDA CARVALHO DE OLIVEIRA RG:0285570 e CPF: 508.658.702-68, brasileiro, para o Cargo de Coordenadora Administrativa da Novo Horizonte, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

Decreto de nº003/2025

Publique-se,

Cumpra-se

Certifique-se

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE ACRELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº 002 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de disciplinar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 a Servidora ANA LECY DE SOUZA FERREIRA RG:412072 e CPF: 769.590.662-04, brasileiro, para o Cargo de Coordenador Administrativo da Escola Rita Bocalom, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

Decreto de nº003/2025

Publique-se,

Cumpra-se

Certifique-se

PUBLICAÇÃO POPR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE ACRELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº003 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de disciplinar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 a Servidora GILDILENE DE MELO VASCONCELO VIEIRA RG:290836 e CPF: 613.875.252-04, brasileiro, para o Cargo de Coordenador Pedagógica da Bom Jesus, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

Decreto de nº003/2025

Publique-se,

Cumpra-se

Certifique-se

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE ACRELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº 005 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de

Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de disciplinar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 a Servidora MARY SCHARLA SCHULTZ DUTRA RG:377012 e CPF: 667.202.302-04 para o Cargo de Coordenadora Pedagógica da Novo Horizonte Da Silva, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

Decreto de nº003/2025

Publique-se,

Cumpra-se

Certifique-se

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE ACRELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº 006 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de disciplinar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 o Servidor NELINHO DE ALBURQUEQUE LIMA RG:355161 e CPF: 683.058.002-10, brasileiro, para o Cargo de Coordenador Administrativo da Altina Magalhães Da Silva, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

Decreto de nº003/2025

Publique-se,

Cumpra-se

Certifique-se

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA DE ACRELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº 008 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de disciplinar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 a Servidora RAQUEL FREITAS CERQUEIRA MOREIRA RG:386756 e CPF: 722.610.052-53, brasileiro, para o Cargo de Coordenador Administrativo da Bom Jesus, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA

Secretária Municipal de Educação

Decreto de nº003/2025

Publique-se,

Cumpra-se

Certifique-se

PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE ACRELÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME

PORTARIA Nº 010 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA Secretário Municipal de Educação de Acrelândia estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 57, Inciso V da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993 e,

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, finalmente, a imperiosidade legal e a necessidade de disciplinar o assunto.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR a partir do dia 11 do mês de fevereiro de 2025 a Servidora VALDETE DA SILVA LOPES RG:202688 e CPF: 605.789.632-72, Brasileira, para o Cargo de Coordenadora Administrativa da Creche e Pré-Escolar Branca de Neve, com ônus, para o quadriênio 2025/2028.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto de nº003/2025

Publique-se,
Cumpra-se
Certifique-se

PORTARIA DE Nº 011 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

SUMULA: Cria a Comissão de Análise de Currículo do Processo Seletivo Simplificado para Agentes de Educação.

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA, Secretária Municipal de Educação de Acrelândia, Estado do Acre, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Geral formada pelos servidores abaixo descrito de Aplicação e Correção das Avaliações do Processo Simplificado do Programa Caminhos da Educação do Campo: Primeira Infância Elisângela Caetano de Souza da Silva;

Simone Maria Ribeiro Xavier Guerreschi;

Marlene Maria de Brito Souza;

Jorge Orlando;

Wildna Schumacher;

Raquel do Nascimento Campos Gomes.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Acrelândia - Acre aos dias 24 (vinte e quatro) dias do mês fevereiro de 2025.

Publique-se, Cumpra-se e Certifique-se

Kelly Regina Ibarrola Vieira
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 003/2025

PORTARIA DE Nº 012 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

Kelly Regina Ibarrola Vieira, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Acrelândia Estado do Acre, no exercício de suas atribuições, em conformidade com o artigo 61, Inciso I da Lei Orgânica Municipal de 10 de dezembro de 1993.

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 294 de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

Considerando, apreciação e acompanhamento do processo de eleição direta pela comunidade escolar.

RESOLVE:

Art. 1º. – Criar a Comissão Eleitoral Geral da SEME, para realização e acompanhamento da eleição para conselheiros escolares no âmbito da rede municipal de ensino, obedecerá às normas regulamentares descritas na Lei nº de 04 de abril de 2006, (Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Município).

MEMBROS:

ANTÔNIO PEREIRA DE SÁ

CELSO MIGUEL SANTANA

RENATO SOARES DE JESUS

Art. 2º – A Comissão Eleitoral Geral da SEME se reunirá para definir as funções dos componentes desta comissão nos procedimentos da escolha do presidente (a), secretário (a) e membro desta comissão.

Publique-se, cumpra - se e certifique – se

KELLY REGINA IBARROLA VIEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 003/2025

PORTARIA Nº 166/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o MEMO/SEMSA/Nº128/2025, designar o servidor abaixo mencionado para, em observância à legislação vigente, atuar como FISCAL DE CONTRATO, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

FISCAL DE CONTRATO: GABRIEL SOARES DE LIMA, responsável pelo contrato abaixo relacionado:

CONTRATO DE Nº 023/2025

JLP ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA

Art. 2º. Compete ao fiscal o acompanhamento de execução processual dos Processos Administrativos de Despesas Públicas – PADP, bem como realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente.

I – Instruir o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP com documentos obrigatórios e necessários, nos termos da lei;

II – Dar Publicidade e manter quinzenalmente e atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos a exemplo do Portal da Transparência; e,

III – Acompanhar a vigência do Instrumento Contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único: o fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e demais leis e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete ao fiscal a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado;

Parágrafo único: O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e demais leis pertinentes e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Acrelândia, 25 de fevereiro de 2025.

OLAVO FRANCELINO DE REZENDE
PREFEITO DE ACRELÂNDIA

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PORTARIA DE Nº 167/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo mencionado para, em observância à legislação vigente, atuar como FISCAL DE CONTRATO, no âmbito da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo – SEMOTUR.

FISCAL DE CONTRATO: FRANCISCO JEAN SALDANHA FIGUEIREDO JÚNIOR, responsável pelo contrato abaixo relacionado:

CONTRATO DE Nº 024/2025 - P. G. B. SOUZA - LTDA

CNPJ: 39.488.793/0001-75

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2024

PROCESSO ADMNINSITRATIVO Nº 025/2024 – SEME/PMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2024

Art. 2º. Compete ao fiscal o acompanhamento de execução processual dos Processos Administrativos de Despesas Públicas – PADP, bem como realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente.

I – Instruir o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP com documentos obrigatórios e necessários, nos termos da lei;

II – Dar Publicidade e manter quinzenalmente e atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos a exemplo do Portal da Transparência; e,

III – Acompanhar a vigência do Instrumento Contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único: o fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e demais leis e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete ao fiscal a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado;

Parágrafo único: O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e demais leis pertinentes e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2025.

Acrelândia, 25 de fevereiro de 2025.

OLAVO FRANCELINO DE REZENDE

PREFEITO DE ACRELÂNDIA

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 031/2024

Com base no Edital Pregão Presencial SRP nº 015/2023, Processo Administrativo nº 044/2023 – SEMAF – PMA, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA, com sede na Av. Governador Edmundo Pinto, nº 810, em Acrelândia, inscrito no CNPJ sob o nº 84.306.737/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Olavo Francelino de Rezende, portador do RG 030141A SEPC/AC, CPF/MF: 461.088.741-04, residente e domiciliado na Cidade de Acrelândia – Acre, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PROGRESSO COMERCIO DE COMBUSTÍVEL E SERVIÇOS - EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 34.800.935/0001-74, Inscrição Estadual nº 01.062.071/001-07, com sede na Avenida Adenilson Rogério de Oliveira nº 72 Bairro Centro, CEP 69.945-000, no Município de Acrelândia, neste ato representado pelo Sr. Francisco de Assis Dantas Junior RG nº 0316939 SSPAC e CPF nº 522.335.882-15, residente e domiciliado nesta cidade doravante denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVE APOSTILAR AO CONTRATO Nº 031/2024, para alterar a dotação orçamentária inicialmente indicada no contrato, constantes na CLÁUSULA NONA do referido Contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Fica incluída no contrato a seguinte Funcional Programática:

Projeto Atividade: 1.003 - Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0662 – Material de Consumo;

Fonte de Recursos: 662

Redu: 401

Permanece inalterado, em seu inteiro teor, o restante do Contrato nº 031/2024.

Acrelândia/AC, 24 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA

Olavo Francelino de Rezende

Prefeito

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 080/2024

Com Base no Processo nº 0026/2024 SEPLAN-PMA, ADESÃO Nº 007/2024, Ata de Registro de Preços nº 017/2023, Pregão Presencial SRP Nº. 002/2023, Órgão Gerenciador – PREFEITURA MUNICIPAL DE EPITACIOLÂNDIA, A Prefeitura Municipal de Acrelândia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.306.737/0001-27, com sede no endereço na Avenida Governador Edmundo Pinto, nº 810, Centro, em Acrelândia/AC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Senhor Olavo Francelino de Rezende, portador da Carteira de Identidade n.º 030141A e CPF n.º 461.088.741-04, com competência para assinar contratos, de outro lado, a empresa J.B.V. ALBUQUERQUE - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 00.432.870/0001-30, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVE APOSTILAR AO CONTRATO Nº 080/2024, para alterar a dotação orçamentária inicialmente indicada no contrato, constantes na CLÁUSULA QUINTA do referido Contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Fica incluída no contrato a seguinte Funcional Programática:

02- Gabinete do Prefeito

001 - Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade: 2.069 - Procuradoria Geral do Município

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recursos: 1.501

Redu: 22

11 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

001 - Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto Atividade: 2.015 - Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recursos: 1.501

Fonte de Recursos: 1.706

Redu: 370

11 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

001 - Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto Atividade: 2.017 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recursos: 1.501

Fonte de Recursos: 1.706

Redu: 387

11 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

001 - Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto Atividade: 2.046 - Manutenção e Expansão do Sistema de Informática

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recursos: 1.501

Fonte de Recursos: 1.706

Redu: 357

Permanece inalterado, em seu inteiro teor, o restante do Contrato nº 080/2024.

Acrelândia/AC, 24 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA

Olavo Francelino de Rezende

Prefeito

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 153/2024

Com base no Edital Pregão Presencial SRP nº 007/2024, Processo Administrativo nº 046/2024 – SEMAF – PMA O MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 84.306.737/0001-27, com sede na Avenida Governador Edmundo Pinto, nº 810 – Centro - Acrelândia, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito o Senhor Olavo Francelino de Rezende, portador do RG 030141A SEPC/AC, CPF/MF: 461.088.741-04, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, E. C. SANTANA LTDA nome Fantasia STAR TERCEIRIZADO, inscrita no CNPJ: 08.575.671/0001-92 Inscrição Estadual nº 01.018.904/001-42, com endereço na BR 364 Km 28, nº 460, Centro – Bujari/AC, neste ato representado pelo Sr. ELDERLANGELO COSTA SANTANA, brasileiro, solteiro, natural de Rio Branco - AC, nascido em 14/08/1974, empresário, residente e domiciliado na cidade de Rio Branco Acre, sito na Rua Alegria, 156 – Bairro Bosque - CEP 69.908-370, portador da cédula de identidade nº 32615493303276 SSP/GO e CPF no 772.623.601-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVE APOSTILAR AO CONTRATO Nº 153/2024, para alterar a dotação orçamentária inicialmente indicada no contrato, constantes na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do referido Contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Fica incluída no contrato a seguinte Funcional Programática:

. Secretaria Municipal de Assistência Social.

. Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.37.00.00 – Locação de Mão de Obra

Fonte de Recursos: 662

Redu: 194

Permanece inalterado, em seu inteiro teor, o restante do Contrato nº 153/2024.

Acrelândia/AC, 24 de fevereiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA

Olavo Francelino de Rezende

Prefeito

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 002/2025.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de ar condicionado, atendendo a demanda das secretarias do município de Acrelândia - Ac.

Motivo: Justifica-se para atender medidas administrativas.

Acrelândia – Acre, 25 de fevereiro de 2025.

Wagner da Silva Gega

Pregoeiro

RESOLUÇÃO CMS Nº 02, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação do Regimento da 3ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, e outras medidas a ela concernentes.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACRELÂNDIA, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 629 de 30 de outubro de 2017 e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e,

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e cria a Conferência de Saúde enquanto instância colegiada a se reunir a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes;

Considerando a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, que define o funcionamento dos conselhos e conferência de saúde;

Considerando a Resolução CNS nº 723/2024, que dispõe sobre a aprovação

da realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde do trabalhador e Trabalhadora - 5ª CNSTT.

Considerando a Resolução CNS nº 744, de 14 de março de 2024, que dispõe sobre as regras relativas à realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora - 5ª CNSTT.

Considerando a Resolução CES nº 45, de 04 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação da realização da 3ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora - 3ª CESTT, e outras medidas a ela concernentes.

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Regimento da 3ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora - 3ª CMSTT, com o tema "Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano".

Art. 2º O regimento da 3ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora - 3ª CMSTT, foi aprovado em plenária do CMS;

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Raimunda Nonata Barbosa de Lima Rezende

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Homologo a Resolução nº 01/2023 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Fernanda de Souza Menezes dos Santos

Secretária Municipal de Saúde

Decreto Nº. 008/2025

REGIMENTO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E TRABALHADORA (3ª CMSTT)

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 3ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - 3ª CMSTT, convocada pela Resolução CMS nº 01, de 17 de fevereiro de 2025, tem por objetivos o fortalecimento do Controle Social com ampliação da participação popular nos territórios para efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nos programas e ações dos órgãos setoriais do estado e município em defesa da saúde do trabalhador e da trabalhadora como um direito humano.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º A 3ª CESTT terá ampla abrangência, mediante a realização da etapa municipal, estadual e envio de propostas e delegados eleitos para a etapa nacional.

Art. 3º A 3ª CESTT contará com fases de mobilização e formação de 03 (três) etapas para elaboração, votação e acompanhamento de propostas, de acordo com a descrição abaixo:

I - Etapa Municipal;

II - Etapa Estadual;

III - Etapa Nacional.

CAPÍTULO III

DO TEMA E DOS EIXOS

Art. 4º A 3ª CMSTT terá como tema: "Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano".

§1º Os eixos da 3ª CMSTT são:

I - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

II - As novas relações de trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

III - Participação Popular na Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para o Controle Social.

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS DA 3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

Art. 5º A 3ª CESTT, de acordo com o calendário previsto pela Resolução CES/AC nº 45, de 04 de dezembro de 2024, que aprovou a realização da 3ª Conferência Estadual de Saúde Trabalhador e da Trabalhadora e conta com as seguintes etapas:

I - Etapa Municipal: até 15 de abril de 2025;

II - Etapa Estadual: de 4 a 5 de junho de 2025; e

III - Etapa Nacional: de 18 a 21 de agosto de 2025.

§1º Todas as etapas poderão ser antecedidas de atividades preparatórias, bem como deverão definir modos de monitoramento e do acompanhamento das deliberações de diretrizes e propostas aprovadas, em cada esfera de gestão.

§2º Os debates sobre o tema e os eixos da Conferência serão conduzidos em cada etapa, com base em Documento Orientador elaborado pela Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde Trabalhador e da Trabalhadora.

§ 3º Além do seu Relatório Final, cada uma das etapas, deve elaborar planos de ação relativos à sua esfera de competência, compreendendo a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, como Direito Humano com vistas a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, fomentar o debate sobre as novas relações de trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e empoderamento da Participação Popular na Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para o Controle Social.

§4º As deliberações nas etapas serão objeto de monitoramento pelas instân-

cias de controle social, em todas as suas esferas, com vistas a acompanhar os seus desdobramentos.

§5º A Etapa Estadual ocorrerá ainda que não sejam realizadas as etapas previstas no inciso I, em sua integralidade.

§6º Recomenda-se que as deliberações aprovadas em cada uma das etapas apontem a competência de cada ente federado para a sua devida execução, uma vez que o SUS é um sistema integrado por três esferas de gestão, quais sejam: Municipal, Estadual/Distrito Federal e Nacional.

SEÇÃO I

DA ETAPA MUNICIPAL

Art. 6º A Etapa Municipal deve ser acompanhada da elaboração de seus respectivos regulamentos que estabelecem as regras para condução de grupos de trabalho, de plenárias finais deliberativas e de outras atividades que comporão as suas programações, com os objetivos de:

a) Analisar a situação de saúde do Trabalhador e Trabalhadora no âmbito municipal, estadual e nacional;

b) Debater o tema e os eixos temáticos, definidos no Art. 4º deste regimento, analisando as prioridades locais de saúde;

c) Os municípios poderão realizar as Conferências Municipais de saúde junto com a Conferência de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora para a revisão dos Planos Municipais de Saúde, a serem elaborados para os anos de 2026 a 2029, porém o relatório final a ser encaminhado para a organização da etapa estadual será apenas as propostas e diretrizes sobre a Conferência de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.

§1º A divulgação da Etapa Municipal será ampla e a participação aberta para todas as pessoas dos respectivos territórios, com direito a voz e voto, em todos os seus espaços.

§2º As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde nas esferas Estadual e Nacional serão destacadas no Relatório Final da Etapa Municipal, bem como os delegados eleitos.

Art. 7º O Relatório Final da Etapa Municipal, será de responsabilidade dos Conselhos Municipais de Saúde e deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa Estadual, pelo email: cesac.saude@gmail.com do Conselho Estadual de Saúde até 10 (dez) dias corridos após a sua realização.

§1º O Relatório das Conferências Municipais de Saúde deverá conter, (01) uma Diretriz para cada eixo temático, sendo 3 (três) propostas por eixo de abrangência Nacional, e até 3 (três) propostas por eixo de âmbito estadual, a serem apresentadas em papel tamanho A4, fonte tipo Arial, tamanho 12 e espaço duplo.

§ 2º As diretrizes e propostas que serão encaminhadas pelas etapas Municipais devem conter, no máximo, 350 e 700 caracteres com espaços, respectivamente.

§ 3º A Comissão de Relatoria da etapa Estadual, além de assessorar a equipe de Relatoria Municipal, ficará responsável pela consolidação das propostas estaduais e nacionais oriundas da etapa Municipal, considerando as que se relacionam com o tema central.

§ 4º Ficará sobre a responsabilidade da equipe de relatoria estadual a elaboração e assinaturas dos gestores municipais e pessoas delegadas eleitas para etapa estadual dos Termos de Responsabilidades.

Subseção I

DA ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO MUNICIPAL PARA A ETAPA ESTADUAL

Art. 8º Nas Conferências Municipais serão eleitas, de forma paritária, pessoas delegadas que participarão da Conferência Estadual, conforme Resolução CNS nº 453/2012, com base no quantitativo de vagas prevista no anexo I, deste regimento.

§1º As eleições das pessoas delegadas devem ocorrer em foro separado por seguimentos.

§2º As Conferências Municipais deverão incentivar que sejam eleitas pessoas delegadas que ainda não participaram de outras conferências e que tenham compromisso com a defesa do SUS, com as deliberações da Conferência, bem como com os debates em torno do tema central da 5ª CNSTT.

§3º Recomenda-se que as Conferências Municipais elejam suas delegações, fundadas no princípio da equidade, observando a representatividade dos mais diversos grupos que compõem a população brasileira, atendendo à representação de:

I - Grupos étnico-raciais, de modo a garantir a representatividade das populações negra, indígena e das comunidades originárias e tradicionais, respeitadas as diferenças e proporcionalidades locais;

II - Representantes de movimentos rurais e urbanos, considerando as trabalhadoras e trabalhadores do campo, das florestas, das águas e da cidade;

III - Movimentos e entidades de pessoas LGBTQIA+;

IV - Multiplicidade geracional, estimulando, especialmente, a participação de entidades, coletivos e movimentos de pessoas jovens, idosas e aposentadas;

V - Pessoas com deficiência, estimulando, especialmente, a diversidade dessa população, como pessoas com deficiência psicossocial e intelectual; e

VI - Pessoas com patologias, doenças raras ou negligenciadas.

§4º O resultado da eleição de pessoas delegadas da Etapa Municipal será enviado para a Comissão Organizadora da Etapa Estadual, em até 10 (dez) dias após a realização da referida etapa, junto ao relatório final, devendo conter o delegado eleito titular e o seu respectivo suplente.

§5º As despesas com o deslocamento da delegação municipal para a Etapa Esta-

dual serão de responsabilidade dos seus respectivos Municípios de origem.

SEÇÃO II

DA ETAPA ESTADUAL

Art. 9º A Etapa Estadual terá por objetivo analisar as prioridades constantes no Documento Orientador e nos Relatórios das Conferências Municipais, elaborar propostas para o Estado e União, e encaminhar à Comissão Organizadora Nacional o respectivo Relatório Final.

Art. 10º Na Etapa Estadual poderão participar as pessoas Delegados eleitas nas Conferências Municipais, os Conselheiros Estaduais de Saúde eleitos Delegados pelo Conselho Estadual de Saúde, obedecendo à paridade prevista na Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, convidados e ouvintes.

Art. 11º As pré-inscrições dos delegados para a Etapa Estadual eleitos para participarem da 3ª CESTT serão realizadas pela comissão organizadora e executiva da Conferência Estadual.

Art. 12º A proposta de Regulamento da Etapa Estadual será amplamente divulgada e submetida às sugestões por meio de consulta virtual por um período de, no mínimo, 30 (trinta) dias, em calendário a ser proposto pela Comissão Organizadora da 3ª CESTT e aprovado pelo Pleno do CES/AC.

Subseção I

DA ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO ESTADUAL PARA A ETAPA NACIONAL

Art. 13º A delegação da Etapa Estadual para participação na Etapa Nacional será eleita, entre os delegados participantes na Etapa Estadual, que atenderem aos critérios estabelecidos no regulamento, devendo respeitar a forma paritária, conforme Resolução CNS nº 453/2012, no quantitativo total de 24 (vinte e quatro) delegados, conforme tabela no anexo II do Regimento da 5ª CNSTT, aprovado através da Resolução nº 744, de 14 de março de 2024 do CNS.

§1º A Conferência Estadual deverá incentivar que sejam eleitas pessoas delegadas que ainda não participaram de outras conferências e que tenham compromisso com a defesa do SUS, com as deliberações da Conferência, bem como com os debates em torno do tema central da 5ª CNSTT.

§2º Recomenda-se que a Etapa Estadual eleja suas delegações, fundadas no princípio da equidade, observando a representatividade dos mais diversos grupos que compõem a população brasileira, atendendo à representação de:

- I - Grupos étnico-raciais, de modo a garantir a representatividade das populações negra, indígena e das comunidades originárias e tradicionais, respeitadas as diferenças e proporcionalidades locais;

- II - Representantes de movimentos rurais e urbanos, considerando as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade;

- III - Movimentos e entidades de pessoas LGBTQIA+;

- IV - Multiplicidade geracional, estimulando, especialmente, a participação de entidades, coletivos e movimentos de pessoas jovens, idosas e aposentadas;
- V - Pessoas com deficiência, estimulando, especialmente, a diversidade dessa população como pessoas com deficiência psicossocial e intelectual; e
- VI - Pessoas com patologias, doenças raras ou negligenciadas.

§4º As despesas com o deslocamento aéreo da delegação estadual para a Etapa Nacional em Brasília serão de responsabilidade do Estado.

§5º O Conselho Estadual de Saúde deve indicar uma pessoa representante da respectiva delegação, dentre as pessoas delegadas eleitas, para articulação com a Comissão Organizadora Nacional.

SEÇÃO III

DAS CONFERÊNCIAS LIVRES

Art. 14º As Conferências Livres poderão ser organizadas pelos segmentos de usuários(as), trabalhadores(as) e gestores(as)/prestadores(as), como também, pela representação social a que pertencem (Ex.: juventude, população em situação de rua, população negra, pescadores(as), catadores(as) de materiais recicláveis, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, dentre outras), podendo ser constituídas nos âmbitos Municipais, Regionais, Estadual e Nacional com o objetivo de debater um ou mais eixos temáticos.

§1º As Conferências Livres realizada de âmbito nacional, serão regidas pelo Regimento da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora conforme dispõe a resolução nº 744, de 14 de março de 2024 do Conselho Nacional de Saúde.

§2º As conferências livres não elegem delegados (as) para a etapa Estadual. Seu principal objetivo é apresentar sugestões pelo (s) eixo (s) temático (s) debatido (s) à Comissão Organizadora da Etapa correspondente.

§3º As conferências livres, de caráter Estadual devem ocorrer até o dia 15 (quinze) de abril de 2025 e a realização destas conferências deve ser comunicada ao Conselho Estadual de Saúde com antecedência mínima de 10 dez dias, pelo email: ces.saude.ac@gmail.com contendo data e local de realização e organizadoras (es).

§4º Após a realização das Conferências Livres os organizadores terão um prazo de 4 (quatro) dias corridos para entrega de relatório no Conselho Estadual de Saúde.

§5º As Conferências Livres poderão definir até 3 (três) propostas de caráter estaduais para etapa Estadual.

Parágrafo Único - Em caso de realização de Conferências Livres após a realização da Conferência de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora no respectivo Município, as propostas de caráter municipais serão encaminhadas aos respectivos municípios pelo Conselho Estadual de Saúde em forma de reco-

mendação.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 15º A 3ª CMSTT será presidida pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, com Coordenação-Geral da Presidência do Conselho Municipal de Saúde, secretariada pela Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 16º O funcionamento da Etapa Municipal da 3ª CMSTT se dará por meio da realização de Grupos de Trabalho e de uma Plenária Final.

Art. 17º O relatório da Conferência Municipal deverá ser apresentado à Comissão Organizadora Estadual da 3ª CESTT, até 10 (dez) dias do término da referida etapa.

Art. 18º O Relatório da Etapa Municipal deverá conter:

- I - Relação dos membros das Comissões Portariadas;

- II - Relatório Fotográficos da Conferência Municipal;

- III - Relação das Diretrizes e Propostas de âmbito Estadual e Nacional e Municipal;

- IV - Relação dos Delegados Eleitos para a Etapa Estadual.

§1º As diretrizes e propostas que serão encaminhadas para a Relatoria Estadual devem conter, no máximo, 350 e 700 caracteres com espaços, respectivamente.

§2º As diretrizes e propostas de âmbito Estadual devem conter uma (01) Diretriz para cada um dos 3 (três) eixos temáticos e até três (03) Propostas por Diretriz.

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÕES

Art. 19º A 3ª CMSTT será conduzida pelas seguintes comissões:

- Comissão Organizadora e Executiva;

- Comissão de Mobilização e Científica; e

- Comissão de Relatoria;

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES

Art. 20º À Comissão Organizadora e Executiva da 3ª CMSTT compete:

- I - Promover, coordenar e supervisionar a realização da 3ª CMSTT, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros, e apresentando as propostas para deliberação do Conselho Municipal de Saúde;

- II - Acompanhar a disponibilidade da organização, da infraestrutura e do orçamento;

- III - Estimular, monitorar e apoiar a realização das Etapas Preparatórias e da Conferência;

- IV - Subsidiar e apoiar a realização das atividades das demais Comissões;

- V - Propor as condições de acessibilidade e de infraestrutura necessárias para a realização da 3ª CMSTT, referentes ao local, ao credenciamento, equipamentos e instalações audiovisuais, de reprografia, comunicação (telefone, Internet, dentre outros), hospedagem, transporte, alimentação e outras; e

- VI - Providenciar e acompanhar a celebração de contratos e convênios necessários à realização da 3ª CMSTT.

Art. 21º À Comissão de Mobilização e Científica compete:

- I - Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da 3ª CMSTT, incluindo imprensa, Internet e outras mídias;

- II - Promover a divulgação do Regimento e do Regulamento da 3ª CMSTT;

- III - Orientar as atividades de comunicação social da 3ª CMSTT;

- IV - Auxiliar na divulgação da produção de materiais, da programação e o Relatório Final da 3ª CMSTT;

- V - Mobilizar e estimular a participação de todos os segmentos/setores pertinentes nas etapas das 3ª CMSTT; e

- VI - Sugerir a Comissão Organizadora e Executiva os palestrantes nas etapas das 3ª CMSTT; e

- VII - Análise das palestras e dos materiais expostos nas etapas das 3ª CESTT.

Art. 22º À Comissão de Relatoria compete:

- I - Elaborar e propor o método para consolidação dos Relatórios para a Etapa Municipal;

- II - Consolidar o Relatório da Etapa Municipal;

- III - Propor nomes para compor a equipe de relatores da Plenária Final;

- IV - Elaborar o Relatório Final da 3ª CMSTT;

- V - Propor metodologia para a etapa final da 3ª CMSTT; e

- VI - Estimular e acompanhar o encaminhamento, em tempo hábil, do Relatório da Conferência Municipal à Comissão de Relatoria da 3ª CMSTT.

Art. 23º Cada Comissão terá um coordenador (a) preferencialmente Conselheiro Municipal de Saúde e um coordenador (a) adjunto membro da Comissão.

CAPÍTULO VIII

DOS PARTICIPANTES

Art. 24º A 3ª CMSTT contará com os seguintes participantes:

- I - Delegados, com direito a voz e voto;

- II - Convidados (as) e ouvintes com direito a voz.

§2º Serão convidados (as) para a 3ª CMSTT representantes de Organizações da Sociedade Civil, entidades, instituições e personalidades municipais, com atuação de relevância em saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e setores afins.

Art. 25º As inscrições dos (as) delegados (as) para a Etapa Estadual da 3ª CESTT deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora juntamente com o relatório.

Art. 26º A comunicação dos (as) delegados (as) suplentes eleitos (as), em

substituição aos (as) delegados (as) titulares eleitos (as), poderá ser realizada no máximo de até 15 (quinze) dias antes da data de realização da Etapa Estadual. Art. 27º Os (as) participantes com deficiência e/ou patologias e que tenham necessidades especiais deverão fazer o registro na ficha de inscrição da 3ª CMSTT, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 28º As despesas com a organização geral para a realização da Etapa Municipal da 3ª CMSTT caberão à dotação orçamentária consignada ao Conselho Municipal de Saúde pela Secretaria Municipal de Saúde.

§1º As despesas com o deslocamento/translado dos Delegados Eleitos, dos municípios de origem para a etapa Estadual que ocorrerá em Rio Branco/AC, no período de 04 a 05 de junho de 2025, serão de responsabilidade do gestor municipal. No que diz respeito à hospedagem, alimentação e transporte do hotel/ evento/hotel aos delegados hospedados serão custeadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre através da dotação orçamentária consignada ao Conselho Estadual de Saúde.

§2º As despesas com o deslocamento/translado dos Delegados Eleitos na Etapa Estadual para participar da Nacional que ocorrerá em Brasília/DF, no período de 18 a 21 de agosto de 2025, se dará da seguinte forma:

I - Serão de responsabilidade do gestor municipal as despesas com o deslocamento/translado dos Delegados Eleitos, dos municípios de origem até o local de embarque aéreo definido dentro do Estado;

II - As despesas com o deslocamento aéreo dos Delegados (as) estaduais para etapa nacional serão custeadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre através da dotação orçamentária consignada ao Conselho Estadual de Saúde.

CAPÍTULO X
DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS

Art. 29º São instâncias de decisão na Etapa Municipal 3ª CMSTT:

I - Os grupos de trabalho; e

II - Plenária final.

§1º Na formação dos grupos de trabalho serão na medida do possível compostos paritariamente por delegadas e delegados nos termos da Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, com participação de convidadas (os), estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total.

§2º Os grupos de trabalho serão realizados, simultaneamente, para discutir e votar os conteúdos do Relatório Estadual consolidado.

§4º A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do relatório consolidado dos grupos de trabalho, bem como as moções.

Art. 30º O Relatório Final da 3ª CMSTT conterà as propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho e Moções aprovadas na Plenária Final da Etapa Municipal, devendo conter diretrizes municipais para o fortalecimento dos programas e ações de saúde.

Parágrafo único. O Relatório, aprovado na Plenária Final da, 3ª CMSTT, será encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado de Saúde, devendo ser amplamente divulgado, servindo de base para a etapa de monitoramento.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31º A programação para a 3ª CMSTT será objeto de Resolução do Conselho Estadual de Saúde.

Art. 32º Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 3ª CMSTT.

Art. 33º As dúvidas quanto à aplicação deste Regimento na Etapa Municipal serão esclarecidas pela Comissão Organizadora da 3ª CMSTT.

Raimunda Nonata Barbosa de Lima Rezende
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Contrato nº 012/2025
Adesão nº 019/2024
Processo Administrativo nº 0054/2024 SEMAF - PMA
Adesão a Ata de Registro de Preços nº 26/2023
Pregão Presencial SRP nº 28/2023.
Órgão Gerenciador – Prefeitura Municipal de Bujari
Pelo presente instrumento Público O MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, com sede na Av. Governador Edmundo Pinto nº 810 – Centro, em Acrelândia, inscrito no CNPJ sob o nº 84.306.737/0001-27, neste ato representado por seu representante legal, Prefeito Municipal Sr. Olavo Francelino de Rezende, portador do RG 030141A SEPC/AC, CPF/MF: 461.088.741-04 doravante designado simplesmente CONTRATANTE, doravante denominada apenas CONTRATANTE, e a empresa, DUX COMERCIO REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ:05.502.105/0001-62 - Insc. Est. Nº 01.014.039/001-10, com sede na Rua Maria da Conceição 202 Quadra E Casa 05 – Tangara Cidade: Rio Branco Estado do Acre – CEP: 69915-026, neste ato Representado pelo Administrador Sr. Elison Marcos Falcão, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2023, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/1993, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de impressoras monocromática multifuncional, impressora monocromática e impressoras multifuncional coloridas, destinado a atender o funcionamento da secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações descritas no quadro abaixo:

Item	Quant	Und	Descrição	Marca	Valor Unit.	Valor Total mensal	Valor Total
1	02	Und	Locação de Impressoras Multifuncional Laser Monocromática, com suprimentos para capacidade mínima mensal de 10.000 cópias para cada impressora, exceto papel, conforme especificação técnica.	EPSON L5290	R\$ 299,85	R\$ 599,70	R\$ 6.596,70
TOTAL						R\$ 599,70	R\$ 6.596,70

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1 Este Contrato guarda conformidade com o Pregão Presencial SRP Nº 028/2023 e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo Nº.076/2023 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO CONTRATO

3.1 – O presente contrato terá a validade até o dia 31/12/2025 a contar de 01/02/2025.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – O fornecimento do objeto será conforme Termo de Referência, Anexo do Edital.

CLÁUSULA QUINTA–DO PREÇO

5.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 6.596,70 (seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta centavos).

CLÁUSULA SETIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

7.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pelas dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho: 1.003 – Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 661
Cód. Redu: 404
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 662
Cód. Redu: 404
Programa de Trabalho: 2.060 – Manutenção da Proteção Social Básica - PSB
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 661
Cód. Redu: 278
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 662
Cód. Redu: 278
Programa de Trabalho: 2.065 – Apoio a Organização do Programa Auxílio Brasil e Cad. Único – IGD/PAB
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 660
Cód. Redu: 309
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 662
Cód. Redu: 404
CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO
8.1 - A gestão do termo contratual, será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo o mesmo responsável pelo recebimento e fiscalização do serviço.
CLÁUSULA NONA–DIREITO DE FISCALIZAÇÃO
9.1 -A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Assistência Social - PMA/AC;
O acompanhamento e fiscalização da aquisição do objeto será de responsabilidade do servidor Douglas de Sousa Duarte, nomeado Através da Portaria nº 029/2025, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/93, podendo, ainda, realizar registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório e dirimir as dúvidas que surgirem no curso do objeto contratado e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. nº 67 da Lei nº 8.666/93 e a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetuando avaliação periódica
9.2 - O MUNICÍPIO exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.
9.3 - A fiscalização transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.
CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA–DO FORO
17.1 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Acrelândia /AC.
E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.
Acrelândia – Acre, 14 de fevereiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA
Olavo Francelino de Rezende
Prefeito Municipal
Contratante
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Clemilda Lucio dos Reis Rezende
Decreto nº 00/2025
Contratante
DUX COMERCIO REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ:05.502.105/0001-62
Elison Marcos Falcão
Contratada

CONTRATO Nº 021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0006/2025 SEMAF – PMA
ADESÃO AATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2024
ÓRGÃO GERENCIADOR - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
O Município de Acrelândia, pessoa jurídica de direito público, com sede, Avenida Gov. Edmundo Pinto, nº 810, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.306.737/0001-27, neste ato representado pelo, prefeito Municipal em Exercício, o Sr. Eraídes Caetano de Souza, portador do RG 1067492-6 e CPF Nº 409.178.609-00, residente e domiciliado no Projeto Redenção 01, Quadra 11, Km 03, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa STATUS TECNOLOGIA E CONSULTORIA EM SISTEMAS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº 15.393.826/0001-35 com endereço na Rua Manoel Castor de Araújo, Nº 124 – Bosque, Rio Branco/ACe em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 211/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial SRP n.040./2024, Processo Administrativo nº 110/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas..
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de sistemas de gestão pública, por meio de softwares em ambiente web (nuvens) que operem de forma integrada, no modo de licenças de uso, para acesso ilimitado de usuários simultâneos. BETHA TESOUREARIA, nas condições estabelecidas Abaixo.

LOTE I					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	SISTEMA DE TESOOURARIA	Ilimitado	12	455,34	R\$ 5.464,08
TOTAL			R\$ 5.464,08		
LOTE II					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	SISTEMA DE TESOOURARIA	Ilimitado	12	120,00	1.440,00
TOTAL			R\$ 1.440,00		

TOTAL LOTE - I e LOTE - II R\$ 6.904,08
1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência e ETP que embasou a contratação;

1.3.2. A Proposta do Contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1.1. O prazo de vigência da contratação será contado da data de sua assinatura e vigorará até o término do exercício financeiro 31/12/2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133/2021, desde que este ainda seja vantajoso à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. DO PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ 6.904,08 (Seis mil, novecentos e quarto reais e oito centavos)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Obras Transporte e Urbanismo - PMA/AC;

execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços será de responsabilidade da Servidora Mara Jeane Cunha de Araujo, nomeada “fiscal do contrato”, Através da portaria nº 145/2025, tudo em conformidade com a Lei nº 14.133/21, tendo como atribuições mínimas

acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral desta municipalidade, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Programa de Trabalho: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia

Fonte: 1.501

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts.124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Acelândia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Acrelândia, 18 de fevereiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELANDIA

Eraides Caetano de Souza

Prefeito em exercício

Contratante

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Luciana de Oliveira

Decreto nº 007 /2025

Contratante

STATUS TECNOLOGIA E CONSULTORIA EM SISTEMAS LTDA

CNPJ Nº 15.393.826/0001-35

Contratada

BRASILEIA

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE EPITACIOLÂNDIA

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024

Órgão Gerenciador: Assembleia Legislativa do Acre - Aleac.

Vigência da Ata: 10/12/2024 a 10/12/2025.

Objeto: Aquisição de Veículos, Tipo Camionete, Zero Quilometro.

Fornecedor: Agro Norte Imp & EXp Ltda, CNPJ: 04.582.979/0001-04.

Valor da Total da Adesão: R\$ 513.980,00 (quinhentos e treze mil novecentos e oitenta reais).

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 08.10.04.451.0010.2.025 – Secretaria de Obras – 06.10.20.122.0010.2011 – Secretaria de Agricultura – 04.10.04.122.0010.1003 – Manutenção da Secretaria de Administração. 09.20.10.301.0028.2.030 – Manutenção da Secretaria de Saúde – 09.20.10.301.0159.2.071 – Piso de Atenção Básica - Fixo. Elemento de Despesa: 4.4.9052 – Equipamentos e Material Permanente. Fonte de Recurso: 1500 RP – 17000 – Convênio – 1600 SUS.

Data Assinatura: 18/02/2025.

Sérgio Lopes de Souza

Prefeito Municipal

CAPIXABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2025

Objeto: Será objeto da presente licitação, a contratação de serviços para futura e eventual contratação de serviços funerários a pedido da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) de Capixaba /AC.

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 28/02/2025 até o dia 17/03/2025, através dos endereços: <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br> e do e-mail: cplcapixaba@gmail.com.
Abertura da Sessão do Pregão Presencial: às 09h30min (horário Local) do dia 18/03/2025, quando terá início a disputa de preços.

Douglas da Silva Nascimento
Agente de Contratação/Pregoeiro

CRUZEIRO DO SUL

PORTARIA/GEOF/Nº23/2025, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
O Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 002/2025 de 01 de janeiro de 2025 e nos termos da Portaria MCID nº 175 de 28 de fevereiro de 2024 publicado no DOU em 01 de março de 2024.
Convoca a Conferência Municipal da cidade etapa de Cruzeiro do Sul - AC, no âmbito da 6ª Conferência Nacional das Cidades.
RESOLVE
Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade etapa de Cruzeiro do Sul-AC- Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da Conferência Estadual das Cidades do Acre - a ser realizada entre 13/03/2025 a partir das 08:00 até às 17:00 auditório da Unidade Marechal Cândido Rondon / Núcleo de Pós-Graduação – UFAC, Av. Copacabana, 1880 - Copacabana, com o tema “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.
Art. 2º A Conferência integra a etapa municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, considerando o disposto no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado por meio da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024, e o Regimento Interno da Etapa Estadual.
Art. 3º A Conferência Municipal da Cidade será regida pelo Regimento Interno elaborado pela Comissão Organizadora, composta na forma do Anexo.
Art. 4º As Conferências Municipais serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos, devendo ser respeitado o Regimento da respectiva Conferência Municipal. Parágrafo único. Mediante credenciamento, os participantes da conferência municipal deverão ser identificados por um segmento ou entidade.
Art. 5º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Matheus Lima de Souza
Secretário Municipal da GEOF
Decreto nº 002/2025

PORTARIA/GEOF/Nº18/2025, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025
O Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 002/2025 de 01 de janeiro de 2025 e nos termos da Portaria MCID nº 175 de 28 de fevereiro de 2024 publicado no DOU em 01 de março de 2024.
Dispõe sobre a Constituição da Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades etapa Cruzeiro do Sul.
RESOLVE
Art.1º Designar para exercício das atividades de Coordenador Geral da Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das cidades etapa Cruzeiro do Sul o Senhor ISAAC IBERNON LOPES FILHO.
Art.2º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes do Poder Público Municipal, Movimentos Populares, Entidades Empresariais e Entidades Profissionais, conforme o anexo desta portaria.
Art.3º Fica determinada a extinção desta Comissão Preparatória ao fim da 6ª Conferência Municipal das Cidades.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ANEXO ÚNICO

NOME	ENTIDADE	SEGMENTO
ULISSYS VINICIUS DOS SANTOS BANDEIRA	PM/SEMETUI	Poder Público Municipal
ALINE TATIANE SOUZA ARAÚJO	PM/MEIO AMBIENTE	Poder Público Municipal
JOSINALDO BATISTA FERREIRA	PM/SEMODOUH	Poder Público Municipal
NILDSON COSTA DE MOURA	PM/SEMAPA	Poder Público Municipal
MARCELO ALVEZ MUNIZ	UFAC	Entidades Acadêmicas e de Pesquisa
LOURENÇO FRANCISCO DE JESUS JUNIOR	UMAM	Entidades Sociais
CLEITON RIBEIRO DA SILVA	PME/SEMTRANS	Poder Público Municipal
ISABELLE LIMA E SILVA	SEOP	Poder Público Estadual
JANAÍNA VERBENA GONÇALVES TERÇAS	FECOMÉRCIO	Entidades Empresariais
RÔMULO BARROS DA SILVA	Câmara de Vereadores	Poder Público Municipal
MARIA ANITA DAS CHAGAS COSTA	PME/CULTURA	Poder Público Municipal
JOSÉ MARIA DE AMORIM	MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA	Sociedade Civil
SIANE MARIA DE OLIVEIRA GRANDIDIER	CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	Sociedade Civil

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Matheus Lima de Souza
Secretário Municipal da GEOF
Decreto nº 002/2025

PORTARIA/GEOF/Nº24/2025, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
Estabelece o Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do sul.
CAPÍTULO I
ETAPA MUNICIPAL
Art. 1º - As Conferências Municipais deverão acontecer no período de 01 abril de 2024 a 31 de março de 2025.
Parágrafo Único - A programação da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal deverá prever tempo necessário para debater o temário com as seguintes cargas horárias mínimas:
a) 08 horas nas demais cidades, excluindo a tempo da cerimônia de abertura para não haver prejuízo no conteúdo dos debates.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 2º - São objetivos da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul:
I - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades;

II - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça, etnia e pessoa com deficiência, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade;

IV - propiciar e estimular a organização de conferências das cidades como instrumento para a garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Estado e em seus Municípios;

V - escolher os delegados para participarem da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Acre que ocorrerá nos dias 13 e 17 de Março de 2025.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO

Art. 3º A 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul terá como temática:

“Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.

Parágrafo Único - Os debates, proposições e os documentos de todas as etapas da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definidos por este Regimento.

Art. 4º A organização e a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul ficará a cargo da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, com a colaboração da Comissão Preparatória Municipal.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO

Art. 5º - A 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul é fator indispensável para a participação na Conferência Estadual das Cidades.

§ 1º - A 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul tratará de temas de âmbito nacional com enfoque estadual e municipal.

§ 2º – Todos os (as) participantes presentes na 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul devem reconhecer a prece-dência das questões conjunturais de âmbito nacional, e atuar sobre elas em caráter avaliador, formulador e propositivo.

§ 3º – As despesas com a organização geral e com a realização da Etapa Municipal da 6ª Conferência das Cidades correrão por conta da Secretaria Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças.

CAPÍTULO III

DAS INSCRIÇÕES

Artigo 7º - As pessoas interessadas em participar da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal da Cidade deverão efetuar o seu credencia-mento no dia 13/03/2025 a partir das 08:00 até às 17:00 impreterivelmente, através das mesas credenciadoras, localizadas na entrada do auditório da Unidade Marechal Cândido Rondon / Núcleo de Pós-Graduação – UFAC, Av. Copacabana, 1880 - Copacabana.

Parágrafo único - o não credenciamento no horário determinado impedirá o interessado de participar do processo de votação, bem como, se candidatar a vaga de Conselheiro Municipal.

Artigo 8º - no momento da inscrição, o participante deverá se identificar em um dos segmentos abaixo:

I - Poder Público: representantes do Executivo Municipal;

III – trabalhadores: representados por suas entidades sindicais – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões do desenvolvimento urbano e rural;

IV – empresários: entidades de qualquer porte relacionadas à produção do desenvolvimento urbano e rural, inclusive cooperativas voltadas à questão do desenvolvimento urbano e rural;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa: entidades represen-tativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano e rural, incluindo os conselhos profissionais federais e regionais;

VI - organizações não governamentais e coletivos organizados: entidades do terceiro setor e organizações sociais, com atuação na área do desenvolvimen-to urbano e rural.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 9º A Etapa Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul será presidida pelo Secretário Adjunto Municipal de Finanças e Planejamento ou, na sua ausência ou impossibilidade, pelo coordenador da comissão preparatória municipal.

Art. 10º – As ações de planejamento, organização e execução da Etapa Muni-cipal da 6ª Conferência das Cidades de Cruzeiro do Sul serão coordenadas e executadas pela Comissão Preparatória Municipal.

CAPÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art. 11º – A Etapa Municipal da 6ª Conferência das Cidades de Cruzeiro do Sul deverá ter a participação de representantes dos diversos segmentos constan-tes do art. 10 deste Regimento.

Art. 12º – Os participantes da Etapa Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul se distribuirão em duas categorias:

I – delegados, com direito a voz e voto,

II – observadores, com direito a voz somente nas mesas de debates e grupos de discussão e sem direito a voto.

Parágrafo único. A quantidade de vagas e os critérios para seleção dos obser-vadores e delegados serão definidos pela Comissão Preparatória Municipal, observando a proporcionalidade estabelecida no art. 10 deste Regimento.

Art. 13º – A representação dos diversos segmentos na 6ª Conferência Na-cional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul deve obedecer à seguinte composição:

I – gestores, administradores públicos e legislativos – estaduais, municipais, 42,3%;

II – movimentos populares, 26,7%;

III – trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvi-mento urbano, 9,9%;

V – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissio-nais, 7%, e

VI – ONG’s com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º- Compreende-se como áreas do Desenvolvimento Urbano: Planejamento Territorial, Gestão Urbana, Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento Ambiental, Transporte, Mobilidade e Acessibilidade.

§ 2º O Cabe aos detentores de mandato do Poder Legislativo Municipal um terço das vagas definidas no Inciso I. § 3º - A indicação efetuada pelo Poder Público deverá priorizar servidores de carreira com relação àqueles comis-sionados.

§ 4º - No caso do não preenchimento no percentual de representantes de qualquer segmento não poderá ser preenchido por outro segmento

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 14 - Para a realização de cada Conferência Municipal, deverá ser cons-tituída uma Comissão Organizadora pela Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal das Cidades e, na sua ausência, pelo Executivo municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme pro-porcionalidade estabelecida no art. 14 deste Regimento.

Art. 15 - Cabe à Comissão Organizadora Municipal:

I - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições deste regimento interno e do regimento da conferência estadual.

II - planejar a infraestrutura para a realização da Etapa Municipal;

III - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Estadual das Cidades e 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV - elaborar o relatório final da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal das Cidades, conforme art. 48 deste regimento interno;

V - preencher o formulário da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Mu-nicipal das Cidades, conforme art. 48, §3º deste regimento interno;

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistema-tização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e rea-lização da Etapa Municipal;

II – definir data, local e pauta da Conferência Municipal,

IV – elaborar a proposta de programação para a Conferência Municipal;

V – definir os nomes dos expositores, debatedores, painelistas e coordena-dores de grupos de trabalho;

VI – designar facilitadores e relatores;

VIII – sistematizar os resultados, consolidar as informações, elaborar o relató-rio final da Etapa Municipal da 6ª Conferência das Cidades e encaminhá-los ao Governo Municipal para publicação e divulgação;

IX – encaminhar os documentos sistematizados e consolidados em formulário próprio a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades para a Comissão Preparatória Estadual e Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em até 10 (dez) dias após a realização da Etapa Municipal.

Art. 16 A comissão preparatória municipal deve ser composta por diversos segmentos da sociedade, respeitando a proporcionalidade estabelecida no Art. 14 do regimento interno nacional.

CAPÍTULO VI

DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

Art. 17 A Etapa Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal de Cruzeiro do Sul , elegerá 20 (vinte) delegados, obedecendo a seguinte proporcionalidade:

Representantes do Poder Público – 03;

Representantes dos Movimentos Populares – 06;

Representantes dos Trabalhadores, por suas entidades sindicais – 03;

Representantes dos Empresários – 02;

Entidades Profissionais – 02;

Conselhos Federais – 01;

Representantes do Poder Público Federal – 01;

Profissionais – representantes das ONG’s – 02 e respectivos suplentes para a 6ª Conferência Estadual obedecendo a proporcionalidade por segmento, de acordo com o estabelecido no Anexo I do Regimento Estadual.

Art. 18 - A escolha dos(as) delegados(as) de cada segmento para a 6ª Confe-rência Estadual das Cidades será efetuada pelos participantes do respectivo

segmento presentes nesta Conferência Municipal, por meio de eleição própria, dentro de cada um dos segmentos.

Art. 19 Serão delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades:

I – os(as) delegados(as) municipais indicados pelo poder público municipal executivo e legislativo e;

II – os(as) eleitos(as) na Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal por entidades de abrangência municipal com atuação nas áreas de desenvolvimento urbano, indicados(as) pelos diversos segmentos, conforme artigo 11, deste Regimento.

§ 1º - A cada delegado(a) titular eleito(a) será escolhido(a) um(a) suplente correspondente, que será credenciado(a) somente na ausência do(a) titular.

§ 2º – A Comissão Preparatória Municipal encaminhará formalmente os dados dos suplentes, homologados pelas Conferências Municipais e referendados pelos segmentos, que assumirão no lugar dos titulares ausentes.

Art. 20 - Os Conselheiros Municipais Titulares e Suplente recém eleitos são candidatos naturais à vaga de delegado para a VI Conferência das Cidades do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO II

DA CONVOCATÓRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 21. A convocatória da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal deve ocorrer entre de 01 de novembro de 2024 a 31 de março de 2025, mediante ato publicado em meio de divulgação oficial e/ou veículos de ampla divulgação, explicitando, na divulgação do evento, a sua condição de Conferência Municipal: Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§ 1º - O Conselho Municipal das Cidades ou outro correlato à Política de Desenvolvimento Urbano e, na sua ausência, o Executivo Municipal, têm a prerrogativa de convocar a das Cidades até 30 de novembro de 2024.

§ 2º - Se o Conselho Municipal das Cidades ou outro correlato à Política de Desenvolvimento Urbano e, na sua ausência, o Executivo Municipal, não convocar a Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal das Cidades até o prazo estabelecido no §1º deste artigo, entidades municipais, estaduais e/ou nacionais representativas de, no mínimo três segmentos, conforme estabelecido no art. 15 deste Regimento, poderão convocá-la, de 01 de novembro de 2024 a 31 de março de 2025.

CAPÍTULO IV

DO RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 22 - O relatório final da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal deverá ser elaborado e publicado, conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§ 1º - O envio de relatório final da Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal em desacordo com o modelo definido implicará na não incorporação das propostas estaduais no caderno de propostas da Etapa Estadual.

§ 2º - O relatório final deverá ser enviado à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 10 (dez) dias após a realização da Conferência Municipal.

§ 3º - A Comissão Organizadora Municipal deverá preencher formulário eletrônico disponibilizado na forma definida em resolução do Conselho das Cidades.

CAPÍTULO VI

DA VALIDAÇÃO DA ETAPA MUNICIPAL

Art. 23 - As Conferências Municipais poderão ser validadas, desde que:

I - comprove a realização da Conferência no período definido no art.5º, inciso I com a participação de no mínimo quatro dos segmentos estabelecidos no art. 14;

II - comprove a realização da convocatória para a Conferência, em meio de divulgação oficial e/ou veículos de ampla divulgação;

III - comprove que foi constituída Comissão Organizadora com a participação de no mínimo quatro dos segmentos estabelecidos no art.14;

IV - comprove a publicação do Relatório Final da Conferência;

V - comprove que os delegados eleitos atendem aos parâmetros estabelecidos no art. 14.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 24- As despesas com a organização da Conferencia Municipal das Cidades serão custeadas com recursos provenientes do recurso municipal.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 – As dúvidas que porventura surgirem e/ou situações não previstas neste regimento serão dirimidas pela Comissão Preparatória da Eleição ou pela Presidência do CPDM.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Matheus Lima de Souza

Secretário Municipal da GEOF

Decreto nº 002/2025

ESTADO DO ACRE MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL EMPRESA CRUZEIRENSE DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS E URBANIZAÇÃO – ECOPS GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 014/2025, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

A DIRETORA PRESIDENTE DA ECOPS, no uso das atribuições previstas na Lei Municipal nº 954, de 17 de fevereiro de 2023 e Lei nº 992 de 13 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSINETE RODRIGUES FERREIRA, portadora do CPF nº 509.911.162-91, para exercer o cargo de Chefe da Divisão de RH, referência FCC – 04, na Empresa Cruzeiroense de Obras Públicas, Serviços e Urbanização – ECOPS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 03 de fevereiro de 2025.

Cruzeiro do Sul – AC, 25 de fevereiro de 2025.

Marcelle Martins Vieira

Diretora Presidente da ECOPS

Decreto nº 251/2025

TERMO DE ADESÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2024

Por este Termo de Adesão a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL/AC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CPNJ Nº .04.012.548/0001-02 com sede na Rua Madre Adelgundes Becker, s/n.º, Miritizal Centro Administrativo, CEP: 69.980-000 em Cruzeiro do Sul/AC, por meio do Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças, neste ato representado pela Secretário Matheus Lima de Souza, em face do resultado obtido no PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2024 oriundo da Assembleia Legislativa do Acre, inscrita pelo CNPJ 04.039.657/0001-13, localizada na Rua Arlindo Porto Leal, nº

241, Centro – CEP 69.909-040 resolve ADERIR a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025 firmada com a empresa LIDER AUTO POSTO LTDA, Sob nº CNPJ: 84.301.191/0001-11, estabelecida na Rua Sergipe, nº 276, Centro – CEP 69.900-072, para “Fornecimento de Combustível, de forma parcelada (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel – S10”.

Gasolina Comum	LT	15.000,	BR	7,23	R\$ 108.450,00	14,20%
Óleo Diesel	LT	2.000	BR	7,33	R\$ 14.660,00	
Óleo Diesel S10	LT	36.000	BR	7,35	R\$ 264.600,00	
VALOR TOTAL						R\$ 387.710,00

Cruzeiro do Sul/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Matheus Lima de Souza
Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
Decreto nº 002/2025

Portaria de Designação de Fiscais
PORTARIA Nº 25, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS MATHEUS LIMA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto nº 002/2025, publicado no Diário Oficial do Estado, em 02 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE:
Art. 1º - Designar, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 004/2025, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL e a empresa A. B. MAGALHÃES, CNPJ nº 24.537.355/0001-82, cujo objeto é “Fornecimento de refeições prontas em embalagem térmica (marmitex)”.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA nº	CPF nº
Gestor do Contrato	Viviane Silva Ferreira	28072317	001.240.752-66
Fiscal do Contrato	Carlos Almeida da Silva	28072480	001.240.752-66

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:
– Gestor do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para coordenar e comandar o procedimento da fiscalização da execução contratual;
- Fiscal do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;
Art. 3º Compete aos servidores designados como fiscais do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo o exercício das atribuições a ele confiadas, até o término da vigência do contrato;
Art. 4º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2025 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.
Cruzeiro do Sul/AC, 24 de fevereiro de 2025.

MATHEUS LIMA DE SOUZA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
Decreto nº 002/2025

Portaria de Designação de Fiscais
PORTARIA Nº 26, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS MATHEUS LIMA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto nº 002/2025, publicado no Diário Oficial do Estado, em 02 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE:
Art. 1º - Designar, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 005/2025, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL e a empresa R. CORREIA DA SILVA LTDA, CNPJ nº 46.980.152/0001-07, cujo objeto é “Fornecimento de refeições prontas em embalagem térmica (marmitex)”.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA nº	CPF nº
Gestor do Contrato	Viviane Silva Ferreira	28072317	001.240.752-66
Fiscal do Contrato	Carlos Almeida da Silva	28072480	001.240.752-66

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:
– Gestor do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para coordenar e comandar o procedimento da fiscalização da execução contratual;
- Fiscal do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;
Art. 3º Compete aos servidores designados como fiscais do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo o exercício das atribuições a ele confiadas, até o término da vigência do contrato;
Art. 4º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2025 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.
Cruzeiro do Sul/AC, 24 de fevereiro de 2025.

MATHEUS LIMA DE SOUZA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
Decreto nº 002/2025

Portaria de Designação de Fiscais
PORTARIA Nº 27, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS MATHEUS LIMA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto nº 002/2025, publicado no Diário Oficial do Estado, em 02 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE:
Art. 1º - Designar, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 001/2025, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL e a empresa ELIJANETE DE OLIVEIRA SANTOS – EIRELI, CNPJ nº 16.826.839/0001-13, cujo objeto é “Fornecimento de Alimentação Pronta (Coffee Break, Buffet, Café da manhã e lanches) para atender as demandas da Prefeitura de Cruzeiro do Sul – Ac”.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA nº	CPF nº
Gestor do Contrato	Viviane Silva Ferreira	28072317	001.240.752-66
Fiscal do Contrato	Alailton Almeida de Souza	28072479	033.113.642-28

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

- Gestor do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para coordenar e comandar o procedimento da fiscalização da execução contratual;
- Fiscal do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;

Art. 3º Compete aos servidores designados como fiscais do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo o exercício das atribuições a ele confiadas, até o término da vigência do contrato;

Art. 4º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2025 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Cruzeiro do Sul/AC, 24 de fevereiro de 2025.

MATHEUS LIMA DE SOUZA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
Decreto nº 002/2025

Portaria de Designação de Fiscais
PORTARIA Nº 28, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ORÇAMENTO E FINANÇAS MATHEUS LIMA DE SOUZA, nomeado pelo Decreto nº 002/2025, publicado no Diário Oficial do Estado, em 02 de janeiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE:

Art. 1º - Designar, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 002/2025, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL e a empresa M. A. A. ALMEIDA E CIA LTDA, CNPJ nº 30.260.052/0001-68, cujo objeto é “Fornecimento de Alimentação Pronta (Coffee Break, Buffet, Café da manhã e lanches) para atender as demandas da Prefeitura de Cruzeiro do Sul – Ac”.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA nº	CPF nº
Gestor do Contrato	Viviane Silva Ferreira	28072317	001.240.752-66
Fiscal do Contrato	Alailton Almeida de Souza	28072479	033.113.642-28

Art. 2º - Para efeito desta Portaria, considera-se:

- Gestor do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para coordenar e comandar o procedimento da fiscalização da execução contratual;
- Fiscal do Contrato: servidor (membro ou administrativo) designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;

Art. 3º Compete aos servidores designados como fiscais do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde o fiscal pelo o exercício das atribuições a ele confiadas, até o término da vigência do contrato;

Art. 4º Os servidores designados para exercer a gestão e a fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas atribuições conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2025 e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Cruzeiro do Sul/AC, 24 de fevereiro de 2025.

MATHEUS LIMA DE SOUZA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Orçamento e Finanças
Decreto nº 002/2025

EDITAL Nº 004/2025				
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA, DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA				
ADENDO I				
A Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado para Cadastro de Reserva (PSSCR), no uso de suas atribuições previstas no item 1.2 do Edital, com a finalidade de conferir total transparência e legalidade ao certame, e em conformidade com o item 14.3, que prevê que as datas estabelecidas poderão sofrer mudanças em virtude de motivo de força maior, faz saber:				
ONDE SE LÊ:				
QUADRO I: ZONA URBANA				
N.	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$	CH	REQUISITOS MÍNIMO EXIGIDO PARA A FUNÇÃO
14	Fisioterapeuta	3.300,00	40 H	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional Específico.
24	Terapeuta Ocupacional	3.300,00	40 H	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional Específico.
QUADRO III: ZONA RURAL – Subseção 02				
(Lagoinha, Ramal 2, Ramal 3, Ramal 11, Santa Luzia, Campinas e Liberdade)				
N.	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$	CH	REQUISITOS MÍNIMO EXIGIDO PARA A FUNÇÃO
13	Fisioterapeuta	3.300,00	40 H	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional Específico.
22	Terapeuta Ocupacional	3.300,00	40 H	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional Específico.
QUADRO IV: ZONA RURAL – Subseção 03				
(Assis Brasil, Deracre, Areal, Santa Luzia do Pentecostes, Santa Rosa, São Pedro e Buritirana)				
N.	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$	CH	REQUISITOS MÍNIMO EXIGIDO PARA A FUNÇÃO
13	Fisioterapeuta	3.300,00	40 H	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional Específico.
22	Terapeuta Ocupacional	3.300,00	40 H	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional Específico.

LEIA-SE:

QUADRO I: ZONA URBANA

N.	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$	CH	REQUISITOS MÍNIMO EXIGIDO PARA A FUNÇÃO
14	Fisioterapeuta	3.300,00	30 H	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional Específico.
24	Terapeuta Ocupacional	3.300,00	30 H	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional Específico.

QUADRO III: ZONA RURAL – Subseção 02

(Lagoinha, Ramal 2, Ramal 3, Ramal 11, Santa Luzia, Campinas e Liberdade)

N.	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$	CH	REQUISITOS MÍNIMO EXIGIDO PARA A FUNÇÃO
13	Fisioterapeuta	3.300,00	30 H	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional Específico.
22	Terapeuta Ocupacional	3.300,00	30 H	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional Específico.

QUADRO IV: ZONA RURAL – Subseção 03

(Assis Brasil, Deracre, Areal, Santa Luzia do Pentecostes, Santa Rosa, São Pedro e Buritirana)

N.	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO R\$	CH	REQUISITOS MÍNIMO EXIGIDO PARA A FUNÇÃO
13	Fisioterapeuta	3.300,00	30 H	Graduação em Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional Específico.
22	Terapeuta Ocupacional	3.300,00	30 H	Graduação em Terapia Ocupacional e Registro no Conselho Profissional Específico.

ONDE SE LÊ:

5.2. O candidato que obtiver a nota inferior a 40 (quarenta) pontos na Pontuação Geral será ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado para Cadastro de Reserva (PSSCR).

8.2. O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Cadastro de Reserva (PSSCR) será divulgado na página eletrônica do município <http://cruzeirosul.ac.gov.br>, na data especificada no cronograma, com a lista geral de candidatos (as) que concorreram no certame, sendo os (as) aptos (as) e classificados (as) para o Cadastro de Reserva, aqueles que obtiveram pontuação final igual ou superior a 40 pontos, apresentados em ordem decrescente de classificação, contendo o número de inscrição, nome, nota fracionada, critério de desempate e a nota final arredondada (padrão matemático oficial) obtida na Análise Curricular e de Experiência Profissional.

8.3. Os (as) candidatos (as) com nota final arredondada (padrão matemático oficial) inferior a 40 pontos estarão automaticamente eliminados, conforme previsto no item 5.2 do Edital.

LEIA-SE:

5.2. O candidato que obtiver a nota inferior a 10 (dez) pontos na Pontuação Geral será ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado para Cadastro de Reserva (PSSCR).

8.2. O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Cadastro de Reserva (PSSCR) será divulgado na página eletrônica do município <http://cruzeirosul.ac.gov.br>, na data especificada no cronograma, com a lista geral de candidatos (as) que concorreram no certame, sendo os (as) aptos (as) e classificados (as) para o Cadastro de Reserva, aqueles que obtiveram pontuação final igual ou superior a 10 pontos, apresentados em ordem decrescente de classificação, contendo o número de inscrição, nome, nota fracionada, critério de desempate e a nota final arredondada (padrão matemático oficial) obtida na Análise Curricular e de Experiência Profissional.

8.3. Os (as) candidatos (as) com nota final arredondada (padrão matemático oficial) inferior a 10 pontos estarão automaticamente eliminados, conforme previsto no item 5.2 do Edital.

ONDE SE LÊ:

13. DO CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Publicação do edital	18/02/2025	Diário Oficial do Estado do Acre e site da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.
Período de Inscrição	19/02/2025 à 24/02/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br
Divulgação do Resultado Preliminar	04/03/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br
Interposição do recurso do Resultado Preliminar	05/03/2025 e 06/03/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br (formulário específico)
Resultado da análise da interposição de recurso	10/03/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br
Divulgação do Resultado Final	11/03/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br

LEIA-SE:

13. DO CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Publicação do edital	18/02/2025	Diário Oficial do Estado do Acre e site da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul.
Período de Inscrição	19/02/2025 à 27/02/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br
Divulgação do Resultado Preliminar	10/03/2023	www.cruzeirosul.ac.gov.br
Interposição do recurso do Resultado Preliminar	11/03/2025 e 12/03/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br (formulário específico)
Resultado da análise da interposição de recurso	13/03/2025	www.cruzeirosul.ac.gov.br
Divulgação do Resultado Final	14/03/2023	www.cruzeirosul.ac.gov.br

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL – ACRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 004/2025. O Secretário Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana - Cruzeiro do Sul - AC, em conformidade com as competências estabelecidas na lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais

regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de Multa referente à infração de trânsito os proprietários dos veículos ou infratores dos veículos relacionados no edital correspondente, constante no sítio eletrônico www.detran.ac.gov.br, na área de Consulta de Editais de Notificações constantes. O pagamento da multa poderá ser efetuado com desconto até o vencimento da multa, por oitenta por cento de seu valor. Poderá ser interposto RECURSO perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações, em até 30 dias a contar desta publicação, devendo apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou da notificação de autuação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador; c) procuração nos caso de representação, e se pessoa jurídica documento que comprove a representação; d) comprovante de endereço. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.

NÚMERO DE ORDEM	PLACA	NÚMERO DO AUTO	DATA DE COMETIMENTO	INFRAÇÃO (CÓDIGO - DESDOBRAMENTO)	VALOR DA MULTA
1	HML7F58	A001086608	03/06/2024	6041 - 1	R\$ 195.23
2	KAM1701	A001088567	18/05/2024	7633 - 2	R\$ 293.47
3	MQA3B15	A001089951	03/08/2024	6866 - 1	R\$ 293.47
4	MZO8H41	A001086642	02/08/2024	5541 - 1	R\$ 195.23
5	MZR4D19	A001086648	02/08/2024	6866 - 1	R\$ 293.47
6	MZT5872	A001086633	30/07/2024	7625 - 1	R\$ 293.47
7	MZT5I76	A001086645	02/08/2024	5541 - 4	R\$ 195.23
8	MZU3274	A001088069	18/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
9	MZU3884	A001070379	08/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
10	MZW1A36	A001088529	08/08/2024	5525 - 0	R\$ 130.16
11	MZW7A74	A001086644	02/08/2024	5738 - 0	R\$ 293.47
12	MX6962	A001089958	10/10/2024	5479 - 0	R\$ 130.16
13	MZY0782	A001087634	06/08/2024	6971 - 0	R\$ 293.47
14	MZY0782	A001087635	06/08/2024	6050 - 2	R\$ 293.47
15	MZY0782	A001087636	06/08/2024	6599 - 2	R\$ 293.47
16	NAA0475	A001070136	06/08/2024	6050 - 1	R\$ 293.47
17	NAA4885	A001086919	11/10/2024	6122 - 0	R\$ 293.47
18	NAB0046	A001089794	17/10/2024	5193 - 0	R\$ 293.47
19	NAC7247	A001089957	08/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
20	NAD7677	A001088061	10/08/2024	6041 - 2	R\$ 195.23
21	NAE3A65	A001089779	11/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
22	NAE9786	A001089787	11/10/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
23	NAE9786	A001089788	11/10/2024	6122 - 0	R\$ 293.47
24	NAF3503	A001070140	21/08/2024	5720 - 0	R\$ 195.23
25	NAG0629	A001070298	03/08/2024	6017 - 4	R\$ 293.47
26	NCO6423	A001087444	15/05/2024	7625 - 1	R\$ 293.47
27	NEA1D33	A001086639	31/07/2024	6866 - 1	R\$ 293.47
28	NOW7H83	A001088911	06/08/2024	7625 - 1	R\$ 293.47
29	NOY4682	A001089795	17/10/2024	6122 - 0	R\$ 293.47
30	NXS6H57	A001086649	02/08/2024	6866 - 1	R\$ 293.47
31	NXS8H37	A001088479	17/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
32	NXT8E35	A001089954	17/08/2024	7625 - 2	R\$ 293.47
33	NXT9369	A001088912	21/08/2024	6041 - 2	R\$ 195.23
34	OVG5E45	A001070145	18/10/2024	6050 - 1	R\$ 293.47
35	OVG7J54	A001089953	17/08/2024	7625 - 1	R\$ 293.47
36	OVG9066	A001088527	08/08/2024	5452 - 1	R\$ 195.23
37	OXF1941	A001089793	17/10/2024	6050 - 2	R\$ 293.47
38	OXF5242	A001086646	02/08/2024	5541 - 4	R\$ 195.23
39	OXF6H79	A001070157	06/08/2024	7625 - 2	R\$ 293.47
40	PHV5D02	A001088561	09/05/2024	5541 - 4	R\$ 195.23
41	PHY2199	A001087605	14/05/2024	7625 - 2	R\$ 293.47
42	QDP8D42	A001088588	11/06/2024	7633 - 2	R\$ 293.47
43	QIO8B36	A001088073	18/10/2024	6203 - 0	R\$ 130.16
44	QLU4551	A001070161	23/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
45	QLU4616	A001070159	06/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
46	QLV1166	A001089782	11/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
47	QLV1206	A001086634	30/07/2024	7625 - 1	R\$ 293.47
48	QLV2H58	A001070297	03/08/2024	5118 - 0	R\$ 880.41
49	QLV2H58	A001088464	03/08/2024	5010 - 0	R\$ 880.41
50	QLV2H58	A001088465	03/08/2024	7366 - 2	R\$ 130.16
51	QLV5898	A001070158	06/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
52	QLV8757	A001088913	21/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
53	QLV8852	A001089756	12/08/2024	7633 - 2	R\$ 293.47
54	QLX4461	A001088058	07/08/2024	5541 - 1	R\$ 195.23
55	QLX4B52	A001086921	17/10/2024	6050 - 2	R\$ 293.47
56	QLX4B52	A001088478	14/10/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
57	QLY3A25	A001086636	30/07/2024	7625 - 1	R\$ 293.47
58	QLZ2029	A001088071	18/10/2024	5231 - 1	R\$ 130.16
59	QLZ2231	A001070138	19/08/2024	6050 - 1	R\$ 293.47
60	QLZ5419	A001088466	03/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
61	QLZ9711	A001088640	10/08/2024	5452 - 1	R\$ 195.23
62	QLZ9991	A001089789	11/10/2024	6050 - 2	R\$ 293.47
63	QWM1A25	A001089776	17/09/2024	6599 - 2	R\$ 293.47
64	QWM5C14	A001086647	02/08/2024	5541 - 4	R\$ 195.23
65	QWM8H78	A001089755	09/08/2024	5010 - 0	R\$ 880.41
66	QWM9J08	A001070243	18/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
67	QWN4G27	A001070216	31/05/2024	5215 - 2	R\$ 293.47
68	QWN6I29	A001088642	13/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
69	QWN9G37	A001089792	14/10/2024	6122 - 0	R\$ 293.47
70	QWP0H62	A001088531	08/08/2024	5452 - 2	R\$ 195.23
71	QWP6E80	A001088063	10/08/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
72	QWP8I69	A001089781	11/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47

73	QWQ5J83	A001070144	15/10/2024	5665 - 0	R\$ 130.16
74	QWQ5J83	A001089780	11/10/2024	5193 - 0	R\$ 293.47
75	RMP8E96	A001070166	11/09/2024	6050 - 1	R\$ 293.47
76	SHA4G39	A001070165	11/09/2024	7633 - 1	R\$ 293.47
77	SHA7C02	A001089757	15/08/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
78	SQQ7C21	A001089791	14/10/2024	6858 - 0	R\$ 293.47
79	SQR0C81	A001086650	02/08/2024	6866 - 1	R\$ 293.47
80	SYN4G44	A001070292	23/07/2024	7625 - 2	R\$ 293.47

CRUZEIRO DO SUL - AC, 26 de fevereiro de 2025.

JONAS SARAIVA DE LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL/AC, situada na Rua Madre Adelgundes Becker, 222 – Miritizal – Cruzeiro do Sul (AC) – CEP 69.980-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.012.548/0001-02, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. JOSÉ DE SOUZA LIMA, portador da Cédula de Identidade nº 185107 SSP/AC e inscrito no CPF nº 308.778.812-00, residente e domiciliado na cidade de Cruzeiro do Sul – Acre, e a empresa D. M. OLIVEIRA FILHO, CNPJ: 34.711.950/0001-35, I.E.: 01.000.287/0001-86, com endereço na AV. Desembargador, Távora nº 311 – CENTRO – CEP: 69.980-000, representada neste ato pelo Sr. PEDRO HENRIQUE SANTOS OLIVEIRA, portador da cédula de identidade nº 424550 e CPF nº 024.441.172-71, residente e domiciliado na cidade de Cruzeiro do Sul – Acre, acordam em celebrar o presente Termo Aditivo, em conformidade com o Processo Administrativo nº 1.917/2023 e com o Edital do Pregão Presencial SRP nº 039/2023 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
DO OBJETO: o presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 083/2024, referente a locação de banheiros químicos, por mais 12 (doze) meses, a partir de 12 de fevereiro de 2025, podendo ser prorrogado sucessivamente conforme legislação.
VIGÊNCIA:O prazo de vigência da contratação iniciará na data da assinatura.
PREÇO:O preço total estimado do presente Contrato é de R\$ 176.823,00 (Cento e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e três reais), a estimativa de valor não considera reduções esperadas em função de descontos.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão nas seguintes dotações orçamentárias própria, conforme classificação abaixo:
Elemento de Despesa: 3.3.90.39
Órgão 02: Projetos/Atividades 2002, 2003, 2004, 2005, 2049
Órgão 11: Projetos/Atividades 2040, 2051, 2052, 2064, 1037, 2057, 2065, 2067, 2068, 2141
Órgão 18: Projeto/Atividade 2140
Órgão 19: Projeto/Atividade 2082
Órgão 21: Projeto/Atividade 2038
Órgão 12: Projeto/Atividade 2069
Órgão 13: Projetos/Atividades 2075, 2076
Órgão 14: Projeto/Atividade 2080
Órgão 15: Projeto/Atividade 2083
Órgão 16: Projetos/Atividades 2090, 2091
Órgão 17: Projeto/Atividade 2131
Órgão 20: Projetos/Atividades 2016, 2027
RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo
Assinatura: Cruzeiro do Sul/Ac, 12 de fevereiro de 2025.

JOSÉ DE SOUZA LIMA
Prefeito Municipal
Representante legal pela CONTRATANTE
PEDRO HENRIQUE SANTOS OLIVEIRA
D. M. OLIVEIRA FILHO LTDA
Responsável legal da CONTRATADA

EPITACIOLÂNDIA

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EPITACIOLÂNDIA

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024
Órgão Gerenciador: Assembleia Legislativa do Acre - Aleac.
Vigência da Ata: 10/12/2024 a 10/12/2025.
Objeto: Aquisição de Veículos, Tipo Camionete, Zero Quilometro.
Fornecedor: Agro Norte Imp & EXp Ltda, CNPJ: 04.582.979/0001-04.
Valor da Total da Adesão: R\$ 513.980,00 (quinhentos e treze mil novecentos e oitenta reais).
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 08.10.04.451.0010.2.025 – Secretaria de Obras – 06.10.20.122.0010.2011 – Secretaria de Agricultura – 04.10.04.122.0010.1003 – Manutenção da Secretaria de Administração. 09.20.10.301.0028.2.030 – Manutenção da Secretaria de Saúde – 09.20.10.301.0159.2.071 – Piso de Atenção Básica - Fixo. Elemento de Despesa: 4.4.9052 – Equipamentos e Material Permanente. Fonte de Recurso: 1500 RP – 17000 – Convênio – 1600 SUS.
Data Assinatura: 18/02/2025.

Sérgio Lopes de Souza
Prefeito Municipal

FEIJÓ

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

DECRETO Nº. 090, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.

Nomeia Maria Julia Lima da Silva para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Manutenção de Praças, Parques e Jardins, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O PREFEITO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições legais e com base no que preceitua o inciso VI, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal: RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor Maria Julia Lima da Silva, CPF nº 006.949.812-14, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Manutenção de Praças, Parques e Jardins, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, até ulterior deliberação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de fevereiro de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre, 20 de fevereiro 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 110, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede diária ao servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o teor do ofício PMF/SEMAD/OF/Nº133/2025, de 12/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 2 (duas) diárias ao Secretário Municipal de Administração Emilson Péricles de Araújo Brasil Júnior - CPF nº 841.922.672-68 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 13/02/2025 a 16/02/2025, para participar de uma reunião com o Governo do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 111, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede Licença Prêmio ao servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o Processo nº 067/2025 – DEPRH/PMF, datado de 30 de janeiro de 2025, que trata do pedido de 02 (dois) períodos de Licença Prêmio.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao Telmino de Paiva Cardoso, servidor público, ocupante do cargo de Auxiliar de Cadastro da Secretaria de Planejamento e Finanças, 02 (dois) períodos de Licença-Prêmio, fundamentado na Lei Municipal nº. 1041 de 04 de abril de 2023 no seu art. 102, com gozo no período entre 03 de março de 2025 a 29 de agosto de 2025, referente ao período aquisitivo de 2002-2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº112 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Remove a servidora Tamires Pontes de Amorim da Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social e lota na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o teor do ofício PMF/SEMCIS/OF. Nº 139/2025, datado de 12/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a Servidora Tamires Pontes de Amorim, CPF nº 032.180.782-02 ocupante do cargo de Assistente Social carga horaria de 40 horas, da Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social e lota-la na Secretaria Municipal de Educação, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó - AC, 19 de janeiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 113, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede diária à servidora da Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o teor do ofício PMF/SEMCIS/OF/Nº145/2025, de 14/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, Elisa Sanchez Vasconcelos - CPF nº 841.922.672-68 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 19/02/2025 a 21/02/2025, para participar do Encontro Estadual de Gestores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 114, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede diária à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o teor do ofício PMF/SEME/OF/Nº138/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a Antônio José Nascimento da Silva, Coordenador de Ensino Rural - CPF nº 992.979.812-91 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 16/02/2025 a 20/02/2025, para participar da Formação direcionada aos Professores das Escolas do campo do Programa Caminhos da Educação do Campo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 115, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede diária ao servidor da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o teor do ofício PMF/SEME/OF/Nº138/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a José Valdenício de Souza Pedrosa, Diretor de Ensino Rural - CPF nº 435.079.052-72 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 16/02/2025 a 20/02/2025, para participar da Formação direcionada aos Professores das Escolas do campo do Programa Caminhos da Educação do Campo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 116, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede diária à servidora da Secretaria Municipal de Saúde.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o teor do ofício PMF/SEMSA/OF/Nº205/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.
R E S O LVE
Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a Gracilene Freitas de Paiva Souza, Secretária Municipal de Saúde - CPF nº 657.933.582-34 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 19/02/2025 a 22/02/2025, para participar do Acolhimento aos Novos Gestores Municipais de Saúde do Estado do Acre – 2025, com tema “Fazer Gestão em Saúde: um olhar a partir do território”, no anfiteatro da Universidade Federal do Acre.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 117, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede diária à servidora da Secretaria Municipal de Saúde.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o teor do ofício PMF/SEMSA/OF/Nº203/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.
R E S O LVE
Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a Sueli Cosmiro de Oliveira, Coordenadora de Divisão de Doenças e Agravos Transmissíveis - CPF nº 655.750.082-15 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 19/02/2025 a 22/02/2025, para participar do Acolhimento aos Novos Gestores Municipais de Saúde do Estado do Acre – 2025, com tema “Fazer Gestão em Saúde: um olhar a partir do território”, no anfiteatro da Universidade Federal do Acre.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede diária ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde. O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o teor do ofício PMF/SEMSA/OF/Nº204/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.
R E S O LVE
Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a Clisten Alves Corrêa, Coordenador da Atenção Primária em Saúde - CPF nº 016.455.612-59 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 19/02/2025 a 22/02/2025, para participar do Acolhimento aos Novos Gestores Municipais de Saúde do Estado do Acre – 2025, com tema “Fazer Gestão em Saúde: um olhar a partir do território”, no anfiteatro da Universidade Federal do Acre.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 119, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede diária ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o teor do ofício PMF/SEMSA/OF/Nº202/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.
R E S O LVE
Art. 1º Conceder 03 (três) diárias a Ikaro Victor Ferreira Souza, Diretor de Programas e Sistemas - CPF nº 052.087.382-37 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 19/02/2025 a 22/02/2025, para participar do Acolhimento aos Novos Gestores Municipais de Saúde do Estado do Acre – 2025, com tema “Fazer Gestão em Saúde: um olhar a partir do território”, no anfiteatro da Universidade Federal do Acre.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 120, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede diária ao servidor da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social.
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o teor do ofício PMF/SEMCIS/OF/Nº154/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social.
R E S O LVE
Art. 1º Conceder 04 (quatro) diárias a Frênio Nascimento Sousa, Secretário Executivo e Diretor dos Conselhos Assistenciais - CPF nº 896.561.802-91 pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, do dia 18/02/2025 a 22/02/2025, para participar do Encontro Estadual de Gestores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 19 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 121, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede diária aos servidores
O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o teor do ofício PMF/SEMCIS/OF/Nº158/2025, de 17/02/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social.
R E S O LVE
Art. 1º Conceder 03 (três) diárias aos Conselheiros Tutelares, Benedita Maria Mourão Rodrigues, CPF nº 466.223.812-91; Adiones Silva e Silva, CPF nº 005.337.492-47; Mario Kempes da Silva, CPF nº 922.756.132-34; Ediléia Maria Gomes Jacinto, CPF nº 681.036.202-97; José Francisco Barreto Silva, CPF nº 025.155.082-60, pelo seu deslocamento a cidade de Rio-Branco Acre, de 25/02/2025 a 27/02/2025, para participar do curso de Formação da Escola de Conselhos do Acre-ECAC-Módulo I – Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral à Criança e Adolescente.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 20 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJO

PORTARIA Nº 122, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.
Concede função gratificada à servidora.

O PREFEITO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Atribuir à servidora Marilene Braga Cunha Rodrigues a função gratificada de Assistente Administrativo (FG-3), da Secretaria Municipal da Educação, com retroativo a janeiro de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre, 24 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 123, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concedem diárias ao servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o teor do ofício PMF/COMPDEC/OF. /Nº 013/2025, de 14/02/2025, oriundo do Gabinete do Prefeito.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 01 (uma) diária ao Coordenador Municipal de Defesa Civil Adriano da Silva Souza- CPF nº 015.518.492-08 pelo seu deslocamento a cidade de Rio Branco - AC, no período de 16 a 17/02/2025, para tratar de assuntos pertinentes as festividades do carnaval, com efeito retroativo do dia 30/01/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 24 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 125, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede diária ao servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o teor do ofício PMF/SEMAVUR/OF. /Nº 092/2025, de 11/02/2025, oriundo da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias ao Motorista Francisco Chagas Assis Lima- CPF nº703. 545.452-72 pelo seu deslocamento a cidade de Rio Branco - AC, no período de 11 a 12/02/2025, para buscar 200 cestas básicas disponibilizadas por meio da assessoria do Deputado Federal Eduardo Veloso, destinadas às ações do itinerante da saúde no Rio Paraná do Ouro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 24 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 125, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

"Constitui a Comissão Especial de Avaliação dos servidores públicos do Município de Feijó em estágio probatório."

O PREFEITO MUNICIPAL DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE, no uso das Atribuições legais e com base no que preceitua o inciso VI, artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41 da Constituição Federal e no Art. 12 da Lei Municipal nº 1041/2023, em que o servidor nomeado mediante concurso público fica sujeito a um período de estágio probatório de 03 (três) anos de efetivo exercício, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à aquisição da estabilidade no cargo para o qual foi nomeado.

CONSIDERANDO que cabe ao Prefeito Municipal designar a Comissão Especial de Avaliação composta por no mínimo 03 membros.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei 1041/2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Feijó/AC), no-

meando os servidores abaixo nominados para a comporem:

– Marilene Braga da Cunha Rodrigues;

– Marney Cleudon Ferreira dos Santos;

– Raimunda Mercedes Soares Cordeiro;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre, 25 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

Constitui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado para Contratação em caráter Temporário de médico para Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão do Processo Seletivo Simplificado para a Contratação em caráter temporário de médico para a Secretaria Municipal de Saúde.

Presidente: Érica Silva Lima;

Membro: Cátia Bezerra do Nascimento;

Membro: Clísten Alves Corrêa;

Art. 2º - A presente comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do Processo Seletivo Simplificado de Contratação em caráter Temporário de médico para Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º - Compete ao presidente desta comissão solicitar junto ao Executivo Municipal todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 25 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Organizadora do Feijó Folia 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Feijó Folia 2025, que acontecerá entre os dias 01 a 04 de março de 2025.

Presidente: Pedro Rodrigues Cavalcante Neto;

Membro: Rommenig de França Albuquerque;

Membro: Dionatan Iuri do Nascimento da Silva;

Membro: Claudio Eugênio Silva de Oliveira.

Membro: Emilson Pérciles de Araújo Brasil Júnior

Membro: Ilcirvânio Ferreira da Silva

Membro: José Yan da Silva Santos

Membro: Cardoci Paiva de Lima

Membro: Francisco Jorge de Sousa Braga Neto

Art. 2º - A presente comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do Feijó Folia 2025, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º - Compete ao presidente desta comissão solicitar junto ao Executivo Municipal todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Feijó-Acre 25 de fevereiro de 2025.

Railson Ferreira da Silva
Prefeito de Feijó

AVISO DE COTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ - ACRE, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.005.179/0001-20, com sede na Av. Plácido de Castro, nº 678 - Centro, CEP: 69.960-000, Feijó-Acre, meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO, em conformidade com os princípios que regem o

Processo Licitatório previsto no art. 37, caput, da constituição Federal de 1988, com ênfase nos princípios da Impessoalidade, moralidade e publicidade, CONVIDA as empresas interessadas a apresentarem suas cotações de preços para a Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's para os servidores, objetivando atender as atividades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, pelo menor preço, em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, e de conformidade com as condições e especificações do Termo de Referência do processo administrativo em anexo.

As empresas interessadas em apresentar propostas poderão solicitar o arquivo contendo as informações necessárias para preenchido da cotação pelos e-mails: cotacoesfeijo@gmail.com

A cotação deverá ser enviada pelo e-mail mencionado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do aviso no site da Prefeitura, sendo imprescindível que a proposta contenha os seguintes requisitos:

I. Assinatura e nome completo do representante legal da empresa, com CPF do signatário. A assinatura poderá ser substituída por assinatura eletrônica por meio do GOV.BR ou certificado digital da pessoa física. Caso a cotação seja assinada por outra pessoa, deverá ser apresentada procuração (particular ou pública) que comprove os poderes para o ato;

II. Carimbo de CNPJ da empresa, ou alternativamente, assinatura do certificado digital da pessoa jurídica;

III. Impostos, fretes, lucro e encargos necessários é de responsabilidade da empresa;

IV. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias;

V. A cotação deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, contendo CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, e-mail e telefone para contato.

Feijó-Acre, 25 de Fevereiro de 2025.

Cláudio Eugênio Silva de Oliveira
Secretário Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Decreto nº 008/2025

JORDÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
GABINETE DO PREFEITO

ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 84/2025, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JORDÃO, ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso II do art. 14 e art. 59, VII, todos da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º Instituir nova Comissão, por prazo indeterminado, para realizar CONVOCAÇÃO de candidatos CLASSIFICADOS, bem como os APROVADOS (quando for o caso), no concurso público de provas e títulos - Edital nº 003/2024, homologado no dia 05/04/2024, com publicação no Diário Oficial do Estado do Acre sob nº 13.749/2024, do dia 09/04/2024, com vistas à contratação, observados os requisitos e limites de vagas disponíveis para cada cargo.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos seguintes membros, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Obras e Turismo – SEMAOTUR;

- a) Eleclida Ribeiro Souza – Secretaria Municipal de Administração, Obras e Turismo;
- b) Nardia Synara De Souza Sampaio Sousa - Secretaria Mun. de Administração, Obras e Turismo;
- c) Reviane Farias Rodrigues Silva – Secretaria Municipal de Planejamento, Licitações e Contratos;
- d) Gegiane Mesquita Ferraz - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- e) Rosana Coelho de Lima - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- f) Francisca Horminda da Conceição Maia - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- g) Isaac De Mendonça Freire Procuradoria-Geral do Município – Procuradoria Geral do Município;
- h) Maria Adevanja Da Silva Amorim Feitosa - Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Luzia de Souza Araújo – Secretaria Municipal de Saúde;
- j) Raimundo Pinheiro Zumba – Assessoria Jurídica;
- k) Héilton Souza Kaxinawá – Assessoria Jurídica.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão acompanhados pelo Poder Legislativo e Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTEAC, que se farão presentes por seus representantes indicados na forma abaixo:

- a) Tiago de Oliveira Freire, Francisca Alves de Souza e Edivan Albuquerque de Oliveira - SINTEAC;
- b) Ismael Carlos Sereno Souza e Abraão Sampaio Feitosa Kaxinawá– Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º Convocados os candidatos e preenchidos os requisitos legais para a contratação, esta se dará por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se.

Naudo Ribeiro
Prefeito de Jordão

ERRATA
CONTRATO Nº 03/2021
PROCESSO Nº 009/2020 – CPL/PMJD

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2021, datado de 27 de janeiro de 2021, que tem como objeto a construção de mercado municipal na cidade de Jordão, quando de sua confecção a vigência contratual restou erroneamente grafada como sendo de 6 (seis) meses, contados a partir de 27 de janeiro de 2020.

Assim, justificante a presente ERRATA para o fim de corrigir citado erro material, de modo que na CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (página 4 de 9), onde se lê: A Vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de 27 de janeiro de 2020, leia-se: A vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de 29 de janeiro de 2021.

Jordão/AC, 25 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO NALDINO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jordão

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
GABINETE DO PREFEITO

COMISSÃO DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E TURISMO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 84 /2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.969, de 21 de fevereiro de 2025, como coordenadora da Comissão de Convocação do Concurso Público de Provas e Títulos – Edital nº 003/2024, torna pública a CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS para os cargos de Prof. Fund. II História Zona Rural, Prof. Ens. Fund. I Zona Rural, Prof. Ens. fund. I zona Urbana, Prof. da Educação Infantil, Professor Mediador, Assistente Educacional, Monitor Escolar, Agente Administrativo, Cirurgião Dentista, Tec. Em Produção Agropecuária, mediante as condições estabelecidas no item 1, subitem 1.2.2, item 2, subitem 2.2, item 6, subitem 6.2, item 8, subitem 8.3 do Edital de Concurso em referência.

1.DO CRONOGRAMA DA CONVOCAÇÃO, DA CONTRATAÇÃO E DOCUMENTOS EXIGÍVEIS

1.1. Os CONVOCADOS deverão se apresentar perante a COMISSÃO DE CONVOCAÇÃO nos dias 26 de fevereiro a 07 de março de 2025, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizado na Rua Francisco Dias, s/nº, Centro, CEP: 69975-000, Jordão/AC, devendo comprovar por meio de documentos originais e cópias, até a data da posse:

- a) possuir a escolaridade exigida para o cargo, comprovada por meio de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho de Classe respectivo, nos termos do item 1, subitem 1.7, quadros 1 e 3 do Edital do Concurso;
- b) Diploma, devidamente registrado, conclusão de curso de licenciatura plena em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo MEC e curso de formação continuada na área da Educação Especial, com carga horária mínima de 360 h e/ou especialização na área da Educação Especial, com carga horária mínima de 360h.
- c) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com conhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na forma do disposto no Decreto nº 70.391/72 e Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972, ou ser naturalizado.
- d) idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;
- d) título de eleitor e estar em dia com as obrigações eleitorais por meio de certidão de quitação eleitoral;
- f) PIS/PASEP, se houver;
- g) certidão de nascimento ou casamento;
- h) RG e CPF ou CHN;
- i) conta bancária, com informações de banco e agência;
- j) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos de idade e CPF (se houver);
- k) estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;

- l) aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, apurada pela perícia médica e, no caso de PCD, por ocasião da perícia, deverá comparecer munido de documento de identificação e laudo médico que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme item 2 do Edital de Concurso;
- m) declaração de não acumulação de cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção nos termos da lei, dentro do prazo para a posse, determinado no § 1º do art. 13 da Lei n.º 8.112/90;
- n) declaração de bens;
- o) certidão negativa de antecedentes criminais e cíveis da Justiça Federal e Justiça Estadual e;
- p) exclusivamente no prazo de 90 dias (corridos), Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- q) comprovante de residência;

1.2. A contratação e posse se darão mediante assinatura do contrato de trabalho e ocorrerá no dia 08 de março de 2025, a partir das 7:00h, no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Centro, nesta cidade.

2. DOS CONVOCADOS

Nº Inscrição	Nome	Cargo	Classificação
28416	Rosenildo Melo Silva	Prof. Fund. II História Zona Rural	2
28521	Eldo do Nascimento	Prof. Fund. II História Zona Rural	15
29299	Eliaana Madeiro Araújo	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	13
29965	Elieida Pereira Batista	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	14
29286	Ivanilde Gomes Pereira	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	15
28844	Francisco Benedito Vale de Almeida	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	16
28213	Itelvina do Nascimento Lopes	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	17
29967	Erislangela da Silva Gomes	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	18
29857	Ordilei de Souza Oliveira	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	01
29860	Maria Janaia Martins	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	02
28880	José Francisco Silva Nascimento	Prof. Ens. fund. I zona Urbana	09
28199	Odélio Rodrigues de Paiva	Prof. da Educação Infantil	15
28179	Otávio Diego de Queiroz Melo	Prof. da Educação Infantil	16
28473	Maria Liberdade Cavalcante Melo	Prof. da Educação Infantil	17
30182	Maria Ivanete Lopes da Rocha	Prof. da Educação Infantil	18
29730	Roníe de Albuquerque Farias	Prof. da Educação Infantil	19
28242	Antônio Nonato Braga Grangeiro	Prof. da Educação Infantil	20
29968	Maria Salete de Aguiar Silva	Professor Mediador	7
29856	Rosivaldo Cavalcante Lima	Professor Mediador	8
29546	Glaucinaira da Silva Batista	Professor Mediador	9
29441	Katrine Marinho de Lima	Professor Mediador	10
29011	Maria Cátia Marçal Castro	Professor Mediador	11
29680	Vitória Araújo Guimarães	Assistente Educacional	7
28319	Andressa de Oliveira de Souza	Assistente Educacional	8
28369	Ana Paula de Lima Oliveira	Assistente Educacional	9
29631	Alion de Castro Maia	Assistente Educacional	10
29605	Fernanda Cruz Martins	Assistente Educacional	11
28670	Maria José Almeida de Souza	Assistente Educacional	12
30084	Denis da Silva Aragão	Monitor Escolar	16
29839	Ordilei de Souza Oliveira	Monitor Escolar	17
29729	Roníe de Albuquerque Farias	Monitor Escolar	18
28256	Antônio Douglas Oliveira Número	Monitor Escolar	19
29049	Antônio Zamorano Barbosa de Oliveira	Monitor Escolar	20
29991	João Victor Oliveira Figueiredo	Monitor Escolar	22
300389	Hiago Denner Ramos da Silva	Monitor Escolar	23
28872	Maria Auxiliadora da Silva Santos	Monitor Escolar	24
28165	Vanderlei Ferreira Brasil	Monitor Escolar	25
29122	Maria Cleicivania da C. Vale Muniz	Monitor Escolar	26
29852	Thomas de Freitas Oliveira	Monitor Escolar	27
28763	Antônio Jairo Silva Figueiredo	Monitor Escolar	28
28889	Maria Rosineide Bezerra do Esp. Santo	Monitor Escolar	29
28709	Alisson da Cruz Oliveira	Monitor Escolar	30
28533	Ruthe Ferraz	Monitor Escolar	31
28217	Ismael de Souza Mendonça	Monitor Escolar	32
29380	Antônio Ilas Santana de Brito	Monitor Escolar	33
29013	Alessa Falcão Lopes	Monitor Escolar	34
28259	Emanuel Jhonatan Santos Sombra	Monitor Escolar	35
29320	Gilenilson Dos Santos Albuquerque	Agente Administrativo	1
28098	Cleimisson do Carmo Nascimento	Agente Administrativo	11
30377	Vanusia Brandão Moreira	Agente Administrativo	12
28801	Antonia de Souza Araújo	Agente Administrativo	13
30298	Joab de Souza Cordeiro	Agente Administrativo	14
30083	Fernando Ferreira da Silva	Agente Administrativo	15
29162	Francisco Pereira da Silva	Agente Administrativo	16
30199	Renan Nascimento Rego	Agente Administrativo	17
28806	Sairo Ferraz de Oliveira	Agente Administrativo	18
29190	Francisca Eulina Saraiva de Oliveira	Agente Administrativo	19
28362	Katriely Souza da Silva	Agente Administrativo	20
28506	Marcelo da Silva Roque	Agente Administrativo	21
28255	Karolina Soares Silva	Agente Administrativo	22
28589	Ariana da Silva Sombra	Agente Administrativo	23
29336	Maria da Glória do Nascimento Carvalho	Agente Administrativo	24
29701	Levy Guimarães Ferreira	Cirurgião Dentista	3
30411	Max da Silva Teodoro	Tec. Em Produção Agropecuária	1
28424	Antônio Robson Lima de Oliveira	Tec. Em Produção Agropecuária	2

GABINETE DO PREFEITO DE JORDÃO/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Naudo Ribeiro
Prefeito de Jordão

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO
GABINETE DO PREFEITO

COMISSÃO DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2024
EDITAL DE OFERTA DE VAGAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E TURISMO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 84 /2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.969, de 21 de fevereiro de 2025, como coordenadora da Comissão de Convocação do Concurso Público de Provas e Títulos – Edital nº 003/2024, torna pública a CONVOCAÇÃO PARA OFERTA DE VAGAS para os cargos de Prof. Ens. fund. I zona Urbana, Prof. da Educação Infantil, com base no item 11.13 do referido Edital, mediante as condições estabelecidas no item 1, subitem 1.2.2, item 2, subitem 2.2, item 6, subitem 6.2, item 8, subitem 8.3 do Edital de Concurso em referência.

1.DO CRONOGRAMA DA CONVOCAÇÃO, DA CONTRATAÇÃO E DOCUMENTOS EXIGÍVEIS

1.1. Os CONVOCADOS deverão se apresentar perante a COMISSÃO DE CONVOCAÇÃO nos dias 26 de fevereiro a 07 de março de 2025, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizado na Rua Francisco Dias, s/nº, Centro, CEP: 69975-000, Jordão/AC, devendo comprovar por meio de documentos originais e cópias, até a data da posse:

- a) possuir a escolaridade exigida para o cargo, comprovada por meio de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e registro no Conselho de Classe respectivo, nos termos do item 1, subitem 1.7, quadros 1 e 3 do Edital do Concurso;
- b) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com conhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na forma do disposto no Decreto nº 70.391/72 e Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972, ou ser naturalizado.
- c) idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;
- d) título de eleitor e estar em dia com as obrigações eleitorais por meio de certidão de quitação eleitoral;
- e) PIS/PASEP, se houver;
- f) certidão de nascimento ou casamento;
- g) RG e CPF ou CHN;
- h) conta bancária, com informações de banco e agência;
- i) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos de idade e CPF (se houver);
- j) estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;
- k) aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, apurada pela perícia médica e, no caso de PCD, por ocasião da perícia, deverá comparecer munido de documento de identificação e laudo médico que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme item 2 do Edital de Concurso;
- l) declaração de não acumulação de cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção nos termos da lei, dentro do prazo para a posse, determinado no § 1º do art. 13 da Lei n.º 8.112/90;
- m) declaração de bens;
- n) certidão negativa de antecedentes criminais e cíveis da Justiça Federal e Justiça Estadual e;
- o) exclusivamente no prazo de 90 dias (corridos), Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- p) comprovante de residência;

1.2. A contratação e posse se darão mediante assinatura do contrato de trabalho e ocorrerá no dia 08 de março de 2025, a partir das 7:00h, no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Centro, nesta cidade.

2. DOS CONVOCADOS

Nº	NOME	CLASSIFICAÇÃO
01	FRANCISCA DOS SANTOS ALBUQUERQUE	21
02	ESTEFANIA DE PINHO	22
03	MARIA GLEICINÉIA DO NASCIMENTO PIMENTEL	23
04	MARIA DA LIBERDADE DO NASCIMENTO LIMA	24
05	NERTAN MENDONÇA MATOS	25
06	ADRIANA LIMA MARTINS	26
07	MAGINILDA MATOS OLIVEIRA	27
08	MARIA DE LIMA ROSA	28
09	RAISSE MELLEIRO DA SILVA	29
10	NADIA KESIA COSTA PEREIRA	30
11	MARIA APARECIDA DA SILVA E SILVA	31
12	RADINÉIA DA SILVA ROQUE	32
13	JOSÉ EFRAIM FERRAZ	33
14	MARIA LADILENE DE SOUZA MOURA	34
15	ROSEANE RODRIGUES DE PAIVA	35
16	SEBASTIÃO ROMÉRIO CORREA SARAIVA	36
17	MARIA LUZIANE ROCHA DA SILVA	37
18	MARILENE FARIAS DA CRUZ	38
19	ANTONIO DO NASCIMENTO MONTEIRO	39
20	MARIA DAS DORES DA SILVA CORREA	40
21	ROSILENE MARÇAL DE CASTRO	41
22	MARIA MADALENA ROCHA DA SILVA	42
23	GELIANE BARBOSA VALE	43
24	ANTONIA MARCENIRA NASCIMENTO H. DAMASCENO.	44
26	MARIA APARECIDA FERRAZ	10

GABINETE DO PREFEITO DE JORDÃO/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Naudo Ribeiro
Prefeito de Jordão

MÂNCIO LIMA

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 84/2025, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA – ACRE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.
DECRETA:
Art. 1º - Fica nomeado, o servidor efetivo KENNEDY COSTA SABINO, no cargo de referência FC-4, desta Prefeitura.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos retroativo a 1º de fevereiro de 2025, revogando-se as disposições

em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE MÂNCIO LIMA - ACRE, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

José Luiz Gomes da Costa
Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

EXTRATO DA PORTARIA FISCAL
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS
PORTARIA Nº 002 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA, no uso das suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO Nº 020/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, e a Empresa DECORP LTDA, CNPJ: 10.690.011/0001-02, assinado no dia 21/02/2025 com vigência de 2 (dois) meses, contados da data de recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de organização, planejamento, divulgação e realização de Processo Seletivo para preenchimento de vagas temporárias e emergenciais, exclusivamente por meio de análise curricular (prova de títulos), para os cargos do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Mâncio Lima, tudo em conformidade com os anexos originário da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2025, parte integrante deste instrumento, a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

1. Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte

Gestor (a): Francisco Pereira de Pinho Junior

I- Fiscal Titular: Jercirlândia da Silva Araújo, CPF 723.231.672-00

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da PMML/AC:

I- Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II- Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mâncio Lima – Acre, 21 de fevereiro de 2025.

JOSÉ LUIZ GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

EXTRATO DA PORTARIA FISCAL
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS
PORTARIA Nº 018 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA, no uso das suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO Nº 021/2025 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, e a Empresa TOTA E DONADONI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ: 21.863.916/0001-45, assinado no dia 25/02/2025 com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, que tem por objeto a Contratação de escritório de advoca-

cia especializado em direito público para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica, para a Prefeitura e suas secretarias, compreendendo: consultoria, assessoria e auditoria em licitações; assessoria em processo legislativo com criação e revisão de leis, decretos, portarias e outros atos administrativos; confecção de Pareceres internos e externos; atuação direta no contencioso, perante o 1 e 2º graus, incluindo a propositura, defesas e recursos de ações em que o município seja parte; consultoria ao Controle Interno, acompanhamento jurídico de pendências relativas a Convênios em órgãos à nível Estadual e Federal; defesa de demandas perante o Tribunal de Contas do Estado do Acre e da União, Confecção de pareceres diversos, inclusive os relacionados a aposentadoria e pensão; Assessoria e suporte jurídico/documental com ênfase na área do direito público, tudo em conformidade com os anexos originário da INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025, parte integrante deste instrumento, a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

1. Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gestor (a): Tânia Maria Gadelha da Silva

I- Fiscal Titular: Daniel da Silva Campos

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da PMML/AC:

I- Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II- Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III - Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mâncio Lima – Acre, 25 de fevereiro de 2025.

JOSÉ LUIZ GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 001/2025/PMML

A Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, Estado do Acre, no exercício de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal, assim como demais dispositivos legais pertinentes à matéria, CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, atuar no apoio a acessibilidade aos serviços e as atividades-fim da instituição de ensino escolar; CONSIDERANDO a necessidade de manter a estrutura mínima das equipes, com o número de servidores necessários para atendimento, conforme funcionamento e escala dos órgãos de educação; CONSIDERANDO a necessidade de substituições dos servidores que estejam temporariamente afastados ou impedidos de exercer suas funções, visando à continuidade da prestação do serviço público; CONSIDERANDO que a carência desses profissionais compromete os serviços essenciais de Educação prestados pelo Município, inviabiliza o atendimento adequado e o acesso da população aos serviços de interesse público; CONSIDERANDO que por força do art. 205 da Constituição da República de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado, efetivado mediante as garantias previstas no art. 208, torna público o presente edital para a realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado ao preenchimento de vagas temporárias em seu quadro funcional. O certame visa atender às necessidades presentes e futuras do município, especificamente para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o período de validade do processo seletivo simplificado temporário. Este edital, juntamente com seus anexos e eventuais adendos e publicações, estabelece as normas e procedimentos que regerão o presente certame. Por meio deste instrumento, convocamos os interessados a participarem, observando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1 DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO TEMPORÁRIO E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Organização do processo seletivo simplificado Temporário

1.1.1 O presente edital de processo seletivo simplificado será regido por este Edital e conduzido pela DECORP, por meio da Comissão Organizadora do processo seletivo simplificado, Decreto nº 080 de 12 de fevereiro de 2025. Todas as informações relevantes sobre o processo seletivo simplificado, incluindo suas etapas e procedimentos, serão disponibilizados na página eletrônica da DECORP, acessível através do endereço <https://portal.decorp.selecao.site>.

1.1.2 Os atos oficiais do processo seletivo simplificado, como o edital de abertura e a homologação dos resultados, serão publicados primeiramente no portal oficial da Prefeitura Municipal de Mâncio Lima/AC - <https://www.manciolima.ac.gov.br> - e posteriormente no Diário Oficial do Estado, www.diario.ac.gov.br. As demais publicações serão publicadas e divulgadas no portal do processo seletivo simplificado e/ou na página oficial da Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, estado do Acre.

1.2 Objetivo e Reserva de Vagas

1.2.1 O processo seletivo simplificado destina-se ao preenchimento de vagas temporárias para cargos do Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

1.2.2 Será reservado um percentual de 5% (cinco por cento) e máximo de 20% (vinte por cento), das vagas por cargo para pessoas com deficiência, conforme estipulado em legislação específica, e detalhado no item 4 deste edital. Caso determinado cargo preveja menos de cinco vagas, no eventual surgimento de uma quinta vaga, esta será reservada às pessoas com deficiência.

1.3 Definições usuais

1.3.1 Candidato Aprovado: É o candidato que obteve uma pontuação igual ou superior a pelo menos 10 pontos da etapa da prova de título, após a aplicação do critério do desempate previsto neste edital. Este candidato atende aos critérios mínimos estabelecidos pelo edital para aprovação e poderá celebrar o contrato temporário.

1.3.2 Candidato Classificado: Trata-se do candidato aprovado que, além de atender aos critérios mínimos de pontuação, também obteve uma posição dentro do número de vagas previamente estabelecido no edital, após o desempate. Esses candidatos são ordenados em uma lista de classificação, geralmente em ordem decrescente de pontuação, e têm prioridade para contratação nos cargos disponíveis.

1.3.3 Candidato Não Classificado: São os candidatos que não atingiram a pontuação mínima informada no item 1.3.1 da prova de título. Esses candidatos não estão aptos a serem considerados classificados ou aprovados no processo seletivo simplificado.

1.3.4 Cadastro de Reserva: O cadastro de reserva é composto por candidatos aprovados no processo seletivo simplificado, mas que não foram imediatamente classificados dentro do número de vagas de contratação disponíveis. Eles alcançaram a pontuação mínima exigida, porém, estão em uma posição além do número de vagas estabelecido pela administração pública e o edital. Esses candidatos podem ser convocados para assumir os cargos temporários caso ocorram desistências, vacâncias ou abertura de novas vagas dentro do prazo de validade do processo seletivo simplificado.

1.4 Informações Adicionais

1.4.1 O processo seletivo simplificado será regido por este Edital, inclusive seus anexos e adendos, e executado pela DECORP, por meio da Comissão Organizadora de processo seletivo simplificado, à qual deverá ser dirigida toda e qualquer correspondência até a data de publicação do resultado final.

1.4.2 O Quadro Geral de Vagas com cargos/função, requisitos mínimos de qualificação e escolaridade, números de vagas disponíveis para convocação imediata, cadastro de reserva, Carga horária e Remuneração são dados no Quadro disponível no anexo I.

1.4.3 As atribuições e a descrição sumária de cada cargo encontram-se no Anexo II. Outras atribuições compatíveis com a função poderão ser delegadas pela Administração, conforme a necessidade do serviço, desde que estejam em consonância com as exigências do cargo e as disposições das legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis.

1.4.5 O cronograma previsto do certame encontra-se no Anexo III;

1.4.6 Todos os anexos deste edital, estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://portal.decorp.selecao.site>.

2 PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

2.1 Da Inscrição eletrônica "pela internet"

2.1.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente online "pela internet", através do site oficial do município de Mâncio Lima: <https://www.manciolima.ac.gov.br> mediante link que direcionará o candidato para o site da DECORP: <https://portal.decorp.selecao.site/> - iniciando-se em 25 de fevereiro de 2025 às 8 horas e encerrando-se no dia 28 de fevereiro de 2025, às 23 horas e 59 minutos. A INSCRIÇÃO NESTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SERÁ GRATUITA, custeado com recursos próprios do município.

2.1.2 O formulário de inscrição deverá ser preenchido na íntegra e com toda atenção, de modo que nele constem as informações exatas e verídicas, sob a pena de cancelamento da inscrição. Após preenchido, o formulário deverá ser enviado, eletronicamente, à DECORP.

2.1.3 Ao se inscrever o candidato concorda com todas as regras estabelecidas e dá pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e em eventuais alterações, orientações e publicações posteriores,

postadas no site <https://portal.decorp.selecao.site>

2.1.4 No ato da inscrição o candidato deverá optar por concorrer a uma única vaga, podendo editar suas informações e enviá-las até o último dia de inscrição. **NÃO SERÁ PERMITIDO MAIS DE UMA INSCRIÇÃO PARA O MESMO CANDIDATO.**

2.1.5 A realização de uma nova inscrição, para o mesmo candidato, para um cargo diferente, exige a anulação (cancelamento) da inscrição anterior, nas mesmas condições. No entanto, a inscrição deferida (confirmada) será aquela que esteja na lista de inscrições deferidas, observado o descrito no item 2.1.4.

2.1.6 Ao enviar o formulário de inscrição, o candidato deverá concordar com os termos do edital, seus anexos e retificações, e ainda, com os nossos termos da lei geral de proteção de dados (LGPD), assumindo também a responsabilidade sobre a veracidade dos dados informados ao marcar a respectiva opção; e ainda explorar a seção: perguntas e respostas mais frequentes (FAQ) disponíveis na plataforma de inscrição para tirar dúvidas sobre o processo seletivo simplificado temporário e a Banca Examinadora.

2.1.7 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos mínimos exigidos para a participação no processo seletivo simplificado e investidura no cargo, a fim de garantir que atenda a todos os requisitos necessários para participar do processo seletivo simplificado e assumir o cargo, incluindo relativo à formação acadêmica (diploma do ensino médio, magistério, técnico ou superior), conforme exigido para o cargo desejado, bem como o registro regular no conselho de classe, quando aplicável ao cargo, entre outros. Todos os requisitos devem estar cumpridos até a data da convocação para a assinatura do contrato obtido através do processo seletivo simplificado.

2.1.8 A DECORP não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica que afetem os computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados, incluindo boletos pagos fora da data estabelecida no edital. A confirmação de recebimento dos dados se dá quando é emitido o boleto para pagamento, em nome do candidato.

2.2 Da documentação

2.2.1 É de inteira responsabilidade do candidato observar o período e horário para envio dos documentos, conforme item 2.1.1 e cronograma previsto, anexo III, sob pena de desclassificação.

2.2.2 O candidato deverá enviar, anexar no sistema, sob pena de desclassificação os documentos, no formato em PDF, descritos no item 2.3, conforme anexo III.

2.2.2.1 Será analisada apenas a documentação comprobatória inserida, corretamente, nos campos indicados na ficha de inscrição do sistema on-line da Banca.

2.2.2.2 O candidato que não anexar, no momento da inscrição, documentos comprobatórios de conclusão dos cursos complementares, de escolaridades e/ou as experiências profissionais estarão automaticamente eliminados, e aquele que anexar documentos adulterados, incidirá em falsidade ideológica de declaração e será igualmente excluído deste Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízos de responsabilização nas esferas administrativas, civil e criminal.

2.2.2.3 O detalhamento das pontuações de cada critério está apresentado no item 5.17 deste Edital.

2.2.2.4 A análise do requisito de investidura é a confirmação ou não de que o candidato possui o pré-requisito exigido para concorrer à vaga ofertada. Nesta etapa, a Comissão de Avaliação e Julgamento de Títulos do Processo Seletivo Simplificado verificará se o interessado atende aos requisitos qualificadoriais exigidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para o exercício das atividades laborais referentes à função para a qual se inscreveu, bem como se anexou toda a documentação exigida no item 2.3 deste Edital.

2.2.2.5 Esta análise, apresentada no item anterior, se constitui em fase ELIMINATÓRIA devido à verificação da Comissão de Avaliação e Julgamento de Títulos do Processo Seletivo Simplificado, dos requisitos acadêmicos exigidos para exercício das atividades laborais referentes a função para a qual o candidato se inscreveu.

2.2.2.6 Entende-se como análise das informações curriculares a confirmação ou não de que o candidato possui os itens a serem pontuados, os quais foram informados no cadastramento do currículo, englobando cursos específicos na área de atuação e experiências profissionais. Nesta etapa, a Comissão de Avaliação e Julgamento de Títulos do Processo Seletivo Simplificado verificará se o interessado apresenta os documentos comprobatórios, para aferição de pontuação, na função para a qual se inscreveu, de acordo com o item 2.3.

2.3 Para habilitação da inscrição (Solicitação de documentos)

2.3.1 Durante a etapa de inscrição, será exigido apenas o preenchimento do formulário de inscrição no sistema, com os dados do candidato devidamente atualizados, além do envio de:

Uma fotografia atualizada do candidato;

Um documento de identificação oficial com foto (frente e verso), sendo aceitos: Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira do Conselho de Classe (se houver) ou Identidade Militar; Comprovação do nível de escolaridade, compatível com a função pretendida, se for exigido no momento da inscrição;

Os títulos obrigatórios exigidos nesta etapa para pontuação, conforme descrito no edital, para fins de pontuação estão elencados no item 5.17 do edital, sendo basicamente: Comprovação de tempo de serviço ou experiência profissional (contrato de trabalho, carteira de trabalho, declaração no papel timbrado do empregador ou certidão de tempo de serviço); Comprovação da realização de cursos de formação, capacitação ou aperfeiçoamento realizados, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, na carga horária exigida, que sejam compatíveis com a função pretendida; Títulos de Formação, superiores àqueles descritos como requisito mínimo para a vaga, de acordo com o Quadro I deste edital.

2.3.1.1 O envio de fotografia que não corresponda à imagem do próprio candidato, como fotos de terceiros ou imagens que não sejam da sua face (rostro), resultará na eliminação imediata do candidato do Processo Seletivo, sem possibilidade de recurso.

2.3.2 Comprovante de registro de inscrição do Cadastro de Pessoa Física - CPF (caso o número não conste no documento oficial com foto, vide alínea 2.3.1;

2.3.3 Os documentos elencados no item 2.3 e seus subitens devem estar devidamente legíveis, conforme disposto no edital ou sistema de inscrição, no formato PDF - limite máximo do arquivo, 7 MB (sete megabytes);

Parágrafo segundo: O candidato deve observar na plataforma do site, o local correto para anexar, cada documento solicitado, no ato da inscrição, e verificar se estes abrem ou não foram corrompidos, no momento do envio "upload".

2.3.4 Após o término do período de inscrição nos termos do edital, não será permitido o acréscimo de quaisquer documentos.

2.3.5 A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição e/ou a dispensa do candidato, em todos os atos relacionados deste processo, quando constatado a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidades de documentos, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

2.4 Do valor da taxa de Inscrição e formas de pagamentos

2.4.1 O valor da taxa de inscrição será de:

Quadro 1 - Taxa de inscrição (em reais) por nível de escolaridade

Nível do Cargo	Valor da Taxa de Inscrição (em reais)
Nível Médio ou Magistério	Gratuito (R\$ 0,00)
Nível Superior	Gratuito (R\$ 0,00)

2.4.2 Antes de se inscrever, o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste Edital, incluindo seus Anexos, partes integrantes das normas que regem o presente certame, das quais não poderá alegar desconhecimento em nenhuma hipótese.

2.4.3 É de responsabilidade exclusiva do candidato/interessado a identificação correta e precisa dos requisitos e das atribuições das funções.

2.4.4 Não serão aceitas inscrições por via postal, telefone, fax, e-mail ou qualquer outro que não seja pelo sistema online disponível em <https://portal.dec corp.selecao.site/>.

2.4.5 Os candidatos receberão a confirmação de sua inscrição por meio da área do candidato do sistema informatizado utilizado para tal finalidade.

2.4.6 A inscrição via Internet é de inteira responsabilidade do candidato.

2.4.7 A Comissão Organizadora não será responsável pela veracidade das informações enviadas pelo candidato, sendo que, caso sejam apresentadas informações falsas, o candidato será desclassificado.

2.4.8 É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o completo e correto preenchimento dos dados de inscrição, não se responsabilizando a municipalidade e a DECORP, por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto de seus dados, nem pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, de falhas de comunicação, ou quaisquer outros que impossibilitem sua efetivação.

2.4.9 O candidato somente será considerado inscrito no certame após o cumprimento de todas as instruções descritas neste Edital.

2.5 Comprovante de Inscrição e Suporte da Banca

2.5.1 Os candidatos poderão imprimir o comprovante de inscrição, que estará disponível no endereço eletrônico <https://portal.dec corp.selecao.site/>, durante o período de inscrição designado no Cronograma do certame, Anexo III, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

2.5.2 No comprovante de inscrição constarão documentos de identificação do candidato. É importante ressaltar que caso seja divulgado na sua inscrição a pontuação prevista, essa pontuação não garante que será a pontuação final atribuída, uma vez que passará por uma análise criteriosa da banca ou comissão. Essa análise visa verificar a autenticidade e a conformidade dos documentos apresentados, podendo resultar em uma nota inferior àquela inicialmente prevista.

2.5.3 Qualquer solicitação de suporte à Banca Examinadora deverá ser realizada exclusivamente por mensagem de WhatsApp, através do número +55 68 98427-7326, opção 4 – CONCURSOS OU SELETIVOS, em dias úteis, no horário comercial, das 7h30min às 11h45min e das 14h15min às 16h45min. Para essa solicitação, será imprescindível apresentar comprovante de inscrição ou comprovante de pagamento e documento oficial com foto. O atendimento será realizado exclusivamente por meio eletrônico e não serão aceitos contatos por outros canais, como e-mail, ligação telefônica, SMS, fax, atendimento presencial ou quaisquer outros meios. Não serão esclarecidas dúvidas relacionadas à interpretação do edital, sendo obrigatória a leitura integral do documento pelo candidato. O suporte des-

tina-se apenas a demandas relacionadas à inscrição no sistema, envio de documentos e títulos, emissão do comprovante de inscrição e redefinição de e-mail ou senha, o candidato deverá entrar em contato com a DECORP. Para outros assuntos, o candidato deverá consultar o edital.

3 DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Em complementação ao emanado no item 1.2.2, serão 5% (cinco por cento) das vagas de cada cargo destinadas às pessoas com deficiência, na forma do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, e nos termos do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, se houver.

3.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) No ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência (PcD);

b) Anexar, no ato da inscrição, laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) ou laudo médico, de qualquer data, que atesta deficiência permanente.

3.3 A inobservância do disposto no subitem 4.1 e 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias.

3.4 O candidato que no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, se aprovado e classificado no processo seletivo simplificado, figurará em lista específica.

3.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência deverá submeter-se à perícia médica, que verificará sobre sua qualificação, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.

3.6 As vagas definidas no subitem 4.1 deste edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.7 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos/áreas com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

3.8 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do processo seletivo simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.9 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 2.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por cargo/área, nos termos do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações.

3.10 O candidato classificado, cuja deficiência seja declarada pela perícia médica como incompatível com o exercício do cargo, será automaticamente excluído do certame.

3.11 O candidato classificado, cuja deficiência não for comprovada pela perícia médica, concorrerá somente pela classificação geral.

3.12 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, se classificados no certame, concorrerão também na Ampla Concorrência.

3.13 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4.º do Decreto n.º 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e alterações, no § 1.º do artigo 1.º da Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula n.º 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): "O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em processo seletivo simplificado, às vagas reservadas aos deficientes", observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009.

3.14 As vagas reservadas para candidatos com deficiência que vierem a surgir, se não providas por falta de candidatos, por reprovação ou por julgamento da perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

3.15 Após a investidura do candidato no cargo temporário, a deficiência indicada para concorrer a este certame não poderá ser considerada como justificativa para a concessão de aposentadoria.

4 DA AVALIAÇÃO CURRICULAR DE TÍTULOS (PROVA DE TÍTULOS)

4.1 A Etapa denominada Avaliação Curricular de Títulos ou simplesmente Prova de Títulos, será realizada concomitantemente ao período de inscrições, conforme o cronograma previsto no Anexo III deste edital, realizado exclusivamente, em uma ÚNICA etapa, de caráter classificatório e eliminatório, baseada na análise e pontuação de currículo, preenchido on-line, consistente em títulos, experiência e aperfeiçoamento profissional, com a devida comprovação documental.

4.2 A Avaliação de Títulos consistirá na análise da titulação acadêmica (Títulos de Formação), cursos (Cursos e Capacitações) e da experiência profissional (Tempo de experiência profissional) do candidato, conforme os critérios estabelecidos neste edital.

4.2.1 Declaração da Instituição em que prestou serviços, emitida em papel timbrado, especificando o período exato de trabalho, devendo ser datada e assinada pela autoridade competente, com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

4.2.2 Serão computadas somente as atividades, a título de experiência profissional, realizadas e comprovadas nos últimos 05 (cinco) anos, a contar de 24

de fevereiro de 2020 até 24 de fevereiro de 2025.

4.3 Para participar da Avaliação de Títulos, os candidatos deverão enviar os documentos exigidos nesta etapa, durante o período de inscrição, exclusivamente em formato PDF, utilizando o sistema informatizado de inscrição, na data informada no cronograma constante do Anexo III deste edital ou em suas retificações.

4.4 A Avaliação de Títulos será aplicada para todos os cargos e terá valor máximo, conforme descrito nos quadros do item 4.17, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados exceda os limites estabelecidos.

4.4.1 Em nenhuma hipótese serão pontuados os títulos que constituam requisitos ou habilitações obrigatórias para a contratação no cargo/função, de acordo com o item 2.3.c. O envio desses documentos será considerado apenas para fins de comprovação, sendo atribuída pontuação zero para tais casos.

4.5 Em nenhuma hipótese será concedida nova data para a entrega de títulos além daquela fixada no anexo III – Cronograma Previsto deste edital. O candidato que não anexar os documentos exigidos até o término do prazo estabelecido será atribuído nota zero nesta etapa. Ressalta-se que esta é uma etapa classificatória e eliminatória.

4.6 A anexação dos títulos é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Banca e a Comissão Organizadora não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a recepção da documentação ou envio em campo adverso para análise no sistema. Os títulos apresentados terão validade somente para este Processo Seletivo e não serão fornecidas cópias desses documentos.

4.7 Serão analisados exclusivamente os títulos enviados pelos candidatos com inscrição deferida, e que atendam às condições estabelecidas no item 8.1 deste edital.

4.8 Não serão aceitos documentos enviados ou apresentados fora do prazo de inscrições ou separadamente.

4.9 Após o término do período de inscrições, não será permitida a complementação, substituição ou envio de documentação adicional para qualquer fim, inclusive durante a fase de recursos. A análise dos títulos será realizada exclusivamente com base nos documentos enviados dentro do prazo estabelecido neste edital.

4.10 Todos os cursos e capacitações apresentados para avaliação e pontuação na Prova de Títulos deverão estar concluídos até a data de publicação deste Edital.

4.11 Os títulos que correspondam aos requisitos para a função não serão pontuados na somatória da Prova de Títulos, sendo desconsiderados para todos os fins.

4.12 Não serão computados os títulos que excederem o limite máximo de pontuação, assim como serão desconsiderados títulos referentes a formações ou experiências que não sejam específicas para a área da função pleiteada.

4.13 Para a análise de títulos de Mestrado e Doutorado, será exigida a apresentação do diploma. Diplomas emitidos por instituições estrangeiras somente serão aceitos se reconhecidos por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação avaliados e reconhecidos na mesma área e nível equivalente ou superior, conforme a legislação vigente.

4.14 Os títulos e diplomas expedidos por entidades estrangeiras somente serão aceitos se devidamente reconhecidos por instituição regular no Brasil.

4.15 Cursos realizados no exterior só terão validade se acompanhados de tradução juramentada emitida por profissional habilitado.

4.16 Caso o nome do candidato constante no título apresentado seja diferente do nome declarado na inscrição, deverá ser anexado comprovante oficial de alteração do nome.

4.17 A pontuação será atribuída de acordo com os quadros - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO.

Quadro A - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO (médio)

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS				
Alínea	Título	Descrição da Pontuação (Valor de Cada Título)	Valor Máximo dos Títulos	Pontuação Geral
GRUPO 1 – TÍTULOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / ESCOLARIZAÇÃO				
A	Graduação superior ou licenciatura em qualquer área	15,00 pontos (máximo de 1 envio)	15,00	15,00
B	Cursando a partir do 3º período de Graduação superior ou licenciatura em qualquer área	5,00 pontos (máximo de 1 envio)	5,00	5,00
GRUPO 2 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA				
C	Curso de capacitação na área pretendida com carga horária mínima de 20 horas	10,00 pontos cada (máximo de 5 envios)	50,00	50,00
GRUPO 3 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA EDUCACIONAL				
D	Experiência na área de assistente educacional ou similar	0,50 ponto por mês, limitado há 60 meses	30,00	30,00
Total máximo de pontos			100,00 pontos	
Pontos excedidos a pontuação máxima serão automaticamente descartados pelo sistema				

Quadro B - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO (Exclusivo para vagas de Professor)

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS				
Alínea	Título	Descrição da Pontuação (Valor de Cada Título)	Valor Máximo dos Títulos	Pontuação Geral
GRUPO 1 – TÍTULOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / ESCOLARIZAÇÃO				
A	Doutorado	10,00 (apenas um)	10,00	40,00
B	Mestrado na área	10,00 (apenas um)	10,00	
C	Especialização na área	10,00 (até 2 envios)	20,00	
GRUPO 2 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA				
D	Curso de capacitação na área pretendida com carga horária mínima de 20 horas	6,00 pontos cada (máximo de 5 envios)	30,00	30,00
GRUPO 3 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA EDUCACIONAL				
E	Experiência na Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II, AEE, Libras, EJA ou Experiência na Gestão Escolar (gestor de escola, coordenador pedagógico, coordenador de ensino, assessor pedagógico)	0,50 ponto por mês, limitado há 60 meses	30,00	30,00
Total máximo de pontos			100,00 pontos	
Pontos excedidos a pontuação máxima serão automaticamente descartados pelo sistema				

Quadro C - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO (Fonoaudiólogo e Fisioterapeuta)

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS				
Alínea	Título	Descrição da Pontuação (Valor de Cada Título)	Valor Máximo dos Títulos	Pontuação Geral
GRUPO 1 – TÍTULOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / ESCOLARIZAÇÃO				
A	Doutorado	10,00 (apenas um)	10,00	40,00
B	Mestrado na área	10,00 (apenas um)	10,00	
C	Especialização na área	10,00 (até 2 envios)	20,00	
GRUPO 2 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NA FUNÇÃO PRETENDIDA				
D	Curso de capacitação na área pretendida com carga horária mínima de 20 horas	6,00 pontos cada (máximo de 5 envios)	30,00	30,00
GRUPO 3 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ÁREA EDUCACIONAL				
E	Experiência no exercício da função pretendida	0,50 ponto por mês, limitado há 60 meses	30,00	30,00
Total máximo de pontos			100,00 pontos	
Pontos excedidos a pontuação máxima serão automaticamente descartados pelo sistema				

4.18 Para fins de pontuação no presente Processo Seletivo, será considerado como tempo de serviço apenas a experiência profissional estritamente relacionada à função pleiteada, com data posterior ao registro profissional ou à inscrição no conselho de classe correspondente (quando aplicável), conforme os padrões de comprovação especificados a seguir:

Em Órgão Público: Documento expedido pelo Órgão Público, Poder Federal, Estadual, ou Municipal, em papel timbrado, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com indicação clara acerca da função exercida, datado e assinado, especificando a data (dia, mês e ano) do início e término da prestação do serviço (ou a data de início e que ainda se encontre em atuação).

Em Empresa Privada: Cópia da carteira de trabalho (página de identificação com foto e dados pessoais e página com registro do(s) contrato(s) de trabalho) Em caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o tempo de serviço será considerado até a data da inscrição no certame, conforme item 2.1.1. Como Prestador de Serviço: Cópia do contrato de prestação de serviços, obrigatoriamente acompanhado de declaração da empresa (setor onde atua/ atuou) e/ou pessoa física beneficiária da prestação, com identificação de CNPJ e/ou CPF do declarante, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, comprovando efetivo período de atuação na função (Dia, Mês e ano). Em caso de contrato em vigor, o tempo de serviço será considerado até a data da inscrição no certame.

4.19 Não será pontuado o tempo de serviço cuja comprovação não atenda integralmente às exigências deste edital.

4.20 Toda a documentação apresentada para avaliação nesta etapa do Processo Seletivo deverá ser apresentada novamente no momento da contratação: cópias simples e originais para certificação de conferência, como condição para assinatura do contrato.

4.21 As informações presentes nas declarações constantes dos quadros do item 4.17 poderão ser confrontadas através de contato junto aos órgãos e pessoas que as forneceram.

4.22 A nota final dos títulos, de caráter classificatório e eliminatório, corresponderá à soma dos pontos obtidos pelo candidato nesta etapa. Considerar-se-ão aprovados os candidatos que ocuparem, numericamente, as vagas diretas constantes do Quadro de Vagas deste edital; e comporão o Cadastro de Reservas (CR), por função, aqueles que ficarem classificados após as vagas diretas e as vagas para pessoas com deficiência, segundo o anexo acima citado. Todos os demais serão considerados classificados e poderão, quando do manifesto interesse da Administração Pública, serem convocados a assumir vagas geradas por rescisões e/ou desistências ou abertas por necessidade natural, e obedecerão à ordem classificatória definida pela pontuação alcançada na prova de títulos deste certame.

4.23 Somente serão considerados para avaliação aqueles títulos que se enquadrarem nos critérios previstos neste Edital, e que sejam voltados para a área específica do cargo/função do candidato.

4.24 Somente serão considerados como documentos comprobatórios os diplomas e certificados ou declarações de conclusão dos cursos, feitos em papel timbrado da instituição, atestando a data de conclusão, a carga horária e a defesa da monografia / dissertação / tese, com aprovação da banca e carimbo da instituição, quando for o caso.

4.25 Documentos, certificados ou diplomas que contenham QR Code para validação deverão estar com o sistema de autenticação disponível no momento da análise pela Comissão Avaliadora. Caso o QR Code não permita a validação da autenticidade do documento devido à indisponibilidade do sistema ou à inconsistência das informações, o título correspondente será desconsiderado e a pontuação não será atribuída.

4.26 A carga horária informada pelo candidato para os certificados apresentados será validada exclusivamente com base nos documentos anexados. Caso seja constatada divergência entre a carga horária declarada no sistema de inscrição e aquela efetivamente especificada no documento, a Comissão Avaliadora procederá à correção da informação para o valor real apresentado.

4.27 Se a carga horária declarada for superior à especificada no documento anexado, a pontuação poderá ser reduzida proporcionalmente, ou, em caso de inconsistência grave ou ausência de comprovação válida, o título poderá ser desconsiderado e a pontuação zerada.

4.28 Recomenda-se ao candidato atenção ao informar a carga horária dos certificados para fins de análise de títulos, evitando erros ou informações inconsistentes. Informações declaradas de forma incorreta, intencionalmente ou não, poderão ser interpretadas como má-fé e sujeitas às sanções cabíveis, inclusive, com nota zero no documento apresentado de forma equivocada.

4.29 Em hipótese alguma o candidato deverá enviar, para fins de análise de títulos, os documentos que constituem os requisitos mínimos obrigatórios para o cargo, conforme descrito no Anexo I do edital. O descumprimento desta norma acarretará na atribuição de nota zero na referida etapa.

5 DOS RECURSOS E PEDIDOS DE REVISÃO

5.1 Serão aceitos recursos administrativos, sem efeito suspensivo, de todas as etapas do processo seletivo simplificado, sempre no prazo determinado no Anexo III, após a divulgação do resultado preliminar.

5.2 Para recorrer, o candidato deverá acessar a página de acompanhamento de inscrição, com o número de CPF e senha; depois preencher a aba de interposição de recursos, enviando-a eletronicamente, no horário da 0h01min

(zero hora e um minuto) até às 23h59 do(s) dia(s) designado(s) no anexo III.

5.3 Admitir-se-á um único recurso por candidato, a cada resultado preliminar divulgado, de acordo com o anexo III, devendo fundamentar o recurso de forma lógica e consistente.

5.4 Somente serão apreciados os recursos, devidamente, fundamentados com exposição detalhada das suas razões e interpostos mediante o preenchimento da aba de interposição de recurso. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo ou fora da etapa vigente será preliminarmente indeferido; a DECORP reserva-se o direito de responder aos recursos interpostos de acordo com o prazo estabelecido no anexo III deste edital, e a depender da quantidade, prorrogar o prazo mediante aviso, comunicado no portal.

5.5 Não serão aceitos recursos interpostos por outros meios que não o especificado neste Edital.

5.6 Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, pedidos de revisão do julgamento do recurso (recurso de recurso), ou apreciação de recurso interposto fora do prazo.

5.7 Não serão aceitos recursos relativos ao resultado oficial definitivo.

5.8 A resposta ao recurso estará disponível para consulta pelo candidato na página de acompanhamento da inscrição, exclusivamente dentro do prazo estabelecido no Anexo III deste edital. Findo esse prazo, as respostas que não forem acessadas serão descartadas pela DECORP, não cabendo ao candidato qualquer direito posterior à obtenção das referidas informações.

5.9 O candidato que não atender aos requisitos mínimos descritos neste item terá seu recurso negado.

6 DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

6.1 Será considerado aprovado no processo seletivo simplificado o candidato que obtiver a maior pontuação total.

6.2 Serão considerados CLASSIFICADOS os candidatos aprovados com maiores números de pontos totais, em ordem decrescente e dentro do número de vagas previstas neste Edital para cada cargo, conforme item 1.3.2.

6.3 A classificação final dos candidatos para cada cargo dar-se-á em ordem decrescente do total de pontos.

6.4 Os candidatos aprovados para as vagas destinadas a pessoas com deficiência terão seus nomes divulgados em listagem própria por cargo, e também figurarão na lista de classificação geral.

6.5 O resultado final será divulgado no endereço eletrônico <https://portal.decorp.selecao.site/>, no dia designado no cronograma do certame, Anexo III.

6.6 O Edital de Homologação do resultado final do processo seletivo simplificado contemplará a relação dos candidatos classificados no certame, em ordem decrescente de classificação.

6.7 O candidato aprovado no processo seletivo simplificado, mas que não tenha pontuação suficiente para ser classificado dentro do número de vagas previstas figurará simplesmente na Lista de Aprovados, automaticamente, compondo o cadastro de reserva para todos os fins.

6.8 O Edital de Homologação será publicado no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico <https://portal.decorp.selecao.site/>, a partir do dia designado no Cronograma do certame, Anexo III.

6.9 O candidato que não obtiver o percentual necessário à APROVAÇÃO será considerado REPROVADO no certame, tendo seu nome e nota divulgados para todos os fins, conforme item 1.3.3.

6.10 Todos os candidatos poderão consultar sua nota na lista pública coletiva ou individual no acompanhamento de inscrição do candidato no endereço eletrônico: <https://portal.decorp.selecao.site/> ou no site da prefeitura de Mâncio Lima no endereço eletrônico: <https://www.manciolima.ac.gov.br>.

6.11 Todos os candidatos ficam cientes que os resultados estarão disponíveis para quem interessar possa, inclusive aqueles que não participaram do concurso, por meio das publicações no acompanhamento nos seguintes endereços eletrônicos: <https://portal.decorp.selecao.site/> ou <https://www.manciolima.ac.gov.br> ou até mesmo no Diário Oficial. Ao se inscrever no concurso, os candidatos estão cientes de que sua seus nomes completos, número de inscrição, vaga pretendida, resultados das etapas, pontuação da análise curricular, entre outras poderão ser acessados publicamente, sendo tal prática em conformidade com o princípio da transparência, não configurando violação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), considerando que as informações são disponibilizadas para garantir a publicidade e o controle social do processo seletivo.

7 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 Em caso de igualdade de pontuação no resultado final serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) O candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição no processo seletivo simplificado, conforme Estatuto do Idoso, art. 27, parágrafo único da Lei n.º 10.741/2003. Dentre os idosos, é assegurada prioridade aos maiores de oitenta anos, conforme art. 3º, parágrafo 2º, da referida Lei;
- b) Maior idade, considerando, se necessário, dia, mês e ano, com idade inferior a 60 (sessenta anos).
- c) Maior pontuação do tempo de experiência profissional correspondente à função pretendida;
- d) Maior pontuação de cursos e capacitações correspondente à função pretendida;
- e) Caso, após a aplicação de todos os critérios anteriores persista o empate,

este será resolvido por meio de sorteio, a ser realizado pela comissão municipal organizadora do concurso em data e hora a serem definidos e divulgados nos seguintes endereços eletrônicos: <https://portal.deccorp.selecao.site> ou <https://www.manciolima.ac.gov.br>, ficando desde já estabelecido que os interessados devem acompanhar o sorteio presencialmente.

8 DO PRAZO DE VALIDADE DO SELETIVO

8.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, conforme disposto na Lei Federal nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contado a partir da data de publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da administração municipal ou dentro desse prazo, poderão ser firmados contratos com durações variáveis, como 1 mês, 3 meses, 6 meses, 9 meses ou até 12 meses, desde que não ultrapassem o limite máximo de 24 meses, considerando o período total de vigência do processo seletivo.

8.2 A Prefeitura Municipal de Mâncio Lima reserva-se o direito de proceder às contratações temporárias, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas que vierem a surgir ou forem criadas por lei, dentro do prazo de validade do processo seletivo simplificado e dentro da relação dos candidatos aprovados com as condições mínimas de aprovação exigidas no certame, obedecendo-se a ordem de classificação.

8.2.1 O contrato pode ser extinto sem direito a indenizações por término do prazo contratual, iniciativa do contratado, extinção ou conclusão do projeto.

8.3 A convocação para contratação será feita por meio de publicação no Portal do Município de Mâncio Lima: www.manciolima.ac.gov.br ou no Diário Oficial do Estado do Acre: www.diario.ac.gov.br.

8.4 O candidato classificado que não atender à convocação para a apresentação dos requisitos citados neste Edital ou que não solicitar a reclassificação para o final da lista geral dos aprovados, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação no Portal do Município de Mâncio Lima ou no Diário Oficial do Estado, será automaticamente excluído do processo seletivo simplificado.

9 REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CONVOCAÇÃO

9.1 Os requisitos básicos para contratação temporária e convocação são, cumulativamente, os seguintes:

a) ter sido aprovado e classificado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, dentro do número de vagas disponíveis e possuir na data da assinatura do contrato temporário, TODOS os requisitos mínimos de formação e para a prestação do serviço exigido pelo cargo, conforme estabelecido no anexo I e II do edital e demais legislações específicas;

b) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com conhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na forma do disposto no Decreto n.º 70.391/72 e Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972, ou ser naturalizado.

9.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data de assinatura do contrato.

9.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

9.4 Estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.

9.5 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, apurada e aprovada pela perícia médica.

9.6 Somente poderá ser empossado o candidato classificado que for julgado apto para o exercício do cargo, física e mentalmente, pela perícia médica, incluindo os candidatos deficientes, reservando-se a essa perícia médica a prerrogativa de solicitar exames complementares ao candidato.

9.7 O candidato que se recusar a apresentar exames complementares, quando for solicitado, será desclassificado.

9.8 Não acumular cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção nos termos da lei, dentro do prazo para a assinatura do contrato, determinado no § 1.º do Art. 13 da Lei n.º 8.112/90.

9.9 Possuir a escolaridade exigida para o cargo, comprovada por meio de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e/ou Secretaria Estadual de Educação, e registro no Conselho de Classe respectivo ou na Delegacia Regional de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, se for o caso, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e demais exigências de habilitação para o exercício do cargo, conforme o Anexo I deste Edital, e ainda as Leis Municipais.

9.10 A comprovação do nível de escolaridade dos candidatos convocados deverá ocorrer necessariamente através da apresentação dos documentos originais. Para tanto não serão aceitas cópias autenticadas em cartório ou similares.

9.11 Em caso de escolaridade obtida no exterior, os documentos que a comprovem deverão estar devidamente convalidados e serem aceitos no Brasil, conforme determina a legislação aplicável, inclusive com tradução juramentada.

9.12 O candidato convocado deverá apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, civil e de quitação eleitoral.

9.13 É prerrogativa da Prefeitura Municipal de Mâncio Lima exigir dos candidatos a serem contratados, a comprovação do preenchimento dos requisitos

para cada cargo previstos neste Edital, bem como requerer quaisquer outros documentos que se fizerem necessários, quando da convocação, para cumprimento das exigências para cadastro no sistema da folha de pagamento para prestação de serviço, e-social e demais legislações pertinentes.

9.14 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo e a Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, informa que os candidatos aprovados serão ordenados em lista classificatória única, observando-se rigorosamente a ordem decrescente da pontuação final obtida, e no momento da convocação, será atribuído ao candidato o local de lotação definido pela Administração Pública, a qual detém discricionariedade para tal escolha, considerando o interesse público e a conveniência administrativa.

9.14.1 O candidato convocado deverá expressar sua aceitação quanto ao local de lotação indicado. Na hipótese de recusa, poderá requerer, de forma expressa e irrevogável, sua realocação para o final da lista classificatória, ficando condicionado à possibilidade de nova convocação após a chamada de todos os demais candidatos classificados.

9.14.2 Caso o candidato se recuse a aceitar o local de lotação pela segunda vez, ou não manifeste interesse dentro do prazo estabelecido, será automaticamente desclassificado do certame, perdendo definitivamente o direito a novas convocações.

10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de edital de retificação, que deverá ser publicado no site do concurso.

10.2 A DECORP e a Prefeitura de Mâncio Lima não se responsabilizará por informações de qualquer natureza, divulgadas em sites de terceiros.

10.3 É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações dos Editais, comunicações, retificações e convocações referentes a este edital, durante todo o período de validade do mesmo, inclusive comunicados e avisos temporários que serão veiculados no portal do processo seletivo simplificado.

10.3.1 A inscrição implicará no compromisso tácito, por parte do candidato, em aceitar as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como às disposições específicas pertinentes inseridas a Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, as quais passam a integrar este Edital como se nele estivessem escritas, não podendo alegar, sob qualquer pretexto, o desconhecimento destas disposições, para qualquer fim.

10.3.2 Além dos instrumentos normativos já mencionados, os candidatos obrigam-se a acatar outras instruções e normas complementares operacionais baixadas pela DECORP, as quais serão divulgadas no endereço eletrônico <https://portal.deccorp.selecao.site>, inclusive na seção FAQ.

10.3.3 Os anexos deste edital, bem como demais comunicados, adendos e retificações serão publicados no endereço eletrônico <https://portal.deccorp.selecao.site>, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento dessas publicações.

10.3.4 Anular-se-á, sumariamente, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter penal, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, se comprovada falsidade ou inexistência da prova documental apresentada pelo candidato e, ainda, se instado a fazê-lo, não comprovar a exatidão de suas declarações.

10.4 Os resultados finais e convocações serão divulgados exclusivamente no site oficial da Prefeitura Municipal de Mâncio Lima e Diário Oficial do Estado do Acre.

10.5 Acarretará a eliminação do candidato no processo seletivo simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou em outros comunicados e instruções.

10.6 Os documentos produzidos e utilizados pelos candidatos em todas as etapas do processo seletivo simplificado são de uso e propriedade exclusivos da Banca Organizadora, sendo terminantemente vedada a sua disponibilização a terceiros ou a devolução ao candidato.

10.7 Não havendo candidatos portadores de deficiência física inscritos nos termos da legislação de regência ou aprovados na perícia médica específica, os cargos a eles reservados serão providos pelos demais candidatos, com observância à ordem classificatória.

10.8 O candidato aprovado fica ciente que poderá exercer suas atribuições em todo o perímetro do Município, simultaneamente, incluindo-se zona urbana, zona rural, zona ribeirinha, comunidade indígena, durante a vigência do contrato, poderá haver remoção de profissionais entre os setores do Município, alterações de lotação, conforme conveniência da administração municipal, para todos os cargos previstos neste edital.

10.9 É vedada a acumulação de cargos, empregos e funções, nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional no 19, de 04 de junho de 1998.

10.10 É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, nos termos do §10 do art. 37 da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998.

10.11 O comprovante de inscrição no conselho de classe correspondente do profissional, em conformidade ao cargo escolhido, deve estar ativo/regular perante o referido conselho regional, até o dia de convocação, para fins de

assinatura do contrato de trabalho temporário a ser celebrado entre as partes.

10.12 Todos os cargos emanados neste edital serão exercidos conforme descrito neste documento, respeitando ainda, se houver, legislação federal, estadual e municipal que o rege.

10.13 Em caso de divergências relativas à nomenclatura dos cargos, funções, valores de salário ou remuneração, carga horária ou quaisquer outros aspectos, caberá à Administração Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a decisão final para dirimir as inconsistências, prevalecendo o entendimento expresso neste edital, no que couber.

10.13.1 Para os cargos que possuem piso salarial definido em Lei Federal, o município realizará o pagamento deste por meio de complementação, em consonância com os repasses do Governo Federal para tal fim, e em conformidade à regulamentação municipal vigente, se houver, ficando o servidor público temporário (serviço prestado) desde já ciente, que se o Governo Federal cessar o repasse para complementação do piso nacional, este retornará para a remuneração prevista neste edital.

10.13.2 A Prefeitura Municipal não é obrigada a pagar o mesmo salário que um servidor efetivo, conforme estipulado no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). O valor da remuneração dos contratados por processo seletivo simplificado pode ser diferente da remuneração dos servidores efetivos, pois a contratação temporária ou por processo seletivo simplificado não se vincula diretamente ao PCCR dos servidores efetivos, sendo uma modalidade distinta de contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 8.745/1993, que regula os processos seletivos simplificados, prevê que os contratados temporários podem ter remuneração distinta daquela prevista para os servidores efetivos, desde que dentro dos limites orçamentários e conforme as necessidades do município.

10.3.2.1 Por serem modalidades de contratação diferentes, os servidores temporários não têm direito à equiparação salarial com os efetivos. A temporalidade do vínculo e a natureza do contrato são elementos fundamentais que caracterizam as diferenças entre as duas categorias.

10.13.3 Salvo disposição em contrário, caso a carga horária de algum cargo previsto neste edital seja disciplinada por legislação federal com jornada inferior ou superior à estipulada no presente documento, prevalecerá a carga horária estabelecida na referida legislação federal vigente, em cumprimento ao princípio da legalidade, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal.

10.14 A contratação temporária para exercer o cargo importa no compromisso do candidato habilitado de acatar as normas estabelecidas pela legislação em vigor e pela Prefeitura Municipal de Mâncio Lima.

10.15 Todos os documentos relativos a este processo seletivo simplificado (cópia de documentos entregues pelos candidatos, etc.) constituem propriedade da DECORP, podendo esta dar-lhes o destino que julgar mais adequado, desde que obedecida a Lei Geral de Proteção de Dados.

10.16 Todos os documentos relativos a este processo seletivo simplificado serão conservados pela DECORP pelo prazo de 3 (três) meses corridos, a contar da data de publicação do edital de homologação do resultado.

10.17 O prazo para impugnar o presente Edital é de 01 (um) dia decorrido, contados da data de sua publicação no Portal Oficial do Município ou Portal do processo seletivo simplificado.

10.18 Os casos omissos serão dirimidos pela DECORP, ouvida a Comissão Organizadora de processo seletivo simplificado.

10.19 Todos os cargos e funções poderão atuar em qualquer área ou local do município de Mâncio Lima, a critério da administração municipal.

10.20 Os candidatos aprovados em cadastro de reserva (CR), tem apenas o direito subjetivo à contratação temporária, e só serão convocados, se, um candidato aprovado dentro do número de vagas desistir da assinatura do contrato, ou, ainda, surgirem mais vagas ao longo da validade do processo seletivo simplificado, com expressa previsão orçamentária e dentro dos limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

10.21 A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição e/ou a dispensa do candidato, em todos os atos relacionados deste processo, quando constatado a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidades de documentos, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

10.22 A Comissão Organizadora ou a Banca poderá, em caso de dúvida ou suspeita quanto à autenticidade dos documentos apresentados na fase de títulos, como diplomas, certificados, atestados, entre outros, realizar análise de validação e, se constatada irregularidade, adotar as medidas administrativas cabíveis e comunicar os fatos às autoridades competentes para eventual abertura de procedimento civil e/ou criminal.

10.23 Constatada a inexistência ou qualquer irregularidade deste edital, o candidato estará sujeito às penalidades e a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do código penal.

10.24 Caso o exercício do cargo exija registro em conselho de classe, será obrigatório que o candidato apresente no ato da assinatura do contrato, o registro ativo, válido e com a anuidade devidamente quitada, comprovando sua habilitação plena para o desempenho da função. Não serão aceitos protocolos, solicitações ou qualquer outra forma de comprovação pendente. O não atendimento a essa exigência resultará na desclassificação do candidato, sendo imediatamente convocado o próximo da lista para apresentação da documentação.

10.25 Todos os candidatos estão cientes de que os cargos poderão atuar em diversas áreas, incluindo a zona urbana, zona rural, comunidades ribeirinhas e áreas indígenas, ou seja, em qualquer perímetro do município. É importante ressaltar que os profissionais poderão ser remanejados a qualquer momento, conforme a conveniência da administração municipal.

10.26 Além das atribuições específicas previstas neste edital, os candidatos contratados também estarão sujeitos às funções e responsabilidades previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicáveis ao cargo, incluindo as estabelecidas no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), quando existente, e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso aplicável. Para cargos que exijam registro em conselho de classe, também deverão ser observadas as atribuições previstas nas resoluções e normativas emitidas pelo respectivo conselho. Ressalta-se que a inclusão dessas atribuições não caracteriza, em hipótese alguma, equiparação salarial ou alteração das condições do processo seletivo simplificado.

10.27 As especificações dos cargos, remuneração entre outras, são as dispostas neste edital.

10.28 Integram este Edital, os seguintes anexos:

a) ANEXO I - Quadro Geral de Vagas.

b) ANEXO II - Atribuições do Cargo.

c) ANEXO III - Cronograma Previsto.

Mâncio Lima/AC, 20 de fevereiro de 2025.

Aprovação/Ajustes

Antônia Valéria Oliveira da Silva Rodrigues

Presidente da Comissão Municipal Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025/PMML (Educação)

Decreto nº 080/2025

(Via assinada no processo administrativo)

Aprovação

Francisco Pereira de Pinho Júnior

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Decreto nº 005/2025

(Via assinada no processo administrativo)

ANEXO I - QUADRO GERAL DE VAGAS COM CARGO/FUNÇÃO, REQUISITOS*, QUANTIDADE DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

QUADRO GERAL DE VAGAS

Seq	Cargos	Local previsto	Vagas estimadas	Requisito mínimo	Carga Horária Semanal	Remuneração
1	Professor Mediador	Zona Urbana	10 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso Normal (Magistério), fornecido por instituição reconhecida pelos órgãos normativos ou Licenciatura Plena ou de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e certificado de conclusão de curso de formação na área da Educação Especial, com carga horária que totalizem 180h.	40	3.396,40

2	Professor Mediador	Zona Rural	1 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso Normal (Magistério), fornecido por instituição reconhecida pelos órgãos normativos ou Licenciatura Plena ou de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e certificado de conclusão de curso de formação na área da Educação Especial, com carga horária que totalizem 180h.	40	3.396,40
3	Professor de AEE	Zona Urbana	3 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de Licenciatura Plena ou de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e certificado de cursos de formação continuada em Atendimento Educacional Especializado – AEE ou Altas Habilidades/Superdotação ou Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS ou Braille, mínima de 100h.	25	2.800,00
4	Professor de AEE	Zona Rural	1 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de Licenciatura Plena ou de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e certificado de cursos de formação continuada em Atendimento Educacional Especializado – AEE ou Altas Habilidades/Superdotação ou Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS ou Braille, mínima de 100h.	25	2.800,00
5	Professor de Libras	Zona Urbana	1 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso superior, com habilitação em Letras Libras/Língua Portuguesa ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Licenciatura Plena ou de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e certificado de conclusão de curso de Especialização em LIBRAS e/ou certificado de proficiência em Libras, e/ou certificado de Curso de Metodologia do Ensino de Libras, mínimo de 120h, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).	25	2.800,00
6	Professor de Libras	Zona Rural	1 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão do curso superior, com habilitação em Letras Libras/Língua Portuguesa ou diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Licenciatura Plena ou de graduação em Pedagogia, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e certificado de conclusão de curso de Especialização em LIBRAS e/ou certificado de proficiência em Libras, e/ou certificado de Curso de Metodologia do Ensino de Libras, mínimo de 120h, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).	25	2.800,00
7	Assistente Educacional	Zona Urbana	25 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão de Ensino Médio ou Magistério fornecido por instituição reconhecida pelos órgãos normativos e certificado de conclusão de curso de formação na área da Educação Especial, com carga horária mínima de 40h.	40	1.900,00
8	Assistente Educacional	Zona Rural	5 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão de Ensino Médio ou Magistério fornecido por instituição reconhecida pelos órgãos normativos e certificado de conclusão de curso de formação na área da Educação Especial, com carga horária mínima de 40h.	40	1.900,00
9	Fonoaudiólogo	Município	1 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão de Ensino Superior em Fonoaudiologia fornecido por instituição reconhecida pelos órgãos normativos e registro regular no conselho de classe (CREFONO)	30	2.800,00
10	Fisioterapeuta	Município	1 + CR	Diploma, devidamente registrado de conclusão de Ensino Superior em Fisioterapia fornecido por instituição reconhecida pelos órgãos normativos e registro regular no conselho de classe (COFFITO)	30	2.800,00

Lotação: Em conformidade com o estabelecido no item 9.14 e alíneas deste edital. Os professores serão lotados em escolas da rede municipal de ensino de Mâncio Lima/AC, em turnos e/ou horários, conforme necessidade e conveniência da administração municipal, no momento da convocação, e deverão cumprir integralmente a carga horária de trabalho semanal ora estabelecida neste edital.

ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Os cargos têm suas atribuições baseadas na Resolução CEE 347/2023 e suas alterações posteriores, documento orientador da educação especial editado pela SEE/AC (Janeiro, 2025), bem como na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), quando aplicável às disposições previstas em legislações federais e municipais. Também poderão ser atribuídas outras funções inerentes ao cargo, conforme determinação da Administração Municipal, além das listadas a seguir.

NÍVEL MÉDIO OU MAGISTÉRIO

ASSISTENTE EDUCACIONAL

Com foco na educação especial, promover a acessibilidade no contexto escolar, atendendo às necessidades específicas de cada educando. Adotar medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento global dos alunos com deficiência, considerando seus talentos, criatividade, habilidades e interesses. Colaborar na produção de materiais adaptados e acessíveis, sob orientação do professor da sala comum, professor do AEE e/ou coordenação pedagógica. Auxiliar os alunos nos processos de ensino e aprendizagem, sob orientação do professor da sala comum, como leitor, transcritor, entre outras atividades afins. Subsidiar os alunos nos processos de avaliação do desenvolvimento a cada bimestre, sob orientação do professor da sala comum, professor do AEE e/ou da coordenação pedagógica. Participar das formações continuadas oferecidas pela Secretaria de Educação e do planejamento de estudos realizados na escola. Manter diálogo com a gestão escolar, família e profissionais da saúde, seguindo as orientações necessárias nos casos de alunos em tratamento de saúde. Elaborar relatório de trabalho, cumprindo as datas estabelecidas de entrega. Manter-se atualizado em relação aos temas relacionados à sua prática como profissional da educação. Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas atribuições com eficiência, presteza, sigilo e ética profissional, seguindo o regimento escolar. Cuidados e Higiene: Realizar cuidados de higiene dos alunos, preferencialmente na presença de uma segunda pessoa da

escola, promovendo a independência e autonomia no decorrer da rotina. Auxiliar na locomoção dos alunos nos espaços escolares, quando necessário. Realizar mudanças de posição na cadeira e massagens de conforto em alunos que utilizam cadeira de rodas. Assistir o aluno na alimentação, quando necessário. Acompanhamento e Apoio: Estar atento à chegada e saída dos alunos na escola. Acompanhar e apoiar a participação dos alunos em todas as ações vivenciadas no contexto educacional, em sala de aula ou fora dela, dentro do turno de trabalho. Acompanhar o aluno em todos os ambientes e eventos realizados pela escola, orientando-o durante a entrada, intervalo e saída. Auxiliar alunos com comprometimento motor no registro das atividades escolares. Escutar, ajudar e ser solidário com os alunos. Interação e Colaboração: Trabalhar de forma colaborativa com os professores da sala de aula comum, com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e demais profissionais que atendem os alunos. Manter a interlocução com os professores da sala de aula, do AEE e com a família, contribuindo para a eliminação de barreiras que prejudiquem o processo de escolarização. Acompanhar a rotina escolar do educando com deficiência, alimentando, higienizando, ajudando na sua locomoção; desenvolver processos de aprendizagem através da mediação entre professor e aluno; incentivar e estimular a autonomia do aluno. Poderá haver, eventualmente, a necessidade de participação em campanhas e atendimentos em todo o perímetro do Município, além das atribuições descritas, poderá desempenhar outras atividades compatíveis com a função, conforme determinação da Administração Municipal e dentro das normativas aplicáveis.

NÍVEL SUPERIOR

PROFESSOR MEDIADOR

Com foco na educação regular e especial, mediar o Processo de Aprendizagem: Mediar o processo de aprendizagem dos alunos, fortalecendo o trabalho colaborativo com o professor da sala comum, com o professor da sala de recursos multifuncionais e o coordenador pedagógico. Atender os alunos em agrupamento produtivo. Promover a acessibilidade aos conteúdos curriculares, liderando o processo de adaptação e a produção de recursos de acessibilidade. Colaborar com o professor da sala comum na realização das atividades escolares, na produção de materiais adaptados e acessíveis para atender as necessidades específicas dos educandos, atuando como profissional especializado sendo corresponsável pelo ensino. Planejar estratégias de mediação que colaborem para o desenvolvimento da autonomia e independência do aluno no ambiente escolar e fora dele. Mediar a organização da rotina e as atividades dos alunos com deficiência, de modo a assegurar a participação destes em todas as atividades escolares junto a seus pares. Mediar o acesso aos conhecimentos acadêmicos, proporcionando experiências para a aprendizagem dos alunos com deficiência. Oportunizar situações que favoreçam a comunicação dos alunos no processo social e educacional em todo o ambiente escolar. Auxiliar os alunos na participação em todas as atividades escolares realizadas no turno de escolarização. Mediar, prioritariamente, na ausência dos alunos atendidos, outros alunos público-alvo na mesma sala de aula ou em outra, conforme orientação da equipe gestora e/ou professor do AEE e não havendo público-alvo para atender, o profissional permanecerá na sala de aula que atua, auxiliando/colaborando com o professor da sala comum. Participar dos planejamentos periódicos para colaborar com o professor da sala de aula comum em relação aos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Ser pesquisador, questionador e avaliador de suas práticas pedagógicas. Apoio aos Alunos: Apoiar os alunos nas atividades pedagógicas, lúdicas, culturais e desportivas que ocorrerem no seu turno de trabalho. Auxiliar, quando necessário, nos hábitos de higiene e cuidados pessoais, promovendo independência e autonomia no decorrer da rotina. Acompanhar os alunos em todos os ambientes e eventos realizados pela escola orientando-os durante a entrada, intervalo e saída. Prestar apoio as atividades relacionadas à comunicação, interação social, locomoção, alimentação e aos cuidados pessoais, promovendo independência e autonomia. Interação e Colaboração: Manter a interlocução com os professores da sala de aula comum, do atendimento educacional especializado e com a família de forma colaborativa, contribuindo para a eliminação de barreiras que prejudiquem o processo de escolarização. Atuar junto ao professor regente na realização das atividades escolares, evitando o estabelecimento de rotinas inadequadas. Formação e Desenvolvimento: Participar das atividades de formação continuada oferecidas pelas Secretarias de Educação Estadual e Municipais e dos grupos de estudos realizados na escola. Manter-se atualizado em relação aos temas relacionados à sua prática como professor mediador da aprendizagem dos alunos com deficiência. Participar das formações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação e pela escola. Registro e Acompanhamento: Observar e registrar o comportamento dos alunos da Educação Especial durante as atividades. Acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos alunos registrando as evidências. Elaborar relatório individual do aluno e relatório de trabalho, cumprindo as datas estabelecidas de entrega. Conduta Profissional: Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, vestimentas adequadas, sem uso de acessórios que interfiram na execução do trabalho, cumprindo seu código de ética e o regimento escolar. Poderá haver, eventualmente, a necessidade de participação em campanhas e atendimentos em todo o perímetro do Município, além das atribuições descritas, poderá desempenhar outras atividades compatíveis com a função, conforme determinação da Administração Municipal e dentro das normativas aplicáveis.

PROFESSOR DO AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O candidato classificado e contratado para a função de Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) deverá ter disponibilidade para atuar em dois turnos, a fim de cumprir integralmente a carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais. Considerando a necessidade de formação de turmas com no mínimo 10 (dez) alunos por escola, poderá ser necessário o deslocamento para unidades distintas da rede municipal de ensino, conforme a necessidade da Secretaria de Educação.

Com foco na educação especial, responsável por elaborar, executar e avaliar o plano de atendimento educacional especializado (PAEE) e/ou plano de desenvolvimento individualizado do aluno (PDI), contemplando a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos, a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, o tipo de atendimento, conforme as necessidades educacionais específicas do aluno, o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos, especificamente no caso de alunos surdos que poderá ter mais alunos na mesma turma por conta da Língua Brasileira de Sinais. Este profissional deve implementar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE à classe de Educação Básica e demais ambiências da escola, produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes enfrentam na Educação Básica, a partir dos objetivos e atividades propostas no currículo, e estabelecer articulação com os professores da sala de aula e com os demais profissionais da escola, visando disponibilizar os serviços, recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares. No que se refere às suas responsabilidades, o Professor do AEE deve orientar os professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade, utilizados pelo aluno, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação, bem como as parcerias com áreas intersetoriais, desenvolver atividades de complementação e/ou suplementação na sala de recursos multifuncionais, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos, tais como: ensino da Língua Brasileira de Sinais – (LIBRAS) e o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para alunos com deficiência auditiva ou surdez; ensino da informática acessível; ensino do sistema Braille; ensino do uso do soroban; ensino das técnicas para orientação e mobilidade; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA para alunos com deficiência visual; atividades de vida autônoma e social e atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores para alunos com deficiência intelectual e atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação. No âmbito do acompanhamento pedagógico, o Professor do AEE tem como atribuições realizar o estudo de caso identificando as potencialidades e necessidades de cada estudante, planejar as intervenções pedagógicas a serem realizadas de forma colaborativa com os profissionais da escola, realizar o atendimento educacional especializado (individual ou em pequenos grupos), definir o cronograma de atendimento e divulgar para a equipe pedagógica e a família, participar dos planejamentos periódicos para colaborar com o professor da sala de aula comum em relação aos processos de desenvolvimento e aprendizagem do(s) aluno(s), realizar o acompanhamento e a orientação pedagógica aos professores regentes e demais profissionais, no turno em que trabalha, identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos estudantes, acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino comum, bem como em outros ambientes da escola, e estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade e de enriquecimento curricular. Além disso, este profissional precisa orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante, e no caso do aluno com altas habilidades/superdotação, promover a conscientização sobre a temática, ensinar a usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo a sua autonomia e participação, colaborar com a formação continuada em serviço dos demais profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do estudante, elaborar relatório individual do aluno e relatório de trabalho, cumprindo as datas estabelecidas de entrega, manter atualizados todos os documentos e instrumentos que respaldam o atendimento na sala de recursos multifuncionais, participar das formações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação e pela escola, e ser pesquisador, questionador e avaliador de suas práticas pedagógicas. Poderá haver, eventualmente, a necessidade de participação em campanhas e atendimentos em todo o perímetro do Município, além das atribuições descritas, poderá desempenhar outras atividades compatíveis com a função, conforme determinação da Administração Municipal e dentro das normativas aplicáveis.

PROFESSOR DE LIBRAS

Com foco na educação especial, atuar em parceria com o professor do ensino regular, por meio do ensino colaborativo, na promoção do ensino bilíngue, auxiliando na proposição de ações pedagógicas que enfatizam a aprendizagem da LIBRAS e da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita. Este profissional efetua a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, e surdocegos e ouvintes, por meio da LIBRAS para a língua oral e vice-versa, e promove a acessibilidade comunicativa aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino, em todo contexto das atividades da escola dentro de suas atribuições. Participa dos planejamentos com o coordenador pedagógico, nos níveis Fundamental - Anos Iniciais, Fundamental - Anos Finais, e Ensino Médio do qual atende, juntamente com professor do AEE, bem como mantém contato com a família para informações necessárias, e participa das atividades de formação continuada oferecidas pelas Secretarias de Educação Estadual e Municipais e do planejamento de estudos realizados na escola, bem como das formações oferecidas pelo Departamento de Educação Especial/SEE, e Centro de Apoio ao Surdo - CAS/AC e pela instituição de ensino a qual mantém vínculo para o aprimoramento das suas atribuições como professor intérprete da educação especial. No que se refere às suas funções, o Professor Bilíngue utiliza a LIBRAS como língua de instrução complementar e suplementar do currículo no Atendimento Educacional Especializado - AEE, proporciona a expansão da LIBRAS, atuando como agente de apoio na incorporação dessa língua no contexto escolar, e contribui para o desenvolvimento linguístico e cultural, a partir de uma perspectiva dialógica de suas vivências. É responsável por interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, vestimentas adequadas, sem uso de acessórios que interfiram na execução do trabalho, cumprindo seu código de ética e o regimento escolar, e ter atenção à chegada e saída do(s) aluno(s) na escola para que haja uma boa acolhida e conduzi-lo(s) à sala de aula, a fim de que fique(m) sob regência do professor da sala comum permanecendo na sala para inclui-lo(s) nas atividades de aprendizagem. Além disso, o Professor Bilíngue apoia, na comunidade escolar, o uso e o ensino da LIBRAS, mantém atualizados todos os documentos e instrumentos que respaldam o atendimento de interpretação na sala de aula (plano de trabalho, registro de frequência, relatórios dentre outros), contribui com orientações de avaliação do desenvolvimento do(s) aluno(s), a cada bimestre, mediante planejamentos com o professor da sala comum, com professor do AEE e com a coordenação pedagógica, apresenta relatório individualizado do processo de avaliação bimestral para que seja arquivado na pasta do(s) aluno(s) e utilizado quando necessário, elaborar relatório de trabalho semestral, e é pesquisador, questionador e avaliador de suas práticas pedagógicas. Poderá haver, eventualmente, a necessidade de participação em campanhas e atendimentos em todo o perímetro do Município, além das atribuições descritas, poderá desempenhar outras atividades compatíveis com a função, conforme determinação da Administração Municipal e dentro das normativas aplicáveis.

FISIOTERAPEUTA

Com foco na educação regular e especial, atuar na Secretaria Municipal de Educação e ainda nas unidades de ensino da rede municipal, contribuir para a elaboração de políticas públicas e programas de educação especial, oferecendo subsídios técnicos e científicos para aprimorar o atendimento aos alunos com NEE. Nas unidades de ensino, atuar como consultor, oferecendo orientação e suporte técnico aos professores e demais profissionais da equipe escolar, auxiliando na identificação das necessidades dos alunos e na adaptação de atividades e materiais pedagógicos. Avaliação e Diagnóstico: Avaliar as habilidades motoras, sensoriais e funcionais dos alunos com NEE, identificando suas necessidades e potencialidades. Analisar a postura, a mobilidade, a força muscular, a coordenação e o equilíbrio dos alunos, buscando identificar possíveis alterações ou dificuldades. Utilizar instrumentos de avaliação específicos para cada faixa etária e tipo de deficiência, como escalas de desenvolvimento motor, testes de equilíbrio e coordenação, entre outros. Elaborar um diagnóstico fisioterapêutico, descendo nas necessidades e as capacidades do aluno, e estabelecendo objetivos de intervenção. Planejamento e Intervenção: Desenvolver um plano de intervenção individualizado para cada aluno, com base no diagnóstico fisioterapêutico e nas necessidades específicas do aluno. Definir estratégias e atividades terapêuticas que visem melhorar a funcionalidade, a autonomia e a qualidade de vida do aluno. Utilizar técnicas e recursos terapêuticos adequados para cada caso, como exercícios de alongamento, fortalecimento muscular, mobilização articular, terapia manual, estimulação sensorial, entre outros. Adaptar atividades e materiais pedagógicos para atender às necessidades motoras e sensoriais dos alunos, facilitando sua participação nas atividades escolares. Acompanhamento e Orientação: Acompanhar o desenvolvimento motor e funcional dos alunos, monitorando sua evolução e ajustando o plano de intervenção quando necessário. Orientar professores e familiares sobre as necessidades específicas de cada aluno, oferecendo informações e sugestões de atividades que possam ser realizadas em sala de aula e em casa. Promover a integração do aluno com NEE no ambiente escolar, incentivando sua participação nas atividades e adaptando o ambiente quando necessário. Trabalhar em equipe multidisciplinar, trocando informações com outros profissionais da área da saúde e da educação, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e professores.

Participar de formações continuadas e cursos de aperfeiçoamento, buscando a atualização sobre as novas técnicas e recursos terapêuticos. Compartilhar conhecimentos e experiências com outros profissionais da área, incluindo os professores da educação especial e normal, promovendo a troca de informações e o aprimoramento da prática profissional. Desenvolver pesquisas e estudos científicos na área da fisioterapia e educação especial, buscando evidências para aprimorar a prática profissional e oferecer um atendimento de qualidade aos alunos com NEE. Realizar atendimentos individuais ou em grupo com os alunos e a comunidade escolar, oferecendo suporte terapêutico e acompanhando seu desenvolvimento motor e funcional. Análise diagnóstica da funcionalidade da criança e do adolescente. Construção e condução de programas de assistência fisioterapêutica com foco na vigilância do desenvolvimento psicomotor e no crescimento e desenvolvimento integral das habilidades e competências funcionais de crianças e adolescentes. Prestação de cuidado integral à saúde e bem estar de crianças e adolescentes, no ambiente educacional, envolvendo a promoção, a prevenção e a atenção à saúde, Estudo ergonômico do ambiente e respectivos cuidados relativos às disfunções neurofuncionais, musculoesqueléticas e posturais e especialmente no processo de inclusão de crianças com deficiência, realizando acompanhamento da adequação do mobiliário ergonômico e material escolar do aluno e professor. Atua junto aos outros profissionais envolvidos no cuidado integral à criança e ao adolescente do sistema de saúde e educacional, com ações voltadas à adaptação e indicação de tecnologia assistiva, de maneira a favorecer a inclusão escolar; No âmbito desportivo, o fisioterapeuta realiza diagnóstico e prevenção de lesões que a modalidade esportiva praticada possa ocasionar nas crianças e adolescentes. Participa do processo de inclusão da criança com deficiência no âmbito escolar em sintonia com os demais profissionais envolvidos, avaliando, identificando, analisando e intervindo nas demandas gerais de acessibilidade na escola de forma a atender toda comunidade educativa, sempre de maneira interdisciplinar e intersetorial. Atua em rede com os demais profissionais de saúde envolvidos tanto no PSE quanto nas unidades de ESF relativas ao território adscrito à escola. Poderá haver, eventualmente, a necessidade de participação em campanhas e atendimentos em todo o perímetro do Município, além das atribuições descritas, poderá desempenhar outras atividades compatíveis com a função, conforme determinação da Administração Municipal e dentro das normativas aplicáveis.

FONOAUDIÓLOGO

Com foco na educação regular e especial, desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas; dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos; assessorar a Administração Pública no campo da Fonoaudiologia; participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos; dar parecer fonoaudiológico, na área da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária pelo currículo; identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo, de dicção, empostação da voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala; avaliar deficiências do cliente, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; encaminhar o cliente ao especialista, orientando este e fornecendo-lhe indicações, para solicitar parecer quanto ao melhoramento ou possibilidade de reabilitação; emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico; programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, expressão do pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o cliente; opinar quanto às possibilidades fonatórias e auditivas do indivíduo, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a seleção profissional ou escolar; participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento; assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e outros; desenvolver ações com o diagnóstico de saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle de ruídos; realizar de visitas domiciliares para pacientes acamados; realizar grupos de educação em saúde, reuniões de equipe para discussão de casos clínicos com as equipes de saúde da família; realizar promoção, prevenção, diagnóstico e reabilitação da função auditiva e vestibular; orientar a equipe de saúde para a identificação de indivíduos com risco de disfagia e encaminhamento para avaliação fonoaudiológica; avaliar, classificar e fazer o diagnóstico funcional da deglutição e do processo de alimentação,

através da avaliação clínica fonoaudiológica da disfagia; analisar o processo de deglutição observando a presença dos aspectos funcionais esperados para cada uma de suas etapas; realizar o tratamento - habilitação / reabilitação / compensação / adaptação / gerenciamento dos distúrbios da deglutição; prescrever a consistência alimentar, o volume, o ritmo de oferta, os utensílios, as manobras e posturas necessárias para a administração da dieta por via oral de forma segura; realizar as intervenções necessárias junto ao indivíduo com disfagia, mensurando a eficácia dos procedimentos, para que o mesmo possa minimizar, compensar ou adaptar as dificuldades de deglutição; realizar as intervenções necessárias, no âmbito de sua competência, junto a crianças especiais; conhecer as políticas de educação definidas em âmbito federal, estadual e municipal, bem como os programas, projetos e ações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem; atuar em parceria com os educadores visando contribuir para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem do escolar; melhoria da qualidade de ensino; desenvolver ações educativas, formativas e informativas com vistas à disseminação do conhecimento sobre a interface entre comunicação e aprendizagem para os diferentes atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: gestores, equipes técnicas, professores, familiares e educandos, inclusive intermediando campanhas públicas ou programas intersetoriais que envolvam a otimização da comunicação e da aprendizagem no âmbito educacional; desenvolver ações institucionais, que busquem a promoção, a prevenção, o diagnóstico e a intervenção de forma integrada ao planejamento educacional; registrar todo atendimento em prontuário; Realizar as demais atividades inerentes à profissão. Poderá haver, eventualmente, a necessidade de participação em campanhas e atendimentos em todo o perímetro do Município.

ANEXO III - CRONOGRAMA PREVISTO*

EVENTOS	DATAS
Publicação do Edital e prazo para impugnação	24/02/2025
Período de inscrição	25/02/2025 a 28/02/2025
Divulgação das inscrições	03/03/2025
Recursos contra o resultado das inscrições	04/03/2025
Resposta aos recursos contra o resultado das inscrições	05/03/2025
Divulgação e homologação das inscrições	05/03/2025
Realização da Análise Curricular "Títulos"	05/03/2025 a 10/03/2025
Período para interposição de recursos contra a análise curricular	11/03/2025
Divulgação das respostas dos recursos contra a análise curricular	13/02/2025
Resultado Final do Seletivo	14/03/2025
Homologação	A partir do resultado final
Convocação	A partir da homologação

(*) As divulgações ocorrerão preferencialmente em dia útil, após às 15 horas do horário local do Estado do Acre, podendo ser antecipadas ou atrasadas.

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO

Aviso de Licitação

Pregão Presencial SRP nº: 004/2025

Órgão: Prefeitura Municipal de Mâncio Lima

Data de abertura: 12/03/2025

Horário: 08h30min

Local de abertura e retirada do edital: Prefeitura Municipal de Mâncio Lima na Sala de Licitações - sito a Rua Anselmo Maia – 2015 – José Martins, no horário das 7h30min às 13h30min, sendo que os interessados deverão estar de posse de um Pen Drive, e ainda pelo e-mail: cplmanciolima2021@gmail.com <https://www.manciolima.ac.gov.br/licitacoes>

<https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Mâncio Lima - AC, 25 de fevereiro de 2025.

Emerson Souza de Oliveira

Pregoeiro

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO REFERENTE A

CARTA CONVITE Nº 003/2020

Contrato nº 053/2020.

Contratado: J.J.L RODRIGUES-EIRELI CNPJ: 20.311.610/0001-13.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto deste aditivo a prorrogação de prazo do Contrato até 28 de fevereiro de 2025, a contar de 01 de janeiro de 2025 do Contrato original celebrado entre as partes em 04 de maio de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Considerando a necessária continuidade dos serviços, objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços essenciais a construção de sanitários no município de Mâncio Lima Acre.

Considerando o período chuvoso, não sendo possível dar continuidade às obras de forma normal e continua, uma vez que tal procedimento pode acarretar em perda de materiais e serviços, onerando a obra e comprometendo a qualidade e segurança.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

Mâncio Lima, 31 de dezembro de 2024.

ISAAC DE SOUZA LIMA

Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº. 08.2024

A Prefeitura de Mâncio Lima – Acre, torna pública a RETIFICAÇÃO da publicação do Aviso de Homologação e Adjudicação da Concorrência Pública nº. 08/2024, publicado no DOE nº 13.951, pág. 30, do dia 28 de janeiro de 2025, da seguinte forma:

Onde se lê: “valor total de R\$ 3.061.771,52”

Leia-se: “valor total de R\$ 3.061.771,73”

Permanecem inalteradas as demais informações.

Mâncio Lima - Acre, 21 de fevereiro de 2025.

José Luiz Gomes da costa
Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº. 09.2024

A Prefeitura de Mâncio Lima – Acre, torna pública a RETIFICAÇÃO da publicação do Aviso de Homologação e Adjudicação da Concorrência Pública nº. 09/2024, publicado no DOE nº 13.943, pág. 144, do dia 14 de janeiro de 2025, da seguinte forma:

Onde se lê: “valor total de R\$ 953.250,66”

Leia-se: “valor total de R\$ 953.255,49”

Permanecem inalteradas as demais informações.

Mâncio Lima - Acre, 21 de fevereiro de 2025.

José Luiz Gomes da costa
Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL nº. 10.2024

A Prefeitura de Mâncio Lima – Acre, torna pública a RETIFICAÇÃO da publicação do Aviso de Homologação e Adjudicação da Concorrência Pública nº. 10/2024, publicado no DOE nº 13.943, pág. 144, do dia 14 de janeiro de 2025, da seguinte forma:

Onde se lê: “valor total de R\$ 475.021,93”

Leia-se: “valor total de R\$ 475.032,25”

Permanecem inalteradas as demais informações.

Mâncio Lima - Acre, 21 de fevereiro de 2025.

José Luiz Gomes da costa
Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

EXTRATO DO CONTRATO
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2025
Contrato nº 021/2025.

Contratado: TOTA E DONADONI ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ: 21.863.916/0001-45.

Objeto: Contratação de escritório de advocacia especializado em direito público para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica, para a Prefeitura e suas secretarias, compreendendo: consultoria, assessoria e auditoria em licitações; assessoria em processo legislativo com criação e revisão de leis, decretos, portarias e outros atos administrativos; confecção de Pareceres internos e externos; atuação direta no contencioso, perante o 1 e 2º graus, incluindo a propositura, defesas e recursos de ações em que o município seja parte; consultoria ao Controle Interno, acompanhamento jurídico de pendências relativas a Convênios em órgãos à nível Estadual e Federal; defesa de demandas perante o Tribunal de Contas do Estado do Acre e da União, Confecção de pareceres diversos, inclusive os relacionados a aposentadoria e pensão; Assessoria e suporte jurídico/documental com ênfase na área do direito público. Valor Total de R\$ 234.000,00 (Duzentos e trinta e quatro mil reais). vigência a partir da data da sua assinatura e terá a vigência de 12 (doze) meses. Fonte de Recurso: RP. Assinam: João Tota Soares de Figueiredo Filho - CONTRATADO, José Luiz Gomes Da Costa- CONTRATANTE.

Mâncio Lima, 25 de fevereiro de 2025.

JOSE LUIZ GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

DECRETO nº 014, de 24 de Fevereiro de 2025.

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Manoel Urbano, no âmbito da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

O Prefeito Municipal de Manoel Urbano, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais, amparado no art. 54, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Manoel Urbano- Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da Conferência Estadual das Cidades do Acre, nos termos estabelecidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovado por meio da Portaria MCID nº 175, de 29 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta conforme disposto no anexo.

Art. 3º Cabe à Comissão Organizadora Municipal:

I - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do Regimento Interno da Etapa Estadual, contendo os seguintes critérios mínimos:

- a) de definição da data, local e pauta da etapa municipal;
- b) de participação de representantes dos diversos segmentos, em conformidade ao estabelecido no art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades; e
- c) para a eleição de delegadas e delegados para a Conferência Estadual, em conformidade com o Regimento Interno da Etapa Estadual.

II - planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal, indicando a pauta e programação;

III - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV - aplicar a metodologia de sistematização para as propostas elaboradas na Conferência Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em especial com relação aos eixos e grupos temáticos e a quantidade de propostas;

V - coordenar, supervisionar e promover a realização da 1,0ª Conferência Municipal da Cidade, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos, garantindo sua forma pública e acessível a todos os cidadãos;

VI - credenciar os participantes da Conferência Municipal, identificando-os a um segmento ou entidade, conforme a classificação constante do art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades

VII - elaborar o relatório final da Conferência Municipal da Cidade, na forma do art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

VIII - preencher o formulário da Conferência Municipal da Cidade, conforme art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IX - efetivar o cumprimento das decisões da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação; e

X - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões, bem como das decisões da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades e, em especial, da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação, que tenham por objeto tema afeto à etapa municipal. Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda a organização e realização da Etapa Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Raimundo Toscano Velozo - Prefeito do município de Manoel Urbano/Ac

ANEXO

Composição da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade

NOME	ENTIDADE	SEGMENTO
SEBASTIÃO PEREIRA SOBRINHO	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	PODER PÚBLICO
ENDREO NATAUÁ TAVARES MENDES	VEREADOR / CÂMARA MUNICIPAL	PODER PÚBLICO
JHONATÁ LIMA PINHEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	PODER PÚBLICO
LUCIENE SANTOS DE ALBUQUERQUE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	PODER PÚBLICO
MARIA FERREIRA DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG)
MARIA NÚBIA	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	PREFEITURA DE MANOEL URBANO
OSILETE MACIANO TEIXEIRA	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	PREFEITURA DE MANOEL URBANO
LARICE DIAS VASQUES	GABINETE PREFEITURA DE MANOEL URBANO	PREFEITURA DE MANOEL URBANO

ESTADO DO ACRE

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

DECRETO Nº015 DE 24 DEFEVEREIRO DE 2025

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– CMDCA - EXERCÍCIO 2025 A 2027.

O Prefeito Municipal de Manoel Urbano, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais, amparado no art. 63, § 1º, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal. RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o exercício de 2025 a 2027, conforme abaixo discriminado:

I – ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Assistente Social – SEMAS;

Titular: Edna Castro do Nascimento

Suplente: Maria de Nazaré Lopes Bezerra

Secretaria Municipal de Educação –SEMEC

Titular: Valdete Azevedo da Silva

Suplente: Maria Leila de Souza Lima

Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

Titular: Vaniz Ribeiro Bezerra

Suplente: Jacira de Almeida Gomes

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL

Titular: Kennedy Silva dos Santos

Suplente: Francisco das Chagas Aunari do Nascimento

II – SOCIEDADE CIVIL – ÓRGÃO NÃO GOVERNAMENTAIS

Entidade Religiosa – Igreja Católica

Titular: Raífe dos Santos Pontes

Suplente: Rosalina de Menezes

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Jamaíra Lima da Costa Melo

Suplente: Antônia do Nascimento Gomes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, MANOEL URBANO – ACRE, 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

Raimundo Toscano Velozo - Prefeito Municipal

ESTADO DO ACRE

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 105/2025

Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO MUNICIPIO DE MANOEL URBANO-AC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL URBANO – ACRE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, em conformidade com que dispõe o artigo 65, parágrafo de nº 02, Incisos XVII, XVIII, XIX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (um) mês de licença prêmio ao servidor Elizeu Nogueira de Souza, brasileiro, cargo de motorista, matrícula nº 267, referente ao período aquisitivo de 30 de março de 2006 a 29 de março de 2011, a partir do dia 10 de março a 09 de abril de 2025.

Art. 2º - O período de licença prêmio está sendo concedido com base na emenda de nº 02 da Lei orgânica Municipal, restando 02 (dois) meses referente ao mesmo período aquisitivo.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 10 de março de 2025, revogando as disposições em contrários.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Manoel Urbano-Acre, em 24 de fevereiro de 2025.

Raimundo Toscano Velozo - Prefeito de Manoel Urbano

ESTADO DO ACRE

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL URBANO

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 105/2025

Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO MUNICIPIO DE MANOEL URBANO-AC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL URBANO – ACRE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, em conformidade com que dispõe o artigo 65, parágrafo de nº 02, Incisos XVII, XVIII, XIX, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (um) mês de licença prêmio ao servidor Elizeu Nogueira de Souza, brasileiro, cargo de motorista, matrícula nº 267, referente ao período aquisitivo de 30 de março de 2006 a 29 de março de 2011, a partir do dia 10 de março a 09 de abril de 2025.

Art. 2º - O período de licença prêmio está sendo concedido com base na emenda de nº 02 da Lei orgânica Municipal, restando 02 (dois) meses referente ao mesmo período aquisitivo.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 10 de março de 2025, revogando as disposições em contrários.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Manoel Urbano-Acre, em 24 de fevereiro de 2025.

Raimundo Toscano Velozo - Prefeito de Manoel Urbano

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE MANOEL URBANO

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 107/2025

Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL URBANO – ACRE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao senhor Estervão Veloso Alves, Conselheiro tutelar, 02 (duas) diárias no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Destinadas ao custeio de transporte, alimentação e hospedagem, durante uma viagem à cidade de Rio Branco - Acre, onde irá participar do curso de formação – Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente que se realizará no dia 25 a 27 de fevereiro de 2025, das 08h às 12h e das 14h às 17h no Anfiteatro Garibaldi Brasil, localizado no Campus Sede da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta concessão de diária entra em vigor na data desta portaria, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Determina que no prazo de 05 (cinco) dias o favorecido apresente a presente prestação de contas em conformidade com a Lei Municipal nº 348 de 03 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

Raimundo Toscano Velozo

Prefeito de M. Urbano

CPF/MF: 339.415.562-15

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE MANOEL URBANO

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 108/2025

Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL URBANO – ACRE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao senhor Jhyonas Lima de Souza Cardeal, Conselheiro tutelar, 02 (duas) diárias no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Destinadas ao custeio de transporte, alimentação e hospedagem, durante uma viagem à cidade de Rio Branco - Acre, onde irá participar do curso de formação – Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente que se realizará no dia 25 a 27 de fevereiro de 2025, das 08h às 12h e das 14h às 17h no Anfiteatro Garibaldi Brasil, localizado no Campus Sede da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta concessão de diária entra em vigor na data desta portaria, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Determina que no prazo de 05 (cinco) dias o favorecido apresente a presente prestação de contas em conformidade com a Lei Municipal nº 348 de 03 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

Raimundo Toscano Velozo

Prefeito de M. Urbano

CPF/MF: 339.415.562-15

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE MANOEL URBANO

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 109/2025

Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL URBANO – ACRE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a senhora Emely Ferreira da Silva Almeida, Conselheira tutelar, 02 (duas) diárias no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Destinadas ao custeio de transporte, alimentação e hospedagem, durante uma viagem à cidade de Rio Branco - Acre, onde irá participar do curso de formação – Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente que se realizará no dia 25 a 27 de fevereiro de 2025, das 08h às 12h e das 14h às 17h no Anfiteatro Garibaldi Brasil, localizado no Campus Sede da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta concessão de diária entra em vigor na data desta portaria, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Determina que no prazo de 05 (cinco) dias o favorecido apresente a presente prestação de contas em conformidade com a Lei Municipal nº 348 de 03 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

Raimundo Toscano Velozo

Prefeito de M. Urbano

CPF/MF: 339.415.562-15

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA DE MANOEL URBANO

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 110/2025

Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL URBANO – ACRE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao senhor José Antonio Ramos da Silva, Conselheiro tutelar, 02 (duas) diárias no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Destinadas ao custeio de transporte, alimentação e hospedagem, durante uma viagem à cidade de Rio Branco - Acre, onde irá participar do curso de formação – Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente que se realizará no dia 25 a 27 de fevereiro de 2025, das 08h às 12h e das 14h às 17h no Anfiteatro Garibaldi Brasil, localizado no Campus Sede da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta concessão de diária entra em vigor na data desta portaria, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Determina que no prazo de 05 (cinco) dias o favorecido apresente a presente prestação de contas em conformidade com a Lei Municipal nº 348 de

03 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Manoel Urbano – Acre, 24 de fevereiro de 2025

Raimundo Toscano Velozo

Prefeito de M. Urbano

CPF/MF: 339.415.562-15

MARECHAL THAUMATURGO

EXTRATO DA LEI Nº 201, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

“Institui o “Programa Bolsa Universitário” aos alunos de baixa renda participantes do Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR para os anos de 2025, 2026 e 2027, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO - ACRE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Marechal Thaumaturgo – Acre, e em conformidade faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Criar no âmbito do Município de Marechal Thaumaturgo o “Programa Bolsa Universitário”, destinado aos alunos de baixa renda que participam do Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR, residentes na Zona Urbana e Rural do município para os anos de 2025, 2026 e 2027.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar ajuda financeira a título de Bolsa de Estudo, aos alunos de baixa renda que participam do PARFOR, nos cursos de pedagogia residentes e domiciliados na zona urbana e rural do município;

Art. 3º - O benefício referido nos artigos anteriores será concedido aos alunos (as) matriculados (as) e freqüentando assiduamente ao PARFOR/Curso de Pedagogia, oferecido pela Universidade Federal do Acre – UFAC, que residem na zona urbana e rural de Marechal Thaumaturgo – Acre, abrangendo os alunos que possuem e os que não possuem vínculo empregatício na rede municipal.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei considera-se baixa renda, a renda per capita máxima familiar de até 01 (um) salário mínimo vigente.

Parágrafo único: Renda familiar per capita é calculada dividindo-se o total de renda familiar pelo número de moradores de uma residência.

Art. 5º - O estabelecimento de mecanismo necessário à implantação desta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que deverão, conjuntamente, criar uma comissão para a triagem, acompanhamento do aluno bolsista.

Parágrafo Único - A Comissão de que trata o “caput” deste artigo será composta por:

- Um membro da Secretaria Municipal de Educação;
- Um membro da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- Um representante da Câmara Municipal;
- Um membro representante dos estudantes Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR.

Art. 6º - O aluno (a) interessado (a) em fazer parte do “Programa Bolsa Universitário” deverá inscrever-se na Secretaria Municipal de Educação e esta encaminhará as fichas de cadastro selecionadas à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar o formulário de inscrições contendo as informações necessárias para a participação dos alunos (as);

Art. 7º - O número de beneficiados (as) com a bolsa de estudo será limitado de 40 alunos (as) para o ano letivo;

Art. 8º - O aluno (a) matriculado (a) no PARFOR/Curso de Pedagogia beneficiado (a) com a bolsa, receberá o valor de 400,00 (quatrocentos reais) mensais, durante os meses de fevereiro e março e dependendo da disponibilidade financeira municipal esse benefício também será pago no mês de agosto, aos alunos que estiverem participando dos módulos do curso.

Art. 9º - Para fazer uso do benefício instituído pela Lei, o aluno (a) deverá atender aos seguintes critérios:

- I – Estar devidamente matriculado (a) e frequentando assiduamente o Curso -PARFOR oferecido pela Universidade Federal do Acre – UFAC, no município;
- II - Deverá residir no Município de Marechal Thaumaturgo e comprovar através de documentação própria;
- III – Não poderá ser estagiário remunerado pela Administração Municipal e/ou Estadual, direta ou indiretamente;
- III – Comprovar o atendimento dos limites da renda familiar.

Parágrafo único: a análise dos critérios para a concessão do benefício deverá ser avaliada ao início de cada ano letivo.

Art. 10º - A título de contrapartida, o aluno beneficiário do “Programa Bolsa Universitária” prestará, quando convocado pela Secretaria de Educação, como estagiário, 8(horas) horas semanais de trabalho, sem remuneração e sem nenhum vínculo empregatício com o poder Público Municipal.

Art. 11º - Perderá o benefício previsto nesta Lei o Aluno que:

- I. Não obtiver a média mínima exigida pela instituição de Ensino;
- II. Não obtiver frequência mínima de 70% (setenta por cento) das faltas permitidas para qualquer disciplina do curso em andamento;
- III. Sofrer sanção disciplinar reincidente;

IV. Recusar-se à prestação de estágio na forma do artigo anterior quando convocado pela Secretaria de Educação;

V. Não apresentar toda documentação exigida;

VI. Deixar de cadastrar-se anualmente;

Art. 12º - O aluno, enquanto beneficiário do “Programa Bolsa Universitária” não poderá participar de nenhum outro programa social implementado pelo Município e que resulte em despesas com educação ou formação profissional.

Art. 13º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, visando sanar alguma dúvida na sua aplicabilidade.

Art. 14º - Os gastos com a execução desta Lei, correrão por fonte de recursos próprios da administração municipal.

Art. 15º - Fica autorizado o pagamento aos bolsistas já inscritos no Programa PARFOR no ano de 2025, 2026 e 2027.

§1º - o “Programa Bolsa Universitário” vai ao encontro do que prever as metas do Plano Municipal de Educação de Marechal Thaumaturgo, quanto a Valoração dos Profissionais da Educação.

§2º - O custeio para o pagamento do presente “Programa Bolsa Universitário” para os anos posteriores, depende de autorização legislativa e disponibilidade orçamentária.

Art. 16º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marechal Thaumaturgo – Ac, 25 de fevereiro de 2025.

EDÉZIO MATOS DOS SANTOS

Prefeito em exercício

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THUMATURGO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

EXTRTO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 319/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO E A LICITANTE DUGOMES AIR TAXI AEREO LTDA, CNPJ/MF Nº 09.235.989/0001-97, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF CNPJ sob o nº 84.306.463/0001-76, com sede a Rua Raimundo Margarida – Centro, representado neste ato pelo Sr. VALDELIO JOSE DO NASCIMENTO FURTADO, Prefeito Municipal, portador da cédula de identidade 0294858 SJSP/AC e CPF 703.049.552-72, e a Empresa DUGOMES AIR TAXI AEREO LTDA, CNPJ/MF n.º 09.235.989/0001-97 estabelecida na AV. Djalma Batista, nº 3000 – Bairro Parque 10 de Novembro-AM, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo do contrato nº 319/2024, decorrente do Pregão Presencial n.º 030/2023, homologado pelo autoridade competente, realizado nos termos da Lei a Lei nº. 10.520/2002, Decreto Nº. 3.555/2000, Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001 e demais legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO:

O prazo de vigência contratual será prorrogado e terá validade até o final do exercício financeiro do ano de 2025, contados a partir de 30/12/2024.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, mantidas todas as demais condições da avença original aqui não modificadas, na presença das testemunhas abaixo.

Marechal Thaumaturgo Acre, 30 de dezembro de 2024

VALDELIO JOSE DO NASCIMENTO FURTADO

DUGOMES AIR TAXI AEREO LTDA

Prefeito Municipal

CNPJ/MF 09.235.989/0001-97

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1.ª _____

CPF _____

2.ª _____

CPF _____

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THUMATURGO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO NOS TERMOS DO ART 65, INCISO I, alínea “b”, DA LEI FEDERAL 8.666/1993.

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2024.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2024 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE MARECHAL THAUMATURGO/AC E A EMPRESA DUGOMES AIR TAXI AEREO LTDA, CNPJ: 09.235.989/0001-97, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF sob CNPJ sob o nº 84.306.463/0001-76, com sede a Rua Raimundo Margarida – Centro, representado neste ato pelo Sr. VALDELIO JOSE DO NASCIMENTO FURTADO, Prefeito Municipal, portador da cédula de identidade 0294858 SJSP/AC e CPF 703.049.552-72,, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa DUGOMES AIR TAXI AEREO LTDA inscrita no CNPJ nº 09.235.989/0001-97, situada na AV. Djalma Batista, nº 3000 – Bairro Parque 10 de Novembro- AM, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, regido por cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS PARA OS TRECHOS MTH/CZS/CZS/MTH, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE MARECHAL THAUMATURGO/AC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE:

O presente instrumento tem por objetivo o ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO, conforme especificação abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qnt. Aditivada até 25%	Valor Unit.	valor total do aditivo
2	Fornecimento de passagens aéreas entre os trechos MTH/CZS.	Und	25	R\$ 350,00	R\$ 8.750,00
3	Fornecimento de passagens aréas entre os trechos CZS/MTH.	Und	25	R\$ 400,00	R\$ 10.000,00
VALOR DO ADITIVO: DEZOITO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS					R\$ 18.750,00

O presente termo aditivo de acréscimo de valor correspondente a até 25% do valor original contratado e está equacionado ao montante de R\$ 18.750,00 (DEZOITO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS);

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 3 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARECHAL THAUMATURGO

Órgão: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE SANEAMENTO

Unidade: 02 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.086 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA DE CUSTEIO

39 3.3.90.33.00.00.00.00.0600 Passagens e Despesas com Locomoção

Entidade: 3 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARECHAL THAUMATURGO

Órgão: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE SANEAMENTO

Unidade: 02 Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ. 2.109 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA DE CUSTEIO

71 3.3.90.33.00.00.00.00.0500 Passagens e Despesas com Locomoção

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente termo encontra amparo legal no Art. 65, INCISO I, alínea “b”, DA LEI FEDERAL 8.666/1993.

DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, mantidas todas as demais condições da avença original aqui não modificadas, na presença das testemunhas abaixo.

Marechal Thaumaturgo – AC, 30 de dezembro de 2024.

VALDÉLIO JOSÉ DO NASCIMENTO FURTADO

Prefeito Municipal

Contratante

DUGOMES AIR TAXI AEREO LTDA

CNPJ: 09.235.989/0001-97

Contratada

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

- CPF: _____

- CPF: _____

PLÁCIDO DE CASTRO

LEI Nº 943/2025 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025

Altera o Anexo I da Lei Municipal nº 794/2022, de 13 de abril de 2022.

O Prefeito Municipal de Plácido de Castro, o senhor Camilo da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Plácido de Castro, aprovou o Projeto de Lei nº 02/2025, através do Autógrafo nº 02 de 19 DE fevereiro de 2025, no qual sanciona o seguinte:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal nº 794/2022, de 13 de abril de 2022, para que a remuneração do Diretor de Transporte passe a ser no importe de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Art. 2º As despesas serão arcadas através das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito de Plácido de Castro – Acre, 19 de dezembro de 2025.

Camilo da Silva

Prefeito de Plácido de Castro

DECRETO Nº. 111 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLÁCIDO DE CASTRO, Camilo da Silva, no uso das atribuições e competências descritas na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei 928/2024 de 06 de novembro de 2024, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Município de Plácido de Castro, no seu § 6º, parágrafo II, b) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor EDCARLOS OLIVEIRA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Coordenador de Serviços Gerais, ligado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Urbanos, até ulterior deliberação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário, com efeito retroativo ao dia 03 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Plácido de Castro – Acre, 15 de fevereiro de 2025.

Camilo da Silva
Prefeito de Plácido de Castro

DECRETO Nº. 112 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLÁCIDO DE CASTRO, Camilo da Silva, no uso das atribuições e competências descritas na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal;
Considerando a Lei 928/2024 de 06 de novembro de 2024, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Município de Plácido de Castro, no seu § 2º, parágrafo II, b) Secretaria Municipal de Gestão Pública.
R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear a Senhora LEIVIA DO VALE DE SOUZA, para exercer o Cargo de Coordenadora de Material, Patrimônio e Almoxarifado, ligado à Secretaria Municipal de Gestão Pública, até ulterior deliberação.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário, com efeito retroativo ao dia 03 de fevereiro de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Plácido de Castro – Acre, 15 de fevereiro de 2025.

Camilo da Silva
Prefeito de Plácido de Castro

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACIDO DE CASTRO

DISPENSA DE LICITAÇÃO:024/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 060/2021
4º TERMO ADITIVO
CONTRATO nº083/2021
OBJETO: Contratação de Pessoa Física para locação de imóvel para instalação da unidade do conselho tutelar, no município de Plácido de Castro, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, e à Srª. ROSA MARIA SOUZA DE ARAÚJO, inscrita sob o CPF nº 216.911.772-53, endereço na Avenida Nações Unidas, nº 3.109, Bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre, doravante denominada simplesmente LOCADOR.
Exercício - 2025
Elemento de Despesa - 33.90.36.00.00;
Funcional programática – 08.243.0013.2060;
Fonte de Recursos – 500,509
Valor global: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais);
Vigência: 30/04/2025
Data da Assinatura: 02 de janeiro de 2025.

Assinam: CAMILO DA SILVA (Prefeito) e ROSA MARIA SOUZA DE ARAÚJO (pela Contratada).

PORTO ACRE

ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE PORTO ACRE
GABINETE DO PREFEITO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

DECRETO Nº 095 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAXIMO ANTONIO DE SOUZA COSTA - PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ACRE, Estado do Acre, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e tendo em vista o que lhe faculta o art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Porto Acre-AC e com fulcro no art. 3.º, “b”, art. 5º, parágrafo primeiro, da Lei Municipal N.º 720 de 31 de dezembro de 2024, e no Decreto N.º 079 de 02 de janeiro de 2025.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ao Orçamento Municipal, conforme a discriminação abaixo:
I - ÓRGÃO 018 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, TURISMO, JUVENTUDE E CULTURA

SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (TRANSPOSIÇÃO DE ORÇAMENTO)			
PROGRAMA: 18.01.04.813.2009.2.023.0000 – Realização de Eventos de Lazer			
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	R\$ VALOR	FONTE
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00	0500
TOTAL DO PROGRAMA		200.000,00	
TOTAL GERAL		200.000,00	

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, no valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), será proveniente de anulação parcial, nos termos do disposto nos incisos II e III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, conforme abaixo especificado:

DEDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (TRANSPOSIÇÃO DE ORÇAMENTO)			
PROGRAMA: 18.01.04.812.2009.2.024.0000 – Realização de Atividades Esportivas			
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	R\$ VALOR	FONTE
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	80.000,00	0500
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.000,00	0500
TOTAL DO PROGRAMA		130.000,00	

DEDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (TRANSPOSIÇÃO DE ORÇAMENTO)			
PROGRAMA: 18.01.27.122.2002.2.189.0000 – Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer, Turismo, Juventude e Cultura			
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	R\$ VALOR	FONTE
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	20.000,00	0500
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00	0500
TOTAL DO PROGRAMA		70.000,00	
TOTAL GERAL		200.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito e Comunicação Social de Porto Acre – Acre, em 19 de fevereiro de 2025, 136º da República, 122º do Tratado de Petrópolis, 63º do Estado do Acre, 33º do Município de Porto Acre.

MAXIMO ANTONIO DE SOUZA COSTA
Prefeito de Porto Acre-AC

PORTO WALTER

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 50/2025 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO WALTER/AC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto de Servidor do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o quantitativo de 04 (quatro) diárias ao servidor (a) ANAILTON DA SILVA NEGREIROS, inscrita pelo CPF nº 015.201.222-25, cargo/função de Diretor de Compras – CC 04 da Secretário Municipal de Administração, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração, em viagem para custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

Art. 2º - Fica designado ao servidor (a) público, do referido no art. 1º desta Portaria que se desloque de sua sede para o município de Cruzeiro do Sul no Acre, nos dias 26 de fevereiro ao dia 01 de março de 2025, para o custeio de viagem. Para participar do I Encontro Regional dos Secretários de Meio Ambiente do Juruá, e conferir despesas em compras junto aos fornecedores endereço comercial em Cruzeiro do Sul.

Art. 3º - Fica autorizado a Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura a realizar o pagamento correspondente, em conformidade a Lei Municipal nº 353/2021 de 12 de março de 2021 e Decreto nº 39 de 09 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com afixação no átrio desta Municipalidade, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

SEBASTIÃO NOGUEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito do Município de Porto Walter – Acre em 25 do mês de fevereiro de Dois Mil e Vinte e Cinco.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 51/2025 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO WALTER/AC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto de Servidor do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o quantitativo de 03 (três) diárias ao servidor (a) Manoel de Souza Coelho, inscrito no CPF: 894.669.182-49, na função de Departamento de Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil – Lei nº 372/2022 – CC 03, em viagem para custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

Art. 2º - Fica designado ao servidor (a) público, do referido no art. 1º desta Portaria que se desloque de sua sede para o município de Cruzeiro do Sul no Acre, nos dias 26 de fevereiro ao dia 01 de março de 2025, para o custeio de viagem. Para participar do I Encontro Regional dos Secretários de Meio Ambiente do Juruá.

Art. 3º - Fica autorizado a Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura a realizar o pagamento correspondente, em conformidade a Lei Municipal nº 353/2021 de 12 de março de 2021 e Decreto nº 39 de 09 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com afixação no átrio desta Municipalidade, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

SEBASTIÃO NOGUEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito do Município de Porto Walter – Acre em 25 do mês de fevereiro de Dois Mil e Vinte e Cinco.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 52/2025 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO WALTER/AC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Estatuto de Servidor do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o quantitativo de 03 (três) diárias ao servidor (a) ZENAIDE NOGUEIRA DE HOLANDA, inscrito no CPF nº: 593.382.882-34 e RG: 399224, no cargo/função de Secretário (a) Municipal de Meio Ambiente, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Walter - Acre, em viagem para custeio de despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

Art. 2º - Fica designado ao servidor (a) público, do referido no art. 1º desta Portaria que se desloque de sua sede para o município de Cruzeiro do Sul no Acre, nos dias 26 de fevereiro ao dia 01 de março de 2025, para o custeio de viagem. Para participar do I Encontro Regional dos Secretários de Meio Ambiente do Juruá.

Art. 3º - Fica autorizado a Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura a realizar o pagamento correspondente, em conformidade a Lei Municipal nº 353/2021 de 12 de março de 2021 e Decreto nº 39 de 09 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com afixação no átrio desta Municipalidade, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

SEBASTIÃO NOGUEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito do Município de Porto Walter – Acre em 25 do mês de fevereiro de Dois Mil e Vinte e Cinco.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO WALTER
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DO AVISO DE ANULAÇÃO

Gabinete do Prefeito, Estado do Acre, aos dias 25 de fevereiro de 2025.

O Prefeito Municipal de Porto Walter – Acre, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, resolve:

01 – Tornar sem Efeito a Homologação do Processo Licitatório, Pregão Presencial SRP nº 002/2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre, Edição Nº 13.971.

Registre-se.
Publique-se.

Sebastião Nogueira de Andrade
Prefeito Municipal

RIO BRANCO

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 483 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto nº 1.073, de 05 de agosto de 2024, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMEIA;

Considerando o OFÍCIO Nº SEMEIA-OFI-2025/00074, de 28 de janeiro de 2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00449, de 29 de janeiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Welberlúcio D'Ávila Freitas, para exercer cargo de Diretor de Controle Ambiental, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMEIA, concedendo-lhe a Função Gratificada de Chefe de Direção, de acordo a alínea “g” do inciso II e §14, ambos do art. 29, da Lei Complementar Nº 138 de 29 de abril de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

retroativos a 15 de janeiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 06 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom

Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 951 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,
Considerando o Decreto Nº 589, de 12 de abril de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação – SDTI,
Considerando o OFÍCIO Nº SDTI-OFI-2025/00472, de 12 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação – SDTI, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00852, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC;
RESOLVE:

Art. 1º Nomear Emily Kassia Araújo da Silva, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação – SDTI, referência CC – 3.

Art. 2º Revogar o Decreto nº 338 de 17 de janeiro de 2025.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom

Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 959 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,
Considerando os artigos 88 e 89, da Lei Municipal nº 1.794, de 30 de dezembro de 2009;
Considerando o OFÍCIO Nº 3135/2024/IMAC, de 05 de dezembro de 2024, do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, o OFÍCIO Nº SEMEIA-OFI-2025/00058, de 23 de janeiro de 2025, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMEIA, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00767, de 18 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,
RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora Antônia Alcilene da Silva Nascimento Cavalcante, para prestar serviços junto ao Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, pelo período de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para a Municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 1º de janeiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom

Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 960 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

“Dispõe sobre a Programação Financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação da receita para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,
Considerando o disposto no art. 49, da Lei Complementar nº 314, de 20 de agosto de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
Considerando a Lei Complementar nº 338, de 10 de janeiro de 2025 – Lei Orçamentária Anual (LOA);
Considerando os arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a necessidade de manutenção do equilíbrio fiscal do Município;
DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas bimestrais de arrecadação da receita total do Município, para o exercício financeiro de 2025, conforme discriminação constante do Anexo II, deste Decreto.

Parágrafo único. As metas bimestrais de arrecadação de que trata o caput deste artigo, serão avaliadas ao final de cada bimestre pela Secretaria Municipal de Finanças e o respectivo resultado enviado à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º O empenho das dotações orçamentárias aprovadas no Orçamento de 2025 financiadas com recursos do Tesouro Municipal, bem como o pagamento das despesas, têm como limite os valores constantes do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. O limite de que trata o caput não se aplica:

I - a recursos de doações, convênios e de programas para as áreas de saúde, educação e assistência social;

II - às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais;

III - às despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida;

IV - às transferências financeiras fundo a fundo; e

V - os empenhos globais e estimativos, conforme §§ 2º e 3º do art. 60 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º As unidades orçamentárias deverão efetuar seus empenhos considerando a necessidade de adoção de medidas de racionalização de custos e de maximização do uso de recursos disponíveis, devendo as despesas serem empenhadas no montante de recursos necessários ao respectivo atendimento anual.

Art. 4º A programação financeira estabelecida neste Decreto será reavaliada, caso as receitas previstas no Anexo II não se realizem em decorrência de riscos fiscais.

Art. 5º Na programação da despesa, não se poderá fixar despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Obs.: Estão excluídos os valores transferidos para a Câmara de Vereadores.							
ANEXO II							
METAS DE ARRECADAÇÃO BIMESTRAL - 2025							
Recursos não Vinculados de Impostos e Outros Recursos não Vinculados							
							R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	44.004.037,77	43.873.329,36	45.460.000,80	47.026.976,20	40.779.721,24	55.723.781,63	276.867.847,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	131.355,15	130.964,97	135.701,30	140.378,83	121.730,34	166.339,41	826.470,00
RECEITA PATRIMONIAL	18.670.986,74	18.615.526,94	19.288.754,28	19.953.624,56	17.302.903,85	23.643.693,63	117.475.490,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.771.964,58	2.763.730,81	2.863.680,67	2.962.389,80	2.568.853,88	3.510.231,26	17.440.851,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	151.376.798,98	150.927.153,40	156.385.408,03	161.775.907,01	140.284.936,95	191.693.492,62	952.443.697,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.415,26	85.161,54	88.241,39	91.283,01	79.156,61	108.164,19	537.422,00
DEDUÇÃO DA RECEITA	(28.761.634,17)	(28.676.201,39)	(29.713.271,30)	(30.737.467,61)	(26.654.177,28)	(36.421.817,25)	(180.964.569,00)
TOTAL	188.278.924,31	187.719.665,65	194.508.515,17	201.213.091,80	174.483.125,57	238.423.885,50	1.184.627.208,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 961 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, Considerando os artigos 88 e 89, da Lei Municipal nº 1.794, de 30 de dezembro de 2009; Considerando o OFÍCIO Nº 80/2025/TCEAC/PRESIDENCIA, do Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC, de 06 de fevereiro de 2025; Considerando o OFÍCIO Nº SEME-OFI-2025/00294, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Educação – SEME, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00860, de 21 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora Meyrelene Ramos de Macêdo, para prestar serviços junto ao Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE/AC, pelo período de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para a Municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 1º de janeiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 962 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, Considerando o Decreto nº 463, de 05 de fevereiro de 2025, que Estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA; Considerando o OFÍCIO Nº SEMSA-OFI-2025/00540, de 18 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00877, de 21 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria Rosângela Rosas dos Santos, para exercer o cargo em comissão de Gerente do Departamento de Contratos, na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, referência CC – 7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 963 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, Considerando o Decreto nº 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO N° SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO N° SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Thays Oliveira da Cunha, para exercer o cargo em comissão de Assessora Administrativa, na Chefia de Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, referência CC – 4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO N° 964 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto n° 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO N° SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO N° SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Juliana dos Santos Machado, para exercer o cargo em comissão, lotada na Diretoria de Gestão Administrativa, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, referência CC – 4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO N° 965 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto n° 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO N° SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO N° SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sabrina Wisniewski, para exercer o cargo em comissão, lotada no Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, referência CC – 3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO N° 966 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto n° 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece

a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO N° SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO N° SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luiully Nunes de Almeida, para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Patrimônio Geral, no Departamento de Patrimônio, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, referência CC – 4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO N° 967 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto n° 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO N° SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO N° SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria de Nazaré da Costa Neta, para exercer o cargo de Gerente do Departamento de Patrimônio, na Diretoria de Gestão Administrativa, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, referência CC – 5.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO N° 968 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto n° 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO N° SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO N° SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Herick Silva de Souza Lima, para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Contratos, na Diretoria de Gestão Administrativa, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, concedendo-lhe a Função Gratificada de Coordenação, referência FGC – 2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO N° 969 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre,

no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V, VII e §1º, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, Considerando o Decreto nº 111, de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA;

Considerando o OFÍCIO Nº SMGA-OFI-2025/00154, de 04 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00849, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Thiago Ribeiro Mafra, para exercer o cargo de Gestor do Núcleo de Acompanhamento e Encaminhamento de Dados ao Sistema de Licitações e Contratos, na Assessoria de Compras e Licitações, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, concedendo-lhe a Função Gratificada de Coordenação, referência FGC – 2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom

Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 970 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

“Estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco;

Considerando a Lei Municipal nº 1.959, de 20 de fevereiro de 2023, e suas alterações,

Considerando o OFÍCIO Nº SMGA-OFI-2025/00251, de 17 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00747, de 17 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA,

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I – Secretário:

a) Chefia de Gabinete;

1. Assessoria Administrativa;

2. Núcleo de Protocolo;

3. Assistência de Gabinete.

b) Assessoria Jurídica:

1. Divisão de Pessoal;

2. Divisão Contábil;

3. Divisão de Contratos;

c) Assessoria de Planejamento e Convênios;

d) Unidade de Controle Interno:

1. Assessoria Técnica.

II – Secretário Adjunto:

a) Chefia de Gabinete;

b) Comissão Permanente de Licitação – CPL 01;

c) Comissão Permanente de Licitação – CPL 02;

d) Comissão Permanente de Licitação – CPL 03;

e) Comissão Permanente de Licitação – CPL 04;

f) Divisão de Protocolo.

III – Diretoria de Gestão Administrativa:

a) Assessoria Técnica;

1. Núcleo Administrativo e Protocolo;

b) Assessoria de Compras e Licitações:

1. Núcleo de Acompanhamento e Encaminhamento de Dados ao Sistema de Licitações e Contratos.

c) Departamento de Arquivo Geral:

1. Divisão de Gestão Tecnológica e Difusão Cultural;

2. Divisão de Arquivo Permanente e Intermediário.

d) Departamento de Patrimônio:

1. Divisão de Patrimônio Geral;

2. Divisão de Patrimônio Setorial.

e) Divisão de Execução Orçamentária e Financeira:

1. Núcleo de Empenhos, Liquidação e Pagamentos;

f) Divisão de Almoxarifado;

g) Divisão de Zeladoria;

h) Divisão de Frotas e Abastecimento;

i) Divisão de Contratos;

j) Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação;

V – Diretoria de Gestão de Pessoas:

a) Assessoria Técnica;

b) Departamento de Folha de Pagamento:

1. Assessoria de Operador de Folha de Pagamento;

2. Divisão das Indiretas:

2.1. Núcleo SAERB;

2.2. Núcleo RBTRANS;

2.3. Núcleo FGB.

3. Divisão das Diretas:

3.1. Núcleo SEME;

3.2. Núcleo SEMSA;

3.3. Núcleo PMRB.

4. Divisão de Verbas Rescisórias:

4.1. Núcleo de Processamento;

4.2. Núcleo de Lançamento.

c) Departamento de Cálculos, Encargos e Despesas com Pessoal;

d) Departamento de Vida Funcional com Servidor:

1. Núcleo de Registro, Análise, Informação e Instrução Processual;

2. Divisão de Arquivo da Vida Funcional;

3. Divisão de Digitalização e Sistema.

e) Centro de Referência do Servidor:

1. Núcleo de Segurança do Trabalho;

2. Núcleo de Perícia Médica;

3. Núcleo de Humanização.

f) Departamento de Capacitação, Treinamento e Avaliação:

1. Divisão de Capacitação e Treinamento;

2. Divisão de Desempenho e Avaliação Continuada.

§ 2º Autarquia vinculada, conforme a lei específica, Instituto de Previdência do Município de Rio Branco.

Art. 2º As atribuições dos setores que compõem a estrutura básica da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, serão definidas em seu Regimento Interno.

Art. 3º Revogar o Decreto nº 111, de 09 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom

Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 971 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, incisos V e VII da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando os artigos 88 e 89, da Lei Municipal nº 1.794, de 30 de dezembro de 2009;

Considerando o OFÍCIO Nº 725/2025/CASACIVIL, do Estado do Acre Casa Civil, bem como, OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00700, de 14 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora Maria das Graças Camurça Sales, para prestar serviços junto à Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, pelo período de 01/01/2025 a 31/12/2025, com ônus para a Municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 1º de janeiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom

Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 972 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto nº 107 de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria Municipal de Educação – SEME;

Considerando o OFÍCIO Nº SEME-OFI-2025/00295, de 20 de fevereiro de

2025, da Secretaria Municipal de Educação – SEME, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00882, de 21 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da casa Civil – SMCC,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rosamara Silva de Souza, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação – SEME, referência CC – 9. Parágrafo Único. O Servidor perceberá 30% (trinta por cento) do valor atribuído ao cargo para qual foi nomeado, de acordo com caput do art. 66 da Lei Municipal nº 1.959, de 20 de fevereiro de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 973 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,
Considerando o Decreto nº 107 de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Municipal de Educação – SEME;

Considerando o OFÍCIO Nº SEME-OFI-2025/00295, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Educação – SEME, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00882, de 21 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da casa Civil – SMCC,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear Elivan da Silva Dias, para exercer o cargo em comissão de Gerente do Departamento de Gestão da Rede Escolar, na Diretoria de Gestão, na Secretaria Municipal de Educação – SEME, referência CC – 8.

Parágrafo Único. O Servidor perceberá 30% (trinta por cento) do valor atribuído ao cargo para qual foi nomeado, de acordo com caput do art. 66 da Lei Municipal nº 1.959, de 20 de fevereiro de 2013 e suas alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 974 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,

Considerando o Decreto nº 107 de 09 de fevereiro de 2022, que estabelece a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Municipal de Educação – SEME;

Considerando o OFÍCIO Nº SEME-OFI-2025/00295, de 20 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Educação – SEME, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00882, de 21 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da casa Civil – SMCC,
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor João Antônio Thomaz de Menezes Filho, para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação, na Diretoria de Gestão, na Secretaria Municipal de Educação – SEME, concedendo-lhe a Função Gratificada de Coordenação, referência FGC – 1.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 975 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre,

no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o OFÍCIO Nº RBPREV-OFI-2025/00048, de 14 de fevereiro de 2025, do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV, bem como, o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00710, de 14 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o item 4, alínea “b”, do inciso I, do art. 1º, bem como, os itens 3 e 4, alínea “a”, do inciso II, do art. 1º, do Decreto Municipal Nº 1.197, de 02 de setembro de 2024, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I – Conselho Fiscal – CONFIS:

b) Representantes dos Servidores, indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais.

4. Suplente: Suely Lemos Bastos de Oliveira Rosas

II – Conselho de Administração de Previdência Social – CAPS:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal.

3. Titular: Welberlucio Davila Freitas

4. Suplente: Victor Hugo Sestito Salomão

Art. 2º Os demais membros e respectivos suplentes nomeados pelo Decreto Nº 1.197, de 02 de setembro de 2024, e suas alterações, permanecem investidos nos seus respectivos mandatos/biênio - 2024/2026, do Conselhos Fiscal e de Administração de Previdência Social dos Servidores do Município de Rio Branco.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 976 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 33469/2023, bem como, o DESPACHO SMGA, de 24 de outubro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Lauana de Souza Mourão, matrícula nº 710258-2, Merendeira Zona Urbana QE, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 44 (quarenta e quatro) dias, a contar de 19/10/2023 à 01/12/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de outubro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 977 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 29793/2023, bem como, o DESPACHO SMGA, de 29 de julho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Manoel Mauro Pedro, matrícula nº 544672-1, Agente Vig. de Zoonoses, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/12/2023 a 04/03/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de dezembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 978 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 14135/2024, bem como, o DESPACHO SMGA, de 11 de setembro de 2024;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Deusa Nunes de Oliveira, matrícula nº 703245-1, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 12/06/2024 à 09/09/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de junho de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 979 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 20441/2024, bem como, o DESPACHO SMGA, de 27 de setembro de 2024;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Maria José Cavalcante de Araújo, matrícula nº 704851-4, Prof. da Edu. Inf. Pré-escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEME, Licença para Tratar de Interesse Particular, pelo período de 03 (três) anos, a contar de 02/09/2024 à 02/09/2027, nos termos dos artigos 85 e 86 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 980 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 18573/2024, bem como, o DESPACHO SMGA, de 02 de outubro de 2024;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Manoel Mauro Pedro, matrícula nº 544672-1, Agente Vig. de Zoonoses, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 03/06/2024 à 31/08/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 981 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 7793/2024, bem como, o DESPACHO SMGA, de 04 de julho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Vilson Lira da Silva, matrícula nº 711387-2, Merendeira Zona Urbana QE, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 03/04/2024 à 01/06/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 982 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 7729/2024, bem como, o DESPACHO SMGA, de 22 de outubro de 2024

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Daniel Moura Damasceno Netto, matrícula nº 4081-1, Técnico de Orçamento Público, lotado na Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 55 (cinquenta e cinco) dias, a contar de 29/02/2024 à 24/04/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de fevereiro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 983 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 1737/2024, bem como, o DESPACHO SMGA, de 02 de julho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Eneida Fernandes Maciel da Luz, matrícula nº 537712-1, Professora P2, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 19/01/2024 à 17/04/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de janeiro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 984 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 26142/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Ad-

ministrativa – SMGA, de 02 de dezembro de 2024,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Maurineide da Silva Araújo Fernandes, matrícula nº 544281-3, Prof. Da Edu. Esp. Mediador QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 24/09/2024 a 22/12/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de setembro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 985 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 16226/2023, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 02 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Ana Paula de Araújo, matrícula nº 710009-1, Merendeira Zona Urbana QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 26/04/2023 a 24/07/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 986 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 6578/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 11 de julho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Manoel Mauro Pedro, matrícula nº 544672-1, Agente Vig. de Zoonoses, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 05/03/2024 a 02/06/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de março de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 987 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 25700/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 02 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Deusa Nunes de Oliveira, matrícula nº 703245-1, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 10/09/2024 a 08/12/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de setembro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 988 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 13814/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 19 de setembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Ana Paula de Araújo, matrícula nº 710009-1, Merendeira Zona Urbana QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 19/05/2024 a 16/08/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 989 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 31167/2023, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 26 de junho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Isna Raquel Bezerra de Souza Figueiredo, matrícula nº 705814-4, Prof. Da Edu. Inf. Pré-Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 04/12/2023 a 02/03/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de dezembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 990 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 28774/2023, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 21 de junho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Elizete Maia dos Santos, matrícula nº 542743-8, Prof. Da Edu. Inf. Pré-Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 70 (setenta) dias, a contar de 11/09/2023 a 19/11/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de setembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 991 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 27898/2023, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 19 de setembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Rafaela Lima da Silva, matrícula nº 705319-1, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 14/11/2023 a 11/02/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de novembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 992 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 23140/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 02 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Dacilene Guilherme da Silva, matrícula nº 704696-4, Prof. Da Edu. Esp. Mediador QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 13/08/2024 a 10/11/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 993 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 6490/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 10 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Lucineide da Costa Miranda, matrícula nº 703811, Prof. Da Edu. Inf. Pré-Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 26/02/2024 a 26/03/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 994 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 10873/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 11 de setembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Maria das Graças Brito Oliveira, matrícula nº 537245, merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 29/02/2024 a 28/05/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de fevereiro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 995 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 11183/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 14 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Juliana Rorigues de Andrade, matrícula nº 710729, Merendeira Zona Urbana, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 15/05/2024 a 12/08/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 996 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 17908, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 04 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Elba Pereira Ramos, matrícula nº 711783-2, Cuidador Pessoal QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 19/06/2024 a 16/09/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 997 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 20290/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 04 de fevereiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Flora de Barros Braga, matrícula nº 708135, Prof. dá Edu. Inf. Pré-escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEME, Licença para Tratar de Interesse Particular, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 20/08/2024 à 20/08/2026, nos termos dos artigos 85 e 86 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de agosto de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 998 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 30020/2023, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 14 de outubro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Francisco Silva da Cunha, matrícula nº 542982-1, Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/11/2023 a 03/02/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de outubro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 999 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 26483/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 05 de fevereiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Ana Paula de Araujo, matrícula nº 710009-1,

Merendeira Zona Urbana QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 30/07/2024 a 27/10/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.000 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 20539/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 02 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Neuma Norte da Silva, matrícula nº 712358-1, Prof. Da Edu. Inf. Pre-Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 27/07/2024 a 24/10/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de julho de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.001 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 24877/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 25 de novembro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Anilde Reis da Silva Carvalho, matrícula nº 712392-1, Prof. Da Edu. Inf. Pre-Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 17/09/2024 a 15/12/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.002 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 26766/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 04 de fevereiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Francisca Lima do Nascimento, matrícula nº 702533-3, Professor Fund Zona Urbana QE, lotada na Secretaria Municipal

de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 23/09/2024 a 21/12/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de setembro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.003 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 23910/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 05 de fevereiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Eleudes Fernandes Maciel Rigamonte, matrícula nº 709582-2, Prof. Da Edu. Inf. Creche Zona, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 20/08/2024 a 17/11/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de agosto de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.004 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 13314/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 05 de fevereiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Terezinha Freitas de Oliveira, matrícula nº 543291-2, Agente Com. De Saúde 40H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 21/03/2024 a 18/06/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de março de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.005 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 9354/2024, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 07 de novembro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Eleneuda Lima da Silva, matrícula funcional nº 701869-2, Professora da Edu. Inf. Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família,

pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 04/04/2024 a 02/07/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de abril de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.006 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 18902/2023, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 03 de outubro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Cirlene da Cruz Rodrigues, matrícula funcional nº 537457-2, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 04/07/2023 a 01/10/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de julho de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.007 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 27193/2023, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 12 de junho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Félix Araújo da Silva, matrícula funcional nº 703764-2, Auditor Fiscal Sanitário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 28/11/2023 a 25/02/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de novembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.008 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 8509/2024, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 02 de julho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Renata Alves Buchmeier Oliveira, matrícula funcional nº 710001-1, Assistente de Creche QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 10/04/2024 a 08/07/2024, nos

termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de abril de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.009 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 542741-1, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 12 de agosto de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Edilene Silva de Almeida Pereira, matrícula funcional nº 542741-1 e 542013-2, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 37 (trinta e sete) dias, a contar de 23/08/2024 a 28/09/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de agosto de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.010 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 3733/2024, bem como, o despacho nº 591, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 07 de junho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Rejane Amélia Felício da Silva, matrícula nº 22322-1, Supervisora Alimentar, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 05/02/2024 a 04/05/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.011 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 5170/2024, bem como, o despacho nº 600, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 11 de junho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Antônio Carlos Ferreira Crispim, matrícula funcional nº 537195-1, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 22/02/2024 a 21/05/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.012 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 31177/2023, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 04 de abril de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Cleildes da Silva Nery Sena, matrícula funcional nº 541983-3, Professora da Edu. Inf. Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 06/12/2023 a 04/03/2024, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de dezembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.013 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 15632/2023, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 12 de junho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Mônica Menegazzo, matrícula nº 701705-1, Técnica em Enfermagem 40h, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 23/06/2023 a 20/09/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de junho de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 32713/2022, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 22 de novembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Maria das Graças Lúcio Rodrigues, matrícula nº 704061-5, Professor Fund Zona Urbana QE, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 16/05/2023 a 07/08/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

retroativos a 16 de maio de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.015 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 29965/2024, bem como, o Despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 05 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Luandson Teles de Oliveira, matrícula nº 700680-3, Coveiro, lotado na Secretaria Municipal de Zeladoria da Cidade - SMZC, Licença para Tratar de Interesse Particular, pelo período de 03 (três) anos, a contar de 04/11/2024 à 04/11/2027, nos termos dos artigos 85 e 86 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2024.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.016 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no inciso do art. 35, da Lei nº 1.794, de 30 de dezembro de 2009;

Considerando o disposto nos autos do processo, sob o protocolo eletrônico nº 2178/2025, bem como, o despacho da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, de 06 de fevereiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar, a pedido, de acordo com o inciso V, do artigo 34 da Lei Municipal nº 1.794, de 30 de dezembro de 2009, a Vacância do Cargo de Agente de Endemias 30H, ocupado por Rodrigo Neri Moura de Oliveira, matrícula nº 708808-1, em razão de aprovação em concurso público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURIDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 58, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco.

Considerando o disposto no processo sob o protocolo eletrônico nº 22912/2023, bem como, o DESPACHO SMGA, de 19 de junho de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Maria das Graças Brito Oliveira, matrícula nº 537545-1, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 02/09/2023 a 30/11/2023, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2023.

Rio Branco – Acre, 24 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.018 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

“Abre crédito suplementar ao orçamento financeiro de 2025 e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 58º, incisos V e VII, c/c artigo 62, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, e com fulcro no artigo 6º da Lei Complementar n.º 338, de 10 de janeiro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.892.000,00 (um milhão e oitocentos e noventa e dois mil reais), ao Orçamento Municipal em vigor, para reforço das dotações orçamentárias, conforme a discriminação abaixo:

013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME

013.301 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER GARIBALDI BRASIL - FGB

013.301.04.122.0404.2056.0000 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER GARIBALDI BRASIL - FGB

3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	360.000,00
3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
013.301.13.392.0505.2057.0000 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E POPULARES		
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.41.00 - Contribuições	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.180.000,00
013.301.13.392.0404.2086.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNIC DE CULTURA, ESPORTE E LAZER GARIBALDI BRASIL - FGB		
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	350.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 1.892.000,00 (um milhão e oitocentos e noventa e dois mil reais), será compensado de acordo com anulação das dotações orçamentárias, nos termos do disposto no inciso III do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, conforme a seguir:

013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEME		
013.301 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER GARIBALDI BRASIL - FGB		
013.301.13.392.0505.1032.0000 - REALIZAÇÕES DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS NOS BAIRROS		
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	47.000,00
013.301.13.392.0505.2052.0000 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM PARCERIA COM A COMUNIDADE		
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
013.301.13.392.0505.2057.0000 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E POPULARES		
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	6.840,00
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
013.301.13.392.0404.2086.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNIC DE CULTURA, ESPORTE E LAZER GARIBALDI BRASIL - FGB		
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.652.999,00
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	155.161,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rio Branco-Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco
Wilson José das Chagas Sena Leite
Secretário Municipal de Planejamento
Secretário Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.019 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco,
Considerando o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00925, de 25 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Arthur Duarte de Oliveira, do cargo de Secretário Municipal de Esportes, nomeado por meio do Decreto Nº 427, de 31 de janeiro de 2025.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de fevereiro de 2025.
Rio Branco – Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

DECRETO Nº 1.020 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Capital do Estado do Acre, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 58, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município de Rio Branco, Considerando o OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00925, de 25 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Wendell Meneses Barbosa, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Esportes.

Art. 2º Delegar competência ao Secretário Municipal de Esportes para ordenar despesas, autorizar empenhos, efetuar pagamentos relativos aos programas, subprogramas, projetos e atividades da Secretaria Municipal de Esportes – SEMUE, bem como firmar e executar contratos, convênios e termos de cooperação, no âmbito das ações inerentes a essa Secretaria, sem prejuízo de suas funções e responsabilidades legais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de fevereiro de 2025.

Rio Branco – Acre, 25 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis, 64º do Estado do Acre e 142º do Município de Rio Branco.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

PORTARIA Nº 26/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando o Decreto Nº 20, de 08 de janeiro de 2020;

Considerando a Resolução CMDCA Nº 509/2025, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Branco, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre, dia 19 de fevereiro de 2025;

Considerando o expediente OFÍCIO Nº GABPRE-OFI-2025/00057, de 19 de fevereiro de 2025, do Gabinete do Prefeito/Assessoria de Apoio aos Conselheiros Tutelares, bem como, OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00810, de 19 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil;

Considerando o objetivo de garantir a continuidade no atendimento à população e a legalidade da atuação do Colegiado do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a Conselheira Tutelar Yndaiara da Cunha Gomes, para responder pelo cargo de Conselheira Tutelar Suplente no 4º Conselho Tutelar de Rio Branco, em substituição do titular do cargo, Igor Ramon Queiroz de Souza Gama, que se encontrará em gozo de férias pelo período de 11/01/2025 a 10/02/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

PORTARIA Nº 27/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando o Decreto Nº 20, de 08 de janeiro de 2020;

Considerando a Resolução CMDCA Nº 509/2025, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Branco, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre, dia 19 de fevereiro de 2025;

Considerando o expediente OFÍCIO Nº GABPRE-OFI-2025/00057, de 19 de fevereiro de 2025, do Gabinete do Prefeito/Assessoria de Apoio aos Conselheiros Tutelares, bem como, OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00810, de 19 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil;

Considerando o objetivo de garantir a continuidade no atendimento à população e a legalidade da atuação do Colegiado do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a Conselheira Tutelar Yndaiara da Cunha Gomes, para responder pelo cargo de Conselheira Tutelar Suplente no 4º Conselho Tutelar de Rio Branco, em substituição do titular do cargo, João Paulo Guimarães dos Santos, que se encontrará em gozo de férias pelo período de 10/02/2025 a 11/03/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2025.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

PORTARIA Nº 28/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o OFÍCIO Nº RBPREV-OFI-2025/00006, de 08 de janeiro de 2025, do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV, bem como, OFÍCIO Nº SMCC-OFI-2025/00755, de 17 de fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal da Casa Civil – SMCC,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a servidora Rejane Maria da Silva, matrícula nº 71000-2, da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – SMGA, para prestar serviços junto ao Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE RIO BRANCO, CAPITAL DO ESTADO DO ACRE, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – RBTRANS

PORTARIA RBTRANS Nº 0108/2025

O Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito – RBTRANS, no uso de suas atribuições legais, que lhe faculta a Lei n.º 1.731 de 22 de dezembro de 2008, baixa a seguinte PORTARIA:

CONSIDERANDO o Requerimento encaminhado no dia 22 de novembro de 2024, por Maria Iléia Tavares Soares, onde requer a Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, pelo período de 90 (noventa) dias;

CONSIDERANDO o PARECER PROJU Nº 098/2024, que subsidiou a instrução da possibilidade de concessão da licença da servidora;

RESOLVE:

Art. 1.º CONCEDER à servidora Maria Iléia Tavares Soares, Matrícula Funcional 707175-1, Agente de Transporte e Trânsito, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, do dia 30 de novembro de 2024 ao dia 27 de fevereiro de 2025, nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei Municipal nº 1.794/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de novembro de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco-AC, 26 de fevereiro de 2025.

Clendes Vilas Boas
Superintendente
Decreto nº 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – RBTRANS

PORTARIA RBTRANS Nº 0109/2025

O Superintendente Municipal de Transportes e Trânsito - RBTRANS, no uso de suas atribuições legais, que lhe faculta a Lei n.º 1.731 de 22 de dezembro de 2008, baixa a seguinte PORTARIA:

CONSIDERANDO que a RBTRANS é dotada de autonomia administrativa;
CONSIDERANDO que são atribuições do Superintendente, expedir Portarias Regulamentadoras e Instruções Normativas de caráter administrativo e técnico operacional sobre matérias da competência da Autarquia;
CONSIDERANDO a necessidade e obrigatoriedade desta Autarquia em nomear Servidor para fiscalizar o Contrato RBTRANS n.º 013/2025 com a empresa F.M TERCEIRIZAÇÃO, cujo objeto é a Contratação de empresa para complementação da prestação de serviços terceirizados em apoio administrativo e operacional para atender as necessidades da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - RBTRANS.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor Francisco Ribamar de Lima – Chefe da Divisão de Terminais Rodoviários, como fiscal do contrato, o Servidor Herton Fabricio Braga Castro - Chefe da Divisão de Terminais Urbanos, como gestor do contrato, e do Servidor Tiago Furtado da Silva – Assessor Técnico, como gestor substituto do contrato, referente ao Contrato RBTRANS n.º 013/2025 com a Empresa F.M TERCEIRIZAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de fevereiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco-AC, 26 de fevereiro de 2025.

Clendes Vilas Boas
Superintendente
Decreto n° 026/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL – FGB

PORTARIA Nº 60 DE 2025

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 428 de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestor e Fiscal e seus respectivos substitutos do contrato Nº 014/2025, celebrado entre a Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - FGB e Deusimar Candido Ramalho Junior, assinado dia 20/02/2025 com vigência de 45 dias, que tem por objeto a Contratação de Apresentação artística no seguimento Culturas Populares e Tradicionais, categoria Bloco Carnavalesco, oriundo do Edital de Credenciamento Nº 03/2024 e Processo Administrativo Nº 143/2024, a seguir enunciados:

I – Gestor do Contrato Titular: Joanna Aysha da Costa Assis

Matrícula: 705676

II – Gestor do Contrato Substituto: Leandro Souza da Silva

Matrícula: 712980

III - Fiscal do Contrato Pedro Feitosa Barroso

Matrícula: 716532

IV – Fiscal do Contrato Substituto Hans Cristian de Jesus da Silva Bezerra

Matrícula: 714664

Telefone: (68) 32127460

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do Contrato.

Rio Branco – Acre, 20 de fevereiro de 2025.

Klowsbey Viegas Pereira
Diretor – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA

PORTARIA Nº 085/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 6.179/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018

CONTRATO Nº: 043/2018

CONTRATADA: EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO - EMURB
OBJETO: SERVIÇOS REMANESCENTES DA DUPLICAÇÃO DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS (SEGMENTO ENTRE A RUA JOÃO XXIII E ESTRADA DAS PLACAS), no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Eng. Civil Tatiana Lima Ferreira - CREA nº 9659-D/AC;

FISCAL SUBSTITUTO: Eng. Civil Gilmar Coutinho Silva - CREA nº 22253-D/AC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 21 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA
Decreto nº 03/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA

PORTARIA Nº 087/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 117 §1º da Lei 14.133/2021 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 27.342/2023 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
CONTRATO Nº: 01160092/2023

CONTRATADA: TL ENGENHARIA LTDA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DO ELEVADORA ESTRADA DIAS MARTINS E URBANIZAÇÃO DA ÁREA DO ENTORNO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE.FISCAL TITULAR: Eng. Civil Ana Carolina Magalhães Nunes - CREA nº 22058-D/AC; FISCAL SUBSTITUTO(A): Eng. Civil Gustavo Menezes Mateus - CREA nº 5060731790-D/SP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 21 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA
Decreto nº 03/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA

PORTARIA Nº 089/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 18.239/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2022

CONTRATO Nº: 01160065/2023

CONTRATADA: SARAIVA ENGENHARIA LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE DUAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO NO BAIRRO NOVA ESPERANÇA, no Município de Rio Branco – Acre. FISCAL TITULAR: Eng. Civil Tatiana Lima Ferreira - CREA nº 9659-D/AC; FISCAL SUBSTITUTO(A): Eng. Civil Glaucon Rocha Dantas - CREA nº 20898-D/AC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 21 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA
Decreto nº 03/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
– SEINFRA**

PORTARIA Nº 091/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 21.446/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022

CONTRATO Nº: 01160076/2023

CONTRATADA: R. M. TERRAPLANAGEM E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA COMUNIDADE – LOTE II, no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Eng. Civil Rafaela Fontana Lopes - CREA nº 21508-D/AC;

FISCAL SUBSTITUTO: Eng. Civil Ana Carolina Magalhães Nunes - CREA nº 22058-D/AC;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 24 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Decreto nº 03/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
– SEINFRA**

PORTARIA Nº 084/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 21.930/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2020

CONTRATO Nº: 072/2020

CONTRATADA: EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO - EMURB
OBJETO: SERVIÇOS REMANESCENTES URBANIZAÇÃO DE CANAL EM BAIRROS DA BAIXADA DA SOBRAL, no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Eng. Civil Tatiana Lima Ferreira - CREA nº 9659-D/AC;

FISCAL SUBSTITUTO: Eng. Civil Gilmar Coutinho Silva - CREA nº 22253-D/AC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 21 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Decreto nº 03/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
– SEINFRA**

PORTARIA Nº 086/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal

de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 17.719/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2020

CONTRATO Nº: 067/2020

CONTRATADA: EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO - EMURB
OBJETO: SERVIÇOS REMANESCENTES URBANIZAÇÃO DE CANAL EM BAIRROS DA BAIXADA DA SOBRAL E SERVIÇOS REMANESCENTES DE URBANIZAÇÃO DA POLIGONAL BAIXADA I (BAIRROS BAHIA VELHA, GLÓRIA E PISTA), no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Eng. Civil Tatiana Lima Ferreira - CREA nº 9659-D/AC;

FISCAL SUBSTITUTO: Eng. Civil Gilmar Coutinho Silva - CREA nº 22253-D/AC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 21 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Decreto nº 03/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
– SEINFRA**

PORTARIA Nº 088/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 8.373/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2018

CONTRATO Nº: 042/2018

CONTRATADA: EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO - EMURB
OBJETO: SERVIÇOS REMANESCENTES DA DUPLICAÇÃO DA ESTRADA DA FLORESTA (SEGMENTO ENTRE A RUA OMAR SABINO E RODOVIA 364), no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Eng. Civil Gilmar Coutinho Silva - CREA nº 22253-D/AC;

FISCAL SUBSTITUTO(A): Eng. Civil João Vitor Pinheiro Rodrigues - CREA nº 21937-D/AC;

GESTOR TITULAR: Wilmiton Hernandes Aguiar Luz - Matrícula 713791;

GESTOR SUBSTITUTO(A): Antônio de Moura Freitas - Matrícula 713651.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 21 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Decreto nº 03/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
– SEINFRA**

PORTARIA Nº 090/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 20.589/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020

CONTRATO Nº: 01160001/2021

CONTRATADA: PEDRO HENRIQUE MARREIRO DE AMORIN - MEI
OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES PABX E APARELHOS TELEFÔNICOS, no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Antônio de Moura Freitas - Matrícula 713651;

FISCAL SUBSTITUTO: Lushesle Rebouças Furtunato - Matrícula 716588;

GESTOR TITULAR: Patrícia Pereira dos Anjos Oliveira - Matrícula 716295;

GESTOR SUBSTITUTO: Cauã Sustiney Neves dos Santos - Matrícula 716243.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 24 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Decreto nº 03/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA

PORTARIA Nº 093/2025

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta o Decreto nº 03 de 02 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, com observância no Art. 67, §1º da Lei 8.666/93 e da legislação vigente, para atuarem como FISCAL TITULAR, FISCAL SUBSTITUTO E GESTORES do Contrato a seguir discriminado, e seus Termos Aditivos, caso ocorram, celebrados entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e a Contratada a seguir enunciada:

PROCESSO Nº 21.142/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023

CONTRATO Nº: 01160049/2024

CONTRATADA: JOSÉ LUIZ ASSIS FELÍCIO

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA TRAVESSA SÃO JOÃO, LOTE 03, SETOR, 04 – ZONA DISTRITO INDUSTRIAL, no Município de Rio Branco – Acre.

FISCAL TITULAR: Wilmiton Hernandes Aguiar Luz - Matrícula 713791;

FISCAL SUBSTITUTO: Antônio de Moura Freitas - Matrícula 713651;

GESTOR TITULAR: Cauã Sustiney Neves dos Santos - Matrícula 716243;

GESTOR SUBSTITUTO: Patrícia Pereira dos Anjos Oliveira - Matrícula 716295.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 02 de janeiro de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Município de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, em 24 de fevereiro de 2025.

Antônio Cid Rodrigues Ferreira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Decreto nº 03/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

PORTARIA Nº. 046/2025

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 1.629/06;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a Assessora Técnica Thais Silva de Almeida, nomeada por meio do Decreto nº 929/2025, de 20 de fevereiro de 2025, para exercer suas funções na Procuradoria Tributária, até ulterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2025 data da publicação do Decreto nº 929/2025, no Diário Oficial do Estado nº 13.969.

Dê ciência,

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Procuradoria Geral do Município, Rio Branco – Acre, em 24 de fevereiro de 2025.

Joseney Cordeiro da Costa

Procurador-Geral do Município

Decreto nº 011/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, GARIBALDI BRASIL – FGB

PORTARIA Nº 061 DE 2025

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, GARIBALDI no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 428 de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestor e Fiscal e seus respectivos substitutos do contrato Nº 08/2025, celebrado entre a Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - FGB e Maria Auxiliadora Araujo de Souza, assinado dia 12/02/2025 com vigência de 45 dias, que tem por objeto a Contratação de Apresentação artística no seguimento Culturas Populares e Tradicionais, categoria Bloco Carnavalesco, oriundo do Edital de Credenciamento Nº 03/2024 e Processo Administrativo Nº 143/2024, a seguir enunciados:

I – Gestor do Contrato Titular: Joanna Aysha da Costa Assis

Matrícula: 705676

II – Gestor do Contrato Substituto: Leandro Souza da Silva

Matrícula: 712980

III - Fiscal do Contrato Pedro Feitosa Barroso

Matrícula: 716532

IV – Fiscal do Contrato Substituto Hans Cristian de Jesus da Silva Bezerra

Matrícula: 714664

Telefone: (68) 32127460

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do Contrato.
Rio Branco – Acre, 12 de fevereiro de 2025.

Klowsbey Viegas Pereira
Diretor – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO – EMURB

PORTARIA Nº 134, DE 23 DE JANEIRO DE 2025
O Diretor Presidente da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco – EMURB, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por meio do Decreto nº 25, de 02 de janeiro de 2025,
R E S O L V E:
Art. 1º. Designar Daniel Kennedy de Araújo Santana, para exercer o cargo de Procurador Jurídico.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de janeiro de 2025.

Abdel Barbosa Derze
Diretor Presidente - Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO – EMURB

PORTARIA Nº 154, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025
O Diretor Presidente da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco – EMURB, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por meio do Decreto nº 25, de 02 de janeiro de 2025,
R E S O L V E:
Art. 1º. Nomear Allan Davis Andrade de Aragão, para exercer o cargo em comissão desta Empresa, referência CEC-4.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua expedição.

Abdel Barbosa Derze
Diretor Presidente - Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL – FGB

PORTARIA/GAB/FGB-Nº 079//2024, de 20 de fevereiro de 2025.
Designa Gestor do Termo de Colaboração nº 01/2025 celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL - FGB e a OSC – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, DE SERVIÇOS E AGRÍCOLA DO ACRE - ACISA.
O Diretor-Presidente, KLOWSBEY VIEGAS PEREIRA, inscrito no CPF nº. XXX.263.552-XX, nomeado pelo Decreto nº. 428/2025, de 31.01.2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 13.698, de 23.01.2024, folha 105, resolve:
Art. 1º. Designar, conforme quadro abaixo, os Gestores da parceria celebrada com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, DE SERVIÇOS E AGRÍCOLA DO ACRE – ACISA, através do Termo de Colaboração nº 01/2025, forma do artigo 35 da Lei 13.019/2014, que tem como objetivo a realização do Rio Branco Folia, Tradição e Alegria, referente a Justificativa com dispensa por inelegibilidade, no valor de R\$1.153.149,00 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, cento e quarenta e nove reais):

NOMES	CPF	SITUAÇÃO
DÁRIO PINHEIRO DE SOUZA JUNIOR	XXX.396.002-XX	TITULAR
LEANDRO SOUZA DA SILVA,	XXX.057.532-XX	SUPLENTE

Art. 2º. O Gestor da Parceria, conforme previsto no Artigo 66, Parágrafo Único, Inciso I da Lei 13.019/2014, deverá realizar visita in loco onde estiverem sendo executadas as ações e/ou aquisições de materiais, de forma a assegurar o fiel cumprimento do objeto da parceria, mediante registro fotográfico, de forma a subsidiar a elaboração de parecer quando da análise do relatório de Prestação de Contas.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
Rio Branco (AC), 24 de fevereiro de 2025.

Klowsbey Viegas Pereira
Diretor-Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 011 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art. 117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.
RESOLVE:
Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140023/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 11/2024
Contratado:	Policarpo & Zanatta LTDA.
Objeto:	Empresa especializada no fornecimento de material de consumo (gelo em barra) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	14 de maio de 2024
Vigência do Contrato:	31 de dezembro de 2024

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº082, publicada no Diário Oficial nº 13.887.
Art. 3º- Fica garantida ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.
Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 012 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025.
Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.
RESOLVE:
Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140037/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	F S P de Souza
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº102, publicada no Diário Oficial nº 13.888.
Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.
Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 012 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025.
Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.
RESOLVE:
Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140037/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	F S P de Souza
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº102, publicada no Diário Oficial nº 13.888.
Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.
Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA N. 013 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art. 117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140036/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	Santo Expedito Comércio e Utilidades LTDA
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº103, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA N. 013 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art. 117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140036/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	Santo Expedito Comércio e Utilidades LTDA
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº103, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº.014 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento

Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140034/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	Eletricista & Cia Importação e Exportação Eireli
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº104, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº.014 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025.

Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140034/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	Eletricista & Cia Importação e Exportação Eireli
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº104, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 015 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 783, de 19 de fevereiro de 2025.

Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140035/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	Papelaria Mundo Imp e Exp LTDA
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de Julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº105, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 015 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140035/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	Papelaria Mundo Imp e Exp LTDA
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de Julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº105, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº.016 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140032/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	José Necilio Ferreira Morais
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº106, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 017 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art.177 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos,

por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140033/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP - nº 024/2024
Contratado:	M V Aquino
Objeto:	Empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza e gênero alimentício) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	22 de julho de 2024
Vigência do Contrato:	22 de julho de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº107, publicada no Diário Oficial nº 13.888.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,

Publique-Se,

Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque

Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI

Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 018 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 783, de 19 de fevereiro de 2025.

Considerando o disposto no Art. 177 da Lei nº117 da Lei nº.14.133. de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140013/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP nº 159/2023
Contratado:	Wagner e Silva Ltda
Objeto:	Empresa prestadora de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com e sem reposição de peças, de forma contínua, em aparelhos de ar-condicionado (modelo split) e frigobares,para atender a Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	06 de fevereiro de 2024
Vigência do Contrato:	06 de fevereiro de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº111, publicada no Diário Oficial nº 13.890.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,

Publique-Se,

Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque

Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI

Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 018 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 783, de 19 de fevereiro de 2025.

Considerando o disposto no Art. 177 da Lei nº117 da Lei nº.14.133. de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular:	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140013/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico SRP nº 159/2023

Contratado:	Wagner e Silva Ltda
Objeto:	Empresa prestadora de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com e sem reposição de peças, de forma contínua, em aparelhos de ar-condicionado (modelo split) e frigobares,para atender a Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	06 de fevereiro de 2024
Vigência do Contrato:	06 de fevereiro de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº111, publicada no Diário Oficial nº 13.890.
Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.
Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 019 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025.
Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.
RESOLVE:
Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140044/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico - SRP
Número	008/2024
Contratado:	JR DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto:	Empresa especializada para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, materiais de consumo e ferragens, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade/SMCCI e dos demais espaços públicos de sua responsabilidade (aterros, cemitérios e ecopontos).
Data de Assinatura do Contrato:	04 de novembro de 2024.
Vigência do Contrato:	04 de novembro de 2025.

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº126, publicada no Diário Oficial nº 13.914.
Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.
Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 019 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025.
Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.
RESOLVE:
Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140044/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico - SRP
Número	008/2024
Contratado:	JR DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto:	Empresa especializada para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, materiais de consumo e ferragens, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade/SMCCI e dos demais espaços públicos de sua responsabilidade (aterros, cemitérios e ecopontos).
Data de Assinatura do Contrato:	04 de novembro de 2024.
Vigência do Contrato:	04 de novembro de 2025.

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº126, publicada no Diário Oficial nº 13.914.
Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº. 783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 020 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140046/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico – SRP – nº008/2024
Contratado:	WM2 Comércio e Serviços Ltda
Objeto:	Empresa especializada em materiais elétrico, hidráulicos, ferramentas e equipamentos de consumo, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	28 de novembro de 2024
Vigência do Contrato:	28 de novembro de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº129, publicada no Diário Oficial nº 13.926.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE CUIDADOS COM A CIDADE – SMCCI

PORTARIA INTERNA Nº. 020 DE 020 DE FEVEREIRO DE 2025.

O Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº783, de 19 de fevereiro de 2025. Considerando o disposto no Art.117 da Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado, e respeitando-se e sendo cumpridas todas as orientações constantes na Portaria nº.361 de 19 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art.1º- Designar os servidores, abaixo relacionados, como gestor titular, fiscal titular e fiscal substituto, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Gestor Titular:	Francisco Edson Freitas de Oliveira
Fiscal Titular	Francisco das Chagas de Souza Nascimento
Fiscal Substituto:	Jaffesson Rodrigues de Freitas
Nº. do Contrato:	01140046/2024
Modalidade:	Pregão Eletrônico – SRP – nº008/2024
Contratado:	WM2 Comércio e Serviços Ltda
Objeto:	Empresa especializada em materiais elétrico, hidráulicos, ferramentas e equipamentos de consumo, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI.
Data de Assinatura do Contrato:	28 de novembro de 2024
Vigência do Contrato:	28 de novembro de 2025

Art. 2º- Fica revogada a Portaria Interna nº129, publicada no Diário Oficial nº 13.926.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato e seu substituto, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade até a vigência do contrato e seus respectivos termos aditivos.

Registre-se,
Publique-Se,
Cumpra-Se.

Tony da Rocha Roque
Secretário Municipal de Cuidados com a Cidade – SMCCI
Decreto nº.783 / 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

PORTARIA Nº 23 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:
Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a

Secretaria Municipal de Saúde e as Empresas mencionadas ao Pregão supracitado:

Art. 2º Revogar a Portaria Nº 40 de 06 de março de 2024.

Pregão Presencial SRP nº 018/2023

Processo nº 23.843/2023

Contratadas: WS MULTISERVIÇOS LTDA – CNPJ: 21.944.650/0001-65 e V.E.K PALOMBO IMP E EXP LTDA – CNPJ: 16.807.046/00002-38.

Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Permanente (Elétricos e eletrônicos, Hidráulicos, Proteção e Segurança de Construção, Ferramentas, Equipamentos de Prevenção a Incêndio e de Refrigeração.

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Luciano Henrique de Souza	544627	luciano.henrique@riobranco.ac.gov
Substituto: Roney Gledson de Oliveira Costa	714518	roney.costa@riobranco.ac.gov
FISCAIS	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Giovanni Catter Beserra	713101	giovanni.beserra@riobranco.ac.gov
Substituto: Oscar Harlen Sales da Silva	Dec. 652/2025	oscar10sales@gmail.com

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Rennan Biths de Lima Lima

Secretário Municipal de Saúde

Dec. nº 07/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

PORTARIA Nº 24 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Empresas a seguir enunciadas, conforme informado no MEMORANDO Nº SEMSA-MEM-2025/01574.

Art. 2º Revogar PORTARIA Nº 140 DE 04 DE JUNHO DE 2024

Pregão Eletrônico SRP Nº 255/2023

Processo Nº 24780/2023

Contratadas: EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA- CNPJ: 71.505.564/0001-24 , LABNORTE CIRÚRGICA E DIAGNÓSTICA IMP. E EXP. LTDA – CNPJ: 03.033.345/0001-30 , JV NOGUEIRA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ: 27.896.988/0001-75, BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA LTDA- CNPJ: 06.175.908/0001-12, ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA- CNPJ: 30.082.076/0001-74, DF IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – CNPJ: 02.417.059/0001-05.

Objeto: Aquisição de Material de consumo Odontológico (2)

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Roscely Alves Luz	716152-01	roscely.luz@riobranco.ac.gov.br
Substituta: Fernanda Chelotti	700321-01	fernanda.chelotti@riobranco.ac.gov
FISCAIS	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Thabata Larice de Melo Albuquerque Ferraz	716185-01	thabata.ferraz@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Ronaldo Dalcolmo	704690-01	ronaldo.dalcolmo@riobranco.ac.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19 de fevereiro de 2025, e término ao final da vigência do contrato.

Rennan Biths de Lima Lima

Secretário Municipal de Saúde

Dec. nº 07/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PORTARIA Nº 26 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais dos Contratos celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Empresas mencionadas ao Pregão supracitado:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 060/2024

PROCESSO CEL/PMRB Nº 076/2024

PROCESSO Nº 10.050/2024

Objeto: Aquisição de Material Médico Hospitalar de Consumo.

Contratadas: J. S. NUNES – LTDA - CNPJ: 40.802.993/0001-30, CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 07.847.837/0001-10, GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIP HOSP E ODONTO LTDA - CNPJ: 39.707.683/0001-57, IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMP. E COM. PROD. HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 30.597.921/0001-44, TECPLUS LTDA - CNPJ: 43.456.296/0001-62, MAËVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 09.034.672/0001-92, CIRÚRGICA MÉDICA LTDA - CNPJ: 34.484.024/0001-85, MULTIMEDIK DISTRIBUIÇÃO LTDA- CNPJ: 45.282.739/0001-71, MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 94.389.400/0001-84 e DF MEDICAL LTDA - CNPJ: 44.656.846/0001-50.

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Roscely Alves Luz	716152-01	roscely.luz@riobranco.ac.gov.br
Substituta: Fernanda Chelotti	700321-1	fernanda.chelotti@riobranco.ac.gov.br
FISCAIS	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Ronaldo Dalcolmo	704690-01	ronaldo.dalcolmo@riobranco.ac.gov.br
Substituta: Jacqueline Maria de Araújo Almeida	702463-01	jacqueline.almeida@riobranco.ac.gov.br

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura dos contratos.

Rennan Biths de Lima Lima

Secretário Municipal de Saúde

Dec. nº 07/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PORTARIA Nº 27 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Empresa a seguir enunciada:

Art. 2º Revogar a Portaria Nº 245 de 17 de agosto de 2023

Pregão SRP nº 028/2020

Processo nº 3376/2020

Contrato nº 153/2020

Contratada: W L OLIVEIRA - EIRELI – CNPJ: 17.337.136/0001-94

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de veículos com condutor (tipo passeio).

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Luciano Henrique de Souza	544627-2	luciano.henrique@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Giovanni Catter Beserra	713101-1	giovanni.beserra@riobranco.ac.gov.br
FISCAIS	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Jhayme Monteiro de Andrade	704667-1	jhayme.andrade@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Rivaldo Nery da Silva	707903	rivaldo.silva@riobranco.ac.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de fevereiro de 2025 e término da vigência ao final dos aditivos do contrato especificado.

Rennan Biths de Lima Lima
Secretário Municipal de Saúde
Dec. nº 07 de 02 de janeiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PORTARIA Nº 28 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Empresa a seguir enunciada:

Art. 2º Revogar a Portaria Nº 87 de 16 de março de 2023

Pregão SRP nº 028/2020

Processo nº 3376/2020

Contrato nº 154/2020

Contratada: W L ISRAEL, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 27.582.639/0001-89

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte de veículos com condutor (tipo passeio).

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Luciano Henrique de Souza	544627-2	luciano.henrique@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Giovanni Catter Beserra	713101-1	giovanni.beserra@riobranco.ac.gov.br
FISCAIS	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Jhayme Monteiro de Andrade	704667-1	jhayme.andrade@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Rivaldo Nery da Silva	707903	rivaldo.silva@riobranco.ac.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de fevereiro de 2025 e término da vigência ao final dos aditivos do contrato especificado.

Rennan Biths de Lima Lima
Secretário Municipal de Saúde
Dec. nº 07 de 02 de janeiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PORTARIA Nº 30 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Empresa a seguir enunciada:

Art. 2º Revogar a Portaria Nº 123 de 04 de maio de 2023

Adesão nº 06/2023

Contrato: 01100137/2023

Contratante: LOACRE- LOCADORA COMÉRCIO & REPRESENTAÇÃO- LTDA – CNPJ: 03.520.514/0001-66

Ata de Registro de Preços Nº 015/2023

Pregão Eletrônico SRP Nº 011/2023

Processo Nº 4669/2023

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de Locação de Barcos com condutor, para o Transporte Fluvial, para a execução das atividades do cronograma de atendimentos realizados por via fluvial, desenvolvidas pela Divisão de Saúde na Comunidade no município de Rio Branco.

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Luciano Henrique de Souza	544627-2	luciano.henrique@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Giovanni Catter Beserra	713101-1	giovanni.beserra@riobranco.ac.gov.br
FISCAIS	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Jhayme Monteiro de Andrade	704667-1	jhayme.andrade@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Rivaldo Nery da Silva	707903	rivaldo.silva@riobranco.ac.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de fevereiro de 2025 e término da vigência ao final dos aditivos do contrato especificado.

Rennan Biths de Lima Lima
Secretário Municipal de Saúde
Dec. nº 07 de 02 de janeiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PORTARIA Nº 31 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Empresas a seguir enunciadas:

Art. 2º Revogar a Portaria Nº 205 de 13 de setembro de 2024

Pregão Eletrônico nº 212/2023

Contrato: 01100339/2024

Contrato: 01100340/2024

Ata de Registro de preços nº 103/2024

Processo Nº 19.275/2023

Contratantes: WL OLIVEIRA EIRELI- CNPJ nº: 17.337.136/0001-94 e W.O. PEREIRA – ME- CNPJ nº: 18.765.432/0001-59.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte, com condutor, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Luciano Henrique de Souza	544627-2	luciano.henrique@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Giovanni Catter Beserra	713101-1	giovanni.beserra@riobranco.ac.gov.br
FISCAIS	MATRICULA	E-MAILS
Titular: Jhayme Monteiro de Andrade	704667-1	jhayme.andrade@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Rivaldo Nery da Silva	707903	rivaldo.silva@riobranco.ac.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de fevereiro de 2025 e término da vigência ao final dos aditivos do contrato especificado.

Rennan Bitths de Lima Lima
Secretário Municipal de Saúde
Dec. nº 07 de 02 de janeiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PORTARIA Nº 32 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 07 de 02 de janeiro de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, com observância da legislação vigente, atuarem como Gestores e Fiscais do contrato celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Empresa a seguir enunciada:

Art. 2º Revogar a Portaria Nº 116 de 03 de junho de 2024

Contrato nº 224/2019

Pregão Eletrônico SRP nº 094/2018

Processo nº 29966/2018

Contratada: ASA AGÊNCIA DE SERVIÇOS DO ACRE EIRELI – CNPJ nº: 11.815.892/0001-03.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização das áreas internas e externas.

GESTORES	MATRÍCULA	E-MAILS
Titular: Katrine de Holanda Cavalcante	713890-2	katrine.cavalcante@riobranco.ac.gov.br
Substituto: Clésio Pimentel da Costa Ribeiro	701602-1	clesio.ribeiro@riobranco.ac.gov.br
FISCAIS	MATRICULA	E-MAILS
Titular: Renata Sanchez Franco	702870-1	renata.franco@riobranco.ac.gov.br
Substituta: Terezinha de Jesus Bacelar Sarquis	702381-1	terezinha.jesus@riobranco.ac.gov.br

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de fevereiro de 2025 e término da vigência ao final dos aditivos do contrato especificado.

Rennan Bitths de Lima Lima
Secretário Municipal de Saúde
Dec. nº 07 de 02 de janeiro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN

EDITAL DE COLETA DE PREÇOS Nº 005/2025/SEFIN

Órgão: Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de reformas de pouca relevância material, serviços de adequação, adaptação, reparação ou revitalização, que consistam de atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado e preços da tabela SINAPI, desonerada, que possuam natureza padronizável e pouco complexas nas instalações prediais, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, nas edificações da Administração Pública Municipal, sob gerência da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Interessados poderão solicitar o formulário de coleta com o detalhamento dos serviços (especificações, quantitativos, prazo de entrega, etc) pelo e-mail sefin.riobranco@gmail.com.

Prazo para Recebimento das Cotações: 28/02/2025 Horário: 12h00min

Local: Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN – Sala da Assessoria de Planejamento, Convênios e Contratos, sito a Rua Rui Barbosa, nº 285, Centro, Rio Branco/AC.

OBS: Dúvidas poderão ser consultadas pelo e-mail: sefin.riobranco@gmail.com ou pelo telefone 3212-7522.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2025.

Weverton D'Ávila de Farias
Diretor de Gestão Administrativa
Decreto nº 61/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SMGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL 03

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025

Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo Laboratorial, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, através do Centro de Apoio e Diagnóstico - Análises Clínicas (CAD).

Propostas: Serão recebidas até às 10h00min (horário de Brasília), do dia 14.03.2025, quando terá início a abertura da licitação no sistema eletrônico: www.compras.gov.br, através do número 90004, UASG: 980139.

Edital: Disponível a partir de 27.02.2025, nos seguintes endereços eletrônicos: www.compras.gov.br, <http://cpl.riobranco.ac.gov.br> ou excepcionalmente no Protocolo de Licitações, situado na Rua Alvorada, nº 281, Bairro: Bosque, Rio Branco – Acre – CEP: 69.900-664.
Rio Branco - AC, 18 de fevereiro de 2025.

Erick Silva de Oliveira
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SMGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 02 – CPL 02

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 061/2024 – COMPRASGOV nº 90061/2024
O Município de Rio Branco – Acre, comunica a REABERTURA DE PRAZO aos interessados que o Pregão Eletrônico SRP nº 061/2024 – CPL/PMRB, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de cimento asfáltico de petróleo CAP 50/70; emulsão asfáltica RR-2C; asfalto diluído de petróleo CM-30, para atender as necessidades da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco – EMURB.

As propostas serão recebidas até às 10:00hs (horário de Brasília) do dia 13 de março de 2025, quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.gov.br/compras.

Edital e Informações: O edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 24 de fevereiro de 2025, por meio do sítio eletrônico: www.gov.br/compras, SIASG Nº 980139 ID: 90061/2024, ou excepcionalmente na Comissão Permanente de Licitações 02 – Rua Alvorada, nº 281, Cobertura – Bairro: Bosque, Rio Branco – Acre – CEP: 69.900-664 – Telefone: (68) 3212-7397, e-mail: cpl02@riobranco.ac.gov.br.
Rio Branco – Acre, 17 de fevereiro de 2025.

ERICK SILVA DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.970, de 24 de fevereiro de 2025, página 85.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEFIN

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DA PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Declaro que o Município de Rio Branco - AC instituiu, previu e arrecadou os impostos de competência constitucional, em cumprimento ao exercício da Plena Competência Tributária, conforme disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao exercício de 2024.

Rio Branco – AC, 14 de fevereiro de 2025

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURAL GARIBALDI BRASIL – FGB

Justificativa - Processo Administrativo nº 011/2005

A Prefeitura Municipal de Rio Branco, por meio da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - FGB, tem a incumbência de executar a parceria através de Termo de Colaboração para apoio a realização do "Carnaval da Família 2025".

Trata-se da disponibilidade de recursos financeiros, o qual por se constatar a inviabilidade de competição, seja porque o bem ou serviço são produzidos exclusivamente por um único produtor ou comercializado com exclusividade, não há meio de se estabelecer disputa entre interessados, porquanto apenas um possível conveniente estará disponível e com capacidade técnica adequada para esse fim.

Em que pese não se tratar de procedimento de licitação, tal situação não exclui a necessidade do cumprimento de requisitos legais precedentes para celebração do Termo de Colaboração.

A impossibilidade de competição é manifesta. A experiência e a notória especialização da Organização indicada e os profissionais envolvidos preenchem as necessidades do administrador público, sobretudo, diante das realidades regionais, culturais e econômicas em que o conveniente está incluso, diante da boa e fiel consecução do bem comum, virtude mediata e finalística da administração pública.

"A singularidade do 'objeto' consiste, na verdade, na singularidade (peculiaridade) do 'interesse público a ser satisfeito'. A raiz da inexigibilidade da licitação reside na necessidade a ser atendida e não no objeto do ofertado. Ou seja, não é o objeto que é singular, mas o interesse concreto. A singularidade do objeto contratado é reflexo da especialidade do interesse público".

Ex positis, dessa forma, optou-se pelo disposto pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de junho de 2014, considerando que os objetivos e finalidade institucionais e a capacidade técnica e operacional são plenamente compatíveis com o objeto proposto, cumprindo assim os requisitos legais exigidos, bem como o mérito da proposta estando em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Com isso, verificou-se a possibilidade de dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Colaboração considerando o disposto no inciso VI, do Art. 30 da Lei Federal nº 13.019 e suas alterações, motivo pelo qual opinamos favoravelmente à celebração do Termo de Colaboração pela via da inexigibilidade descrita com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, DE SERVIÇOS E AGRÍCOLA DO ACRE - ACISA, detentora do CNPJ nº 63.599.120/0001-77.

O valor da parceria será de R\$1.153.149,00 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, cento e quarenta e nove reais), cujas despesas correrão com recursos próprios, no Programa de Trabalho 01.013.301.13.392.0505 – 2057.0000, Elemento de Despesa 3.3.50.41.00.00.00, Fonte 1500.

Diante do exposto, solicitamos dessa respeitável Assessoria Jurídica, análise e emissão de parecer, quanto aos aspectos legais da sua viabilidade, para que esta Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil - FGB possa firmar a celebração do Termo de Colaboração destinada ao apoio da "Carnaval da Família 2025".

Desde já, justificamos a escolha da instituição supracitada, em função de sua capacidade técnica e operacional, considerando ainda que no processo de negociação, somente a mesma disponibilizou-se a executar o objeto nas condições exigidas pelo programa e, obedecendo à remuneração dos tetos estimado no projeto básico.

Rio Branco Acre, 20 de fevereiro de 2025.

Klowsbey Viegas Pereira
Diretor-Presidente
Decreto nº 428/2025

PEREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA – SEAGRO

Extrato do Décimo Quarto Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 01130010/2022

Processo Administrativo Nº 148/2021

Tomada de Preço Nº 013/2021 – CPL 01

Fonte de Recurso: 01 (Recurso Próprio) e 06 (Convênio).

Convênio Plataforma Transferegov Nº 822345/2015/FUNASA

Partes: Prefeitura Municipal de Rio Branco, por intermédio da Secretaria Municipal de Agropecuária- SEAGRO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.034.583/0017-90, com sede na Estrada AC 90, Rodovia Transacreana – Floresta Sul, nº 2003, neste município, simplesmente Contratante e a empresa Hypper Incorporação Construções e Comércio LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob o Nº. 15.261.309/0001-02 e Inscrição Estadual Nº. 01.048.080/001-19, com sede na Rua Venezuela, nº 618, Bairro Habitasa, Rio Branco/AC, simplesmente Contratada.

Cláusula Primeira – Do Prazo e Prorrogação

Constitui-se objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 01130010/2022, com vencimento em 07 de fevereiro de 2025, prorrogado para 07 de junho de 2025.

Cláusula Segunda– Do Amparo Legal

Este aditivo reger-se-á em conformidade com art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Sétima – Das demais Cláusulas

As demais cláusulas do Contrato originário ficam inalteradas.

Cláusula Oitava – Da Publicação do Termo Aditivo

A Contratante providenciará a publicação (resumida) do presente Termo Aditivo de Prazo no Diário Oficial do Estado – D.O.E.

Cláusula Nona – Do Foro

O Foro do presente Termo será o da Comarca de Rio Branco, capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro. E, para firmeza e validade do que aqui

ficou estipulado, lavra-se o presente termo com 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes. Data de Assinatura: Rio Branco – AC, 07 de fevereiro de 2025.

Signatários: Eracides Caetano de Souza– Secretária Municipal de Agropecuária -SEAGRO (contratante) e Ana Raquel Furtado Souto – Hypper Incorporação Construções e Comércio LTDA (contratada).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato
Nº do Termo Aditivo: 3º Termo Aditivo.

Nº do Contrato: 01160057/2024

Nº do Processo: Nº. 003/2024 – CPL 01 - PMRB

Partes: O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA E DO OUTRO LADO A EMPRESA EDF CONSTRUTORA – EIRELI.

OBJETO: Construção da Indústria de Produção de Leite de Soja (Vaca Mecânica), Incluindo Material e Mão de Obra, Local: CEASA, no Município de Rio Branco – Acre.

Modalidade: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número da Modalidade: 004

Ano da Modalidade: 2024

Objeto do Aditamento: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução, referente a Construção da Indústria de Produção de Leite de Soja (Vaca Mecânica), Incluindo Material e Mão de Obra, Local: CEASA, no Município de Rio Branco – Acre, parte integrante deste aditivo, onde fica prorrogado o prazo de execução por mais 03 (três) meses, a contar do dia 03/03/2025 ao dia 02/06/2025.

Fundamentação Legal: Este aditivo rege-se-á em conformidade com art. 111, da Lei 14.133/2021.

Programa de Trabalho: 01.017.001.15.451.0301.1413.0000 e - Elemento de despesa: 4.4.90.51.00 - Fonte de Recursos: 1.500 (RNV1).

Signatários - Contratante: Antônio Cid Rodrigues Ferreira - Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEINFRA

Signatários – CONTRATADA - Elias Diógenes Feitosa - EDF CONSTRUTORA – EIRELI.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA

PROTOCOLO Nº 32375/2024

REF.: SAJ-MP Nº 01.2024.00004453-4 – Prédio abandonado entre a Avenida Brasil e Avenida Getúlio Vargas, bairro centro (ao lado da (CEF)

NOTIFICADO: Ministério Público do Estado do Acre

Despacho Decisório nº 008/2025

Diala Maria Ferreira Siqueira, Diretora de Fiscalização Urbanística – Interina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Dec. Nº 320/25

DECIDE:

INFORMAR, GERALDA VIEIRA BOCO FORMIGUEIRA, inscrita no CPF sob nº 181.491.202-97, dando ciência de que o imóvel situado na Av. Getúlio Vargas, nº 531, Bairro Centro está em total estado de abandono, deixando de observar o artigo 17 da Lei Municipal nº 2.273/17 – Código de Posturas do Município de Rio Branco, que determina que os proprietários de edificações desabitadas ou em estado de abandono devem adotar as medidas necessárias no imóvel, com a finalidade de garantir as condições de segurança e incolumidade pública e impedir a sua utilização para fins ilícitos.

NOTIFICAR, para que, imediatamente, promova as ações necessárias para reverter a situação de risco em que o imóvel apresenta, devendo os serviços serem iniciados no prazo máximo de 15 (quinze) dias e concluídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme art. 147, da Lei Municipal nº 2.273/17, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no referido código.

CIENTIFICAR que poderá comparecer a essa diretoria para apresentar requerimentos e defesa, no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da data da ciência da presente Notificação.

Rio Branco, 05 de fevereiro de 2025

Diala Maria Ferreira Siqueira
Diretora de Fiscalização Urbanística
Dec. Nº 320/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: MINERAL NORTE MINERAÇÃO COMÉRCIO E IND. - Processo Administrativo: 367.11.2024 -JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 01397/2024 Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº

026/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciação do no artigo 14, I, da Lei nº 2.422, de 2022, e no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 0418/2024 (fls. 02/10), DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 01397/2024, condenando o infrator ao pagamento de MULTA LEVE NO VALOR DE 12,0 UFMRB, nos termos da alínea a, do inciso I, do artigo 14, da Lei nº 2.422, de 2022. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, notifique-se pessoalmente o infrator para pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator não seja localizado, seja a notificação realizada mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa, conforme §2º, do art. 152, da Lei 1.330, de 1999. Em não havendo pagamento, realize-se a inscrição na dívida ativa do município e encaminhe-se o presente processo, devidamente instruído, à Procuradoria Geral do Município, a fim de ser promovida a competente execução fiscal, em cumprimento ao §3º, do art. 152, Lei 1.330, de 1999. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado do Acre, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização Ambiental.

Rio Branco - Acre, 14 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA VALORIZAÇÃO DA VIDA, EDUCAÇÃO E SAÚDE - Processo Administrativo: 338.11.2024-JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 01596/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 021/2025, e decido pela improcedência da defesa apresentada pelo autuado. DECIDO pela validade e manutenção do Auto de Infração nº 01596/2024 no valor de 25 UFMRB por se tratar de pessoa jurídica em face da legalidade e justeza da autuação da fiscalização ambiental municipal. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para providências de praxe. Notifique-se o autuado para que queira apresentar recurso ao COMDEMA no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da ciência, art. 148 da Lei nº 1.330/99. Transcorrido prazo in albis, notifique-o para realizar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo, remeta-se à Procuradoria Geral do Município – PGM para inscrição em dívida ativa. Rio Branco - Acre, 18 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: R.C.M. BRASIL CMÉRCIO VAREJISTA - Processo Administrativo: 198.07.2024-JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 543/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 34/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 23, IV e V, da Lei municipal nº 2.422, de 2022, DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO TERMO DE ADVERTÊNCIA Nº 543/2024. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, certifique-se o trânsito em julgado administrativo e archive-se.

Rio Branco, Acre, 19 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuada: SARA JÚLIA DE MOURA SOUZA - Processo Administrativo: 337.11.2024-JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 02146/2024. Diante do exposto, Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 031/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 19, IV, da Lei nº 2.422, de 2022, e no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 412/2024 (fls. 02/06), DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE

DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 02146, condenando a infratora ao pagamento de MULTA GRAVE NO VALOR DE 34,0 UFMRB. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, notifique-se pessoalmente o infrator para pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator não seja localizado, seja a notificação realizada mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa, conforme §2º, do art. 152, da Lei 1.330, de 1999. Em não havendo pagamento, realize-se a inscrição na dívida ativa do município e encaminhe-se o presente processo, devidamente instruído, à Procuradoria Geral do Município. a fim de ser promovida a competente execução fiscal, em cumprimento ao §3º, do art. 152, Lei 1.330, de 1999. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado do Acre, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização Ambiental.

Rio Branco - Acre, 17 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: CHRISTIANE SILVA DO NASCIMENTO - Processo Administrativo: 14.02.2025-JUR – Termo de Advertência nº 2006/2025. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 22/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 14, VI, da Lei municipal nº 2.422, de 2022, DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO TERMO DE ADVERTÊNCIA Nº 2006. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, certifique-se o trânsito em julgado administrativo e arquive-se.

Rio Branco, Acre, 14 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: DIAMBRA DE MENDONÇA - Processo Administrativo: 281.08.2024 -JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 01511/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 027/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 17, II, da Lei nº 2.215, de 2016, e no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 302/2024 (fls. 02/10), DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 01511, condenando a infratora ao pagamento de MULTA LEVE NO VALOR DE 2,0 UFMRB, nos termos do anexo II - Taxas, da Lei nº 2.215, de 2016. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, notifique-se pessoalmente o infrator para pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator não seja localizado, seja a notificação realizada mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa, conforme §2º, do art. 152, da Lei 1.330, de 1999. Em não havendo pagamento, realize-se a inscrição na dívida ativa do município e encaminhe-se o presente processo, devidamente instruído, à Procuradoria Geral do Município, a fim de ser promovida a competente execução fiscal, em cumprimento ao §3º, do art. 152, Lei 1.330, de 1999. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado do Acre, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização Ambiental.

Rio Branco - Acre, 14 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: ESTADO DO ACRE - Processo Administrativo: 194.04.2023

-JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 03428/2024. Diante do exposto, observando as ações de fiscalização ocorridas verifica-se que a referida infração é atestada mediante Relatório de Fiscalização Nº 113/2023, e constitui-se em prática lesiva grave ao meio ambiente, tipificada no art. 19, III, da Lei Municipal nº 2422/2022. Assim sendo, em face da legalidade e justeza da atuação da fiscalização ambiental municipal, resta reforçada a legalidade da atuação da SEMEIA no caso em tela, revelando ter sido correta sua atuação no exercício do poder de polícia ambiental que lhe é inerente, DECIDO pela validade e manutenção do Auto de Infração, no valor de 50 UFMRB, descrito no campo 17 da peça fiscal aplicada, em nome de Estado do Acre, CNPJ 65606479/0001-24 correspondente a Multa Média de 25,0 UFMRB para pessoa jurídica - Grau "A"; e em dobro, por se tratar de esgotos sanitários lançados de uso coletivo/condominial. Por fim, insta salientar que, restou amplamente configurado o dano ambiental, razão pela qual deve ser considerado reincidente em caso de constatação de nova infração ambiental, na forma preconizada em lei, art. 2º, inciso X, da Lei nº 1.459/2002. Nesses termos, remeta-se o feito à Assessoria Jurídica da Divisão de Controle Ambiental para providências. Remeta-se cópia do feito ao Ministério Público para abertura do competente inquérito, na forma preconizada no Art. 68 da Lei Nº 1.330/1999. Notifique-se o autuado para que, querendo apresente recurso ao COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da ciência, na forma prelecionada no Art. 148 da Lei nº 1.330/99. Transcorrido prazo in albis, notifique-o para realizar o pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias. No mesmo prazo, deve o autuado demonstrar o reparo ambiental. Não havendo pagamento voluntário no período estipulado, remete-se cópia da decisão à Procuradoria Geral do Município - PGM para inscrição em dívida ativa e providências de praxe. Publique-se, nos termos do Art. 147 da Lei Municipal Nº 1.330/1999.

Rio Branco, 10 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: GLADSON AUGUSTO SILVA DE MENEZES - Processo Administrativo: 308.09.2024 -JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 01638/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 020/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 14, VIII, da Lei municipal nº 2.422, de 2022, e no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 349/2024 (fls. 02/12), DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 01638, condenando o infrator, nos termos da alínea a, do inciso VIII, do artigo 14, da Lei nº 2.422, de 2022, condenando o infrator ao pagamento de MULTA GRAVE NO VALOR DE 306,0 UFMRB. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, notifique-se pessoalmente o infrator para pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator não seja localizado, seja a notificação realizada mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa, conforme §2º, do art. 152, da Lei 1.330, de 1999. Em não havendo pagamento, realize-se a inscrição na dívida ativa do município e encaminhe-se o presente processo, devidamente instruído, à Procuradoria Geral do Município, a fim de ser promovida a competente execução fiscal, em cumprimento ao §3º, do art. 152, Lei 1.330, de 1999. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado do Acre, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização Ambiental.

Rio Branco - Acre, 12 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº21, de 02.01.25 DOE nº13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: INDEPENDÊNCIA FUTEBOL CLUBE - Processo Administrativo: 120.04.2024-JUR – Termo de Advertência nº 342/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 29/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 23, I e II, da Lei municipal nº 2.273, de 2017, DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO TERMO DE ADVERTÊNCIA Nº 342. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, certifique-se o trânsito em

julgado administrativo e archive-se.
Rio Branco, Acre, 17 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 21, de 02.01.25 DOE nº 13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: JOÃO PAULO LOBO DE OLIVEIRA - Processo Administrativo: 15.02.2025-JUR – Termo de Advertência nº 2012/2025 Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 23/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 14, I, da Lei municipal nº 2.422, de 2022, DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO TERMO DE ADVERTÊNCIA Nº 2012. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, certifique-se o trânsito em julgado administrativo e archive-se.
Rio Branco, Acre, 14 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 21, de 02.01.25 DOE nº 13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuado: LANDER LUCAS BARBOSA - Processo Administrativo: 282.09.2024 -JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 01620/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 024/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 14, VI, da Lei nº 2.422, de 2022, e no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 0317/2024 (fls. 02/09), DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 01620, condenando o infrator ao pagamento de MULTA MEDIA NO VALOR DE 13,0 UFMRB, nos termos da alínea a, do inciso VI, do artigo 14, da Lei nº 2.422, de 2022. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, notifique-se pessoalmente o infrator para pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator não seja localizado, seja a notificação realizada mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa, conforme §2º, do art. 152, da Lei 1.330, de 1999. Em não havendo pagamento, realize-se a inscrição na dívida ativa do município e encaminhe-se o presente processo, devidamente instruído, à Procuradoria Geral do Município, a fim de ser promovida a competente execução fiscal, em cumprimento ao §3º, do art. 152, Lei 1.330, de 1999. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado do Acre, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização Ambiental.
Rio Branco - Acre, 13 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 21, de 02.01.25 DOE nº 13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMEIA

DECISÃO

Nome do autuada: MARIA IVANILDE NASCIMENTO BRAGA - Processo Administrativo: 382.11.2024 -JUR – AUTO DE INFRAÇÃO nº 01598/2024. Diante do exposto, ACATO O PARECER JURÍDICO/SEMEIA Nº 030/2025, o qual é parte integrante da presente decisão, e consubstanciado no artigo 19, III, da Lei nº 2.422, de 2022, e no Relatório de Fiscalização Ambiental nº 421/2024 (fls. 02/06), DECIDO PELA MANUTENÇÃO E VALIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 01598, condenando a infratora ao pagamento de MULTA MEDIA NO VALOR DE 13,0 UFMRB. Nesses termos, remeta-se o feito à Divisão de Fiscalização Ambiental para publicação, nos termos do artigo 147, da Lei nº 1.330, de 1999. Após o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, em não havendo apresentação de recurso, notifique-se pessoalmente o infrator para pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente. Caso o infrator não seja localizado, seja a notificação realizada mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa, conforme §2º, do art. 152, da Lei 1.330, de 1999. Em

não havendo pagamento, realize-se a inscrição na dívida ativa do município e encaminhe-se o presente processo, devidamente instruído, à Procuradoria Geral do Município, a fim de ser promovida a competente execução fiscal, em cumprimento ao §3º, do art. 152, Lei 1.330, de 1999. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado do Acre, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização Ambiental.
Rio Branco - Acre, 17 de fevereiro de 2025.

Flaviane Agustini Stedille
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 21, de 02.01.25 DOE nº 13.936

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – RBTRANS

Contrato RBTRANS nº 0141/2025
Processo de Licitação nº 107/2024 CPL/PMRB
Pregão Eletrônico SRP Nº 085/2024

Ata de Registro de Preços Nº 001/2025

Das Partes: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – RBTRANS e a empresa CIPRIANI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Do objeto do Contrato Aquisição de materiais e serviços gráficos, incluindo a impressão de diversos itens, (como panfletos, folhetos, cartazes e outdoors, confecção de carimbos, cópias de chave, fitas ribbon) para atender às necessidades da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Rio Branco – RBTRANS, conforme Edital do Pregão Eletrônico nº 085/2024.
Fundamento legal: Termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/21.
Da vigência: Do dia 24/02/2025 a 24/02/2026.

Do valor: Fica registrado o valor de R\$ 66.129,45 (sessenta e seis mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro De Preços nº 085/2024

Dotação orçamentária: 01.017.202.26.453.0601.2264.0000 - Manutenção da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – RBTRANS;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 (Material de Consumo);

Fonte de Recurso: 1500 (Recursos Não vinculados de Imposto), 1752 (Recursos Vinculados ao Trânsito);

Data de Assinatura: 24 de fevereiro de 2025.

Assinam: Clendes Vilas Boas – Contratante
Dirceu Cipriani- Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – RBTRANS

Contrato RBTRANS nº 0142/2025
Processo de Licitação nº 107/2024 CPL/PMRB
Pregão Eletrônico SRP Nº 085/2024

Ata de Registro de Preços Nº 001/2025

Das Partes: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – RBTRANS e a empresa CIPRIANI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Do objeto do Contrato Aquisição de materiais e serviços gráficos, incluindo a impressão de diversos itens, (como panfletos, folhetos, cartazes e outdoors, confecção de carimbos, cópias de chave, fitas ribbon) para atender às necessidades da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Rio Branco – RBTRANS, conforme Edital do Pregão Eletrônico nº 085/2024.
Fundamento legal: Termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/21.
Da vigência: Do dia 24/02/2025 a 24/02/2026.

Do valor: Fica registrado o valor de R\$ 13.168,85 (treze mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Modalidade: Pregão Eletrônico Para Registro De Preços nº 085/2024

Dotação orçamentária: 01.017.202.26.453.0601.2264.0000 - Manutenção da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – RBTRANS;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outros serviços de terceiros - PJ);

Fonte de Recurso: 1500 (Recursos Não vinculados de Imposto), 1752 (Recursos Vinculados ao Trânsito);

Data de Assinatura: 24 de fevereiro de 2025.

Assinam: Clendes Vilas Boas – Contratante
Dirceu Cipriani- Contratada

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO – EMURB

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01250022/2025 EMURB
PARTES: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO/ D.

L OLIVEIRA.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de MADEIRA (LENHAS E TÁBUAS).
MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP Nº. 256/2023 e Ata de Registro de Preços Nº. 015/2024
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 917.198,20 (novecentos e dezessete mil, cento e noventa e oito reais e vinte centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos consignados no Programa de Trabalho: 01.017.501.15.451.0404.2491.0000; 01.017.501.15.451.0404.1346.0000; 01.017.501.15.451.0404.2045.0000; 01.017.501.15.451.0404.2048.0000; 01.017.501.17.512.0404.1387.0000; 01.017.501.20.605.0404.1345.0000; 01.017.501.26.782.0404.2346.0000.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00 (Material de consumo).
Fonte de Recursos: 1899 (Outros Recursos Vinculados).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 19/02/2025 a 31/12/2025
LOCAL E DATA: Rio Branco/AC, 19 de fevereiro de 2025.

ASSINAM: Abdel Barbosa Derze, como contratante, e a Sra. DIANA LOBO DE OLIVEIRA, como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO – EMURB

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01250026/2025 EMURB
PARTES: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO/ HILDO REGO RODRIGUES LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente contrato para o fornecimento de tijolo maciço, para atender as necessidades da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco – EMURB.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP Nº. 250/2023 e Ata de Registro de Preços Nº. 017/2024.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 471.750,00 (quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos consignados no Programa de Trabalho: 01.017.501.15.451.0404.2491.0000; 01.017.501.15.451.0404.1346.0000; 01.017.501.15.451.0404.2045.0000; 01.017.501.15.451.0404.2048.0000; 01.017.501.17.512.0404.1387.0000; 01.017.501.20.605.0404.1345.0000; 01.017.501.26.782.0404.2346.0000.
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00 (Material de Consumo).
Fonte de Recursos: 1899 (Outros Recursos Vinculados).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24/02/2025 a 31/12/2025
LOCAL E DATA: Rio Branco/AC, 24 de fevereiro de 2025.

ASSINAM: Abdel Barbosa Derze, como contratante, e a Sr. (a). HILDO REGO RODRIGUES, como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE RIO BRANCO – EMURB

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2025
O Presidente-Interino da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco - EMURB vem, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 29, inciso II da Lei Federal Nº 13.303/2016, e considerando tudo o que consta no presente Processo Administrativo Nº 147/2025, vem RATIFICAR e AUTORIZAR a contratação do objeto pretendido, por Dispensa de Licitação.
OBJETO: Aquisição e instalação de câmeras e equipamento para monitoramento de segurança na Unidade de Produção da Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco – EMURB.
EMPRESA VENCEDORA: MAIS SEGURANÇA ELETRONICA ACRE LTDA – Rua Iguazu da Gloria, nº 11, sala 01, Rio Branco/AC. Contato: (68)98103-6835/ (68)99940-0168
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 40.315,59 (quarenta mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos) a serem pagos pela prestação do serviço.
VIGÊNCIA:31/12/2025.
Local e data: Rio Branco/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Assina: Abdel Barbosa Derze, Diretor Presidente, Decreto nº 025/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL – FGB

EXTRATO DO CONTRATO/FGB/ Nº 08/2024
PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL E MARIA AUXILIADORA ARAUJO DE SOUZA
PROCEDIMENTO: O presente contrato será regido pelo disposto no Edital nº. 03/2024 – Credenciamento de Serviços Artísticos. Publicado no Diário Oficial do Estado nº13.751, de 2024, e pelo disposto na Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis
OBJETO Constitui objeto do presente contrato, prestação de serviço artístico, seguimento Cultura Populares e Tradicionais, categoria Bloco Carnavalesco, para atender o evento 1º Edição Tardezinha do Fuxico, que acontecerá no Calçadão da Gameleira, no dia 16 de fevereiro de 2025, das 22:00h às 00:00h.

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant	Horários	Data do Evento	Valor Unit
01	Constitui objeto do presente contrato, prestação de serviço artístico, seguimento Cultura Populares e Tradicionais, categoria Bloco Carnavalesco, para atender o evento 1º Edição Tardezinha do Fuxico, que acontecerá no Calçadão da Gameleira.	01	22:00h às 00:00h	16/02/2025	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL: R\$ 9.950,00 (nove mil e quinhentos reais)					

VALOR: O valor da prestação de serviço objeto deste contrato é de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), que respeita a tabela de valores máximos definidos no Edital nº 03/2024 – Credenciamento de Serviços Artísticos, RECURSO
ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário para atender à despesa será assegurado através de:
Programa de Trabalho:
01.013.301.13.392.0505.1032.0000
01.013.301.13.392.0505.2052.0000
01.013.301.13.392.0505.2057.0000
01.013.301.13.392.0505.2418.0000
Elemento de Despesas:
3.3.90.36.00.00.00
3.3.90.39.00.00.00
Fonte do Recurso:
1500 (RP)

1501 (RP)
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 45 dias.
Rio Branco/AC 12/02/2025

ASSINAM: Klowsbey Viegas Pereira, Diretor Presidente, como contratante e Maria Auxiliadora Araujo de Souza como contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL – FGB

EXTRATO DO CONTRATO/FGB/ Nº 014/2024					
PARTES: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA GARIBALDI BRASIL/ DEUSIMAR CANDIDO RAMALHO JUNIOR.					
PROCEDIMENTO: O presente contrato será regido pelo disposto no Edital nº. 03/2024 – Credenciamento de Serviços Artísticos. Publicado no Diário Oficial do Estado nº13.751, de 2024, e pelo disposto na Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis					
OBJETO Constitui objeto do presente contrato, prestação de serviço artístico, seguimento Cultura Populares e Tradicionais, categoria Bloco Carnavalesco, para atender o evento 1º Edição Tardezinha do Fuxico, que acontecerá no Bairro quinze, no dia 22 de fevereiro de 2025, das 19:00h às 21:00h.					
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant	Horários	Data do Evento	Valor Unit
01	Constitui objeto do presente contrato, prestação de serviço artístico, seguimento Cultura Populares e Tradicionais, categoria Bloco Carnavalesco, para atender o evento 1º Edição Tardezinha do Fuxico	01	19:00h às 21:00h	22/02/2025	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL: R\$ 9.950,00 (nove mil e quinhentos reais)					

VALOR: O valor da prestação de serviço objeto deste contrato é de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), que respeita a tabela de valores máximos definidos no Edital nº 03/2024 – Credenciamento de Serviços Artísticos, RECURSO

ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário para atender à despesa será assegurado através de:

Programa de Trabalho:

01.013.301.13.392.0505.1032.0000

01.013.301.13.392.0505.2052.0000

01.013.301.13.392.0505.2057.0000

01.013.301.13.392.0505.2418.0000

Elemento de Despesas:

3.3.90.36.00.00.00

3.3.90.39.00.00.00

Fonte do Recurso:

1500 (RP)

1501 (RP)

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 45 dias.

Rio Branco/AC 20/02/2025

ASSINAM: Klowsbey Viegas Pereira, Diretor Presidente, como contratante e Deusimar Candido Ramalho Junior como contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 01100013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023

PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023

PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL (RS)
18	Albendazol 400mg (Blister fracionável com lote e validade em cada comprimido)	Comprimido	PRATI DONADUZZI	50.000	R\$ 0,38	R\$ 19.000,00
31	Atenolol 25mg	Comprimido	PRATI DONADUZZI	250.000	R\$ 0,04	R\$ 10.000,00
32	Atenolol 50mg	Comprimido	PRATI DONADUZZI	150.000	R\$ 0,05	R\$ 7.500,00
33	Azitromicina 40mg/ml. Suspensão Oral 15ml (600 mg)	Frasco	PHARLAB	5.000,00	R\$ 6,09	R\$ 30.450,00
41	Captopril 25mg	Comprimido	GEOLAB	100.000	R\$ 0,03	R\$ 3.000,00
46	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido	FITOWAY	100.000	R\$ 0,18	R\$ 18.000,00
48	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	BIOLAB SANUS	200.000	R\$ 0,08	R\$ 16.000,00
52	Cetoconazol 200mg	Comprimido	GLOBO	45.000	R\$ 0,26	R\$ 46.800,00
53	Cetoconazol 20mg/g, creme dermatológico 30g	Bisnaga	Hipolabor	8.000	R\$ 3,00	R\$ 24.000,00
54	Ciclobenzaprina 5mg	Comprimido	Globo	100.000	R\$ 0,08	R\$ 8.000,00
73	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml solução oral fr com no mínimo 100ml	Frasco	HIPOLABOR	10.000	R\$ 1,84	R\$ 18.400,00
75	Diazepam 10mg	Comprimido	SANTISA	100.000	R\$ 0,05	R\$ 5.000,00
76	Diazepam 5 mg	Comprimido	SANTISA	70.000	R\$ 0,05	R\$ 3.500,00
79	Digoxina 0,25mg	Comprimido	PHARLAB	20.000	R\$ 0,20	R\$ 4.000,00
80	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina 10mg	Comprimido	COSMED	150.000	R\$ 0,59	R\$ 88.500,00
85	Doxiciclina 100 mg	Drágea	PHARLAB	120.000	R\$ 0,46	R\$ 55.200,00
94	Fenitoína sódica 100 mg	Comprimido	Teuto	100.000	R\$ 0,24	R\$ 24.000,00
95	Fenobarbital 100mg	Comprimido	CRISTALIA	90.000	R\$ 0,17	R\$ 15.300,00
106	Guaco (Mikania glomerata S.) 117,6mg/ml xarope	Frasco	NATULAB	10.000	R\$ 2,68	R\$ 26.800,00
119	Isossorbida, mononitrato 20 mg	Comprimido	BIOLAB	15.000	R\$ 0,17	R\$ 2.550,00
124	Levodopa + carbidopa 250mg+25mg	Comprimido	TEUTO	1.000	R\$ 0,68	R\$ 680,00
126	Levomepromazina 25 mg	Comprimido	CRISTALIA	10.000	R\$ 0,49	R\$ 4.900,00
144	Metoclopramida, cloridrato 4mg/ml sol. Oral gts 10ml	Frasco	BELFAR	2.000	R\$ 1,60	R\$ 3.200,00

154	Nistatina 25.000 UI/g creme vaginal, 60g com sete aplicadores vaginais	Bisnaga	GREEN PHARMA	5.000	R\$ 5,71	R\$ 28.550,00
157	Omeprazol 20mg (blister com no máximo 30 cápsulas)	Cápsula	BELFAR	750.000	R\$ 0,04	R\$ 30.000,00
163	Paroxetina 20 mg	Comprimido	AUROBINDO	40.000	R\$ 0,20	R\$ 8.000,00
166	Polivitamínico (Vitamina B1+B2+B6+Nicotinamida+ pantotenoato de cálcio), (0,9mg+1,3mg+1,3mg+13mcg+5,0mg) Xarope 100ml	Frasco	NATUBRÁS	5.000	R\$ 2,48	R\$ 12.400,00
178	Secnidazol 1000mg	Comprimido	GLOBO	15.000	R\$ 1,03	R\$ 15.450,00
Valor Total:						R\$ 494.080,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 494.080,00 (Quatrocentos e noventa e quatro mil e oitenta reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Bitths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Edivar Szymanski pela Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - CNPJ nº 03.652.030/0003-32 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 01100015/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023

PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023

PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
19	Albendazol 40mg/ml susp. Oral, 10ml	Frasco	Prati Dona-duzzi	6.000	R\$ 1,16	R\$ 6.900,00
22	Amiodarona, cloridrato de 200 mg	Comprimido	Ranbaxy	14.000	R\$ 0,36	R\$ 5.040,00
26	Amoxicilina + clavulanato pot 500/125mg cpr	Cápsula/comprimido	Ranbaxy	40.000	R\$ 2,26	R\$ 90.400,00
42	Carbamazepina 200mg	Comprimido	Teuto Brasileiro	150.000	R\$ 0,18	R\$ 27.000,00
50	Cefalexina 500mg	Cápsula/comprimido	ABL	180.000	R\$ 0,79	R\$ 142.200,00
62	Clonazepam 2mg	Comprimido	GEOLAB	300.000	R\$ 0,05	R\$ 15.000,00
71	Dexametasona 0,1% creme, 10g	Bisnaga	Prati	14.000	R\$ 1,60	R\$ 22.400,00
89	Escopolamina, N-Butilbrometo 10mg	Comprimido	Green	50.000	R\$ 0,54	R\$ 27.000,00
101	Furosemida 40 mg	Comprimido	Pratti	150.000	R\$ 0,05	R\$ 7.500,00
110	Hidroclorotiazida 25mg, sulcado	Comprimido	CIMED	1.300.000	R\$ 0,02	R\$ 26.000,00
115	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/mL Gotas 30ml	Frasco	NATULAB	10.000	R\$ 2,35	R\$ 23.500,00
137	Mebendazol 20mg/ml susp. Oral, 30ml	Frasco	NATULAB	1.500	R\$ 2,00	R\$ 3.000,00
147	Metronidazol 500mg/5g geléia vaginal 50g com dez aplicadores	Tubo	Teuto Brasileiro	4.000	R\$ 5,59	R\$ 22.360,00
159	Oxcarbazepina 600mg	Comprimido	Ranbaxy	40.000	R\$ 1,33	R\$ 53.200,00
165	Permetrina 5% (50mg/ml) loção cremosa 60ml	Frasco	Nativita	3.000	R\$ 3,10	R\$ 9.300,00
172	Propranolol, cloridrato 40mg	Comprimido	Osorio de Moraes	120.000	R\$ 0,03	R\$ 3.600,00
175	Sais p/ Reidratação Oral (Composição por litro após preparo: NaCl...2,6g, KCl...1,5g, Glicose Anidra...13,5g, Citrato de Sódio diidratado...2,9g) Pó p/ 1 litro de solução	Envelope	Natulab	60.000	R\$ 0,96	R\$ 57.600,00
179	Sertralina 50mg	Comprimido	Ranbaxy	300.000	R\$ 0,10	R\$ 30.000,00
182	Sinvastatina 40mg	Comprimido	CIMED	200.000	R\$ 0,15	R\$ 30.000,00
Valor Total:						R\$ 602.060,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 602.060,00 (Seiscentos e dois mil e sessenta centavos). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Bitths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Suema Tussi Brunelo pela Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - CNPJ nº 02.520.829/0001-40 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 01100016/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023

PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023

PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
5	Ácido Acetil Salicílico 100mg	Comprimido	BRASTERAPICA	200.000	R\$ 0,04	R\$ 8.000,00
199	Vitamina do complexo B sol. Injetável 2 ml.	Ampola	HYPOFARMA	2.000	R\$ 1,00	R\$ 2.000,00
Valor Total:						R\$ 10.000,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Jacilde Tonin pela Nova Sul Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - CNPJ nº 14.595.725/0001-84 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato
Nº do Contrato: 01100017/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023
PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023
PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
17	Água para injeção, 10ml	Ampola	FARMACE	12.000	R\$ 0,25	R\$ 3.000,00
40	Budesonida aerosol nasal 50 mcg com, no mínimo, 120 doses (similar ou compatível ao Busonid)	Frasco	ACHE	1.500	R\$ 24,53	R\$ 36.795,00
61	Clonazepam 2,5mg/ml sol. Oral 20 ml	Frasco	HIPOLABOR	2.000	R\$ 2,40	R\$ 4.800,00
68	Clorpromazina, Cloridrato 100mg	Comprimido	CRISTALIA	15.000	R\$ 0,46	R\$ 6.900,00
69	Longatil 25mg	Comprimido	CRISTALIA	18.000	R\$ 0,28	R\$ 5.040,00
93	Estriol creme vaginal 1mg/g 50g com cinco aplicadores	Bisnaga	HIPOLABOR COM 05 APLICADORES	500	R\$ 11,25	R\$ 5.625,00
108	Haloperidol 5mg	Comprimido	CRISTALIA	30.000	R\$ 0,18	R\$ 5.400,00
116	Imipramina, Cloridrato 25mg	Comprimido	CRISTALIA	24.000	R\$ 0,44	R\$ 10.560,00
168	Prednisona 20mg	Comprimido	HIPOLABOR	120.000	R\$ 0,15	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL:						R\$ 96.120,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 96.120,00 (Noventa e seis mil, cento e vinte reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Rafael Olimpio Castanheira pela Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda - CNPJ nº 67.729.178/0004-91 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato
Nº do Contrato: 01100019/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023
PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023
PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
57	Clindamicina, cloridrato 300mg	Cápsula	TEUTO	19.000	R\$ 1,66	R\$ 31.540,00
Valor Total:						R\$ 31.540,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 31.540,00 (Trinta e um mil, quinhentos e quarenta reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Iuri Renan Bergamim pela 3 Med Distribuidora de Medicamentos Ltda - CNPJ nº 29.043.834/0001-66 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato
Nº do Contrato: 01100020/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023

PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023
PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
20	Alendronato de sódio 70 mg	Comprimido	Cellera	18.000	R\$ 0,23	R\$ 4.140,00
24	Amitriptilina, Cloridrato 75mg	Comprimido	E.MS	48.000	R\$ 0,37	R\$ 17.760,00
25	Amoxicilina + clavulanato de potássio Suspensão oral 50 mg + 12,50 mg/ ml, frasco com no mínimo 75 ml	Frasco	Sandoz	4.500	R\$ 23,62	R\$ 106.290,00
56	Claritromicina 500mg	Comprimido	Pharlab	38.000	R\$ 1,89	R\$ 71.820,00
84	Doxazosina 2mg	Comprimido	Sandoz	20.000	R\$ 0,09	R\$ 1.800,00
103	Gliclazida 30 mg	Comprimido	Pharlab	50.000	R\$ 0,12	R\$ 6.000,00
161	Paracetamol 200mg/ml sol. Oral 15ml	Frasco	Airela	2.000	R\$ 1,29	R\$ 2.580,00
181	Sinvastatina 20mg	Comprimido	Sandoz	300.000	R\$ 0,06	R\$ 18.000,00
Valor Total:						R\$ 228.390,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 228.390,00 (Duzentos e vinte e oito mil, trezentos e noventa reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Bitths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Anderson Filgueira de Oliveira pela Armazém dos Medicamentos - CNPJ nº 27.718.661/0001-03 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 01100021/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023

PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023

PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
3	Aciclovir 200mg	Comprimido	CIMED	100.000	R\$ 0,17	R\$ 17.000,00
86	Enalapril 20mg	Comprimido	CIMED	600.000	R\$ 0,04	R\$ 30.000,00
134	Loratadina 1mg/ml xarope 100ml	Frasco	CIMED	10.000	R\$ 3,03	R\$ 30.300,00
Valor Total:						R\$ 71.300,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 71.300,00 (Setenta e um mil e trezentos reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS), 1621 (Estadual) e 2600 (SUS SUPERAVIT).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Bitths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37, Phelipe Marcos e Natalia Rocha da Silva pela Cimed Indústria S.A - CNPJ nº 02.814.497/0007-00 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato

Nº do Contrato: 01100022/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023

PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023

PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
98	Fluconazol 150mg	Cápsula	Vitamedic Industria Farmacêutica Ltda	30.000	R\$ 0,47	R\$ 14.100,00
99	Fluoxetina 20mg	Cápsula	Vitamedic Industria Farmacêutica Ltda	200.000	R\$ 0,08	R\$ 16.000,00
114	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	Vitamedic	750.000	R\$ 0,16	R\$ 120.000,00
167	Prednisolona, Fosfato Sódico 3mg/ml Sol. Oral 100ml	Frasco	Hipolabor Farmaceutica Ltda País De Origem Brasil	10.000	R\$ 5,51	R\$ 55.100,00
180	Simeticona 75mg/ml, sol. Oral 15ml gotas	Frasco	Airela	10.000	R\$ 1,99	R\$ 19.900,00
185	Sulfametoxazol+Trimetoprima 400mg/80mg	Comprimido	Vitamedic	100.000	R\$ 0,18	R\$ 18.000,00

186	Sulfametoxazol + Trimetropim (200mg + 40mg) /5ml susp. Oral, 100ml	Frasco	Vitamedic Industria Farmacêutica Ltda	3.000	R\$ 4,29	R\$ 12.870,00
Valor Total:						R\$ 255.970,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 255.970,00 (Duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Adriano Rodrigues da Silva pela Conquista Distribuidora Medicamentos Ltda - CNPJ nº 12.418.191/0001-95 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato
Nº do Contrato: 01100027/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023
PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023
PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
170	Prometazina, Cloridrato 25mg	Comprimido	TEUTO	60.000	R\$ 0,16	R\$ 9.600,00
Valor Total:						R\$ 9.600,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Ivan Gonçalves Pereira Júnior pela Medplus Comércio e Representação Ltda - CNPJ nº 10.193.608/0001-33 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

Extrato de Contrato
Nº do Contrato: 01100028/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023
PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023
PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes do processo.

Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (RS)
15	Ácido Valpróico 500mg	Comprimido	BIOLAB	50.000	R\$ 0,53	R\$ 26.500,00
104	Gliclazida 60 mg liberação controlada	Comprimido	LES LABORATOIRES	30.000	R\$ 0,35	R\$ 10.500,00
121	Levodopa + benzerazida 100mg+25mg	Comprimido Birranhurado	PRODUTOS ROCHE	15.000	R\$ 1,21	R\$ 18.150,00
123	Levodopa + benzerazida 200mg+50mg	Comprimido Birranhurado	PRODUTOS ROCHE	90.000	R\$ 2,42	R\$ 217.800,00
VALOR TOTAL:						R\$ 272.950,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 272.950 (Duzentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).

Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Jeferson Campos Mastaler pela Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda - CNPJ nº 81.706.251/0001-98 como contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - PMRB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

Extrato de Contrato
Nº do Contrato: 01100029/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 237/2023
PROCESSO CEL/PMRB Nº 314/2023
PROCESSO Nº 22285/2023

Do objeto: Aquisição de Medicamentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rio Branco - AC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência em Anexo I do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 237/2023, proposta da CONTRATADA e demais documentos inte-

grantes do processo.
Da descrição e detalhamento dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
8	Ácido Ascórbico 500mg	Comprimido	ORANGE	400.000	R\$ 0,09	R\$ 36.000,00
30	Anlodipino, besilato 5mg	Comprimido	GEOLAB	200.000	R\$ 0,03	R\$ 6.000,00
45	Carbonato de cálcio + colecalciferol 600mg + 400UI	Comprimido	ORAGE	300.000	R\$ 0,06	R\$ 18.000,00
66	Cloreto de Sódio Solução Fisiológica Nasal 0,9%,30ml	Frasco	NATULAB	2.000	R\$ 0,99	R\$ 1.980,00
87	Enalapril 5 mg	Comprimido	BELFAR	100.000	R\$ 0,05	R\$ 5.000,00
102	Glibenclamida 5mg	Comprimido	MEDQUIMICA	250.000	R\$ 0,03	R\$ 7.500,00
135	Losartana Potassica 50 mg	Comprimido	GEOLAB	1.500.000	R\$ 0,04	R\$ 60.000,00
146	Metronidazol 40mg/ml susp. Oral com no mínimo 80ml	Frasco	BELFAR	2.000	R\$ 6,00	R\$ 12.000,00
151	Neomicina, sulfato 5mg/g + bacitracina 250 UI/g pomada der- matológica 15 g	Tubo	BELFAR	10.000	R\$ 2,23	R\$ 22.300,00
156	Óleo mineral 100% puro 100ml	Frasco	MEDINFAR	3.000	R\$ 2,91	R\$ 8.730,00
187	Sulfato ferroso 25mg/ml gotas 30 ml	Frasco	NATUBRAS	6.000	R\$ 0,98	R\$ 5.880,00
188	Sulfato Ferroso 40mg Fe++	Comprimido	FONTIVITA	300.000	R\$ 0,03	R\$ 9.000,00
189	Sulfato de zinco 4mg/ml solução oral 100ml	Frasco	NATUBRAS	1.500	R\$ 7,50	R\$ 11.250,00
198	Vitamina do Complexo B contendo no mínimo as seguintescon- centrações: B1 1,2mg, B2 1,3mg, B3 16mg, B5 5mg, B6 1,3mg, B12 2,4mcg	Comprimido	FONTIVITA	500.000	R\$ 0,03	R\$ 15.000,00
Valor Total:						R\$ 218.640,00

Do valor e dotação orçamentária: O Valor Global do presente contrato é de R\$ 218.640,00 (Duzentos e dezoito mil, seicentos e quarenta reais). As Despesas decorrentes da referida contratação estão previstas no Programa de Trabalho: 2122.000 (Assistência Farmacêutica) - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviços para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1500 (Recursos Próprios); 1600 (SUS).
Da vigência: A vigência do Contrato, contar-se-á a partir de sua assinatura, e ficará adstrita aos respectivos créditos orçamentários, a saber, de 18 de fevereiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, com fulcro no Art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinam: Rennan Biths de Lima Lima pela Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ nº 04.034.583/0006-37 e Acácio Everton Lisoski pela Top Norte Com. de Mat. Med. Hospitalar Ltda - CNPJ nº 22.862.531/0001-26 como contratada.

SANTA ROSA DO PURUS

PORTARIA Nº 0240, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Prefeito de Santa Rosa do Purus/Acre, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o servidor GILSON RABELO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Finanças, pela Secretaria Municipal de Finanças, desta municipalidade.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Registre-se, publique-se, certifique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Santa Rosa do Purus/Acre, em 25 de Fevereiro de 2025.

JOSÉ ALTAMIR TAUMATURGO SÁ
Prefeito de Santa Rosa do Purus

PORTARIA Nº 0241, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2025.
O Prefeito de Santa Rosa do Purus/Acre, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear VANGLEISA TAUMATURGO DE AGUIAR, para exercer a função Gratificada FG 4, pela Secretaria Municipal de Finanças, desta municipalidade.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Registre-se, publique-se, certifique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Santa Rosa do Purus/Acre, em 25 de Fevereiro de 2025.
JOSÉ ALTAMIR TAUMATURGO SÁ
Prefeito de Santa Rosa do Purus

SENADOR GUIOMARD

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GUIOMARD

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025
Objeto: Será objeto da presente licitação, a contratação de empresa para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de construção (tabela de insumos SI- NAPI vigente), afim de atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias da Prefeitura Municipal de Senador Guiomard/AC. Local de Retirada: Secretaria Municipal de Licitação e Contratos, sito Avenida Castelo Branco, nº 1900, Bairro: Centro, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, ou através do e-mail:cplsenedorguiomard2019@gmail.com; https://www.senedorguiomard.ac.gov.br/licitacoes e www.licitanet.com.br
Propostas: Serão recebidas até às 12:00hs (horário de Brasília) do dia 11/03/2025, quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.licitanet.com.br.
Senador Guiomard/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Luciano Gonçalves Brandão
Agente de Contratação
Decreto nº. 063/2025

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GUIOMARD

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

Objeto: Será objeto da presente licitação, a contratação de empresa para aquisição de de ônibus rodoviário para no mínimo 30 passageiros, para atender as demandas da Prefeitura de Senador Guimard/AC e ao Convênio firmado junto ao Ministério da Defesa – Programa Calha Norte convênio de nº 966077. Local de Retirada Secretaria Municipal de Licitação e Contratos, sito Avenida Castelo Branco, nº 1900, Bairro: Centro, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, ou através do e-mail: cplsenadorguimard2019@gmail.com; <https://www.senadorguimard.ac.gov.br/licitacoes> e www.licitanet.com.br. Propostas: Serão recebidas até às 11:00hs (horário de Brasília) do dia 11/03/2025, quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.licitanet.com.br. Senador Guimard/AC, 25 de fevereiro de 2025.

Luciano Gonçalves Brandão
Agente de Contratação

TARAUACÁ

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 216, DE 31 DE JANEIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, FRANCISCO FIRMINO DA SILVA FILHO, para o Cargo em de Diretor de Relações Institucionais do Escritório de Representação Política em Rio Branco-Acre, Referência – CEC 04, do quadro de pessoa da Casa Civil do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 300, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, ALBERTO MEDEIROS PEREIRA JUNIOR, para o Cargo em Comissão de Diretor de Relações Institucionais do Escritório de Representação Política em Rio Branco-Acre, Referência – CEC 04, do quadro de pessoa da Casa Civil do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 301, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.
R E S O L V E:
Art. 1º TORNAR SEM EFEITO, a portaria nº 152, de 31 de janeiro de 2025 de nomeação da senhora GIRLEIDE RODRIGUES DA COSTA, para o Cargo em Comissão de Coordenadora de Contratos, Referência- CEC 02, do Quadro Pessoal da Secretaria Municipal de Promoção Social, conforme publicado no D.O nº 13.962 de 12 de fevereiro de 2025, pg.276.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 302, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ FRANCISCO BENIGNO GOMES, para o Cargo em Comissão de Diretor de Cultura, Referência CEC 04, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 303, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, RAIMUNDA JULIANA MACHADO OLIVEIRA, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Eventos e Festividades, Referência CEC 02, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 233, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, ANTÔNIO PERES DE OLIVEIRA FILHO, para o Cargo em Comissão de Coordenador da Unidade de Cadastro junto ao INCRA, Referência- CEC 02, da Secretaria Municipal de Agricultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 234, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, MARIA JÉSSICA DA SILVA FURTADO, para o Cargo em Comissão de Coordenadora de Patrimônio, Referência CEC-02, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, do quadro pessoal da Prefeitura de Tarauacá-AC.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
Prefeitura Municipal de Tarauacá
Gabinete da Casa Civil

PORTARIA Nº 235, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de

suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SOUZA, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial III, referência CEC-08, do quadro de pessoal do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 236, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, ANTONIO JUCIEL LIMA CHAVES, para o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Transporte Terrestre, Referência- CEC 01, da Secretaria Municipal de Agricultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 237, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA, para o Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Esportes, referência CEC-01, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 238, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, JHONAS LIMA DE AGUIAR, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Assessor Especial III, Referência CEC- 08, da Secretaria Municipal de Promoção Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

MUNICÍPIO DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 239, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a pedido do mesmo, a Portaria nº 154, de 31 de janeiro

de 2025 de nomeação do servidor JOSUÉ MARTINS MAIA, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Apoio e Assistência em Assuntos da Receita Federal, Referência CEC- 02, da Secretaria Municipal de Promoção Social, conforme publicado no D.O nº 13.964 de 14 de fevereiro de 2025, pg.327.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 240, DE 31 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ RODINEI DE LIMA SOMBRA, para o Cargo em Comissão de Assessor Técnico em Execução Orçamentária, da Secretaria Municipal de Finanças, Referência CEC-07, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 241, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, CARLOS ALBERTO REIS DE SOUZA, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Logística, Referência CEC-02, da Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 242, DE 31 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ RANAI DA SILVA VIANA, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial II, Referência CEC 05 – do Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 244, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA FONTENELE, para o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Acompanhamento e Apoio às Associações e Cooperativismo, Referência- CEC 01, da Secretaria Municipal de Agri-

cultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 245, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR, FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO OLIVEIRA, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Manutenção e Reparo de Iluminação Pública, Referência CEC-02, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 246, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, MANOEL VIANA RODRIGUES, para o Cargo em Comissão de Gerente de Obras, Manutenção e Mobilidade Urbana de Vias Públicas, Referência CEC-03, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

Prefeitura Municipal de Tarauacá

Gabinete da Casa Civil

PORTARIA Nº 247, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ DE OLINDA RODRIGUES DA ROCHA, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Roçagem, Referência CEC-02, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 248, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, GLEICIONEY FERNANDES BENTO, para o Cargo em Comissão de Assessor Especial II, Referência CEC-05, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal

de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

AR. 1º - NOMEAR, EVERALDO CARNEIRO MONTEIRO, para o Cargo em Comissão de Diretor de Estradas e Ramais, Referência CEC-04, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 250, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, ADENI FEITOSA DA SILVA, para o Cargo em Comissão de Diretor Administrativo e Abastecimento, Referência CEC-04, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 251, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR, CARPEGIANI FERREIRA CHAGAS, para o Cargo em Comissão de Assessor Técnico de Engenharia, Referência CEC-07, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 252, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 809/2014 e Decreto 031/2014

R E S O L V E:

ART.1º - CONCEDER a JOSÉ DA SILVA AGUIAR, 04 (três) diárias, para despesas com alimentação e hospedagem na cidade de Rio Branco - Acre, no período de 18/02/2025 a 22/02/2025, a fim de participar do Encontro Estadual de Gestores do SUAS.

ART. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO

Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 253, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 809/2014 e Decreto 031/2014

R E S O L V E:

ART.1º - CONCEDER a ERICK DE SOUZA SILVA, 4 (quatro) diárias, que se deslocarão até a cidade de Rio Branco para participar do Curso de Formação- Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral a Crianças e ao Adolescente, que se realizará de 25 a 27 de fevereiro de 2025.

ART. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 254, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 809/2014 e Decreto 031/2014

R E S O L V E:

ART.1º - CONCEDER a ANA MARIA BATISTA DA SILVA, 4 (quatro) diárias, que se deslocarão até a cidade de Rio Branco para participar do Curso de Formação- Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral a Crianças e ao Adolescente, que se realizará de 25 a 27 de fevereiro de 2025.

ART. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 255, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 809/2014 e Decreto 031/2014

R E S O L V E:

ART.1º - CONCEDER a MARIA ROSILANDIA DA ROCHA MARINHO, 4 (quatro) diárias, que se deslocarão até a cidade de Rio Branco para participar do Curso de Formação- Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral a Crianças e ao Adolescente, que se realizará de 25 a 27 de fevereiro de 2025.

ART. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 256, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 809/2014 e Decreto 031/2014

R E S O L V E:

ART.1º - CONCEDER a SAMUEL CORREIA DA SILVA, 4 (quatro) diárias, que se deslocarão até a cidade de Rio Branco para participar do Curso de Formação- Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral a Crianças e ao Adolescente, que se realizará de 25 a 27 de fevereiro de 2025.

ART. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 257, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de

suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 809/2014 e Decreto 031/2014

R E S O L V E:

Art.1º - CONCEDER a ANTÔNIO DE SOUZA CASTRO, 4 (quatro) diárias, que se deslocarão até a cidade de Rio Branco para participar do Curso de Formação- Módulo I: Direitos Humanos e a Doutrina da Proteção Integral a Crianças e ao Adolescente, que se realizará de 25 a 27 de fevereiro de 2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 258, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, RONILSON BARBOSA DO Ó, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Almoarifado, da Secretaria Municipal de Saúde, Referência CEC-02, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 259, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, VIVIANE FERRAZ MARTINS, para o Cargo em Comissão de Diretor de Saúde Rural, Referência- CEC 04, da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 260, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, KATRIEL ALVES VIANA, para o Cargo em Comissão de Diretor de Comunicação, Referência CEC 04, Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 261, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, CARLOS DA COSTA LIMA, para o Cargo em Comissão de Diretor de Comunicação, Referência- CEC 04, da Secretaria Municipal de

Educação, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 262, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, FRANCISCO RAIDSON DA SILVA MOURA, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Imunização, Referência CEC-02, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, do quadro pessoal da Prefeitura de Tarauacá-AC.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 263, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ HÁLIFE DE OLIVEIRA DOS SANTOS, para o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Lotação Funcional, Referência CEC-01, da Secretaria Municipal de Promoção Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 264, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, ANTONIO JOEL DA SILVA SOUSA, matrícula nº 8565, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Licitação, na Secretaria de Promoção Social, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 07.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 265, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, JOSÉ DA SILVA AGUIAR, matrícula nº 8504, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Compras, na Secretaria de Promoção Social, da Prefeitura Municipal de Tarauacá,

e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 07.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 266, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
ART. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, AMANDA DE LIMA SOUZA, matrícula nº 7747, para responder pelo cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos – RH, na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 08.
ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 267, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, MARIA DE JESUS MOURÃO DA SILVA, matrícula nº 8589, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Contratos, na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 08.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 268, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, VALÉRIA DE NAZARÉ CORREIA, matrícula nº 8502, para responder pelo cargo em comissão de Diretor Administrativo, na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 08.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 269, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, MARDILSON SOARES GOMES, matrícula nº 8531, para responder pelo cargo em comissão de Gerente de Finanças, na Secretaria de Finanças, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e

em razão de tal função conceder-lhe a GFC 13.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 270, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, GUSTAVO ARAGÃO FONSECA, matrícula nº 8535, para responder pelo cargo em comissão de Diretor Financeiro, na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 271, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, DIONE VON ELEAMEN BAIMA, matrícula nº 1004, para responder pelo cargo em comissão de Diretor de Folha de Pagamento, na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 12.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 272, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, ARIONE PEREIRA LESSA, matrícula nº 9657, para responder pelo cargo em comissão de Diretor de Atenção Básica, na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 13.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 273, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, BENOCI FRANCISCA ARCANJO,

matricula nº 11699, para responder cumulativamente pelo cargo em comissão de Gerente de Epidemiologia, do Quadro de Pessoal do Gabinete da Vice - Prefeita, da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 274, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, MARCELA DO VALE RODRIGUES E SILVA, matrícula nº 8689, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Imunização, na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 10½.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 275, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, KHALIL NATHÃ GOMES DE OLIVEIRA, matrícula nº 8764, para responder pelo cargo em comissão de Gerente de Saúde da Família, na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 276, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, ANTONIO CLEIBER MENEZES FERRAZ, matrícula nº 977, para responder pelo cargo em comissão de assessoria da Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 277, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, RAIMUNDO NONATO DE LIMA MARTINS, matrícula nº 8512, para responder pelo cargo em comissão de assessoria da Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em

razão de tal função conceder-lhe a GFC 12.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 278, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, ADAELTON DE AZEVEDO BRITO, matrícula nº 960, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Vigilância Sanitária, na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 279, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, RAIMUNDO DE SOUZA FREIRE, matrícula nº 8726, para responder pelo cargo em comissão de assessoria da Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 07.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 280, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, FRANCISCO VANDERLEIS TOMÉ DE MELO, para o Cargo em Comissão de Coordenador de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde, Referência CEC-02, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 281, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora municipal, FRANCISCA HERLANDIA DA SILVA BARRETO, matrícula nº 1008, para responder pelo cargo em comissão de Diretor Administrativo, na Secretaria municipal de Educação, da Prefeitura

Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 282, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, FRANCISCO OLIVEIRA DE MORAIS, matrícula nº 7504, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador do Departamento EJA, na Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 6.

Art. 2º - REVOGAR, a portaria nº 188 de 31 de janeiro de 2025, conforme publicado no DOE nº 13.961, pg. nº 306 no dia 11 de fevereiro de 2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 283, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora municipal, CREUZILENE DE MATOS DANTAS, matrícula nº 7418, para responder pelo cargo em comissão de Gerente Municipal de Convênios, na Secretaria de Planejamento, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 284, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

ART. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, EMERSON HESPANHOL TEIXEIRA, matrícula nº 558, para responder pelo cargo em comissão de, na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 285, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

ART. 1º - NOMEAR, RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO CUNHA, para o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Apoio, Referência CEC-01, na Secretaria Municipal de Comunicação, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tarauacá.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 286, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, MARTINO PAIVA DOS SANTOS, matrícula nº 1108, para desempenhar atividades afins na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 287, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, ANTONIO JOSÉ BARBOSA DE SOUZA, matrícula nº 752, para desempenhar atividades afins na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 288, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor municipal, PERIVALDO LIMA DE SOUZA, matrícula nº 1110, para desempenhar atividades afins na Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 03.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 289, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, JOSE FRANCISCO SENA DE SOUSA, matrícula nº 425 e 7521, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador do Departamento de Educação Rural, na Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe

a GFC 10.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
GABINETE DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 290, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.112/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor municipal, GISELIA DO NASCIMENTO SOUZA, matrícula nº 8365, para responder pelo cargo em comissão de Coordenadora do Departamento de Educação Especial, na Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal de Tarauacá, e em razão de tal função conceder-lhe a GFC 06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE
MUNICÍPIO DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

CONVITE PARA COTAÇÃO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE TARAUACÁ, inscrita no CNPJ nº 34.693.564/0001-79, com sede na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 – Centro – CEP: 69.970-000, por meio da Secretaria Municipal de Educação, em observância aos princípios basilares que regem o Processo Licitatório consignado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, em especial, o da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, CONVIDA os interessados para apresentarem cotações de preços visando Contratação de empresa para o fornecimento de Material Elétrico, com fulcro na nova Lei de Licitações e Contratos Nº14.133/2021, e de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência nos autos do processo administrativo. As empresas interessadas em apresentar cotação de preços para compor o orçamento poderão solicitar o arquivo contendo as informações necessárias para preenchimento da proposta através do e-mail: cotacoestk@gmail.com. A cotação deverá ser encaminhada para o e-mail acima mencionado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste no sítio eletrônico/site da prefeitura, sendo imprescindível que: I. Seja elaborada em papel timbrado da empresa e que contenha a inscrição do CNPJ, Inscrição Estadual, Endereço, E-mail e Telefone para contato; II. Prazo de Validade não inferior a 90 (noventa) dias; III. Declare de que nos preços propostos estão inclusos todos os custos, insumos, impostos, frete, lucro e demais encargos necessários e de responsabilidade da empresa; IV. Contenha o Carimbo de CNPJ da empresa, podendo ser substituído por assinatura do certificado digital da pessoa jurídica; V. Contenha assinatura e nome completo e o CPF do representante legal da empresa, podendo ser substituído por assinatura eletrônica por meio do GOV. BR ou por certificado digital da pessoa física. A cotação poderá ser assinada por outra pessoa desde que outorgada por procuração particular ou pública que confira poderes para tal;

Assina: Assina: Delmar de Jesus Cavalcante Damasceno, Sec. Mun. de Obras
Decreto nº 007/2025

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ

AVISO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ – ACRE, torna público que o Excelentíssimo Senhor Prefeito, ratificou a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, conforme Processo Administrativo nº 448/2025, que tem como objeto a locação de 01 (um) imóvel, destinado ao funcionamento da sede da Secretaria Municipal de Planejamento de Tarauacá, localizado na parte central da cidade, em alvenaria, com tamanho de aproximadamente 162m2, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 1.200, CEP: 69.970-000, Centro, Tarauacá/AC, que restou classificada a pessoa física IVANEIDE MELO AGUIAR, inscrita no CPF nº 051.933.202-44, cujo valor mensal é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos

reais), valor total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) compatível com o valor de mercado. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar a partir da data da assinatura do contrato. Encaminho o presente processo a V.Exa. para sua ratificação do ato de dispensa conforme prevê o art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/2021. Publique-Se.

Tarauacá-AC, 20 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito de Tarauacá

ESTADO DO ACRE TARAUACÁ-AC

AVISO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ – ACRE, torna público que Excelentíssimo Senhor Prefeito, ratificou a DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme Processo Administrativo nº 723/2025, que tem como objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Material de Consumo (Higiene Pessoal), para atender à Secretaria Municipal de Educação, em favor da empresa: E. P. D. FERREIRA LTDA, inscrita no CNPJ: Nº 51.921.304/0001-22, cujo Valor é de R\$ 38.860,00 (trinta e oito mil oitocentos e sessenta reais), compatível com o valor de mercado, encaminho o presente processo a V.Exa. para sua ratificação do ato de dispensa conforme prevê o art. 75, II da Lei nº 14.133/2021 Publique-Se.

Tarauacá-AC, 25 de fevereiro de 2025.

RODRIGO DAMASCENO CATÃO
Prefeito

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2024, PROCESSO Nº 3750/2024 – VALIDADE: 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o art. 84 da Lei 14.133/2021.

OBJETO: Registro de Preços, para contratação de empresa para o fornecimento de água mineral, vasilhame de água sem gás garrafa de 500ml, garrafão com carga de 20l (carga completa), e gelo em barra de 05 kg, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Tarauacá-Acre, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, integrante deste Edital

1– CONVENIENCIA VITORIA LTDA, inscrita na CNPJ Nº 54.231.183/0001-85, sediada na Rua Justino de Serpa, nº 65, Centro, Tarauacá/ac, neste ato representado por Carlos Tadeu Lopes da Silva, portador do CPF Nº 070.534.622-69.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNT.	V. TOTAL
03	Água Mineral sem Gás, garrafa de 500ml – Água mineral, sem gás, de primeira qualidade, acondicionada em garrafa PET de 500ml, tampa com rosca e lacre rotulo do fabricante; com prazo mínimo de 60 dias de validade a contar da entrega.	FARDO	14.737	CRISTAL	R\$ 8,46	R\$ 124.675,02
05	Gelo em barra de 05kg – produzido em água potável, devidamente embalada em saco plástico. Validade 06 (seis) meses após a entrega.	UND	2.677	CRISTALINA	R\$ 11,90	R\$ 31.856,30
VALOR TOTAL DO ITEM						R\$:156.531,32

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Data da assinatura: Tarauacá – AC, 13 de janeiro de 2025.

Assinam: Prefeitura de Tarauacá o Sr.º. Rodrigo Damasceno Catão / CONTRATANTE e a empresa CONVENIENCIA VITORIA LTDA, CNPJ Nº 54.231.183/0001-85/CONTRATADO.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2025, PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2024, PROCESSO Nº 3750/2024 – VALIDADE: 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o art. 84 da Lei 14.133/2021.

OBJETO: Registro de Preços, para contratação de empresa para o fornecimento de água mineral, vasilhame de água sem gás garrafa de 500ml, garrafão com carga de 20l (carga completa), e gelo em barra de 05 kg, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Tarauacá-Acre, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, integrante deste Edital

1– FONTE SERRA DO DIVISOR, inscrita na CNPJ Nº 10.174.373/0001-32, sediada Estrada BR 307, Nº 1460, Km 08, Cruzeiro do Sul/AC, neste ato representado por Francisco de Araújo Melo, portador do CPF Nº 138.376.642-87.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNT.	V. TOTAL
01	ÁGUA MINERAL de fonte natural, potável, não gasosa, envasada em garrafões retornáveis com capacidade de 20 litros csa, em plástico resistente higiênico, com protetor na parte de cima lacrado, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM E Agencia de Vigilância Sanitária. (somente liquido).	UND	9.134	CRISTAL	R\$ 8,00	R\$ 73.072,00
VALOR TOTAL DO ITEM						R\$:73.072,00

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Data da assinatura: Tarauacá – AC, 13 de janeiro de 2025.

Assinam: Prefeitura de Tarauacá o Sr.º. Rodrigo Damasceno Catão / CONTRATANTE e a empresa FONTE SERRA DO DIVISOR, CNPJ Nº 10.174.373/0001-32/CONTRATADO.

XAPURI

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE XAPURI-AC
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATOS E FISCAL DE CONTRATO
GESTOR DE CONTRATOS

O Prefeito de Xapuri, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA, pelo período de 04 (quatro) meses contados a partir da assinatura do contrato, o servidor: NADER MELO SARKIS Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Decreto Nº 006/2025, como Gestor de Contratos do (a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para gestão do CONTRATO Nº 003/2025 oriunda do Processo de ADESÃO nº 003/2025, Processo Administrativo nº 008/2025.E

FISCAL DE CONTRATO

O Prefeito de Xapuri, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA, pelo período de 04 (quatro) meses contados a partir da assinatura do contrato, o servidor DIEGO PANTOJA DO NASCIMENTO, decreto Nº 075/2025, como (Fiscal de Contrato/Fiscal de Serviço), e o servidor Marcelo Maia Mota, decreto Nº 009/2025, como (Substituto de Fiscal de Contrato/Substituto de Fiscal de Serviço) para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no CONTRATO Nº 003/2025 oriunda do Processo de ADESÃO nº 003/2025, Processo Administrativo nº 008/2025., com a empresa T. P. P. SILVA-LTDA, inscrita no CNPJ Nº 01.805.533/0001-03, para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização, projeção, iluminação, e tendas, incluindo serviço de montagem e desmontagem, para atender eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Xapuri.
Xapuri – Acre, 24 de fevereiro de 2025

Maxsuel Maia Pereira
Prefeito

3º TERMO DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 001/2025 – XAPURI/AC

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XAPURI – ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais CONVOCA na ordem de classificação dos candidatos do Cadastro de Reserva do edital 001/2025 e em conformidade com a Lei Municipal nº 1261/2025, os classificados abaixo discriminados:

EDUCAÇÃO

01	MARCIONE TELES DE ALMEIDA
02	FRANCINEIDE MONTEIRO DE OLIVEIRA

CARGO: MERENDEIRA

Para no prazo de 48 HORAS (dois dias úteis), portanto nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2025, sob pena de preclusão da posse, apresentar toda documentação necessária à sua contratação na Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças, Administração e Coordenação Geral – SEPLACOG, situada na Rua 24 de Janeiro – 240 – centro, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas e posterior posse ao cargo selecionado.

Os candidatos aprovados deverão apresentar a seguinte documentação:

- RG; (cópia e original)
 - CPF (cópia e original)
 - Título Eleitor; (cópia e original)
 - Carteira de Trabalho; (cópia e original)
 - Comprovante de residência; (cópia)
 - Comprovante de escolaridade, conforme o edital; (cópia e original);
 - Exame de aptidão física e mental
- Esta convocação poderá ser alterada conforme o interesse da administração.
Nada mais a tratar para o momento.
É a presente convocação.
Xapuri/Acre, 25 de fevereiro de 2025

Maxsuel Maia Pereira
Prefeito de Xapuri

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE XAPURI-AC

EXTRATO DO CONTRATO 003/2025
PROCESSO Nº 008/2025

O MUNICÍPIO DE XAPURI-AC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: 04.018.560/0001-24, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 114, Centro, Xapuri-Acre, neste ato representado pelo Prefeito o Senhor MAXSUEL MAIA PEREIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG N.º 378202 SSP/AC e inscrito no CPF sob o nº 698.796.302-97 e residente neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa T. P. P. SILVA-LTDA, inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.805.533/0001-03, com sede na Estrada Jarbas Passarinho, km 04, Galpão 01, Zona Rural, CEP: 69.903-340, Rio Branco – Acre, neste ato representado(a) por Therezinha Pontes Pinheiro da Silva– Sócio-Proprietaria, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 003/2025, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 316/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 028/2024 que tem como órgão gerenciador a Secretaria de Estado de Saúde-SESACRE, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Constitui objeto do presente contrato a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização, projeção e iluminação e tendas, incluindo serviço de montagem e desmontagem, para atender eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Xapuri, conforme itens a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UND DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	300005945 - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REUNIÃO; AMBIENTE COM PÚBLICO MÁXIMO DE 200 PESSOAS; DESCRIÇÃO: 02 CAIXAS DE SOM BI AMPLIFICADAS E PROCESSADAS COM 700W RMS CADA; COM TRIPÊ; 01 MIXING CONSOLE COM NO MÍNIMO 12 CANAIS DE ENTRADA; 04 SUBGRUPOS; LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REUNIÃO: (ambiente com público máximo de 200 pessoas). Descrição: 02 caixas de som bi amplificadas e processadas com 700W RMS cada, com tripê, 01 mixing console com no mínimo 12 canais de entrada, 04 subgrupos, 01 microfone sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em UHF, 02 microfones com fio, 01 aparelho de CD player para sonorização ambiente, cabos e conexões para ligar todo o sistema e 01 operador técnico	UND	25	R\$730,00	R\$ 18.250,00

2	300005946 - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REUNIÃO: (AMBIENTE COM PÚBLICO MÁXIMO DE 400 PESSOAS). DESCRIÇÃO: 04 CAIXAS DE SOM BI AMPLIFICADAS E PROCESSADAS COM 700 W RMS CADA, COM TRIPÉ, 01 MIXING CONSOLE COM NO MÍNIMO 12 CANAIS DE ENTRADA LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA REUNIÃO: (ambiente com público máximo de 400 pessoas). Descrição: 04 caixas de som bi amplificadas e processadas com 700 W RMS cada, com tripé, 01 mixing console com no mínimo 12 canais de entrada, 04 subgrupos, 02 microfones sem fio para voz com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação em UHF, 04 microfones com fio, 01 aparelho de CD player para sonorização ambiente, cabos e conexões para ligar todo o sistema e 01 operador técnico	UND	20	R\$ 1.180,00	R\$ 23.600,00
3	300005948 - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PALCO COM EQUIPAMENTOS MUSICAIS: (PÚBLICO ATÉ 1.000 PESSOAS). DESCRIÇÃO LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PALCO COM EQUIPAMENTOS MUSICAIS: (público até 1.000 pessoas). Descrição: 04 caixas subwoofer (cada caixa com 02 altofalantes de 18" 800W RMS cada, resposta de frequência de 30 Hz ~ 200Hz), 04 caixas de frequência alta (Cada caixa com 02 alto-falantes de 12" 400W RMS cada e 01 Driver de 3" com diafragma de titânio); amplificadores digitais compatível com o sistema de PA e monitor; 01 Divisor de frequência com no mínimo 04 vias com no mínimo 24 db por oitava, ajuste de ângulo de fase entre as bandas, entradas e saídas balanceadas; 01 equalizador estéreo com 32 bandas e filtros de 12 db por oitava; 01 processador de efeitos com reverb e delay com entradas e saídas balanceadas e conversores AD/DA de no mínimo 20 bits; 04 canais compressores/ limitadores com entradas e saídas balanceadas; 01 multicabo com no mínimo 24 vias (50 mts); 04 canais de GATES com entradas e saídas balanceadas; 01 aparelho de CD Player; 01 Mixing CONSOLE DIGITAL com no mínimo 24 canais contendo o mínimo de 08 subgrupos, 08 vias auxiliares, 04 bandas de equalização, sendo todas paramétricas, filtros de graves, todas as saídas deverão ser balanceadas com no mínimo 04 vias de monitor, sem fio para voz, com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação UHF; 04 microfones para uso diversos com pedestais; 01 bateria completa com 01 bumbo, 02 tons, 01 surdo, 01 caixa, 02 estantes para pratos, 01 estante para caixa, 01 máquina de timbale, 01 pedal para bumbo, 01 banco, kit de microfones específicos, 01 amplificador e caixa para baixo com 800W RMS; 01 amplificador e caixa para guitarra com 900W RMS; 01 amplificador e caixa para teclado; 02 Direct Box de impedância para instrumentos, 06 monitores, tipo Spot passivo com 900W RMS cada, cabos e conexões para ligar todo o sistema e 01 Operador técnico e 01 Auxiliar técnico	UND	15	R\$ 2.170,00	R\$ 32.550,00
4	00005701 - LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE PEQUENO PORTE PARA PALCO. Descrição: 12 refletores de led 5W (par led); 01 mesa digital compatível; cabos e conexões, 01 máquina de fumaça e 01 operador técnico	UND	10	R\$ 1.190,00	R\$ 11.900,00
5	300005952 - LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA PALCO. DESCRIÇÃO: 18 REFLETORES PAR LED COM 54 LED'S RGBWA, 04 MOVING BEAN 5R, 04 REFLETORES COBE 100WW; 01 MESA/ DIMMERS COM NO MÍNIMO 48 CANAIS; CABOS E CONEXÕES, 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 3000 WATS, SISTEMA MONTADO EM LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA PALCO. Descrição: 18 refletores PAR LED com 54 led's RGBWA, 04 moving bean 5R, 04 Refletores Cobe 100ww; 01 Mesa/ DIMMERS com no mínimo 48 canais; cabos e conexões, 01 máquina de fumaça 3000 wats, sistema montado em Grid de alumínio P30 e 01 operador técnico e 01 auxiliar técnico	UND	5	R\$ 3.180,00	R\$ 15.900,00
6	300005953 - LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA PALCO. DESCRIÇÃO: 40 REFLETORES PAR LED 54 LED'S RGBWA, 16 MOVING BEAM 5R, 04 STROBO DE 3000 WATS 01 MESA CONTROLADORA COMPUTADORIZADA COM 48 CANAIS FORNECIDOS EM 04 CONECTORES DMX SEPARADOS LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA PALCO. Descrição: 40 refletores par led 54 led's RGBWA, 16 moving beam 5R, 04 strobo de 3000 wats 01 Mesa controladora computadorizada com 48 canais fornecidos em 04 conectores DMX separados, 450 programas, biblioteca com 600 aparelhos de diversas marcas, software interno com muitos acréscimos de informações; 12 Refletores cobe 100 ww; 02 canhões seguidores; 02 máquinas de fumaça, 01 racks DIMMER com 12 canais cada; cabos e conexões, gelatinas com cores variadas, sistema montado em Grid de alumínio P30, 06 refletores elipsoidal 1000 Watts e 01 operador técnico e 01 auxiliar técnico	UND	2	R\$ 10.250,00	R\$ 20.500,00
7	300005954 - LOCAÇÃO DE REFLETOR PAR LED. DESCRIÇÃO: REFLETOR PAR LED 5W (12 BRANCAS, 12 VERMELHAS, 12 VERDES, 12 AZUIS 6 AMARELAS) BIVOLT, RGBWA, 16 MILHÕES DE EFEITO MIX DE AJUSTÁVEL PASSO, RANDOMSTROBE ELÉTRICA LOCAÇÃO DE REFLETOR PAR LED. Descrição: Refletor par Led 5W (12 brancas, 12 vermelhas, 12 verdes, 12 azuis 6 amarelas) Bivolt, RGBWA, 16 milhões de efeito mix de ajustável passo, Randomstrobe elétrica, strob pulse. Controle, Standard DMX512, 7 canais, Master/ automático separadamente ou em grupos, modo Master-salve, o painel de exposição: 4 LED digital de exibição de código de endereço DMX testar ou executar programa de auto- Auto mode, 4 programas de mudança de cor predefinidos, nível de proteção: IP33, tensão: AC 90-250v, 50/60Hz, sistema de refrigeração: ciclo térmico com sistema de ar direto forte, ventilador interno.	UND	15	R\$88,00	R\$ 1.320,00
8	300005703 - LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR P4 4X3 METROS LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR P4 4X3 METROS: Descrição: 01 painel de led indoor P4 medindo 4x3 metros com imagem Ultra HD, montagem do sistema tipo BOX TRUSS, cabeamento completo incluindo operador técnico e equipamento compatível para transmitir imagem tipo notebook.	UND	7	R\$ 4.180,00	R\$ 29.260,00

9	300006189 - LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR P4 6X4 METROS. LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR P4 6X4 METROS. Descrição: 01 painel de led indoor P4 medindo 6x4 metros com imagem Ultra HD, montagem do sistema tipo BOX TRUSS, cabeamento completo incluindo operador técnico e equipamento compatível para transmitir imagem tipo notebook.	UND	5	R\$ 6.890,00	R\$ 34.450,00
10	300005958 - SERVIÇO EVENTUAL DE LOCAÇÃO DE TENDAS. PIRAMIDAL 2X2: COR BRANCA, LONA DE COBERTURA PRODUZIDA EM PVC CALANDRADO, COM REFORÇO DE FIBRA DE TECIDO POLIÉSTER IMPERMEÁVEL, AUTOEXTINGUÍVEL, COM BLACKOUT, SEM COSTURAS MECÂNICAS, CORTADA E MOLDADA ATRAVÉS DE VULCANIZAÇÃO A QUENTE, LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 2X2: cor branca, lona de cobertura produzida em PVC calandrado, com reforço de fibra de tecido poliéster impermeável, autoextinguível, com blackout, sem costuras mecânicas, cortada e moldada através de vulcanização a quente, aplicada às estruturas metálicas por tensionamento; Estrutura metálica: ferro tubular, chapas de 1,4mm ? 3?, partes soldadas em sistema mig, partes unidas por encaixe e fixadas com parafusos e conexões em aço; Pés de sustentação: estrutura em ferro tubular (3?), com altura de 2m, ancorados com cordas de nylon de ¼?, amarras especiais, fixadas em estacas de ferro. Medidas 2m x 2.	UND	15	R\$350,00	R\$ 5.250,00
11	300005958 - SERVIÇO EVENTUAL DE LOCAÇÃO DE TENDAS. PIRAMIDAL 2X2: COR BRANCA, LONA DE COBERTURA PRODUZIDA EM PVC CALANDRADO, COM REFORÇO DE FIBRA DE TECIDO POLIÉSTER IMPERMEÁVEL, AUTOEXTINGUÍVEL, COM BLACKOUT, SEM COSTURAS MECÂNICAS, CORTADA E MOLDADA ATRAVÉS DE VULCANIZAÇÃO A QUENTE, LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 2X3: cor branca, lona de cobertura produzida em PVC calandrado, com reforço de fibra de tecido poliéster impermeável, autoextinguível, com blackout, sem costuras mecânicas, cortada e moldada através de vulcanização a quente, aplicada às estruturas metálicas por tensionamento; Estrutura metálica: ferro tubular, chapas de 1,4mm ? 3?, partes soldadas em sistema mig, partes unidas por encaixe e fixadas com parafusos e conexões em aço; Pés de sustentação: estrutura de ferro tubular (3?), com altura de 2 m, ancorados com cordas de nylon de ¼?, amarras especiais, fixadas em estacas de ferro. Medidas 2m x 3m. Unidade refere-se ao período de uso conforme cada evento que será realizado, sendo solicitado a tenda colocada no local, incluso instalação e desinstalação.	UND	15	R\$400,00	R\$ 6.000,00
12	300006220 - LOCAÇÃO DE PALCO MODULAR 8 X 8M; PALCO MODULAR MEDINDO 8M FRENTE X 8M PROFUNDIDADE; COM MONTAGEM E DESMONTAGEM; TRELIÇADO; COM COBERTURA EM BOX TRUSS DE DURO ALUMÍNIO EM LONA ANTICHAMAS; LOCAÇÃO DE PALCO MODULAR 8 X 8M: Palco Modular medindo 8m frente X 8m profundidade, com montagem e desmontagem, treliçado, com cobertura em box truss de duro alumínio em lona antichamas, tipo duas águas, torres 6m altura, piso do palco em estrutura metálica com compensado de 20mm anti derrapante, altura do solo de no mínimo 1,20m e no máximo 2m. fechamento com sombrite nas laterais e fundos, escada de acesso com corrimão, guarda-copo, área de serviços e extintores. o projeto de execução e montagem da estrutura deve atender as normas da ABNT e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros, projetada por profissional habilitado com a Anotação de Responsabilidade TécnicaART, devidamente registrada no órgão funcional competente e com validade para a data do evento	UND	4	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
13	300005989 - LOCAÇÃO DE PALCO MODULAR 12 X 12M: PALCO MODULAR MEDINDO 12M FRENTE X 12M PROFUNDIDADE, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, TRELIÇADO, COM COBERTURA EM BOX TRUSS DE DURO ALUMÍNIO EM LONA ANTICHAMAS LOCAÇÃO DE PALCO MODULAR 12 X 12M: Palco Modular medindo 12m frente X 12m profundidade, com montagem e desmontagem, treliçado, com cobertura em box truss de duro alumínio em lona antichamas, tipo duas águas, torres 10m altura, piso do palco em estrutura metálica com compensado de 20mm anti derrapante, altura do solo de no mínimo 1,20m e no máximo 2,35m. fechamento com sombrite nas laterais e fundos, escada de acesso com corrimão, guardacopo, área de serviços e extintores. o projeto de execução e montagem da estrutura deve atender as normas da ABNT e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros, projetada por profissional habilitado com a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, devidamente registrada no órgão funcional competente e com validade para a data do evento	UND	2	R\$ 7.150,00	R\$ 14.300,00
14	300005954 - LOCAÇÃO DE REFLETOR PAR LED. DESCRIÇÃO: REFLETOR PAR LED 5W (12 BRANCAS, 12 VERMELHAS, 12 VERDES, 12 AZUIS 6 AMARELAS) BIVOLT, RGBWA, 16 MILHÕES DE EFEITO MIX DE AJUSTÁVEL PASSO, RANDOMSTROBE ELÉTRICA Descrição: Refletor par Led 5W (12 brancas, 12 vermelhas, 12 verdes, 12 azuis 6 amarelas) Bivolt, RGBWA, 16 milhões de efeito mix de ajustável passo, Randomstrobe elétrica, strob pulse.	UND	7	R\$100,00	R\$700,00
15	300005702 - LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED INDOOR P4 3X2 METROS. Descrição: 01 painel de led indoor P4 medindo 3x2 metros com imagem Ultra HD, montagem do sistema tipo BOX TRUSS, cabeamento completo incluindo operador técnico e equipamento compatível para transmitir imagem tipo notebook	UND	5	R\$ 1.500,00	R\$ 7.500,00
16	300005969 - LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO E ENERGIZAÇÃO DE TENDAS: ILUMINAÇÃO INTERNA COM 4 (QUATRO) LÂMPADAS DE 400W, COM REFLETORES, MISTAS, E ATÉ 04 (QUATRO) TOMADAS DE ENERGIA Iluminação interna com 4 (quatro) lâmpadas de 400W, com refletores, mistas, e até 04 (quatro) tomadas de energia	UND	10	R\$900,00	R\$ 9.000,00
17	300002053 - SERVIÇO EVENTUAL DE LOCAÇÃO DE MÓDULO TORRES DE 300MM X 300MM; FABRICADAS EM PERFIS EM ALUMÍNIO NA LIGA ESTRUTURAL 6351T6. Fabricadas em perfis em alumínio na liga estrutural ? 6351T6?, soldadas com tipo TIG, com comprimentos de 1.5m, 2.0m, 3.0m e 4.0m	UND	50	R\$48,00	R\$ 2.400,00

18	300004079 - SERVICO EVENTUAL DE LOCACAO DE MODULO TORRES; DE 150MM X 150MM; FABRICADAS EM PERFIS EM ALUMINIO NA LIGA ESTRUTURAL 6351T6.. Fabricadas em perfis em alumínio na liga estrutural ? 6351T6?, soldadas com tipo TIG, com comprimentos de 1.0m, 2.0m, 2,5m, 3.0m e 4.0m.	UND	75	R\$29,00	R\$ 2.175,00
19	300005989 - LOCACAO DE PALCO MODULAR 12 X 12M: PALCO MODULAR MEDINDO 12M FRENTE X 12M PROFUNDIDADE, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, TRELIÇADO, COM COBERTURA EM BOX TRUSS DE DURO ALUMÍNIO EM LONA ANTICHAMAS Palco Modular medindo 12m frente X 12m profundidade, com montagem e desmontagem, treliçado, com cobertura em box truss de duro alumínio em lona antichamas, tipo duas águas, torres 10m altura, piso do palco em estrutura metálica com compensado de 20mm anti derrapante, altura do solo de no mínimo 1,20m e no máximo 2,35m	UND	1	R\$ 12.900,00	R\$ 12.900,00
VALOR TOTAL				R\$ 259.955,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DO CONTRATO

2.1 DO CONTRATO

2.1.1. Finalizando o processo de Adesão (carona), dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante e a prefeitura poderão celebrar o Termo de Contrato.

2.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante, devidamente justificado, desde que aceito pela prefeitura

DA VIGÊNCIA

2.2.1 O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.2 No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS

ORÇAMENTÁRIOS

13.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ 259.955,00(duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), seu preço é fixo e irrevogável.

13.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Unidade: 01 – GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Funcional: 13.392.0003. 2.007 PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS POPULARES, CULTURAIS E ARTISTICOS.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE: 500 RP

Xapuri-AC, em 24 de fevereiro de 2025

Assinam: Prefeitura de Xapuri o Sr.º Maxsuel Maia Pereira/CONTRATANTE e a empresa T. P. P. SILVA-LTDA, inscrita na CNPJ nº 01.805.533/0001-03/CONTRATADO

DIVERSOS

HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ
IR. NAIR TERESINHA REICHERT
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE- ANSSAU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

A Associação Nossa Senhora da Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que, não havendo interesse recursal, ADJUDICA E HOMOLOGA os atos praticados pela Pregoeiro e equipe de apoio, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 012/2025, tipo “menor preço por item” que tem como objeto a aquisição de medicamentos – 9 itens, para atender as demandas do Hospital Regional do Juruá, conforme solicitado e especificado nos instrumentos convocatórios e anexos, em favor das empresas a seguir:

IMED MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ: 30.556.893/0001-17, no item de nº 6, com o valor global de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais).
Rio Branco-AC, 25 de fevereiro de 2025.

Dilza Teresinha Ambros Ribeiro
Presidente da ANSSAU

HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ
IR. NAIR TERESINHA REICHERT
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE- ANSSAU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 051/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2024

A Associação Nossa Senhora da Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que, não havendo interesse recursal, ADJUDICA E HOMOLOGA os atos praticados pela Pregoeiro e equipe de apoio, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 051/2024, tipo “menor preço por item” que tem como objeto a Aquisição de tecido hospitalar e material de costura, para atender as demandas do Hospital Regional do Juruá, conforme solicitado e especificado nos instrumentos convocatórios e anexos, em favor da empresa a seguir:

INFOJURUA LTDA inscrita no CNPJ: 37.837.041/0001-47, nos itens de nº 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, com o valor global de R\$ 7.560,00 (Sete mil quinhentos e sessenta reais).
GABBY UNIFORMES E TECIDOS LTDA inscrita no CNPJ: 39.797.284/0001-24, no item de nº 14,15,17 e 18, com o valor global de R\$ 59.095,00 (cinquenta e nove mil e noventa e cinco reais).
55.933.747 MARCUS DE MIRANDA SILVA inscrita no CNPJ: 55.933.747/0001-94, no item de nº 13 e 16, com o valor global de R\$ 9.051,00 (nove mil e cinquenta e um reais).
Rio Branco-AC, 25 de fevereiro de 2025.

Dilza Teresinha Ambros Ribeiro
Presidente da ANSSAU

DÉBORA DA SILVA VALE

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

OBJETO: Firmar Termo de Compromisso de adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, Art. 59, parágrafo 2º da Lei Federal n.º 12.651/2012, do imóvel rural denominado COLÔNIA VALE, Município de MANOEL URBANO, com área de 45,90 ha.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Do Compromissário:

- a) Promover a manutenção da vegetação nativa remanescente de 26,18 ha área destinada a reserva legal do imóvel rural.
- b) Promover a recuperação de 9,01 ha em área antropizada de Reserva Legal - RL, irregularmente suprimida, iniciando de forma imediata a partir da adoção da retirada do fator de degradação bem como o isolamento imediato das áreas, como método para recomposição, da condução de regeneração natural de espécies nativas, obedecendo a um cronograma físico durante o ano de 2025.

Do Compromitente:

- a) Promover o acompanhamento e monitoramento da execução do Termo de Compromisso.
- b) Em caso de descumprimento do pactuado no Termo, dá conhecimento ao Órgão Ambiental Federal IBAMA, autor da aplicação das penalidades administrativas, para as medidas cabíveis.

DAS PENALIDADES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO TCA

- a) Exclusão do PRA;
- b) Retomada do Processo Administrativo do órgão ambiental autuante;
- c) Paralisação das atividades admitidas nas áreas consolidadas;
- d) Obrigação de recomposição integral das áreas consolidadas (Lei Federal n.º 12.651/2012)
- e) Execução da multa e demais sanções aplicadas.

AS PARTES QUE ASSINAM:

Compromitentes:

Leonardo das Neves Carvalho - Secretário de Estado do Meio Ambiente

André Luiz Pereira Hassem - Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre - Márcio Rodrigo Alécio - Superintendente Regional do INCRA

Compromissário:

Débora da Silva Vale

HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ

IR. NAIR TERESINHA REICHERT

ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE- ANSSAU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025

A Associação Nossa Senhora da Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que, não havendo interesse recursal, ADJUDICA E HOMOLOGA os atos praticados pela Pregoeiro e equipe de apoio, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 001/2025, tipo "menor preço por item" que tem como objeto a aquisição de medicamentos (sem CMED), para atender as demandas do Hospital Regional do Juruá, conforme solicitado e especificado nos instrumentos convocatórios e anexos, em favor das empresas a seguir:

IMED MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ: 30.556.893/0001-17, nos itens de nº 1 e 5, com o valor global de R\$ 3.296,28 (três mil duzentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).

Rio Branco-AC, 25 de fevereiro de 2025.

Dilza Teresinha Ambros Ribeiro

Presidente da ANSSAU

AGRO INDUSTRIA JURUPARI ACRE S/A

CNPJ: 04.523.403/0001-76

Torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL AUTEX nº 2012.2.2022.77577, para a atividade de Operação de um Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, classificado na Modalidade Empresarial referente à Unidade de Produção Anual – UPA 02, com 6.085,1618 ha hectares, Fazenda Jurupari Gleba 2, localizada à Rodovia BR-364, Km 70, Ramal Jurupari, Km 20, Município de Rio Branco/AC.

AGRO INDUSTRIA JURUPARI ACRE S/A

CNPJ: 04.523.403/0001-76

Torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL AUTEX nº 2012.2.2021.47800, para a atividade de Operação de um Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, classificado na Modalidade Empresarial referente à Unidade de Produção Anual – UPA 01, com 2.994,2766 ha hectares, Fazenda Jurupari Gleba 2, localizada à Rodovia BR-364, Km 70, Ramal Jurupari, Km 20, Município de Rio Branco/AC.

AUTO POSTO ACRELANDIA LTDA – CNPJ: 01.575.860/0001-16

(AUTO POSTO ACRELÂNDIA)

Torna público que requereu junto ao Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a Renovação da Licença de Operação - LO 74/2021 para atividade de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (combustível) no Estado Acre para os veículos de placas NAB5002, NXR1135 e QWO6G91, localizado na Rua Geraldo Barbosa Nº 1.635 – Centro, município de Acrelândia/Acre. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

J. MOURÃO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-EPP

CNPJ n.º 03.492.648/0005-44

Torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a LICENÇA DE OPERAÇÃO n.º 77/2025, com validade de 4 (quatro) anos, para a atividade de COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS DERIVADOS DE PETRÓLEO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, LUBRIFICANTES E GLP, localizado na Rodovia BR 364, Km 01, Copacabana, Tarauacá - AC.

HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ
IR. NAIR TERESINHA REICHERT
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE – ANSSAU

CHAMADO PARA PESQUISA/COTAÇÃO DE PREÇO Nº 017/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 006/2025 REGULAMENTADO PELA LEI FEDERAL 14.133/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2025.
Objeto: A presente Dispensa de Licitação por valor, tem por objeto o “Aquisição de toner HP (suprimento de informática), para atender as demandas do Hospital Regional do Juruá”, e conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência. Os interessados em concorrer e participar poderão solicitar o formulário de coleta para pesquisa de preço pelo e-mail: anssaup@gmail.com, no prazo para recebimento das Cotações a partir do dia 26/02/2025 até 07/02/2025.

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Toner HP Laserjet W1030XC	UNIDADE	50			
02	Toner HP Laserjet CF258X	UNIDADE	30			

Deverá conter no preço do produto as despesas com materiais, mão-de-obra, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuição de qualquer natureza ou espécie, trabalhista e previdenciárias, salários, custos diretos ou indiretos, frete, equipamentos e demais encargos sociais e outros decorrentes das atividades necessárias à perfeita entrega do produto.
A cotação deverá ser encaminhada contendo as seguintes informações: carimbo, Nome da Empresa, CNPJ, nome completo do responsável pela cotação, telefone, endereço e outros. Deverá indicar a validade de no mínimo de 30 (sessenta) dias da emissão e prazo de entrega definido pelo Termo de Referência. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a dezoito meses a contar da data da entrega do produto.
O prazo de entrega do produto é de 15 (quinze) dias e local de entrega será no Hospital Regional do Juruá endereço está descrito no Termo de Referência.
O pagamento será efetuado em imediato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos do atesto do recebimento dos produtos na nota fiscal/fatura, mediante a ordem bancária a ser depositada em conta corrente.
Será utilizado o critério de julgamento de menor preço por item.
Em caso de erro no preenchimento da cotação a responsabilidade será exclusiva do fornecedor.
Informações adicionais poderão ser obtidos junto a ANSSAU, com Setor de Compras, através do fone (68) 98408-9501 e pelo e-mail: anssaup@gmail.com.
Rio Branco, 26 de fevereiro de 2025.

Paulo Henrique Nascimento Cunha
Setor de Compras

HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ
IR. NAIR TERESINHA REICHERT
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE – ANSSAU

CHAMADO PARA PESQUISA/COTAÇÃO DE PREÇO Nº 018/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 REGULAMENTADO PELA LEI FEDERAL 14.133/2021.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025.
O presente chamado para pesquisa/cotação de preço nº 018/2025, tem por objeto o “Aquisição de Livros de registro específico para farmácia de medicamentos controlados/psicotrópicos portaria 344/98, para atender as necessidades do Hospital Regional do Juruá”, e conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência. Os interessados em participar poderão solicitar o formulário de coleta para pesquisa de preço pelo e-mail: anssaup@gmail.com, no prazo para recebimento das Cotações a partir do dia 26/02/2025 até 07/03/2025.

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Livro de registro específico farmácia medicamentos controlados/ Psicotrópicos - Portaria 344/98 com 100 folhas.	UNIDADE	160			
02	Livro de registro específico farmácia medicamentos controlados/ Psicotrópicos - Portaria 344/98 com 200 folhas.	UNIDADE	80			
TOTAL (R\$)						

Deverá conter no preço do produto as despesas com materiais, mão-de-obra, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuição de qualquer natureza ou espécie, trabalhista e previdenciárias, salários, custos diretos ou indiretos, frete, equipamentos e demais encargos sociais e outros decorrentes das atividades necessárias à perfeita entrega do produto.
O Prazo de validade dos produtos deverá ser entregue com prazo equivalente a, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o material, possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.
A cotação deverá ser encaminhada contendo as seguintes informações: carimbo, Nome da Empresa, CNPJ, nome completo do responsável pela cotação, telefone, endereço e outros. Deverá indicar a validade de no mínimo de 60 (sessenta) dias da emissão e prazo de entrega definido pelo Termo de Referência.
O prazo de entrega do produto é de 15 (quinze) dias e local de entrega estão descritos no Termo de Referência.
O pagamento será efetuado no prazo será imediato após o atesto do recebimento dos produtos na nota fiscal/fatura, mediante a ordem bancária a ser depositada em conta corrente.
Será utilizado o critério de julgamento de menor preço por item.
Em caso de erro no preenchimento da cotação a responsabilidade será exclusiva do fornecedor.
Informações adicionais poderão ser obtidos junto a ANSSAU, com Setor de Compras, através do fone (68) 98408-9501 e pelo e-mail: anssaup@gmail.com.

Rio Branco,26 de fevereiro de 2025.
Kátia Lima e Souza
Setor de Compras

EXTRATO DE CONTRATO CT N 0003.2025
PARTES: SERVIÇO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO ACRE – SEBRAE/AC e a empresa C.B. NIEMEYER LTDA.
OBJETO: Contratação de Consultoria em Gestão de Riscos, Controles Internos, Programa de Integridade Corporativa-Compliance e Auditoria Interna.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do referido instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do art. da Resolução CDN nº. 493/2024 que permite tal prorrogação.
DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO: O SEBRAE/AC pagará a CONTRATADA o valor global de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).
MODALIDADE: A contratação da empresa supramencionada tem seu respaldo legal no CAPÍTULO V, Art. 14, inciso II, da RESOLUÇÃO CDN Nº 493/2024, que trata dos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários necessários para atender as despesas decorrentes deste contrato constam no orçamento dos Projetos e Atividades do CONTRATANTE.

LOCAL E DATA: Rio Branco/AC, 21 de fevereiro de 2025.

Assinam pelo Sebrae no Acre: Diretor-Superintendente, MARCOS ANTONIO CARNEIRO LAMEIRA, Diretor de Administração e Finanças VANDRÉ DA COSTA PRADO e o Sr. CARLOS BERTI NIEMEYER.

G.L. DE ARAÚJO NETO LTDA
19.890.195/0001-10

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a Licença de Operação para a Atividade: Charqueados e Subprodutos Derivados de Origem Animal localizada no Ramal Bom Jesus, 425, Pavlh PA de Benfica Zona Rural – Vila Acre, Rio Branco- AC.

ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ
IRMÃ NAIR TERESINHA REICHERT

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

A Presidente da Associação Nossa da Saúde, no uso de suas atribuições regulamentares, considerando a documentação carreada aos autos da DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROCESSO Nº 020/2025 e feita pelo PARECER ANSSAU/DIRJUR, que, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, resolve RATIFICAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR, alvo do processo em epígrafe, visando a aquisição de Material para Manutenção e Reforma Predial (Peças e tábuas em madeira), para atender as demandas do HOSPITAL REGIONAL DO JURUÁ.

EMPRESA GANHADORA:

D.SOUZA PONTES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 28.016.247/0001-15, ganhadora dos itens 01,02,03 e 04 no valor total de R\$ 12.720,00 (doze mil setecentos e vinte reais).

A despesa decorrente deste ocorrerá pelo V Termo de Parceria SESACRE/ANSSAU.

Rio Branco-Ac, 26 de fevereiro de 2025

Dilza Teresinha Ambros Ribeiro
Presidente da ANSSAU



ESTADO DO ACRE
DIÁRIO OFICIAL
WWW.DIARIO.AC.GOV.BR

Secretaria de Estado da Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Departamento do Diário Oficial

Av. Brasil, nº 402 - Centro
Fone: (68) 3223-2269 / 3215-2804. WhatsApp 3215-2804
E-mail: diario.official@ac.gov.br / diario.diversosac@gmail.com
Rio Branco-AC - CEP: 69900-076